

Fundação Joaquim Nabuco
Editora Massangana

# CIÊNCIA & TRÓPICO

Volume 50
Número 1
2026



**Luiz Inácio Lula da Silva**
Presidente da República

**Leonardo Barchini**
Ministro da Educação

**Márcia Angela da Silva Aguiar**
Presidenta da Fundação Joaquim Nabuco

**Túlio Augusto Velho Barreto de Araújo**
Diretor de Memória, Educação, Cultura e Arte

**Cristiano Borba**
Coordenador da Editora Massangana

**Alexandrina Sobreira de Moura**
Editora da Revista Ciência & Trópico – Diretoria de Pesquisas Sociais

**Antonio Laurentino**
Chefe do Setor de Editoração – Editora Massangana

**Geneseli Dias de Oliveira Albuquerque**
Assistente Editorial da Revista
Ciência & Trópico – Diretoria de Pesquisas Sociais

Volume 50
Número 1
2026

# CIÊNCIA & TRÓPICO

## Conselho Editorial da Revista Ciência & Trópico

**Dr. Anthony Pereira**
Tulane University, Estados Unidos da América

**Dr. Bernd Reiter,**
Universidade do Texas, Estados Unidos da América

**Dra. Cecilia Mariz,**
Departamento de Sociologia do Instituto de Ciências Sociais (ICS),
Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ)

**Dr. Denilson Bandeira Coêlho,**
Instituto de Ciência Política, Universidade de Brasília (UnB), Brasil

**Dra. Isabel Raposo,**
Diretoria de Pesquisas Sociais, Fundação Joaquim Nabuco, Brasil

**Dr. José Paulo Zeetano Chahad,**
Universidade de São Paulo, Brasil

**Dr. Marcelo Sampaio de Alencar,**
Presidente do Instituto de Estudos Avançados em Comunicações – Iecom, Brasil

**Dra. Maria Cecilia MacDowell Santos,**
Universidade de São Francisco, Califórnia;
Centro de Estudos Sociais, Universidade de Coimbra, Portugal

**Dra. Maria da Conceição Lopes,**
Universidade de Coimbra, Portugal

**Dra. Maria do Carmo de Lima Bezerra,**
Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de Brasília, Brasil

**Dra. Marie-Jeanne dite Marion Aubrée,**
Centro de Estudos Interdisciplinares de Fatos Religiosos;
Escola de Estudos Avançados em Ciências Sociais, França

**Dra. Patricia Nabuco Martuscelli,**
Departamento de Relações internacionais, Universidade de Sheffield, Inglaterra

**Dra. Silvina Cecilia Carrizo,**
Conselho Nacional de Pesquisa Científica e Técnica (CONICET);
Conselho Europeu de Pesquisas Sociais da América Latina (CESAL);
Universidade Nacional do Centro de Buenos Aires (UNICEN – UNNOBA), Argentina

**Dr. Tiago Cavalcanti, Faculdade de Economia,**
Universidade de Cambridge, Inglaterra

© 2026, Fundação Joaquim Nabuco

Todos os direitos reservados. Proibida a reprodução por meios eletrônicos, fotográficos, gravação ou quaisquer outros, sem permissão por escrito da Fundação Joaquim Nabuco.

E-mail: pesquisa@fundaj.gov.br
http://www.fundaj.gov.br

Pede-se permuta
On demande l' échange
We ask for exchange
Pidese permuta
Si richiede lo scambio
Man bittet um Austausch
Intershangho dezirata

Revisão linguística e tradução: Solange Carlos de Carvalho e Marcelo Jorge Fragoso de Abreu
Diagramação: Setor de Editoração | Antonio Laurentino
Projeto da capa: Antonio Laurentino | Editora Massangana
Ilustração da capa: trabalho gráfico digital sobre composição artística *Cais do Apolo* (1962), de autoria do artista plástico Manoel Bandeira – Acervo da Fundação Joaquim Nabuco – MEC

Ciência & Trópico/ Fundação Joaquim Nabuco. - Vol. 1, no.1.(1973) – Recife: Editora Massangana, 1973 –
v.: il.

Semestral.
Textos em português, inglês, francês e espanhol.
Continuação de: Boletim do Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais (jan. 1952 - out. 1972).
A partir de 1980 o Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais passou a ser denominado de Fundação Joaquim Nabuco.
A partir de 2012 a revista passou a contar com uma versão on-line.
ISSN 0304-2685/ ISSN Eletrônico 2526-9372.

1. Ciências Socais. 2. Ciências Humanas 3. Interdisciplinaridade.
I. Boletim do Instituto Joaquim Nabuco. II. Periódicos FUNDAJ.

CDU 3:061.6(05)

# Sumário


| | | |
|---|---|---|
| Alexandrina Sobreira de Moura | 9-14 | Nota Editorial |
| Ali Juma Hamdard<br>Sayed Mohammad Firozi<br>Sayeed Sulaiman Sadat<br>Abdul Basir Mesbah | 15-34 | Women's economic participation in Bamyan: trends and challenges from 2010 to 2020 |
| Carolina Carvalho A. Pereira<br>Ana Paula Meneses Alves | 35-52 | *DeBÍ TiRAR MáS FOToS*: Bad Bunny e a (re)construção de uma identidade porto-riquenha em tempos de crise |
| Éder Silveira | 53-70 | Nina Rodrigues e o "O problema da raça negra na América Portuguesa": Etnografia, arte e inteligência do negro brasileiro |
| Bruno Rafael M. Nascimento<br>Cecilia Maria Chaves B. Bastos | 71-94 | Missionários franceses e povos indígenas na região do Rio Oiapoque - Amapá, Brasil e Guiana Francesa, França |
| Walison Almeida Dias<br>Janari da Silva Pedroso | 95-122 | Mobilidade e adaptação dos grupos Warao em contextos urbanos |
| Rogério Celestino Araújo<br>Francisco Edmar de S. Silva Pinheiro<br>Antônia Carlos da Silva | 123-144 | Currículo, neoliberalismo e formação crítica: contradições do projeto educacional brasileiro contemporâneo |
| Karla Cuellar Heilmann | 145-168 | Um pequeno recorte na história da educação dos surdos |
| Dinalva Correa<br>Denise de S. Simões Rodrigues | 169-186 | O drama das mães e mulheres no romance Safra de Abguar Bastos |
| Verônica Maria Biano Barbosa | 187-204 | Entre ressentimento e radicalização: incels e a reorganização da misoginia em ambientes digitais |
| Carlos Roberto Nunes<br>Leandro Luiz Giatti | 205-234 | Efetividade da aplicação dos royalties do petróleo e da gestão pública no Litoral Norte Paulista: uma análise por indicadores de desenvolvimento sustentável |
| Leana Oliveira Freitas<br>Livia Daniela Brito Berlandi | 235-256 | Expropriação, Mineração e Resistência Quilombola: Contradições do processo de desenvolvimento em Poconé e Nossa Senhora do Livramento - Mato Grosso |

| | | |
|---|---|---|
| Thiago da Rocha Dionizio Rodrigues | 257-280 | O dia em que a terra parou e o Centro Cultural Donana tentou resistir: o impacto da pandemia nas políticas de cultura de Belford Roxo - Rio de Janeiro |
| Henry Gondim de Souza Edilza Laray de Jesus | 281-296 | Identidades silenciadas: a Amazônia nos livros didáticos de Geografia |
| Gilmar Beserra de Farias | 297-324 | A disciplina escolar *Ciências* na Educação Básica de Pernambuco (1855 - 2019) |
| Pedro Germano Roberta Bivar C. Campos | 325-348 | Repensando a antropologia brasileira pelas margens: antropólogos e antropologia pernambucana |
| Ricardo Japiassu | 349-364 | A poeta Deborah Brennand: uma breve apresentação |



| | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| Ciência & Trópico | Recife | v. 50 | n. 1 | p. 1-364 | jan - jun | 2026 |

ISSN 0304-2685
ISSN eletrônico 2526-9372

## Nota Editorial

Em 2026, a *Revista Ciência & Trópico* conquistou um avanço significativo ao subir dois estratos na classificação nacional de periódicos, alcançando o nível B1 no quadriênio 2021-2024, de acordo com o Qualis da Capes, instituição do Ministério da Educação (MEC). O resultado reflete o trabalho contínuo de fortalecimento da qualidade editorial da revista e o compromisso com a produção e a divulgação do conhecimento científico.

A nova classificação levou em consideração critérios da trajetória e da atuação da Revista, entre eles sua relevância nacional e internacional, a longa história de publicação, a interdisciplinaridade de sua proposta editorial e o elevado percentual de artigos científicos publicados. Além disso, elevaram o padrão do periódico a experiência da editora-chefe, a diversidade institucional, a qualificação do Conselho Editorial, a presença da publicação em importantes bases de indexação, a adoção de estratégias de divulgação científica e a política de acesso aberto, sem cobrança de taxas para publicação

Com mais de cinco décadas desde sua criação pela Fundação Joaquim Nabuco, a *Revista Ciência & Trópico* consolidou-se como um espaço de referência para o debate interdisciplinar que vem se ampliando em torno de questões sociais, culturais, políticas e econômicas. Seu reconhecimento, ao trabalhar em rede, ultrapassa as fronteiras nacionais, alcançando leitores e pesquisadores de diferentes instituições e países. Ao reunir pesquisas de qualidade e incentivar o diálogo entre diferentes áreas do conhecimento, a Revista reafirma seu compromisso com a democratização da ciência, a circulação de ideias e a produção de conhecimento relevante para a sociedade.

Vale ressaltar que a inserção da publicação no fórum de editores científicos da América Latina, levou ao recebimento de novos de trabalhos, como exemplifica o texto intitulado "Revista Ciência e Trópico: trajetória, internacionalização e consolidação acadêmica", publicado no *Libro de Resúmenes* do VI Congresso Latino-americano de Editores de Revistas Científicas e de Pesquisadores, evento realizado em abril de 2026, em Foz de Iguaçu.

Um dos pontos em pauta remete à gestão editorial científica como uma prática estratégica que vai além do simples processamento técnico de manuscritos. Nessa linha, Sebastian Endara Rosales, professor da Universidade Católica de Cuenca, Equador, argumenta, em editorial publicado na *Revista Killkana Salud y Bienstar*, que o editor acadêmico deve atuar como um mediador intelectual essencial, conectando a produção de saber à sociedade por meio de uma comunicação acessível e rigorosa. Um ponto central da discussão é a crise na revisão por pares, destacando a necessidade de as instituições

reconhecerem formalmente esse trabalho especializado para garantir a sustentabilidade do sistema. Além disso, o autor propõe que as revistas funcionem como centros culturais e sociais, priorizando a circulação e o impacto real do conhecimento em vez de apenas focar em índices de indexação. Em última análise, a gestão editorial é apresentada como um esforço coletivo vital para a legitimação do conhecimento e a articulação e projeção internacional das universidades e instituições de pesquisa (*Revista Killkana Salud y Bieniestar*. Vol.10, No.1, pp. VII – XI, enero-abril, 2026).

**Sobre esta edição**

Esta edição da *Ciência & Trópico* conta com pesquisadores vinculados a 19 importantes instituições de ensino e pesquisa no Brasil e no exterior, a saber: Allameh Tabatabaie University (Irã), Faculty of Communication/Sakarya University (Turquia), Veer Narmad South Gujarat University (Índia), Yazd University (Irã), Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Universidade Federal do Amapá (Unifap), Universidade Federal de Uberlândia (UFU), Universidade Federal do Pará (UFPA), Universidade Regional do Cariri (Urca), Universidade Estadual do Ceará (Uece), Universidade Estácio de Sá - Campus Rio de Janeiro, Universidade Federal do Ceará (UFC), Universidade de Brasília (UnB), Universidade de São Paulo (USP), Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), Universidade do Estado do Amazonas (UEA), e Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), incluindo o seu Centro Acadêmico de Vitória (UFPE-CAV).

Ao todo, a edição conta com 16 artigos. Autores de diversas formações, ideologias e acepções acadêmicas reafirmaram o valor da diversidade e da tendência para disseminar um conhecimento plurivalente. Os dois primeiros textos apresentados reúnem pesquisas acadêmicas internacionais que examinam as dinâmicas socioculturais e econômicas em contextos de resistência e transformação regional. O primeiro estudo é *Women`s economic participation in Bamyan: Trends and challenges from 2010 to 2010,* dos autores Ali Juma Hamdard, da Índia, Sayed M.Firozi e Abdul B.Mesbah, do Irã, e Sayeed S.Sadat, da Turquia. O texto investiga a participação feminina no mercado de trabalho na província de Bamyan, no Afeganistão, destacando como barreiras tradicionais e sociais limitam a autonomia financeira das mulheres. Em contrapartida, o segundo artigo – *DeBÍ TIRAR MáS FOToS: Bad Bunny e a (re)construção de uma identidade porto-riquenha em tempos de crise* - analisa uma obra do artista Bad Bunny para discutir a identidade porto-riquenha frente à influência cultural e política dos Estados Unidos. Assinam esse artigo as professoras da UFMG Carolina C. A. Pereira e Ana Paula M.Alves. Ambos os trabalhos exploram como o fortalecimento da presença social, seja através do emprego ou da expressão artística, serve como ferramenta contra a exclusão e a marginalização. Assim, os artigos oferecem uma visão crítica sobre os desafios enfrentados por comunidades que buscam reafirmar sua relevância e direitos em cenários de crise.

O artigo de Éder Silveira (UFRGS), intitulado *Nina Rodrigues e "O problema da raça negra na América Portuguesa": etnografia, arte e inteligência do negro brasileiro*,

analisa a trajetória intelectual do médico legista maranhense Raymundo Nina Rodrigues, buscando demonstrar a unidade de seu pensamento para além da dicotomia entre médico racista e etnógrafo pioneiro. O texto explora como Rodrigues utilizou a neurologia, a antropologia criminal e a etnografia para investigar o que considerava o "problema" da população negra e mestiça no Brasil pós-abolição. Destaca-se o interesse do autor pela cultura material e inteligência africana, evidenciado em sua coleção de objetos de culto e em seus estudos sobre as belas-artes. Silveira argumenta que todas as pesquisas de Rodrigues estavam subordinadas a um projeto de nação fundamentado nas teorias científicas de sua época. Por fim, o texto reflete sobre as ambivalências dos escritos, que, embora marcados pelo determinismo racial, abriram caminhos para a compreensão da herança africana na formação brasileira.

A dimensão dos estudos em várias regiões do Brasil se conecta por abordagens interculturais que asseguram a continuidade identitária das comunidades. Nessa linha, destacam-se o texto sobre *Missionários franceses e povos indígenas na região do Rio Oiapoque-Amapá, Brasil, e Guiana Francesa, França*, de autoria de Bruno Rafael M. Nascimento (Universidade Federal do Amapá) e Cecília Maria C.B. Bastos (Universidade Federal de Uberlândia) e a pesquisa *Mobilidade e adaptação dos grupos Warao em contextos urbanos*, conduzida por Walison A. Dias e Janari da Silva Pedroso (UFPA). São estudos que examinam a história e a resistência de povos originários em diferentes períodos e fronteiras da região amazônica. O primeiro texto analisa o papel ativo dos indígenas frente às missões jesuítas no século XVIII, destacando como esses grupos negociaram influências culturais e políticas na divisa entre o Amapá e a Guiana Francesa. Simultaneamente, a segunda pesquisa investiga a migração contemporânea do povo Warao da Venezuela para centros urbanos brasileiros, como Belém do Pará. O foco recai sobre a preservação da identidade cultural e a adaptação de saberes tradicionais diante dos desafios da vida nas cidades. Ambos os artigos enfatizam a importância de reconhecer os indígenas como protagonistas de suas trajetórias, seja no contexto educacional ou em processos de mobilidade social. Consequentemente, os autores defendem novas abordagens teóricas e práticas para compreender a soberania e a coesão comunitária dessas populações ao longo do tempo.

A educação no Brasil está sempre presente nos debates sobre políticas públicas publicados na *Ciência & Trópico*. Ressaltam-se neste número duas pesquisas: "Currículo, neoliberalismo e formação crítica: contradições do projeto educacional brasileiro contemporâneo". Dos três autores, dois são da Universidade do Cariri (Rogério C. Araújo e Francisco Edmar de S. S. Pinheiro) e uma é da Universidade do Ceará (Antônia C. da Silva). Por sua vez, Karla C. Heilmann (da Universidade Estácio de Sá/RJ) focaliza a educação inclusiva no artigo *Um pequeno recorte na história da educação dos surdos*. São textos que abordam os desafios contemporâneos e as transformações históricas dentro do cenário educacional. O primeiro estudo critica a influência neoliberal nas políticas curriculares brasileiras, argumentando que a padronização e o foco no mercado de trabalho prejudicam a formação crítica e a autonomia docente. Paralelamente, o segundo artigo traça a evolução histórica da educação de surdos, enfatizando a importância do reconhecimento da língua de sinais e da identidade cultural para uma inclusão verdadeira. Ambas os trabalhos utilizam perspectivas teóricas rigorosas para denunciar processos de

exclusão, seja através do esvaziamento do conhecimento científico ou da deslegitimação de comunidades minoritárias. Em última análise, os autores defendem uma educação que priorize a emancipação humana e o respeito às diferenças em oposição às pressões meramente instrumentais ou excludentes.

A perspectiva de gênero está presente em *O drama das mães e mulheres no romance Safra de Abguar Bastos*, de autoria de Dinalva Correa (UFPA) e de Denise de S.S. Rodrigues (UFC) e na pesquisa *Entre ressentimento e radicalização: incels e a reorganização da misoginia em ambientes digitais*, realizada por Verônica Maria B. Barbosa (UnB). Esses artigos examinam diferentes dimensões da exclusão social e da misoginia sob perspectivas históricas e contemporâneas. O primeiro analisa o romance *Safra*, de Abguar Bastos, destacando o sofrimento de mulheres marginalizadas na Amazônia e a denúncia de um sistema patriarcal opressor. Em contraste, o segundo investiga o fenômeno digital dos incels, explorando como o ressentimento masculino se transforma em radicalização antifeminista na internet. Ambas as análises utilizam a literatura e uma abordagem sociológica para compreender como as relações de gênero são moldadas por estruturas de poder. Enquanto um foca na vitimização histórica feminina, o outro detalha a reorganização moderna do discurso de ódio em comunidades virtuais. Assim, os dois artigos oferecem uma visão crítica sobre as desigualdades sociais e as tensões inerentes às identidades de gênero.

Na sequência, temas relativos a desenvolvimento sustentável, gestão pública, expansão de atividades econômicas e resistência social são apresentados pelos autores da USP Carlos Roberto Nunes e Leandro Luiz Giatti no artigo intitulado *Efetividade da aplicação dos royalties do petróleo e da gestão pública no Litoral Norte Paulista: uma análise por indicadores de desenvolvimento sustentável*. O mesmo tema está presente no trabalho desenvolvido na Baixada Cuiabana por Leana Oliveira Freitas e Livia Daniela B. Berlandi (UFMT) no texto *Expropriação, Mineração e Resistência quilombola: contradições do processo de desenvolvimento em Poconé e Nossa Senhora do Livramento-Mato Grosso*. Os textos examinados investigam como a exploração de recursos naturais impacta o desenvolvimento regional e a justiça social em diferentes territórios brasileiros. O primeiro estudo avalia a eficiência da gestão pública no Litoral Norte Paulista, revelando que o recebimento de royalties do petróleo não assegura automaticamente melhorias nos indicadores de saúde e educação. Em paralelo, a segunda pesquisa focaliza o estado do Mato Grosso, expondo como a mineração intensiva gera um descompasso entre o crescimento econômico e a expropriação de comunidades quilombolas. Ambas os artigos utilizam indicadores socioeconômicos para criticar a gestão de compensações financeiras e a perpetuação de desigualdades. Em conjunto, os autores ressaltam que o sucesso do desenvolvimento sustentável depende mais da governança ética e da resistência local do que apenas da abundância de capital. Os estudos concluem que instrumentos de monitoramento e transparência são vitais para garantir que a riqueza mineral e petrolífera beneficie efetivamente a população.

Três textos exploram temas fundamentais das ciências humanas e sociais no Brasil, abrangendo desde a gestão pública até a educação. O primeiro estudo, de autoria de Thiago da Rocha D. Rodrigues (UFRRJ), chama-se *O dia em que a terra parou e a cultura tentou resistir: o impacto da pandemia nas políticas de cultura de Belfort Roxo*

- *Rio de Janeiro*. O autor investiga os danos causados pela pandemia de Covid-19 no setor cultural de Belford Roxo, destacando a resistência de instituições locais diante da crise sanitária. O segundo, analisa como o material didático da disciplina de Geografia frequentemente simplifica a complexidade da Amazônia, perpetuando visões incompletas sobre seus povos e ecossistemas. O texto intitula-se *Identidades silenciadas: a Amazônia nos livros didáticos de Geografia* e é de autoria de Henry G. de Souza e de Edilza L. de Jesus, da Universidade do Estado do Amazonas. Por fim, no terceiro texto, a pesquisa historiográfica intitulada *A disciplina escolar na Educação Básica de Pernambuco (1855-2019)*, de autoria de Gilmar B. de Farias (UFPE/CAV), reconstrói a trajetória da disciplina de Ciências em Pernambuco ao longo de mais de um século, observando as mudanças em sua finalidade pedagógica e estimulando o debate sobre disciplinas escolares como eixo de formação científica e cidadã. No seu conjunto, os artigos sublinham a importância de políticas públicas e práticas educativas que respeitem as identidades regionais e as transformações históricas da sociedade brasileira.

No final do elenco de textos apresentados neste número da *Ciência & Trópico* há dois textos que examinam diferentes dimensões da produção intelectual e artística no estado de Pernambuco, abordando tanto as ciências sociais quanto a literatura. O primeiro artigo, intitulado *Repensando a antropologia brasileira pelas margens: antropólogos e antropologia Pernambuco*, de autoria de Pedro Germano e de Roberta B.C. Campos (UFPE) emerge de debates transdisciplinares e propõe uma revisão historiográfica da antropologia brasileira, deslocando o foco dos grandes centros tradicionais para destacar o papel pioneiro da "Nova Escola do Recife" e das pesquisas sobre religiões locais. Em contrapartida, o segundo artigo, de autoria de Ricardo Japiassu (USP), oferece uma análise crítica da obra de Deborah Brennand, no texto *A poeta Deborah Brennand: uma breve apresentação*, ressaltando sua poesia moderna marcada por metáforas naturais e temas sentimentais. Juntas, as análises realizadas valorizam o legado regional ao explorar trajetórias de instituições acadêmicas e a contribuição de escritoras fundamentais para a cultura nordestina. Essa abordagem integrada permite compreender como o pensamento científico e a sensibilidade poética pernambucana ajudaram a moldar a identidade nacional.

A *Revista Ciência & Trópico*, ao publicar mais um número, ratifica seu objetivo central de promover o debate e a circulação de conhecimento em diversas áreas, com vistas a disseminar pesquisas e estudos que adotam abordagens metodológicas, filosóficas, culturais e comparativas. Aliada à pluralidade de um pensamento crítico, a Revista vem ampliando o sentido de cultura, em que o saber é condição necessária, mas não suficiente, para integrar, ao longo dos anos, traços criativos de uma civilização.

***Alexandrina Saldanha Sobreira de Moura***[1]
Editora-chefe

1 Pesquisadora titular da Fundação Joaquim Nabuco (Fundaj). Orcid: https://orcid.org/0000-0002-9643-7180 Lattes: http://lattes.cnpq.br/9380909546628470

# Women's economic participation in Bamyan: trends and challenges from 2010 to 2020

*Participação econômica das mulheres em Bamyan: tendências e desafios no período de 2010 a 2020*

*La participación económica femenina en Bamiyán: evolución, tendencias y desafíos (2010–2020)*

*Ali Juma Hamdard*[1]
*Sayed Mohammad Firozi*[2]
*Sayeed Sulaiman Sadat*[3]
*Abdul Basir Mesbah*[4]

**Abstract**

Hamdard, A. J. Firozi, S. M. Sadat, S. S. Mesbah, A. B. Women's economic participation in Bamyan: trends and challenges from 2010 to 2020. ***Rev. C&Trópico***, v. 50, n. 1, p. 15-34, 2026. Doi: 10.33148/ctrpico.v50i1.2818

*With the increase in economic participation opportunities for women, the level of the society's economy will develop and women will achieve an independent income. Therefore, efforts have been made to increase the presence of women in the labor market and to play an active role in the social arena. After 2010, in Afghanistan, especially in Bamyan province, women's economic participation and access to employment opportunities have been improving, despite the many challenges and obstacles that existed in the way of women's social and economic activities at home and outside the home. The economic situation of families that have provided employment opportunities for women and has included them in the labor market has also improved. The purpose of this study is to investigate the status and level of women's economic participation in the labor market of Bamyan province and the factors affecting their employment status. This research has been conducted through the distribution of 57 questionnaires, interviews with women, and field observations of the researchers in the center of Bamyan and Yakalang Bazaar. Research findings*

1 PhD in Sociology from Veer Narmad South Gujarat University in India. Associate professor at Bamyan University in Afghanistan and visiting professor and researcher at the Federal University of São Carlos in Brazil. E-mail: a.hamdard2018@gmail.com. Orcid: https://orcid.org/0009-0007-7110-2089

2 PhD graduate in Sociology from Yazd University, Iran. He previously served as assistant professor of Sociology at Baghlan University, Afghanistan (2014–2023), and is currently a fellow researcher at the Academy in Exile, TU Dortmund University, Germany. His research focuses on social development, migration, and socio-cultural issues in Afghanistan and the region. E-mail: mohammad.firozi@tu-dortmund.de. Orcid: https://orcid.org/0000-0002-3886-7326

3 PhD student at the Faculty of Communication, Sakarya University, Türkiye. He previously served as assistant professor at Baghlan University, Afghanistan, where he conducted research and teaching in the fields of communication and journalism. E-mail: sulaiman.sadat@ogr.sakarya.edu.tr. Orcid: https://orcid.org/0009-0004-2406-6036

4 Master of Social Communications Science of Allameh Tabatabaie University, Iran. Former assistant professor of Journalism at Baghlan University, Afghanistan and editor in chief of Pol-e Sorkh Media, Germany. E-mail: mesbah@polesorkhmedia.com. Orcid: https://orcid.org/0000-0003-1406-6046

*show that cultural and social barriers, including common and prevailing beliefs about the role of women, which are rooted in societal institutions, traditions, and values, have reduced women's economic participation.*

**Keywords:** Bamyan; Women; Economic participation; Challenges.

**Resumo**

Hamdard, A. J. Firozi, S. M. Sadat, S. S. Mesbah, A. B. Participação econômica das mulheres em Bamyan: tendências e desafios no período de 2010 a 2020. ***Rev. C&Trópico***, v. 50, n. 1, p. 15-34, 2026. Doi: 10.33148/ctrpico.v50i1.2818

Com o aumento das oportunidades de participação econômica das mulheres, o nível da economia da sociedade se desenvolve e as mulheres passam a alcançar uma renda independente. Nesse sentido, têm sido realizados esforços para ampliar a presença das mulheres no mercado de trabalho e fortalecer seu papel ativo no espaço social. Após 2010, no Afeganistão, especialmente na província de Bamyan, a participação econômica feminina e o acesso a oportunidades de emprego apresentaram avanços, apesar dos inúmeros desafios e obstáculos existentes às atividades sociais e econômicas das mulheres, tanto no âmbito doméstico quanto fora dele. A situação econômica das famílias que possibilitaram o emprego das mulheres e sua inserção no mercado de trabalho também apresentou melhorias. O objetivo deste estudo é analisar a situação e o nível de participação econômica das mulheres no mercado de trabalho da província de Bamyan, bem como os fatores que influenciam sua condição de emprego. A pesquisa foi realizada por meio da aplicação de 57 questionários, entrevistas com mulheres e observações de campo conduzidas pelos pesquisadores no centro de Bamyan e no bazar de Yakalang. Os resultados da pesquisa indicam que barreiras culturais e sociais, incluindo crenças comuns e predominantes sobre o papel das mulheres, enraizadas nas instituições sociais, tradições e valores, têm reduzido a participação econômica feminina.

**Palavras-chave:** Bamyan; Mulheres; Participação econômica; Desafios.

**Resumen**

Hamdard, A. J. Firozi, S. M. Sadat, S. S. Mesbah, A. B. La participación económica femenina en Bamiyán: evolución, tendencias y desafíos (2010–2020). ***Rev. C&Trópico***, v. 50, n. 1, p. 15-34, 2026. Doi: 10.33148/ctrpico.v50i1.2818

Con el aumento de las oportunidades de participación económica de las mujeres, el nivel económico de la sociedad se desarrolla y las mujeres logran obtener ingresos independientes. Por ello, se han realizado esfuerzos para incrementar la presencia de las mujeres en el mercado laboral y para que desempeñen un papel activo en el ámbito social. Después de 2010, en Afganistán, especialmente en la provincia de Bamiyán, la participación económica femenina y el acceso a oportunidades de empleo han mejorado, a pesar de los numerosos desafíos y obstáculos

que existen para las actividades sociales y económicas de las mujeres, tanto dentro como fuera del hogar. La situación económica de las familias que han brindado oportunidades de empleo a las mujeres e incluido a estas en el mercado laboral también ha mejorado. El objetivo de este estudio es investigar el estado y nivel de participación económica de las mujeres en el mercado laboral de la provincia de Bamiyán, así como los factores que afectan su situación laboral. La investigación se llevó a cabo mediante la distribución de 57 cuestionarios, entrevistas con mujeres y observaciones de campo realizadas por los investigadores en el centro de Bamiyán y en el bazar de Yakalang. Los hallazgos de la investigación muestran que las barreras culturales y sociales incluyendo creencias comunes y predominantes sobre el papel de la mujer, arraigadas en las instituciones, tradiciones y valores sociales han reducido la participación económica de las mujeres.

**Palabras clave:** Bamiyán; Mujeres; Participación económica; Desafíos.

*Data de submissão: 30/03/2026*
*Data de aceite: 15/04/2026*

## 1. Introduction and problem statement

Women, as half of the population, play a fundamental role in the process of economic, and social development of societies. In many developing countries, including Afghanistan, despite women being considered a vulnerable group, their participation in the national economy plays a vital and undeniable role. Studies show that Afghan women have always participated in economic reconstruction, strengthening social institutions and improving welfare indicators in society (Hamidi and Hamidi, 2020). However, their effective presence in economic spheres has always been accompanied by structural, cultural, and political challenges. Especially after the political changes of 2021 and the return of the Taliban to power, concerns regarding the restrictions imposed on the social and economic roles of women have increased again (Rahimi, 2022).

Despite widespread obstacles, some provinces like Bamyan, due to their relative security and more open social structures, have provided a more favorable environment for women's participation in economic activities. After 2007, and especially in the decade from 2010 to 2021, we have witnessed a gradual increase in women's economic participation in this province. The expansion of this participation can be attributed to a combination of factors such as access to education, the activities of civil society organizations, the promotion of an entrepreneurial culture, and the support of domestic and international institutions. Bamyan women have played a role not only in traditional occupations but also as entrepreneurs, producers, and managers of small businesses.

Despite the limited progress in women's economic participation in Bamyan province, the path ahead for their entry and effective presence in economic activities continues to face structural and persistent challenges and obstacles. These challenges are not limited to economic issues; rather, they are rooted in a set of cultural, social,

political, and legal factors. Traditional attitudes towards women's gender roles, family structure limitations, lack of institutional support, and weak economic infrastructure are among the factors that severely restrict women's potential to play an active role in the labor market.

In addition, issues such as limited access to large markets, lack of financial and credit support, lack of ownership of resources and assets, and absence of professional and managerial training are among the fundamental challenges in the path to economic empowerment of women in this province. Although from 2010 to 2021 women's economic participation in Bamyan has seen gradual growth and has received relative support from domestic and international institutions, this trend is still affected by chronic and deep-rooted limitations that hinder the full flourishing of women's economic potential.

In this context, a detailed examination of the trends in women's economic participation in Bamyan over the past decade, identifying the factors influencing this participation, analyzing the income levels of active women, especially in the trade and small business sectors, and evaluating the barriers and limitations they face in entering, remaining, and advancing in the labor market is of special importance.

The objective of this research is to identify the factors affecting the level of economic participation of women in Bamyan province and to analyze the obstacles, limitations, and challenges that women in this province face in their pursuit of employment and economic activities.

This research also seeks to answer questions such as the following:

*What factors have influenced the level of women's economic participation in Bamyan province from 2010 to 2021?*

*What are the most important structural, cultural, and social barriers and limitations to women's employment and economic participation in Bamyan?*

## 2. Theoretical framework of the research

Theoretical studies in the field of women's economic participation and employment have been primarily influenced by the Marxist theoretical framework. In this approach, Marx's methodology provides a framework for analyzing the phenomenon of women's structural oppression as a consequence of the fundamental power relations between men and women. These relationships are clearly reflected in areas such as labor organization, socioeconomic stratification, and the gendered division of labor (Gimenez,1980). The theoretical framework related to women's economic participation in the workforce is primarily based on analyzing their decision-making regarding active entry or non-entry into the labor market. In this regard, economists have attempted to explain women's tendency to participate in or withdraw from the labor market by examining economic and demographic factors. Theories that examine the supply of female labor were primarily developed in the 1960. In the meantime, we can refer to the choice between leisure and work theory presented by Schultz and Becker, the human capital theory of which Mincer and Becker are founders, and the family production theory proposed by Mincer. The simplest model in analyzing women's

decisions to participate in the labor market dates back to the early 1960s, and specifically to Jacob Mincer's 1962 neoclassical microeconomic model. This model, also known as the leisure-work choice model, is considered one of the earliest attempts to understand the behavior of the female labor force from an economic perspective.

Various factors influence women's participation rate in the economic workforce, including the level of economic development, education level, and other demographic variables. These factors directly and indirectly influence women's decisions to enter or not enter the labor market. In other words, changes in the level of economic development and demographic shifts can play a fundamental role in determining the extent of women's participation in economic activities (Mahrgan, Rahimzadeh, Shokouhifard, & Al-Imran, 2022).

According to Sharabi, Shdema, Manadreh, and Tannous-Haddad (2025), work centrality reflects the overall importance of work in an individual's life and can be assessed by comparing it with other life domains, such as family, leisure, community, and religion. In the context of women's economic participation in Bamyan, examining work centrality can reveal the extent to which women value economic activity alongside their family and social responsibilities (Sharabi et al., 2025:7).

Despite the efforts made, the 2020 Global Gender Gap Report by the World Economic Forum (WEF) shows that inequalities in this area remain significant worldwide. These gaps are particularly wider in South Asia and the Middle East and North Africa region, reaching about 60 percent. In contrast, North America as well as Eastern and Western European countries are among the regions that have moved closer to equality in economic participation, with the gap estimated between 22 to 31 percent. From an income level perspective, lower-middle-income countries show the highest inequality in economic participation, while the gap in low-income countries is almost on par with high-income and upper-middle-income countries (IMF, 2021:8). Active participation of women in the employment sector and economic activities in various societies has positive effects on the level of social welfare. In societies where women play a more prominent role in the labor market, we will see an improvement in the level of social welfare, especially in various economic sectors. Widespread participation of women in economic activities can lead to a decrease in the fertility rate, an increase in national production, growth in per capita income, and ultimately, an overall improvement in social welfare indicators in society. These developments will not only benefit women but also the entire society, as any improvement in women's economic participation will coincide with increased productivity and efficiency at various economic levels. Conversely, the limitations and inequalities in women's access to economic opportunities are among the most significant factors that can perpetuate poverty and inequality in societies. In such circumstances, addressing phenomena like poverty, unemployment, and economic inequality requires attention and planning to improve conditions for both genders. Therefore, identifying and strengthening the role and position of women in the process of economic growth and development, especially in economic and social spheres, should be at the center of attention for policymakers and development planners.

Considering that human resources and the level of expertise are considered main pillars in analyzing the factors affecting the economic growth and development

of countries, paying attention to women's employment and its impact on the economic growth of countries is an essential and undeniable matter (Alizadeh,2020).

## 3. Literature review

Women, as one of the important and influential forces in the advancement of human societies, have always been the focus of scholars in the field of development and social policymakers. Successful development experiences show that the active participation of women plays a significant role in the process of societal progress. On the other hand, examining the main factors of underdevelopment in developing countries indicates that one of the most important obstacles to development is the existence of gender inequalities in various legal areas, as well as limitations in women's social participation.

In the research titled "Impacts of labour force of Afghan women based on education in economic growth: in case of Afghanistan", the role of women's labour force in the economic growth process was examined. The findings obtained from the data analysis indicated that women's participation in the labour market could potentially have positive impacts on macroeconomic indicators; especially since this participation led to a gradual increase in per capita income and an improvement in the level of social welfare. According to Rafiuddin Najam, Harry Anthony Patrinos and Raja Bentaouet Kattan, it is worth noting that severe instability in Afghanistan has led to the formation of a labor market with unique characteristics. Historically, from the 1970s to the present, this situation has shown that successive instabilities have caused widespread disruptions and significantly affected educational and employment opportunities, especially for women. However, macroeconomic analyses related to Afghanistan had shown that the economic growth of this country was primarily influenced by structural factors and economic patterns; among the most important of these factors are the trade balance, trends in exports and imports, the tax and tariff system, agricultural production, industrial development, and the expansion of the services sector.

After 2001, along with political developments in Afghanistan, the situation of women improved relatively in areas such as political participation, education, employment, and access to healthcare services. However, reports from international organizations, including the United Nations, indicate that Afghan women still face significant challenges and inequalities in many development and gender equality indicators compared to men and the global average for women (Congressional Research Service (CRS), 2021). Overall, although the direct impact of the female workforce on Afghanistan's economic growth was reported to be limited statistically, the potential capacity of this group to play an effective role in the country's economic development was considered significant and deemed in need of targeted policymaking (Muhammadi, Dariz, & Ahmadzai, 2023). According to Ganesh and Kohistani (2013), in the past, women who engaged in trade individually began participating in economic activities by forming business groups after 2009. Similar to women's participation in financial and credit institutions, women involved in group trading were able to experience various indicators of progress. These indicators included increased self-confidence, enhanced capabilities, broader mobility, expanded social networks, higher levels of knowledge, a

stronger sense of responsibility, participation in decision-making, and improved social and economic status.

Representatives of institutions active in the field of women's rights and economic empowerment have stated that the projects funded by sponsors, in addition to relying on non-participatory and vague planning, tended to focus more on technical and vocational training while largely neglecting marketing support, sales facilitation, and the use of project data.

The main challenges facing women active in the business sector in Afghanistan particularly included conservative attitudes that made women's participation and economic decision-making difficult without consulting their father or husband. Other challenges included restrictions on physical mobility, the necessity of interacting with non-mahrams, widespread insecurity, and corruption. Additionally, there were other restrictions imposed on women (Ganesh & Kohistani, 2013).

Between November 2012 and March 2013, an extensive study on the literature related to women's economic participation in Afghanistan was conducted, aiming to identify the main factors influencing this participation. According to World Bank census results, increased economic activity among women is associated with the expansion of home-based production, particularly small-scale and domestic manufacturing activities (World Bank Group, 2023). The results of this study, presented by Butler (2013), show that Afghan women play a very vital role in the process of economic improvement and sustainable development of their country. This group of women is recognized as one of Afghanistan's valuable human resources, utilizing their economic capabilities to advance the country's economic goals.

Gender equality in the workplace can help reduce poverty and boost GDP by increasing job opportunities for women, but globally, women have not yet fully tapped into their economic potential. Specifically, in many countries, the gender gap in the labor market is decreasing, especially with the transfer of women's jobs to the private sector, which contributes to economic growth and development. In Afghanistan as well, an unprecedented number of women have entered the private and formal economic sectors as entrepreneurs, business owners, and employees. Over the past twenty years, women gradually took on active roles in the social, political, and economic spheres of Afghanistan participated at high government levels, including the cabinet. However, their efforts to achieve gender equality were often overlooked. In 2017, the share of women in the Afghan parliament reached over 25%, but their demands in the field of women's rights were not seriously pursued. In the final years of this period, the deterioration of the security situation, the decrease in women's participation in local institutions, and the lack of necessary support for workers were among the major challenges that hindered the progress and effective political presence of women in the country (WCLRF, 2017).

Even in the past two decades, the official contribution of women to the economic development of Afghanistan was minimal. Although women constituted about 47 percent of the country's nearly 34.65 million population, only 26.8 percent of them were part of the workforce, and merely 29 percent of women of working age were actually employed. Among them, most women (about 70 percent) worked in the

agricultural sector, and a small number participated in other sectors. The literacy rate among women was also very low; only 19.9 percent of women were literate, while this figure was 49.4 percent among men. Of course, among women under 25, the literacy rate had increased to about 38.7 percent. On the other hand, wage discrimination between women and men was evident; women earned, on average, 30 percent less than men for doing the same jobs (World Bank,2016).

Studies conducted show that the unemployment rate among women in Afghanistan is significantly high (Paikar, 2018). This research examines the structural factors affecting women's economic activities and identifies the challenges facing female workforce participation. Based on the data from this research, participants, especially in the city of Mazar-e-Sharif, identified insecurity as the most significant factor contributing to their unemployment. In addition, instances of sexual harassment in public spaces and workplaces have also been considered fundamental and widespread problems. The findings of this study have provided a basis for offering recommendations to the Economic and Social Council to strengthen women's rights and enhance their participation in political, economic, social, and educational spheres. Despite these positive developments, the lack of comprehensive information and data regarding these women and their economic activities remains a challenge. This indicates the need for further research on the participation of Afghan women in the labor market (Butler, 2013).

A study conducted by the Asian Foundation in Afghanistan shows that the contribution of active women to economic growth through income-generating activities decreased in 2016 compared to 2015 (Heniea, 2016). Women in Afghanistan have always lived under the heavy shadow of traditions and social and cultural beliefs, and this has profoundly affected their personal and professional lives. Even women who had found employment opportunities in the past were not safe from widespread discrimination and restrictions. Working conditions for employed women have often been unstable and fraught with numerous challenges. According to the research by Ganesh et al. (2013), about 95 percent of working women in Afghanistan were engaged in unstable and informal jobs, and 78 percent of them were involved in unpaid work within the family framework (Ganesh, Kohistani, & Azami, 2013). According to Bossuroy, Ceretti, and Dahmani-Scuitti (2025) however, after the Taliban came to power, restrictions on women's employment have intensified. Among men aged 15 to 29, the unemployment rate has nearly tripled, rising to 22 percent in 2023. For young women, the situation is even worse; currently, almost a quarter of them are unemployed, which represents a sevenfold increase compared to 2020 (Bossuroy, Ceretti, & Dahmani-Scuitti, 2025).

## 4. Research methodology

To better understand the process of women's economic participation and identify the challenges they face, comprehensive documentary studies were first conducted, followed by a field survey using a mixed quantitative and qualitative method. This research approach allowed us to obtain a comprehensive and realistic picture of the status of women in the field of economic participation through the review of existing

resources and the collection of field data, and to more accurately identify the factors affecting their participation.

For collecting field data, a questionnaire was distributed to 57 entrepreneurial women in the center of Bamyan province and the Bazar of Yakawlang district. The statistical population of this research included economically active women in the mentioned areas, who were purposefully selected to provide an appropriate representation of the economic participation of women in Bamyan. The research sample consisted of 57 entrepreneurial women from whom the relevant data were collected.

After the data collection process was completed, a database was created for recording, organizing, and managing the information. For the analysis of quantitative data, the SPSS statistical software was used, and for the analysis of qualitative data, the content analysis method was employed to ensure a comprehensive and accurate examination of the results.

Ultimately, after the Taliban came to power in August 2021, Afghanistan's economy settled at a lower equilibrium. Over the past two decades, economic growth in the country has been unstable and non-inclusive, accompanied by rising urban poverty and rural livelihoods dependent on fragile agricultural production. This growth trajectory can be divided into three distinct phases:

First - 2004 to 2014: Rapid economic growth, largely supported by international aid and a strong military presence, which led to increased demand and the development of infrastructure. Second - Around 2014: Economic growth slowed due to the withdrawal of international forces, reductions in aid, and rising conflict. Third -After August 2021: Gross domestic product (GDP) declined by more than a quarter, primarily because of a contraction in sectoral activities (Bossuroy, Ceretti, & Dahmani-Scuitti, 2025).

## 5. Research objective

The objective of this research is to examine the level of economic participation of women in Bamyan province as one of the key indicators of sustainable development and social justice. In this regard, the present study seeks to identify the factors influencing women's economic participation, analyze and evaluate the income levels of women in this province, particularly in economic activities, and examine the obstacles and challenges they face in their economic involvement.

Specifically, this research aims to achieve the following objectives:

- Identify the factors affecting the level of economic participation of women in Bamyan province;
- Analyze and evaluate the income levels of women active in the trade sector in this province;
- Examine the obstacles, limitations, and challenges that Bamyan women face in entering the job market and participating economically.

## 6. Discussion and analysis

**Table 1:** Types of Women's Economic Activities

| | Activities | Number | Percentage | Total |
|---|---|---|---|---|
| 1 | Sewing | 13 | 22,81 | 57 |
| 2 | Engaged in small handicraft industries | 17 | 29,82 | 57 |
| 3 | Hairdressing | 9 | 15,78 | 57 |
| 4 | Bakery | 8 | 14,04 | 57 |
| 5 | Cattle farming or dairy production | 10 | 17,54 | 57 |

**Source:** Fled survey, 2020.

Based on the results presented in the table above, it is evident that the largest proportion of women's economic activities is concentrated in the handicraft sector, with 17% of the surveyed women engaged in this field. This is followed by tailoring, which accounts for 13%, and livestock farming and dairy production, comprising 10% of the participants. Furthermore, 9% of women are employed in the hairdressing profession, while the smallest proportion 8% is represented by women working in the baking industry.

Overall, the handicraft sector demonstrates the highest level of participation among women, which may be attributed to the relative availability of essential resources and basic facilities, such as dedicated workspaces and necessary tools. Conversely, the lower levels of participation in fields such as tailoring, livestock farming, hairdressing, and baking may be explained by a lack of adequate infrastructure, equipment, and institutional support. Consequently, to enhance women's economic participation across a broader range of sectors, the provision of appropriate facilities and supportive infrastructure is imperative.

**Table 2:** The Income level

| NO | Type of economic activity | Average monthly income (afghanis) | Type of employment | Additional information |
|---|---|---|---|---|
| 1 | Crafts and home businesses | 11000 afghanis | Full-time and with a marketing approach | The level of women's participation has not been very high, and their activities have been carried out in a non-cooperative manner. |

| | | | | |
|---|---|---|---|---|
| 2 | Sales and marketing | 13000 afghanis | Private / Independent | Most of the sales have been made through in-person visits. |
| 3 | Cattle farming or dairy production | 7500 afghanis | Self-employment | It is mostly produced in villages and sold in the central Bamyan Bazaar and the Yakawlang Bazaar |

**Resource:** Filed interview, 2020.

Women in the field of handicrafts and home-based businesses earn an average of about 11,000 afghanis per month. These occupations usually include carpet weaving, embroidery, knitting, production of decorative items, and traditional products, which are carried out in the home environment or in the form of small home workshops. The level of participation in this sector is relatively high, as it requires low initial investment, time flexibility, and the possibility of working from home, which has attracted more women to it.

In the sales and marketing sector, women are directly involved in selling various products such as local food, clothing, household items, and handicrafts. The average monthly income of women in this sector reaches about 13,000 afghanis. Activities are mostly conducted in local markets or through mobile sales and in-person visits. In-person sales are particularly prevalent in the central markets of Bamyan and Yakawlang. Activities are mainly conducted privately/independently and outside the framework of cooperatives.

In the livestock and dairy production sector, women work full-time and focus on marketing dairy products such as milk, yogurt, and cheese. However, the average monthly income is only about 7,500 afghanis, which is lower compared to other sectors. This issue can be attributed to various reasons such as market fluctuations, transportation problems, or the low prices of raw products.

The level of women's participation in this field has not been very high, and activities are carried out in a non-cooperative manner (without membership in cooperatives or support groups), which has led to reduced bargaining power and less access to markets and support resources.

**Table 3:** The main factors driving women towards passive economic participation

| | Significant factors and indicators | | Very much | Much | Somewhat | Less | Very less | Total |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 1 | The lack of financial independence for women to invest | Frequency | 40 | 13 | 1 | 1 | 2 | 57 |
| | | Percentage | 70.18 | 22.81 | 1.75 | 1.75 | 3.51 | |

| | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 2 | Limitation in access to the necessary money for investment | Frequency | 37 | 15 | 2 | 2 | 1 | 57 |
| | | Percentage | 64.91 | 26.32 | 3.51 | 3.51 | 1.75 | |
| 3 | Lack of specialized knowledge and appropriate education level | Frequency | 33 | 19 | 2 | 2 | 1 | 57 |
| | | Percentage | 57.90 | 33.33 | 3.51 | 3.51 | 1.75 | |
| 4 | The government's neglect of comprehensive support for women | Frequency | 32 | 19 | 3 | 1 | 2 | 57 |
| | | Percentage | 56.15 | 33.33 | 5.26 | 1.75 | 3.51 | |
| 5 | Social and economic structures | Frequency | 31 | 18 | 4 | 3 | 1 | 57 |
| | | Percentage | 54.35 | 31.59 | 7.05 | 5.26 | 1.75 | |
| 6 | Gender differences in the process of socialization and economic participation | Frequency | 29 | 21 | 3 | 3 | 1 | 57 |
| | | Percentage | 50.89 | 36.84 | 5.26 | 5.26 | 1.75 | |
| 7 | Women's fear of the dominance of culture and traditional beliefs | Frequency | 23 | 14 | 3 | 10 | 7 | 57 |
| | | Percentage | 40.32 | 24.56 | 5.26 | 17.58 | 12.28 | |
| 8 | The prevailing culture and customs in society | Frequency | 17 | 19 | 9 | 11 | 1 | 57 |
| | | Percentage | 29.82 | 33.33 | 15,79 | 19.31 | 1.75 | |
| 9 | Women's lack of interest in economic participation | Frequency | 12 | 10 | 4 | 23 | 8 | 57 |
| | | Percentage | 21.05 | 17.54 | 7.02 | 40,35 | 14.04 | |

**Resource:** field survey, 2020.

The findings of Table (2) indicate that, from the respondents' perspective, various factors drive women towards passive participation and consequently limit their presence in economic activities in this province. Among these factors, the lack of financial independence for women to invest has been identified as the most significant deterrent.

Out of the nine variables examined for their impact on women's economic participation, respondents attributed the highest level of impact to this variable. According to the results, 70 percent of respondents chose the option "very high impact", 22.81 percent chose "high impact", and 3.41 percent chose "very low impact". These figures indicate that, in total, more than 92 percent of respondents believe that the lack of financial independence for women is one of the main barriers to their economic participation.

These data indicate that to increase the level of women's economic participation in the province in question, strengthening their financial capabilities and providing opportunities for economic independence should be prioritized in developmental planning.

The second significant factor that has played a role in reducing women's economic participation in this province is the limitation in access to necessary investment capital. The findings obtained from the responses of the participants in the research indicate that this factor has significantly hindered the active participation

of women in economic fields. Based on the results, 64.91 percent of respondents chose the option "strongly agree" regarding the impact of this factor and considered it one of the main barriers to women's economic participation. Additionally, 26.32 percent of the other participants also chose the option "Agree," and thus, in total, more than 91 percent of the respondents believe that the lack of access to financial resources and initial capital is one of the major challenges that prevents investment and active economic participation of women.

In contrast, only 1.75 percent of respondents believed that women did not face any restrictions in accessing the necessary capital, a figure that is very small and indicates a broad consensus regarding the negative impact of this factor on women's economic participation.

These results indicate that any effective policymaking aimed at the economic empowerment of women in this province should focus on facilitating their access to financial resources, providing low-interest loans, creating funds to support women's entrepreneurship, and financial empowerment programs.

Based on the obtained results, factors such as the lack of specialized knowledge and low education levels are considered significant barriers to women's economic participation. These factors have particularly and directly influenced the lack of active participation of women in economic fields. Specifically, 57.90 percent of respondents believed that the lack of specialized knowledge and appropriate education is a major barrier to women's economic participation, and 33.33 percent also spoke about the significant impact of these factors on women's economic limitations. These results indicate a direct correlation between the level of education and professional skills of women and their participation in economic activities, such that the lower the academic and professional qualifications of individuals, the less likely they are to participate in the labor market and economic activities.

The data obtained from the research indicates that the lack of comprehensive and systematic support from the government has been one of the main factors in the decline of women's economic participation in this province. The lack of formulation and implementation of specific and effective support policies, the neglect of women's economic and social needs, and the absence of effective empowerment programs have created a kind of passivity and lack of motivation among women to actively participate in economic activities.

Based on the findings, 56.15 percent of respondents believed that the government's negligence in this area has played a "somewhat significant" role in reducing women's economic participation, and 33.33 percent also assessed this factor as "very effective". These statistics indicate that institutional support and appropriate policymaking by the government are among the essential prerequisites for enhancing women's economic participation. In the absence of such support, the gender gap in employment and economic activities deepens, and equal opportunities for women become severely limited.

The respondents of this study have identified gender differences in the processes of socialization and economic participation as one of the influential and prominent factors in their analyses. Specifically, 50.89 percent of the participants considered

this variable as having a very high impact on socialization processes and economic participation, while another 31 percent evaluated it as having a high impact. These results indicate the significant importance of gender differences in shaping individuals' social and economic patterns and may reflect the profound impacts of social and cultural structures on the opportunities and challenges faced by different gender groups. Therefore, gender differences in socialization processes and economic participation should be considered and examined more closely as one of the key components in social and economic analyses.

In traditional societies such as Afghanistan, deeply rooted structures and cultural beliefs have a significant impact on the level of participation and role of women in various social and economic spheres. In such a context, prevailing traditions not only determine the normative frameworks of individual and collective behaviors but also play a significant role in shaping the opportunities and limitations faced by women.

The findings of this research also support this issue, as the fear of the dominance of traditional culture and conservative beliefs has been identified as one of the main obstacles to women's economic participation in this province. Specifically, 40.32 percent of the respondents considered this variable to be very influential, and 24.56 percent also assessed it as somewhat highly effective.

These data show that traditional culture, especially in areas where traditional values and norms are strongly entrenched, can be a deterrent to the empowerment of women and their active participation in economic development processes. Therefore, any policy aimed at enhancing women's presence in economic and social spheres will require a thorough analysis and conscious intervention in the realm of prevailing beliefs, cultural norms, and social structures.

In the analysis of previous variables, it has been clearly emphasized that culture and the prevailing customs in society play a significant role in determining the level of women's participation in various social, economic, and cultural spheres. Cultural structures and social traditions not only shape the norms and values governing individual and collective behavior but also directly influence the opportunities and limitations of women's participation in development processes. The findings of this research also confirm this reality. Such that 29.82 percent of the respondents considered the prevailing culture and customs as a "very effective" factor in limiting or facilitating women's participation in various sectors of society, and 32.33 percent of others also assessed this factor as "somewhat important". These percentages indicate that a significant portion of the research participants acknowledge the high impact of cultural factors in shaping gender roles and the presence of women in society.

Therefore, it can be concluded that in societies with traditional cultural structures, such as the studied community, prevailing culture and customs not only determine the public attitude towards women's participation but also serve as one of the main obstacles or, in some cases, facilitators of their presence in various fields. This issue underscores the necessity of gradually reforming cultural attitudes and beliefs alongside formulating supportive policies to enhance women's participation.

Ultimately, the results of this research indicate that although various factors such as traditional beliefs, gender roles, and cultural norms have influenced women's

economic participation, the personal reluctance of women to engage in economic activities has been less significant and prevalent compared to the other examined variables. In other words, a significant portion of the respondents believe that the main factor behind the decline in women's economic participation is due to external and structural barriers, rather than a lack of internal motivation or desire.

Based on the obtained data, 21.05 percent of respondents acknowledged that women generally did not have a tendency to refrain from economic participation, and another 17.54 percent believed that there was only a somewhat significant tendency in this regard. These findings indicate that women in this society, despite a relative inclination towards economic activity, have been compelled to be passive and withdraw from economic spheres in the face of a conservative and restrictive social environment.

As mentioned in previous sections, the dominance of traditions and cultural attitudes in society has created an environment that poses serious challenges to women's economic participation. As a result, the decrease in women's participation in economic spheres is more rooted in prevailing structures and social barriers than in their lack of interest or desire. This makes the need for policy, cultural, and educational interventions to create an equitable participatory environment and empower women even more pressing.

## 7. Structural challenges of the women's market in Bamyan province

According to the interviewer's observations, one of the fundamental challenges of the women's market in Bamyan province is its unsuitable geographical location. This market is located in a place that makes access difficult for a wide range of customers. In addition, considering the volume of women's production, the physical space of the market is not sufficient for the effective and orderly display of products.

In the aspect of packaging and organizing products, significant deficiencies are also observed. Women producers generally lack the facilities and knowledge necessary for proper packaging and sorting of their products; as a result, the products are presented in an unseparated manner without clear categorization. This situation, while causing confusion for customers, leads to a decrease in service quality and a negative impact on the shopping experience.

From a technical and infrastructural perspective, the aforementioned market is facing a severe lack of facilities. Many of the stalls are equipped with only a small cabinet that lacks the capacity to store and display all the products of the producers. As a result, sellers are forced to stack goods tightly and haphazardly in the limited space, which has diminished the order and aesthetic appeal of the booths and made the professional display of products difficult.

Another important issue is the lack of psychological security and a safe working environment for women active in this marketplace. According to the statements of several women, inappropriate and sometimes humiliating encounters have been reported when men pass by the market. These types of encounters lead to a weakening of the sense of security and a decrease in women's self-confidence in the workplace.

Moreover, the physical location of the market, which is surrounded by roads on all sides, in itself is a factor in creating a sense of insecurity and unrest for women.

Additionally, the combination of selling food products with handicrafts in a shared space is another noteworthy issue in this market. This situation not only undermines the specialized identity of the market but also causes functional interference, reduces thematic coherence, and increases customer confusion. This issue has a direct negative impact on the activities of women artisans and the shopping experience of visitors.

Ultimately, the lack of proper sanitary facilities is also considered one of the serious challenges of this market. Women working in this market do not have access to clean drinking water, and there is only one toilet unit available for all the vendors, which in no way meets their basic sanitary needs.

## 8. Conclusions

The examination of women's economic participation in Bamyan province from 2010 to 2021 shows that despite the significant presence of women in certain economic activities, this participation has remained at a basic level and has been accompanied by notable limitations. Based on the available data, a significant percentage of women have been engaged in activities such as handicrafts (29.82%), sewing (22.81%), livestock farming and dairy production (17.54%), hairdressing (15.78%), and baking (15.4%). These figures indicate the relative inclination of women to participate in home-based or semi-home-based economic activities, which generally rely on traditional and accessible skills.

However, there have been numerous obstacles to the effective and sustainable participation of women in the economy of this province. One of the fundamental challenges has been the lack of financial independence and access to necessary investment capital, which has severely limited women's ability to start independent businesses. This issue, along with the lack of specialized knowledge, low education levels, and the absence of appropriate technical and vocational training, has prevented women from fully utilizing their potential.

On the other hand, the lack of government support and targeted policies to strengthen women's economic capacity indicates the neglect of formal structures regarding women's role in local development. Traditional socio-economic structures and prevailing cultural beliefs, including gender differences in the socialization process, have led many women to avoid entering economic activities due to fear of social judgment and family pressures, or to operate solely within accepted and closed frameworks.

Moreover, some women have not taken advantage of available opportunities due to internal reasons such as lack of self-confidence, lack of experience, and even disinterest in economic participation. These factors, in total, have led to the formation of a closed and conservative cycle, from which exiting requires comprehensive interventions at cultural, educational, economic, and legal levels.

Overall, women's economic participation in Bamyan from 2010 to 2021, although showing signs of dynamism and presence in some areas, has not been able to transform into a sustainable and development-oriented trend due to the lack of

supportive infrastructure, socio-cultural barriers, and structural problems. Addressing these challenges requires a review of national and local policies, empowering women through education, providing financial resources, and striving to change cultural attitudes towards the role of women in the economy.

## References

ALIZADEH, M. Naqsh-e eshteghāl-e zanān dar tose'eh [The role of women's employment in development]. *Faslnameh-ye Pajooheshi-ye Zan va Farhang*, 2020.

BOSSUROY, T.; CERETTI, M. V.; DAHMANI-SCUITTI, A. *Afghanistan employment policy note: a focus on youth, women, and employment support programs*. Washington, DC: World Bank Group, 2025. Disponível em: <Afghanistan-Policy-Note-Employment-April-2025.pdf>.

BOSSUROY, T.; CERETTI, M. V.; DAHMANI-SCUITTI, A. *Afghanistan employment policy note: a focus on youth, women, and employment support programs*. Washington, DC: World Bank Group, 2025.

BUTLER, A. Afghan women's economic participation. *Building Markets*, 2013. Disponível em: https://buildingmarkets.org.

CONGRESSIONAL RESEARCH SERVICE (CRS). *Afghan women and girls: status and congressional action*. Washington, DC: CRS, 2021. Atualizado em: 18 ago. 2021. Disponível em: https://crsreports.congress.gov/product/pdf/R/R46413.

GANESH, L.; KOHISTANI, M. Economic empowerment of Afghan women: 2002 to 2012. Kabul: Afghanistan Research and Evaluation Unit (AREU), 2013. Disponível em: https://www.areu.org.af.

GANESH, L.; KOHISTANI, M.; AZAMI, R. *Women's economic empowerment in Afghanistan, 2002–2012: information mapping and situational analysis*. Kabul: Afghanistan Research and Evaluation Unit (AREU), 2013.

GIMENEZ, M. Capitalism and the oppression of women: Marx revisited. *Science & Society*, v. 69, n. 1, 2005.

HENIEA, A. *Afghanistan in 2016: a survey of the Afghan people*. Kabul: The Asia Foundation, 2016. Disponível em: https://reliefweb.int/report/afghanistan/afghanistan-2016-survey-afghan-people.

HEYDARI, F. The role and participation of women in sustainable development.

*Women's Rights Protection Studies Quarterly*. Tehran: Institute for Humanities and Cultural Studies, 2018.

INTERNATIONAL MONETARY FUND (IMF). *Gender equality and inclusive growth*. IMF Working Paper, n. WP/21/59, Washington, DC, 2021. Disponível em: https://www.imf.org.

MAHRGAN, N.; RAHIMZADEH, F.; SHOKOUHIFARD, S.; AL-IMRAN, R. Investigating the impact of corruption on female labor force participation rate. *Quarterly Journal of Quantitative Economics*, v. 19, n. 2, 2022.

MUHAMMADI, S.; DARIZ, K.; AHMADZAI, M. Y. Impacts of labour force of Afghan women based on education in economic growth. *Integrated Journal for Research in Arts and Humanities*, v. 3, n. 6, 2023. Disponível em: https://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/.

NAJAM, R.; PATRINOS, H. A.; BENTAOUET KATTAN, R. *The mis-education of women in Afghanistan: from wage premiums to economic losses*. Policy Research Working Paper, n. 10888. Washington, DC: World Bank Group, 2024. Disponível em: https://documents1.worldbank.org/curated/en/099557509032433623/pdf/IDU-ec89796a-2035-4f98-b8b9-abb3b328dc23.pdf.

PAIKAR, G. R. Female labor force participation in Afghanistan: case study of Mazr-e-Sharif city. Bonn: DAAD, 2018.

RAHIMI, W. Challenges to the presence of Afghan women in the political processes (2000–2020). *Pearson Journal of Social Sciences & Humanities*, v. 7, n. 17, 2022. DOI: https://doi.org/10.46872/pj.477.

SHARABI, M.; SHDEMA, I.; MANADREH, D.; TANNOUS-HADDAD, L. Muslim working women: the effect of cultural values and degree of religiosity on the centrality of work, family, and other life domains. *World*, v. 6, n. 2, 2025. Disponível em: https://www.mdpi.com/2673-4060/6/2/43.

WCLRF. Women's political statement on peace, security, and political participation. Kabul: Heinrich Böll Foundation, 2017.

WORLD BANK GROUP. *Afghanistan Welfare Monitoring Survey – Round 3 (AWMS)*. Afghanistan Features, out. 2023. Disponível em: https://thedocs.worldbank.org/en/doc/975d25c52634db31c504a2c6bee44d22-0310012023/original/Afghanistan-Welfare-Monitoring-Survey-3.pdf.

WORLD BANK. *Women's economic empowerment rural development project*. Washington, DC: World Bank, Agriculture Global Practice, South Asia Region, 2018.

WORLD BANK. *World Development Indicators: Afghanistan*. Washington, DC: World Bank, 2016. Disponível em: https://data.worldbank.org/country/Afghanistan.

# *DeBÍ TiRAR MáS FOToS*: Bad Bunny e a (re)construção de uma identidade porto-riquenha em tempos de crise

*DeBÍ TiRAR MáS FOToS: Bad Bunny and the (re)construction of a Puerto Rican identity in a context of crisis*

*DeBÍ TiRAR MáS FOToS: Bad Bunny y la (re)construcción de la identidad puertorriqueña en un contexto de crisis*

*Carolina Carvalho Andrade Pereira*[1]
*Ana Paula Meneses Alves*[2]

**Resumo**

Pereira, C. C. A. Alves, A. P. M. *DeBÍ TiRAR MáS FOToS*: Bad Bunny e a (re)construção de uma identidade porto-riquenha em tempos de crise. ***Rev. C&Trópico***, v. 50, n. 1, p. 35-52, 2026. Doi: 10.33148/ctrpico.v50i1.2766

Este artigo analisa o curta-metragem *DeBÍ TiRAR MáS FOToS* (2025), de Bad Bunny, como manifesto estético-político contra a hegemonia cultural estadunidense sobre Porto Rico. A partir de uma abordagem qualitativa, fundamentada na Análise Crítica do Discurso e em referenciais transdisciplinares, discute-se como a obra mobiliza memórias coletivas, símbolos populares e críticas à gentrificação para reconfigurar a identidade porto-riquenha no contexto latino-americano. Argumenta-se que, ao denunciar o apagamento cultural e reafirmar a tradição como recurso de resistência, Bad Bunny transforma a arte popular em espaço de reterritorialização simbólica e contestação política. Conclui-se que o curta-metragem reafirma a cultura como espaço de luta e reinvenção e convoca à construção de memórias e de identidades coletivas insurgentes.

**Palavras-chave:** Bad Bunny; Hegemonia cultural; Identidade porto-riquenha; Porto Rico; Resistência cultural.

**Abstract**

Pereira, C. C. A. Alves, A. P. M. DeBÍ TiRAR MáS FOToS: *Bad Bunny and the (re)construction of a Puerto Rican identity in a context of crisis*. ***Rev. C&Trópico***, v. 50, n. 1, p. 35-52, 2026. Doi: 10.33148/ctrpico.v50i1.2766

1 Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Membro do Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Recursos, Serviços e Práxis Informacionais (Nersi-UFMG). Bibliotecária-documentalista na Biblioteca Professor Flausino Vale, da Escola de Música da UFMG. E-mail: ccapcontato@gmail.com Orcid: https://orcid.org/0009-0002-7323-0846

2 Doutora em Ciência da Informação pela Faculdade de Filosofia e Ciências da Unesp - Campus Marília, em regime de cotutela com a Universidade de Granada, na Espanha. Professora adjunta da Escola de Ciência da Informação da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). E-mail: apmeneses@ufmg.br Orcid: https://orcid.org/0000-0002-1137-2139

*This article analyzes the short film DeBÍ TiRAR MáS FOToS (2025), by Bad Bunny, as an aesthetic-political manifesto against U.S. cultural hegemony over Puerto Rico. Based on a qualitative approach grounded in Critical Discourse Analysis and transdisciplinary frameworks, it examines how the work mobilizes collective memory, popular symbols, and critiques of gentrification to reconfigure Puerto Rican identity within the Latin American context. It argues that, by denouncing cultural erasure and reaffirming tradition as a resource of resistance, Bad Bunny transforms popular art into a space of symbolic reterritorialization and political contestation. The article concludes that the short film reaffirms culture as a site of struggle and reinvention, calling for the construction of insurgent collective memory and identity.*

**Keywords:** Bad Bunny; Cultural hegemony; Puerto Rican identity; Puerto Rico; Cultural resistance.

**Resumen**

Pereira, C. C. A. Alves, A. P. M. DeBÍ TiRAR MáS FOToS: *Bad Bunny y la (re)construcción de la identidad puertorriqueña en un contexto de crisis*. ***Rev. C&Trópico***, v. 50, n. 1, p. 35-52, 2026. Doi: 10.33148/ctrpico.v50i1.2766

Este artículo analiza el cortometraje *DeBÍ TiRAR MáS FOToS* (2025), de Bad Bunny, como un manifiesto estético-político contra la hegemonía cultural estadounidense sobre Puerto Rico. A partir de un enfoque cualitativo, fundamentado en el Análisis Crítico del Discurso y en referentes transdisciplinares, se examina cómo la obra moviliza memorias colectivas, símbolos populares y críticas a la gentrificación para reconfigurar la identidad puertorriqueña en el contexto latinoamericano. Se sostiene que, al denunciar el borramiento cultural y reafirmar la tradición como recurso de resistencia, Bad Bunny transforma el arte popular en un espacio de reterritorialización simbólica y contestación política. Se concluye que el cortometraje reafirma la cultura como espacio de lucha y reinvención y convoca a la construcción de memorias e identidades colectivas insurgentes.

**Palabras clave:** Bad Bunny; Hegemonía cultural; Identidad puertorriqueña; Puerto Rico; Resistencia cultural.

*Data de submissão: 25/02/2026*
*Data de aceite: 04/05/2026*

## 1. Introdução

Simón Bolívar, também conhecido como "O libertador", sonhava com uma América Latina forte e emancipada, unida em prol de um projeto de soberania e valorização de uma identidade nacional. Apesar de sua contribuição para a consolidação

do processo de independência de países que estavam sob o jugo espanhol, Bolívar não pode, em vida, ver seus anseios utópicos se tornarem realidade. Suas ideias permanecem no imaginário latino-americano como uma aspiração a ser construída, ainda que atualmente questionadas quando confrontadas sobre qual seria de fato essa identidade coletiva, já que também emulavam "mecanismos de exclusão política e social de certos grupos" (Morales, 2021, p. 616).

A história da América Latina é marcada por uma série de crises que se sobrepõem: a da exploração colonialista geradora de dependência econômica e empobrecimento regional; a do genocídio de povos originários; a dos governos militares opressores e ditatoriais; além da imposição de uma indústria cultural eurocêntrica e estadunidense de massa como padrão a ser consumido e capitalizado. Dessa forma, essas crises expressam uma continuidade histórica das violências coloniais, agora reconfiguradas em novas formas de controle, exclusão e apagamento que reverberam no atual colapso das democracias, no aprofundamento das desigualdades socioeconômicas, passando pelas mudanças climáticas e disputas simbólicas no campo da cultura (Grosfoguel, 2016; Quijano, 2000).

Apesar de tensões internas e da barreira linguística, e aqui falamos necessariamente do Brasil, que não fazia parte do então "sonho bolivariano", é fácil encontramos mais pontos em comum do que obstáculos intransponíveis em nossa caminhada enquanto países pertencentes ao Sul global. Como pondera Gilberto Freyre, esse

> [...] conjunto latino-americano de populações e de culturas, marcado por uma unidade, nem sempre ostensiva, que coexiste com uma variedade quase sempre mais notável que essa unidade, por ser mais pitoresca do que ela, apresenta-se tão diferente daqueles outros conjuntos de populações e de culturas afins [...] Essa definição de latinidade ao mesmo tempo que de americanidade, por parte da América Latina, tudo indica que compreende todo o conjunto de suas expressões de ethos e de cultura, de sentido sociológico: seu comportamento político; sua atividade econômica, seus estilos de convivência social tanto quanto suas manifestações de literatura, de arte, de filosofia, e de ciência do Homem, à base de quanto há já de específico em sua experiência (1966, p. 19-20).

Assim, a identidade latino-americana foi construída por uma interpenetração entre a herança cultural ibérica e elementos não europeus, estabelecendo uma tensão criadora, um projeto pós-moderno pautado na coexistência entre contrários. E neste cenário, a arte, por meio de suas diversas manifestações, emerge como campo privilegiado de reivindicação e valorização desta identidade, que é reelaborada pelos sujeitos em sua busca pela reconquista simbólica de sua própria episteme como fonte de empoderamento social.

Benito Antonio Martínez Ocasio, artista porto-riquenho mais conhecido pela alcunha de Bad Bunny, é um dos grandes nomes da cena latino-americana contemporânea. Ao demarcar sua presença no cenário musical e ter sua força reconhecida pela

crítica especializada como potência criadora, ele faz de seu trabalho um manifesto de resistência cultural, transcendendo seu status de ícone musical e se posicionando como agente de enfrentamento ao epistemicídio latino-americano, e de forma mais contundente, em sua terra natal.

Como exemplo, podemos citar sua recusa na utilização da língua inglesa em suas composições, exaltando suas raízes latinas. Ao insistir em criar suas músicas em um espanhol caribenho repleto de gírias e marcas de oralidades periféricas, seu trabalho desafia a indústria fonográfica predominada por artistas anglófonos e resgata saberes linguísticos apagados, ressignificando seu sucesso comercial como um ato político contra a crise identitária da região.

A partir desse contexto, este artigo tem por objetivo analisar o trabalho mais recente de Bad Bunny, *DeBÍ TiRAR MáS FOToS* (*DtMF*)[3] (Figura 1), a partir do curta-metragem homônimo disponibilizado pelo artista em seu canal do Youtube. A questão central desta pesquisa é investigar como sua obra funciona como uma ferramenta de enfrentamento à influência e à interferência dos Estados Unidos da América (EUA) em Porto Rico, território com um histórico de mais de 120 anos sob domínio estadunidense.

**Figura 1:** Capa do álbum *DtMF*



**Fonte:** Rimas Entertainment (2025).

3 Apesar de fora dos padrões normativos da escrita acadêmica, escolhemos manter a grafia estilizada originalmente concebida pelo artista para nos referirmos ao trabalho analisado, que em português significa "Eu devia ter tirado mais fotos".

Questiona-se de que maneira sua produção artística contribui para resgatar o sentimento de pertencimento entre os porto-riquenhos, ao mesmo tempo em que inspira um senso de união em toda a América Latina. A hipótese central é que, ao revalorizar elementos folclóricos e expressar uma crítica contundente à homogeneização e tentativas de apagamento de costumes e tradições, o artista não apenas documenta essa crise identitária, mas abre espaço para que o tema seja debatido por meio de suas músicas, atingindo milhões de pessoas. Sua obra, portanto, atua como um mecanismo de resistência cultural ativo, reafirmando o valor da cultura local frente a interferências externas dos EUA.

## 2. Porto Rico em contexto: em busca do tempo perdido

A história de Porto Rico se confunde com a história de vários países da América Latina. Marcada por conflitos guiados pelos interesses colonialistas, o território foi cedido para os EUA após o fim da Guerra Hispano-Americana em 1898, dando início a um capítulo que deixou marcas profundas que ainda estão presentes na dinâmica social e cultural da ilha (Baggio, 1997; Library, 2025).

Atualmente, Porto Rico é um território não-incorporado dos EUA, mas com status de "Estado Livre Associado", sendo um exemplo de como as complexas dinâmicas coloniais, ainda que mascaradas sob formas jurídicas e políticas modernas, permanecem na contemporaneidade (Meléndez-Badillo, 2025). Apesar dos porto-riquenhos possuírem cidadania norte-americana, eles não têm direito a voto nas eleições presidenciais e sua representação no Congresso dos EUA é limitada, e quase figurativa, já que decisões importantes que impactam diretamente sua realidade continuam sendo tomadas em Washington, sem a efetiva participação da população local (Library, 2025). Essa condição política acaba por reverberar diretamente na vida dos porto-riquenhos que, desde crianças, foram subjugados a um sistema educacional de vertente colonizadora, geradora de um deslocamento cultural de sua própria episteme (Meléndez-Badillo, 2025).

A crescente dependência econômica dos EUA, além do aumento da dívida pública, acompanhado pelo êxodo migratório em massa, apenas contribuem para que as tensões sociais na ilha se tornem ainda mais patentes. E após a passagem do Furacão Maria[4] em 2017, tal situação se agravou ainda mais. Afinal, uma comunidade em frangalhos se torna o ambiente ideal para que haja a intervenção de terceiros.

Assim, percebemos que a crise de Porto Rico não é apenas uma questão econômica, mas de identidade e soberania, afinal, a ilha caribenha é culturalmente latino-americana, mas politicamente controlada pelos EUA. E em um cenário de tensão generalizada, abriu-se espaço para uma onda de gentrificação, processo de transformação urbana que, impulsionado por princípios capitalistas, valoriza áreas de baixa renda e facilita a vinda de investidores em busca de espaços locais para o turismo e expansão do mercado imobiliário, resultando na segregação e expulsão dos moradores originais (Coulomb Bosc, 2014; Teixeira, 2020; Meléndez-Badillo, 2025).

4 Dados extraídos de: https://brasil.elpais.com/brasil/2018/08/28/internacional/1535480686_357912.html. Acesso em: 10 jan. 2026.

Atualmente, com o segundo mandato de Donald Trump no governo dos EUA, uma nova onda de repressão tem ameaçado a identidade e as tradições porto-riquenhas. Por meio da sanha conservadora, tem-se tentado fragilizar a preservação da memória da ilha, através de atos que espelham resquícios de um autoritarismo disfarçado de progresso orientado pelo Estado (Meléndez-Badillo, 2025).

E é nesse contexto que a obra de Bad Bunny ganha contornos mais profundos, ao mostrar que qualquer manifestação contrária às tentativas de apagamento é um ato de sobrevivência e resistência cultural.

## 3. Quando arte e teoria se encontram: diálogos entre hegemonia cultural, identidade e colonialidade do poder

Esta seção apresenta os principais referenciais teóricos que fundamentam nossa análise da obra de Bad Bunny. Dentre as múltiplas possibilidades de leitura, nos detemos nos conceitos de hegemonia cultural, hibridação e identidade, e colonialidade do poder. A partir da articulação desses aportes, procuramos compreender as dinâmicas que moldam a cultura popular porto-riquenha e evidenciar sua dimensão de resistência em contextos de crise.

Como observamos, não é apenas por meio de guerras ou de sanções que territórios podem ser conquistados. Na contemporaneidade, países como os EUA exercem sua liderança como potência global para além do uso da força, por meio do consentimento operado de forma subentendida, e pela disseminação massiva de seus valores e normas. Do surgimento do *American way of life* à romantização do consumismo desenfreado como forma de status, percebemos os mecanismos de sua hegemonia cultural em ação em nosso cotidiano.

Teorizado por Gramsci, o conceito de hegemonia cultural nos mostra como se dá o processo pelo qual um determinado grupo social dominante exerce sua liderança, fazendo com que sua própria visão de mundo, seus valores, interesses e interpretações da realidade sejam percebidos como naturais, universais, positivos para todos e, até mesmo, desejáveis pelas classes dominadas (Coutinho, 1992). O poder hegemônico, portanto, não se sustenta apenas pelo aparelho político-militar, mas pela capacidade de controle moral e intelectual exercido pela sociedade civil e suas concepções de mundo. Cria-se, assim, um dispositivo de manipulação pelo qual a classe dominante obtém um consenso da sociedade, fabricando, e impondo, sua própria visão de coletividade (Schlesener, 2007).

Dessa forma, a cultura não se limita a existir como um espaço de expressão simbólica, mas acaba por se tornar um terreno privilegiado da luta pela hegemonia, no qual os grupos sociais instituem e difundem suas concepções de mundo, buscando orientar práticas, legitimar valores e consolidar projetos políticos. Assim, longe de ser neutra, a disputa cultural representa um embate entre forças que procuram conservar a ordem vigente e aquelas que buscam sua transformação, ou seja, tanto a reprodução das relações de dominação quanto as possibilidades de resistência e emancipação (Schlesener, 2007).

No contexto de Porto Rico, a hegemonia se manifesta através da influência cultural dos EUA, que busca moldar a percepção de identidade da população local.

Basta lembrarmos, por exemplo, que uma das obras mais emblemáticas a incorporar elementos da cultura porto-riquenha foi idealizada e difundida pelo olhar hegemônico estadunidense. *West Side Story*[5], com músicas compostas por Leonard Bernstein e Stephen Sondheim, é repleto de estereótipos e foi muito criticado pela falta de representatividade autêntica, afinal os porto-riquenhos foram retratados a partir de uma ótica dominante. Mesmo problemática, a obra ainda consegue ter alguns momentos sagazes. A canção "America", a título de exemplo, representa um embate entre uma visão romântica dos EUA *versus* a dura realidade vivida pelos porto-riquenhos que lutam para sobreviver em Nova Iorque. Durante a performance, um grupo de personagens responde às declarações sonhadoras das mulheres em cena dizendo que

> *[...] Life can be bright in America*
> *If you can fight in America*
> *Life is all right in America*
> If you're all-white in America *[...]* (Bernstein; Sondheim, 1961, grifos nossos).

Assim, compreendemos que, ainda que timidamente, a cultura popular já despontava nas manifestações artísticas em uma tentativa de sobrevivência simbólica, tensionada entre a visibilidade e a distorção, construindo um espaço de contestação e resistência, empenhado em preservar tradições e reinventar sentidos.

O debate sobre cultura e hegemonia é aprofundado por Néstor García Canclini (2003) que discute a complexidade das interações culturais em um mundo globalizado, trazendo o conceito de hibridação – entendido como o processo de interação, combinação e reconfiguração simbólica entre diferentes tradições culturais, capaz de gerar formas novas e complexas de expressão. Tal perspectiva dialoga com os apontamentos feitos por Freyre (1966) sobre a formação da identidade latino-americana, marcada pela miscigenação e pela interpenetração cultural, que resultaram em uma realidade singular e heterogênea.

Diante do exposto, a hibridação cultural é muito importante para entendermos a questão da construção da identidade local em Porto Rico, que é retratada como um processo histórico e político, marcado por tensões coloniais, e pela busca de autonomia. Afinal, de um lado existe a presença da herança hispânica; e de outro, a forte influência cultural, política e econômica dos EUA.

Como pontua a professora e pesquisadora Kátia Gerab Baggio, mesmo sem se constituir como um estado nacional soberano, o nacionalismo é um tema constante no cotidiano dos porto-riquenhos, evidenciando uma "contínua necessidade de reafirmar essa cultura, a fim de impor sua nacionalidade" (1997, p. 36). Essa ambivalência acaba por se tornar um dilema identitário em que a imposição de padrões externos convive com formas locais de resistência, sustentadas pela língua, pela música e por práticas comunitárias.

5 Referimo-nos especificamente à versão adaptada para o cinema em 1961, dirigida por Robert Wise e Jerome Robbins e no Brasil intitulada *Amor, sublime amor*.

Nesse processo, a identidade porto-riquenha surge não como algo fixo, mas como construção híbrida e constantemente negociada, atravessada por disputas de poder e pela busca de uma afirmação nacional diante da permanência do status colonial (Baggio, 1997; Canclini 2003). Além disso, há uma tensão constante entre os movimentos que defendem a independência, a manutenção do status atual ou a plena incorporação como estado dos EUA. Essa disputa revela não apenas divergências políticas, mas também diferentes visões sobre identidade, cultura e autodeterminação.

Isto posto, podemos relacionar como essa dinâmica de negociações identitárias encontra ressonância no conceito de colonialidade do poder, formulado pelo sociólogo Aníbal Quijano, que evidencia a permanência de hierarquias coloniais mesmo após o fim formal do colonialismo. Segundo o autor, a colonialidade é um padrão global de dominação que se estabeleceu com a constituição da "América" e que persiste nas esferas econômica, política e cultural (Quijano, 1998; 2000). Essa colonialidade se manifesta na imposição de epistemes eurocêntricas, na categorização racial da população e na exclusão sistemática de saberes subalternizados. Nesse sentido, a assimilação cultural e o apagamento de tradições locais em Porto Rico não são apenas reflexos de interferências externas, mas manifestações concretas dessa colonialidade, que subordina a identidade caribenha a um modelo hegemônico de ser, saber e existir.

Assim, compreendemos que o trabalho de Bad Bunny é um manifesto que celebra a diversidade enraizada na identidade porto-riquenha, e dialoga diretamente com os conceitos apresentados, mostrando como a cultura popular pode ser uma força de autoafirmação para uma sociedade que busca, em essência, se reencontrar. O artista constrói sua crítica ao se apropriar de uma tradição intelectual e popular de resistência cada vez mais efervescente, resgatando um passado que a colonialidade do poder tentou apagar.

Por último, é importante pontuarmos o fato de Bad Bunny se uniu ao historiador e pesquisador porto-riquenho Jorell Meléndez-Badillo para a divulgação de seu álbum. Para cada uma das 17 faixas de *DtMF*, Meléndez-Badillo elaborou um texto[6] sobre Porto Rico, garantindo, assim, que as pessoas não estivessem apenas ouvindo as músicas, mas aprendendo e sendo conscientizados sobre a situação da ilha.

Ao demarcar sua obra como uma ferramenta ativa na luta pela visibilidade e pelo direito dos porto-riquenhos de se tornarem protagonistas de sua própria história, Bad Bunny chama a atenção do mundo para os problemas históricos de sua terra natal, bem como sua atual situação, ainda rodeada de incertezas.

Nas próximas seções, delinearemos o percurso metodológico e apresentaremos a análise detalhada de como esses conceitos se manifestam no curta-metragem, nosso objeto de investigação, bem como no álbum de forma geral.

## 4. Procedimentos metodológicos

Metodologicamente esta pesquisa adota uma abordagem qualitativa, por buscar compreender os fenômenos sociais que ocorrem em Porto Rico a partir do olhar

6 Os textos foram disponibilizados pela equipe de Bad Bunny em seu canal oficial do Youtube no formato *visualizer*, muito utilizado na divulgação de uma música antes de seu lançamento oficial. É um vídeo simplificado, que pode ou não ter relação com a letra da música.

dos sujeitos envolvidos. A natureza da investigação é observacional, com foco na análise de manifestações culturais e simbólicas presentes no curta-metragem de Bad Bunny, que serve como fonte primária de dados. A finalidade é aplicada, pois visa contribuir com reflexões teóricas e práticas sobre hegemonia, identidade e colonialidade no contexto latino-americano. Em relação aos seus objetivos, o estudo possui caráter explicativo, buscando compreender os significados e implicações socioculturais presentes na narrativa do curta-metragem. Para isso, o estudo combina a pesquisa bibliográfica com uma revisão crítica de literatura, de forma a integrar perspectivas transdisciplinares na elaboração de nosso marco teórico.

Para coleta e análise, utilizaremos a Análise Crítica do Discurso (ACD), baseada nas contribuições do linguista Norman Fairclough (2001). Esta abordagem metodológica entende o discurso não como um constructo neutro, mas como uma prática social que constrói e é construída por relações de poder e permeada por intencionalidades.

A linguagem é vista como multimodal e "parte constitutiva e inseparável do social, compreendida como um sistema semiótico dado e organizado, mas aberto para a construção de novas formas de significar a vida em sociedade" (Vieira, 2020, p. 14). Portanto, com seu olhar questionador, a ACD parte de um problema social, focando em questões sensíveis de forma a problematizá-las e, por meio da reflexão, abre caminhos para instrumentalizar os sujeitos em sua jornada na busca por emancipação e justiça social.

A análise será aplicada ao curta-metragem para decifrar os discursos de hegemonia e resistência. Para tanto, utilizaremos o modelo tridimensional do discurso elaborado por Fairclough que se manifesta em três níveis inter-relacionados, conforme descrito no Quadro 1.

**Quadro 1:** Modelo tridimensional do discurso

| Dimensão | Foco da análise | Elementos do curta |
|---|---|---|
| **Análise textual** | Elementos linguísticos e semióticos. | Diálogos, paleta de cores, enquadramentos, símbolos. |
| **Prática discursiva** | Produção, circulação e interpretação do discurso, intertextualidade e interdiscursividade. | Referências a outras obras, tradições culturais e diálogos com discursos existentes. |
| **Prática social** | Relação com estruturas sociais, discurso como intervenção. | Crítica social, amplificação de vozes marginalizadas, impacto no debate público. |

**Fonte:** Elaboração própria (2025), baseado em Fairclough (2021).

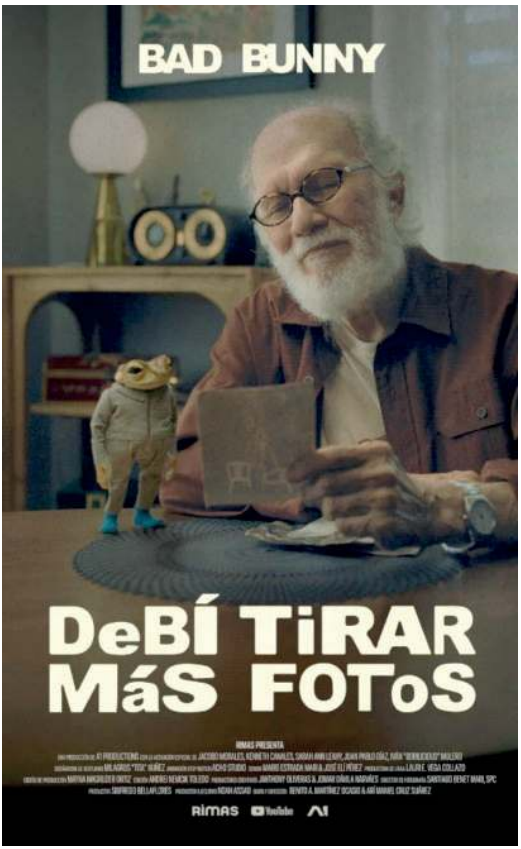
Assim, a partir desse desenho, o curta-metragem de Bad Bunny não será

tratado como um fenômeno isolado. Ao analisar o discurso em seus níveis textual, prático e social, a ACD permite uma compreensão aprofundada de como a obra do artista porto-riquenho se posiciona criticamente em relação a estruturas de poder como o colonialismo e a gentrificação, articulada a contextos mais amplos, voltados para a transformação social.

## 5. Análise e discussão

O curta-metragem *DtMF* foi lançado por Bad Bunny no dia 3 de janeiro de 2025, em seu canal do oficial do Youtube[7]. Dirigido e roteirizado em parceria com Arí Maniel Cruz Suárez, tem como protagonista o consagrado ator porto-riquenho Jacobo Morales (Figura 2).

**Figura 2:** Poster de divulgação do curta *DtMF*




**Fonte:** Rimas Entertainment (2025).

7 Disponível em: https://youtu.be/gLSzEYVDads?si=KZ124bLBIRtysp2N. Acesso em: 10 jan. 2026.

Apesar de seguir uma estrutura narrativa clássica, com a evolução progressiva dos acontecimentos, podemos dividir o curta em três grandes blocos temáticos, que abordam de forma orgânica as questões elencadas em nosso marco teórico. Assim, nossa análise será orientada a partir das referências presentes na sucessão das cenas, em que cada conjunto de enunciados reflete os problemas sociais enfrentados pela população porto-riquenha.

**Quadro 2:** Blocos temáticos do curta

| Bloco | Minutagem | Descrição das cenas |
|---|---|---|
| **Memória** | 0:00 a 3:00 | Em um bananal, num lugar demarcado com uma bandeira de Porto Rico, encardida pelo tempo, um senhor de idade desenterra uma caixa de fotografias. Ele conversa com seu amigo imaginário, um sapo Concho, lamentando-se por elas não representarem todos os momentos vividos. Agora, ele sente o peso da idade e não consegue se lembrar de tudo que viveu. E mesmo tendo viajado pelo mundo, ele explica para Concho que nenhum outro lugar é como sua terra natal, ou pelo menos, pelo que ela costumava ser. |
| **Apagamento** | 3:13 a 5:30 | Ao sair de sua casa para comprar algo para seu café com Concho, o senhor contempla a paisagem ao seu redor. Em seu caminho observa a presença de elementos estranhos ao que costumava ver em Porto Rico: casas padronizadas; sons de rock e música country atravessando o silêncio da cidade vazia; vizinhos brancos fazendo um churrasco de hambúrguer, com seus filhos jogando futebol americano.<br>Ao chegar à padaria, agora chamada *Flamboyán bakery*, depara-se com um espaço artificial, que apenas se apropriou dos quitutes locais em uma roupagem turística, voltada ao lucro. O senhor se sente frustrado, afinal ele conhecia o antigo dono, e o atendimento burocrático em inglês apenas soa amistoso, mas é apenas formulaico. |
| **Resistência** | 5:42 a 11:20 | Um dos funcionários da cozinha, percebendo a dificuldade no atendimento ao senhor, mostra que entende o que ele quer. De longe, o senhor dá um sorriso agradecido. Ainda durante o atendimento, outro morador local também auxilia o senhor durante seu pedido, já que *bakery* não aceita mais dinheiro e o valor é bem fora dos padrões. Ao pagar a conta do senhor, o morador responde em espanhol "Ainda estamos aqui". E quado o senhor agradece, ele afirma "Não, obrigado a você!", com um olhar amigável de compreensão.<br>Em casa, o senhor reflete com Concho sobre as idiossincrasias da nova padaria, e fica ao admirado ao escutar um carro com som alto passando pelas ruas, tocando *reggaeto*n, famoso ritmo porto-riquenho. Ele reflete sobre as mudanças, e em como sente falta das cores locais, sendo instigado por Concho a ser a pessoa que fará essa mudança: "Saia por aí dirigindo, com um som bem alto!", ele diz.<br>Inspirado, o senhor resolve olhar mais fotos, das poucas que possui, com Concho, e diz: "E vou tentar me lembrar daquelas que não tirei". |

**Fonte:** Elaboração própria (2025), baseado em *DtMF* (2025).

### *5.1. Análise textual: as marcas da memória*

Logo no início, o curta nos apresenta uma série de elementos semióticos carregados de muitos significados: a paisagem dos bananais intocados, que remetem à culinária local e à subsistência do povo durante tempos difíceis[8]; a bandeira encardida de Porto Rico, demarcando o local em que as memórias do senhor estavam guardadas, simbolizando resistência, afinal, portar a bandeira é uma declaração nacionalista contra o colonialismo dos EUA. Aqui, percebemos o que Fairclough pontua ser a arquitetura dos textos que possui convenções que "podem ampliar a percepção dos sistemas de crença e dos pressupostos sobre as relações sociais e as identidades sociais que estão embutidos nas convenções dos tipos de texto" (2001, p. 106). Assim, a linguagem verbal e visual da obra constrói o discurso do apagamento cultural e social, contrapondo-o à memória. A escolha do sapo Concho como confidente do senhor também reforça essa noção, já que o animal é uma espécie ameaçada de extinção, tanto pelos eventos climáticos quanto pelo rápido processo de gentrificação da ilha.

O lamento do senhor pela falta de registros dos momentos importantes de sua vida pode ser visto como um paralelo com a tentativa de apagamento da memória porto-riquenha – desde as tentativas de proibição do ensino da história de Porto Rico nas escolas, até a mais recente lei que fragiliza a preservação de documentos históricos e abre caminho para o desmonte de instituições que preservam o acesso público e a memória coletiva da ilha (Meléndez-Badillo, 2025; Estado Libre Asociado de Puerto Rico, 2025). E aqui, as fotografias emergem como elemento principal que remete ao discurso constituído pela linguagem imagética "produzida por determinados sujeitos em determinados contextos sociais e históricos [...] constituída fundamentalmente pelo fenômeno social da interação verbal realizada por meio das enunciações" (Martínez Pérez, 2012, p. 116-117).

A construção da paleta de cores também reforça o discurso de apagamento da cultura porto-riquenha. Cenas que remetem as tradições históricas da ilha são representadas com cores quentes e vibrantes. Em contrapartida, o cenário da padaria gourmetizada é apresentado como uma cópia desbotada, que tenta sem sucesso emular o vigor local, mas falha por não possuir autenticidade, com seu design padrão e sem vida. Inclusive, isso fica ainda mais patente quando vemos a utilização do *Flamboyán*, árvore símbolo de Porto Rico, como nome do empreendimento. O termo é subvertido, perdendo seu significado e sendo capitalizado, mostrando que "os textos são construídos por meio da articulação de outros textos de modos particulares, modos que dependem de circunstâncias sociais e mudam com elas" (Fairclough, 2001, p. 28).

Essa contraposição entre registros e memórias, quente e frio, tradição e dissimulação, expõe os mecanismos da hegemonia cultural estadunidense e da colonialidade do poder em ação. São as tentativas de naturalização de um novo estilo de vida pela depreciação subentendida das práticas culturais locais. A tradição só é benéfica quando explorada pelo olhar colonizador, que dissimula sua identidade. Assim, percebemos que

8 Dados extraídos de: https://www.whetstonemagazine.com/journal/6xzqps72l0z49faoy18q4kk1zurpk8. Acesso em: 20 jan. 2026.

> En cada uno de los principales ámbitos de la existencia social cuyo control disputan las gentes, y de cuyas victorias y derrotas se forman las relaciones de explotación/dominación/conflicto que constituyen el poder, los elementos componentes son siempre históricamente heterogéneos (Quijano, 2000, p. 347-348).

O diálogo entre o senhor e a atendente da padaria também expressa esse choque de discursos. Expressões tradicionais como "tripleta" e "queso papa" são vistos como parte do embate entre tradição e dominação, remetendo à natureza discursiva do poder, utilizado na imposição de uma nova cultura de consumo e à desvalorização do local, a não ser que esteja colonizado (Foucault *apud* Fairclough, 2001).

### *5.2. Análise da prática discursiva: hibridação e apagamento*

Para Fairclough, a prática discursiva "contribui para reproduzir a sociedade (identidades sociais, relações sociais, sistemas de conhecimento e crença) como é, mas também contribui para transformá-la" (2000, p. 92), sendo dependente da "realidade constituída historicamente" (Martínez Pérez, 2012, p. 123). E aqui, as noções de intertextualidade e interdiscursividade são importantes pois, como aponta Martínez Pérez "a interdiscursividade e a intertextualidade manifesta possibilitam constituir novos âmbitos de ação, os quais podem ser caracterizados como fragmentos das práticas sociais que contribuem para constituir e configurar o marco social do discurso" (2012, p. 136). E é pela articulação de outros textos e convenções que diferentes esferas da vida social se relacionam com a língua, de forma interativa e transformadora (Martínez Pérez, 2012).

Esses mecanismos podem ser vistos em ação durante o percurso do senhor até a padaria. No trajeto, ele observa a discrepância que emana da cidade: o rock e a música country como sons predominantes; os vizinhos brancos, preparando um churrasco de hambúrguer, com seu cachorro preso à uma corrente, e seus filhos jogando futebol americano. E ao chegar ao local, tal situação ainda fica mais patente, com a imposição do inglês como padrão de comunicação. Aqui, vemos a hegemonia cultural em ação, por meio de

> um modo de dominação que se baseia em alianças, na incorporação de grupos subordinados e na geração de consentimento. As hegemonias em organizações e instituições particulares, e no nível societário, são produzidas, reproduzidas, contestadas e transformadas no discurso (Fairclough, 2001, p. 28).

Assim, as práticas discursivas são estruturadas em modos particulares na ordem do discurso, sendo naturalizadas e aceitas como algo natural (Fairclough, 2001). Vemos, então as dinâmicas da hibridação cultural operando sobre a identidade porto-riquenha, em uma atuação descaracterizante e dialética, na qual o discurso do "progresso" interage na realidade de forma a interpretá-la e modificá-la.

### *5.3. Análise da prática social: resistir e permanecer*

O discurso é uma prática social, sendo constituído coletivamente, não podendo estar desconectado de um contexto. Assim, o discurso é "um modo de ação, uma forma em que as pessoas podem agir sobre o mundo e especialmente sobre os outros, como também um modo de representação" (Fairclough, 2001, p. 91). Dessa forma, a análise da prática social conecta o discurso de Bad Bunny com as estruturas sociais e de poder, demonstrando como a obra é uma forma de intervenção política.

Isso fica explícito na cena da padaria, quando, um dos funcionários da cozinha compreende o que o senhor deseja, e intervém no discurso da atendente que ignora o contexto local conversando apenas em inglês, afinal, ela nem mesmo fala espanhol, apenas sabe expressões idiomáticas genéricas, em uma forma rasa de hibridação. Aqui, vemos a utilização da língua como forma de resistência, por meio da qual os iguais se reconhecem.

A imposição da cultura estadunidense, bem como a apropriação dos espaços e a exclusão dos moradores originais são vistas como uma continuação do padrão de dominação estabelecido pela colonialidade do poder. A gentrificação, por exemplo, não é tratada apenas como um processo econômico de expulsão dos moradores, mas como uma continuidade da racialização do poder, que historicamente marginalizou a população porto-riquenha (Melléndez-Badillo, 2025).

E quando, novamente, o senhor se vê diante de uma situação de estranhamento e decepção, ele é auxiliado por alguém que não apenas o vê, mas enxerga o que ele representa. O estranho, ao pagar a conta do senhor, diz em espanhol o equivalente a "seguimos aqui, obrigado!". É o discurso atuando diretamente nas estruturas sociais, recusando-se a permanecer em um local de subordinação ideológica. O senhor, com sua memória e tradição, representa um corpo e uma história que a colonialidade do poder busca apagar. E quando ele responde o estranho em concordância dizendo "seguimos aqui!", partilha de seu sentido, com o seu discurso atuando sobre as estruturas, relações e lutas sociais (Fairclough, 2001).

Ao voltar para casa, o senhor compartilha de suas frustrações com o sapo Concho, e é surpreendido por um carro com o som alto, tocando *reaggaeton*[9]. Nesse momento, novamente vemos o discurso da resistência, das cores locais envoltas de latinidade, que ainda persistem em meio ao processo de descaracterização local. A música, aqui, emerge como um marcador de identidade, em contraposição aos ritmos importados, sendo "apropriada, transformada, miscigenada e usada como instrumento de resistência e contra-hegemonia [...] [transformada] dialecticamente em instrumento de libertação" (Carvalho, 2011, p. 42).

9 Ritmo híbrido que tem suas raízes na música latina e caribenha.

O senhor, admirado por ouvir novamente um som familiar, pontua como sente saudades do barulho da cidade, da vida pulsando ao seu redor. Ele, então, é incentivado por Concho a dar o exemplo e sair pelas ruas com seu carro tocando música alta. Aqui, o discurso musical é visto como uma prática social que desafia as relações de poder e as hegemonias impostas, rearticulando as ordens de discurso (Fairclough, 2001).

Por fim, ao decidir contemplar novamente as poucas fotografias que restam na caixa, o senhor diz que "Quer lembrar dos momentos não registrados", o que nos remete à noção de memória coletiva, reforçando o eixo discursivo das disputas pelo direito de permanecer.

Lembrar sem fotos não é apenas um exercício de memória, mas resistir ao apagamento imposto pelas complexas relações de poder engendradas na coletividade, mostrando que o discurso está "dialeticamente relacionado com estruturas sociais, posicionado em relação a lutas hegemônicas e aberto para ser investido ideológica e politicamente (Fairclough, 2001, p. 246).

A memória, portanto, converte-se em dispositivo discursivo de reexistência, capaz de confrontar a modernização homogeneizadora e afirmar um pertencimento híbrido e insurgente.

## 6. Considerações finais

Conforme discutido ao longo do artigo, a situação de Porto Rico pode ser analisada a partir de conceitos como hegemonia cultural, hibridação, gentrificação e colonialidade do poder. A articulação desses aportes teóricos com a ACD permitiu revelar as complexas camadas de sentido mobilizadas no curta-metragem intitulado *DtMF*.

Mais do que um relato visual, a obra de Bad Bunny se configura como um manifesto contra-hegemônico, no qual práticas discursivas, textuais e sociais se entrelaçam. Assim, o modelo tridimensional do discurso demonstra que cada um de seus elementos constitutivos não é neutro, mas orientados pelos mecanismos hegemônicos de poder que conduzem nossa existência na sociedade (Fairclough, 2001). Muito além de documentar um problema, o curta utiliza a multimodalidade do discurso para interferir em questões que impactam em uma "realidade material, constituída, com objetos e sujeitos sociais pré-constituídos" (Fairclough, 2001, p. 87).

A partir de uma narrativa que tem como objetivo principal conscientizar o público sobre a importância da reconstrução da identidade porto-riquenha, Bad Bunny mostra que a hibridação cultural deve ser insurgente, por meio de uma reafirmação contínua de sua cultura (Baggio, 1997). A identidade deve, portanto, ser uma construção pautada em descontinuidades e transformações, construídas no espaço do contraditório (Carvalho, 2001).

O discurso de resistência é instrumentalizado pela intertextualidade e pela interdiscursividade e utilizado como dispositivo de resistência, estabelecendo-se como uma intervenção direcionada ao colonialismo moderno que encontra terreno fértil na cultura. Como analisa Cergio Prudencio,

> [...] Una sociedad se impone sobre otra siempre mediante modelos culturales, donde el rol productivo será privativo del colonizador, en tanto que el rol de consumo será destino del colonizado, quien eventualmente tal vez sea también un reproductor del modelo, ne el mejor de los casos. Aí funciona la estrutura colonial: ellos producen, nosotros consumimos; ellos inventam, nosostros imitamos (2001, p. 17).

Assim, entendemos que o curta, ao criticar as constantes tentativas de silenciamento do povo porto-riquenho que ocorrem por meio da hegemonia cultural, abre espaço para uma reapropriação de sentidos outrora apagados. A cultura desponta, então, "como um meio privilegiado de superar o individualismo, de despertar nos homens sua consciência universal" (Coutinho, 1992, p. 8). Isto posto, o curta busca provocar um avivamento do nacionalismo porto-riquenho para re-territorializar a cultura local, transformando um produto de consumo em manifesto político, reconectando a diáspora *boricua*[10] à sua identidade.

Ademais, por meio das críticas à gentrificação e à massiva exploração turística, o curta dá visibilidade a uma comunidade historicamente silenciada, e que não tem controle sobre o destino de seu próprio território, em uma crítica direcionada à lógica capitalista e as interferências dos EUA.

Em última análise, o curta-metragem de Bad Bunny é um exemplo de como a cultura popular não apenas reflete, mas age sobre a realidade, tornando-se um instrumento para a conscientização e a luta por uma identidade porto-riquenha soberana. Basta vermos, por exemplo, a repercussão do curta e do álbum, tanto na grande mídia especializada, quanto a partir dos comentários[11] deixados na página do vídeo no Youtube. Pessoas de todo o mundo, mas especialmente os latinos, se identificaram com as questões ali abordadas, mostrando que a estratégia colonizadora segue a mesma lógica, ainda que adaptada a diferentes realidades sociais.

De forma conjunta ao álbum homônimo, *DtMF* despertou um sentimento de pertencimento entre a comunidade latina, que se viu refletida no discurso de nostalgia, apagamento e enfrentamento celebrado por Bad Bunny. E em vez de simplesmente se lamentar, a obra celebra e reafirma que nunca é tarde demais "para tirar novas fotos", criar novas memórias e redesenhar o futuro, reafirmando o lugar da arte popular e seu discurso como força política e estética de reexistência.

10 Termo de origem indígena utilizado pelo povo Porto Rico para demarcar sua ancestralidade e identidade cultural.

11 Os comentários dos usuários podem ser lidos no link do curta no Youtube. Disponível em: https://youtu.be/gLSzEYVDads?si=eoJDvyTGTgH_zFse. Acesso em: 20 fev. 2026.

## Referências

BAGGIO, Kátia Gerab. A questão nacional em Porto Rico: a busca da identidade. Cadernos de História, Belo Horizonte, v. 2, n. 2, p. 31-36, 1997. Disponível em: https://periodicos.pucminas.br/cadernoshistoria/article/view/1658. Acesso em: 10 jan. 2026.

BERNSTEIN, Leonard; SONDHEIM, Stephen. America [1961]. Disponível em: https://open.spotify.com/intl-pt/track/1RZ6jzlPeEaDeKYe7IJ792. Acesso em: 15 jan. 2026.

CARVALHO, Mário Vieira de. A música entre a confrontação e o diálogo interculturais. In: AHARONIÁN, Coriún (coord.). Música/musicología y colonialismo = Music/ology and colonialism. Montevideo: CDM, 2011. p. 41-65.

COULOMB BOSC, René. Las políticas de vivienda de los estados latinoamericanos. In: RAMÍREZ VELÁZQUEZ, Blanca Rebeca; PRADILLA COBOS, Emilio (comp.). Teorías sobre la ciudad en América Latina. v. 1. México, DF: UAM, 2014. p. 563-616. Disponível em: https://biblio.flacsoandes.edu.ec/libros/141359-opac. Acesso em: 10 fev. 2026.

COUTINHO, Carlos Nelson. Gramsci: um estudo sobre seu pensamento político. Rio de Janeiro: Campus, 1992.

ESTADO LIBRE ASOCIADO DE PUERTO RICO. Ley n. 107, de 10 de agosto de 2025. Ley de Administración y Conservación de Documentos Públicos para el Siglo XXI. San Juan: Oficina de Gerencia y Presupuesto, 2025. Disponível em: https://bvirtualogp.pr.gov/ogp/Bvirtual/leyesreferencia/PDF/107-2025.pdf. Acesso em: 20 jan. 2026.

FAIRCLOUGH, Norman. Discurso e mudança social. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001.

FREYRE, Gilberto. Americanidade e latinidade da América Latina: crescente interpenetração e decrescente segregação. Estudos Universitários, Recife, v. 6, n. 1, p. 5-21, [s.d.]. Disponível em: https://periodicos.ufpe.br/revistas/index.php/estudosuniversitarios/article/view/254946. Acesso em: 20 fev. 2026.

GARCÍA CANCLINI, Néstor. Noticias recientes sobre la hibridación. Trans: Revista Transcultural de Música, n. 7, 2003. Disponível em: https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=82200702. Acesso em: 20 fev. 2026.

GROSFOGUEL, Ramón. A estrutura do conhecimento nas universidades ocidentalizadas: racismo/sexismo epistêmico e os quatro genocídios/epistemicídios do longo século XVI. Sociedade e Estado, Brasília, v. 31, n. 1, p. 25-49, jan./abr. 2016. Disponível em: https://doi.org/10.1590/S0102-69922016000100003. Acesso em: 17 jan. 2026.

LIBRARY OF CONGRESS. World of 1898: international perspectives on the Spanish-American War. Washington, D.C.: Library of Congress, 2025. Disponível em: https://guides.loc.gov/world-of-1898. Acesso em: 27 jan. 2026.

MARTÍNEZ PÉREZ, Leonardo Fabio. Questões socio-científicas na prática docente: ideologia, autonomia e formação de professores. São Paulo: Editora UNESP, 2012. Disponível em: https://books.scielo.org/id/bd67t. Acesso em: 12 jan. 2026.

MELÉNDEZ-BADILLO, Jorell. Reflexiones sobre Bad Bunny, la historia y nuestra realidad colonial. Palestra proferida no IV Diálogos sobre História, ago. 2025. Disponível em: https://www.youtube.com/live/fRQCRM2iGA0. Acesso em: 19 jan. 2026.

MORALES, Miguel Enrique. El latinoamericanismo de Simón Bolívar: unidad, inclusión y exclusión social en la "Carta de Jamaica". Revista Chilena de Literatura, Santiago, n. 103, p. 603-623, 2021. Disponível em: https://revistaliteratura.uchile.cl/index.php/RCL/article/view/64007. Acesso em: 27 jan. 2026.

PRUDENCIO, Cergio. Desafíos actuales ante el colonialismo. In: AHARONIÁN, Coriún (coord.). Música/musicología y colonialismo = Music/ology and colonialism. Montevideo: CDM, 2011. p. 17-23.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidad del poder, cultura y conocimiento en América Latina. Ecuador Debate, Quito, n. 44, p. 227-238, ago. 1998. Disponível em: http://hdl.handle.net/10469/6042. Acesso em: 15 jan. 2026.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidad del poder y clasificación social. Journal of World-Systems Research, [S. l.], v. 6, n. 2, p. 342-386, 2000. Disponível em: https://jwsr.pitt.edu/ojs/jwsr/article/view/228. Acesso em: 9 jan. 2026.

SCHLESENER, Anita Helena. Hegemonia e cultura: Gramsci. 3. ed. Curitiba: Editora UFPR, 2007.

TEIXEIRA, Eduardo Tomazine. Gentrificação na América Latina: rumos do debate e traços distintivos do fenômeno no continente. Espaço Aberto, Rio de Janeiro, v. 10, n. 1, p. 7-24, 2020. Disponível em: https://revistas.ufrj.br/index.php/EspacoAberto/article/view/28880. Acesso em: 15 jan. 2026.

VIEIRA, Viviane. Prefácio: a crítica como arte de fazer-se crítica. In: IRINEU, Lucineudo Machado et al. (org.). Análise de discurso crítica: conceitos-chave. Campinas: Pontes Editores, 2020. v. 1, p. 13-16. Disponível em: https://www.uece.br/wp-content/uploads/2021/08/An%C3%A1lise-de-Discurso-Cr%C3%ADtica-VOL1-conceitos-chave.pdf. Acesso em: 29 jan. 2026.

# Nina Rodrigues e o "O problema da raça negra na América Portuguesa": Etnografia, arte e inteligência do negro brasileiro[1]

*Nina Rodrigues and "The problem of the black race in Portuguese America": Ethnography, art, and the intelligence of the Brazilian negro*

*Nina Rodrigues y "El problema de la raza negra en la América portuguesa": Etnografía, arte e inteligencia de los negros brasileños*

*Éder Silveira*[2]

**Resumo**

Silveira, É. Nina Rodrigues e o "O problema da raça negra na América Portuguesa": Etnografia, arte e inteligência do negro brasileiro. ***Rev. C&Trópico***, v. 50, n. 1, p. 53-70, 2026. Doi: 10.33148/ctrpico.v50i1.2750

Este artigo analisa a trajetória intelectual do médico legista maranhense Raymundo Nina Rodrigues, buscando demonstrar a unidade de seu pensamento para além da dicotomia entre médico racista e etnógrafo pioneiro. O texto explora como Rodrigues utilizou a neurologia, a antropologia criminal e a etnografia para investigar o que considerava o "problema" da população negra e mestiça no Brasil pós-abolição. Destaca-se o interesse do autor pela cultura material e inteligência africana, evidenciando em sua coleção de objetos de culto e em seus estudos sobre as belas-artes. Silveira argumenta que todas as pesquisas de Rodrigues estavam subordinadas a um projeto de nação, fundamentado nas teorias científicas de sua época. Por fim, a obra reflete sobre as ambivalências de seus escritos, que, embora marcados pelo determinismo racial, abriam caminhos para a compreensão da herança africana na formação brasileira.

**Palavras-chave:** Nina Rodrigues; Neurologia; Cesare Lombroso; Racismo; Etnografia.

**Abstract**

Silveira, É. Nina Rodrigues and "The problem of the black race in Portuguese America": Ethnography, art, and the intelligence of the Brazilian negro. ***Rev. C&Trópico***, v. 50, n. 1, p. 53-70, 2026. Doi: 10.33148/ctrpico.v50i1.2750

*This article analyzes the intellectual trajectory of the Maranhão-born forensic physician Raymundo Nina Rodrigues, seeking to demonstrate the unity of his thought beyond the dichotomy between racist physician and pioneering ethnographer. The text explores how Rodrigues used neurology, criminal anthropology, and ethnography*

1 O presente artigo é parte da pesquisa desenvolvida durante estágio de pós-doutorado realizado entre 2024 e 2025 junto ao PPG em História das Ciências da Saúde da Fiocruz, com uma bolsa pós-doc sênior do CNPq.

2 Doutor em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). E-mail: jesuiseder@gmail.com Orcid: https://orcid.org/0000-0002-6679-6836

*to investigate what he considered the "problem" of the Black and mixed-race population in post-abolition Brazil. The author's interest in African material culture and intelligence is highlighted, evidenced in his collection of cult objects and in his studies on the fine arts. Silveira argues that all of Rodrigues' research was subordinated to a nation-building project, based on the scientific theories of his time. Finally, the article reflects on the ambivalences of his writings, which, although marked by racial determinism, opened paths to understanding the African heritage in Brazilian formation.*

**Keywords:** Nina Rodrigues; Neurology; Cesare Lombroso; Racism; Ethnography.

**Resumen**

Silveira, É. Nina Rodrigues y "El problema de la raza negra en la América portuguesa": Etnografía, arte e inteligencia de los negros brasileños. ***Rev. C&Trópico***, v. 50, n. 1, p. 53-70, 2026. Doi: 10.33148/ctrpico.v50i1.2750

Este artículo analiza la trayectoria intelectual del médico forense Raymundo Nina Rodrigues, oriundo del estado de Maranhão, con el fin de demostrar la unidad de su pensamiento más allá de la dicotomía entre médico racista y etnógrafo pionero. El texto explora cómo Rodrigues empleó la neurología, la antropología criminal y la etnografía para investigar lo que consideraba el "problema" de la población negra y mestiza en el Brasil posterior a la abolición. Se destaca el interés del autor por la cultura material y la inteligencia africanas, evidenciado en su colección de objetos de culto y en sus estudios sobre bellas artes. Silveira sostiene que toda la investigación de Rodrigues estuvo subordinada a un proyecto de construcción nacional, basado en las teorías científicas de su época. Finalmente, el artículo reflexiona sobre las ambivalencias de sus escritos, que, si bien marcados por el determinismo racial, abrieron caminos para comprender la herencia africana en la formación brasileña.

**Palabras clave:** Nina Rodrigues; Neurología; Cesare Lombroso; Racismo; Etnografia.

*Data de submissão: 17/02/2026*
*Data de aceite: 13/05/2026*

> *A pobre criatura não era nenhuma menina nativa comum, mas uma pessoa de grande beleza, eu diria quase majestática, e de considerável refinamento mental. Mas quantidade alguma de beleza ou refinamento poderia ter tornado um enlace entre Good e ela uma ocorrência desejável, pois, como ela mesmo havia dito: "Pode o sol casar com a escuridão, ou o branco com o preto?"*
> (HAGGARD, 2021 [1885], p. 286).

## 1. Formação da sensibilidade

Raymundo Nina Rodrigues nasceu em 4 de dezembro de 1862, na Vila da Manga, na região de Vargem Grande, cidade maranhense a 150 quilômetros de São Luís e que hoje leva o seu nome. Segundo os estudiosos de sua vida e obra, nasceu em uma família de latifundiários, produtores de algodão, cana-de-açúcar e gado. Ao menos um tio, é sabido, foi médico. Ainda menino, foi para São Luís a fim de estudar, tendo passado pelo Colégio São Paulo e pelo Seminário das Mercês.

Em 1882, concluídos os seus estudos preparatórios, foi para Salvador estudar medicina, onde seguiu até o quarto ano. Em 1885, viajou para o Rio de Janeiro para concluir o curso na capital. Não se adaptou ao ambiente e ao clima e voltou a Salvador em 1886, onde seguiu os seus estudos. Retornou ao Rio de Janeiro em 1887 para defender a sua tese de doutoramento, tornando-se assim bacharel em medicina. Médico formado, voltou à São Luís, onde atuou como clínico até 1889, quando se estabeleceu em Salvador como médico e professor da Faculdade de Medicina da Bahia[3].

Tomados os devidos cuidados com a tentação ao "biografismo" e a exacerbação do contexto na tentativa de encontrar explicações à trajetória de Nina Rodrigues, creio que é interessante determo-nos em alguns desses elementos biográficos. Não é difícil depreender um conjunto de experiências pessoais, aquelas da infância, que se desenrolaram em um engenho que contava com o trabalho escravo. Sem qualquer intenção de incorrer na poética do Brasil colônia e das relações entre senhores e escravos à Gilberto Freyre, é inegável que existiu o contato precoce do menino com os africanos escravizados, sua língua, seus costumes e o fascínio que o medo do feitiço e da diferença provocavam.

Na ausência de memórias do próprio Nina Rodrigues, é possível estabelecer algumas analogias com seus companheiros de geração. Joaquim Nabuco, um dos grandes homens de letras ligados ao abolicionismo do último quartel do século XIX, também crescido em um engenho, dizia em *Minha formação* que as "impressões que conservo dessa idade mostram bem em que profundezas os nossos primeiros alicerces são lançados" (NABUCO, 1998 [1900], p. 181). Depois de um excurso sobre seu amor e fascínio pela natureza e seu sentimento de religiosidade, Nabuco evoca imagens que marcaram o seu profundo sentimento abolicionista. Dizia ele que foi na infância que:

> Do mesmo modo que com a religião e a natureza, assim com os grandes fatos morais em redor de mim. Estive envolvido na campanha da Abolição e durante dez anos procurei extrair de tudo, da história, da ciência, da religião, da vida, um filtro que seduzisse a dinastia; vi os escravos em todas as condições imagináveis; mil vezes li a *Cabana do Pai Tomás*, no original da dor vivida e sangrando; no entanto a escravidão para mim cabe toda em um quadro inesquecido da infância, em uma primeira impressão, que decidiu, estou certo, do emprego ulterior de minha vida. Eu estava uma tarde sentado no patamar da escada

3 Para uma cronologia mais completa e detalhada da vida de Nina Rodrigues, ver: CORRÊA, 1998.

> exterior da casa, quando vejo precipitar-se para mim um jovem negro desconhecido, de cerca de dezoito anos, o qual se abraça aos meus pés suplicando-me pelo amor de Deus que o fizesse comprar por minha madrinha para me servir. Ele vinha das vizinhanças, procurando mudar de senhor, porque o dele, dizia-me, o castigava, e ele tinha fugido com risco de vida... Foi este o traço inesperado que me descobriu a natureza da instituição com a qual eu vivera até então familiarmente, sem suspeitar a dor que ela ocultava. (NABUCO, 1998 [1900], p. 182).

Jamais teremos acesso aos sentimentos do jovem Nina Rodrigues com relação aos escravizados com os quais conviveu na sua infância no engenho na Vila da Manga, dada a escassez de documentos pessoais, como cartas e diários. Mas é bastante plausível supor que a convivência com os africanos e afrodescendentes tenha afinado os seus ouvidos e despertado o seu olhar para as condições de vida desta população. Como médico, não poucas referências sugerem o seu precoce interesse pelas "doenças da pobreza", como desnutrição e endemias[4]. Além disso, são abundantes as suas manifestações contrárias à escravidão e favoráveis à abolição.

Do mesmo modo, podemos supor que os tempos vividos em São Luís do Maranhão devem ter proporcionado um ambiente intelectualmente bastante estimulante. Jean-Yves Mérian, em uma detalhada biografia do escritor Aluízio de Azevedo, maranhense como Nina Rodrigues e praticamente seu perfeito contemporâneo, oferece uma rica descrição do contexto social, político e cultural do Maranhão daquela época. Esta biografia minuciosa permite entender melhor a formação de Nina Rodrigues. Ele e Azevedo viveram em São Luís os últimos tempos de glória da cidade e o início do seu processo de decadência.

Como Mérian descreve em pormenor, São Luís era uma capital de enorme importância e relevo cultural na metade do século XIX. Segundo ele:

> Eles [comerciantes enriquecidos e profissionais liberais] e os ricos fazendeiros, cujos filhos haviam estudado na Europa, formavam a classe dirigente aparentemente iluminada da convencionalmente chamada "Atenas brasileira". São Luís conhecia então uma renovação cultural importante: Manoel Odorico Mendes, Francisco Sotero dos Reis, João Francisco Lisboa, Trajano Galvão e sobretudo Antônio Gonçalves Dias, o grande poeta romântico, deram à sua província, na metade do século XIX, um brilho que ela nunca conhecera. Apareceram numerosos jornais políticos e literários, coletâneas de poesia e peças teatrais foram publicadas. (MÉRIAN, 2013 [1988], p. 21-22).

4 Parte do anedotário sobre Nina Rodrigues dá conta de que ele foi apelidado "Dr. Farinha Seca", em função da publicação de crônicas no jornal *A pacotilha*, contrárias a alimentação popular baseada na farinha d'água. Ver: SAMPAIO; ALBUQUERQUE, 2021.

No entanto, segundo Mérian, São Luís foi uma das primeiras capitais da região Nordeste a capitular com a crise do sistema escravista. Ele fala longamente sobre os impactos das transformações na economia brasileira do último quarto do século XIX na economia local. Os latifundiários envolvidos na compra e venda de escravos se viam obrigados a vendê-los no tráfico interprovincial. Ainda para Mérian:

> As consequências nefastas da escravidão para a economia e o progresso do país, as condições precárias de vida da população dos cortiços, a falta de política do Estado para resolver os graves problemas de saúde pública e lutar contra as epidemias mortíferas, a urgência de uma reforma profunda da política de educação para acabar com a ignorância generalizada do povo, a denúncia das diversas formas de opressão contra as mulheres e outros temas graves são tratados por Aluísio Azevedo nos romances-folhetim. Muitas páginas são autênticos documentos sociológicos sobre a vida na capital do Império. Estas páginas "dialogam" com os romances naturalistas, como *Casa de pensão*, *O homem* e *O cortiço*. (MÉRIAN, 2013 [1988], p. 15).

Assim como Mérian, vários dos maiores estudiosos da obra de Azevedo relacionam o conjunto de temas com os quais ele irá se ver ao longo de sua carreira literária com a absorção de teorias científico-literárias correntes no final do século XIX e com as transformações do Brasil da crise do Império e do pós-abolição. Não me parece ser um exagero perceber pontos de contato entre a sua obra e as preocupações científicas e políticas do médico e pesquisador Nina Rodrigues.

Temas como a situação das camadas populares, as epidemias, a loucura e o problema racial no Brasil são preocupações que atravessam a obra de ambos. Naqueles tempos, o Brasil emergia como um problema para as nossas classes letradas, que já vislumbravam a crise do Império e do sistema escravista. Nas páginas que seguem, examinarei os esforços realizados por Nina Rodrigues para compreender o problema negro brasileiro, lançando mão de uma abordagem que sintetizava de modo original os saberes médicos, especialmente da neurologia, a antropologia criminal de matriz lombrosiana e a então nascente etnografia.

## 2. Temas centrais da obra de Nina Rodrigues

Da mesma forma que foi possível estabelecer, ainda que de maneira rápida, alguns pontos de contato entre as obras e vidas de Nina Rodrigues, Aluízio de Azevedo e Joaquim Nabuco, seria possível estender essa comparação para uma fração bastante expressiva dos nossos homens de letras da segunda metade do século XIX. Uma parcela expressiva deles nasceu em famílias proprietárias de terras e de escravos e, ainda jovens, seriam detentores de diplomas universitários em áreas de alta consagração social e simbólica, especialmente Direito e Medicina. Os representantes da classe letrada nacional costumavam ocupar cargos na sua área de formação, não raro uma sinecura,

além de se dedicarem aos seus interesses pela imprensa, pelas revistas literárias e pela publicação de livros dos mais variados gêneros[5].

Em uma passagem bastante lembrada de seu estudo pioneiro sobre Nina Rodrigues, Mariza Corrêa oferece uma caracterização instigante, dele e dos seus companheiros de geração. Segundo Corrêa:

> Definindo-se como observadores da realidade nacional, e como seus críticos imparciais, os intelectuais brasileiros desse período ao mesmo tempo que definem o restante da população como seus objetos privilegiados de análise, se constituem também como categoria social. E de certa forma se separam da sociedade em que viviam, ao elegerem a raça como primeiro critério de nacionalidade, num processo que alguém já chamou de esquizofrênico. Esquizofrênico ou paradoxal, o resultado da escolha não dependeu inteiramente do que desejassem os intelectuais: vivendo num contexto social que a ciência dominante da época definia como incompatível com a 'civilização' ou condição de cidadãos dessa nação e de membros daquele universo científico, tornava-se difícil escapar à ambigüidade. (CORRÊA, 1998, p. 31-32).

O elemento mais instigante deste processo, caracterizado por Corrêa como esquizofrênico, é a autonegação que está embutida na interpretação das causas raciais do atraso brasileiro. Muitos dos nossos intelectuais eram "mulatos" que diziam ser a mestiçagem o maior dos nossos males. Dentre os intérpretes mais pessimistas sobre nossas possibilidades no grande concerto das nações, Nina Rodrigues é um dos exemplos mais expressivos. Como médico, ele enunciava um discurso com enorme poder de convencimento e influência, dado que eram vistos como referência de cientificidade.

Há um impasse que percorre a obra de Rodrigues e que, em grande medida, envolve muitos dos representantes da chamada Geração de 1870: "ou civilizar-se de pronto, ou capitular na luta e concorrência que lhes movem os povos brancos" (RODRIGUES, 1982 [1932], p. 264). Os intelectuais ligados à Geração de 1870 procurarão responder a esse impasse à luz dos diferentes cientificismos, equilibrados pelo republicanismo, pelo positivismo e pelo discurso abolicionista, temperos do caldo produzido pelo "bando de ideias novas" que sacudiam o país, para usar a feliz e bastante conhecida expressão de Silvio Romero [6].

5 Não foram poucos os estudos sobre essa geração de homens de letras brasileiros. Cito estudos que foram muito importantes para a construção do meu entendimento sobre o tema: SÜSSEKIND, 1990; VENTURA, 1991 e ALONSO, 2002.

6 "Um bando de idéias novas esvoaçou sobre nós de todos os pontos do horizonte. Hoje, depois de mais de trinta anos; hoje que são elas correntes e andam por todas as cabeças, não têm mais o sabor de novidade nem lembram mais as feridas que, para as espalhar, sofremos os combatentes do grande decênio: Positivismo, evolucionismo, darwinismo, crítica religiosa, naturalismo, cientificismo na poesia e no romance, folclore, novos processos de crítica e de história literária, transformação da instituição do Direito e da política, tudo então se agitou e o brado de alarma partiu da Escola de Recife". ROMERO, 1926, p. XXIII e XXIV.

Nina Rodrigues, pode-se dizer, já é um epígono da Geração de 1870, sendo mais jovem do que seus principais nomes, ainda que com eles partilhando uma preocupação central com relação à composição étnica do povo brasileiro. Ainda que autores como Silvio Romero citassem copiosamente cientistas e correntes científicas em voga no tempo, a formação em medicina de Nina Rodrigues e a sua atenção ao que de mais recentes se produzia no campo médico em países como a França, sua principal referência, oferecia a ele um discurso mais propriamente científico e menos ensaístico.

Majoritariamente, a produção intelectual de Nina Rodrigues compunha-se de artigos acadêmicos sobre temas de medicina legal e neurologia, bem como alguns ensaios, mais científicos do que políticos ou literários [7]. Um dos exemplos mais candentes é o artigo "Métissage, dégénerescence et crime", publicado nos *Archives d'Anthropologie Criminelle*, em 1899. Neste artigo, Nina Rodrigues faz uma rápida revisão das principais hipóteses sobre a mestiçagem[8] para, deixando-as de lado, tecer considerações sobre o problema a partir de um estudo de caso: a população de uma localidade chamada Serrinha, onde ele procurou estudar uma parcela importante da população, detectando, segundo ele, as principais marcas da mestiçagem que caracteriza aquele grupo humano, uma vez que, em seu entendimento, o mestiço brasileiro era um "produto desequilibrado e de frágil resistência física e moral, não podendo se adaptar ao clima do Brasil nem às condições da luta social das raças superiores" (RODRIGUES, 2008 [1899], p. 1156). Os estudos de caso da Serrinha visavam comprovar essa hipótese a partir da análise dos moradores da região.

Ainda assim, em muitos destes escritos subjaz um conjunto de problemas e de possíveis reformas projetando o Brasil do futuro. A abolição da escravatura, medida apoiada por Rodrigues, tinha como uma de suas consequências a absorção dos antigos escravizados na sociedade brasileira que buscava se organizar com outras relações de trabalho. O contingente de afro-descentes e mestiços estava apto a fornecer braços para a lavoura? Para viver em sociedade segundo os códigos do direito republicano? Mesmo que alguns dos problemas identificados por Rodrigues tenham relação com questões sanitárias e de alimentação, o foco de suas interpretações era a questão racial e o problema da mestiçagem. Veja-se o que diz Rodrigues na passagem abaixo:

> A degenerescência das populações mestiças se constitui, sem dúvida, num fenômeno muito complexo que não podemos reduzir a manifestações mórbidas fatais ou irremissíveis. Proteiforme, ela pode bem tomar formas que vão desde brilhantes manifestações de inteligência – como entre os degenerados su-

7 Para um levantamento exaustivo das publicações de Nina Rodrigues, em vida e póstumas, ver: CORRÊA, 1998.

8 "No trabalho que publicou em 1855, Gobineau já fazia um quadro bem negro da decadência dos mestiços sul-americanos. Mas em 1861, Quatrefages invocava, precisamente contra ele, o exemplo da América do Sul a favor do sucesso completo da mestiçagem e punha em relevo a intrepidez e a energia da empresa dos paulistas brasileiros. Mais tarde, em 1863, é Agassiz que por sua vez vê a mestiçagem como a causa fundamental da decadência miserável dos mestiços do vale amazônico. Sem ir mais longe, recentemente vemos Gustave Le Bon considerar as repúblicas sul-americanas a prova incontestável da influência social desastrosa dos mestiços, ao passo que Keane os apresenta como a prova não menos conclusiva das vantagens da mestiçagem". RODRIGUES, 2008 [1899], p. 1151.

> periores, passando por uma média de capacidade social de tipo inferior, mal tocada por tendências degenerativas, que tomarão corpo mais e mais nas gerações futuras –, até as manifestações estridentes da degenerescência enfermidade, nas quais os estigmas se impõem pelo franco desequilíbrio mental ou sob a forma impressionante de monstruosidades físicas repugnantes. (RODRIGUES, 2008 [1899], p. 1156).

Nina Rodrigues, nesse ensaio, procurava explorar as condições de saúde da população da Serrinha, a sua constituição étnica e os seus graus de desenvolvimento intelectual. Sublinha que, mesmo nos casos em que um mestiço é bem-sucedido, alcança reconhecimento por seus méritos intelectuais ou morais, há um estado mórbido que, ao olhar atento do médico, se revelará. Cita casos de "mulatos" cujo sucesso na carreira escondia tendências ao alcoolismo, homossexualidade e até mesmo um caso de doença mental que redundou em suicídio. Rodrigues sugere, em outro escrito, que a pressão para absorver os mestiços em um modo de vida civilizado e com vistas ao progresso material seria inviável, uma vez que significaria a "queima de etapas" do processo civilizatório. Dizia Rodrigues:

> Os extraordinários progressos da civilização européia entregaram aos brancos o domínio do mundo, as suas maravilhosas aplicações industriais suprimiram a distância e o tempo. Impossível conceder, pois, aos negros como em geral aos povos fracos e retardatários, lazeres e delongas para uma aquisição muito lenta e remota da sua emancipação social. Em todos os tempos não passou de utopias de filantropos, ou de planos ambiciosos de poderio sectário, a idéia de transformar-se uma parte das nações às quais a necessidade de progredir mais do que as imitações monomaníacas do liberalismo impõe a necessidade social da igualdade civil e política, em tutora da outra parte, destinada à interminável aprendizagem em vastos seminários ou oficinas profissionais. A geral desaparição do índio em toda a América, a lenta e gradual sujeição dos povos negros à administração inteligente e exploradora dos povos brancos, tem sido a resposta prática a essas divagações sentimentais. (RODRIGUES, 1982 [1932], p. 264).

Em outra obra, *As raças humanas e a responsabilidade penal no Brazil*, Nina Rodrigues enfatiza esse mesmo dado, afirmando:

> Todavia, tem-se pretendido, não obstante o *Natura non facit saltus* de Linneo, fazer um povo selvagem, ou barbaro, transpôr, no curso da vida de uma geração, o caminho percorrido pelas nações civilisadas durante seculos, como se fosse possivel

> supprimir a lei de herança, dispensar as lentas accumulações hereditarias e prescindir da acção necessaria do tempo.[9] (RODRIGUES, 1894, p. 32).

Nas três passagens citadas acima, retiradas de três diferentes textos, Nina Rodrigues desenvolve uma abordagem ao "problema racial" no Brasil sintetizando vários campos de conhecimento. História dos diferentes povos, matizada pelas teorias da evolução, então absolutamente em voga, para apoiarem uma interpretação da natureza e, portanto, da influência dos grupos africanos que ingressaram no Brasil pelas mãos dos traficantes de escravizados e, no segundo caso, de uma interpretação jurídica do problema da imputabilidade penal. Aos seus olhos, por um conjunto de fatores como desenvolvimento intelectual, doenças congênitas a povos mestiços e condições de vida, negros e indígenas exigiriam um julgamento diferente caso se envolvessem em ações criminosas. A eles não era facultada a razão como no caso dos povos brancos.

A partir de seu ingresso na prestigiosa Faculdade de Medicina, começa a trilhar uma carreira como professor, especialmente de medicina legal, e como pesquisador. Dedicou, ao longo de sua trajetória, inúmeros artigos e livros ao tema da mestiçagem e suas consequências, como as relações da composição racial do povo brasileiro com a criminalidade e a discussão sobre a imputabilidade ou inimputabilidade criminal, artigos sobre criminalidade a partir de estudos craniométricos e frenológicos (Lucas da Feira, o regicida Marcelino Bispo, Antonio Conselheiro e o caso de loucura coletiva de Canudos). Trabalhos onde ele se mostrava ligado a uma abordagem mais tradicional da criminologia (estudos craniométricos e frenológicos) na mesma medida em que acompanhava debates mais recentes, como os estudos sobre massas e psicologia coletiva.

No entanto, o estudo mais ambicioso de Nina Rodrigues, possivelmente a sua contribuição mais decisiva para a compreensão da contribuição africana para a formação do Brasil veio à lume apenas décadas após a sua morte. *Africanos no Brasil* é o incompleto primeiro volume de uma obra (prevista para ao menos dois tomos) onde Rodrigues procurou sistematizar anos de estudos e observações sobre o negro brasileiro. Nas páginas que seguem, irei discutir um aspecto menos observado pelos estudiosos do médico maranhense; o seu interesse pela inteligência e senso estético entre os africanos e afrodescendentes. O ponto de partida será o ensaio "As bellas-artes nos colonos pretos no Brazil", publicado em janeiro de 1904 na revista *Kósmos*[10] (RODRIGUES, 1904). Publicado pouco antes da morte de Rodrigues, o artigo explora a capacidade artística dos africanos, descrevendo um conjunto de objetos artísticos (esculturas e bronzes, em especial), parte deles de propriedade do próprio autor. O artigo em questão, na realidade, era parte de um capítulo maior sobre a cultura africana, publicado postumamente como o quinto capítulo da obra *Africanos no Brasil*, de 1932 (RODRIGUES, 1982). Antes de seguir, é importante um olhar mais detalhado sobre esse livro que, de certo modo, é o testamento de Nina Rodrigues.

9 Nesta e em algumas outras citações, assim como no título de algumas obras, usamos a ortografia original da época em que a obra foi publicada.

10 No título do artigo reproduzimos a ortografia usada na época.

A obra *Africanos no Brasil* foi publicada em 1932, passados 26 anos da morte de Nina Rodrigues, graças aos esforços de pesquisadores que reivindicavam o papel de discípulos de sua "escola". Pensada como o primeiro volume do projeto mais ambicioso do médico maranhense, a saber, uma investigação sobre o negro brasileiro cujo título seria *O problema da raça negra na América Portuguesa*, a publicação de *Africanos no Brasil* acabou por ser seu o canto do cisne. As primeiras provas da obra já haviam sido impressas e parcialmente corrigidas quando de sua morte. Não se sabe ao certo se finalizado ou em redação, dados os extravios de material após a morte de Nina Rodrigues em 1906, o certo é que o material foi recolhido por Oscar Freire, encarregado de finalizar a revisão e tornar públicos os resultados do trabalho do autor nos seus últimos 15 anos de vida (1890 a 1905).

Talvez por permanecer décadas sem vir à lume, a fama da obra crescia entre os estudiosos do tema, cercada de superstição. A sua edição ficou sob responsabilidade do jovem médico Oscar Freire, o mesmo que substituiu Nina Rodrigues na cátedra de Medicina Legal, assim como no Serviço Médico Legal da Polícia de Salvador (COSTA, 2023: 100). Morto subitamente aos 40 anos de idade, Freire não conseguiu trazer à lume a obra do mestre. Para Homero Pires, que foi o responsável pela publicação da obra, mais de 20 anos após a morte de Nina Rodrigues, trava-se de um símile do "tesouro dos Niebelungen, guardado por Fafnir: trazia a desgraça àquele que consigo o retivesse..." (PIRES, 1982 [1932], p. 7). Ainda segundo Homero Pires, o autor havia deixado, entre os seus papéis, provas iniciais de cerca de 270 páginas da obra, ainda sem a devida correção e o último trabalho de edição. Apesar de sua inconclusão, ele já havia redigido um texto de apresentação, onde comentava o objetivo do trabalho, qual seja, um mergulho na história e na etnopsiquiatria do negro brasileiro. Segundo Rodrigues, o "problema 'o negro' no Brasil tem, de fato, feições múltiplas", feições estas que precisavam ser estudadas para que fosse possível agir no projeto de Brasil que ora se desenhava. Estas feições seriam "uma do passado – estudo dos negros africanos que colonizaram o país; outra do presente – negros crioulos, brancos e mestiços; a última, do futuro – mestiços e brancos crioulos". O seu objetivo, portanto, era a apresentação de um "ensaio de sistematização desses estudos", cujo objetivo maior era o "conhecimento de uma das preliminares do problema, a história dos negros colonizadores" (RODRIGUES, 1982 [1932], p. 24-25).

Para levar adiante esse projeto, Nina lançou mão de vários campos de conhecimento, entre eles a etnografia, ainda que nunca se distanciando da medicina social. Livio Sansone, por exemplo, entende que Nina Rodrigues é "tanto um pioneiro quanto, se é que podemos defini-lo assim, um Dom Quixote da medicina social", sendo ela "uma disciplina em algum lugar entre a ciência social e a medicina "pura", que ele mesmo via como mais próxima da primeira do que da segunda" (SANSONE, 2024, p. 13). Partindo da nascente medicina social brasileira, Nina deu asas à sua curiosidade onívora para responder ao problema brasileiro por excelência, as origens étnicas da sua população.

É impossível dissociar de sua obra a ideia de missão, que corria paralelo a sua curiosidade de pesquisador. A sua trajetória é semelhante à de inúmeros médicos dos séculos XIX e da primeira metade do século XX, qual seja, a de polímatas. Ele estava

interessado e demonstrava profundo conhecimento em diversas áreas do conhecimento, em especial se elas oferecessem respostas para algumas de suas investigações. Dito de outro modo: Nina Rodrigues parecia ter questões e, para respondê-las, lançava mão de todos os meios ao seu dispor. Submetia as suas hipóteses a variados problemas de pesquisa, complexificando assim as respostas.

O médico maranhense estava num contexto intelectual que passava a conhecer melhor a cultura africana, especialmente em aspectos de sua cultura material e suas peculiaridades linguísticas. A formação de uma cultura visual europeia sobre a África Negra está intimamente ligada, a partir do último quartel do século XIX, aos desenvolvimentos da etnografia, fruto direto da "empresa colonial". Esse processo ocorre quase simultaneamente ao crescente processo de abertura da disciplina da história da arte às culturas materiais não europeias. Para mencionar alguns exemplos, já em 1842 Franz Kugler, professor e amigo de Jacob Burckhardt, publicou o *Handbuch der Kunstgeschischte*, que aspirava a ser uma história geral da arte (ali, no entanto, a arte do continente africano analisada é a arte egípcia) (SCHWARZER, 1995, p. 24-29); a Exposição Universal de Londres, de 1851, dá o impulso para que Owen Jones publique, poucos anos depois, em 1856, a *Grammar of ornament*, em que coloca lado a lado ornamentos das "tribos selvagens" e ornamentos gregos (JONES, 2001); a partir dos acervos do Trocadero, também associados às exposições universais realizadas em Paris, Émile Soldi escreve a elogiosa *Les arts méconnus* (SOLDI, 1881), em que a cultura material pré-colombiana e a cambojana, por exemplo, são igualmente entendidas como arte. É justamente o acréscimo do interesse pela cultura material africana, no final do século XIX, ao já consolidado interesse ocidental pela imagem do negro na arte, fenômeno analisado por Mudimbe em *A invenção da África* ( MUDIMBE, 2010, p. 73-81), que pode ser observado no texto de Nina Rodrigues, significativamente intitulado, como mencionado anteriormente, *As bellas-artes nos colonos pretos do Brazil*. Como assinalado por Livio Sansone, entre outros, Nina Rodrigues seguiu o exemplo de alguns estudiosos europeus e estadunidenses, destacando-se entre eles Cesare Lombroso e Samuel Morton, e investiu anos de sua vida na constituição de uma coleção de objetos africanos, os quais estavam guardados em seu gabinete na Faculdade de Medicina da Bahia.

> A curiosidade de Nina Rodrigues pela cultura material afro-brasileira, talvez uma verdadeira paixão, levou-o a coletar centenas de objetos associados aos cultos afro-brasileiros e reuni-los em uma coleção em uma sala da Escola de Medicina. Esse foi, sem dúvida, o núcleo de um futuro museu, inspirado no de CL, que naqueles anos influenciou o nascimento de coleções de museus com temas semelhantes, como no caso o de Fernando Ortiz em Havana. Em 1905, a coleção de Nina Rodrigues foi incendiada, o que provavelmente foi um ataque incendiário provocado por colegas e alunos não apenas invejosos da relativa grandeza de Nina Rodrigues, mas também assustados com o grande número de fetiches que eles acreditavam ter um poder mágico e extremamente perigoso; até mesmo muitos magistrados pareciam

> acreditar nisso e, nos mesmos anos, condenaram os possuidores de fetiches. O positivismo da Primeira República brasileira, cuja bandeira dizia "Ordem e Progresso" (uma amputação do ditado comtiano "Irmandade, ordem e progresso"), andava de mãos dadas com um grande medo de feitiçaria (magia negra) no Brasil, nas duas décadas seguintes à Abolição da Escravatura. (SANSONE, 2024, p. 19).

A vontade de colecionar e estudar os objetos de culto africanos e o estudo das suas relações com a arte e linguagem dos africanos dialoga com outros campos da pesquisa médica, como a neurologia francesa, em especial a Jean-Martin Charcot e seus principais colaboradores, cujo interesse em capturar os fenômenos clínicos em manifestações culturais era bastante conhecido. A histeria, tema obsedante dos charcotianos, foi percorrida em obras literárias e plásticas, como pintura e escultura. Havia, aos seus olhos, um conjunto importante de representações da histeria, que davam a ela descrições narrativas e uma imagética própria. As descrições das crises histéricas realizadas pelos charcotianos foram a chave para que Rodrigues se aproximasse da imagética das esculturas africanas, bem como das danças e dos rituais religiosos. As representações do transe religioso ou os casos presenciados por Nina Rodrigues foram lidas sob a mesma chave que Charcot interpretou a representação da possessão demoníaca: como manifestações histéricas. Dizia o médico maranhense:

> Aqui a concepção artística do escultor negro pode, com vantagem, suportar confronto com a concepção similar de uma pintura branca do século V da era cristã, também de motivo religioso, que figura nos trabalhos iconográficos de Paul Richer e Charcot sobre o *Demoníaco na Arte* e representa, como os ôches de Changô dos Negros, uma fase do mesmo pensamento ou crença religiosa. A gravura cristã mostra o demônio saindo da cabeça de um energúmeno sob a injunção de Jesus Cristo. O ochê também reproduz uma cena de possessão; um sacerdote ou feiticeiro africano em cuja cabeça penetrou Changô. Apenas Changô reveste, não a forma humana que tem o demônio da pintura cristã, mas a sua forma fetichista de meteórito ou de pedra do raio.[11] (RODRIGUES, 1982 [1932], p. 192).

É bastante interessante e significativa a comparação que Nina Rodrigues faz entre as supostas fases de desenvolvimento intelectual e mental com etapas de desenvolvimento da civilização. Na passagem acima, menciona os estudos sobre arte antiga e medieval, realizados pelos neurologistas franceses Charcot e Richer, assinalando que o sistema de crenças dos cristãos do século V é comparável ao dos africanos da passagem do século XIX ao XX, com os quais o autor convivia (CHARCOT; RICHER, 1887).

11 Seguimos na citação a ortografia original do autor.

Essa preocupação com o desenvolvimento da sensibilidade e da inteligência dos africanos e afrodescendentes que eram objeto de suas análises está plenamente de acordo com o objetivo final da obra *Africanos no Brasil*, qual seja, entender as características físicas, culturais e mentais dos negros brasileiros para entender os caminhos que o processo de mestiçagem percorreria até que o Brasil chegasse a um nível de desenvolvimento que o colocasse ombro a ombro com as grandes nações europeias. Chama a atenção a sintonia de Nina Rodrigues com aquilo que vinha sendo produzido em alguns países europeus e nos Estados Unidos no campo nascente da psicologia, mais especificamente da psicometria (ROCHA; LEPIKSON; BRANDÃO, 2008).

Nina Rodrigues realiza um movimento que guarda semelhanças com a trajetória de Alfred Binet (1857-1911), psicólogo francês que foi seu contemporâneo. Ambos foram formados por uma tradição bastante fisicalista, tornando-se notórios por seus estudos de craniometria e frenologia. No caso de Binet, para estudar a inteligência. No de Nina Rodrigues, a criminalidade. Mais tarde, ambos passaram a abarcar novos campos de conhecimento. Binet mergulhou no estudo da psicologia e da psicometria e Nina Rodrigues, no da etnopsiquiatria. Como destaca Stephen Jay Gould, quando Binet "decidiu estudar a medição da inteligência, recorreu, como era de se esperar, ao método predileto do século que chegava ao fim, e à obra de seu grande compatriota, Paul Broca" (GOULD, 1999, p. 149). Porém, diante do seu objeto de pesquisa, as crianças do sistema escolar francês, Binet percebeu as insuficiências do método craniométrico-frenológico, buscando alternativas.

Mesmo se tratando de uma especulação, é possível sugerir que muitas das dúvidas e explorações de Nina Rodrigues não tenham sigo levadas às últimas consequências, dada a precocidade de sua morte, que o colheu em pleno voo. Lívio Sansone compara as investigações de Rodrigues e do cubano Fernando Ortiz, que morreu com mais de oitenta anos e teve tempo e oportunidade de rever e nuançar conclusões marcados pelo racismo científico (CF: SANSONE, 2024). A comparação é bastante rica, dadas as consequências geracionais e de interesses dos autores. Fato é que, desde os seus estudos sobre alinhados em *O animismo fetichista dos negros baianos* (RODRIGUES, 2006 [1896-1897]), percebe-se uma crescente exploração de outras fontes, com citações a obras de autores pioneiros da antropologia, como E. B. Tylor, e estudiosos de culturas africanas, como Maurice Delafosse, sempre temperados pelos neurologistas da escola francesa, como Charcot, Janet e Gilles de la Tourette.

Arthur Ramos, dentre tantos estudiosos da história e da cultura afro-brasileira, é aquele que mais ativamente assumiu o papel de uma espécie de continuador das preocupações acadêmicas de Nina Rodrigues. Não seria exagero dizer que, se Rodrigues buscou entender a cultura africana no Brasil à luz da neurologia oitocentista, Ramos o fez à luz da psicanálise e da antropologia do século XX. Mesmo Ramos, no entanto, deixa explícitas as suas críticas aos pressupostos deterministas raciais de Rodrigues e de suas hipóteses sobre, nas palavras de Ramos, a "degenerescência da mestiçagem como causa precípua dos desajustamentos sociais". Para Arthur Ramos, em texto de 1939, já era evidente que essas "idéias são inaceitáveis para os nossos dias. O pretenso mal da mestiçagem é um mal de condições higiênicas deficitárias, em geral. Mais social do que orgânico" (RAMOS, 2006 [1939], p. 19). Na mesma passagem, no entanto, Ramos explicita

seu esforço de atualizar as pesquisas do médico maranhense, ao sugerir que se "nos trabalhos de Nina Rodrigues, substituirmos os termos raça por cultura, e mestiçagem por aculturação, por exemplo, as suas concepções adquirem completa e perfeita atualidade (RAMOS, 2006 [1939], p. 19). O impacto das interpretações pessimistas e abertamente racistas de Nina Rodrigues, no entanto, não são tão fáceis de se apagar.

Como já mencionado, Nina Rodrigues, que acompanhava de perto as publicações da escola de neurologia francesa, converte esse interesse ao universo mental, ao desenvolvimento intelectual do negro brasileiro. Não é um exagero afirmar que, em muitas de suas interpretações da cultura material africana ou afrobrasileira, Nina Rodrigues realiza aquilo que Charcot e Richer chamavam de "estudos de medicina retrospectiva" (CHARCOT; RICHER, 1887, p. VII), buscando nestas peças sintomas, crenças ou sistemas de valores que estivessem ali perpetuados. No tocante à preocupação com a "evolução mental" dos povos africanos, Rodrigues tece tanto uma crítica aos autores que negam a eles atributos de inteligência e senso estético quanto propõe uma interpretação individualizada de cada grupo étnico africano que formará o povo brasileiro, em última instância. Dizia ele:

> O natural menosprezo, que votam aos escravizados as classes dominadoras, constituiu sempre, e por toda a parte, perene ameaça de falseamento para os propósitos mais decididos de uma estimativa imparcial das qualidades e virtudes dos povos submetidos.
>
> E foi por não ter cerrado ouvidos às sugestões desses preconceitos que escritores pátrios conseguiram dar proporções de uma crença geral à de que os escravos negros, que com os portugueses e os índios colonizaram o Brasil, pertenciam todos aos povos africanos mais estúpidos e boçais. Era uma injustiça, mas era antes de tudo um erro. (RODRIGUES, 1982 [1932], p. 188).

Na passagem acima, ele deixa explícita a sua intenção de distinguir os diferentes graus de desenvolvimento de cada um dos grupos étnico-raciais africanos que chegaram ao Brasil. Procura apanhar esse tema explorando e registrando as formas de linguagem, a estrutura das línguas faladas por esses africanos que foram trazidos ao país. Além disso, estudou a fundo as suas manifestações artísticas, como a música, a dança e as "artes plásticas", a arte como medida da inteligência e da sensibilidade e a religião como elemento que os amalgamava. Ou, em suas palavras, "a ocasião de dizer das formas por que se revelava nos colonos pretos a aptidão à cultura artística" (RODRIGUES, 1982 [1932], p. 179). Segundo Rodrigues,

> E, pois que *o homem, no estado selvagem ou bárbaro, representa a infância da espécie como a criança representa a do indivíduo*, é natural que o conhecimento das modalidades por que as Belas-Artes se revelam nos primeiros muito tenha de auxiliar a demonstração da influência que, na sua constituição e evolução

> cultural, exerceu a associação íntima da linguagem falada com a linguagem mímica.
> E isto claramente o demonstram as raças inferiores (RODRIGUES, 1982 [1932], p. 178).

O autor toma a expressão artística como parte do conjunto de manifestações sensíveis dos povos africanos, como uma medida para o seu grau de desenvolvimento. Emprega, como era corrente à época, a analogia entre as fases de desenvolvimento individual e as fases de desenvolvimento da "espécie", da infância à maturidade. Além disso, a análise dos temas representados nos objetos artísticos africanos permitiria, aos seus olhos, interpretar elementos do sistema de crenças religiosas, uma vez que os "deuses, o culto são ainda os temas, os motivos mais valiosos, as fontes de inspiração por excelência dos rudos artistas negros", vindo na sequência um conjunto de representações "habituais ocupações nobres da guerra e da caça"(RODRIGUES, 1982 [1932], p. 190).

Nina Rodrigues, por certo, percebia nos objetos artísticos analisados uma capacidade estética, mesmo em se tratando de objetos com outras finalidades que não a da mera contemplação. A sua interpretação dialoga de modo vívido com aquela fusão entre etnologia e história da arte que se torna perceptível a partir de fins do século XVIII e que encontra seu apogeu no século XIX. Como disse Éric Michaud, um dos autores que tratou do tema com maior felicidade, "classificar e hierarquizar as obras de arte era, portanto, classificar e hierarquizar os povos" (MICHAUD, 2024 [2015], p. X). Para levar adiante essa sanha classificatória, ainda para Michaud, à época se firmava a convicção de que "existia uma ligação necessária e indissolúvel entre a 'beleza' ou a 'bela conformação' de uma 'raça' e o nível de sua inteligência e de sua cultura" (MICHAUD, 2024 [2015], p. IX).

Esse exercício era o que propunha Nina Rodrigues: partir dos objetos artísticos e/ou de culto para estudar e classificar os povos africanos e afrodescendentes. Ele entendia que, ao estudar esses elementos da cultura material era necessário "que desprezemos as imperfeições, o tosco da execução", fruto da falta de escolas, mestres e material adequado. Ainda assim, "feito o desconto, nesses toscos produtos, já é a Arte que se revela e desponta na concepção da ideia a executar, como na expressão conferida a ideia dominante dos motivos" (RODRIGUES, 1982: 190).

> Tais os produtos da escultura negra.
> Não passaria pelo espírito de homem mediocremente instruído a ideia de aplicar à determinação do seu valor as exigências e regras artísticas por que se aferem produtos da Arte nos povos civilizados.
> *Os frutos da Arte negra não poderiam pretender mais do que documentar, em peças de real valor etnográfico, uma fase do desenvolvimento da cultura artística. E, medidas por este padrão, revelam uma fase relativamente avançada da evolução do espírito humano.* É já a escultura em toda a sua evolução, mesmo na sua feição decorativa, do baixo-relevo à estatuária. As vestes são

> ainda grosseiras porque as ideias não têm a precisa nitidez, os sentimentos e a concepção estão ainda pouco definidos; mas no fundo já se encontra a gema que reclama polimento e lapidação. Com outros recursos, em outro meio, muito podem dar de si. E então perderá as proporções da estranheza esse monumento de obras de talha que erigiu o preto-mestiço no altar-mor da Matriz de Campinas.[12] (RODRIGUES, 1982 [1932], p. 197).

A passagem acima, que conclui as análises que Nina Rodrigues realiza dos objetos de arte africana que ilustram "As bellas-artes nos colonos pretos do Brazil", encerra algumas ambivalências. Por um lado, o autor afirma que as peças em questão são, acima de tudo, documentos etnológicos e assim devem ser consideradas e usados para medir o grau de desenvolvimento dos povos que os criaram. Por outro, a elas garante o estatuto de arte, juízo incomum a sua época. Aqueles objetos revelavam, nas palavras do autor, um elevado grau de desenvolvimento intelectual dos seus criadores, aos quais, para se tornarem artistas, bastaria o acesso ao ensino formal.

Levando-se em consideração o momento de produção de "As bellas-artes nos colonos pretos do Brazil", em inúmeras passagens escritas nos moldes do racismo científico do qual era um dos maiores divulgadores, há observações que mostram um autor, senão em transição, ao menos com uma pulga atrás da orelha. Ao contrário de muitos de seus contemporâneos, atribui à educação a possibilidade de vermos, entre os africanos e afrodescendentes, uma criação artística digna de nota. É impossível sugerir o que poderia ser feito por Rodrigues em suas obras posteriores. Ficamos, portanto, com a constatação que, mesmo em uma obra tão marcada pelos racismos do oitocentos, começavam a se desenhar dúvidas cujos frutos seriam colhidos pela geração seguinte.

## 3. Considerações finais

Não posso terminar este artigo sem mencionar uma piscada de olho de Nina Rodrigues para o tema da mestiçagem em uma chave positiva, menos comum em seus estudos. Ele alude, elogiosamente, à obra do entalhador baiano Vitoriano dos Anjos Figueiroa, o "preto-mestiço" responsável pelo altar-mor da Catedral Metropolitana de Campinas, que atuou na Bahia da primeira metade do século XIX e migrou para a cidade de Campinas na década de 1850, sendo responsável pelos entalhes do altar-mor, das tribunas, dos púlpitos, da varanda do coro. Figueiroa conduziu as obras até 1862, quando foi dispensado pelo novo administrador. Esse elogio da obra do entalhador "mulato" ou "preto mestiço", como prefere Nina Rodrigues, só nos permite especular sobre as direções para as quais os seus trabalhos poderiam apontar.

12 Os grifos são do autor do artigo.

Talvez Nina Rodrigues estivesse especulando sobre a possibilidade de um processo de mestiçagem que trouxesse uma expressão artística de real valor, afastando-se progressivamente da compreensão da mestiçagem como necessariamente fator de degeneração de todos os envolvidos nesse processo. Mais uma vez, os pesquisadores da obra de Nina Rodrigues esbarram nos limites da documentação existente. Morto precocemente e sem deixar espólio do qual se tenha notícia, podemos especular sobre os caminhos que seu trabalho poderia tomar, mas não temos as suas notas, cartas e marginalias para explorar o que estava por vir.

O elogio do entalhador "preto mestiço" e suas realizações na arte sacra, seja na Bahia, seja no interior de São Paulo, ainda que se trate de uma remissão telegráfica, não deixa de nos lembrar do caminho trilhado por Mário de Andrade ao estudar a obra do Padre Jesuíno do Monte Carmelo e o seu elogio da estética mulata do fascinante artista e religioso, objeto do último livro publicado pelo autor de *Paulicéia desvairada* antes de sua morte, em 1945 (ANDRADE, 1945). Esta, no entanto, é uma outra história.

## Referências

ALONSO, Ângela. Ideias em movimento: a geração 1870 na crise do Brasil Império. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

ANDRADE, Mário de. Padre Jesuíno do Monte Carmelo. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, 1945. (Publicações do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional).

BARRETO, Tobias. Vários escritos. Sergipe: Editora do Estado de Sergipe, 1926.

CHARCOT, Jean Martin; RICHER, Paul. Les démoniaques dans l'art. Paris: Delahaye et Lecrosnier, 1887.

CORRÊA, Mariza. As ilusões da liberdade: a Escola Nina Rodrigues e a antropologia no Brasil. São Paulo: Universidade São Francisco; FAPESP, 1998.

HAGGARD, Henry Rider. As minas do Rei Salomão. Tradução, prefácio e notas de Samir Machado de Machado. São Paulo: Todavia, 2021 [1885].

MÉRIAN, Jean-Yves. Aluísio de Azevedo: vida e obra (1857-1913). Tradução de Claudia Poncioni. 2. ed. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional; Garamond, 2013 [1988].

MICHAUD, Éric. As invasões bárbaras: uma genealogia da história da arte. Tradução de Flávio Magalhães Taam. São Paulo: Martins Fontes, 2024 [2015].

NABUCO, Joaquim. Minha formação. Brasília: Senado Federal, 1998 [1900].

PIRES, Homero. Introdução. In: RODRIGUES, Nina. Africanos no Brasil. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1982 [1932]. p. 7-11.

RAMOS, Arthur. Prefácio. In: RODRIGUES, Nina. As coletividades anormais. Brasília: Senado Federal; Conselho Editorial, 2006. p. 9-24.

RODRIGUES, Nina. Africanos no Brasil. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1982 [1932].

RODRIGUES, Nina. As raças humanas e a responsabilidade penal no Brazil. Salvador: Guanabara, 1894.

RODRIGUES, Nina. O animismo fetichista dos negros baianos. Organização de Yvonne Maggie e Peter Fry. Edição fac-similar dos artigos publicados na Revista Brazileira em 1896-1897. Rio de Janeiro: Editora UFRJ; Fundação Biblioteca Nacional, 2006 [1896-1897].

RODRIGUES, Nina. Mestiçagem, degenerescência e crime. História, Ciências, Saúde – Manguinhos, Rio de Janeiro, v. 15, n. 4, p. 1151-1180, 2008 [1899].

ROMERO, Sílvio. Explicações indispensáveis. In: BARRETO, Tobias. Vários escritos. Sergipe: Editora do Estado de Sergipe, 1926.

SAMPAIO, Gabriela dos Reis; ALBUQUERQUE, Wlamyra Ribeiro de. De que lado você samba? Raça, política e ciência na Bahia do pós-abolição. Campinas: Editora da Unicamp, 2021. E-book. (Coleção Histór@ Ilustrada).

SANSONE, Livio. A galáxia Lombroso: a extraordinária popularidade de Cesare Lombroso e do lombrosianismo na América Latina. Tradução de Roberto Vico. Campinas: Editora da Unicamp, 2024.

SÜSSEKIND, Flora. O Brasil não é longe daqui: o narrador, a viagem. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

VENTURA, Roberto. Estilo tropical: história cultural e polêmicas literárias no Brasil, 1870-1914. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

# Missionários franceses e povos indígenas na região do Rio Oiapoque - Amapá, Brasil e Guiana Francesa, França[1]

*French Missionaries and Indigenous Peoples in the Oiapoque River Region -Amapá, Brazil and French Guiana, France*

*Misioneros franceses y pueblos indígenas en la región del río Oiapoque - Amapá, Brasil y Guayana Francesa, Francia*

*Bruno Rafael Machado Nascimento*[2]
*Cecilia Maria Chaves Brito Bastos*[3]

**Resumo**

Nascimento, B. R. M. Bastos, C. M. C. Missionários franceses e povos indígenas na região do Rio Oiapoque - Amapá, Brasil e Guiana Francesa, França. ***Rev. C&Trópico***, v. 50, n. 1, p. 71-94, 2026. Doi: 10.33148/ctrpico.v50i1.2775

O artigo analisou as relações entre missionários jesuítas franceses e povos indígenas na região do rio Oiapoque que compreende as regiões de Amapá, Brasil e Guiana Francesa, França, na primeira metade do século XVIII, destacando conflitos, negociações e estratégias de ambos os sujeitos. Fundamentou-se na Nova História Indígena e compreende os indígenas como agentes históricos. Examinaram-se as missões jesuíticas e as cartas missionárias como fontes interculturais, capazes de revelar ações indígenas nas entrelinhas dos discursos coloniais. Apresentou o contexto político, econômico e religioso da fronteira entre França e Portugal, evidenciando a complexidade das missões, marcadas por interesses coloniais e ressignificações culturais. Apontaram-se as limitações e potencialidades das fontes escritas. Criticou a ausência do tema nos currículos e materiais didáticos do Amapá e defendeu o uso de documentos históricos no ensino de História. Enfim, propôs uma abordagem didática ativa e crítica na educação básica.

**Palavras-chave:** Ensino de História; Indígenas; Amapá; Jesuítas; Guiana Francesa.

1 O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de financiamento 001

2 Mestre e Doutorando em Ensino de História pela Universidade Federal do Amapá(PROFHISTÓRIA/UNIFAP) e professor de História da rede pública estadual do Amapá (SEED/AP). E-mail: professorbrunohistoria8@gmail.com Orcid: https://orcid.org/0000-0003-4906-9300

3 Doutora em Educação pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU), Docente de Licenciatura em História (UNIFAP), do Mestrado e Doutorado Profissional em Ensino de História (PROFHISTÓRIA/UNIFAP), do Mestrado em História (PPGH/UNIFAP) e do Curso de Especialização em Política Educacional da Universidade Federal do Amapá (CEPE/UNIFAP). Membro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPED). E-mail: ceciliamaria@unifap.br Orcid: https://orcid.org/0000-0003-1370-6080

**Abstract**

Nascimento, B. R. M. Bastos, C. M. C. French Missionaries and Indigenous Peoples in the Oiapoque River Region -Amapá, Brazil and French Guiana, France. ***Rev. C&Trópico***, v. 50, n. 1, p. 71-94, 2026. Doi: 10.33148/ctrpico.v50i1.2775

*This article analyzes the relationships between French Jesuit missionaries and indigenous peoples in the Oiapoque River region during the first half of the 18th century, highlighting conflicts, negotiations, and strategies of both sides. It is grounded in the New Indigenous History and understands indigenous peoples as historical agents. It examines Jesuit missions and missionary letters as intercultural sources capable of revealing indigenous actions in the subtext of colonial discourses. It presents the political, economic, and religious context of the border between France and Portugal. It highlights the complexity of the missions, marked by colonial interests and cultural resignifications. It points out the limitations and potential of written sources. It criticizes the absence of this topic in the curricula and teaching materials of Amapá. It defends the use of historical documents in history teaching. It proposes an active and critical didactic approach in basic education.*

**Keywords:** History Teaching; Indigenous Peoples; Amapá; Jesuits; French Guiana.

**Resumen**

Nascimento, B. R. M. Bastos, C. M. C. Misioneros franceses y pueblos indígenas en la región del río Oiapoque - Amapá, Brasil y Guayana Francesa, Francia. ***Rev. C&Trópico***, v. 50, n. 1, p. 71-94, 2026. Doi: 10.33148/ctrpico.v50i1.2775

El artículo analiza las relaciones entre misioneros jesuitas franceses y pueblos indígenas en la región del río Oiapoque en la primera mitad del siglo XVIII, destacando conflictos, negociaciones y estrategias de ambos sujetos. Se fundamenta en la Nueva Historia Indígena y comprende a los indígenas como agentes históricos. Examina las misiones jesuíticas y las cartas misioneras como fuentes interculturales, capaces de revelar acciones indígenas entre líneas de los discursos coloniales. Presenta el contexto político, económico y religioso de la frontera entre Francia y Portugal. Evidencia la complejidad de las misiones, marcadas por intereses coloniales y resignificaciones culturales. Señala las limitaciones y potencialidades de las fuentes escritas. Critica la ausencia del tema en los currículos y materiales didácticos de Amapá. Defiende el uso de documentos históricos en la enseñanza de la Historia. Propone un enfoque didáctico activo y crítico en la educación básica.

**Palabras clave:** Enseñanza de la Historia; Indígenas; Amapá; Jesuitas; Guayana Francesa.

*Data de submissão: 09/03/2026*
*Data de aceite: 06/05/2026*

## 1. Introdução

Este artigo tem por objetivo compreender as relações entre os padres jesuítas e indígenas na região do rio Oiapoque, na primeira metade do século XVIII. Para isso, será discutido como se deram os conflitos e negociações dos sujeitos envolvidos, o contexto, as localizações das missões, a importância dos usos de fontes históricas escritas para o ensino de História na educação básica, assim como, uma sugestão didática que professores poderão se inspirar para realizar em suas aulas de História.

Parte-se de alguns princípios que perpassarão toda esta pesquisa. Primeiro, a aproximação fecunda entre História e Antropologia que além de proporcionar conceitos e instrumentos de análises, trouxe à baila os povos indígenas como sujeitos ativos do processo histórico. Segundo, a missão ou aldeamento não apenas como espaço de controle dos missionários, mas também território em que os indígenas tiveram papéis importantes na escolha do local, nas negociações, resistências e ressignificações culturais.

Esta investigação é tributária do que se convencionou chamar de Nova História Indígena. Essa perspectiva busca identificar as ações dos povos subalternizados nas fontes, observando-os como agentes e não meras vítimas da colonização europeia, bem como, a referida aproximação com a Antropologia que contribuiu para uma visão mais dinâmica e não essencialista das relações entre indígenas e outros sujeitos (Carvalho Júnior, 2016, p. 58).

Com efeito, a compreensão das relações entre indígenas e colonizadores foram ampliadas, apesar de não serem consideradas totalmente autônomas. Os nativos fizeram suas escolhas, mesmo que não totalmente livres. Isso é perceptível nas missões ou aldeamentos aqui tomados como sinônimos. Dessa forma, compreende-se as relações entre os missionários jesuítas franceses[4] e os indígenas na região do Oiapoque como complexas (Pompa, 2006,p. 112).

Com um olhar histórico, pautado em análises processuais, pode-se afirmar que as relações entre os dois sujeitos em análise não se limitaram à dominação ou à imposição. Os indígenas, por sua vez, ora rejeitavam os ensinamentos dos padres, ora os absorviam e incorporavam ao seu cotidiano; em outras circunstâncias, reelaboravam-nos, gerando novas práticas culturais resultantes da fusão entre religiosidades em "encontro-choque".

Para exemplificar o que foi exposto, o historiador Karl Arenz (2016, p. 190-200) analisou um caso em que os pajés (xamãs) ressignifacaram elementos do catolicismo: foram acusados de ouvir confissões dos indígenas e ofertarem o pão como uma hóstia. Isso significa que se apropriaram de fórmulas e gestos dos rituais realizados pelos jesuítas, com a crença de que isso os ajudaria em suas práticas xamânicas.

4 Os jesuítas são os membros da Companhia de Jesus, ordem fundada por Inácio de Loyola, que teve a sua aprovação oficial pela Igreja Católica, em 1540, por meio da bula *Regimini Militantis Ecclesiae* do papa Paulo III. A referida ordem surgiu no contexto de reformas religiosas, no século XVI, em que a unidade cristã foi rompida e surgiram as igrejas protestantes sob a égide de Martinho Lutero e outros reformadores. Logo, os jesuítas espalharam-se por várias partes do mundo. Eles foram importantes nos processos de colonização nas Américas. Foi uma instituição plural, ou seja, as formas de ação variavam de lugar para lugar, mas sempre buscaram a unidade entre eles.

As fontes que existem sobre as relações entre indígenas e jesuítas franceses na margem esquerda do rio Oiapoque, fronteira disputada entre França e Portugal, são poucas e apresentam limites, mas também possibilidades para os pesquisadores e professores da Educação Básica. Elas foram produzidas, a maioria, pelos missionários católicos. Dessa forma, é legítimo o questionamento: é possível perceber os indígenas mesmo com o filtro do colonizador?

Para Nicola Gasbarro (2006, p. 87), as narrativas missionárias são principalmente interculturais "para além de qualquer interesse literário", ou seja, é possível perceber os indígenas nas fontes, em seus diferentes contextos. Compreende-se que, mesmo indiretamente, é possível perceber a ação ou vozes dos vários povos que entraram em contato com os padres na região do rio Oiapoque. Dessa forma, a documentação, mesmo que de forma sutil, apresenta diversas vozes, inclusive, as dos indígenas que nessas condições: "aparece de maneira sutil, nas entrelinhas e sempre filtrada pela ótica dos interesses de quem os documenta" (Montero, 2006a, p. 13).

As principais fontes disponíveis são as cartas que os padres jesuítas franceses escreveram para seus superiores dando conta das suas estratégias, dos seus supostos sucessos e as dificuldades em se embrenhar na floresta amazônica para catequizar os povos nativos. Entretanto, por meio da leitura nas entrelinhas, foi possível captar as ações dos indígenas, além disso, identifica-se como os jesuítas e povos ameríndios formaram os "códigos compartilhados" no interior das missões (Montero, 2006b, p. 40). Salienta-se que as missivas foram reunidas na obra *Lettres Édifiantes et Curieuses* de Louis Aimé-Martin e publicadas em 1839.

As missões analisadas foram estabelecidas pelos missionários franceses à margem esquerda do rio Oiapoque, na primeira metade do século XVIII, e uma na região do Uaçá (território português e depois brasileiro), com os Palikur. Destaca-se que os religiosos católicos se concentravam em Caiena, que era a capital da *Guyane*, e depois eram deslocados para as diversas missões na colônia francesa.

Os religiosos católicos produziram cartas, que são importantes fontes históricas e podem ser utilizadas na Educação Básica para a produção do conhecimento histórico escolar. Destaca-se que os usos de documentos históricos nas aulas de História "preconizam o papel ativo do estudante nos procedimentos de compreensão e interpretação" (Caimi, 2008, p. 141). Portanto, contribuem para a análise, explicação e formulação de hipóteses pelos alunos. Dessa forma, será oferecida uma sugestão didática de como professores podem utilizar essas missivas.

O artigo está dividido em duas seções: 1ª. as missões jesuíticas francesas na região do Oiapoque, na primeira metade do século XVIII. Nela, há explicações sobre como se deram as missões, suas localizações e quais povos participaram. Faz-se necessário discorrer com maior profundidade sobre elas, pois, são poucos os estudos (Verwimp, 2011; Nascimento, 2018); 2ª. O referencial curricular amapaense, os livros paradidáticos, os usos de documentos históricos escritos em sala de aula e a proposta metodológica. Nesta segunda seção, discute-se possibilidades sobre como ensinar História principalmente para estudantes que vivem no Amapá, mas também as limitações impostas aos educadores pelo Referencial Curricular Amapaense e por livros paradidáticos que não trazem o tema em discussão.

## 2. As missões jesuíticas francesas na região do Oiapoque, na primeira metade do século XVIII

Régis Verwimp (2011) chama as missões guianenses de missões fixas abertas. Missões abertas para distingui-las das missões ibéricas, que eram "menos abertas", pois os indígenas eram "livres" na colônia francesa, e isso exigiu muito mais dos religiosos. Elas tiveram suas particularidades, por exemplo, para atrair os nativos a se instalarem nas missões, a quantidade e a qualidade dos presentes (principalmente ferramentas de aço) deviam ser altas. Assim, para fundar uma missão, os jesuítas deviam assumir fortes relações de compromisso com os indígenas, sobretudo com a troca de mercadorias. O autor afirma que os povos faziam muitas exigências, por exemplo, respeitar as famílias e cada um possuir suas terras. Para o pesquisador, havia a preservação da identidade individual, e não uma uniformização (Verwimp, 2011, p. 238).

Na figura 1, é possível identificar onde estavam localizadas as missões francesas. Contudo, não aparece a representação do aldeamento que os padres criaram com os Palikur na região do rio Uaçá, ao sul do rio Oiapoque, em território considerado português. Observe que, na fronteira entre França e Portugal aparecem três missões, a saber: Saint Paul, Sainte Foy e Ouanary.

**Figura 1:** Missões jesuíticas na *Guyane* durante o século XVIII




**Fonte:** Yannick Le Roux (2013, p. 3).

No 2 quadro, indica-se as missões que os filhos de Loyola fundaram na região do Oiapoque, os locais, anos de fundação, padres fundadores e os povos que viveram.

**Quadro 1:** Missões no Oiapoque

| Missão | Local | Ano | Fundador | Povos |
|---|---|---|---|---|
| Saint Paul | Oiapoque (Guiana) | 1733 | Pe. Arnaud d' Ayma ou Dayma | Pirious, Palanques, Macapas e Caranes |
| Notre Dame de Sainte Foy | Confluência do rio Camopi com Oiapoque (Guiana) | 1739-1740 | Pe. Bessou ou Besson e Philippe Huberland | Pirious, Caranes, Aramakoto, Coussaris, Kaïkushiana, Taroupis, Acoquas, Palanques, Noragues e Ouayes ou Ouens. |
| Saint Joseph | Rio Ouanary (Guiana) | 1737-1738 | Pe. Joseph d'Ausillac | Maraones, Tocoyenes (Tucuju), Maourious ou Maourions, Maprouanne e Aruã. |
| Missão do rio Uaçá | Região do rio Uaçá (Brasil) | 1738-1739 | Pe. Fourré | Palikur |

**Fonte:** Aimé-Martin,1839; Nascimento, 2018; Verwimp, 2011.

Verifica-se pelo quadro 1, a quantidade e diversidade de povos indígenas que viviam no Oiapoque na primeira metade do século XVIII. Entretanto, por conta das doenças, exploração do trabalho e pelo processo de colonização mais amplo, dos que estão representados no quadro, apenas os Palikur permanecem atualmente.

A região do rio Oiapoque, foi utilizada pelos povos indígenas que viviam nas colônias portuguesa e francesa como uma zona de refúgio. Ali, os colonizadores europeus demoraram a chegar e a presença foi bastante limitada comparada com Caiena e Macapá. Pode-se também concluir que as missões francesas serviram como possibilidades de sobrevivência para os nativos que fugiam da escravidão pelos portugueses, pois parte destes povos vieram do território português (Nascimento, 2021, p. 131).

Já foi exposto que as principais fontes que tratam das relações entre indígenas e missionários católicos são as cartas dos jesuítas. A Companhia de Jesus orientava seus membros sobre como escrever relatórios, cartas, crônicas, livros. Escrever fazia parte do "modo de proceder" jesuítico, ou seja, esses religiosos deveriam enviar constantemente informações sobre o andamento das suas atividades aos seus superiores.

Além da necessidade de comunicação, o ato de escrever tinha a função de proporcionar unidade com os missionários espalhados pelo mundo, pois as cartas eram lidas nos colégios da ordem para ensejar o desejo pela missão, bem como, o fortalecimento da fé e a propaganda das ações dos jesuítas. Algumas cartas foram publicadas e traduzidas em várias línguas para além de despertar a curiosidade sobre o "novo mundo", tentar conseguir recursos para as missões. As elites europeias liam, deleitavam-se e financiavam (Nascimento, 2018, p. 104-122).

A maioria das cartas que tratam das missões na bacia do rio Oiapoque foram escritas pelo padre francês Elzéar Fauque, que chegou à Guiana em 1727 e ficou na missão de *Kourou* aprendendo sobre o trato com os indígenas sob a supervisão do padre Lombard. Fauque foi enviado à região do rio Oiapoque em 1729 e assumiu a função como padre da igreja *Saint Pierre* (São Pedro) que ficava próxima ao forte *Saint Louis*[5] (São Luís) onde foi capelão, bem como, o responsável por planejar os aldeamentos na fronteira com Portugal.

Nas missivas, é possível perceber o esforço desse missionário para entrar em contato com as lideranças indígenas para propor a vida nas missões. Essa estratégia é identificada na carta escrita em Kourou, em 15 de janeiro de 1729, ao seu superior, padre de la Neuville. Nela, ele descreve a região: "O país é bonito e excelente para todos os tipos de plantação, mas o que mais me impressiona é que é muito adequado para estabelecer muitas missões" (Aimé-Martin, 1839, p. 9, tradução nossa). Na viagem pelo rio Oiapoque, na companhia de um militar do forte, o missionário afirmou:

> Nos momentos que tive lazer, elaborei um pequeno plano das missões que poderiam ser estabelecidas nessas terras entre as nações selvagens que até agora foram descobertas. Aproveitei a luz de M. de la Garde, comandante do rei no forte de Oiapoque, que navegou muito nesses rios. Aqui está o projeto de cinco missões que formamos juntos (Aimé-Martin, 1839, p. 10, tradução nossa).

Nas citações extraídas da carta de 1729, percebe-se que o missionário estabeleceu primeiro o olhar econômico, ou seja, a importância das possíveis plantações, notadamente de cacau que poderiam sustentar economicamente os aldeamentos. Vale ressaltar que os jesuítas foram enviados para a região do rio Oiapoque não só pela Companhia de Jesus, mas também pela Coroa francesa e em quase tudo dependiam do governo: pediam recursos, terras e proteção. Para qualquer trabalho, antes deviam dirigir-se às autoridades coloniais. Obviamente, que houve em alguns casos, mormente

5 Este Forte estava localizado na margem esquerda do rio Oiapoque, ou seja, em território considerado francês.

sobre os indígenas, conflitos de interesses, mas em geral eles convergiam. O objetivo era colonizar o território que estava povoado por inúmeras populações indígenas, converter os nativos à fé católica e abrigar os que fugiam do território português devido à escravidão e outras formas de exploração perpetrada pelos colonos portugueses.

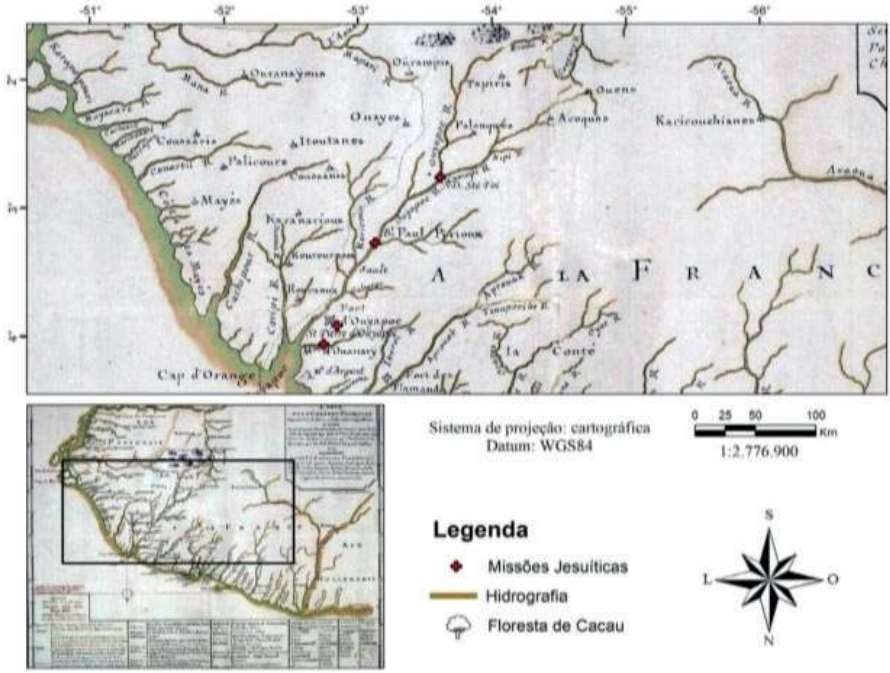
O governo francês, entre 1726 e 1728, investiu 20 mil libras, que foram usadas em despesas e no adiantamento para os colonos que necessitavam de meios para se estabelecerem na região do rio Oiapoque. Houve avaliação sobre a quantidade de habitantes que poderiam ser postos na região, as culturas que poderiam ser plantadas e a qualidade da terra. Além disso, os governantes pediram informações sobre a possibilidade de navios franceses aproximarem-se e qual a distância até o forte. Buscou-se expandir a colonização, o estabelecimento de um possível comércio com os portugueses e a possibilidade de negociação com povos indígenas. Entretanto, o recurso era pouco e mal dava para fornecer aos colonos enxadas, machados e algumas mercadorias para pagar os indígenas que trabalhavam para os moradores (Artur, 2002).

Na região do rio Oiapoque, cultivou-se principalmente cacau e café com o trabalho dos indígenas e dos colonos franceses. Os habitantes que viviam no forte e nas redondezas pagavam os indígenas para serem seus guias, remadores, produtores de canoas e roceiros por meio de mercadorias e objetos. Padre Fauque teve também a perspectiva religiosa, pois, ao ver uma "multidão" de indígenas, desejou convertê-los por meio do estabelecimento de missões. A própria geografia da região facilitava, pois os rios ajudavam na alimentação e no deslocamento. Não conseguiu colocar em prática seu plano de cinco missões por conta da falta de recursos tanto da Companhia de Jesus quanto do governo francês, mas quatro foram materializadas.

Com o intuito de ampliar a compreensão sobre a região do rio Oiapoque, analisa-se um mapa intitulado *Carte de la Goyanne françoise depuis le fort de Baron, et la rivière d'Yari jusqu'à Maroni où l'on voit les principaux établissemens des François tant dans l'isle de Cayenne que dans la Terre Ferme avec les noms des Nations Indiennes qui l'habitent et les Missions que les R.R.P.P. Jésuites y ont établies*, cuja autoria é anônima e a data provável é de 1763.

Por meio dele, percebe-se as identificações e localizações de vários povos indígenas tanto do território considerado francês quanto português. Ao analisar atentamente tem-se os povos Palikur (*Palicours*), Wajãpi (*Ourampis*), *Palanques, Karanarioux, Mayes, Ouranayous, Coussanis, Couffaris, Kourounaoua, Rouraoua, Itoutanes, Pirioux, Ouayes, Ouens, Acoquas, Tapiris, Karicouchiannes, Pirioux.*

**Mapa 1:** Missões jesuíticas no Oiapoque e localização de povos indígenas




**Fonte:** http://anom.archivesnationales.culture.gouv.fr/ulysse/osd?q=J%C3%A9suites&coverage=Guyane+-fran%C3%A7aise&date=&from=&to=&type=Carte+ou+plan&mode=list&id=FR_ANOM_14DFC64C
Adaptado por Liana Pereira Belucio.

As missões estão em destaques, conforme a legenda: a primeira foi a de *Saint Paul* (São Paulo) fundada em 1733 que mudou de lugar por cerca de 4 vezes, sempre mais para próximo da margem do rio Oiapoque (Verwimp, 2011). O jesuíta Aimé-Lombard percorreu o referido rio e foi até ao padre d'Ayma (fundador da missão de São Paulo). Lombard, em carta de 11 de abril de 1733, destinada ao procurador das missões na América, o padre de la Neuville, afirmou que encontrou: "o padre d' Ayma alojado em uma cabana miserável, vivendo como esses pobres selvagens e passando o dia uma parte em oração, uma parte no estudo da língua e da instrução das crianças" (Aimé-Martin, 1839, p. 20, tradução nossa). Por mais que os jesuítas tentassem exaltar o suposto sucesso nas missões é possível ler nas entrelinhas as dificuldades, como a do padre d'Ayma.

As estratégias dos inacianos eram se alojar nas aldeias indígenas, aprender a língua e catequizar principalmente as crianças, pois acreditavam que seriam mais fáceis de convertê-las ao catolicismo. Sabiam que os adultos dificilmente mudariam totalmente seus comportamentos e acreditavam que os menores poderiam ajudar na conversão dos pais. Nesta mesma carta, há menção aos dois indígenas que foram intérpretes para mediar as conversas entre os missionários e indígenas. Daí a importância

dos ameríndios utilizados como mediadores entre as culturas, pois devido à diversidade linguística os intérpretes foram essenciais.

Para escolher o lugar da missão de São Paulo, a participação indígena foi essencial. Na missiva do padre Lombard, identifica-se tal ação:

> Já faz dois anos desde que ele [d'Ayma] fixou entre eles a sua estadia. Ele me falou de um vasto lugar onde todas essas nações devem se encontrar; Eu o vi e ele está muito bem situado, mas não ao gosto de todos os índios; os de baixo acham que ele está muito longe, pois tem apenas meio dia do rio Camopi, e que, além disso, esta terra é pouco adequada para caça e a pesca (Aimé-Martin, 1839, p. 20, tradução nossa).

Ao consultar os indígenas, percebeu que não era do agrado deles o local, pois não era adequado para caça e pesca. Em algumas circunstâncias, os ameríndios materializaram seus interesses e os missionários tiveram que tolerar. Mas quais os interesses em viver com os padres? Proteção contra os colonos, terras para viver e ferramentas que facilitavam as suas vidas. Na continuação da carta, o padre afirma que fez um acordo com os "capitães" dos indígenas (líderes reconhecidos pelas autoridades coloniais e que se aliavam aos franceses) de que procurariam outro local que agradasse a todas essas nações (Aimé-Martin, 1839, p. 20).

As missões aqui analisadas eram pequenas. Os dados demográficos são escassos, segundo o padre Fauque, a missão de São Paulo contava inicialmente com mais de 200 indígenas. Em 1742, havia 400 pessoas relativamente dispersas em torno do aldeamento. Jean Hurault (1965) fez um levantamento e constatou que nela, no ano de 1749, havia 49 homens, 44 mulheres e 53 crianças. Em 1750, o governador D'Orvilles visitou-a e contabilizou 150 indígenas, sendo 49 homens doentes e com dificuldade de plantar mandioca por causa das formigas (Tassinari, 2003). Além de pequena, os indígenas não eram obrigados a viver nela e muitos viviam dispersos no seu entorno.

A segunda missão, foi a de *Saint Joseph* (São José) de *Ouanary* fundada entre 1737-1738 pelo missionário francês Joseph d'Ausillac que reuniu no aldeamento os povos Maraones, Tocoyenes (Tucuju), Aruã, Maprouane e Maourious ou Maourions. Ela foi implantada no rio Ouanary, que desemboca na bacia do rio Oiapoque. Além disso, ficava nas proximidades do forte São Luís.

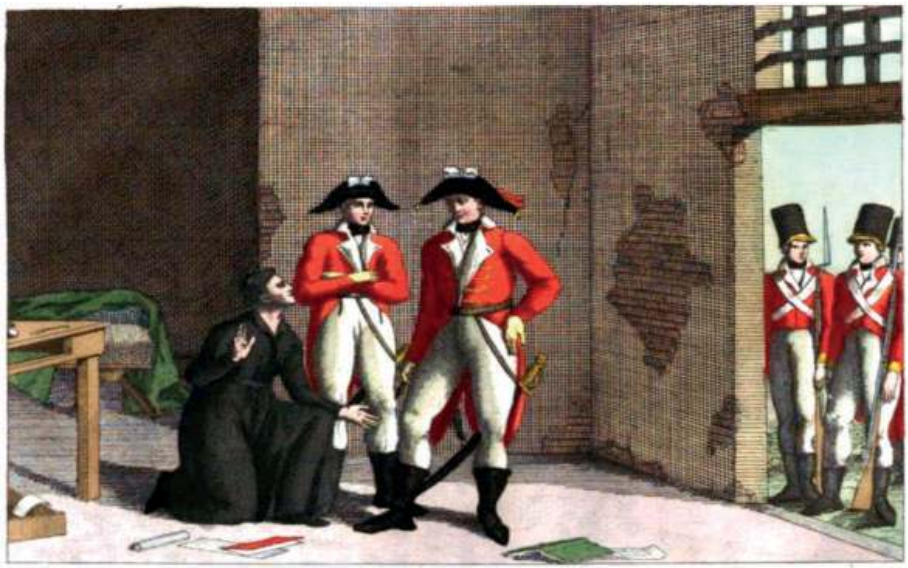
Essa fortificação não serviu apenas para defesa militar da região, mas também como espaço para o desenvolvimento econômico, pois fornecia materiais aos colonos para negociar com os indígenas, os trabalhadores eram soldados-colonos, ademais, concedia proteção às missões e ponto de encontro entre os missionários, pois possuía um armazém que era acessado pelos religiosos (Nascimento, 2018, p. 136).

Em São José do Ouanary quatro povos que viviam originalmente no território português foram viver por lá: Tucujus, Maraones, Aruã e Maprouane. Isso demonstra a fluidez e porosidade da fronteira em que as sociedades ameríndias mantinham relações e transitavam entre as duas colônias.

O padre Lombard entre 1738 e 1744 levou os Aruã e Maraones que fugiam das missões portuguesas para Ouanary. O jesuíta Fauque relata, em carta de 27 de dezembro de 1744, que os ingleses descobriram essa missão quando um grupo de Aruã que ia do território português à Ouanary foram encontrados e capturados. Na ocasião, os indígenas informaram aos ingleses sobre a missão e a presença do forte no Oiapoque, o forte foi tomado e o missionário Fauque foi capturado (Aimé-Martin, 1839, p. 34-35).

Encontrou-se a tradução da supracitada carta em uma publicação italiana do ano de 1828. Ela faz parte de uma coleção editada por Altri Scelti Pezzi, cujo primeiro tomo foi publicado em 1825. A referida coleção reuniu cartas de missionários de todo o mundo. Chamou atenção o fato de que, na publicação italiana, há gravuras que ilustram determinados aspectos considerados curiosos ou edificantes pelos europeus, como a prisão do missionário jesuíta pelos corsários ingleses.

**Figura 2:** Prisão de Fauque pelos ingleses



**Fonte:** Altri Scelti Pezzi (1828, p. 54).

As cartas edificantes circulavam na Europa para atrair a curiosidade de nobres católicos que poderiam financiar as missões jesuíticas nas Américas, mas também para exaltar a fé cristã. A Figura 2, sem autoria, tenta representar as descrições contidas na missiva de dezembro de 1744: a entrada dos ingleses na sacristia da igreja e os objetos litúrgicos espalhados. Há, porém, diferenças entre a narrativa e gravura. Na carta, Fauque afirma que estava acompanhado de um "negro doméstico", ou seja, um escravizado. O negro foi capturado e logo depois o jesuíta entregou-se e foi levado ao capitão inglês que estava no forte, pois a igreja ficava há uma certa distância.

A gravura demonstra o padre agachado e estabelecendo diálogo, pois os militares procuravam riquezas. O missionário parece tentar impedir que não levassem os objetos

litúrgicos e destruíssem o templo. O lugar não parece uma igreja e está mal-acabado indicando as condições de vida no Oiapoque. Os corsários ingleses aparentam certo receio e as mãos do jesuíta chama atenção: a direita indica que ele abençoa e a esquerda assemelha-se a uma chaga tal como a recebeu Francisco de Assis. Um dos soldados observa as chagas. A tentativa não é de meramente ilustrar a narrativa, mas também oferecer ao leitor e observador um sentimento de fé, ou seja, a edificação pessoal. O que teria ocorrido com a missão de São José no rio Ouanary que ficava próxima ao forte? No manuscrito de François Artur (2002) consta que os indígenas dessa missão se dispersaram devido o ataque em 1744 e ela não mais foi reestabelecida. Isso denota a insatisfação dos ameríndios, pois os franceses não foram capazes de protegê-los.

Os jesuítas instalaram uma missão para além do rio Oiapoque com o intuito de converter as gentes da região e abarcar os povos que fugiam das missões portuguesas próximas ao rio Amazonas dirigidas pelos frades de Santo Antônio. A missão no rio Uaçá (território considerado português) ficou a cargo do jesuíta Fourré e teve existência breve, entre 1737 e 1738. Paira sobre ela dúvidas sobre a sua efetiva existência. Régis Verwimp (2011) afirma não ter fontes suficientes para comprovar sua existência, porém para Coudreau (1893) ela existiu. Este último escreveu sua obra no século XIX, baseou-se unicamente na carta de Fauque na qual narra a viagem ao Uaçá, em 1735, e o contato com os indígenas Palikur.

Ainda segundo Henri Coudreau (1893), o padre Fourré teria fundado essa missão, entretanto, deve-se ter cautela com essa defesa, pois o autor francês estava inserido na disputa pelo território e defendia os interesses do seu país por meio dos seus escritos. Também Ciro Flamarion Cardoso (1984) faz menção a essa missão.

Acredita-se que ela efetivamente existiu, porém a sua existência foi breve devido ao não financiamento da parte o governo colonial francês (Artur, 2002). Os custos para manter um missionário e uma missão eram elevados. Fauque, na carta de 15 de janeiro de 1729, ao padre de la Neuville (procurador e quem era responsável por envio de missionários e recursos), deixou evidente que a intenção era reunir os Palicours, Caranarious e Mayets, que estavam estabelecidos nas savanas próximas do rio Couripi (Aimé-Martin, 1839, p. 10).

Em seguida, na Figura 3, há as indicações dos rios Ouanary (Guiana Francesa) e Uaçá (Brasil).

**Figura 3:** localização dos rios Ouanary e Uaçá




**Fonte:** Instituto Socioambiental.[6]

A missão no Uaçá[7] estava próxima à do rio Ouanary e os jesuítas não levavam em consideração o que fora estabelecido pelo tratado de *Utrecht* (1713), ou seja, que o limite administrativo entre França e Portugal era o rio Oiapoque. Constantemente entravam em território português, pois consideravam que o limite era o Amazonas ou Araguari (Nascimento, 2018, p. 140-141). Segundo o padre Fauque, a missão de São José e a do Uaçá:

> [...] não estão longe do forte, forneceriam facilmente as tripulações necessárias para o serviço do rei, o que seria de grande ajuda, porque hoje, para encontrar doze ou quinze índios aptos a navegar em uma canoa, às vezes é necessário atravessar vinte léguas do país (Aimé-Martin, 1839, p. 10, tradução nossa).

Neste trecho da missiva observa-se o interesse em explorar o trabalho indígena, notadamente na função de remadores, mas também como agricultores, pescadores, guias. Na região do Oiapoque, a principal força de trabalho foi a indígena, e os colonos e soldados pagavam com ferramentas e mercadorias. Como também faltavam mulheres, o casamento com as indígenas foi estimulado pelas autoridades coloniais

6 Disponível em: https://mapa.socioambiental.org/pages/?lang=pt-br. Acesso em: 05 mar. 2026.

7 A região do rio Uaçá fica atualmente no município amapaense de Oiapoque. Próximo à fronteira com a Guiana Francesa. É uma terra indígena demarcada onde vivem os Galibi Marworno, Karipuna e Palikur (Gallois; Grupioni, 2003, p. 13).

francesas. É possível que as missões jesuíticas fornecessem ameríndios para trabalhar em forma de rodízio para os franceses, mas isso carece de novas fontes (Nascimento, 2018, p. 149). Por conseguinte, os interesses religiosos, políticos e econômicos dos missionários eram insperáveis.

Elzéar Fauque na carta escrita do Oiapoque, ao padre de la Neuville, em 2 de junho de 1735, afirma que esperava a chegada do padre d'Auzillac para ficar em seu lugar enquanto iria abrir a missão com os Palikur no Uaçá. Pensou em fundar duas missões, pois uma seria apenas com os Palikur e a outra com os Mayets e Caranarious. Ele chama de: "nosso lado, ao lado do Amazonas", ou seja, considerava o rio Amazonas como fronteira:

> Eu escolherei o lugar menos inconveniente para fixar nossa casa. Mas acredito que será necessário estabelecer duas missões nesta terra, porque os Palikours, os Mayets e os Caranarious, que ocupam nosso lado, ao lado do Amazonas, são nações numerosas demais para se reunirem no mesmo lugar (Aimé-Martin, 1839, p. 23, tradução nossa).

Na missiva escrita do Oiapoque, em 20 de setembro de 1736, dirigida ao padre de la Neuville, Fauque afirma que, em 1735 passou, pelo rio Curupi e entrou no Uaçá onde encontrou indígenas Palikur pescando. Estabelecido o contato, os ameríndios levaram o missionário a suas aldeias onde o jesuíta rezou uma missa e que supostamente mulheres e crianças ficaram impressionadas. No decorrer da sua narrativa, o jesuíta dialoga com o capitão (líder) dos indígenas e propõe o estabelecimento da missão. O capitão de nome Youcara não compreendia a língua galibi falada pelo padre e solicita um intérprete. No outro dia, o indígena chegou e ele aceitou o estabelecimento da missão próxima a nascente do rio Uaçá. Em seguida, narrou uma suposta cura de uma criança:

> Nosso capitão, tendo visitado a cesta onde eu carregava meu pequeno móvel [onde levava os objetos litúrgicos], perguntou-me o que estava contido em um frasco que estava cheio de água benta. Eu respondi a ele que era uma água que os cristãos costumavam afastar o demônio, para curar os doentes etc. Ele me implorou para colocar em algumas crianças que tinham definhado após longo tempo em sua aldeia. Eu os fiz se aproximar e fiz-lhes o sinal da cruz na testa com essa água. Deus foi glorificado, pois soube alguns dias depois que eles gozavam de perfeita saúde (Aimé-Martin, 1839, p. 26, tradução nossa).

Este caso narrado pelo padre Fauque demonstra a perspectiva religiosa do missionário de que por meio da água benta e do sinal da cruz, crianças indígenas haviam sido curadas. Ele deseja cativar o leitor por meio da "curiosidade" dos ameríndios que fez o capitão aproximar-se do objeto. O líder não compreendeu o sentido da água benta da mesma forma que o padre imaginou. Primeiro, a categoria sacerdote não

existia nas culturas indígenas e, portanto, não fazia sentido para eles, isto é, ele não o enxergava como um padre ligado à uma instituição que queria salvá-lo. Ademais, o nativo ressignificou o sentido do uso da água benta.

Segundo Gérard Collomb (2011), nas missões os indígenas viam nos padres uma espécie de pajé que através das suas orações e rituais poderiam afastar os malefícios e trazer a cura para os enfermos como, por exemplo, no caso do pedido para colocar água benta nas crianças enfermas.

Mas quem era o "capitão" citado pelo padre Fauque? O governo francês estabelecia relações políticas com lideranças indígenas que passavam a ser aliadas. Como reconhecimento da autoridade dos líderes, o governo dava-lhes presentes, vestimentas e um bastão com uma placa de prata com as armas da França. Porém, é necessário um olhar contextual para perceber que o líder indígena diante da realidade que era imposta pelos colonizadores e missionários ressignificou a estratégia de colonização utilizando, por exemplo, a patente francesa em benefício próprio e de seu grupo. Michel de Certeau (1998) utiliza o conceito de táticas para explicar a realidade em que os subjugados utilizavam-se dos instrumentos coloniais para conseguir algum proveito:

> [...] mesmo subjugados, ou até consentindo, muitas vezes esses indígenas usavam as leis, as práticas ou as representações que lhes eram impostas pela força ou pela sedução, para outros fins que não os dos conquistadores. Faziam com elas outras coisas: subvertiam-nas a partir de dentro – não rejeitando-as ou transformando-as (isto acontecia também), mas por cem maneiras de empregá-las a serviço de regras, costumes ou convicções estranhas à colonização da qual não podiam fugir. Eles metaforizavam a ordem dominante: faziam-na funcionar em outro registro. Permaneciam outros, no interior do sistema que assimilavam e que os assimilava exteriormente. Modificavam-no sem deixá-lo (Certeau, 1998, p. 94-95).

Portanto, na região do rio Oiapoque, na primeira metade do século XVIII, existiram missões que não obtiveram os sucessos esperados pelos missionários da Companhia de Jesus e as razões principais foram: a falta de recursos e as dificuldades de reunir os indígenas nelas. Apesar das limitações das fontes. é possível perceber nas entrelinhas as ações dos indígenas ante a violência da colonização e catequização. Como ensinar História a partir das complexas relações entre ameríndios e missionários? É isso que será discutido na próxima seção.

## 3.O Referencial Curricular Amapaense, os livros paradidáticos, os usos de documentos históricos escritos em sala de aula e a proposta metodológica

As reflexões até aqui expostas visaram nutrir os professores com "alimento sólido" para trabalhar com seus alunos no Componente Curricular História, no que diz respeito às relações entre jesuítas e indígenas na Amazônia colonial, mormente na região do Oiapoque na primeira metade do século XVIII.

É notório as deficiências nas diretrizes curriculares, pois as populações nativas quando não são excluídas, são tomadas com passividade e meras vítimas da colonização (Nascimento, 2024, p. 195-212). Toma-se o Referencial Curricular Amapaense (RCA), que é o currículo prescrito da rede pública estadual do Amapá. Nele, não há qualquer habilidade dos anos finais do ensino fundamental, que mencione as presenças jesuíticas e indígenas na região do rio Oiapoque (AMAPÁ, 2019).

Ainda que seja apenas o currículo oficial e não a prática cotidiana dos professores, lembra Gimeno Sacristán (2013, p. 27): "o texto curricular não é a realidade dos efeitos convertidos em significados aprendidos, mas é importante, à medida que difunde os códigos sobre o que deve ser a cultura nas escolas, tornando-os públicos".

Ademais, os livros didáticos pouco tratam sobre os indígenas e muitos materiais estão carregados de estereótipos. Analisou-se 5 obras comumente utilizada por educadores amapaenses para ensinar História local colonial. O quadro 2, sintetiza as análises:

**Quadro 2:** Análise das obras "didáticas" utilizadas no ensino de História local

| Obra | Autor(es) | Abordagem sobre missões religiosas | Observações analíticas |
|---|---|---|---|
| O Amapá na mira estrangeira (2003) | Morais; Rosário; Morais | Não menciona | Livro de síntese sobre a história do Amapá utilizado por professores, mas não aborda as missões religiosas na região do rio Oiapoque. |
| História do Amapá (2009) | Morais | Não menciona | Apresenta a história local de forma sintética, sem referência às missões religiosas na região. |
| História do Amapá (2006) | Santos | Menção breve | Cita a presença de frades franciscanos e jesuítas no século XVII na região do rio Araguari, em texto complementar intitulado *A catequese em tucujulândia* (Santos, 2006, p. 19), sem aprofundamento analítico. |
| Conhecendo o Amapá (2016) | Pinto | Não menciona | Não há qualquer referência às ordens religiosas na Amazônia. |
| Coleção estudos amazônicos: formação da sociedade amazônica (7º ano) (2021) | Coelho; Bemerguy; Guedes; Pimentel | Abordagem geral | Trata genericamente das ações das missões religiosas na Amazônia colonial, mas não menciona atuações na região do rio Oiapoque. |

**Fonte:** elaborado pelo autor, a partir dos livros analisados.

Infere-se, portanto, que o objeto analisado neste artigo colabora para o avanço do conhecimento histórico da região amazônica, bem como, para o seu ensino nas escolas da educação básica. O ensino de História ainda conserva traços do século XIX, como exposições meramente orais e atividades focadas na memorização. A proposta é romper com essa lógica e tornar a sala de aula um espaço de produção de saber histórico escolar, ou seja, com a supervisão do professor, os estudantes analisarão trechos das cartas dos jesuítas e farão descobertas. Enfatiza-se que o objetivo não é formar pequenos historiadores, tampouco que suas análises sejam acadêmicas, mas ajudá-los a desenvolver o pensamento histórico, que se utiliza do conhecimento sobre o passado para fazer escolhas assentadas na razão, que busca o diálogo, o respeito e a compreensão.

Nos últimos anos, o ensino do Componente Curricular História na Educação Básica vem passando por uma reflexão teórico-metodológica fecunda. Produção essa, que aos poucos, chega às salas de aula espalhadas pelo país, procurando melhorar o ensino e a aprendizagem histórica.

Sabe-se das inúmeras dificuldades enfrentadas pelos educadores para tornar o ensino mais significativo aos estudantes, entretanto, cabe aos professores a árdua tarefa de possibilitar a formação e desenvolvimento do pensamento autônomo por meio das mais diversas estratégias. Uma das possibilidades são os usos dos documentos históricos escritos nas aulas. Ao defender esses usos, Paulo Knauss (2001, p. 41) afirma: "não só a atividade discente e a sala de aula se tornam lugar de exercício de pesquisa, mas igualmente o professor se vê envolvido na tarefa de investigador, voltado para o exercício didático, rompendo a lógica normatizadora autoritária".

Dessa forma, o espaço escolar se torna ambiente propício para a produção do saber histórico escolar. Professores e estudantes buscam compreender realidades pretéritas. Os próprios alunos tornam-se sujeitos do conhecimento e, aos poucos, podem superar a passividade. Essa tarefa, entretanto, exige alguns procedimentos. Selva Guimarães (2012), por exemplo, adverte que a utilização das fontes escritas devem superar os usos como mero complemento ou ilustração. Além disso, sua utilização no ambiente escolar difere do uso pelo historiador profissional, que tem objetivos diferentes.

A professora Circe Bittencourt (2009) sugere algumas orientações pertinentes para a utilização dos documentos: os textos devem ser motivadores a ponto de produzir interesse e curiosidade. Assim, o professor deve escolher aqueles que forneçam informações claras e de acordo com os conceitos trabalhados na sala de aula. Aqui também o educador pode, anteriormente, realizar uma explanação motivadora sobre a importância da análise do material para provocar os alunos. Afirma Circe Bittencourt (2009, p. 330-331): "a má seleção deles compromete os objetivos iniciais propostos no plano de aula, ao passo que sua complexidade e extensão podem criar uma rejeição pelo tema ou pelo próprio tipo de material".

São vários os procedimentos analíticos das fontes que podem ser utilizados. Por exemplo, primeiramente deve-se descrever o documento, ou seja, indicar as informações que ele contém. Depois, mobilizar os saberes e conhecimentos prévios dos educandos. A partir disso, pode-se identificar a natureza do documento e explorar as características que lhes são próprias, dessa forma, faz-se necessária a contextualização para a melhor compreensão possível e associar as informações contidas na fonte aos

saberes anteriores. Somente a partir desses procedimentos anteriores, pode-se criticar o documento, ou seja, identificar seus limites e interesses (Bittencourt, 2009).

O professor é fundamental nesse processo, pois ele orientará os alunos. É ele quem deve ajudá-los a fazer as perguntas, ou seja, fará a mediação para que seja uma atividade conduzida. Assim, ele planejará as atividades para alcançar determinados objetivos, contudo, o educador deverá exercitar a paciência para ajudá-los a encontrar os caminhos e não ser ele o caminho. Cabe ao professor fazer uma explanação de determinada temática, em aulas anteriores, para depois aplicar as atividades didáticas com uso dos documentos escritos. Isso facilitará as análises feitas pelos estudantes.

Portanto, as contribuições dessa metodologia às aulas de História e consequentemente aos alunos são fecundas. Proporciona:

> O diálogo do aluno com realidades passadas e desenvolve o sentido de análise histórica. O contato com as fontes históricas facilita a familiarização do aluno com formas de representação das realidades do passado e do presente, habituando-o a associar o conceito histórico à análise que o origina e fortalecendo sua capacidade de raciocinar baseado em uma situação dada (Schimidt; Cainelli, 2004, p. 94).

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) incentiva os usos de fontes históricas nas aulas de Histórico. Na perspectiva da "Base", o objetivo é promover "uma 'atitude historiadora' diante dos conteúdos propostos" (BRASIL, 2018, p. 398).

O professor não deve ter receio de acreditar em suas aulas e tampouco subestimar a capacidade intelectual dos alunos. Os usos de documentos escritos podem esbarrar nas dificuldades de leitura e interpretação, sobretudo, se os textos forem demasiadamente antigos e longos. É preciso, no entanto, arriscar e mergulhar no mar do conhecimento histórico. As perguntas às fontes guiarão a empreitada e variarão de acordo com a capacidade de cada um e das turmas. A partir disso, propõem-se uma determinada metodologia de leitura que pode ser facilmente aplicada e modificada de acordo com os objetivos e circunstâncias.

No caso das narrativas aqui apresentadas, elas em muito podem auxiliar na compreensão das histórias dos Estados do Amapá e da Guiana Francesa. As relações entre indígenas e jesuítas podem contribuir para a compreensão de determinado período da História brasileira, da formação das atuais fronteiras do país e de como se deram as relações entre indígenas e não indígenas em tempos pretéritos. Daí porque os usos de documentos históricos nas salas de aula do componente curricular História se revestem de importância e significado singulares, buscando-se evitar a estereotipagem ou a exaltação do papel exercido pelos padres da Companhia de Jesus nas Américas.

Observe a sugestão didática. Antes, é importante que o professor ou a professora faça uma explanação sobre a presença jesuítica e as relações com os indígenas no Oiapoque. Também, durante a explicação, é fundamental discutir estereótipos sobre as populações indígenas, apresentar suas diversidades e questionar os estudantes sobre o que eles sabem acerca desses povos e de suas lutas no presente.

As missivas dos missionários que estiveram na região do rio Oiapoque na primeira metade do século XVIII têm grande potencial para serem utilizadas em sala de aula. Por meio delas, é possível identificar costumes das gentes do Oiapoque, as estratégias dos jesuítas na tentativa de catequizar, a importância da comunicação por cartas no século XVIII, bem como identificar os povos indígenas e suas relações entre si e com os inacianos.

O trecho selecionado foi extraído da carta elaborada pelo missionário Elzéar Fauque ao procurador das missões na América, padre de la Neuville, escrita do Oiapoque em 20 de abril de 1738. Nela, ele afirma que foi visitar a missão de São Paulo, onde devia se juntar ao padre Bessou e encontrou um pajé:

> Fiquei agradavelmente surpreso ao encontrar esta aldeia muito mais numerosa do que era na última vez que fui lá: além de várias famílias de Pirious, de Palanques e de Macapas, que estão lá de novo, a nação Caranes está agora inteiramente estabelecida ali, e faz dele um dos mais belos ornamentos, pois, de todas essas nações bárbaras, é aquela em que se encontra mais disposição para a virtude. [...] Depois de termos permanecido três dias na missão de São Paulo, começamos nossa jornada, o padre Bessou e eu, cada um em nossa embarcação. Desde o primeiro dia encontrei um famoso pajé, chamado Canori, que é fortemente acreditado entre os selvagens, e teve a audácia, durante uma curta ausência do Padre d'Ayma, de vir em sua missão de São Paulo e fazer sua magia ao redor da casa que ele havia construído recentemente para sua estadia. Tentei descobrir quais tinham sido suas intenções, mas era inútil: nunca se tira a verdade daqueles tipos de pessoas acostumadas, no final das contas, à perfídia e falsidade. Assim, tomando o tom apropriado, coloquei diante de seus olhos as imposturas que ele empregava para abusar da simplicidade de um povo crédulo, ameaçando-o de que, se ele se aproximasse da missão de São Paulo, ele encontraria o castigo que seus enganos mereciam. O que dá crédito a esses tipos de pajés é o talento que eles têm de persuadir os índios, especialmente quando os veem atacados por alguma doença, [...] (Aimé-Martin, 1839, p. 30-31, tradução nossa).

A metodologia aqui aplicada, chama-se leituração e foi inspirada no texto de Giovani José da Silva e Bruno Rafael Machado Nascimento (2019, p. 278-280). Inicialmente deve-se pedir aos discentes que façam a leitura do texto sem qualquer pretensão de compreensão. A preocupação ainda não é com o conteúdo, mas com palavras e frases. Nesta fase de *leitura exploratória* o professor pode pedir para que sublinhem palavras desconhecidas e com auxílio do dicionário físico ou virtual pesquisem os seus significados. É importante que aos estudantes marquem as palavras-chave do texto.

Na *leitura de compreensão* sugerem-se perguntas referentes ao tema central, quais aos personagens, onde se passa a narrativa, se há descrições sobre o ambiente e como ele é descrito. Já na *leitura de interpretação,* foca-se em questões que levem os estudantes a não só descrever o que se encontra na fonte, mas também levantar aprofundar questões para além do texto, como por exemplo: por que os jesuítas escreviam cartas? Quem foi o padre que escreveu? Por que as missivas foram publicadas na Europa? É também nesse momento que o professor pode despertar a curiosidade dos estudantes com perguntas sobre o porquê os jesuítas não permitiam a entrada dos xamãs (pajés) nos aldeamentos? De que acusavam os pajés? Por que os indígenas iam em busca deles? O que o pajé foi fazer na missão? Será que era "magia" ou algum ritual que o padre Fauque não conseguiu compreender? Qual a importância dos pajés nas culturas indígenas? O que o padre quis dizer ao afirmar "imposturas que ele empregava para abusar da simplicidade de um povo crédulo"?

Por fim, na *leitura crítica* as questões são ampliadas, exigindo maior nível de abstração. Por isso, esta "etapa" só poderá ser realizada mediante as anteriores. Em geral, os alunos têm dificuldades com a leitura e interpretação textual. Essa atividade, inclusive, os ajudará a ir aos poucos desenvolvendo essa habilidade tão cara à sociedade. Por isso, o papel do professor será fundamental para auxiliar e sanar as dúvidas que surgirão.

Nessa "fase", as questões são mais amplas e se tangenciam para as relações entre missionários e indígenas na colônia. É importante refletir sobre os estereótipos impostos sobre os indígenas: "bárbaros" e "selvagens". Imagens que ainda povoam mentes e corações na sociedade atual. Quem foram os "bárbaros"? Os indígenas? Ou os missionários que não entenderam as culturas indígenas? Será que só os ameríndios foram "convertidos" ou os padres também foram "indianizados"? Os europeus não aprenderam a andar nos rios, matas e igarapés? Quem fabricava as canoas? Quem caçava e pescava? Quem aprendeu com quem? Além disso, pode-se pesquisar sobre os povos que vivem hoje na região do Oiapoque, seja do lado brasileiro ou francês. Como vivem? Onde habitam? Quais os seus costumes? Quais as suas lutas atuais? Ainda há religiosos em suas aldeias? Ainda existem pajés? O que seria a pajelância amazônica? Usamos remédios naturais? Por fim, pode-se pedir aos estudantes que escrevam uma carta (hipoteticamente) para os habitantes das missões sobre o que aprenderam na aula. Assim o professor pode ensinar como escrever uma carta e avaliar a aprendizagem do conteúdo.

## 4. Considerações finais

A análise das missões jesuíticas francesas na região do rio Oiapoque, na primeira metade do século XVIII, permite compreender a complexidade das relações estabelecidas entre missionários e povos indígenas em uma área de fronteira disputada entre França e Portugal. Longe de se reduzirem a um processo simples de dominação ou imposição cultural, essas relações foram marcadas por negociações, resistências e adaptações mútuas. Os indígenas não foram sujeitos passivos nesse processo, mas agentes que tomaram decisões, estabeleceram alianças, recusaram propostas e, em determinadas circunstâncias, ressignificaram práticas e elementos do catolicismo.

As cartas missionárias analisadas, apesar de produzidas sob a ótica dos jesuítas, revelam nas entrelinhas as ações e estratégias indígenas. Essas fontes evidenciam que os aldeamentos foram espaços de contato intercultural, nos quais diferentes interesses se encontraram: os missionários buscavam converter e consolidar a presença colonial francesa, enquanto os povos indígenas podiam encontrar proteção, acesso a mercadorias e novas possibilidades de sobrevivência diante das pressões coloniais. Ao mesmo tempo, as próprias limitações das missões, como a instabilidade demográfica, os deslocamentos constantes e os conflitos externos, demonstram que o controle missionário nunca foi absoluto.

Além da contribuição para a compreensão histórica da região do Oiapoque e das dinâmicas coloniais na Amazônia setentrional, o estudo também evidencia o potencial didático dessas fontes para o ensino de História. As cartas jesuíticas constituem documentos históricos capazes de estimular a análise, a interpretação e a formulação de hipóteses pelos estudantes, favorecendo a construção do saber histórico escolar. Quando utilizadas de forma orientada, podem contribuir para desenvolver o pensamento histórico, permitindo que os alunos compreendam a complexidade das relações sociais no passado e questionem interpretações simplificadoras sobre indígenas e missionários.

Nesse sentido, a utilização de documentos históricos escritos em sala de aula pode representar uma estratégia importante para tornar o ensino mais investigativo e significativo. Ao analisar trechos de cartas missionárias, os estudantes são convidados a refletir sobre os contextos de produção das fontes, seus interesses, limites e possibilidades interpretativas. Dessa forma, a sala de aula pode tornar-se um espaço de problematização e construção do conhecimento histórico, no qual professores e alunos dialogam com o passado a partir de evidências documentais.

Por fim, destaca-se que a inserção dessas temáticas no ensino de História é particularmente relevante para o contexto amapaense, onde a História local e as experiências dos povos indígenas muitas vezes aparecem de forma limitada nos currículos e materiais didáticos. Trabalhar com documentos relacionados às missões do Oiapoque possibilita aproximar os estudantes de processos históricos que ocorreram no próprio território em que vivem, contribuindo para valorizar a diversidade cultural e ampliar a compreensão sobre a formação histórica da Amazônia e das fronteiras do Brasil.

## Referências

AIMÉ-MARTIN, Louis (ed.). *Lettres édifiantes et curieuses, concernant l'Asie, l'Afrique et l'Amérique: avec quelques nouvelles des missions et des notes géographiques et historiques*. 2 v. Paris: A. Desrez, 1839.

AMAPÁ. Secretaria de Estado da Educação. *Referencial Curricular Amapaense: educação infantil e ensino fundamental*. Macapá: SEED, 2019. Disponível em: https://nte.seed.ap.gov.br/rca/. Acesso em: 5 mar. 2026.

ARENZ, Karl Heinz. Pajés celebrando missa, ouvindo confissão e pregando a salvação: a ressignificação simbólico-ritual em aldeamentos jesuíticos na Amazônia portuguesa. In: FERNANDES, Eunícia (org.). *A Companhia de Jesus e os índios*. Curitiba: Prismas, 2016. p. 173-200.

ARTUR, Jacques François. *Histoire des colonies françoises de la Guianne*. Transcription établie, présentée et annotée par Marie Polderman. Guyane: Ibis Rouge Éditions, 2002.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. *Ensino de História: fundamentos e métodos*. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

BRASIL. Ministério da Educação. *Base Nacional Comum Curricular: educação infantil, ensino fundamental e ensino médio*. Brasília, DF: MEC, 2018. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf. Acesso em: 5 mar. 2026.

CAIMI, Flávia. Fontes históricas na sala de aula: uma possibilidade de produção de conhecimento histórico escolar? *Anos 90*, Porto Alegre, v. 15, n. 28, p. 129-150, dez. 2008. Disponível em: https://seer.ufrgs.br/index.php/anos90/article/view/7963/4751. Acesso em: 5 mar. 2026.

CARDOSO, Ciro Flamarion. *Economia e sociedade em áreas coloniais periféricas: Guiana Francesa e Pará (1750-1817)*. Rio de Janeiro: Graal, 1984.

CARVALHO JÚNIOR, Almir Diniz de. Conectando sentidos: índios cristãos e a domesticação do cristianismo. In: FERNANDES, Eunícia (org.). *A Companhia de Jesus e os índios*. Curitiba: Prismas, 2016. p. 51-71.

CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano: artes de fazer*. 3. ed. Tradução de Ephraim Ferreira Alves. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

COELHO, Mauro; BEMERGUY, A.; GUEDES, L.; PIMENTEL, S. *Estudos Amazônicos: História e Geografia*. 2. ed. Belém: Estudos Amazônicos, 2021.

COLLOMB, Gérard. Missionnaires ou chamanes? Malentendus et traduction culturelle dans les missions jésuites en Guyane. In: BACOT, Jean-Pierre; ZONZON, Jacqueline (dir.). *Guyane: histoire et mémoire: la Guyane au temps de l'esclavage, discours, pratiques et représentations*. Matoury: Ibis Rouge Éditions, 2011. p. 435-455.

COUDREAU, Henri. *Chez nos Indiens: quatre années dans la Guyane française (1887-1891)*. Paris: Hachette et Cie., 1893.

GALLOIS, Dominique; GRUPIONI, Denise. *Povos indígenas do Amapá e norte do Pará: quem são, onde estão, quantos são, como vivem e o que pensam?* São Paulo: Iepé, 2003.

GASBARRO, Nicola. Missões: a civilização cristã em ação. In: MONTERO, Paula (org.). *Deus na aldeia: missionários, índios e mediação cultural*. São Paulo: Globo, 2006. p. 67-109.

GUIMARÃES, Selva. *Didática e prática de ensino de História: experiências, reflexões e aprendizados*. 13. ed. rev. e ampl. Campinas, SP: Papirus, 2012.

HURAULT, Jean. La population des Indiens de Guyane française (deuxième article). *Population*, Paris, v. 20, n. 5, p. 801-828, set./out. 1965. Disponível em: http://www.persee.fr/doc/pop_0032-4663_1965_num_20_5_12924. Acesso em: 5 mar. 2026.

KNAUSS, Paulo. Sobre a norma e o óbvio: a sala de aula como lugar de pesquisa. In: NIKITIUK, Sônia L. (org.). *Repensando o ensino de História*. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2001. p. 26-46.

LE ROUX, Yannick. Loyola, l'habitation des jésuites de Rémire en Guyane Française. *In Situ*, n. 20, 2013. Disponível em: https://insitu.revues.org/10170. Acesso em: 5 mar. 2026.

MONTERO, Paula. Índios e missionários no Brasil: para uma teoria da mediação cultural. In: MONTERO, Paula (org.). *Deus na aldeia: missionários, índios e mediação cultural*. São Paulo: Globo, 2006b. p. 31-66.

MONTERO, Paula. Introdução. In: MONTERO, Paula (org.). *Deus na aldeia: missionários, índios e mediação cultural*. São Paulo: Globo, 2006a. p. 9-29.

MORAIS, P. *História do Amapá: o passado é o espelho do presente*. Macapá: JM Editora Gráfica, 2009.

MORAIS, P.; ROSÁRIO, I.; MORAIS, J. *O Amapá na mira estrangeira: dos primórdios do lugar ao laudo suíço*. Macapá: JM Editora Gráfica, 2003.

NASCIMENTO, Bruno Rafael Machado. *Ad majorem Dei gloriam: missões jesuíticas setecentistas no Oiapoque e os usos de documentos históricos para o ensino de História no Amapá*. Rio de Janeiro: Autografia, 2018.

NASCIMENTO, Bruno Rafael Machado. *Entre matas, rios e igarapés: a História colonial do Amapá*. Rio Branco: Nepan Editora, 2021.

NASCIMENTO, Bruno Rafael Machado. O ensino de História indígena do Amapá colonial. *Revista Discente Ofícios de Clio*, Pelotas, v. 9, n. 16, p. 195-212, jan./jun. 2024. Disponível em: https://periodicos.ufpel.edu.br/index.php/CLIO/article/view/28328. Acesso em: 5 mar. 2026.

PEZZI, Altri Scelti (ed.). *Scelta di lettere edificanti scritte dalle missioni straniere: preceduta da quadri geografici, storici, politici, religiosi e letterari de' paesi di missione; acresciuta di un ragguaglio storico e di nuove lettere edificanti*. Tradução do original francês. Tomo XIII. Milano: Presso Raniere Fanfani, 1828.

PINTO, Manoel de Jesus de Souza. *Conhecendo o Amapá*. Belém: Cultural Brasil, 2016.

POMPA, Cristina. Para uma antropologia histórica das missões. In: MONTERO, Paula (org.). *Deus na aldeia: missionários, índios e mediação cultural*. São Paulo: Globo, 2006. p. 111-142.

SACRISTÁN, José Gimeno. O que significa o currículo? In: SACRISTÁN, José Gimeno (org.). *Saberes e incertezas sobre o currículo*. Tradução de Alexandre Salvaterra. Porto Alegre: Penso, 2013. p. 16-35.

SANTOS, F. *História do Amapá*. 7. ed. Belém: Grafinorte, 2006.

SCHMIDT, Maria Auxiliadora; CAINELLI, Marlene. *Ensinar História*. São Paulo: Scipione, 2004.

SILVA, Giovani José da; NASCIMENTO, Bruno Rafael Machado. Missões jesuíticas, povos indígenas e ensino de História: exercitando a escuta suscetível, o olhar reverso e a leituração. In: RODRIGUES, Luiz Fernando Medeiros; MARTINS, Maria Cristina Bohn (orgs.). *A experiência da missão jesuítica na primeira modernidade*. São Leopoldo: Oikos, 2019.

TASSINARI, Antonella Maria Imperatriz. *No bom da festa: o processo de construção cultural das famílias Karipuna do Amapá*. São Paulo: EDUSP, 2003.

VERWIMP, Régis. *Les jésuites en Guyane Française sous l'Ancien Régime (1498-1768)*. Matoury: Ibis Rouge Éditions, 2011.

# Mobilidade e adaptação dos grupos Warao em contextos urbanos

*Mobility and adaptation of Warao groups in urban contexts*

*Movilidad y adaptación de los grupos Warao en contextos urbanos*

*Walison Almeida Dias*[1]
*Janari da Silva Pedroso*[2]

**Resumo**

Dias, W. A. Pedroso, J. S. Mobilidade e adaptação dos grupos Warao em contextos urbanos. ***Rev. C&Trópico***, v. 50, n. 1, p. 95-122, 2026. Doi: 10.33148/ctrpico.v50i1.2538

Os Warao constituem um dos povos indígenas mais antigos da Venezuela, historicamente estabelecidos no Delta do Rio Orinoco, cuja mobilidade é um traço culturalmente significativo que remonta a milênios. A partir de 2014, impulsionados pela crise socioeconômica venezuelana e pela pressão sobre seus territórios tradicionais, diversos grupos Warao deslocaram-se para cidades brasileiras, incluindo Belém do Pará. Nesse contexto, esta pesquisa investigou como os Warao, em processo de mobilidade pela Amazônia brasileira, reorganizam suas estruturas sociais e ressignificam seus saberes tradicionais para assegurar a continuidade identitária e a coesão comunitária no contexto urbano. A pesquisa foi realizada entre 2020 e 2022, adotando uma abordagem qualitativa de estudo de caso etnográfico, com coleta de dados por meio de observação participante, entrevistas semiestruturadas, gravações de áudio e fotografias, junto à comunidade liderada pelo Aidamo Valentin Perez no abrigo municipal do Tapanã, em Belém. Os resultados evidenciam a complexa interação entre mobilidade, identidade cultural e transmissão de saberes, destacando como os Warao desenvolvem estratégias de preservação cultural e resistência às pressões do meio urbano, com ênfase no papel crucial das narrativas orais e da transmissão de conhecimentos tradicionais para a manutenção da identidade do grupo.

**Palavras-chave:** Mobilidade; Transmissão de Saberes; Contextos Urbanos; Warao.

**Abstract**

Dias, W. A. Pedroso, J. S. Mobility and adaptation of Warao groups in urban contexts. ***Rev. C&Trópico***, v. 50, n. 1, p. 95-122, 2026. Doi: 10.33148/ctrpico.v50i1.2538

*This research analyzed the mobility of the Warao in urban contexts in the Amazon region of Pará. The research highlights the importance of adopting a broad temporal*

1 Doutorando em Psicologia pelo Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Pará (PPGP-IFCH/UFPA). E-mail: walison.dias@ifch.ufpa.br Orcid: https://orcid.org/0000-0003-2497-3555

2 Doutor em Ciências pelo Programa de Pós-Graduação em Teoria e Pesquisa do Comportamento da Universidade Federal do Pará (PPGTPC/UFPA). Docente permanente nos dois programas de pós-graduação em Psicologia da UFPA (PPGP, nota 4 e PPGTPC, nota 6 Qualis CAPES). Coordenador do Laboratório de Desenvolvimento e Saúde (LADS). E-mail: pedrosoufpa@gmail.com Orcid: http://orcid.org/0000-0001-7602-834X

*perspective to understand the presence of the Warao in cities. In the midst of vulnerability, knowledge is transmitted to maintain social cohesion, aiming to understand the complex relationship between mobility, culture and identity of the Warao in the Brazilian urban context. Through these approaches, the objective is to reflect this process with a focus on the transmission of knowledge in urban environments. This qualitative study adopts a case study approach and uses data collection techniques such as field research, semi-structured interviews, audio recordings, and photographs. The results of this research show the complex interaction between mobility, cultural identity and the transmission of knowledge of the Warao group in urban contexts. Mobility has an impact on the preservation of culture and resistance to urban influence, highlighting the crucial role of the transmission of traditional knowledge.*

**Keywords:** Mobility; Knowledge Transmission; Urban Contexts; Warao.

**Resumen**

Dias, W. A. Pedroso, J. S. Movilidad y adaptación de los grupos Warao en contextos urbanos. ***Rev. C&Trópico***, v. 50, n. 1, p. 95-122, 2026. Doi: 10.33148/ctrpico.v50i1.2538

Esta investigación analizó la movilidad de los Warao en contextos urbanos en la Amazonía paraense. La investigación resalta la importancia de adoptar una perspectiva temporal amplia para comprender la presencia de los Warao en las ciudades. En medio de la vulnerabilidad, los conocimientos se transmiten para mantener la cohesión social, con el objetivo de comprender la compleja relación entre movilidad, cultura e identidad de los Warao en el contexto urbano brasileño. A través de estos enfoques, se busca reflexionar sobre este proceso con un enfoque en la transmisión de conocimientos en entornos urbanos. Este estudio cualitativo adopta un enfoque de estudio de caso y utiliza técnicas de recolección como la investigación de campo, entrevistas semiestructuradas, grabaciones de audio y fotografías. Los resultados de esta investigación evidencian la compleja interacción entre movilidad, identidad cultural y transmisión de conocimientos del grupo Warao en contextos urbanos. La movilidad impacta en la preservación de la cultura y la resistencia a la influencia urbana, destacando el papel crucial de la transmisión de conocimientos tradicionales.

**Palabras clave:** Movilidad; Transmisión de Saberes; Contextos Urbanos; Warao.

*Data de submissão: 01/06/2025*
*Data de aceite: 21/05/2026*

## 1. Introdução

Os Warao constituem um dos povos indígenas mais antigos da Venezuela, com uma história de ocupação do Delta do Rio Orinoco que remonta a pelo menos oito mil anos (Allaire, 1997; Heinen, 1988). Trata-se de um coletivo agrupado em torno de

uma unidade linguística própria, cujo etnônimo é comumente atribuído à expressão Wa Arao, "Povo das Canoas" ou "Navegantes", referência aos habitantes do litoral caribenho conhecidos por suas proficiências na manipulação de canoas e na atividade pesqueira (Santos; Ortolan; Silva, 2018).

A mobilidade dos Warao não pode ser compreendida como simples movimentação física no espaço; ela constitui, antes, um modo de vida e uma forma específica de habitar o território. Para esses grupos, deslocar-se significa atualizar vínculos cosmológicos, parentais e ecológicos que estruturam sua existência coletiva. Assim, a mobilidade é, ao mesmo tempo, prática cultural, estratégia de sobrevivência e relação ontológica com a paisagem, articulando o domínio ambiental — fluxo de rios, ciclos sazonais, disponibilidade de recursos — ao domínio simbólico das narrativas míticas e da memória ancestral (Heinen, 1988; Wilbert, 1993).

Registros arqueológicos indicam que a etnia já demonstrava notáveis atividades de deslocamento cerca de 1200 anos antes da era comum (AeC) (Allaire, 1997), com um processo de ocupação do delta do rio Orinoco que se estende por mais de oito mil anos (Allaire, 1997; Dias, 2023). Essa longa jornada histórica reforça a compreensão da mobilidade como elemento culturalmente significativo e estruturante do modo de vida Warao. Contudo, é necessário distinguir entre a mobilidade como prática cultural historicamente enraizada e o deslocamento forçado decorrente de pressões socioeconômicas e políticas contemporâneas. A literatura antropológica sobre territorialidade indígena na Amazônia (Alexiades; Peluso, 2015) aponta que a mobilidade é um traço compartilhado por diversos povos amazônicos, não sendo exclusividade dos Warao. O que distingue a experiência Warao contemporânea é a articulação entre essa tradição de mobilidade e as condições de vulnerabilidade política e econômica que transformaram o deslocamento cultural em migração forçada, evitando-se assim tanto a naturalização da mobilidade quanto a culturalização do deslocamento compulsório (García-Castro, 2006).

Nesse contexto de mobilidade, os Warao elaboraram e aprimoraram meticulosamente metodologias para a preservação de sua cultura, cosmologia e sistemas de parentesco. Essas estratégias foram cuidadosamente moldadas através de transmissão de saberes, nos quais desempenham um papel de destaque na autoafirmação da coletividade perante as diversas dinâmicas de mobilidade e encontros étnicos que permearam sua história.

É fundamental ressaltar que a oralidade assume um papel central na manutenção da identidade Warao. Mediante as narrativas, histórias, crenças e tradições transmitidas por meio das expressões idiomáticas, conseguem preservar elementos essenciais de sua cultura, mesmo em contextos desafiadores, como migrações e interações com outros grupos (Wilbert, 1993; Lima, 2012).

A coletividade e a comunidade são princípios intrínsecos à vida cotidiana dos Warao, inclusive durante seus processos de deslocamento. Dessa forma, identificou-se que, em contraste com muitas outras culturas, os grupos raramente empreendem viagens individuais.

> Os Warao não viajam sozinhos. Tanto as redes de parentesco como os grupos formados ao longo do caminho são de funda-

> mental importância para suas estratégias de fixação e mobilidade, enquanto população indígena transeunte em busca de sustentabilidade num novo contexto. Analiticamente, é importante considerar a mobilidade Warao como característica cultural da etnia enquanto estratégia social e econômica que promove a circulação não apenas de mercadoria, mas, sobretudo de suas relações pessoais fundamentais na definição de papéis sociais e políticos na sociedade Warao (SANTOS, Ortolan, Silva, 2018, p.8).[3]

Nesse processo, a prática de deslocamento em grupo é profundamente enraizada em sua mitologia, sendo uma expressão eloquente da solidariedade e interdependência que caracterizam sua sociedade, como exemplificado pelo "Mito do Primeiro Warao" (Wilbert, 1993). Ao optarem pela coletividade em suas jornadas, a etnia empreende uma prática que transcende a simples movimentação física, ao passo que compartilha experiências e recursos no contexto da mobilidade, desempenhando um papel fundamental ao garantir a segurança e o bem-estar mútuo durante suas incursões pela Amazônia (Heinen, 1988; Alexiades; Peluso, 2015).

No trajeto de mobilidade dos Warao, os territórios tradicionais metamorfoseiam-se em estados efêmeros, fomentando o surgimento de novos modos de ocupação e adaptação (Alexiades; Peluso, 2015). Essa característica é habilmente cultivada pela prática arraigada dos Warao de viajar em unidades familiares ou confederações clânicas (Heinen, 1988). Tal abordagem permite uma ampla difusão de informações e o aprimoramento constante dos mecanismos de preservação biocultural, amoldando-se aos desafios inerentes a diferentes ambientes e dinâmicas de interação (Dias, 2023). Neste interim, a mobilidade Warao na Amazônia sofreu uma transformação de grande envergadura: alguns grupos, a partir do ano de 2014, embarcaram em um novo capítulo de seu percurso, estabelecendo-se em distintas regiões, inclusive no Brasil.

> Os deslocamentos dos Warao para o Brasil ocorrem por motivações diversas, entre elas, precárias condições de permanência em seus territórios tradicionais na Venezuela, situação econômica dos indígenas no contexto urbano daquele país, deteriorada ainda mais pela crise nacional venezuelana, falta de segurança alimentar, falta de assistência médica, educacional, etc., (Santos, Ortolan, Silva, 2018. p.06).[4]

Esse desdobramento assinala um ponto de virada significativo na história contemporânea da etnia, sublinhando sua habilidade de se adaptar e dialogar com contextos geográficos e sociais diversificados. Essas nuances de mobilidade coletiva, transformação

3 SANTOS, Sandro Martins de Almeida; ORTOLAN, Maria Helena; SILVA, Sidney Antônio da. **"Índios imigrantes" ou "imigrantes índios"?** Os Warao no Brasil e a necessidade de políticas migratórias indigenistas. Em: http://www.31rba.abant.org.br/arquivo/downloadpublico. Acessado em 11/12/2019. scientifiques, 2011. p.210-20.

4 Ibid. Idem.

territorial e adaptação histórica atestam a profundidade do engajamento dos Warao com a mobilidade e um fenômeno cultural e social em constante mutação.

Nesse contexto de reconfiguração, os grupos adotaram estratégias de enraizamento em aglomerados urbanos, movimento motivado pela busca de recursos essenciais, oportunidades laborais e/ou fontes de renda. Esse reposicionamento assinala uma encruzilhada significativa para a etnia, considerando a transição de um estilo de vida enraizado na mobilidade em territórios de perfil hidrográfico, para um modo de vida mais estacionário nas metrópoles, a qual, inevitavelmente, conduz dinâmicas culturais, sociais e econômicas inéditas.

> De cada dez indígenas, sete vivem em zonas urbanas, números que revelam uma significativa presença Warao em contextos urbanos. Estima-se que a população Warao atualmente gire em torno de 49 mil pessoas, sendo a segunda maior população indígena da Venezuela (Ramos *et al*, 2017, p. 03).[5]

Na busca por meios de subsistência em contextos urbanos, os Warao se depararam com a necessidade de adaptação a uma realidade culturalmente distinta, enfrentando desafios relacionados às barreiras linguísticas e à integração em um ambiente urbano. Essas necessidades emergentes impeliram a uma transformação profunda nas dinâmicas de mobilidade do grupo. O que outrora estava intrinsecamente ligado a aspectos míticos e cosmológicos, nos quais o território servia como palco para a atualização de mitos, metamorfoseou-se em uma questão vital para a sobrevivência da etnia. Tal transição dialoga com análises da literatura antropológica sobre urbanização indígena na Amazônia (Alexiades; Peluso, 2015), bem como com estudos específicos sobre a presença Warao em centros urbanos venezuelanos (García-Castro, 2006), que destacam como a mobilidade indígena contemporânea articula territorialidade tradicional e estratégias econômicas urbanas. Essa transição substancial reflete como a mobilidade, anteriormente situada nos territórios tradicionais, evoluiu para um tipo de subsistência baseada na coleta e em atividades econômicas nos centros urbanos — como a venda de artesanato e a busca por moradia —, gerando um padrão de mobilidade pendular caracterizado por retornos frequentes aos territórios tradicionais onde ainda se mantêm conexões familiares.

Essa mudança na mobilidade impregnada de aspectos simbólicos e espirituais para uma mobilidade pragmática, voltada para a subsistência, evidencia as adaptações que os Warao enfrentam diante do processo de urbanização e das novas demandas socioeconômicas. A busca por recursos essenciais e oportunidades de emprego nas cidades emergiu como uma estratégia vital para a subsistência do coletivo, mesmo que isso exija deslocamentos regulares entre os centros urbanos e suas áreas tradicionais de origem.

Nesse contexto, a mobilidade dos Warao na região amazônica se diferencia das migrações de cidadãos venezuelanos tradicionais vinculados ao Estado-Nação. Sua

5 RAMOS, Luciana; BOTELHO, Emília e TARRAGÓ, Eduardo. 2017. **Sobre a situação dos indígenas da etnia Warao, da região do delta do Orinoco, nas cidades de Boa Vista e Pacaraima**. Parecer Técnico No 208/2017/SEAP/6aCCR/PFDC. Brasília: Procuradoria Geral da República.

identidade é esculpida por fatores fluídos relacionados a uma tradição passada que transcendem a perspectiva nacionalista, indo além de definições estritamente subjetivas. Uma compreensão plena da identidade Warao requer uma abordagem que se baseie na visão ameríndia, valorizando as expressões linguísticas, narrativas mitológicas, cosmológicas e coletivas que tecem sua identidade cultural.

Ao contrário do conceito de identidade estritamente ligado a limites políticos e culturais delineados por Estados, a identidade Warao é caracterizada por sua fluidez e por profundas relações de parentesco, território e comunidade, nas quais a mobilidade pela Amazônia reinventa os territórios e subverte o conceito de nação, enfatizando uma identidade que transcende dimensões político-estatais (Bhabha, 1998; Alexiades; Peluso, 2015). Esse modo fluido de pertencimento dialoga com formulações antropológicas que problematizam a relação entre identidade, território e Estado-nação, sobretudo em contextos de mobilidade indígena transfronteiriça (Santos; Ortolan; Silva, 2018), nos quais as fronteiras geopolíticas não correspondem às territorialidades efetivamente vivenciadas pelos povos originários.

Portanto, uma compreensão abrangente da identidade dessa etnia demanda uma abordagem que considere suas cosmovisões, tradições orais, práticas culturais e perspectivas ontológicas. Ao examinar suas expressões linguísticas e narrativas, é possível apreender a riqueza e a diversidade cultural do grupo, propiciando uma sensibilidade e respeito mais agudos em relação às suas necessidades particulares.

Diante desse contexto, o presente estudo tem como objetivo central analisar o processo de mobilidade dos grupos Warao em contextos urbanos na Amazônia paraense, com ênfase na transmissão de saberes como estratégia de preservação identitária. Especificamente, busca-se: (a) compreender como a mobilidade impacta as formas de organização social e as práticas culturais dos Warao em contextos urbanos; (b) mapear os saberes tradicionais transmitidos no interior da comunidade e seus agentes de transmissão; (c) identificar as tipologias de grupos Warao em mobilidade pela Amazônia e suas estratégias de adaptação. A questão central que orientou esta investigação foi formulada da seguinte maneira: de que forma os Warao, em processo de mobilidade na Amazônia brasileira, reorganizam suas estruturas sociais e ressignificam seus saberes tradicionais para assegurar a continuidade identitária e a coesão comunitária no contexto urbano?

O presente artigo organiza-se da seguinte forma: após esta introdução, apresenta-se a metodologia adotada, seguida pela descrição dos procedimentos de análise dos dados. A seção de resultados e discussão está estruturada em quatro subseções: a contextualização da migração Warao, o cenário brasileiro, as características gerais do grupo e a sócio-organização Warao com o mapeamento dos saberes. Por fim, as considerações finais sintetizam as contribuições do estudo e apontam limitações e possibilidades de investigações futuras.

## 2. Procedimento metodológico

A metodologia adotada neste estudo segue uma abordagem primordialmente qualitativa e interpretativa, de caráter hermenêutico, centrada na compreensão dos

significados culturais que emergem das práticas e narrativas dos sujeitos investigados. O objetivo é refletir sobre o conjunto de informações contidas no objeto de estudo observado (Gil, 2002, p. 56)[6], em que o método de coleta de dados escolhido fora o etnográfico, no qual, sempre que possível, foi empregado para apresentar os elementos que exercem influência na situação que constitui o foco da pesquisa (Gil, 2002, p. 56).[7]

Para alcançar esse propósito, a coleta de dados foi realizada entre 2020 e 2022, por meio de uma abordagem qualitativa de estudo de caso etnográfico, com o intuito de compreender o processo de mobilidade da etnia Warao, a importância das expressões idiomáticas no contexto do deslocamento, a transmissão de saberes, os comportamentos e as interações. Foram realizadas doze entrevistas, distribuídas em sessões recorrentes ao longo do período, sendo nove com o Aidamo Valentin Perez – porta-voz reconhecido do grupo familiar – e três com outros integrantes da comunidade instalada no abrigo municipal: a esposa do Aidamo e dois adultos jovens responsáveis por atividades de artesanato e de tradução intracomunitária. O critério de seleção dos interlocutores seguiu o que prescreve o Protocolo de Consulta Prévia do Povo Warao em Belém do Pará (2020), que define a liderança do Aidamo como representante legítimo do grupo familiar em interlocução externa, conjugando-se essa indicação à acessibilidade linguística e à disponibilidade dos demais participantes. As entrevistas foram conduzidas predominantemente em espanhol, com auxílio de tradução quando necessário, dado que o Aidamo Valentin possui domínio dessa língua como idioma de contato. A combinação de entrevistas estruturadas e semiestruturadas justifica-se pela necessidade de, por um lado, garantir a cobertura de tópicos específicos previamente definidos e, por outro, permitir a emergência de temas não antecipados pelo pesquisador, valorizando a perspectiva do interlocutor.

A seleção do colaborador para participar do estudo considerou a liderança do *Aidamo*[8] Warao, Sr. Valentim Perez como porta-voz de sua família. O *Aidamo* Valentin é chefe de uma família de pouco mais de 15 pessoas que atualmente moram no abrigo municipal. Sua chegada na cidade foi em 2018, depois de uma viagem de mais de dez dias, passando por estradas e rios, como ele mesmo relata:

> Eu cheguei vindo da Venezuela, uma noite vindo da Venezuela, cheguei ao terminal Santa Helena. No outro dia, cheguei em Pacaraima, em outro dia cheguei em Manaus, de Manaus peguei um barco, cinco dias e cinco noites de Manaus para chegar aqui em Belém de barco. Assim que eu vim.[9]

6 GIL, Antônio Carlos et al. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2002.

7 Ibid. Idem.

8 Entre os Warao, o termo aidamo designa a figura de liderança no interior do grupo familiar – alguém que exerce autoridade social e política sobre a comunidade. Trata-se, via de regra, de um ancião cuja respeitabilidade se construiu ao longo do tempo e que assume a função de organizar a vida coletiva e orientar os rumos do grupo. Mais do que um líder em sentido estritamente administrativo, o aidamo opera como referência simbólica: uma espécie de espelho no qual as gerações seguintes reconhecem seus vínculos com a tradição e as raízes culturais do povo.

9 PEREZ, Valentin. C**olaborador da Pesquisa**. Entrevista. Belém, 2022.

O *Aidamo* Valentin é uma peça central para esse estudo, não somente pelo status de liderança, mas por ser uma pessoa que tem vivido os aspectos de transição dos hábitos ameríndios para uma postura urbana. O motivo de sua vinda para Belém se deu por conta da dificuldade de sobrevivência na Venezuela, oriunda da crise econômica que atingiu o país nos últimos anos. Questões como acesso à saúde, emprego, renda e alimentação foram os principais fatores que fizeram a comunidade liderada pelo *Aidamo* saírem de seus territórios em busca de melhores condições de vida.

A escolha do interlocutor principal e a forma de aproximação com a comunidade foram fundamentadas no Protocolo de Consulta Prévia do Povo Warao em Belém do Pará (2020). O documento estabelece que a interlocução com agentes externos deve passar por representantes indicados por cada grupo familiar em processo migratório, sendo essa diretriz a base metodológica para a definição do Aidamo Valentin Perez como porta-voz da pesquisa e para o respeito aos princípios da consulta coletiva. Nesse sentido, o trecho a seguir orientou os procedimentos éticos e o delineamento dos contatos no campo:

> devemos participar da consulta de forma coletiva, quando necessária e emergencial, através de nossos representantes que devem ser indicados por cada grupo familiar que se encontre em processo migratório e que esteja presente na cidade de (Belém/PA). Nossos representantes serão responsáveis por nos comunicar as decisões e os acordos feitos nas reuniões com o governo ou com a organização consultante para tratar das principais necessidades ue afetam as nossas famílias, tais como nas áreas de abrigamento, assistência humanitária, educação, trabalho, saúde em geral e outras que possam ser de nosso interesse. (Protocolo de consulta prévia do povo Warao em Belém do Pará, 2020, p. 23).[10]

A abordagem priorizou o respeito aos valores culturais e aos princípios da consulta prévia, reconhecendo a importância de uma relação de confiança e diálogo com a liderança da etnia durante o processo de pesquisa.

A quarta etapa consistiu no estabelecimento de contato com os participantes – o Aidamo Valentin Perez, sua esposa e dois adultos jovens da comunidade –, ocasião em que se explicaram os objetivos, riscos e benefícios da pesquisa e se obteve, de cada participante, o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), em conformidade com as diretrizes éticas vigentes para pesquisas com seres humanos. Em seguida, as etapas cinco e seis compreenderam observação participante e a aplicação das entrevistas estruturadas e semiestruturadas mencionadas anteriormente. Ao adotar essa abordagem, pretendeu-se oferecer um entendimento mais aprofundado do fenômeno da mobilidade dos Warao, bem como da importância das expressões idiomáticas no contexto de sua cultura em constante transformação.

10 Ibid. Idem.

### *2.1. Análise dos dados*

A análise dos dados consistiu em um processo reflexivo e interativo voltado para a identificação de padrões, temas e significados culturais emergentes, fundamentados no material observado (GIL, 2000, p, 43)[11]. Nesse contexto, a análise qualitativa engloba a categorização, interpretação e codificação das variáveis subjacentes.

As etapas empreendidas na análise foram as seguintes: 1) Organização dos dados: seleção e agrupamento das informações coletadas nas entrevistas; 2) Transcrição das gravações; 3) Sistematização das notas de campo; 4) Codificação dos dados: nessa fase, empregou-se como ferramenta auxiliar o software de análise qualitativa MAXQDA v.2023, utilizado para organizar e sistematizar os dados, facilitando a identificação das unidades de significado presentes nos textos transcritos e nas notas de campo – sem substituir a análise hermenêutica conduzida pelo pesquisador; 5) Categorização: a partir do material empírico, foram construídas, de modo indutivo, três conjuntos analíticos articulados entre si. O primeiro conjunto refere-se às categorizações identitárias de grupos em mobilidade (Tabela 1), produzidas a partir da recorrência, nas falas e observações, de dois modos distintos de inserção urbana: grupos que mantêm núcleo familiar coeso sob a liderança do Aidamo e grupos que se rearranjam em novas configurações no espaço urbano. O segundo conjunto compreende as tipologias da mobilidade Warao pela Amazônia (Tabela 2), elaboradas a partir da identificação de seis padrões de deslocamento mencionados reiteradamente pelos interlocutores – pendulares, sazonais, definitivos, circunstanciais, intraurbanos e de retorno –, cuja distinção foi feita com base nas motivações declaradas, na duração e nos vínculos com o território de origem. O terceiro conjunto constitui o mapeamento dos saberes Warao em contexto de mobilidade (Tabela 3), construído a partir da análise temática das narrativas do Aidamo Valentin e dos demais interlocutores, na qual se identificaram nove tipos de saberes recorrentes – entre os quais se destacam os saberes da memória, da narração, da economia, das leis étnicas, do artesanato e dos tabus alimentares –, sendo eles articulados, em um segundo momento, com o referencial teórico sobre mobilidade indígena e bioculturalidade. Em todos os conjuntos, o critério de distinção adotado foi a recorrência temática e a coerência interna entre as falas e as observações de campo, buscando-se preservar o sentido atribuído pelos próprios interlocutores.

Através desse processo de análise, almejou-se discernir insights profundos a partir dos dados coletados, desvelando os padrões subjacentes, as tendências recorrentes e os temas preeminentes que emergem das narrativas e observações. Esse enfoque analítico possibilitou uma compreensão rica e contextualizada do fenômeno da mobilidade dos Warao, elucidando as dimensões culturais e sociais que permeiam sua experiência.

11 Ibid. Idem.

## 3. Resultados e Discussão

### *3.1. Os Warao*

Antes de apresentar os resultados propriamente empíricos da pesquisa, faz-se necessário retomar elementos contextuais sobre o povo Warao, sua localização tradicional e os processos históricos que antecederam o atual cenário de deslocamento, de modo a situar a análise.

Os ameríndios que estão no Brasil são em suma 87% residentes de áreas rurais dos municípios de Antônio Díaz e Pedernales (ACNUR, 2021).[12] Estudos antropológicos apontam que os Warao representam o grupo mais antigo do país, habitando o delta do rio Orinoco (em warao Wirinoko = Wiri "onde remamos" / Noko = "Lugar") há pelo menos oito mil anos.

Há um maior adensamento étnico na região do Delta Amacuro (Zona utópica para onde se volta toda a cosmologia dos Warao), Cumaná, Sucre, Antônio Díaz, Pedernales e por parte do estado de Monagas, nos *caños* (braços de rio) (Venezuela), sendo possível mapear três aspectos de ocupação da etnia: de adensamento geográfico – o que se refere ao processo de deslocamento, interiorização e ocupação na Amazônia; narrativo – quando a mobilidade é justificada e impulsionada em sua cosmologia ameríndia; e de densidade étnica – quando a própria mobilidade e ocupação demanda a manutenção das estruturas clânicas e familiares para a sobrevivência e demarcação do espaço.

#### *3.1.1. Contextualização da Migração*

Os problemas políticos e econômicos da Venezuela levaram "o país vizinho a viver a maior recessão de sua história: são 12 trimestres seguidos de retração econômica, segundo anunciou em julho a Assembleia Nacional" (BBC NEWS, 2019).[13] Essa situação provocou uma desestabilização generalizada nas camadas da sociedade. Faltavam mantimentos básicos, a violência aumentou, a fome abateu todas as classes, provocando um êxodo em massa de venezuelanos e ameríndios para os países vizinhos Só "em novembro, a ONU informou que três milhões de venezuelanos deixaram o país nos últimos anos" (BBC NEWS, 2019).[14] Na fronteira entre Pacaraima e Roraima existiam "filas enormes de venezuelanos solicitando vistos no posto da Polícia Federal, famílias acampadas em locais públicos e um movimentado comércio de alimentos direcionado ao país vizinho" (Franklin, 2017, p. 1).[15]

12 ACNUR. Auto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados. **Os Warao no Brasil: Contribuições da antropologia para a proteção de indígenas refugiados e migrantes**. 2021.

13 CRISE NA VENEZUELA: O QUE LEVOU O PAÍS VIZINHO AO COLAPSO ECONÔMICO E À MAIOR CRISE DE SUA HISTÓRIA. **BBC NEWS**, 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/noticia/2019/01/24/crise-na-venezuela-o-que-levou-o-pais-vizinho-ao-colapso-economico-e-a-maior-crise-de-sua-historia.ghtml>. Acesso em: 11 de Jan. de 2023.

14 Ibid. Idem.

15 FRANKLIN, C. B. **A crise na Venezuela e os desdobramentos para o Brasil**. Fomerco**.** Salvador: UFBA, 2017. pag. 1-14.

Imigrações internas começaram a ocorrer pelas principais cidades a fim de que se pudesse encontrar mantimentos e empregos. Com o deslocamento em alta, os Warao, em busca de um comércio estável para a venda e troca de seus produtos naturais e artesanato, começam a migrar para diversas cidades venezuelanas, a fim de manter a subsistência da comunidade e de seus nichos familiares.

A escassez de políticas e projetos que pensassem as questões indigenistas e ampliasse as discussões para os direitos das populações tradicionais (como os Warao) fizeram com que estas comunidades acabassem marginalizadas ao ponto de que se configurassem pela falta "de acesso aos seus territórios e aos recursos naturais necessários à sobrevivência e à garantia de perspectiva de futuro no contexto de vida coletiva, conforme seus usos, costumes e tradições" (OIM 2018, p.23)[16], assim, a etnia passou a ocupar uma posição de marginalização multidimensional na sociedade venezuelana – marginalização esta que se manifesta nas dimensões econômica (ausência de políticas de sustento), territorial (perda de acesso a territórios tradicionais), jurídica (inexistência de marcos legais adequados) e simbólica (invisibilidade nas políticas públicas). É fundamental distinguir que essa marginalização não decorre exclusivamente da crise recente, mas resulta de processos históricos de exclusão estrutural enfrentados por povos indígenas na Venezuela, agravados pelo colapso socioeconômico contemporâneo.

Era imprescindível solucionar a questão indigenista nos centros urbanos da Venezuela, e isso de alguma forma exigiria uma política pública de preservação dos modos de vida e das culturas dos povos tradicionais residentes no país. De certo, uma reforma agrária que fiscalizasse o agronegócio venezuelano e um sistema assistencialista que fornecesse saúde, educação e trabalho, além de considerar as identidades dos povos indígenas fossem as práticas emergenciais, que a longo prazo, apresentariam uma resposta substancial aos fluxos para as grandes cidades. No entanto, os cuidados governamentais que tangenciassem as questões não foram desenvolvidas no âmbito das políticas de governo, fazendo com que a imigração se acentuasse ao longo dos últimos anos.

> A migração indígena incorpora [ou incorporou] fatores como situações de conflito e pressões sobre suas terras e recursos, mas também a limitada oferta de oportunidades de estudo e trabalho, bem como de acesso a bens e serviços. Esses fatores aproximam dos centros urbanos alguns povos, parcelas de povos indígenas ou famílias e indivíduos, num fluxo migratório que não é nem transfronteiriço, na definição mais estrita do termo, nem convencional no sentido de demandar soluções diferenciadas de médio e longo prazo (OIM 2018, p.23).[17]

16 ASPECTOS JURÍDICOS DA ATENÇÃO AOS INDÍGENAS MIGRANTES DA VENEZUELA PARA O BRASIL. BRASÍLIA: **Organização Internacional para as Migrações (OIM)**, 2018. Disponível em: https://brazil.iom.int/sites/g/files/tmzbdl1496/files/documents/BRL-OIM%2520004.pdf. Acesso em: 11 Jan. 2023.

17 Ibid. Idem.

Não obstante, faz-se necessário pontuar que as imigrações Warao aconteceram em dois ciclos de deslocamentos distintos, a saber: 1) para os centros venezuelanos; 2) movimentos de saídas internacionais. Ambos tiveram fatores comuns, as quais as saídas de seus territórios se deram pelo avanço das madeireiras, palmiteiras, mineradoras nas regiões dos *caños*, de empreendimentos estatais desastrosos do ponto de vista ambiental e cultural que impossibilitaram suas plantações.

Esse complexo cenário econômico atingiu fortemente a etnia, a qual passou a entrar no Brasil nos últimos anos diante da inexistência de políticas de preservação das comunidades indígenas venezuelanas e da escassez de políticas públicas humanitárias que atendessem suas necessidades, levando-os a uma imigração para os territórios brasileiros (principalmente para a região norte do país), onde as autoridades de estado foram forçadas a buscarem mecanismos de compreensão do fenômeno.

Segundo o relatório da Organização Internacional de Imigração, os órgãos públicos procuraram o "tratamento adequado, não discriminatório, nem assimilacionista a esses migrantes, bem como o respaldo legal para as ações do Estado em atendimento aos indígenas migrantes" (OIM, 2018, p. 16).[18] Dessa forma, o Brasil visou compreender a imigração venezuelana indígena a partir dos aspectos políticos, culturais, econômicos e sociais que resultaram na saída desses grupos em busca de melhores condições de vida.

Percebe-se que o maior fator para o deslocamento em massa de populações ameríndias é o atrito entre o estado armado e os ideais míticos para a sobrevivência e manutenção de seus modos de vida. O que ocorre com os Warao é não só um deslocamento de grupos inteiros em busca dessas melhorias que venham garantir condições de sobrevivência e existência, mas uma mudança substancial nos modos relacionais internos que constituem suas identidades, fazendo com que eles se mantenham por mecanismos que mesclam os modos de vida étnicos com a resistência em zonas urbanas.

### *3.1.2. Contextualização Brasileira*

O contexto de deslocamento dos grupos Warao para o Brasil assume um papel de "entre-lugar" — conceito que aqui se inspira na formulação de Homi Bhabha (1998), para quem os espaços intersticiais constituem terrenos de elaboração de estratégias de subjetividade e identidade que escapam às polaridades binárias. No caso Warao, esse entre-lugar configura-se na condição de estar em um país estrangeiro e, simultaneamente, transitar por territórios que são, do ponto de vista cosmo-ontológico, territórios tradicionais. Desta forma, os Warao não estão fora, mas dentro de um território ancestral e tradicional, no qual a lógica sistemática da migração não dá conta de compreender o fenômeno de mobilidade, tese sustentada até agora.

Essa relação com o espaço brasileiro desvela o conflito existencial-político e geográfico no qual a cultura Warao persiste, apesar das ramificações de um movimento espacial de desterritorialização. A esse respeito, a mobilidade desses grupos e sua adaptação às áreas urbanas desencadeiam uma transformação de escala tão

18 Ibid. Idem.

significativa que não apenas põe em xeque suas formas de existência, mas também os coloca em estado de vulnerabilidade.

De modo geral, a chegada dos Warao no Brasil ocorre de maneira fluida através de Roraima, resultando em um notável aumento populacional nas cidades e municípios do Acre. A falta de recursos e assistência adequada para esses grupos em situação de risco leva a uma vulnerabilidade que é moldada pela interação complexa de fatores e circunstâncias, aumentando a exposição a violência, exploração, abuso e violações de direitos individuais e coletivos (OIM, 2018, p. 25).[19]

Essa vulnerabilidade é resultado de uma escassez de políticas públicas mais efetivas no Estado Brasileiro, o que coloca os grupos Warao, com frequência, em processos de mobilidade por todo o Brasil. As dificuldades em relação à educação, emprego, moradia obtenção de recursos financeiros e acolhimento em abrigos, evidenciam que a mobilidade desses grupos para os centros urbanos precisa ser compreendida como um fenômeno de pressão sobre suas terras e recursos, à medida que as dificuldades de subsistência se intensificam, principalmente relacionadas à alimentação, o que os leva a atravessarem Pacaraima, Manaus até chegar no Estado do Pará, como nos relata o *Aidamo* Valentin Perez:

> [...] Bom, bem, viemos à Belém porquê? Como te disse antes: por causa da fome! Se nós não tivéssemos fome não vínhamos para Belém, lá falta trabalho, não tem dinheiro. Como vamos fazer se lá não tem nada? Lá já passamos um dia, dois dias sem comer, por que lá não tem nada! Não há comida, não há dinheiro para comprar comida, e por isso viemos para cá.[20]

Esses fatores, juntamente com outros elementos, representam uma séria ameaça à sobrevivência desses povos, considerando que essa situação envolve uma "questão complexa de enfrentamento das violações de direitos dos indígenas em contextos urbanos, um tema frequentemente negligenciado, apesar de sua crescente relevância" (OIM, 2018, p. 27).[21] Diante do descaso e da marginalização, esses grupos se veem compelidos a ocupar espaços periféricos, configurando uma marginalização que opera simultaneamente nas dimensões territorial (ocupação de áreas de alta vulnerabilidade), econômica (ausência de fontes de renda formais) e simbólica (invisibilidade e estigmatização social).

As primeiras notícias da presença da etnia Warao na capital do Pará datam da quarta-feira, 10 de outubro, após um forte temporal, fenômeno comum nas tardes da região. Essa primeira comunidade foi avistada nas áreas próximas ao Ver-o-Peso, conforme relatado pelo portal G1 Pará:

> Um temporal atingia o centro de Belém no final da tarde de quarta-feira da semana passada. Um grupo de 44 índios venezuelanos se juntou à multidão de brasileiros para se abrigar em-

19 Ibid. Idem.
20 PEREZ, Valentin. C**olaborador da Pesquisa**. Entrevista. Belém, 2022.
21 Ibid. Idem.

> baixo das barracas do Ver-o-Peso, tradicional mercado de rua da capital do Pará. A cena tem se tornado frequente no Norte: indígenas do país vizinho estão ocupando as ruas das principais cidades da região, muitas vezes em áreas de alta vulnerabilidade social, como pontos de tráfico de drogas e de prostituição (G1 PARÁ, 2017. p.1).[22]

No entanto, ressalta-se que esses não são os primeiros Warao a chegarem a Belém, uma vez que a entrada desses grupos na capital já é perceptível no ano de 2014 (Dias, 2023)[23], o que é corroborado pelo relato da Organização Internacional para as Migrações (OIM, 2018)[28], nos levando a inferir que a aparição dos Warao em 2017 no Ver-o-Peso, conforme relata a matéria, não pode ser considerada como a primeira aparição dos Warao na Capital do Estado.

Ao considerar o cenário da mobilidade e a entrada dos Warao pela região norte do Brasil, é pertinente apontar que, com a chegada desses grupos a Belém, surge a possibilidade de conceber estratégias para recepção e orientação jurídica especifica, alinhadas aos deveres do município em relação aos Warao. No entanto, as estratégias efetivamente implementadas são insuficientes para lidar com o atual volume ameríndio que chegam à capital, resultando em uma assistência frágil e que não dá conta de abarcar a complexidade das questões de mobilidade da etnia, refletindo em "desafios específicos e estruturais, inclusive no que se refere à direção de atendimento diferenciado, quando se trata da gestão desse fluxo" (OIM, 2018, p. 28).[24]

À medida que a jornada e a mobilidade dessas comunidades se intensificam, como observado nas rotas Manaus-Belém, também se tornam mais desafiadoras as dificuldades e preocupações relacionadas à transmissão dos saberes para os jovens que vivem nesses trânsitos. A isso decorre uma ressignificação das experiências, ao passo que a comunidade desempenha um papel crucial nesse processo, atuando como guardiões e transmissores dos saberes tradicionais, uma vez que estes "temem pelo 'esquecimento' da cultura Warao por parte das crianças que estão no Brasil, pois o não aprendizado da língua materna poderia ser um fator de 'assimilação' dessas crianças em terras brasileiras" (Santos, Ortolan, Silva, 2018, P.05).[25]

### *3.2. Aspectos contextuais do grupo Warao em mobilidade*

O período em que esses grupos permanecem em espaços urbanos acarreta desafios para a preservação de sua identidade cultural, uma vez que estão expostos

22 ÍNDIOS VENEZUELANOS SE ESPALHAM PELO NORTE E AUTORIDADES SUSPEITAM DE EXPLORAÇÃO POR BRASILEIROS. **G1 Pará**, 2017. Disponível em: https://g1.globo.com/pa/para/noticia/indios-venezuelanos-se-espalham-pelo-norte-e-autoridades-suspeitam-de-exploracao-por-brasileiros.ghtml. Acesso em: 11 de Jan. de 2023.

23 DIAS, Walison Almeida. **Tradições Bioculturais em Circunstâncias Migratórias: Um Estudo de Caso com os Ameríndios Warao na Cidade de Belém, Pará**. [Dissertação]. Mestrado em Ciências da Religião – Programa de Pós-Graduação em Ciências da Religião (PPGCR). Universidade do Estado do Pará (UEPA). Belém, 2023.

24 Ibid. Idem.

25 Ibid. Idem.

a adversidades de naturezas distintas que é preciso diferenciar: (a) vulnerabilidades históricas já enfrentadas em seus territórios tradicionais, como a pressão do agronegócio e a falta de políticas indigenistas; (b) os efeitos específicos da crise econômica venezuelana, que intensificaram a insegurança alimentar e a precariedade de serviços básicos; e (c) os desafios próprios da inserção em contextos urbanos brasileiros, como barreiras linguísticas, discriminação e ausência de políticas públicas adequadas. Essas camadas sobrepostas de vulnerabilidade resultam na formulação de estratégias de proteção coletiva, levando em conta as complexidades da vida na cidade. A etnia é levada a adotar uma postura de resistência e resiliência para assegurar sua permanência em ambientes urbanos de interação com outros grupos.

> Mas graças que chegamos aqui, já estamos melhorando de corpo e da fome. Nós chegamos aqui com o corpo fraco, não levantamos de tanta fome, agora já temos forças já! Graças! (...) Viemos também para cá por que queremos trabalhar, porque na Venezuela não há trabalho para nós. E é por isso que os Warao está aqui, pela fome do menino e da menina, fome (...) eles choram de fome! E é por isso tudo que nós Warao viemos pra cá. Para arrumar algo que comer (...) aqui comemos bem, a gente [Belém] nos dar comida.[26]

Ao chegarem a esses locais, os Warao interagem com a paisagem urbana, e essa interação muitas vezes permite a identificação de sua etnia e sua situação de vulnerabilidade. Através de suas linguagens, torna-se possível reconhecer elementos distintivos que denotam sua origem étnica e as complexas condições que enfrentam.

Para evitar que a língua se transforme em uma barreira que comprometa a transmissão de saberes, a prática da rememoração e das narrativas ontológicas da etnia acabam se tornando uma ação educativa e normatizadora dos comportamentos do grupo nas cidades. Essa prática é vista como essencial para a preservação da comunidade, representando uma tentativa de manter as características da cultura Warao e desempenha um papel vital ao reforçar as relações hierárquicas e ao nutrir os modos de vida dos mesmos.

> Eu tenho que falar isso para as crianças para que elas também possam saber. Se eu não falar isso para meus netos, isso mostra também que eu não sei. Se eles não disserem nossas histórias, mostra que eu não ensinei. Se eu não educo, eles vão pra cá e pra lá, rouba, fala mal da sua família, rouba sua família, porque não foi educado. Assim, desse jeito aí, se comporta um louco![27]

O processo educativo na relação do *Aidamo* com a comunidade mediante as narrativas não se restringe apenas ao fortalecimento dos laços culturais, mas busca,

26 PEREZ, Valentin. C**olaborador da Pesquisa**. Entrevista. Belém, 2022.
27 PEREZ, Valentin. C**olaborador da Pesquisa**. Entrevista. Belém, 2022.

principalmente, redefinir a importância dos espaços onde as relações do grupo são formadas, no qual, essas narrativas têm o propósito de mitigar os impactos socioemocionais gerados pelo deslocamento do grupo e pela saída de seus territórios de origem.

As práticas de transmissão de saberes que emergem nesses contextos estão direcionadas, de certa forma, para o enfrentamento da atual situação de marginalização. Um exemplo disso são os conhecimentos relacionados à subsistência básica da comunidade, uma responsabilidade atribuída muitas vezes às mulheres, no qual esses conhecimentos e as formas de aplicá-los são também repassados por elas às gerações mais jovens.

Além da transmissão de saberes, é importante caracterizar o papel do gênero masculino homens na comunidade, uma vez que o mesmo vem sendo reavaliado à medida que as necessidades se tornam mais evidentes. Portanto, entre as responsabilidades dos homens, estão as atividades de trabalho físico, limpeza, cozinha e até mesmo auxiliar as mulheres em suas tarefas de coleta. Isso não invalida o fato de que os homens também buscam oportunidades de emprego para adquirir recursos que possam ser utilizados em benefício da comunidade.

Nesses cenários onde os papéis tradicionais de homens e mulheres se misturam nos contextos urbanos, o *Aidamo* desempenha uma função de extrema importância. Como o mais velho e líder, ele é encarregado de manter as tradições, tornando-se o principal transmissor dentro da comunidade. A ele recai a responsabilidade de ensinar as crianças e cuidar delas enquanto aprendem as tradições nos ambientes urbanos.

> Nós sabemos que vamos se organizar para trabalhar, alguns vão estudar, alguns vão ser artesãos, assim que é (...) para isso eu tenho que organizar (...) as crianças para estudar, alguns para trabalhar, alguns para ser ajudante de vendedor, ajudante de soldador, outros vão estudar.[28]

Considerando o estado de vulnerabilidade, a ênfase na transmissão de saberes torna-se crucial, uma vez que essa preocupação surge como resposta aos esforços em resistir às influências urbanas. A relevância dada às narrativas não se limita à transmissão de saberes e cuidados familiares, mas a uma ação de preservar as memórias e definir os papéis de cada indivíduo na comunidade, com o propósito de proteger suas identidades em meio às complexidades do contexto de mobilidade. Contudo, é importante considerar a dimensão ambivalente da educação nesses contextos de vulnerabilidade: se, por um lado, a rememoração e a narrativa funcionam como mecanismos de preservação identitária, por outro, as condições materiais de deslocamento – insegurança alimentar, precariedade habitacional e instabilidade geográfica – podem dificultar os próprios processos educativos. A tensão entre o imperativo de transmitir saberes e as condições adversas para essa transmissão revela a complexidade da experiência educativa Warao em contexto urbano.

A forma de transmissão não se configura apenas como um papel desempenhado pelo *Aidamo* em suas diversas relações de poder, mas sim como uma maneira de

28 PEREZ, Valentin. **Colaborador da Pesquisa**. Entrevista. Belém, 2022.

transmitir valores e normas que guiam as ações do grupo. Nesse contexto, "as narrativas contextualizam uma sequência de ações atribuídas a um determinado tempo e espaço, mostrando que há uma dependência entre os membros do grupo nesse cenário, com o desenvolvimento de situações relacionadas ao passado, presente ou futuro" (Lima, 2012, p.145).[29]

Ao narrar, os papéis e funções sociais são atualizados em uma constante ritualística que atualiza a função social dos mitos. Essa característica não é apenas uma expressão cultural, mas um processo de construção da vida social em uma sociedade complexa que envolve diferentes categorias de sujeitos e grupos.

### *3.2.1. Resultados da pesquisa de campo: a Socioorganização Warao*

No decurso desta pesquisa, tornou-se evidente que os grupos Warao são forjados a partir da adaptação dos elementos materiais que lhe oferecem resistência. Desse modo, os papéis que desempenham dentro da comunidade são ajustados às configurações de ambiente com que passam a interagir. A construção das duas categorias identitárias de grupos em contextos de mobilidade (Tabela 1) decorreu da análise temática das entrevistas e das observações no abrigo: a partir das falas do Aidamo Valentin e dos demais interlocutores, observou-se a recorrência de duas formas distintas de inserção urbana – uma marcada pela manutenção do núcleo familiar coeso sob liderança tradicional, outra caracterizada por rearranjos comunitários nos quais novos arranjos de gênero e de divisão do trabalho se evidenciam. O critério de distinção foi a maneira como cada grupo articula laços de parentesco, divisão de tarefas e práticas de transmissão de saberes no espaço urbano.

**Tabela 1:** categorizações identitárias Warao a partir do processo de mobilidade

| Variante observável | Descrição |
|---|---|
| Confederação Clânica | Consiste em aglomerados de pequenas famílias, frequentemente reunidas devido aos deslocamentos em rotas pela região amazônica. Este grupo é caracterizado por possuir um líder carismático que não ostenta o título de *Aidamo*.<br>A(s) liderança(s) muitas vezes surgem de acordos políticos entre as famílias, visando à gestão do território, dos recursos e/ou de questões de interesse para a sobrevivência da comunidade em determinada região. |
| Grupo Parental | Engloba indivíduos que se integram a uma comunidade por meio de laços de parentesco e casamento. Geralmente, a autoridade centraliza-se na figura do *Aidamo*, uma liderança reconhecida tanto pela unidade familiar quanto pelo governo Venezuelano. |

**Fonte:** Dados do Autor (2022)

29 LIMA, dos Santos Yleana do Socorro. **Memória e narrativa oral**: duas formas de mediar reflexões sobre práticas de milagre em/de São Benedito, Bragança Pará-Século XX. Boitatá, v. 7, n. 14, p. 144-156, 2012.

Além dessas duas características de auto-organização observáveis, a pesquisa identificou seis (06) tipologias em contextos de mobilidade pela Amazônia (Tabela 2). Tais tipologias foram construídas a partir da análise das trajetórias narradas pelos interlocutores: as falas registradas em entrevista permitiram identificar padrões recorrentes de deslocamento, distintos pela duração da estadia, pelos vínculos com o território de origem, pelas motivações declaradas e pela natureza dos contatos com agentes urbanos. O exemplo do relato do Aidamo sobre o trajeto Venezuela–Pacaraima–Manaus–Belém ilustra a tipologia pendular, enquanto outras falas, mencionando permanência prolongada em Belém, evidenciaram tipologias de fixação urbana.

**Tabela 2:** Tipologias Warao em contextos de mobilidade pela Amazônia

| Tipologia | Descrição |
|---|---|
| Warao no espaço de abrigamento (Tapanã, Belém, Pará). | Ameríndios que residem no espaço de abrigamento do tapanã. Caracterizam-se por núcleos familiares e confederações clânicas que fazem desse espaço sua moradia, na qual as relações são tecidas em meio as disputas de poder e controles sociais. |
| Warao em espaços autogerenciados | São grupos Warao que ao chegarem a Belém/PA procuram (ou não) o espaço de abrigamento, e por não encontrarem vagas, sejam por motivos de superlotação ou por não aceitação das comunidades que já habitam no local, acabam, por conta própria, procurando outras habitações, as quais são insalubres à sobrevivência. Esses principais espaços estão situados no bairro da Cidade Velha, Campina, Tapanã, Pratinha e Icoaraci. |
| Dissidentes das confederações Clânicas | São pequenos núcleos familiares e/ou pessoas que decidem sair da organização clânica e seguir um caminho próprio. Às vezes, esse processo se dá em meio aos conflitos. |
| Grupos Parentais | São grupos em torno de um mesmo tronco parental e comunitário, no qual se elege uma liderança reconhecida por todo o grupo chamada de "*Aidamo*", no qual desempenha a função de zelar, tomar decisões gerais e cuidar do bem-estar da comunidade. Sob a liderança do *Aidamo*, se organizam, dividem funções e fazem a manutenção dos seus hábitos e costumes - rememorando as formas de viver tais como eram no Delta do Rio Orinoco antes de saírem da Venezuela. São comunidades que fazem constantes esforços de manter suas tradições de acordo com os valores étnicos. |

| | |
|---|---|
| Dissidentes do espaço de abrigamento | São pequenas famílias e/ou sujeitos, que por não concordarem com as políticas internas do espaço de abrigamento, decidem sair e/ou são expulsos do espaço. Esse fenômeno acaba corroborando para o processo de interiorização dos Warao pela capital, de forma que se torna cada vez mais comum avistar pequenos grupos nas principais vias e bairros de Belém. |
| Grupos em processo de interiorização periférica | São grupos formados por pequenos núcleos familiares que por razões de superlotação do espaço de abrigamento, conflitos com lideranças ou dissidências de grupos clânicos, decidem iniciar um processo de assentamento em áreas urbanas, muitas vezes dentro das periferias, configurando uma interiorização forçada e que coloca em risco seus modos de vida e a sobrevivência do coletivo. |

**Fonte:** Dados do Autor (2022).

As tipologias desenvolvidas no contexto da mobilidade da etnia Warao pela região amazônica foram concebidas para abordar a realidade observada em campo. No que se refere aos saberes mobilizados no processo de deslocamento, foram identificados nove tipos de saberes que permeiam os costumes, hábitos e identidade dos Warao (Tabela 3). Essa categorização resultou da análise temática das narrativas, em especial das histórias contadas pelo Aidamo Valentin sobre o Mito do Primeiro Warao, sobre os tabus alimentares e sobre o trabalho das mulheres e dos jovens. Os critérios de distinção entre os saberes foram a função social desempenhada (educativa, cosmológica, econômica, normativa, estética), a recorrência da menção nas entrevistas e a articulação observada entre fala e prática no cotidiano do grupo no abrigo.

**Tabela 3:** Mapeamento dos saberes Warao em contexto de mobilidade

| **Agente do processo de transmissão** | **Característica dos saberes** | **descrição** |
|---|---|---|
| Pai, Mãe, *Aidamo* | Contar Histórias | Orienta as práticas sociais do grupo. Ao remontar a momentos passados, deseja-se nutrir a identidade dos sujeitos, fazendo com que estes se identifiquem com os elementos culturais que os definem. |
| Mulheres e *Aidamo* | Economia | Orienta as práticas econômicas do grupo Warao. A mulher é vista dentro da comunidade como a provedora dos recursos para a manutenção básica das comunidades. |

| | | |
|---|---|---|
| *Aidamo* | Leis étnicas | Configura-se como um conjunto de leis morais que orientam o comportamento dos Warao. Tratam-se de normativas que evidenciam as mitologias, relações de parentesco e religiosidades que devem ser observadas para a boa convivência entre os grupos e os núcleos familiares. |
| Mulheres e *Aidamo* | Artesanato | Trata-se de uma ação grupal entre os Warao, no qual a atividade acaba sendo um momento de conversa, orientação ética e espiritual. |
| Crianças | Brincadeiras | Configura-se nas práticas cotidianas das crianças. São saberes que expressam sua identidade, cultura e as linguagens por elas aprendidas. |
| *Aidamo* e Anciãos | Memória/Narrativa | São saberes que se apresentam por meio da lembrança e da narrativa, ao mesmo tempo exige uma ação prática e/ou religiosa por parte do grupo. São sentimentos, estórias ou experiências que reordenam as práticas comunitárias por meio da reflexão narrativa. Este saber é comum para o *Aidamo* e os anciãos da comunidade, figurando pontos de referência para a comunidade, já que os saberes da memória justificam o motivo pelo qual os Warao estão em mobilidade. |
| Wizirato | Religiosos/Cura | Saberes que referem-se a operacionalização do mundo mágico e dos rituais de cura. O *Wizirato* é o sujeito que transita no mundo espiritual por meio de ritos, rezas e cerimônias. |
| *Aidamo* | Alimentação | Os saberes da alimentação dos Warao são permeados de tabus, que se expressam em uma necessidade afirmativa do "verdadeiro Warao". Assim, tratar de alimentação é também refletir um aspecto identitário. |
| *Aidamo* | Liderança | Estes saberes dizem respeito aos aspectos da liderança e como ela acontece, compreendendo a importância do *Aidamo*, seus saberes acumulados e experiências, que visam nortear a comunidade. Os saberes da liderança reúnem ainda duas subcategorias: "poder saber" e "poder fazer", na qual o *Aidamo* desempenha funções primordiais de guardião, educador, sábio e etc. |

**Fonte:** Dados do Autor (2022).

Cada saber categorizado no interior da comunidade liderada pelo *Aidamo* Valentin desempenha a função de preservar a cultura e a identidade, fortalecendo os vínculos comunitários. Desse modo, os saberes constituem os meios tangíveis por meio dos quais ocorre a transmissão dos valores, hábitos e costumes da comunidade.

No âmbito da narração de histórias, apresenta-se um ato pelo qual as crianças adquirem os princípios morais que as caracterizam como membros do grupo. As histórias não são comunicadas como relatos do passado, mas como atualizações do presente. Aquele que narra não busca apenas recordar ou educar, mas sim reviver os elementos contidos nas narrativas, conferindo-lhes significado e justificando a realidade à qual estão submetidos.

> A nossa história, no princípio que nascemos (...) o primeiro Warao veio de lá de cima, chegou aqui na Terra, quando ele viu a terra, havia comida bastante, e ele pensou que tinha tanto Warao lá em cima, que ele pensou que dava pra ficar aqui. Então ele voltou e falou: "lá em baixo tem comida bastante", lá em cima já não tinha muita comida. E aí então, os Warao colocaram uma corda, que amarrou lá em cima e outro aqui em baixo. Quando viram os Warao, havia bastante. Todos os Warao queriam vir para cá, então o buraco se trancou, os Warao daqui não puderam voltar pra lá. E aí os Warao que querem voltar lá pra cima tiveram que caminhar aqui. Por isso que, quando nós morremos, nós voltamos para nossa família lá em cima, aí vamos ficar lá com nossa família. Assim está nossa história, que conto aos netos e tudo.[30]

O mito do "primeiro Warao" desempenha um papel de atualização das estruturas sociais, religiosas, místicas e culturais, reorientando esses grupos em direção a pontos referenciais. Nesse contexto, o ato de contar transcende a mera transmissão do valor sociorreligioso, tornando-se uma atividade reflexiva que contempla a vida, a existência e a razão de sua presença no mundo material. Essa prática representa um avanço para além das limitações materiais da razão e da experiência, emergindo como um ato de transcendência da realidade aparente para os Warao. Isso lhes confere um status místico, proporcionando uma compreensão mais ampla da vida e do mundo.

Assim, a ação que surge das práticas reflexivas associadas à narração de histórias, orienta os indivíduos para uma prática que se traduz no exercício e na abstração do conhecimento em direção a ações benéficas de acordo com os valores da etnia.

Em paralelo a esta dimensão, os saberes da Memória evocam a significância do monte Orinoco, localizado no Delta do Rio Orinoco, com o propósito de ressurgir o sentimento de conexão com o(s) território(os) tradicional/tradicionais. Esse processo de recordar, transcende a mera alusão a um espaço físico, constituindo o reavivamento de um lugar carregado de afetos, experiências e religiosidades. É uma forma de reconectar-se com raízes ontológicas do ser.

30 PEREZ, Valentin. **Colaborador da Pesquisa**. Entrevista. Belém, 2022.

Revisitar a lembrança do monte como referência central nas relações evoca uma gama de pensamentos cosmológicos, todos orientando, de certa forma, as ações dessas comunidades, impulsionados pela esperança de eventualmente retornar aos tempos memoráveis que agora só subsistem na memória individual.

As comunidades são guiadas por essas reminiscências, nelas encontram calor e vigor para enfrentar as dificuldades e desafios da vida. As memórias assumem o papel de companheiras fiéis, e, nesse sentido, cada Warao deve assimilar suas lições.

Nessas narrativas, residem mais do que meros acontecimentos do passado; elas encapsulam vidas, experiências, conceitos, fatos e mitos. É o sentimento intrínseco de pertencimento, acompanhado pela saudade e, em essência, pela conexão familiar que frequentemente instiga esses grupos a considerar o retorno à Venezuela.

A realidade dos espaços onde se estabelecem não suprime o desejo de voltar para os seus territórios, uma vez que na Venezuela também existem necessidades que demandam apoio financeiro, roupas, alimentação, entre outros. Dessa maneira, essas comunidades adotam uma dinâmica pendular de deslocamento, adentrando e deixando territórios, redesenhando rotas em busca de condições mais favoráveis em prol de suas famílias e de seus vínculos.

No âmbito dos saberes da economia, destacam-se as atividades de coleta desempenhadas pelas mulheres. Nesse contexto, cabe a elas, muitas vezes, obter recursos financeiros, alimentos ou outras provisões que contribuam para garantir a subsistência do coletivo.

Neste processo, tornou-se uma ocorrência avistar grupos de mulheres pelas ruas e avenidas solicitando doações, no qual torna-se importante entender que, neste fenômeno especifico, apresenta-se uma estrutura social diante de um cenário de mobilidade que coloca o gênero na posição de provedoras da família e/ou comunidade, sendo também perceptível a presença de crianças, frequentemente do sexo feminino, que estão ao lado dessas mulheres, não por aleatoriedade, mas como uma estratégia de sobrevivência, ao passo que se busca sensibilizar outros sujeitos para a realidade.

Assim, a tarefa do gênero feminino engloba atividades de coleta que visem à manutenção da subsistência dentro dos limites urbanos. Essa função, no entanto, também vem acompanhada de uma vulnerabilidade intrínseca. Ao se aventurarem nas ruas para obter recursos, as mulheres ficam suscetíveis a uma gama de ameaças e adversidades que o ambiente urbano, frequentemente caracterizado por preconceitos de gênero, pode impor a quem se encontra em uma situação de fragilidade econômica e social.

Portanto, esse conjunto de fatores transcende a mera acumulação de saberes, incorporando um compromisso à medida que as crianças participam ativamente das práticas que ensejam o "como fazer". No contexto dos eventos que envolvem a etnia Warao, as mulheres não são relegadas a um papel secundário, mas emergem como o núcleo central de resiliência e resistência. Elas revelam as capacidades adaptativas da comunidade em face das suas circunstâncias, abordando as complexas dinâmicas oriundas das constantes transformações urbanas, dos desafios climáticos, das situações de violência e outras vicissitudes.

No que se refere aos conhecimentos das Leis étnicas Warao, é fundamental considerar sua importância para a promoção da harmonia entre os diferentes. Nesse

contexto, torna-se possível traçar uma linha de raciocínio que busca compreender como essas comunidades conseguem coalescer desde núcleos familiares até a constituição de um grupo clânico coeso. A viabilidade desse processo está intrinsecamente ligada à compreensão das leis que regem os Warao como um conjunto normativo.

Dessa forma, os Warao não somente conseguem formar uma comunidade unificada, mas também preservar as estruturas de pensamento e organização que os caracterizam. Isso possibilita não apenas o deslocamento, mas também a coexistência sob a liderança daquele que é considerado o mais sábio, guardião e, em alguns casos, *Aidamo*. Assim, para esses grupos, ser uma liderança (ou *Aidamo*) vai além de uma mera posição de respeito; é um reconhecimento que emana do próprio grupo, singular e específico, que o legitima, ao passo que os mesmos conferem poder, autoridade e subordinação.

As leis da etnia ainda desempenham o papel de manifestações concretas dos valores que são cuidadosamente refletidos, sistematizados, organizados e aplicados. Compreender esses códigos, possibilita adentrar em um intrincado sistema de categorização do pensamento que transcende a mera regulamentação. Essas leis não apenas delineiam normas, mas também representam estruturas fundamentais que moldam as vivências desses grupos provenientes de diversas comunidades.

É essencial ressaltar que essas leis não podem ser generalizadas ou comparadas diretamente com outras normativas de grupos indígenas distintos, tampouco com comunidades de imigrantes. Cada conjunto de leis Warao é intrinsecamente enraizado nas perspectivas éticas e morais dessa etnia, refletindo suas singularidades culturais nas maneiras como educam, organizam suas comunidades, compartilham o poder e estabelecem funções.

Portanto, ao abordar essa perspectiva normativa, escapa-se da tentação de uma análise comparativa simplista. As leis Warao não podem ser transpostas diretamente para outras realidades culturais. Elas incorporam nuances intrincadas, refletindo os contextos históricos, espirituais e sociais dos Warao, bem como sua interação com o ambiente urbano e a dinâmica de deslocamento.

No contexto dos saberes de artesanato, observa-se uma prática profundamente enraizada, no qual o artesanato é considerado uma atividade central dentro dessas comunidades, sendo caracterizado pelo processo de criação de itens como pulseiras, cordões, tornozeleiras, mandalas e outros objetos similares. Historicamente, a produção de artesanato frequentemente utilizou materiais como a palha do *Morichi*[36], bem como miçangas, linhas de costura, agulhas e tecidos. No entanto, devido ao processo de deslocamento, essas práticas artesanais têm se adaptado para incorporar diferentes materiais.

A prática do artesanato é uma atividade abraçada por todos os membros da comunidade, com os idosos frequentemente liderando a produção das peças. Essa dinâmica reflete a busca por aceitação e reconhecimento da identidade desses grupos, enquanto continuam a jornada em direção a uma compreensão mais ampla de suas formas de vida.

Ao que se refere aos tabus alimentares, destaca-se uma necessidade intrínseca de ressignificar suas práticas relacionadas à alimentação. A imposição de restrições e proibições alimentares não apenas delineia uma parte significativa da identidade

cultural desse grupo, mas também exige que eles busquem novas abordagens para assegurar sua identidade no contexto desafiador em que estão inseridos.

> Quando eu era um Warao pequeno, eu caçava minha própria comida, porque não podemos chorar de fome, aí eu chorava: "Papai, mamãe: *nahoro*!" Eles diziam: "Não, não tem *nahoro*, vamos buscar *nahoro* no monte!" No monte há *nahoro*, bastante! Os Warao não sabiam nada de comer comida de carne de vaca, comer frango, nada! Nesse tempo, não havia nada, somente animal, lá na Venezuela se diz "benal, lapa, bactiro", esses animais de caça, que matávamos e comemos. Se não tivesse a caça não comeríamos nada. Caminhávamos para poder comer. Assim se cresce o Warao.[31]

Nesta abordagem, há uma clara reverência ao monte como fonte essencial de provisão para sua existência, no qual as memórias da infância se opõem à realidade atual, estabelecendo um contraste marcante na percepção desse indivíduo, que se vê compelido a redefinir suas práticas alimentares. O *Aidamo* relata em outra ocasião sua rotina de buscar alimento no monte, destacando como essa atividade possuía uma dimensão educativa, representando um conjunto de habilidades e conhecimentos práticos a serem dominados.

> Meu pai e minha mãe, bom (...) Me ensinaram! "Vamos ao monte!" A buscar comida, vamos todos lá. Então quando íamos, eu e meu pai, trabalhávamos, pegando "cifra de *morichi*". Mamãe trabalhava amassando isso aí para poder fazer uma comida chamada "*juruma*" [feito com o liquido do morichi]. Então era de tarde, e meu pai me dizia: "Bom meu filho, vem até aqui porque eu tô trabalhando isso, mas quando tu tiver grande, e se um dia, quando eu tiver morto, tu vem aqui e faz isso aqui porque tu sabe como te manter vivo". Assim educam uma mamãe e um papai de um Warao.[32]

Nessa perspectiva, emerge uma compreensão dos hábitos alimentares intrínsecos à cultura dessa etnia. A ausência de familiaridade com diferentes formas de preparo e tipos de alimentos revela o isolamento anterior desses grupos em relação aos sistemas urbanos, mantendo seus próprios ritmos de vida. A introdução da comercialização de produtos alimentícios evidencia como o deslocamento para os grandes centros urbanos impactaram drasticamente seus hábitos, forçando-os a se adaptarem a novos processos, onde o conhecimento sobre alimentação é superado e substituído por outras logicas de interação, no qual desaparece a necessidade de subir ao monte Orinoco e se engendra uma lógica perversa de compra e venda.

31 PEREZ, Valentin. C**olaborador da Pesquisa**. Entrevista. Belém, 2022.
32 PEREZ, Valentin. C**olaborador da Pesquisa**. Entrevista. Belém, 2022.

## 4. Considerações finais

O estudo em torno da mobilidade e adaptação dos grupos Warao em contextos urbanos revelou uma intrincada teia de desafios, estratégias de sobrevivência e ações de preservação cultural. Ao longo deste trabalho, explorou-se as nuances dessa realidade complexa, destacando a importância da transmissão de saberes, a reconfiguração dos papéis tradicionais e a busca incessante por uma identidade que possa resistir às pressões impostas pelo meio urbano.

A mobilidade dos Warao para cidades como Belém trouxe à tona questões urgentes sobre a preservação da cultura, a adaptação às novas dinâmicas urbanas e a luta constante pela sobrevivência em um ambiente hostil. Ficou evidente que esse deslocamento não se trata de um evento isolado, mas de um fenômeno que se estende por vários anos, moldando e redefinindo a presença desses grupos em espaços urbanos.

A transmissão de saberes emerge como uma estratégia essencial para a manutenção da identidade cultural dos Warao. As narrativas, histórias e tradições transmitidas oralmente pelos mais velhos desempenham um papel fundamental na resistência às mudanças impostas pela vida na cidade. Essas narrativas não apenas reforçam os laços culturais, mas também constituem uma tentativa de recriar o espaço e ressignificar as experiências, permitindo que o grupo lute por legitimidade, autonomia e valores identitários.

Os papéis de gênero também foram reconfigurados nesse contexto. Enquanto as mulheres assumem a responsabilidade pela manutenção básica da comunidade, os homens se adaptam a novas atividades laborais em busca de recursos para o grupo. O papel do *Aidamo*, como o transmissor de tradições e o guardião da cultura, ganha destaque, assim como sua influência na redefinição dos papéis sociais.

A relação entre os Warao e o ambiente urbano é marcada por desafios significativos, como a ocupação de espaços públicos, a vulnerabilidade social e a falta de políticas públicas adequadas. A presença desses grupos em praças e áreas urbanas transforma as paisagens e destaca a necessidade de estratégias de recepção mais abrangentes e sensíveis.

Em última análise, destaca-se a complexidade e a riqueza da experiência dos Warao em contextos urbanos. O processo de adaptação e resistência, a transmissão de saberes, a redefinição dos papéis de gênero e a luta por uma identidade cultural forte são aspectos interligados que refletem a resiliência desses grupos diante das adversidades. A compreensão dessa realidade exige uma abordagem que valorize as perspectivas indígenas, reconhecendo a importância das narrativas, tradições e valores culturais na manutenção da cultura Warao. Em última instância, essas reflexões ressaltam a necessidade contínua de políticas públicas e ações efetivas que atendam às necessidades específicas dessas comunidades, contribuindo para a sua preservação e a dignidade. Cabe reconhecer, como limitação deste estudo, que a fundamentação empírica das categorias analíticas concentra-se majoritariamente nos relatos de um único interlocutor principal (o Aidamo Valentin Perez), o que, embora coerente com os protocolos de consulta prévia da etnia, restringe a diversidade de vozes representadas. Pesquisas futuras poderão ampliar a diversidade de interlocutores, incluindo mulheres, jovens e

membros de outras comunidades Warao em mobilidade, possibilitando uma compreensão mais plural das dinâmicas de transmissão de saberes e adaptação urbana.

## Referências

ALTO COMISSARIADO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA REFUGIADOS (ACNUR). *Mid-Year Trends 2021*. Genebra: ACNUR, 2021.

ALTO COMISSARIADO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA REFUGIADOS (ACNUR). *Os Warao no Brasil: contribuições da antropologia para a proteção de indígenas refugiados e migrantes*. Brasília, DF: ACNUR, 2021.

ALTO COMISSARIADO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA REFUGIADOS (ACNUR). *Relatório semestral ACNUR, Belém: relatório de atividades*. Belém: ACNUR, ago.-dez. 2021.

ALTO COMISSARIADO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA REFUGIADOS (ACNUR). *Cartilha sobre acesso à terra e moradia para pessoas refugiadas e migrantes no Brasil*. Brasília, DF: ACNUR, dez. 2021.

ALTO COMISSARIADO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA REFUGIADOS (ACNUR). *Vozes das pessoas refugiadas no Brasil: diagnósticos participativos do ACNUR*. Brasília, DF: ACNUR, 2020.

ALEXIADES, Miguel N.; PELUSO, Daniela M. Indigenous urbanization in lowland South America. *The Journal of Latin American and Caribbean Anthropology*, v. 20, n. 1, p. 1-12, 2015.

ALLAIRE, Louis. The Caribs of the Lesser Antilles. In: WILSON, Samuel M. (ed.). *The Indigenous People of the Caribbean*. Gainesville: University Press of Florida, 1997. p. 179-185.

BHABHA, Homi K. *O local da cultura*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1998.

BBC NEWS BRASIL. Crise na Venezuela: o que levou o país vizinho ao colapso econômico e à maior crise de sua história. *BBC News Brasil*, 24 jan. 2019. Disponível em: https://g1.globo.com/economia/noticia/2019/01/24/crise-na-venezuela-o-que-levou-o-pais-vizinho-ao-colapso-economico-e-a-maior-crise-de-sua-historia.ghtml. Acesso em: 11 jan. 2023.

DIAS, Walison Almeida. *Tradições bioculturais em circunstâncias migratórias: um estudo de caso com os ameríndios Warao na cidade de Belém, Pará*. 2023. Dissertação (Mestrado em Ciências da Religião) – Programa de Pós-Graduação em Ciências da Religião, Universidade do Estado do Pará, Belém, 2023.

FRANKLIN, Cleber Batalha. A crise na Venezuela e os desdobramentos para o Brasil. In: ENCONTRO NACIONAL DO FOMERCO, 2017, Salvador. *Anais [...]*. Salvador: UFBA, 2017. p. 1-14.

G1 PARÁ. Índios venezuelanos se espalham pelo Norte e autoridades suspeitam de exploração por brasileiros. *G1 Pará*, 2017. Disponível em: https://g1.globo.com/pa/para/noticia/indios-venezuelanos-se-espalham-pelo-norte-e-autoridades-suspeitam-de-exploracao-por-brasileiros.ghtml. Acesso em: 11 jan. 2023.

GARCÍA-CASTRO, Alvaro. Mendicidad indígena: los Warao urbanos. *Boletín Antropológico*, v. 18, n. 49, p. 81-90, 2006.

GIL, Antonio Carlos. *Como elaborar projetos de pesquisa*. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

HEINEN, H. Dieter. Los Warao. In: LIZOT, Jacques (ed.). *Los aborígenes de Venezuela*. Caracas: Fundación La Salle de Ciencias Naturales, 1988. p. 585-689.

LIMA, Yleana do Socorro dos Santos. Memória e narrativa oral: duas formas de mediar reflexões sobre práticas de milagre em/de São Benedito, Bragança, Pará – século XX. *Boitatá*, v. 7, n. 14, p. 144-156, 2012.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL PARA AS MIGRAÇÕES (OIM). *Aspectos jurídicos da atenção aos indígenas migrantes da Venezuela para o Brasil*. Brasília, DF: OIM, 2018. Disponível em: https://brazil.iom.int/sites/g/files/tmzbdl1496/files/documents/BRL-OIM%2520004.pdf. Acesso em: 11 jan. 2023.

*PROTOCOLO de consulta prévia do povo Warao em Belém/PA*. 1. ed. Belém: EDUEPA, 2020. Disponível em: https://rca.org.br/wp-content/uploads/2020/07/2020-Protocolo-de-Consulta-Warao.pdf. Acesso em: 10 jan. 2023.

RAMOS, Luciana; BOTELHO, Emília; TARRAGÓ, Eduardo. *Sobre a situação dos indígenas da etnia Warao, da região do delta do Orinoco, nas cidades de Boa Vista e Pacaraima*. Parecer Técnico n. 208/2017/SEAP/6ª CCR/PFDC. Brasília, DF: Procuradoria-Geral da República, 2017.

SANTOS, Sandro Martins de Almeida; ORTOLAN, Maria Helena; SILVA, Sidney Antonio da. "Índios imigrantes" ou "imigrantes índios"? Os Warao no Brasil e a necessidade de políticas migratórias indigenistas. In: REUNIÃO BRASILEIRA DE ANTROPOLOGIA, 31., 2018, Brasília. *Anais [...]*. Brasília, DF: Associação Brasileira de Antropologia, 2018. Disponível em: http://www.31rba.abant.org.br/arquivo/downloadpublico. Acesso em: 11 dez. 2019.

WILBERT, Johannes. *Mystic endowment: religious ethnography of the Warao Indians*. Cambridge: Harvard University Press, 1993.

# Currículo, Neoliberalismo e Formação Crítica: contradições do projeto educacional brasileiro contemporâneo

*Curriculum, Neoliberalism, and Critical Education: contradictions of the contemporary brazilian educational Project*

*Currículo, Neoliberalismo y Formación Crítica: contradicciones del proyecto educativo brasileño contemporáneo*

*Rogério Celestino Araújo*[1]
*Francisco Edmar de Sousa Silva Pinheiro*[2]
*Antônia Carlos da Silva*[3]

**Resumo**

Araújo, R. C. Pinheiro, F. E. S. S. Silva, A. C. Currículo, neoliberalismo e formação crítica: contradições do projeto educacional brasileiro contemporâneo. ***Rev. C&Trópico***, v. 50, n. 1, p. 123-144, 2026. Doi: 10.33148/ctrpico.v50i1.2840

Este artigo investigou as profundas fissuras e contradições produzidas pela racionalidade neoliberal no currículo educacional brasileiro, com foco nas implicações para a formação crítica no ensino de Geografia. O estudo parte da premissa de que o neoliberalismo opera como uma norma política que desloca o currículo de sua função formativa histórica para uma dimensão instrumental, pautada pela eficiência e performatividade. Sob a égide do materialismo histórico-dialético, analisamos como a implementação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e do Novo Ensino Médio (NEM) no contexto cearense – especificamente na área de atuação da 19ª Coordenadoria Regional de Desenvolvimento da Educação (CREDE 19) – materializa o esvaziamento do conhecimento científico em favor de competências moldadas pelo mercado. A pesquisa, de natureza teórica e documental, denuncia a "docência em trânsito" e a fragmentação do saber como mecanismos que aprofundam desigualdades estruturais já consolidadas. Os resultados sinalizam que a padronização curricular e a lógica gerencialista desafiam severamente a autonomia docente e a capacidade da escola de promover a emancipação humana. Concluiu-se que, longe de fomentar a equidade prometida nos discursos oficiais, o projeto curricular contemporâneo funciona como um dispositivo de regulação social que

1 Mestre em Ensino de Geografia pela Universidade Regional do Cariri e pelo Mestrado Profissional em Rede (PROFGEO / URCA). Professor da Educação Básica da Rede Estadual do Estado do Ceará e exercendo atualmente o cargo técnico dentro da 19ª Coordenadoria Regional de Desenvolvimento da Educação. E-mail: rogerio.celestinoaraujo@urca.br Orcid: https://orcid.org/0009-0006-8705-9495

2 Pós-Doutor pelo Programa de Diversidade Biológica e Recursos Naturais – PPGDR da Universidade Regional do Cariri (URCA), Doutor em Geografia pela Universidade Estadual do Ceará (UECE), Mestre em Geografia pela Universidade Estadual do Ceará e Professor Adjunto do Departamento de Geociências (URCA) e Professor Permanente do Mestrado Profissional em Ensino de Geografia (PROFGEO/URCA). E-mail: edmar.pinheiro@urca.br Orcid: https://orcid.org/0000-0002-6652-7556

3 Doutora em Geografia pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGG) da Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Professora do curso de licenciatura em Geografia na Universidade Estadual do Ceará (UECE). E-mail: antoniacarlos.silva@uece.br Orcid: https://orcid.org/0000-0002-6367-3873

exige resistência coletiva e uma reterritorialização das práticas pedagógicas críticas no chão da escola pública.

**Palavras-chave:** Currículo; Neoliberalismo; Formação Crítica; BNCC; Ensino de Geografia.

**Abstract**

Araújo, R. C. Pinheiro, F. E. S. S. Silva, A. C. Curriculum, Neoliberalism, and Critical Education: Contradictions of the Contemporary Brazilian Educational Project. ***Rev. C&Trópico***, v. 50, n. 1, p. 123-144, 2026. Doi: 10.33148/ctrpico.v50i1.2840

*This article investigates the profound fissures and contradictions produced by neoliberal ationality in the Brazilian educational curriculum, focusing on the implications for critical formation in Geography teaching. The study is grounded in the premise that neoliberalism operates as a political norm that shifts the curriculum away from its historical formative function toward an instrumental dimension guided by efficiency and performativity. Under the aegis of historical-dialectical materialism, we analyze how the implementation of the National Common Curricular Base (BNCC) and the New Secondary Education model (NEM) in the context of Ceará – specifically in the jurisdiction of the 19th Regional Education Development Coordination Office (CREDE 19) – materializes the emptying of scientific knowledge in favor of market-shaped competencies. The research, theoretical and documentary in nature, denounces "teaching in transit" and the fragmentation of knowledge as mechanisms that deepen already consolidated structural inequalities. The results indicate that curricular standardization and managerial logic severely challenge teacher autonomy and the school's capacity to promote human emancipation. It is concluded that, far from fostering the equity promised in official discourse, the contemporary curricular project functions as a device of social regulation that demands collective resistance and a reterritorialization of critical pedagogical practices on the ground of the public school.*

**Keywords:** Curriculum; Neoliberalism; Critical Education; BNCC; Geography Teaching.

**Resumen**

Araújo, R. C. Pinheiro, F. E. S. S. Silva, A. C. Currículo, neoliberalismo y formación crítica: contradicciones del proyecto educativo brasileño contemporáneo. ***Rev. C&Trópico***, v. 50, n. 1, p. 123-144, 2026. Doi: 10.33148/ctrpico.v50i1.2840

Este artículo investiga las profundas fisuras y contradicciones producidas por la racionalidad neoliberal en el currículo educativo brasileño, con foco en las implicaciones para la formación crítica en la enseñanza de la Geografía. El estudio parte de la premisa de que el neoliberalismo opera como una norma política que desplaza el currículo de su función formativa histórica hacia una dimensión instrumental, guiada por la eficiencia y la performatividad. Bajo la égida del materialismo

histórico-dialéctico, analizamos cómo la implementación de la Base Nacional Común Curricular (BNCC) y de la Nueva Educación Secundaria (NEM) en el contexto cearense –específicamente en el área de actuación de la 19.ª Coordinación Regional de Desarrollo de la Educación (CREDE 19)– materializa el vaciamiento del conocimiento científico en favor de competencias moldeadas por el mercado. La investigación, de naturaleza teórica y documental, denuncia la "docencia en tránsito" y la fragmentación del saber como mecanismos que profundizan desigualdades estructurales ya consolidadas. Los resultados señalan que la estandarización curricular y la lógica gerencial desafían severamente la autonomía docente y la capacidad de la escuela para promover la emancipación humana. Se concluye que, lejos de fomentar la equidad prometida en los discursos oficiales, el proyecto curricular contemporáneo funciona como un dispositivo de regulación social que exige resistencia colectiva y una reterritorialización de las prácticas pedagógicas críticas en el suelo de la escuela pública.

**Palabras clave:** Currículo; Neoliberalismo; Formación Crítica; BNCC; Enseñanza de la Geografía.

*Data de submissão: 24/04/2026*
*Data de aceite: 08/05/2026*

## 1. Introdução

O que temos testemunhado nas últimas décadas não é apenas uma alteração administrativa, mas uma reconfiguração estrutural profunda das políticas educacionais brasileiras. O neoliberalismo deixou de ser uma simples doutrina econômica para tornar-se uma racionalidade política totalizante, orientando práticas institucionais, comportamentos e o próprio entendimento de formação humana. Como afirmam Dardot e Laval (2016, p. 17), o neoliberalismo institui uma norma de vida que redefine o sujeito segundo a lógica da empresa. Essa inflexão provoca uma transformação substantiva no papel do currículo.

Tradicionalmente concebido como mediação entre o conhecimento sistematizado e a formação integral dos sujeitos, o currículo passa, sob a doutrina neoliberal, a funcionar como instrumento de regulação e controle, padronizando processos educativos e redefinindo suas finalidades. A emergência de políticas baseadas em *accountability*[4], metas e instrumentos de performatividade desloca o eixo do ato educativo: da formação crítica para o desempenho mensurável. Como analisa Ball (2008, p. 45), a performatividade converte o trabalho docente em resposta tática a indicadores externos e a dispositivos de regulação.

Nesse cenário, o currículo deixa de expressar um projeto formativo amplo e socialmente referenciado para operar como tecnologia de governo, alinhando práticas pedagógicas às demandas mercadológicas. Reformas embasadas em discursos

4 Para Freitas (2018, p.9), a *accountability* integra uma lógica de responsabilização educacional articulada à avaliação em larga escala e ao controle do desempenho escolar.

de modernização e inovação intensificam mecanismos de controle, enquanto categorias como competências, habilidades e flexibilidade tornam-se centrais nas políticas curriculares. Observa-se, assim, um deslocamento de um currículo centrado no conhecimento para um currículo funcional, orientado pela aplicabilidade imediata — movimento criticado por Young (2011, p. 24) ao afirmar que o afastamento do conhecimento poderoso compromete o potencial crítico da formação escolar.

Esse processo articula-se à expansão da racionalidade instrumental que redefine a educação como investimento individual e mecanismo de inserção no mercado de trabalho. Como observa Brown (2015, p. 33), a economização da vida social captura a subjetividade, produzindo indivíduos competitivos, responsivos e permanentemente avaliáveis. Nesse contexto, a formação crítica é gradativamente secundarizada, pois não se ajusta às exigências de produtividade da lógica neoliberal.

No Brasil, tais transformações assumem especificidades históricas. Desde os anos 1990, reformas alinhadas à padronização curricular e a avaliações em larga escala consolidaram um modelo fortemente gerencial, culminando na BNCC e no Novo Ensino Médio. Embora legitimadas pelo discurso da equidade, tais políticas restringem o acesso ao conhecimento científico e fragmentam a formação escolar, sobretudo entre estudantes das camadas populares. Como analisa Laval (2004, p. 58), o neoliberalismo não elimina desigualdades: ele as reorganiza sob novas formas, convertendo diferenças materiais em diferenças de desempenho. Nesse sentido, o currículo passa a atuar como mecanismo de legitimação das desigualdades sociais, naturalizando hierarquias de saberes e trajetórias escolares.

A partir de uma perspectiva crítico-dialética, tais transformações devem ser compreendidas como expressões de contradições inerentes ao modo de produção capitalista e às suas formas contemporâneas de regulação social. O currículo configura-se, portanto, como campo de disputa, confrontando dois projetos antagônicos em que um é orientado à adaptação funcional dos sujeitos ao mercado e o outro comprometido com a emancipação humana e a apropriação crítica do conhecimento historicamente produzido.

Nesse horizonte, o objetivo deste artigo é analisar de que maneira a racionalidade neoliberal tem reconfigurado os currículos educacionais brasileiros, impactando diretamente as possibilidades de formação crítica. Parte-se da hipótese de que a centralidade atribuída às competências, à performatividade e à flexibilização curricular contribui para o esvaziamento do conhecimento científico e para a redefinição do papel da escola como dispositivo de regulação social.

Metodologicamente, o estudo ancora-se no materialismo histórico-dialético, compreendendo o currículo como mediação histórica atravessada por relações de poder, interesses de classe e disputas ideológicas. Essa perspectiva fundamenta-se em categorias como *trabalho*, *totalidade*, *contradição* e *mediação*, apoiando-se em autores basilares como Marx (2011), Mészáros (2008), Saviani (2011), Frigotto (2010) e Tonet (2013), que analisam a educação como parte orgânica da reprodução social do capital. No campo do currículo, articulam-se ainda as contribuições críticas de Sacristán (2000), Apple (2006), Silva (2018) e Young (2007), cuja produção permite compreender o currículo como artefato político, ideológico e historicamente situado. Assim, a

análise baseia-se em revisão teórica e documental, mobilizando referenciais da sociologia da educação e da teoria crítica do currículo, em diálogo com documentos oficiais como a BNCC, o Novo Ensino Médio e o Documento Curricular Referencial do Ceará (DCRC-CE)[5].

Ao desenvolver essa discussão, busca-se contribuir para o debate sobre o papel do currículo na contemporaneidade, evidenciando as tensões entre regulação e emancipação que atravessam as políticas educacionais do presente. Reafirma-se, assim, a necessidade de construir cotidianamente um currículo comprometido com a formação crítica e a leitura transformadora da realidade social.

## 2. Neoliberalismo como racionalidade e projeto de sociedade

A compreensão do neoliberalismo exige ultrapassar sua leitura restrita ao campo econômico, situando-o como uma forma histórica de reorganização das relações sociais no capitalismo contemporâneo. Trata-se de uma racionalidade que redefine o papel do Estado e reorganiza a vida social a partir da lógica da concorrência, da eficiência e da mercantilização.

Nesse sentido, o neoliberalismo não apenas orienta políticas econômicas, mas produz uma reconfiguração profunda das formas de sociabilidade e dos próprios processos formativos.

O neoliberalismo ultrapassa sua dimensão estritamente econômica e se consolida como uma racionalidade política totalizante, reorganizando as relações sociais, redefinindo o papel do Estado e moldando subjetividades. Trata-se de um projeto histórico que ressignifica as formas de sociabilidade ao submeter esferas diversas da vida à lógica concorrencial, ao desempenho e à mercantilização.

Para compreendermos essa engrenagem, é preciso olhar para o Estado não como um ente ausente, mas como um arquiteto do mercado. Harvey (2005, p. 19) é assertivo ao diagnosticar esse movimento:

> O neoliberalismo deve ser entendido como um projeto político que visa restabelecer as condições para a acumulação de capital e restaurar o poder das elites econômicas. Ele não implica a retirada do Estado, mas sua reorientação em favor dos interesses do mercado, garantindo as condições institucionais para a livre circulação do capital e para a intensificação da exploração do trabalho. Nesse processo, políticas de privatização, desregulamentação e liberalização não são fins em si mesmos, mas instrumentos para a reestruturação das relações de poder na sociedade.

5 Documentos analisados: BNCC (versão de 2017); Lei nº 13.415/2017; Seduc-CE: Diretrizes Pedagógicas da Educação Básica do Ceará (2021); Seduc-CE: Diretrizes Operacionais para Implementação do Novo Ensino Médio no Ceará (2021); Documento Curricular Referencial do Ceará – DCRC (2019); Plano de Ação Regional 2022–2024 da Crede19; Relatório Técnico das Ações Pedagógicas da Crede 19 (2023); Documentos complementares do MEC/INEP referentes à avaliação em larga escala (SAEB).

Evidencia-se que o neoliberalismo não representa a ausência do Estado, mas sua reconfiguração estratégica em favor do capital. Tal deslocamento possui implicações diretas no campo educacional, uma vez que subordina a formação humana às exigências da acumulação e redefine o papel da escola como espaço de adaptação funcional às demandas do mercado.

Essa relação entre educação e reprodução social pode ser aprofundada ao considerar o modo como os processos formativos são incorporados à lógica do capital, operando como mecanismos de internalização de valores e normas compatíveis com a ordem vigente.

Mészáros (2008, p. 35*)* aprofunda essa crítica ao destacar:

> A educação institucionalizada, sob o domínio do capital, tem sido historicamente utilizada como um dos principais mecanismos de reprodução das estruturas sociais vigentes. Longe de promover a emancipação humana, ela tem operado no sentido de internalizar nos indivíduos os valores, normas e formas de pensamento compatíveis com a ordem estabelecida. A superação dessa lógica exige uma ruptura radical com os pressupostos que subordinam a educação às exigências da reprodução do capital.

Compreendemos que a educação, no interior do capitalismo, é permanentemente tensionada entre sua função emancipadora e sua função de reprodução social. No contexto neoliberal, essa tensão tende a se resolver em favor da adaptação dos sujeitos às exigências do sistema, esvaziando o potencial crítico da formação.

Essa pedagogia social difusa molda comportamentos e percepções, produzindo sujeitos orientados pela lógica empresarial, convertendo cada indivíduo em gestor de si mesmo – empreendedor de sua própria sobrevivência. Por isso, a responsabilização individual, tão presente nos discursos de desempenho escolar, constitui-se como mecanismo de ocultação das desigualdades estruturais.

Como sintetiza Laval (2004, p. 58):

> O neoliberalismo não é apenas uma política econômica, mas uma norma de vida que impõe a todos os indivíduos a obrigação de se comportarem como empresas. Essa racionalidade transforma profundamente as relações sociais, substituindo a solidariedade pela concorrência e convertendo cada sujeito em responsável exclusivo por seu sucesso ou fracasso. Trata-se de uma forma de governo que atua no interior das consciências, produzindo sujeitos adaptados às exigências do mercado.

A educação, nesse contexto, deixa de ser espaço de emancipação para operar como engrenagem da racionalidade neoliberal. Ao produzir indivíduos performativos e autorresponsáveis, naturaliza-se a desigualdade, deslocando para o sujeito a culpa por seu êxito ou fracasso.

Esse processo materializa-se especialmente nas reformas educacionais, que articulam descentralização administrativa e intensificação do controle pedagógico. Apple (2006, p. 28) evidencia essa contradição:

> As reformas educacionais que emergem sob a égide do neoliberalismo combinam a lógica do mercado com formas intensificadas de controle sobre o trabalho docente e sobre o currículo. Ao mesmo tempo em que promovem a descentralização administrativa, reforçam mecanismos centralizados de avaliação e padronização, criando um sistema no qual as escolas são pressionadas a produzir resultados quantificáveis. Esse processo redefine o que conta como conhecimento legítimo e limita as possibilidades de uma educação crítica.

Assim, o currículo torna-se eixo estratégico da regulação neoliberal. Ele define o que conta como conhecimento legítimo, restringe a autonomia docente e padroniza expectativas educacionais alinhadas aos imperativos de competitividade.

No Brasil, tais dinâmicas se intensificam em um contexto de desigualdades históricas, e a pressão por produtividade educacional reforça a fragmentação curricular e o esvaziamento da formação crítica. A educação deixa de ser mediadora da emancipação humana e passa a atuar como dispositivo de funcionalização às demandas do mercado e da governança neoliberal.

Assim, o neoliberalismo redefine profundamente os sentidos da educação, do currículo e da própria formação humana, conformando sujeitos e práticas ao seu projeto societário – impondo limites concretos à construção de uma educação crítica e emancipatória.

## 3. A internacionalização das políticas públicas curriculares: a agenda neoliberal global e a reconfiguração da educação

A compreensão das reformas curriculares brasileiras exige que se ultrapasse a leitura restrita às decisões nacionais, reconhecendo que o país está imerso em um movimento global de reconfiguração educacional orientado pelo neoliberalismo. Trata-se de uma agenda transnacional que redefine o sentido social da escola ao interpretar o estudante como capital humano e o currículo como dispositivo de regulação econômica. Esse deslocamento epistêmico reduz o direito ao conhecimento a uma função instrumental, subordinada à empregabilidade e ao ajustamento da força de trabalho.

Do ponto de vista histórico-dialético, esse fenômeno não pode ser entendido de forma isolada: ele expressa mediações entre a lógica global do capital e as formas locais de organização dos sistemas educativos. A internacionalização das políticas curriculares constitui, assim, parte de um movimento estrutural no qual interesses econômicos, organismos multilaterais e Estados nacionais se articulam, produzindo contradições que atravessam a escola e o trabalho docente.

A teoria do capital humano, formulada por Theodore Schultz (1973), constitui eixo estruturante dessa racionalidade. É ela que atribui à educação o papel de investimento econômico, capaz de elevar a produtividade e, portanto, justificar reformas alinhadas à lógica empresarial. Como afirma o autor:

> A educação representa um investimento que amplia a capacidade produtiva dos indivíduos, tornando-os mais adequados às exigências do desenvolvimento econômico. Nesse sentido, sua função passa a ser avaliada pelos resultados que produz em termos de eficiência e rendimento. (Schultz, 1973, p. 34)

Ao ser incorporada às políticas curriculares, tal concepção desloca o conhecimento de sua natureza histórico-social para uma lógica utilitarista, orientada pela aplicabilidade imediata e pela eficiência mensurável. Nesse movimento, a padronização dos conteúdos, a centralização de diretrizes e a definição prévia de objetivos deixam de ser meras ferramentas organizacionais e passam a operar como dispositivos de controle e indução pedagógica.

Nesse ponto, a análise de Gimeno Sacristán (2000, p. 37) torna-se particularmente elucidativa ao afirmar que o currículo, ao ser convertido em um instrumento técnico de regulação do ensino, deixa de ser uma construção cultural aberta e passa a funcionar como um mecanismo de controle sobre a prática docente. Essa leitura ajuda a compreender que o currículo, quando capturado por lógicas regulatórias, perde seu caráter formativo amplo e transforma-se em um artefato político voltado à condução da ação pedagógica dentro de parâmetros previamente definidos.

Essa reorientação é intensificada pela atuação de organismos multilaterais, que se tornam atores centrais da governança educacional global. A OCDE, por exemplo, orienta sistemas de ensino a adotar competências mensuráveis, mobilidade de saberes e adaptabilidade. Conforme explicita a própria organização:

> Os sistemas educacionais devem preparar os estudantes para enfrentar desafios complexos em um mundo globalizado, desenvolvendo competências que permitam a adaptação a contextos em constante transformação. A avaliação internacional constitui instrumento fundamental para orientar políticas públicas e promover a melhoria dos resultados educacionais (OCDE, 2019, p.15).

Instrumentos como o Pisa deixam de ser meros dispositivos avaliativos e passam a funcionar como mecanismos de indução política, alinhando os currículos nacionais a padrões internacionais.

De modo complementar, o Banco Mundial reforça uma abordagem gerencialista da educação, condicionando financiamentos à adoção de políticas de eficiência, accountability e produtividade. A racionalidade que orienta suas recomendações está sintetizada em documento oficial:

> A melhoria dos sistemas educacionais depende da implementação de mecanismos de responsabilização, da definição de padrões claros de aprendizagem e da avaliação contínua do desempenho. Políticas eficazes são aquelas que vinculam recursos a resultados, promovendo maior eficiência no uso dos investimentos educacionais (Banco Mundial, 2011, p.6).

Nessa perspectiva, a qualidade educacional passa a ser definida como eficiência operacional, reduzindo o processo formativo ao que pode ser mensurado, comparado e convertido em indicador.

A circulação desses modelos ocorre por meio de processos de difusão e recontextualização. Políticas educacionais não são simplesmente copiadas: elas circulam, são adaptadas e resignificadas, mantendo porém sua lógica de mercado. Como argumentam Verger, Novelli e Altinyelken (2018, p. 22):

> As reformas educacionais contemporâneas devem ser compreendidas como parte de uma agenda global, na qual ideias, políticas e modelos circulam entre países, sendo adaptados às realidades locais. Esse processo não implica simples transferência, mas recontextualização de políticas que mantêm, contudo, uma lógica comum orientada pelo mercado e pela performatividade.

No Brasil, a BNCC e o Novo Ensino Médio expressam essa convergência internacional, incorporando princípios de flexibilização, padronização curricular e competências mensuráveis. Contudo, sua implementação ocorre em um país marcado por profundas desigualdades estruturais, produzindo contradições entre o currículo prescrito e as condições reais das escolas. Essa contradição é um elemento central da leitura histórico-dialética, pois evidencia que políticas globalmente estruturadas são apropriadas de modo desigual em territórios diferenciados.

Compreender a internacionalização das políticas curriculares permite situar a educação brasileira como parte de um processo global no qual economia, política e formação humana se articulam. Nesse movimento, o currículo deixa de ser mediação crítica do conhecimento para assumir a função de tecnologia de governança, alinhada às demandas do capitalismo contemporâneo. O resultado é uma educação que, ao buscar modernização e eficiência, restringe o acesso ao conhecimento científico e fragiliza a formação crítica, esvaziando o potencial emancipatório da escola pública.

## 4. Neoliberalismo e a reconfiguração dos currículos educacionais

A incorporação da racionalidade neoliberal ao campo educacional opera uma transformação estrutural no currículo, redimensionando suas funções, finalidades e práticas pedagógicas. Do ponto de vista histórico-dialético, essa reconfiguração expressa uma mediação entre as determinações econômicas do capitalismo e a organização escolar, revelando contradições entre o discurso de autonomia e as práticas de

controle e padronização. O currículo, antes compreendido como construção histórico-cultural, passa a assumir função regulatória, orientada por parâmetros de eficiência, desempenho e utilidade.

Nessa lógica, o currículo passa a operar não como construção cultural aberta, mas como mecanismo técnico de padronização e monitoramento, subordinado a indicadores de desempenho e metas previamente estabelecidas. Gimeno Sacristán (2000, p. 37) evidencia essa inflexão ao afirmar:

> O currículo, ao ser convertido em um instrumento técnico de regulação do ensino, deixa de ser uma construção cultural aberta e passa a funcionar como um mecanismo de controle sobre a prática docente. A padronização dos conteúdos e a definição prévia de objetivos de aprendizagem reduzem a autonomia do professor e limitam as possibilidades de adaptação do ensino às realidades concretas dos alunos, reforçando uma lógica de homogeneização que ignora as diferenças sociais e culturais.

Essa reorganização é reforçada pelo paradigma das competências, cuja difusão no Brasil ocorre em consonância com agendas internacionais. Nesse contexto, Perrenoud (1999, p. 15) define competência como a capacidade de agir eficazmente em uma situação, mobilizando conhecimentos, habilidades e atitudes, formulação que, embora elaborada em um horizonte pedagógico progressista, é facilmente capturada pela racionalidade neoliberal. Isso ocorre porque sua ênfase na mobilização individual de recursos cognitivos desloca o foco das determinações sociais para a responsabilização do sujeito, abrindo caminho para que competências sejam reinterpretadas como atributos mensuráveis e indicadores de produtividade.

Ao serem apropriadas por políticas educacionais gerencialistas, as competências deixam de fortalecer o trabalho docente e passam a funcionar como dispositivos de performatividade, padronização e vigilância, reduzindo o conhecimento àquilo que pode ser aplicado de forma imediata e quantificável. Assim, uma noção que originalmente buscava aprimorar a prática pedagógica acaba subordinada a mecanismos de controle, contribuindo para a despolitização do currículo e para a intensificação da lógica meritocrática na escola.

No cenário brasileiro, essa racionalidade ganha contornos práticos com a BNCC. Ao converter o ensino em uma lista de competências e habilidades, o documento não apenas reordena conteúdos, mas instaura uma centralização normativa que engessa a autonomia de escolas e docentes. Esse movimento força uma padronização das práticas pedagógicas que, sob o pretexto da unidade nacional, acaba por asfixiar a diversidade dos contextos escolares. Ao diagnosticar esse cerceamento da liberdade pedagógica, Silva (2018, p. 42) observa:

> A Base Nacional Comum Curricular, ao organizar o ensino em termos de competências e habilidades, redefine o papel do currículo como instrumento de regulação e controle das práticas

> pedagógicas. Ao estabelecer parâmetros nacionais de aprendizagem, o documento reduz a autonomia docente e subordina o trabalho pedagógico a critérios de avaliação externa, reforçando uma lógica de padronização que ignora as especificidades locais.

Essa lógica é aprofundada na reforma do Novo Ensino Médio, que introduz a chamada flexibilização curricular. No entanto, como demonstra Kuenzer (2017, p. 98), tal flexibilização tende a intensificar desigualdades ao produzir percursos formativos distintos entre jovens de diferentes classes sociais:

> A flexibilização curricular proposta pelas reformas recentes tende a aprofundar a dualidade educacional, ao oferecer diferentes percursos formativos para distintos grupos sociais. Enquanto alguns têm acesso a uma formação mais ampla e teórica, outros são direcionados a trajetórias mais instrumentais, voltadas à inserção imediata no mercado de trabalho, reforçando desigualdades historicamente construídas.

No caso do Ceará, o Documento Curricular Referencial opera na mesma direção, incorporando a matriz da BNCC e reorganizando áreas do conhecimento segundo parâmetros técnicos e comportamentais. No ensino de Geografia, essa lógica se traduz na fragmentação dos conteúdos e na redução da capacidade explicativa da disciplina, já que habilidades específicas substituem a compreensão das totalidades socioespaciais. Pontuschka, Paganelli e Cacete (2007, p. 45) destacam:

> O ensino de Geografia deve possibilitar ao aluno compreender as relações sociais que produzem o espaço, articulando diferentes escalas e dimensões da realidade. Quando reduzido a conteúdos fragmentados ou a habilidades operacionais, perde sua capacidade de promover uma leitura crítica do mundo e de contribuir para a formação de sujeitos conscientes de seu papel na sociedade.

Depreende-se, portanto, que a BNCC transcende a mera reorganização técnica. Ela consolida uma lógica de governo que subordina a formação humana à ditadura da performatividade. O ensino passa a ser pautado pela obsessão por resultados mensuráveis e comparáveis, onde o que não pode ser traduzido em métricas estatísticas é sumariamente descartado do horizonte escolar.

Compreender esse processo exige situar o currículo no cerne das políticas públicas, visto que é nelas que se materializam os projetos de sociedade em disputa. O currículo transcende a função de mero instrumento pedagógico; ele é a expressão de decisões políticas que mobilizam interesses econômicos, ideológicos e sociais, revelando a face reguladora do Estado na moldagem da formação humana. Ao desmistificar a suposta neutralidade dessas ações estatais, Azevedo (2004, p. 23) enfatiza:

> As políticas públicas educacionais não podem ser compreendidas como ações neutras ou meramente técnicas do Estado, pois expressam projetos societários em disputa. Ao definir prioridades, estabelecer diretrizes curriculares e organizar sistemas de avaliação, o Estado atua na produção de determinadas formas de conhecimento e de subjetividade, contribuindo para a manutenção ou transformação das relações sociais existentes.

Sob esse prisma, fica nítido que a BNCC e o Novo Ensino Médio não são eventos isolados, mas engrenagens de uma política pública que redefine o pacto educativo nacional. Ao centralizar diretrizes e sedimentar parâmetros rígidos, o Estado não apenas intensifica seu poder regulador, como também sela o compromisso da escola com a lógica da eficiência e da performatividade, típicas da gestão empresarial. Essa contradição desvela que o neoliberalismo, longe de promover a retirada do Estado, opera sua reconfiguração estratégica.

O que emerge é uma regulação híbrida: de um lado, a centralização normativa; de outro, a indução de práticas rigidamente orientadas por resultados quantificáveis. Ao problematizar o papel das políticas sociais nesse novo arranjo estatal, Höfling (2001, p. 31) esclarece:

> As políticas sociais, incluindo a educação, constituem-se como espaços privilegiados de intervenção estatal, nos quais se expressam as tensões entre demandas sociais e interesses econômicos. No contexto neoliberal, observa-se a redefinição dessas políticas, que passam a incorporar critérios de eficiência, focalização e avaliação de resultados, alterando seus objetivos e formas de implementação.

Depreende-se dessa leitura que a política educacional contemporânea abdica da primazia do direito à educação para abraçar mecanismos de controle que subvertem seu sentido original. Nesse cenário, o currículo assume o papel de principal dispositivo de operacionalização dessa lógica, funcionando como o fio condutor que materializa a eficiência empresarial dentro do cotidiano escolar.

## 5. Políticas públicas educacionais no contexto neoliberal: contradições histórico-dialéticas e implicações para o ensino de geografia

A análise das políticas públicas educacionais no contexto neoliberal exige compreender que as contradições não se apresentam como falhas isoladas, mas como expressões necessárias das relações sociais que sustentam o modo de produção capitalista. Sob a perspectiva do materialismo histórico-dialético, o currículo e as políticas educacionais funcionam como mediações entre a base material da sociedade e as formas ideológicas que orientam a formação dos sujeitos. Assim, a educação, como

política pública, integra o conjunto das relações que articulam Estado, capital e sociedade, revelando disputas que expressam projetos de sociedade antagônicos.

Nesse sentido, a educação, enquanto política pública, insere-se no conjunto das relações sociais que articulam Estado, capital e formação social, sendo atravessada por disputas que refletem interesses antagônicos. Essa subordinação da subjetividade às condições objetivas de produção encontra seu fundamento na premissa ontológica de Marx (2011, p. 25):

> Não é a consciência dos homens que determina o seu ser, mas, ao contrário, é o seu ser social que determina a sua consciência. As relações materiais de existência constituem a base sobre a qual se erguem as formas jurídicas, políticas e ideológicas, que não podem ser compreendidas de maneira independente dessas condições.

Sob esse prisma, a BNCC e o Novo Ensino Médio deixam de ser apresentados como políticas neutras e passam a revelar sua função estrutural na reprodução do capital.

Uma primeira contradição pode ser observada na relação entre *formação crítica e adaptação ao mercado*. Enquanto o discurso oficial afirma promover a formação integral e humana, o conteúdo efetivo das reformas reestrutura a educação em direção à empregabilidade, flexibilidade e desempenho. Tonet (2013, p. 41) evidencia essa tensão ao afirmar:

> A educação, no interior da sociedade capitalista, está marcada por uma contradição fundamental: ao mesmo tempo em que necessita socializar o conhecimento para garantir a reprodução do sistema, limita esse acesso para manter as condições de dominação. Essa tensão expressa a própria lógica do capital, que não pode universalizar plenamente aquilo que ameaça sua reprodução.

Essa contradição marca o hiato entre a retórica emancipatória e a prática concreta das políticas educacionais, visível em nossa pesquisa na área da Crede 19.

Uma segunda contradição emerge da relação entre *centralização curricular e discurso de autonomia*. As políticas contemporâneas promovem a ideia de flexibilização e escolha, mas simultaneamente intensificam mecanismos de padronização e controle por meio de avaliações externas, matrizes de competências e responsabilização docente. Antunes (2005, p. 112) explicita esse processo ao observar:

> O capitalismo contemporâneo combina formas de flexibilização com intensificação do controle, produzindo uma organização social na qual a aparente autonomia dos sujeitos convive com mecanismos cada vez mais sofisticados de regulação e exploração.

No chão da escola, essa dinâmica converte o professor em um gestor de metas, destituído de sua autonomia intelectual e confinado à função de executor de índices estatísticos.

Uma terceira contradição pode ser identificada na relação entre *universalização do acesso e desigualdade na formação*. Embora a ampliação da matrícula represente um avanço histórico, a democratização do acesso não se traduz na democratização do conhecimento. Saviani (2011, p. 61) aponta:

> A escola, ao mesmo tempo em que se universaliza, tende a reproduzir a dualidade estrutural da sociedade capitalista, oferecendo uma formação mais elaborada para alguns e uma formação restrita e instrumental para outros, mantendo as desigualdades sob novas formas.

Essa "nova" dualidade estrutural revela que a universalização da matrícula não rompe com a hierarquia de saberes; ao contrário, cria uma institucionalização sob a forma de trajetórias escolares desiguais.

No campo do ensino de Geografia, observa-se uma contradição específica entre *potencial crítico da disciplina e sua redução operacional*. A Geografia, por sua natureza epistemológica, permite revelar relações de poder, conflitos, desigualdades e disputas territoriais. Conforme Santos (1996, p. 63-64):

> Ao conceber o espaço como um conjunto indissociável de sistemas de objetos e sistemas de ações, torna-se possível compreender que as formas espaciais não são neutras, mas expressam relações sociais historicamente determinadas. A análise do espaço permite revelar as desigualdades, os conflitos e as dinâmicas do capital, constituindo-se como elemento fundamental para a compreensão da realidade.

Entretanto, ao ser integrada a um currículo orientado por competências, essa potência crítica é frequentemente esvaziada. Callai (2005, p. 228) reforça essa preocupação ao afirmar:

> O ensino de Geografia precisa ir além da simples localização e descrição de fenômenos, devendo contribuir para que o aluno compreenda as relações sociais que produzem o espaço. Quando reduzido a conteúdos fragmentados ou a habilidades instrumentais, perde seu sentido formativo e deixa de cumprir seu papel na construção de uma consciência crítica sobre a realidade.

Essa situação se agrava quando se observa que as políticas afirmam promover cidadania crítica, mas restringem concretamente as condições para sua efetivação,

caracterizando outra contradição entre *discurso de cidadania e práticas que limitam o pensamento crítico*. Destaca Cavalcanti (2008, p. 87):

> A Geografia escolar tem como objetivo contribuir para a formação de um pensamento espacial crítico, permitindo ao aluno compreender o mundo em que vive e sua inserção nele. Quando esse ensino é reduzido a procedimentos técnicos ou a conteúdos desarticulados, perde-se a possibilidade de desenvolver uma leitura crítica da realidade e de formar sujeitos capazes de intervir no espaço de forma consciente.

Fica nítido, portanto, que o ensino de Geografia é hoje um território sitiado: um campo de disputa entre a emancipação pelo lugar e o esvaziamento pelo mercado.

Por fim, a análise histórico-dialética evidencia que tais impactos não constituem apenas limites externos impostos às escolas, mas expressam *contradições passíveis de apropriação crítica pelos sujeitos*. Essa compreensão reforça que, mesmo quando as políticas operam predominantemente como mecanismos de regulação e reprodução, elas também deixam fissuras pelas quais emergem possibilidades de resistência pedagógica. Nesse sentido, a reflexão de Frigotto (2001, p. 78) é particularmente elucidativa ao afirmar que *"no interior das políticas educacionais, mesmo quando orientadas por interesses hegemônicos, existem fissuras e contradições que podem ser apropriadas pelos sujeitos coletivos, convertendo-se em espaços de disputa e resistência"*. Assim, a presença dessas contradições não apenas tensiona o cotidiano escolar, mas abre margens reais para práticas formativas que escapam à lógica instrumental, reafirmando a potencialidade emancipadora do trabalho docente.

Assim, a Geografia na Crede 19 e em toda a rede pública pode insurgir-se contra essas amarras, transformando o currículo em instrumento de denúncia, interpretação crítica e emancipação territorial.

## 6. Impactos das reformas neoliberais na educação brasileira: repercussões no contexto da Crede 19

A consolidação das reformas educacionais orientadas pela racionalidade neoliberal no Brasil produziu transformações profundas na organização da educação básica, redefinindo o papel do currículo, o trabalho docente e as finalidades sociais da escola. Embora formuladas no plano nacional, tais reformas *não se materializam de forma uniforme*, pois sua implementação é mediada pelas condições históricas, sociais e institucionais de cada território. Assim, compreender seus efeitos exige articular o plano macro das políticas públicas com sua expressão concreta no território da Crede 19, no Cariri cearense.

No cenário nacional, políticas como a BNCC e o Novo Ensino Médio (NEM) intensificaram *a centralidade das competências, das avaliações e da padronização*, deslocando o foco da formação crítica para o desempenho mensurável. Essa reconfiguração

se insere em uma *contradição estrutural entre formação humana e produtividade escolar*, conforme analisa Libâneo (2012, p. 54):

> As reformas educacionais contemporâneas, ao incorporarem a lógica da eficiência e da produtividade, tendem a reduzir o ensino a um conjunto de procedimentos voltados ao alcance de resultados avaliáveis. Nesse processo, o conhecimento perde sua centralidade formativa e passa a ser subordinado a critérios externos de desempenho, comprometendo a qualidade da formação escolar.

A métrica quantitativa converte a escola em *unidade produtiva*, e o "sucesso" passa a ser identificado pelo alcance de indicadores estatísticos, que frequentemente ocultam desigualdades estruturais do território.

Essa lógica produz impactos diretos no trabalho docente. O professor passa a ser pressionado por exigências externas – cumprimento de metas, adaptação às matrizes curriculares e preparação para avaliações padronizadas – fenômeno que caracteriza a contradição entre *(responsabilização total e autonomia limitada)*. Hypólito (2011, p. 89) denomina esse processo de proletarização intelectual:

> As políticas educacionais contemporâneas produzem uma intensificação do trabalho docente, marcada pela ampliação de tarefas, pelo controle dos processos pedagógicos e pela responsabilização dos professores pelos resultados obtidos. Essa dinâmica redefine a profissão docente, deslocando seu caráter intelectual para uma lógica de execução de tarefas previamente definidas.

Assim configura-se uma condição paradoxal: exige-se do docente resultados cada vez mais sofisticados, ao mesmo tempo em que lhe é retirado o poder de decisão sobre o próprio fazer pedagógico.

No contexto da Crede 19, essas transformações assumem contornos particulares. O território do Cariri apresenta desigualdades internas, diversidade socioeconômica, variações de infraestrutura escolar e desafios específicos como rotatividade docente, carência de recursos didáticos e limitações materiais para práticas pedagógicas inovadoras. Nesse cenário, a implementação da BNCC e do Documento Curricular Referencial do Ceará (DCRC) ocorre sob a *contradição entre prescrição homogênea e realidade heterogênea*, como observa Freitas (2018, p. 112):

> As reformas educacionais baseadas em padronização e avaliação em larga escala tendem a produzir um distanciamento entre o currículo oficial e a realidade das escolas, especialmente em contextos marcados por desigualdades sociais. A imposição de modelos homogêneos ignora as especificidades locais e limita a construção de práticas pedagógicas contextualizadas.

A análise evidencia que o currículo prescrito nem sempre encontra condições para se efetivar no "chão da escola" da Crede 19, sendo filtrado pelas particularidades materiais e simbólicas do território.

No ensino de Geografia, tais contradições tornam-se ainda mais visíveis. Por sua natureza epistemológica, a Geografia permite analisar dinâmicas territoriais específicas do Cariri, como transformações urbanas recentes, desigualdades socioespaciais, mudanças no uso do solo e reorganização econômica regional. Essa perspectiva está ancorada no princípio de que a Geografia deve partir do vivido, como pontua Straforini (2004, p. 72):

> O ensino de Geografia deve estar articulado à realidade vivida pelos alunos, permitindo a compreensão das relações sociais que produzem o espaço. Quando essa articulação não ocorre, o ensino tende a se tornar abstrato e descontextualizado, dificultando a construção de uma aprendizagem significativa.

Entretanto, a estrutura curricular orientada por competências assume a forma de uma *contradição entre território vivido e saber operacional*. Ao fragmentar conteúdos e exigir desempenhos pragmáticos, ela reduz o potencial analítico da disciplina. Castellar (2010, p. 64) reforça:

> A fragmentação dos conteúdos no ensino de Geografia compromete a construção do pensamento espacial crítico, pois impede a articulação entre diferentes escalas e dimensões da realidade. A compreensão do espaço exige a integração de conhecimentos, e não sua divisão em unidades isoladas.

Essa fragmentação atua como obstáculo à leitura crítica do território, ao retalhar o espaço em unidades isoladas – condição que se acentua no ensino médio da Crede 19, onde muitas escolas enfrentam dificuldades para integrar escalas, temporalidades e temas estruturantes.

Assim, mesmo sob a pressão da regulação neoliberal, o ensino de Geografia na Crede19 pode constituir-se como um território contra-hegemônico. Ao explorar as fissuras do currículo imposto, professores podem reconstruir práticas que aproximem o conteúdo da realidade local, transformando a sala de aula em espaço de resistência e de produção de uma leitura de mundo que recusa a submissão ao utilitarismo curricular.

## 7. Considerações finais

A análise desenvolvida ao longo deste artigo evidenciou que as reformas educacionais contemporâneas, orientadas pela racionalidade neoliberal, ultrapassam o plano das mudanças técnicas e administrativas, configurando-se como parte de um processo mais amplo de reconfiguração das finalidades da educação. Ao deslocarem o eixo formativo para a lógica da eficiência, da performatividade e da mensuração de

resultados, tais reformas redefinem o papel do currículo e da escola, subordinando a formação humana às exigências do mercado.

A partir de uma abordagem histórico-dialética, tornou-se possível compreender que essas transformações não se apresentam de forma homogênea ou linear, mas se estruturam por meio de contradições que expressam as disputas entre projetos distintos de sociedade. O currículo, nesse contexto, revelou-se como uma mediação central, ao mesmo tempo em que organiza o processo educativo, também limita e tensiona as possibilidades de formação crítica. Trata-se de um espaço atravessado por forças antagônicas, no qual coexistem mecanismos de controle e possibilidades de resistência.

No âmbito das políticas públicas educacionais, observou-se que a centralização curricular, associada à padronização e à ênfase em competências, contribui para a fragmentação do conhecimento e para o esvaziamento de sua dimensão crítica. A promessa de flexibilização e autonomia convive com a intensificação de mecanismos de regulação e controle, evidenciando uma contradição estrutural que redefine o trabalho docente e os sentidos da prática pedagógica.

Quando analisadas a partir do contexto brasileiro, e particularmente da área de atuação da Crede 19, essas contradições assumem materialidade concreta. A implementação das políticas curriculares ocorre em meio a condições históricas e sociais específicas, revelando a distância entre o currículo prescrito e a realidade vivida nas escolas. Tal descompasso evidencia que as políticas públicas não se realizam de forma automática, sendo mediadas por práticas, interpretações e resistências que emergem no cotidiano escolar.

No campo do ensino de Geografia, essa dinâmica torna-se ainda mais evidente. A disciplina, por sua natureza, apresenta potencial para a construção de uma leitura crítica da realidade, ao articular as relações entre espaço, sociedade e poder. No entanto, ao ser inserida em uma estrutura curricular orientada por competências e resultados, tende a sofrer processos de fragmentação e redução, que limitam sua capacidade de promover uma compreensão mais profunda das contradições socioespaciais.

Apesar desses limites, a análise permitiu identificar que o próprio caráter contraditório das políticas educacionais abre possibilidades para a construção de práticas pedagógicas críticas. A distância entre o currículo prescrito e sua efetivação no cotidiano escolar cria espaços nos quais os professores podem atuar de forma reflexiva, ressignificando conteúdos e estratégias de ensino. Nesse sentido, o ensino de Geografia pode constituir-se como espaço de resistência, ao possibilitar a problematização da realidade e a construção de uma consciência crítica por parte dos estudantes.

Dessa forma, o currículo não deve ser compreendido apenas como instrumento de reprodução, mas como campo de disputa, no qual se confrontam diferentes projetos de formação. Reconhecer essa dimensão é fundamental para compreender tanto os limites quanto as potencialidades da educação no contexto contemporâneo.

Por fim, este estudo apontou para a necessidade de aprofundamento das investigações sobre os impactos das políticas curriculares neoliberais, especialmente no que se refere às suas implicações para o ensino de Geografia e para o trabalho docente. A continuidade dessa agenda de pesquisa mostra-se fundamental para ampliar a compreensão das contradições que atravessam a educação e para contribuir com

a construção de práticas educativas comprometidas com a formação crítica e com a transformação social.

## Referências

ANTUNES, Ricardo. Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. 6. ed. São Paulo: Boitempo, 2005.

APPLE, Michael Whitman. Educando à direita: mercados, padrões, Deus e desigualdade. São Paulo: Cortez, 2006.

AZEVEDO, Janete Maria Lins de. A educação como política pública. 3. ed. Campinas: Autores Associados, 2004.

BANCO MUNDIAL. Aprendizagem para todos: investir no conhecimento e nas competências das pessoas para promover o desenvolvimento. Washington, DC: World Bank, 2011.

BALL, Stephen John. Sociologia das políticas educacionais e pesquisa crítico-social: uma revisão pessoal. In: BALL, Stephen John; MAINARDES, Jefferson (org.). Políticas educacionais: questões e dilemas. São Paulo: Cortez, 2008. p. 21-53.

BRASIL. Base Nacional Comum Curricular. Brasília: MEC, 2018.

BROWN, Wendy. Undoing the demos: neoliberalism's stealth revolution. New York: Zone Books, 2015.

CASTELLAR, Sonia Maria Vanzella. Educação geográfica: teorias e práticas docentes. São Paulo: Contexto, 2010.

CAVALCANTI, Lana de Souza. Geografia, escola e construção do conhecimento. 15. ed. Campinas: Papirus, 2008.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal. São Paulo: Boitempo, 2016.

FREITAS, Luiz Carlos de. A reforma empresarial da educação: nova direita, velhas ideias. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

FRIGOTTO, Gaudêncio. A produtividade da escola improdutiva. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

FRIGOTTO, Gaudêncio. A produtividade da escola improdutiva. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

HARVEY, David. O neoliberalismo: história e implicações. São Paulo: Loyola, 2005.

HÖFLING, Eloisa de Mattos. Estado e políticas públicas sociais. Cadernos CEDES, Campinas, v. 21, n. 55, p. 30-41, nov. 2001.

HYPÓLITO, Álvaro Moreira. Trabalho docente e reestruturação produtiva. Educação & Sociedade, Campinas, v. 32, n. 115, p. 87-104, jan./mar. 2011.

KUENZER, Acácia Zeneida. Ensino médio: construindo uma proposta para os que vivem do trabalho. São Paulo: Cortez, 2017.

LAVAL, Christian. A escola não é uma empresa: o neoliberalismo em ataque ao ensino público. Tradução de Maria José Figueiredo. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2004.

LIBÂNEO, José Carlos. Didática. São Paulo: Cortez, 2012.

MARX, Karl. Contribuição à crítica da economia política. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

MÉSZÁROS, István. A educação para além do capital. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2008.

OCDE. Future of Education and Skills 2030: OECD Learning Compass 2030. Paris: OECD Publishing, 2019.

PERRENOUD, Philippe. Construir as competências desde a escola. Porto Alegre: Artmed, 1999.

PONTUSCHKA, Nídia Nacib; PAGANELLI, Tomoko Iyda; CACETE, Núria Hanglei. Para ensinar e aprender geografia. São Paulo: Cortez, 2007.

SACRISTÁN, José Gimeno. O currículo: uma reflexão sobre a prática. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2000.

SANTOS, Milton. A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: Hucitec, 1996.

SAVIANI, Dermeval. Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações. 11. ed. Campinas: Autores Associados, 2011.

SCHULTZ, Theodore W. O valor econômico da educação. Rio de Janeiro: Zahar, 1973.

SILVA, Tomaz Tadeu da. Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2018.

STRAFORINI, Rafael. Ensinar geografia: o desafio da totalidade-mundo nas séries iniciais. São Paulo: Annablume, 2004.

TONET, Ivo. Educação contra o capital. Maceió: EDUFAL, 2013.

VERGER, Antoni; NOVELLI, Mario; ALTINYELKEN, Hülya Kosar. Global education policy and international development: new agendas, issues and policies. London: Bloomsbury, 2018.

# Um pequeno recorte na história da educação dos surdos

*A brief overview of the history of deaf education*

*Una breve mirada a la historia de la educación de las personas sordas*

*Karla Cuellar Heilmann*[1]

**Resumo**

Heilmann, K. C. Um pequeno recorte na história da educação dos surdos. ***Rev. C&Trópico***, v. 50, n. 1, p. 145-168, 2026. Doi: 10.33148/ctrpico.v50i1.2496

O artigo examina a evolução histórica da educação dos surdos, destacando as contribuições de educadores pioneiros que influenciaram práticas pedagógicas, políticas educacionais e a percepção pública sobre a comunidade surda. O objetivo central é compreender como essas contribuições moldaram a educação inclusiva e promoveram o reconhecimento da língua de sinais como ferramenta essencial para o desenvolvimento cognitivo, social e cultural dos indivíduos surdos. A pesquisa parte da premissa de que a educação dos surdos passou por transformações significativas ao longo dos séculos, desde a marginalização na Antiguidade até a consolidação de métodos educacionais inclusivos e especializados. Ademais, a discussão é enriquecida por referenciais críticos contemporâneos, notadamente Boaventura de Sousa Santos, Harlan Lane e Carlos Skliar, cujas formulações permitem compreender que a inclusão de estudantes surdos não se exaure no acesso formal à escola, exigindo o reconhecimento da língua de sinais, da identidade surda e do direito à diferença cultural.

**Palavras-chave:** Surdos; Educação inclusiva; Epistemicídio.

**Abstract**

Heilmann, K. C. A brief overview of the history of deaf education. ***Rev. C&Trópico***, v. 50, n. 1, p. 145-168, 2026. Doi: 10.33148/ctrpico.v50i1.2496

*This article examines the historical evolution of deaf education, highlighting the contributions of pioneering educators who influenced pedagogical practices, educational policies, and public perception of the deaf community. The central objective is to understand how these contributions shaped inclusive education and promoted the recognition of sign language as an essential tool for the cognitive, social, and cultural development of deaf individuals. The research starts from the premise that deaf education has undergone significant transformations throughout the centuries, from marginalization in Antiquity to the consolidation of inclusive and specialized educational methods. Furthermore, the discussion is enriched by contemporary critical references, notably Boaventura de Sousa Santos, Harlan Lane,*

1 Doutora em Direito Público e Evolução Social pela Universidade Estácio de Sá/Rio de Janeiro. E-mail: profkarlacuellar@gmail.com Orcid: https://orcid.org/0000-0001-8667-0993

*and Carlos Skliar, whose formulations allow us to understand that the inclusion of deaf students is not limited by formal access to school, requiring the recognition of sign language, deaf identity, and the right to cultural difference.*

**Keywords:** Deafness; Inclusive education; Epistemicide.

**Resumen**

Heilmann, K. C. Una breve mirada a la historia de la educación de las personas sordas. ***Rev. C&Trópico***, v. 50, n. 1, p. 145-168, 2026. Doi: 10.33148/ctrpico.v50i1.2496

Este artículo examina la evolución histórica de la educación de las personas sordas, destacando las contribuciones de educadores pioneros que influyeron en las prácticas pedagógicas, las políticas educativas y la percepción pública de la comunidad sorda. El objetivo central es comprender cómo estas contribuciones moldearon la educación inclusiva y promovieron el reconocimiento de la lengua de signos como una herramienta esencial para el desarrollo cognitivo, social y cultural de las personas sordas. La investigación parte de la premisa de que la educación de las personas sordas ha experimentado transformaciones significativas a lo largo de los siglos, desde la marginación en la Antigüedad hasta la consolidación de métodos educativos inclusivos y especializados. Además, el análisis se enriquece con referencias críticas contemporáneas, en particular de Boaventura de Sousa Santos, Harlan Lane y Carlos Skliar, cuyas formulaciones permiten comprender que la inclusión de los estudiantes sordos no se limita al acceso formal a la escuela, sino que requiere el reconocimiento de la lengua de signos, la identidad sorda y el derecho a la diferencia cultural.

**Palabras clave:** Sordera; Educación inclusiva; Epistemicidio.

*Data de submissão: 17/03/2025*
*Data de aceite: 28/04/2026*

## 1. Introdução

A educação das pessoas surdas constitui um campo que passou por profundas transformações ao longo da história, sob a influência de diversos educadores de notável relevância em diferentes contextos internacionais. Através de uma análise abrangente e crítica, este estudo visa fornecer as principais contribuições e realizações desses educadores e seu legado duradouro na área da surdez. A pesquisa fez uso do método hipotético-dedutivo, fazendo uso da pesquisa bibliográfica (recortes de pesquisa) e pesquisa qualitativa.

A elaboração deste artigo foi fundamentada em uma seleção de autores que abordam o tema de maneira significativa. As principais referências utilizadas nesta

construção foram**:** Jannuzzi[2] (2004) que apresenta uma visão ampla da educação de deficientes no Brasil, desde os primórdios até o início do século XXI; Nascimento[3] (2006) que analisa a trajetória da educação dos surdos a partir da perspectiva de Ferdinand Berthier; Strobel[4] (2009) que foca na história da educação dos surdos, oferecendo contribuições importantes para a compreensão do desenvolvimento dessa área ao longo do tempo. A esse conjunto somam-se, para fins de problematização teórica da relação entre surdez, inclusão e exclusão, Lane (1992), ao criticar a racionalidade paternalista das instituições ouvintes, e Skliar (1997), ao propor uma leitura sócio-antropológica da surdez, deslocando o foco do déficit para a diferença linguística, cultural e política

Ao longo dos séculos, a educação dos surdos tem sido influenciada por um conjunto de pioneiros cujas contribuições inovadoras estabeleceram os fundamentos para abordagens educacionais eficazes e inclusivas. Este artigo tem o propósito de analisar e reconhecer as contribuições notáveis dos principais educadores de surdos ao longo da história, abrangendo um espectro temporal que abarca desde os primórdios do ensino voltado para os surdos até os avanços mais recentes no âmbito da educação inclusiva e com impacto duradouro no contexto contemporâneo.

Educadores provenientes de diversas partes do mundo tiveram funções cruciais no aprimoramento de métodos de ensino, formas de comunicação e políticas educacionais voltadas para os surdos. Estes precursores, ao longo dos séculos, demonstraram um comprometimento inabalável com a causa da educação para surdos, enriquecendo a compreensão de como os indivíduos surdos aprendem, se comunicam e participam da sociedade.

Os precursores da educação dos surdos têm desempenhado um papel crucial na desconstrução de estereótipos prejudiciais e na promoção da igualdade de oportunidades educacionais para os surdos. Suas contribuições têm influenciado não apenas as práticas educacionais, mas também as políticas governamentais e a percepção pública em relação à comunidade surda. Ao reconhecer a singularidade das necessidades dos surdos e a importância da linguagem de sinais, esses precursores abriram caminho para abordagens pedagógicas mais inclusivas, que respeitam a diversidade linguística e cultural da comunidade surda.

Inicialmente, as pessoas surdas eram frequentemente marginalizadas e excluídas da sociedade devido à sua deficiência auditiva. No entanto, ao longo do tempo, houve avanços importantes na forma como a educação dos surdos foi concebida e fornecida.

Ao estudarmos a trajetória da educação dos surdos torna-se evidente a necessidade de uma abordagem multifacetada para compreender as raízes dessa história. Isso nos permite explorar a questão da educação inclusiva versus paradigma da exclusão bem como, ao examinarmos o histórico dos povos e comunidades surdas, somos capazes de compreender melhor suas conquistas nos campos linguístico, educacional, cultural e político.

2 JANNUZZI, G. S. *A educação do deficiente no Brasil*: dos primórdios ao início do século XXI. Campinas: Autores Associados, 2004.

3 NASCIMENTO, Lilian Cristine Ribeiro. "Um pouco mais da história da educação dos surdos segundo Ferdinand Berthier". *Revista ETD Educação Temática Digital,* Campinas, v.7 nº 2 p. 255 a 265; jun. 2006.

4 STROBEL, Karin. *História da educação dos surdos*. Florianópolis: UFSC, 2009.

Ao longo da história, a educação dos surdos no mundo passou por uma série de transformações, refletindo as diversas atitudes e abordagens em relação à surdez e à inclusão. No passado, as pessoas surdas enfrentaram vários desafios para obter uma educação adequada, devido à falta de compreensão e à escassez de recursos disponíveis.

É de suma relevância ressaltar que se configuram diversas identidades surdas, assim como movimentos, comunidades e memórias dessa comunidade. Ademais, cumpre notar que a interpretação da narrativa histórica subjacente apresenta variações sensíveis, estas condicionadas aos contextos intrínsecos à experiência das comunidades surdas. Tais reflexões concorrem para a ampla apreensão dos eventos e das reverberações decorrentes das metamorfoses vivenciadas pelo povo surdo e sua comunidade ao longo do tempo, de maneira a fornecer uma sólida fundamentação para a compreensão contemporânea dessas realidades.

Por esses motivos, passamos, a partir deste momento, a entender a história da educação dos surdos assim: "compreendendo e estudando o passado passamos a entender a situação atual" (Strobel, 2009). "O estudo do passado nos ajuda a compreender o presente" (*id*, 2009).

Feitas as considerações iniciais, passaremos a conhecer a linha do tempo dos precursores.

## 2. A trajetória da educação dos surdos – Da Antiguidade ao período precedente ao abade L'Éppe

Os historiadores utilizam vestígios do passado como fontes para fatos históricos. As diversas evidências deixadas pelos povos surdos ao longo do tempo são valiosas fontes históricas.

De acordo com Nascimento (2006):

> A história da educação dos surdos tem sido marcada por uma discussão polêmica sobre qual a melhor maneira de educá- los. Essa discussão traz como tema a questão linguística, colocando em conflito dois blocos de pensamentos: aquele que defende o ensino da língua oral para os surdos como única forma de inseri-los na comunidade ouvinte e aquele que defende a língua de sinais, própria da comunidade surda, como meio linguístico pelo qual deve-se desenvolver sua educação... (Nascimento, 2006, n.p).

As mais antigas fontes históricas que fazem menção a indivíduos com surdez remontam a cerca de 3000 a.C., com registros situados no território egípcio.

Em tempos da Roma Antiga, os indivíduos com surdez foram alvo de perseguições inclementes, sendo categorizados como pessoas atingidas por punições divinas ou por malefícios sobrenaturais. Esta condição frequentemente encontrava solução através do abandono ou, em casos extremos, da eliminação física, comumente efetuada através do ato de lançá-los no rio Tibre. Somente aqueles que lograram sobreviver a tal

infortúnio ou aqueles cujos progenitores os ocultavam tiveram a oportunidade de escapar deste destino funesto. Outra prática disseminada na sociedade romana consistia em submeter os indivíduos surdos à escravidão, obrigando-os a passar toda a sua existência laborando dentro de um moinho de trigo. Esta dura realidade evidencia de maneira incontestável o modo como os surdos eram marginalizados e explorados, sujeitos a violência e a severas restrições em suas vidas relegadas às margens da sociedade romana. A história documenta, portanto, os desafios enfrentados pelos surdos em épocas passadas, ilustrando a necessidade premente de compreender e superar suas experiências a fim de promover uma sociedade contemporânea notoriamente mais inclusiva.

Na Grécia, os surdos eram vistos como inválidos e um fardo para a sociedade, o que os levava a serem condenados à morte, lançados dos topos de rochedos em Taygéte, ou afogados nas águas de Barathere. Aqueles que sobreviviam viviam em extrema miséria, reduzidos à escravidão ou ao abandono.

No contexto histórico do Egito e da Pérsia, é possível observar uma percepção distinta em relação aos indivíduos surdos, que eram considerados criaturas abençoadas e designadas pelos deuses, devido à crença de que eles mantinham uma comunicação secreta com o divino. Nestes territórios, florescia um notável humanitarismo e respeito em relação aos surdos, resultando em sua proteção e honra manifestadas através de demonstrações de afeto. Contudo, apesar desse tratamento diferenciado, é imperativo assinalar que os surdos não recebiam educação formal e levavam uma existência caracterizada pela inatividade. Desde os tempos remotos da Antiguidade até grande parte da Idade Média, os surdos eram percebidos como indivíduos ineducáveis, desprovidos da capacidade de exercer direitos legais fundamentais, tais como o direito ao matrimônio e à herança de propriedades.

Eles eram vistos como indivíduos estranhos e objeto de curiosidade pela sociedade. Eram impedidos de receber a comunhão devido à crença de que não poderiam confessar seus pecados. Além disso, existiam preceitos religioos que proibiam o casamento entre duas pessoas surdas. Na igreja católica era permitido o casamento apenas para aqueles que obtinham a aprovação do papa.

De acordo com Nascimento (2006):

> Inicia a história na Antiguidade, relatando as conhecidas atrocidades realizadas contra os surdos pelos espartanos, que condenavam a criança a sofrer a mesma morte reservada ao retardado ou ao deformado: "A infortunada criança era prontamente asfixiada ou tinha sua garganta cortada ou era lançada de um precipício para dentro das ondas. Era uma traição poupar uma criatura de quem a nação nada poderia esperar (Berthier, 1984, p.165)".

Ainda de acordo com Nascimento (2006), o professor Ferdinand Berthier traz em seu texto escrito que:

> ... no sistema romano os surdos eram privados de seus direitos legais e, entre os egípcios e persas, o destino dos surdos era um

> assunto de interesse religioso, pois suas debilidades eram consideradas um sinal visível dos deuses. Berthier afirma que somente a religião cristã trouxe aos surdos sua dignidade e os salvou do exílio em que se encontravam... (Berthier, 1984, p.167).

A partir da criação das Santas Casas de Misericórdia no século XV, surgiu pela primeira vez uma preocupação em relação à educação dos surdos, com foco no ensino da linguagem. Durante esse período, o holandês Rudolphus Agrícola escreveu a obra *Inventione dialectica*, considerada por alguns estudiosos como o primeiro relato sobre a educação de um surdo que aprendeu a escrever, a fim de garantir seu direito de herdar títulos e bens da família (Cabral, 2005).

Na Idade Moderna, um marco significativo consistiu na distinção pioneira entre surdez e mudez, o que resultou na supressão da expressão "surdo-mudo" como designação para os indivíduos surdos. No início do século XVI, as primeiras empreitadas no campo da surdez tinham como objetivo principal investigar a capacidade desses sujeitos em adquirir conhecimento. Nesse período, iniciou-se o reconhecimento da necessidade de educar os surdos por meio de abordagens pedagógicas que possibilitassem o desenvolvimento do pensamento, utilizando o ensino da linguagem oral e a compreensão da língua falada como instrumentos centrais. Acreditava-se que a habilidade de se comunicar verbalmente estava intrinsecamente ligada à inteligência. No entanto, é imprescindível ressaltar que esse tipo de educação era restrito às crianças pertencentes à nobreza, o que limitava significativamente o acesso dos surdos a esse sistema educacional.

Segundo Soares (2005), *apud* Costa (2018), desde os primórdios da Idade Moderna, os indivíduos surdos despertaram um interesse especial no campo da medicina e da religião. A surdez e a mudez, sendo consideradas deficiências relacionadas a anomalias orgânicas, constituíam um desafio significativo para a comunidade médica da época. No contexto das crenças religiosas predominantes, a sociedade tinha o dever de amparar os desfavorecidos, dentre os quais se incluíam aqueles que não podiam ouvir nem falar. Tal imperativo levou vários médicos europeus a empreenderem esforços no sentido de desenvolver métodos destinados a ensinar os surdos a se comunicarem.

Nesse contexto, um dos nomes notáveis a emergir na Itália foi Girolamo Cardano (1501-1576), matemático, médico e astrólogo, que dedicou seus estudos à fisiologia do ouvido e empenhou-se em avaliar a capacidade de aprendizagem dos indivíduos surdos.

Com base em sua pesquisa, o médico Girolamo Cardano chegou à conclusão de que as ideias podiam ser expressas por meio da escrita, o que implicava que a compreensão não estava necessariamente condicionada à audição das palavras. Portanto, a surdez não constituía um obstáculo intrínseco à aquisição de conhecimento. Cardano sustentou a perspectiva de que o uso da linguagem oral não era absolutamente essencial para a compreensão das ideias. A descoberta de Cardano marcou um ponto de inflexão significativo, estimulando um aumento substancial na pesquisa nesse campo de estudo. Diversos eruditos passaram a documentar seus estudos sobre potenciais capacidades de aprendizado da linguagem oral por parte dos indivíduos surdos.

Nos seus estudos, o médico Girolamo Cardano avaliou o grau de capacidade de aprendizado em diferentes tipos de surdos e concluiu que a surdez não afetava a inteligência da pessoa. Portanto, defendeu que a educação dos surdos deveria incluir o ensino da leitura e da escrita. Segundo suas experiências, "a surdez não prejudicaria a aprendizagem, uma vez que os surdos poderiam aprender a escrever e assim expressar seus sentimentos" (Jannuzzi, 2004, p. 31).

A partir dessas descobertas, surgiu a figura do preceptor ou mentor, contratado por famílias nobres para educar os filhos surdos. Isso garantia que não fossem privados de seus direitos legais, especialmente os direitos de herança, que eram negados porque não dominavam a língua oral.

Outro episódio significativo no contexto da educação dos surdos se desenrolou na Espanha durante o século XVI, protagonizado pelo monge beneditino Pedro Ponce de Léon (1520-1584), frequentemente reconhecido como o pioneiro na função de instrutor de surdos (primeiro professor de surdos). O monge estabeleceu uma instituição educacional destinada aos surdos no Mosteiro de San Salvador, localizado em Oña, na província de Burgos, Espanha. Seu alunado era notadamente restrito e composto exclusivamente por crianças portadoras de surdez, todas elas descendentes de aristocratas abastados ou membros da nobreza.

O trabalho que desenvolveu com as crianças surdas focalizou em ajudá-las a aprender como escrever a língua, instruindo as crianças surdas na escrita e no uso de gestos simples como um alfabeto bimanual. Desenvolveu-se assim um alfabeto manual que permitia ao aluno surdo que aprendesse a soletrar (letra por letra) toda a palavra.

Na Europa do século XVI, predominava a crença generalizada de que os indivíduos surdos eram ineducáveis. De acordo com Moura (2000), *apud* Costa (2018), a contribuição de Ponce de León evidenciou a falibilidade dos argumentos médicos que afirmavam que os surdos eram incapazes de aprender devido a lesões cerebrais. No entanto, é importante observar que, no que se refere aos filhos de famílias economicamente desfavorecidas e indivíduos comuns, a oportunidade educacional escasseava, relegando-os a uma situação de negligência em matéria de educação. De acordo com Silva, V. (2006) *apud* Silva, P.I.X (2013) "os filhos, surdos, da nobreza espanhola recebiam atendimento educacional especial. Já os surdos, filhos dos que não pertenciam à nobreza, viviam em uma verdadeira miséria, sofrendo a falta de educação, consequentemente de trabalho e por fim, um isolamento social enorme".

Em seus escritos Ferdinand Berthier (1803-1886), que foi um educador e pesquisador francês que desempenhou um papel significativo no campo da educação dos surdos, escreve a obra "*Análise histórica da educação dos surdos na Europa, desde a Idade Média até os tempos modernos*" (1869) sendo considerada uma referência importante para compreender a evolução da educação ao longo dos séculos.

Nesta obra, o autor Berthier empreende uma análise minuciosa dos registros históricos relativos à educação dos indivíduos surdos, abrangendo um período que se estende desde a Idade Média até a época moderna, como diz o título. O autor realiza uma investigação detalhada das distintas abordagens e práticas que foram adotadas ao longo desse intervalo temporal, proporcionando uma perspectiva crítica acerca das tentativas empreendidas com o intuito de instruir e integrar os surdos na sociedade.

Por meio de uma análise crítica dos registros históricos relacionados à educação dos surdos, sobretudo no período moderno, Berthier enfatiza a inconveniência de atribuir a Pedro Ponce de León (1520 - 1584) o título de primeiro professor de surdos. Nesse contexto, ele apresenta uma base substancial para embasar essa argumentação:

> Hoje é amplamente reconhecido que toda a contribuição de Ponce foi meramente colocar os princípios da educação para surdos em um patamar mais amplo do que seus predecessores fizeram. Antes de Ponce, muitas tentativas isoladas de instrução tinham sido feitas, com nível de sucesso variável, tanto na França quanto no exterior. Em 1578, Joachim Pascha treinou dois de seus próprios filhos surdos, mas suas tentativas não obtiveram reconhecimento público. Jérôme Cardan, uma das pessoas mais inteligentes de seu tempo e quem talvez tenha mais profundamente revigorado a escola filosófica de seu século, buscou demonstrar que a educação do surdo não era uma impossibilidade, ele não parou aí e manteve um relatório escrito sobre alguns importantes pontos sobre este especial tipo de ensino... (Berthiter, 1984, p.169 *apud* Nascimento, 2006, p.257).[5]

Berthier enfatiza a importância do ensino da língua escrita para os surdos, destacando que a capacidade de comunicação e expressão através da escrita pode abrir inúmeras oportunidades para seu desenvolvimento intelectual e social. Ele também enfatiza a necessidade de uma abordagem individualizada e adaptada à educação dos surdos, reconhecendo que cada indivíduo tem necessidades específicas.

No século XVII, destaca-se a figura notável de Juan Pablo Bonet (1579- 1629), um sacerdote e educador espanhol que desenvolveu uma abordagem sequencial e progressiva para a educação de surdos. Bonet preconizava que o ensino para surdos deveria ser primordialmente fundamentado na aprendizagem da escrita, seguida pela correspondência com o alfabeto datilológico e o alfabeto escrito, culminando na instrução da língua falada. Em 1620, Bonet publicou uma obra pioneira intitulada *Redução das letras e arte de ensinar a falar os mudos*, que, de acordo com Mazzotta (2005, p. 17-18), representa o primeiro livro impresso sobre a educação de pessoas com deficiência. É notório que a utilização da datilologia para representar as letras do alfabeto por meio da posição das mãos começou a ser considerada, mas seu propósito principal estava voltado para o ensino da linguagem oral. Além disso, ao ensinar a escrita, a intenção era promover a oralização dos indivíduos surdos.

O professor Berthier em sua obra apresenta algumas considerações sobre Bonet, conforme elucidado por Nascimento (2006):

5 BERTHIER, F. "Les Sourdes-muets avant et depuis l'abbé de l'Epée". In: LANE, H. E PHILIP, F. *The deaf experience*: classics in language and education. Tradução do original francês para o inglês de Philip, F. Cambridge (Massachusetts) and London: Harvard University Press, 1984. (Texto originalmente publicado em francês em 1840).

> Ainda tratando de professores espanhóis, Berthier nos revela sua indignação ao ver Juan Pablo Bonet (1579-1629), autor do livro "Arte para enseñar a hablar a los mudos", creditar a si a descoberta de como ensinar o surdo a falar. Segundo Berthier, tal crédito poderia ser reivindicado por seu rival Ramirez de Carrion, que era surdo congênito e teve sucesso, no julgamento dos críticos de seu tempo, em um experimento com Emmanuel Philibert, o príncipe surdo de Carignan. "Seu livro, publicado nove anos depois do de Bonet, recebeu o título Maravillas de naturaleza, em que se contienen dos mil secretos de cosas naturales, 1629" (Berthier, 1984, p. 170, *apud* Nascimento 2006, p.257).

Na Inglaterra, destacou-se o médico e teólogo John Wallis (1616-1703), professor da Universidade de Oxford, como o primeiro indivíduo inglês a empreender esforços no campo da educação para surdos. Ele elaborou a obra intitulada *Da fala ou da formação dos sons da fala*, em 1698. A respeito de sua contribuição, o professor Berthier destaca:

> Embora seu trabalho sobre articulação obtivesse total sucesso e seu Tratado sobre o Discurso e a Formação de Sons (*Grammatica Linguae Anglicanae*) tenha recebido a aprovação dos mais ilustres acadêmicos, ele logo percebeu que os recursos para as pessoas surdas sob seus cuidados eram muito escassos se comparados com aqueles contidos na linguagem de sinais. Em sua carta ao Dr. Beverly no terceiro volume dos trabalhos matemáticos de Wallis (Transações filosóficas de Londres,1698), ele escreve: E este (treino de articulação) é de fato o menor trabalho de dois (embora visto como o mais extraordinário). Mas um sem o outro seria de pouco uso. Pois pronunciar palavras simplesmente como um papagaio, sem saber o que elas significam, não nos traria benefício nenhum. (Berthier, 1984, p. 170 *apud* Nnascimento, 2006, p.257).

Observa-se que Wallis recebe críticas de Berthier devido à sua concepção de que os sinais se limitam essencialmente às letras do alfabeto ou a movimentos dos dedos.

Outro médico inglês que merece destaque é John Bulwer (1614-1684), que publicou a obra *A língua natural da mão e a arte da retórica manual*, em 1644. Bulwer sustentava a convicção de que a linguagem gestual era intrínseca a todos os seres humanos, especialmente aos surdos, e que a utilização de um alfabeto manual era benéfica. Ele foi o primeiro inglês a desenvolver um método de comunicação efetiva entre pessoas ouvintes e surdas, reconhecendo a importância da linguagem gestual no contexto da educação dos surdos.

A destacada figura de George Dalgarno (1627-1687), um intelectual inglês com profundo interesse nas questões linguísticas, merece especial reconhecimento.

Dalgarno é o autor da obra intitulada *O tutor do homem surdo e mudo* (1680), na qual apresentou um sistema linguístico destinado ao uso por parte das pessoas surdas, incluindo o desenvolvimento de um método inovador de datilologia. É notável que esse sistema ainda seja empregado nos Estados Unidos da América.

Na sua obra intitulada *Les sourdes-muets avant et depuis l'abbé de l'Épée*, Ferdinand Berthier faz menção a outros notáveis educadores ingleses que desempenharam papéis relevantes na história da educação de surdos, destacando- se William Holder, Digby e Gregory, cujo objetivo primordial era o ensino por meio da linguagem oral. No âmbito dos educadores da Holanda, Berthier destaca o holandês Van Helmont e o médico suíço Conrad Amman, que residiu em Amsterdã. Ambos empreenderam esforços dedicados ao ensino da fala aos surdos. Segundo Soares (2005), Amman abandonou as práticas médicas em favor da educação, aprimorando um método para instruir os surdos nos sons da linguagem oral, os quais, uma vez aprendidos, eram correlacionados com a representação escrita correspondente. Por outro lado, Van Helmont acreditava na importância de ensinar os surdos a falar em hebraico, considerando-o a única língua que possibilitaria a comunicação direta com Deus. Para embasar seu projeto, elaborou uma descrição pormenorizada do aparato vocal, utilizando o hebraico para ilustrar a pronúncia dos sons.

## 3. Cronologia de educadores do Abade L'Épée a Ferdinand Berthier: Diversidade de abordagens e perspectivas

No século XVIII, um marco relevante na história da educação de surdos foi o estabelecimento de instituições educacionais dedicadas a essa população. Nesse contexto, surgiram figuras notáveis que desempenharam papéis fundamentais na evolução do ensino para surdos. Um desses pioneiros foi o abade francês Charles-Michel de L'Épée (1712-1789). A partir de 1750, L'Épée empreendeu a tarefa de aprender a língua de sinais com os surdos que habitavam as ruas de Paris, resultando na criação dos "sinais metódicos", um sistema que amalgamava a língua de sinais com a gramática sinalizada francesa.

Durante um período de 25 anos, Charles-Michel de L'Épée dedicou-se ao sacerdócio e, ao mesmo tempo, manifestou um profundo interesse pelo ensino de pessoas surdas. Ele desempenhou um papel ativo ao trabalhar com indivíduos surdos provenientes de contextos sociais desfavorecidos e ao lecionar para crianças surdas na escola localizada em Truffaut, na França, entre os anos de 1762 e 1763. Essa iniciativa pioneira representou um passo significativo no desenvolvimento da educação para surdos e consolidou a posição de L'Épée como uma figura seminal na história da pedagogia para pessoas com surdez. Vejamos:

> Uma pessoa muito conhecida na história de educação dos surdos, o abade Charles- Michel de L'Epée (1712-1789) conheceu duas irmãs gêmeas surdas que se comunicavam através de gestos, iniciou e manteve contato com os surdos carentes e humildes que perambulavam pela cidade de Paris, procurando

> aprender seu meio de comunicação e levar a efeito os primeiros estudos sérios sobre a língua de sinais. Procurou instruir os surdos em sua própria casa, com as combinações de língua de sinais e gramática francesa sinalizada denominado de "Sinais metódicos". L'Epée recebeu muita crítica pelo seu trabalho, principalmente dos educadores oralistas, entre eles, o Samuel Heinicke. Todo o trabalho de abade L'Epée com os surdos dependia dos recursos financeiros das famílias dos surdos e das ajudas de caridades da sociedade (Strobel, 2009, p.22).

L'Epée ficou conhecido na Europa devido ao seu trabalho com os surdos como "pai dos surdos". Reconheceu o valor da língua gestual dos surdos criando um sistema de gestos e gramática francesa oral. Com o apoio de recursos públicos, o abade Charles-Michel De L'Épée estabeleceu a primeira escola pública destinada a crianças surdas, a qual, ao longo do tempo, passou a acolher crianças independentemente de seu status social. Essa instituição evoluiu posteriormente para se tornar o renomado Instituto Nacional de Surdos de Paris, anteriormente conhecido como Instituto dos Surdos-Mudos de Paris, cuja fundação remonta a 1760. Em 29 de julho de 1991, uma mudança na legislação francesa transformou a escola em uma instituição governamental, resultando na adoção de seu nome atual, em francês, Institution Nationale des Sourds-Muets à Paris. Esses eventos históricos marcaram uma significativa evolução na abordagem à educação de surdos e na transformação da instituição em um estabelecimento de importância nacional.

Assim a primeira escola para surdos em Paris, conhecida como *Institut National de Jeunes Sourds-Muets* (Instituto Nacional para Jovens Surdos-Mudos) desempenhou um papel fundamental no avanço da educação e na promoção da inclusão dos surdos na sociedade francesa da época. A criação dessa escola trouxe um marco significativo na história da educação dos surdos.

Foi atribuído ao abade L'Épee a inovação de propor o ensino gratuito para as grandes massas de surdos pertencentes às camadas populares, indo de encontro às iniciativas educacionais individualizadas e elitistas da época. Metodologicamente, o abade também inovou ao criar um sistema conhecido como "sinais metódicos", que associava sinais usados pelos surdos com a gramática francesa. O abade L'Épée publicou um trabalho sobre o ensino de indivíduos surdos e mudos por meio do uso de sinais metódicos, no qual estabeleceu as regras sintáticas e introduziu o alfabeto manual concebido por Pablo Bonnet. Posteriormente, essa obra foi complementada com as contribuições teóricas do abade Roch-Ambroise Sicard. Esse método, amplamente conhecido como o "método francês", exerceu uma influência substancial e disseminada na educação de surdos em âmbito global.

> Durante anos, L'Epée ensinou através do método gestual, difundido como gestualismo. Ele inovou utilizando os sinais, sendo o primeiro a reconhecer que os surdos tinham uma língua, algo que não tinha sido considerado por outros educadores. Por esse

> motivo, foi criticado por aqueles que acreditavam ser a oralização o meio mais eficaz para a educação dos surdos (Costa, 2021, p.03).

Para Berthier, professor surdo que foi um dos defensores da identidade e cultura surda, o abade L'Épée foi o primeiro a livrar o surdo de sua solidão. Sua reflexão é interessante pois é narrada por um professor que apresenta surdez, reforçando assim seu espaço de fala na comunidade surda. Vejamos:

> Até então, como eu já havia explicado, todos os educadores de surdos interpretavam o princípio que "nossa mente não contém nada que não chegou lá através dos sentidos" como se seu único trabalho fosse dar a estes desafortunados o uso mecânico da fala. Ao contrário, L'Epée foi o primeiro a vislumbrar na linguagem mímica ainda imperfeita deles, meios mais seguros e simples de comunicação e uma mais direta e clara tradução de pensamento. E ele fez com que seus tesouros escondidos florescessem – verdade, flexibilidade, a riqueza de um idioma que pertence a todas as nações, de fato, a toda a humanidade, um idioma que admiravelmente resolve o problema de uma linguagem universal a qual os acadêmicos em toda parte têm buscado por séculos em vão. A partir do simples argumento que os surdos podem ser instruídos com o auxílio de gestos da maneira como instruímos outras pessoas usando os sons da voz, e que ambos os grupos podem aprender linguagem escrita, o incansável L'Épée criou um novo mundo, toda uma geração (Berthier,1984, p.179, *apud* Nascimento, 2006, p.258).

Assim, a França tornou-se a pioneira na educação de surdos-mudos. Depois de 1791 (criação do Instituto Nacional para Surdos-Mudos em Paris) o estado francês investiu fortemente nesta modalidade educacional. Como resultado de tal investimento, mesmo em escolas públicas, após seis anos de formação, os surdos- mudos "dominavam a língua de sinais francesa, o francês escrito, o latim e outra língua estrangeira também, de forma escrita, [...] tinham acesso aos conhecimentos de geografia, astronomia, álgebra, [...], bem como artes de oficio e atividades físicas" (Silva, 2006, p. 23 - 25).

Na época, era comum os professores de surdos realizarem demonstrações públicas de seus feitos aos reis, filósofos, autoridades e curiosos. Todas essas demonstrações levaram a reafirmar que a pessoa surda é capaz de estudar, adquirir conhecimentos e se comunicar por uma linguagem universal e que na verdade o que se tinha era a discriminação e preconceito com relação a pessoa surda para o exercício de seus direitos.

É digno de notoriedade na história da educação de surdos o nome de Jacob Rodrigues Pereire (1715-1780), que possivelmente foi o primeiro professor de surdos na França. Ele empreendeu a tarefa de promover a oralização de sua própria irmã surda, adotando métodos de ensino voltados para a linguagem oral e exercícios auditivos

com os surdos. Pereire enfatizava a importância da oralização como abordagem educacional. Seu trabalho com surdos foi desenvolvido principalmente na França, onde ele utilizou o alfabeto manual como meio de facilitar o ensino da fala.

É relevante destacar que Jacob Rodrigues Pereire nunca publicou formalmente seus estudos, e o conhecimento de seus métodos se baseia principalmente em depoimentos de alguns de seus alunos e em documentos que sua família conseguiu preservar. Esses métodos estavam fundamentados na crença de que os gestos manuais designavam a posição e os movimentos dos órgãos envolvidos na produção do som, bem como nas letras usadas na escrita para representar esses sons. Pereire também introduziu modificações no alfabeto manual originalmente proposto por Bonet, estabelecendo uma correspondência específica entre cada gesto e um som vocalizado.

Em 1750, o pastor Samuel Heinicke (1729-1790) apresentou as primeiras concepções da filosofia oralista na Alemanha, sendo reconhecido como o "pai do método alemão". Ele estabeleceu os fundamentos da filosofia chamada de oralista pura, que conferia uma ênfase primordial à linguagem falada. O alemão Samuel Heinicke publicou a obra intitulada *"Observações sobre os mudos e sobre a palavra"*. Em 1778, deu origem à primeira instituição de ensino alemã dedicada exclusivamente à abordagem oralista, inaugurando a pioneira escola de oralismo puro em Leipzig, que admitiu inicialmente nove alunos surdos.

No ano de 1760, Thomas Braidwood (1715-1806), um educador escocês, fundou a primeira escola dedicada à educação de surdos na Inglaterra. Seu método de ensino consistia em transmitir aos surdos o significado das palavras e sua pronúncia, conferindo grande importância à leitura orofacial. Posteriormente, em 1783, Braidwood transferiu sua escola para Londres e advogou pelo uso de um alfabeto manual que empregava ambas as mãos. Esse alfabeto manual ainda é utilizado na Inglaterra até os dias atuais.

Através da análise da evolução histórica, torna-se evidente que a escolha do método mais apropriado para o ensino de alunos surdos nunca foi uma questão de consenso unânime entre os educadores. Durante o século XVIII, o cenário educacional europeu foi marcado por um conflito significativo entre duas abordagens predominantes: o Oralismo, que enfatizava a linguagem articulada e a leitura labial e era representado pela Alemanha, e o Método Combinado, que incorporava sinais e escrita sem colocar uma ênfase significativa na língua oral e era defendido pela França.

Após a Revolução Francesa e durante a Revolução Industrial, essa contenda entre os métodos oralistas e aqueles baseados na linguagem gestual se intensificou, resultando em uma era de disputas prolongadas sobre qual abordagem pedagógica deveria ser adotada na educação de surdos.

Outro notável francês que se destacou nesse contexto foi o abade Roch Ambroise Cucurron Sicard (1742-1822), um educador e linguista de renome na França, cujo trabalho desempenhou um papel fundamental na educação de surdos durante o final do século XVIII e início do século XIX. Sicard fundou a Escola de Surdos de Bordeaux em 1786 e, posteriormente, assumiu a liderança do instituto criado por Charles-Michel de L'Épée após a morte deste em 1789. Além disso, ele apoiou a fundação de diversos institutos para surdos em toda a França.

Roch Ambroise Cucurron Sicard aprimorou e expandiu o método de sinalização manual desenvolvido por L'Épée, criando uma forma de comunicação que integrava gestos e sinais manuais com a utilização da linguagem falada e a leitura labial. Ele foi um ardente defensor da educação de surdos, promovendo a ideia de que eles eram plenamente capazes de adquirir conhecimento e comunicar- se de maneira eficaz. Sicard deixou um legado duradouro na história da educação de surdos, dedicando-se incansavelmente à promoção da inclusão e ao acesso dos surdos à educação de alta qualidade. Seu comprometimento e esforço pavimentaram o caminho para o desenvolvimento de métodos e abordagens inovadoras que beneficiaram inúmeras pessoas em todo o mundo.

Outro nome de importância é Pierre Desloges (1747-1799), reconhecido como uma figura significativa na história do povo surdo e na luta pelos seus direitos. Ele ficou surdo na infância devido a uma doença. Desloges é mais conhecido por sua obra *Surdus loquens*, publicada em 1779, que é considerada uma das primeiras autobiografias escritas por um surdo. Na obra, Desloges compartilha sua própria vivência como indivíduo, destacando os desafios enfrentados em uma sociedade da época. Em seu relato, ele aborda o estigma associado à surdez, as barreiras de comunicação e a carência de oportunidades educacionais disponíveis para os surdos. Com dedicação incansável, Desloges advogou em prol da convicção de que pessoas surdas eram capazes de expressar-se e comunicar-se de forma eficaz, desde que recebessem os recursos e o suporte adequados.

Ele sustentou firmemente a importância da educação e da aprendizagem da língua de sinais como elementos fundamentais para o desenvolvimento e a inclusão plena dos surdos na sociedade. Através de sua obra, Desloges contribuiu significativamente para a conscientização sobre as questões enfrentadas pelos surdos em sua época e promoveu a necessidade de mudanças que possibilitassem uma participação mais equitativa e efetiva desses indivíduos na sociedade.

Embora a obra de Desloges tenha recebido pouca atenção durante sua vida, ela se tornou um importante documento histórico e uma fonte de inspiração para futuros defensores dos direitos das pessoas surdas. Seu trabalho contribuiu para promover uma mudança de perspectiva em relação aos surdos, reivindicando sua capacidade de se comunicar e participar plenamente da sociedade.

Ainda na Idade Contemporânea e avançando para o século XIX, merece destaque a figura de Jean Itard (1774-1838), que se destacou como o primeiro médico a demonstrar interesse no estudo da surdez e das deficiências auditivas. Itard ganhou renome por seu pioneirismo no campo da educação e reabilitação de indivíduos com deficiência auditiva, bem como aqueles com outras necessidades especiais. Sua contribuição é amplamente reconhecida, e ele é considerado um dos precursores da educação especial.

Jean Itard é notavelmente reconhecido por seu trabalho com Victor, um jovem que ficou amplamente conhecido como o "garoto selvagem de Aveyron". Victor foi descoberto na França em 1800, quando tinha aproximadamente 11 anos de idade, e é conjecturado que ele tenha vivido de forma isolada na natureza durante grande parte de sua vida. Itard assumiu a responsabilidade pela educação e reintegração social de

Victor, empregando uma abordagem individualizada e metodológica. Itard desenvolveu métodos e técnicas inovadoras para instruir Victor em habilidades fundamentais, como linguagem, comunicação e comportamento social. Além disso, ele enfatizou a relevância de um ambiente de aprendizado personalizado e estimulante para o desenvolvimento do jovem. Embora o trabalho de Itard com Victor tenha apresentado desafios consideráveis e não tenha alcançado todos os objetivos propostos, sua dedicação e pioneirismo no campo da educação tiveram um impacto profundamente significativo.

Itard destacou a importância da observação minuciosa, da paciência e do respeito pela singularidade de cada criança com deficiência, enfatizando que cada uma delas demandava abordagens educacionais adaptadas às suas necessidades individuais. Seu trabalho contribuiu para moldar o campo da educação especial e para o entendimento mais amplo das estratégias educacionais necessárias para crianças com necessidades especiais.

Jean Itard produziu uma ampla gama de escritos que abordavam a educação de crianças surdas e a necessidade imperativa de adotar métodos educacionais que fossem meticulosamente ajustados às suas necessidades específicas. Seu legado na área da educação especial permaneceu ao longo do tempo, enfatizando princípios fundamentais como a necessidade de uma abordagem educacional personalizada, uma observação meticulosa e o reconhecimento das habilidades distintas inerentes a cada indivíduo com deficiência. Suas contribuições contribuíram substancialmente para o desenvolvimento e aprimoramento das práticas educacionais voltadas para crianças com necessidades especiais.

Um personagem de notável relevância é Louis Marie Laurent Clerc (1785-1869), um educador surdo francês que desempenhou um papel de extrema importância na introdução e promoção da educação para surdos nos Estados Unidos. Ele ficou amplamente conhecido como "o apóstolo do surdo na América" ao longo de gerações de americanos surdos. Clerc, desde a infância, enfrentou a surdez como uma condição de sua vida.

Ele recebeu uma educação notavelmente abrangente na França, onde estudou na renomada Escola para Surdos em Paris, sendo instruído por Roch Ambroise Cucurron Sicard. Nessa instituição, Clerc aprimorou seu domínio da língua de sinais francesa e obteve destaque acadêmico. Em um momento crucial, em 1816, Thomas Hopkins Gallaudet (1787-1851), um educador americano pioneiro na área da educação de surdos nos Estados Unidos, empreendeu uma viagem à França em busca de métodos educacionais eficazes para surdos.

Foi nesse contexto que Clerc teve seu primeiro encontro com Gallaudet, e juntos embarcaram em uma missão significativa: estabelecer uma escola dedicada à educação de surdos nos Estados Unidos. Essa colaboração frutífera foi um marco fundamental no desenvolvimento da educação para surdos na América, influenciando positivamente a trajetória das gerações futuras de indivíduos surdos no país.

No ano de 1817, Louis Marie Laurent Clerc e Thomas Hopkins Gallaudet estabeleceram nos Estados Unidos a pioneira instituição de ensino para surdos, reconhecida como a American School for the Deaf (Escola Americana para Surdos). Essa instituição teve sua sede em Hartford, Connecticut. Clerc desempenhou um papel

crucial nesse empreendimento, contribuindo de maneira significativa para o desenvolvimento do currículo e da metodologia de ensino adotados na escola. Essa abordagem pedagógica foi solidamente fundamentada na língua de sinais francesa e se consolidou como a base da educação para surdos nos Estados Unidos por um extenso período de tempo. A criação da American School for the Deaf representou um marco fundamental no cenário educacional dos surdos nos Estados Unidos, deixando um legado duradouro que influenciou a educação de surdos em todo o país por muitos anos.

Por fim, nessa linha do tempo com os principais precursores, temos o destaque ao professor Ferdinand Berthier (1803-1886) que foi um educador surdo e pesquisador francês que desempenhou um papel significativo no campo da educação dos surdos.

Berthier, notório defensor da identidade e cultura surda, demonstrou seu compromisso ao promover o uso da língua de sinais como um meio vital de comunicação. Sua trajetória educacional teve início aos 8 anos, quando ingressou no Instituto Nacional de Jovens Surdos-Mudos de Paris (INJS). Posteriormente, dedicou mais de quatro décadas de sua carreira como educador no mesmo estabelecimento. Na qualidade de educador de indivíduos surdos, Berthier fundamentou seu método pedagógico na apreciação da identidade cultural surda e na promoção do uso da língua de sinais. Além disso, seu legado na literatura dedicada à comunidade surda é significativo, com inúmeros livros e artigos que abordam a história e a cultura surda. Em suas obras, ele advogou em prol do reconhecimento do povo surdo, da língua de sinais, da cultura surda e da educação, além de explorar as contribuições de artistas surdos e poetas que se expressam por meio da Língua de Sinais Francesa (LSF).

Berthier enfatizou, igualmente, a importância de proporcionar aos surdos uma educação que incluísse o domínio da língua escrita. Ele ressaltou que a capacidade de se comunicar e se expressar por meio da escrita pode abrir inúmeras oportunidades para o desenvolvimento intelectual e social dos surdos. Além disso, destacou a necessidade de uma abordagem pedagógica individualizada, adaptada às necessidades específicas de cada aluno surdo, reconhecendo a singularidade de cada indivíduo. Suas contribuições foram fundamentais para a promoção da inclusão e do empoderamento da comunidade surda. A obra de Ferdinand Berthier desempenhou um papel fundamental na conscientização sobre a educação dos surdos e influenciou as práticas pedagógicas na época. Seu trabalho contribuiu para a valorização da linguagem escrita e a importância do acesso à educação para os surdos, ajudando a avanços alcançados nesse campo ao longo dos anos.

É importante ressaltar, na história da educação dos surdos em âmbito mundial, o notável caso de Anne Sullivan e Helen Keller. Anne Sullivan, uma professora e mentora de destaque, desempenhou um papel essencial na vida de Helen Keller, uma das personalidades mais inspiradoras da história.

Anne Sullivan assumiu o papel de tutora de Helen Keller em 1887, quando esta tinha apenas sete anos de idade. O contexto de Anne era singular, uma vez que ela própria enfrentava limitações de visão. Helen Keller, nascida em 1880, perdeu sua audição e visão durante a primeira infância, após uma doença. A relação entre Anne Sullivan e Helen Keller foi marcada por desafios extraordinários e por conquistas notáveis. Anne adotou um método inovador de comunicação para interagir com Helen.

Utilizando o sentido do tato, Sullivan ensinou a Keller a associar palavras a objetos, permitindo que ela desenvolvesse habilidades linguísticas e de comunicação. Esse processo revolucionário abriu portas para o desenvolvimento intelectual e emocional de Helen Keller. Sob a orientação de Anne Sullivan, Keller aprendeu a dominar múltiplos idiomas, incluindo inglês, francês e alemão, além de dominar o sistema Braille. Anne ensinou Helen a "ouvir" ao tocar seus dedos em sua garganta, lábios e nariz, associando vibrações a palavras. O tato de Anne atingiu um nível de sofisticação capaz de discernir as nuances mais sutis.

Todo esse aprendizado, impulsionado pelos esforços incansáveis de Anne Sullivan, possibilitou a Helen Keller a realização de feitos extraordinários, culminando com a obtenção de um bacharelado, sendo a primeira pessoa surdoa e cega da história a alcançar tal feito. Helen Keller prosseguiu seus estudos acadêmicos, publicando obras autobiográficas e diversos artigos. Ela lutou incansavelmente pela disseminação de métodos educacionais para indivíduos surdo-cegos e pela aceitação plena dessas pessoas pela sociedade. Sua coragem e determinação serviram como inspiração e exemplo para a comunidade surdo-cega e para toda a sociedade.

## 4. Surdez, inclusão e exclusão – Reflexões

Ao longo da história portanto, observamos diferentes propostas pedagógicas sendo formuladas para a educação de estudantes surdos, revelando um percurso marcado por disputas, adaptações e resistências diante de modelos educacionais tradicionalmente orientados pela lógica do ouvinte. Nesse processo, a educação bilíngue passou, nas últimas décadas, a ocupar lugar de destaque nas reivindicações do movimento surdo, recebendo crescente reconhecimento por parte de pesquisadores, educadores e instituições da área. Tal perspectiva evidencia a necessidade de uma organização educacional que respeite as especificidades linguísticas da pessoa surda e reconheça a língua de sinais como sua primeira língua, elemento fundamental para o desenvolvimento cognitivo, social, cultural e identitário.

Nessa compreensão, a língua de sinais não constitui mero recurso auxiliar, mas assume função central como língua de instrução, de interação e de construção do conhecimento no espaço escolar. Trata-se, portanto, de uma mudança de perspectiva indispensável para enfrentar desigualdades historicamente produzidas e para promover uma educação efetivamente comprometida com os direitos linguísticos e culturais da comunidade surda.

Apresentamos, neste contexto, a fim de enriquecer o recorte de pesquisa, as contribuições de Harlan Lane (1936-2019) e Carlos Skliar (1960).

O psicólogo e estudioso Harlan Lane (1936-2019), linguista e pesquisador americano, foi amplamente reconhecido por sua defesa em prol dos direitos dos surdos e por tratar a surdez como uma diferença cultural e linguística, e não como uma deficiência.

O pesquisador Carlos Bernardo Skliar (1960) renomado fonoaudiólogo e educador argentino, é amplamente reconhecido como uma das principais referências teóricas nos estudos surdos e na educação inclusiva na América Latina.

Esses autores mostram que nem toda proposta de inclusão é, de fato, inclusiva. Muitas vezes, aquilo que parece ser cuidado, ajuda ou proteção pode esconder práticas que limitam a autonomia das pessoas surdas.

Harlan Lane, em sua obra *A máscara da benevolência* (1992) afirma que muitas ações realizadas por ouvintes em relação aos surdos foram justificadas como se fossem medidas de apoio e benefício. No entanto, em diversos casos, essas ações funcionaram como formas de controle, tutela e imposição dos padrões da sociedade ouvinte. A expressão "máscara da benevolência" representa exatamente essa ideia: uma aparência de bondade que, na prática, acaba silenciando a identidade, a língua e a autonomia da comunidade surda.

O núcleo da crítica reside no fato de que nem toda iniciativa designada como inclusiva resulta, efetivamente, em emancipação. Na formulação de Harlan Lane, a chamada "benevolência" traduz uma forma de paternalismo institucional, por meio da qual a sociedade ouvinte sustenta atuar para integrar, reabilitar, normalizar ou auxiliar a pessoa surda, sem, contudo, reconhecer a surdez como uma experiência dotada de especificidade linguística, cultural e identitária. Sob essa perspectiva, o sujeito surdo deixa de ser compreendido como membro de uma comunidade com língua, história e formas próprias de pertencimento, passando a ser concebido apenas como alguém que deve ser adaptado ao modelo social hegemônico. Nessa medida, a crítica de Lane dirige-se precisamente ao processo de medicalização e ao tratamento historicamente imposto à comunidade surda por instituições científicas, médicas e educacionais.

É neste cenário que emerge a noção de epistemicídio e que não poderia deixar de ser trazido a este estudo a fim de estimular a reflexão. Os estudos sobre epistemicídio no Brasil emergiram no contexto das críticas à colonialidade do saber, especialmente a partir da década de 1990, quando intelectuais e ativistas começaram a questionar a hegemonia do conhecimento eurocêntrico e a marginalização das epistemologias afro-brasileiras, indígenas e de outras populações historicamente subalternizadas.

O termo "epistemicídio" foi inicialmente introduzido no contexto da teoria pós-colonial, especialmente pelos estudos do sociólogo e filósofo Boaventura de Sousa Santos (2010)[6], que o utilizou para descrever a destruição sistemática de formas de conhecimento que não estão alinhadas com as epistemologias dominantes, em especial as do Ocidente. Ele refere-se:

> à destruição de algumas formas de saber locais, à inferiorização de outros, desperdiçando-se, em nome dos desígnios do colonialismo, a riqueza de perspectivas presente na diversidade cultural e nas multifacetadas visões do mundo por elas protagonizadas (Santos, 2010, p. 183).

De acordo com Santos (2010) o conceito de epistemicídio, refere-se ao processo de destruição ou marginalização de saberes que não se alinham aos paradigmas dominantes da epistemologia ocidental, eurocêntrica. O epistemicídio funcionaria como

6 Boaventura de Sousa Santos e Maria Paula Meneses (Org.) (2010). *Epistemologias do Sul*. Coimbra, Portugal: Edições Almedina. S.A.

uma ferramenta eficaz e perene na manutenção da dominação racial. Ele age ao intensificar a negação da legitimidade dos saberes de grupos marginalizados, o que, por sua vez afeta o reconhecimento dessas populações como sujeitos de plenos direitos.

Embora o conceito de epistemicídio tenha surgido no contexto dos estudos pós-coloniais, suas implicações se estenderam a várias outras áreas de estudo, incluindo os direitos e as lutas das comunidades surdas.

A transposição do conceito de epistemicídio para o contexto das comunidades surdas envolve a adaptação do entendimento original de Boaventura de Sousa Santos sobre a destruição de saberes não-ocidentais, aplicando-o especificamente à marginalização das epistemologias surdas e da língua de sinais.

Ao transpor esse conceito para o contexto da comunidade surda, ele passa a referir-se à subordinação dos saberes e formas de comunicação dessas comunidades, uma violência epistemológica que ocorre principalmente nas práticas educacionais e nos sistemas de comunicação predominantes. Tais práticas educacionais sob viés do epistemicídio surdo desconsideraram a língua de sinais e os saberes próprios das comunidades, em favor de um modelo de educação que visava a "normalização" da surdez.

De acordo com Santos (2010), os saberes das comunidades marginalizadas, como a dos surdos, são excluídos das instituições educacionais, científicas e culturais dominantes. No caso da educação de surdos, o epistemicídio se concretiza na persistente imposição do oralismo, na exclusão da Lingua Brasileira de Sinais (Libras) dos processos pedagógicos e curriculares, e na ausência de protagonismo surdo na formulação das políticas educacionais. O apagamento de sua língua, cultura e modos próprios de produzir e transmitir conhecimento evidencia um modelo educacional ainda centrado em paradigmas audistas e capacitistas, que privilegiam a norma ouvinte como padrão universal.

Harlan Lane em sua obra *A máscara da benevolência* apresenta precisamente essa crítica ao modo como a comunidade surda foi tratada por instituições ouvintes. Quando passamos a refletir sobre "inclusão" de sujeitos surdos em parâmetros estabelecidos pela comunidade ouvinte no campo educacional, torna-se necessária a distinção que existe entre inclusão meramente formal e inclusão efetiva.

A inclusão formal verifica-se quando o estudante surdo é inserido administrativamente na escola regular e, sob o ponto de vista jurídico, passa a ser considerado incluído. Contudo, se essa inserção não for acompanhada de condições concretas de acessibilidade linguística, formação adequada dos professores, valorização da língua de sinais e reconhecimento da dimensão visual da aprendizagem surda, a instituição escolar apenas transfere a exclusão para o interior da própria sala de aula. A literatura brasileira sobre educação bilíngue tem insistido nesse ponto ao demonstrar que a simples coexistência de duas línguas no espaço escolar não assegura, por si só, uma educação de qualidade; é indispensável que Libras e língua portuguesa ocupem funções pedagógicas claras, consistentes e compatíveis com as necessidades do estudante surdo

É precisamente nesse aspecto que a contribuição de Carlos Skliar se revela complementar à de Harlan Lane. Em *Educação & exclusão: abordagens socioantropológicas em educação especial* (1997), o pesquisador Skliar propõe o afastamento de perspectivas patologizantes e normalizadoras da diferença, defendendo uma compreensão socioantropológica da educação especial. Nessa perspectiva, a surdez não pode

ser reduzida a um déficit biológico ou orgânico, mas deve ser compreendida também como condição linguística, histórica, social e cultural. Tal entendimento representa uma crítica direta às práticas educacionais que, ao longo do tempo, submeteram os surdos a processos de correção, ajustamento e apagamento de sua singularidade, em vez de reconhecê-los como sujeitos de direitos (epistemologia surda).

Sob esse prisma, o debate sobre inclusão precisa ser redefinido. A questão não reside em rejeitar a inclusão enquanto princípio, mas em problematizar uma inclusão fundada na adequação do sujeito surdo à lógica ouvinte hegemônica, ou seja, uma inclusão que exige da pessoa surda adaptação ao universo ouvinte. Uma política educacional pode afirmar que valoriza a Libras ao oferecer intérpretes ou cursos de língua de sinais para ouvintes; todavia, tais medidas permanecem insuficientes se não enfrentarem a questão estrutural. Grande parte das crianças surdas nasce em famílias ouvintes e necessita de contato precoce, contínuo e qualificado com uma língua de sinais, sob pena de sofrer prejuízos em seu desenvolvimento linguístico, cognitivo e social. Nesse sentido, a produção acadêmica recente tem reafirmado a centralidade da língua de sinais e da educação bilíngue como pilares da escolarização de estudantes surdos.

O conceito de epistemicídio surdo, inspirado pelo trabalho de Santos, revela como as políticas educacionais excludentes, como o oralismo (que prioriza a comunicação através da fala e da leitura labial), não apenas negaram a língua de sinais, mas também invalidaram a epistemologia e a identidade cultural surda. Isso se deu em um contexto em que os saberes surdos eram sistematicamente suprimidos, deixando os surdos em uma posição de subordinação dentro do sistema educacional.

A crítica à chamada "máscara da benevolência" permite, assim, evidenciar uma contradição recorrente: a política pública pode apresentar-se como inclusiva e, ao mesmo tempo, enfraquecer ou esvaziar os espaços bilíngues, a presença do professor surdo, a circulação da cultura surda e a autonomia pedagógica da própria comunidade. Em termos concretos, isso significa que a escola acolhe o estudante surdo sem lhe assegurar aquilo que efetivamente confere sentido à experiência escolar: uma língua de instrução acessível, vínculos de pertencimento cultural, convivência com pares surdos e participação da comunidade surda na formulação do projeto educativo. A própria literatura brasileira sobre educação de surdos tem registrado essa tensão entre, de um lado, as reivindicações históricas do movimento surdo por escolas bilíngues e, de outro, a adoção de políticas inclusivas amplas e homogeneizadoras.

Há ainda uma dimensão política que não pode ser negligenciada. A crítica formulada por Lane aproxima-se do conceito de audismo, amplamente difundido nos estudos surdos para designar a valorização da condição ouvinte como norma superior e a consequente desqualificação das formas surdas de ser, comunicar-se e aprender. Trata-se, portanto, de uma categoria analítica importante para compreender práticas discriminatórias que, embora frequentemente naturalizadas, reproduzem relações de poder desfavoráveis à comunidade surda.

Desse modo, discutir a "máscara da benevolência" no contexto da inclusão significa, em última análise, questionar quem define o que é melhor para os surdos. Se essa definição continuar sendo produzida exclusivamente por instituições ouvintes, pautadas em parâmetros de normalização e adaptação, a inclusão tenderá a

permanecer apenas no plano do discurso. Em contrapartida, quando o debate incorpora os direitos linguísticos, a centralidade da experiência visual, a educação bilíngue, a língua de sinais e o protagonismo da comunidade surda, a inclusão deixa de ser mera aparência e passa a constituir um compromisso real com a justiça educacional.

## 5. Considerações finais

Os principais precursores da educação dos surdos no mundo emergiram em diferentes períodos históricos e regiões geográficas, cada um contribuindo com ideias e práticas inovadoras, cada um trazendo diferentes olhares à educação da comunidade surda.

Transcenderam fronteiras e influenciaram as práticas educacionais em todo o mundo. Faz-se importante observar que se não fosse o pioneirismo de ditos educadores ainda estaríamos atuando como uma sociedade excludente, preconceituosa e segregacionista. Entretanto, ao longo do tempo e à medida que as abordagens pedagógicas evoluíram, observamos a implementação de legislações que ampliaram o reconhecimento da identidade cultural surda. Entre essas regulamentações, destaca-se a Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, promulgada em 2006, que reiterou a relevância da educação inclusiva e do respeito à língua e cultura dos indivíduos surdos.

Os precursores da educação dos surdos desempenharam papéis fundamentais na construção de um caminho mais inclusivo e igualitário para as pessoas surdas em todo o mundo.

O reconhecimento e valorização da língua de sinais como um meio de comunicação completo e natural para muitos indivíduos surdos representam um marco histórico significativo na evolução da educação voltada para essa comunidade. O entendimento da importância da língua de sinais como uma ferramenta essencial para a comunicação e o desenvolvimento linguístico de pessoas surdas foi compartilhado por notáveis precursores, entre os quais destacam-se Pedro Ponce de León, Girolamo Cardano, Jean-Marc Gaspard Itard e Thomas Braidwood, entre outros. Esses precursores compreenderam que a língua de sinais é um componente fundamental na vida dos surdos, proporcionando uma via efetiva para a expressão e a compreensão. A valorização e o reconhecimento da língua de sinais contribuíram significativamente para a promoção da comunicação eficaz e para a autonomia linguística e cultural da comunidade surda em todo o mundo.

Ademais, é de suma importância destacar o reconhecimento da identidade cultural dos surdos como uma comunidade distinta, dotada de sua própria história, valores e tradições. Notáveis educadores, a exemplo do Abade Charles-Michel de L'Épée, Louis Marie Laurent Clerc e Ferdinand Berthier, reforçaram a relevância de honrar a cultura surda e de apreciar a singularidade que a caracteriza. A identidade cultural surda constitui-se como um elemento intrínseco na vivência das pessoas surdas e, como tal, requer o devido apreço e respeito em todas as esferas da sociedade.

Precursores notáveis, como Samuel Heinicke, responsável pela introdução do oralismo na Alemanha, e Thomas Hopkins Gallaudet, fundador da primeira escola para surdos nos Estados Unidos, adotaram abordagens educacionais distintas. Entretanto,

ambos compartilhavam uma visão comum, centrada na oferta de educação equitativa e oportunidades inclusivas para os surdos. A incessante busca por métodos que atendam às necessidades individuais dos surdos e fomentem a sua inclusão permanece um princípio fundamental e inalienável na esfera da educação para surdos.

Os principais precursores da educação dos surdos no mundo desempenharam papéis fundamentais na transformação das perspectivas educacionais e sociais para essa população. Suas contribuições pioneiras, apesar das controvérsias que surgiram, moldaram o cenário educacional contemporâneo dos surdos, influenciando abordagens pedagógicas, políticas públicas governamentais e percepções sociais. A valorização da língua de sinais, o reconhecimento da identidade cultural dos surdos e o compromisso com a educação inclusiva continuam sendo pilares essenciais no avanço da educação dos surdos em escala mundial.

Por fim, as contribuições de Santos, Lane e Skliar reforçam que a história da educação dos surdos não pode ser narrada apenas pela perspectiva ouvinte, e nem como sucessão linear de métodos pedagógicos, mas também como campo de disputa entre modelos de poder, concepções de normalidade e projetos de sociedade. A inclusão, para ser juridicamente legítima e pedagogicamente efetiva, deve assegurar não apenas acesso, mas também pertencimento, voz, mediação linguística adequada e reconhecimento da cultura surda como dimensão constitutiva da dignidade humana. A superação do epistemicídio surdo demanda uma reformulação profunda das políticas educacionais, indo além do mero reconhecimento da língua de sinais como legítima. É necessário implementar um modelo educacional efetivamente inclusivo, que valorize a identidade linguística e cultural da comunidade surda, bem como seus modos próprios de produzir e compartilhar conhecimento, viabilizando à pessoa surda a igualdade de oportunidades.

## Referências

ANACHORETA, Vanessa Gomes Teixeira. Ensino para surdos no Brasil no século XX: contribuições de educadores para a área. *Lingvarvm Arena*, Porto, v. 13, p. 29-43, 2022.

CABRAL, E. Para uma cronologia da educação dos surdos. *Revista de Comunicação*, v. 3, p. 35-53, 2005.

COSTA, Edivaldo da Silva; BARBOSA, Mônica de Góis Silva. História da educação dos surdos. Disponível em: https://cesad.ufs.br/ORBI/public/uploadCatalago/12222928072021Aula_02.pdf. Acesso em: 8 ago. 2023.

COSTA, Edivaldo da Silva. *Mãos tecendo histórias de vida: memórias dos surdos sergipanos egressos do Instituto Nacional de Educação de Surdos (1944-1979)*. 2018. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2018. Disponível em: https://ri.ufs.br/jspui/handle/riufs/8658. Acesso em: 10 ago. 2023.

JANNUZZI, Gilberta de Martino. *A educação do deficiente no Brasil: dos primórdios ao início do século XXI*. Campinas: Autores Associados, 2004.

LAGE, Ana Luiza da Silva; KELMAN, Celeste Azulay. Educação de surdos pelo professor surdo, Ferdinand Berthier: encarando desconcertantes paradoxos e longevas lições. *Revista Brasileira de História da Educação*, Maringá, v. 19, 2019. DOI: https://doi.org/10.4025/rbhe.v19.2019.e050. Acesso em: 10 ago. 2023.

LANE, Harlan. *The mask of benevolence: disabling the deaf community*. New York: Alfred A. Knopf, 1992.

MAZZOTTA, Marcos José da Silveira. *Educação especial no Brasil: história e políticas públicas*. São Paulo: Cortez, 2001.

MOURA, Maria Cecília de. *O surdo: caminhos para uma nova identidade*. Rio de Janeiro: Revinter, 2000.

NASCIMENTO, Lilian Cristine Ribeiro. Um pouco mais da história da educação dos surdos segundo Ferdinand Berthier. *ETD – Educação Temática Digital*, Campinas, v. 7, n. 2, p. 255-265, jun. 2006.

SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula (org.). *Epistemologias do Sul*. Coimbra: Almedina, 2010.

SILVA, Paulo Igor Xavier da. Educação de surdos-mudos. Disponível em: https://www.webartigos.com/artigos/educacao-de-surdos-mudos-historia/116085/. Acesso em: 10 ago. 2023.

SILVA, Vilmar. Educação de surdos: uma releitura da primeira escola pública para surdos em Paris e do Congresso de Milão em 1880. In: QUADROS, Ronice Müller de (org.). *Estudos surdos I*. Petrópolis, RJ: Arara Azul, 2006. p. 14-37.

SKLIAR, Carlos (org.). *Educação & exclusão: abordagens sócio-antropológicas em educação especial*. Porto Alegre: Mediação, 1997.

SOARES, Maria Aparecida Leite. *A educação de surdos no Brasil*. Campinas: Autores Associados, 2005.

SOUZA, Verônica dos Reis Mariano. *Tobias Leite: educação dos surdos no século XIX*. São Cristóvão: Editora UFS, 2015.

STROBEL, Karin. *História da educação dos surdos*. Florianópolis: UFSC, 2009.

# O drama das mães e mulheres no romance Safra de Abguar Bastos

*The drama of mothers and women in the novel Safra by Abguar Bastos*

*El drama de las madres y las mujeres en la novela Safra de Abguar Bastos*

*Dinalva Correa*[1]
*Denise de Souza Simões Rodrigues*[2]

**Resumo**

Correa, D. Rodrigues, D. S. S. O drama das mães e mulheres no romance Safra de Abguar Bastos. ***Rev. C&Trópico***, v. 50, n. 1, p. 169-186, 2026. Doi: 10.33148/ctrpico.v50i1.2523

Abeguar Bastos Damasceno ou simplesmente Abguar Bastos, como se fez conhecido, nasceu em 22 de novembro de 1902, em Belém do Pará, e faleceu em 26 de março de 1995, em São Paulo. Suas atividades laborais, inicialmente, foram as de bancário, redator em jornais e promotor público. Tornou-se um escritor multifacetado. Atuou como romancista, poeta, folclorista, ensaísta, cronista, crítico, sociólogo, historiador, teatrólogo, jornalista e tradutor. Foi integrante da Associação dos Novos, "Academia do Peixe Frito", e da Academia Paraense de Letras. Foi membro dos institutos históricos e geográficos dos estados do Pará, de São Paulo e do Amazonas e membro honorário da Associação Brasileira do Folclore. Foi diplomata, deputado federal pelo Pará (PL) e por São Paulo (PTB). Participou da Revolução de 30 e era membro da Aliança Nacional Libertadora (ANL). Foi premiado como "intelectual do ano" pela União Brasileira dos Escritores (UBE). A posteriori, exerceu funções administrativas. Como romancista, destacou-se com três obras, dentre elas, *Safra: o romance da vila*, que tem como característica principal a denúncia de problemas sociais. Assim, o presente estudo tem como objetivo analisar, na referida obra, as personagens femininas, a posição que elas ocupam e os dramas sociais que carregam. Abguar Bastos, ao descortinar o drama das mulheres, demonstra que, além da miséria, outros problemas emergem, tais como: a prostituição, os abusos por homens inescrupulosos, as desventuras no amor incontinente, o casamento, o desamparo social e o autoritarismo paterno. As mulheres, umas descritas como "mães solo", outras pretas, pobres, prostitutas, esposas e vítimas do patriarcado, carregam consigo dores, sofrimentos, preconceitos, injustiças e miséria. *Safra* é uma obra de denúncia social, um retrato de desigualdade econômica, social e política de uma sociedade mergulhada em um sistema de exclusão, descaso e abandono.

**Palavras-chave:** Abguar Bastos; Dramas da Amazônia; Mulheres; Safra (romance).

1 Doutoranda em Estudos Literários no Programa de Pós-graduação da Universidade Federal do Pará (PPGL/UFPA). E-mail: correadinalva@gmail.com Orcid: https://orcid.org/0000-0003-2789-5388

2 Doutora em Sociologia pela Universidade Federal do Ceará (UFC). Professora titular do Departamento de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade do Estado do Pará (UEPA). E-mail: dssr@uol.com.br Orcid: https://orcid.org/0000-0002-3271-1021

**Abstract**

Correa, D. Rodrigues, D. S. S. The drama of mothers and women in the novel Safra by Abguar Bastos. ***Rev. C&Trópico***, v. 50, n. 1, p. 169-186, 2026. Doi: 10.33148/ctrpico.v50i1.2523

*Abeguar Bastos Damasceno, or simply Abguar Bastos as he became known, was born on November 22, 1902, in Belém do Pará, and died on March 26, 1995, in São Paulo. Initially, his work activities included: banker, newspaper editor, and public prosecutor. He became a multifaceted writer. He worked as a novelist, poet, folklorist, essayist, columnist, critic, sociologist, historian, playwright, journalist, and translator. He was a member of the Association of News, "Academia do Peixe Frito", and member of the Paraense Academy of Letters. He was also a member of the historical and geographical institutes of Pará, of São Paulo and of Amazonas, and honorary member of the Brazilian Folklore Association. He was a diplomat, federal deputy by Pará (PL) and for São Paulo (PTB). He participated in the Revolution of 30 and was a member of the National Liberation Alliance (ANL). He was warded as "intellectual of the year" by the Brazilian Writers' Union (UBE). Later, he held administrative positions. As a novelist, he stood out with three works, among them, Safra: the village novel whose main characteristic is the denunciation of social problems. Thus, the present study aims to analyze, in the aforementioned work, the female characters in relation to the positions they occupy and the social dramas they carry. Abguar Bastos, in revealing the plight of women, demonstrates that beyond misery, other forms of hardship emerge, such as: prostitution, abuse by unscrupulous men, misfortunes in unrequited love, marriage, social abandonment and paternal authoritarianism. The women, some described as "single mothers", others as black, poor, prostitutes, wives, and patriarchal prisoners, carry with them pain, suffering, prejudice, Injustice and misery. Safra is a work of social denunciation, a portrait of economic, social, and political inequality in a society immersed in a system of exclusion, neglect, and abandonment.*

**Keywords:** Abguar Bastos; Amazon dramas; Women; Safra (novel).

**Resumen**

Correa, D. Rodrigues, D. S. S. El drama de las madres y las mujeres en la novela Safra de Abguar Bastos. ***Rev. C&Trópico***, v. 50, n. 1, p. 169-186, 2026. Doi: 10.33148/ctrpico.v50i1.2523

Abeguar Bastos Damasceno, o simplemente Abguar Bastos como se le conoció, nació el 22 de noviembre de 1902 en Belém do Pará y falleció el 26 de marzo de 1995 en São Paulo. Sus actividades laborales iniciales incluyeron bancario, redacción de periódicos y fiscal público. Se convirtió en un escritor polifacético, trabajando como novelista, poeta, folclorista, ensayista, columnista, crítico, sociólogo, historiador, dramaturgo, periodista y traductor. Fue miembro de la Asociación de Nuevos, de la "Academia de Pescado Frito" y de la Academia de Letras de Pará.

Miembro también de los institutos históricos e geográficos de los estados de Pará, de São Paulo y de Amazonas y miembro honorario de la Asociación Brasileña de Folclore. Fue diplomático y diputado federal por Pará (PL) y por São Paulo (PTB). Participó en la Revolución de 1930 y fue miembro de la Alianza de Liberación Nacional (ANL). Fue galardonado como "Intelectual del Año" por la Unión de Escritores Brasileños (UBE). Posteriormente, ocupó puestos administrativos. Como novelista, se destacó con tres obras, entre ellas, *Safra: La novela de la aldea,* cuya característica principal es la denuncia de los problemas sociales. Así, el presente estudio pretende analizar, en la obra mencionada, los personajes femeninos en cuanto a las posiciones que ocupan y los dramas sociales que conllevan. Abguar Bastos, al revelar el drama de las mujeres, demuestra que más allá de la miseria, emergen otros problemas, como la prostitución, el abuso por parte de hombres sin escrúpulos, las desgracias del amor no correspondido, el matrimonio, el abandono social y el autoritarismo paternal. Las mujeres, algunas descritas como "madres solteras", otras negras, pobres, prostitutas, esposas y prisioneras del patriarcado, cargan con dolor, sufrimiento, prejuicios, injusticia y miseria. *Safra* es una obra de denuncia social, un retrato de la desigualdad económica, social y política en una sociedad inmersa en un sistema de exclusión, negligencia y abandono.

**Palabras clave:** Abguar Bastos; Dramas amazónicos; Mujeres; Safra (novela).

*Data de submissão: 20/01/2026*
*Data de aceite: 13/03/2026*

## 1. Introdução

*Safra* é o terceiro romance do escritor paraense Abguar Bastos e faz parte da trilogia denominada "Os dramas da Amazônia": *Terra de Icamiaba* (o romance da floresta), *Certos caminhos do mundo* (o romance do rio) e *Safra* (o romance da vila). Esta última obra foi publicada, em 1937, pela Editora José Olympio. Em 1939, saiu uma edição castelhana chamada *Zafra, novela del Amazonas*. Foi depois reeditada em português, em 1958, pela Editora Conquista. A obra é composta por 26 partes, encadeadas, interdependentes, mas que até poderiam ser lidas isoladamente como contos (Corrêa, 2021).

De acordo com Araújo (2008), *Safra* segue os moldes da Segunda Geração Modernista, que trazia como característica principal a denúncia dos problemas sociais. Na década de 30, o contexto social, econômico e político que se verificava no Brasil e no mundo levou os artistas e intelectuais a uma tomada de posição ideológica, o que resultou em uma arte engajada, de clara militância política.

Para Bastos (1990), *Safra* foi escrito com o intuito de construir uma "descritiva da miséria da Amazônia e da exploração do homem pelo próprio homem". Conforme (Veloso, 2018), o romance tem como foco a exploração dos pequenos produtores pelos grandes latifundiários na região de Coari, no Amazonas, durante o ciclo da castanha. Essa situação é abordada, sobretudo, a partir do drama de Valentim, que inicia a narrativa preso por ter assassinado Bento, funcionário que

lhe roubava a castanha e vendia a Dalvino Dantas, grande castanheiro da região e inimigo do Major Leocádio, protetor de Valentim.

No romance, é apresentado um cenário de miséria, de fome, injustiça, descaso e poder que gira em torno da produção e extração da castanha, ambientada no tempo da narrativa, em que esta era a nova moeda de troca, a "substituta" da borracha, do látex. Além disso, de acordo com Furtado (2008, p. 102) "desfilam outros dramas dos pobres da vila e dentre esses emergem o de algumas mulheres, umas prostituídas, outras abusadas por homens inescrupulosos, outras ainda desventuradas no amor incontinente, barradas pelo autoritarismo paterno".

Dentre as personagens femininas, Abguar nos apresentou China e Maria Preta, mãe de Benedito, ambas prostitutas; Margarida, Consuelo e Dulcina; Aninha, esposa de Valentim e mãe de Manduca; Constança, mãe de Chico Polia e Maria Vitória, mãe de Valentim.

O objetivo central deste artigo é analisar, na obra *Safra*, de Abguar Bastos, as personagens femininas, a posição que ocupam e os dramas sociais que carregam. O artigo está dividido em três seções: na primeira, demonstramos como a prostituição, a imagem da "mãe solo" e o desamparo social permeiam a vida das personagens China, Maria Preta e Aninha; na segunda, apresentamos como a miséria, o patriarcalismo e o casamento moldam as personagens Margarida, Consuelo e Dulcina e, na terceira, como o abuso, o desespero e o suicídio rondam a vida de Constança e Maria Vitória.

## 2. Prostituição, "mãe solo" e desamparo social

Uma das personagens intrigantes do romance é China, uma mulher descrita como uma prostituta. Ela também era chamada de "Chininha dos presos", pois se entregava somente a eles, mesmo sem terem dinheiro para pagar pelos seus serviços.

> De noite, no meio da rua, se atracam com a China, marcham por detrás das moitas, derrubam-na e mastigam terra na boca mole da rapariga. A China é conhecida por ser só dos presos, de todos os presos, não se dá a ninguém que não seja um preso, um escravo da Justiça. Gosta de sentir no corpo o suor dos escravos e ela é a mais pobre e a mais suja das marafonas, porque os pobres são mais pobres do que ela, porque nada têm de seu, nem dinheiro, nem liberdade, e são escravos da Justiça (...). China sujeita-se aos arrancos dos seus homens até por um cruzado, muitas vezes, de graça. E tem prazer de satisfazê-los, cheirar a cachaça de suas línguas e passar as mãos na sua barba de espinhos... (Bastos, 1937, p. 21-22).

China era a única que se importava com a vida dos presos e ela mantém uma relação afetiva com os prisioneiros e vice-versa. Eles eram a única companhia que ela tinha e, o fato de ser prostituta, revela uma mulher marginalizada por uma sociedade considerada machista e preconceituosa.

> Os presos são capazes de matar outro homem por causa da China, não por ciúmes e sim porque malvadeza feita a China é mesmo que ser neles. Porque ela é que trata da febre e das feridas dos seus machos, vai buscar os remédios, vende o corpo por uma caixa de pomadas ou por uma garrafa de purgante, de modo que seus machos doentes não fiquem sem socorro. Faze-lhes o chá, varre-lhes a palhoça, lava-lhes as redes e os trapos. Chora quando estão tristes ou quando lhes acontece outra desgraça. (...) Ela é a China dos desgraçados que estão na cadeia, porque a rua também é uma cadeia, onde eles não têm liberdade, sem direito de atravessar o golfo, nem de bebericar nas tascas (Bastos, 1937, p. 22-23).

Para Farias (2010, p. 44-45), "China reúne em si mesma duas características opostas: ao mesmo tempo em que se preocupa e cuida dos presos não se importa consigo mesma", pois tinha uma doença de pele chamada morféa, também conhecida como hanseníase:

> A 'pinta' surgira no seu corpo (...). O pescoço e os braços da China estavam agora polvilhados com uma caspa brilhante. De quando em quando ela se arranhava, um pouco daquele pó voava, enquanto que, no lugar do arranhão, surgiam vincos muito brancos, com o mesmo brilho. Aqui e ali se destacavam manchas escuras... (Bastos, 1937, p.231).

Desse modo, China é vista como a representação do abandono e da miséria extrema, vestida com trapos e vivendo numa cabana velha, "uma choça feita de palha, quatro vigas, paredes de serrapilheira e chão preto de pulgas" (Bastos, 1937, p. 279).

Outra personagem da obra é Maria Preta. Também é descrita como uma prostituta. Ela é mãe do Benedito. De acordo com Gama (2016, p. 50), "ela é uma legítima 'mãe da fortuna', ou seja, está à mercê do próprio destino". Tem um filho sem pai, ou melhor, na vila quem não sabe quem é o pai, o povo indica: é "filho do boto".

Na Amazônia, a história do boto é uma narrativa sustentada na tradição oral. A forma mais conhecida é aquela em que ele seduz as mulheres, frequenta as festas, vestido completamente de branco com um chapéu que esconde o buraco na cabeça. No romance, a narrativa do boto é descrita da seguinte maneira:

> Os bôtos, antigamente, em certas épocas, se transformam por um condão diabólico em formosos rapazes. Assim, disfarçados penetravam nas festas, infestam as salas e dançam com as jovens. Donos de irresistível atrativo. Os olhos eram brilhantes, negros e hipnóticos. As jovens não resistiam às lábias desses rapazes e, meses depois apareciam grávidas.

> Os sedutores sumiam nos mais descontradiços mistérios. Os filhos cresciam e quando, por acaso, morriam afogados no Lago, diziam que voltavam a ser peixes como os pais.
> Depois do sortilégio com as jovens, os maridos-peixes não se esqueciam dos filhos, que não tinham pai, porque eram filhos de bôto. No fundo das águas, era o seu reino, ignoravam o que se passava na terra. Até hoje esses pais aflitos não cessam de procurar os seus meninos. (...) Farejam, de longe, a prenhez humana. As fêmeas arredondadas pela doença do amor não podem viajar em canoas, porque estas são assaltadas por todos os bôtos dos reinos das águas. Os remeiros reagem a pau e arpoeira. Os bôtos voltam à carga, não se rendem e algumas vezes conseguem seus fins: a canoa alaga, soçobra e a mulher, com filho no ventre, é arrastada para a região dos maridos-peixes. Com medo dos bôtos, as grávidas preferem as lanchas (Bastos, 1937, p. 49-50).

De acordo com Gama (2016), a narrativa que envolve o boto e seu jogo de sedução mescla-se, muitas vezes, com o interdito, nas comunidades ribeirinhas, pois a mulher ribeirinha é impedida de tomar banho nos rios se estiver menstruada ou de navegar na embarcação se apresentar a mesma condição. Conforme Veloso (2018, p. 238), "os filhos de bôto foram gerados sob a égide da sedução, transgressão e do abandono". Eles são gerados pelo próprio pai em relação à filha ou familiar próximo e, que, no entanto, são amenizados ou até mesmo perdoados pela força da presença dessa narrativa (Corrêa, 2021).

Maria Preta só é mencionada na narrativa em função dos delírios sexuais do filho de Valentim, pois foi ela que levou as dentadas de Manduca ou quando está em função do filho, Benedito. "O filho de Maria Preta, o que chorava por qualquer coisa, contava o que os homens faziam com a mãe. Contava cenas abomináveis e Manduca rangia..." (Bastos, 1937, p. 271).

> Uma noite Manduca fora chamar o amigo de bando. E enquanto o esperava, sentou-se ao lado de Maria Preta. Recordou-se do que o filho dela contava e pôs-se surdamente a ranger. De repente, olhou para a mulher e seus olhos, os tais besouros negros, encostaram nos dois pequenos volumes que a blusa mal encobrira. Então não se conteve. Saltou, atracou-se e, por cima da blusa de pingos vermelhos, encheu a boca lívida, com um rugido de animal.
> E ela gritara:
> – Cão!
> (...) Já lá ia quase um ano, mas a imaginação era incontentável e traiçoeira.
> 'Eu quero é Maria Preta...' (Bastos, 1937, p. 272).

Logo, Maria Preta é posicionada no espectro da "mãe solo". Esse termo é usado para descrever mulheres que criam seus filhos sem o apoio de um parceiro. Ela faz parte de outros dois grupos sociais extremamente marginalizados: ela é negra, conforme é apresentada no nome e, é prostituta: "Maria Preta recebia homens em casa e disto vivia" (Bastos, 1937, p. 83). Vende o próprio corpo para sobreviver e alimentar o filho.

Badinter (1985) afirma que a imagem da mulher, da mãe está diretamente indissociável com as figuras do marido e do filho. Observe, no fragmento, a seguir, que Abguar expõe o martírio das mulheres que perderam os filhos.

> As mulheres barrigudas, cor de barro, possuem a sua riqueza natural: os filhos, a metade dos filhos, porque os outros morreram esperneando, sequinhos de perebas, vermelhinhos de convulsão, morreram chupando os peitos moles da mãe agoniada, morreram como ratinhos que comem arsênico (Bastos, 1937, p. 48).

Abguar dedica dois capítulos, denominados de "Filho de bôto" e "Comedores de terra", para abordar a situação de fome e miséria. No capítulo "Filho de bôto", Veloso (2018, p. 237) afirma que "cenas que envolvem as crianças da vila trazem imagens férteis quanto à condição social em que se encontram: uma infância miserável".

> Desde os cinco anos, começam a lutar pela vida. Vão para os sacados pescar. Os corpinhos nus cheirando a peixe. As mães lavam roupa em cima das pedras, nos igarapés. Os meninos de espinhel, em punho, carregam nas cabeças os paneiros, com as tainhas e os pacús...
> Chico olhava, todos iguais, a mesma cor intraduzível. Alguns fediam a enxofre, mas todos com o mesmo tambor...filhos de bôto, os que só tinham mãe, essas mães que estavam numa rede, morrendo, ou estavam d'outro lado batendo roupa. Elas dariam tudo para evitar aquilo, mas eram as mães infelizes do mundo, que haviam partido martiorizinhos e, por causa deles, dormiam sozinhas com a sua desgraça (Bastos, 1937, p. 51-52).

Já no capítulo "Comedores de terra", Abguar faz um retrato da fome e do desamparo social dessas crianças, nomeando um bando de meninos, pobres e famintos que eram viciados em comer barro, terra e lama, devido à falta de condições materiais:

> Todas as crianças comiam terra. O filho do Langonha comia terra branca, o filho do Calixto comia terra preta, o filho do José Teresa comia tabatinga, o filho do Lobinho do mercado comia terra vermelha, o filho da Maria Preta comia lama. O bando era unido; o chefe do bando era o Manduca, que, nesse tempo, já completava onze anos (Bastos, 1937, p. 78-79).

De acordo com Farias (2010), esses meninos eram desprezados por todos, mas lembrados na hora dos favores que as pessoas queriam deles. Se seus pais eram invisíveis para o povo da vila, eles cresciam sem identidade, sem reconhecimento, apenas como crianças, moleques ou meninos, que vagavam pela vila. Os desprezos a essas crianças podem ser atribuídos à indiferença não só das autoridades, que são completamente ausentes diante dessa situação, como também da sociedade da vila, que não os vê como pessoas, pois:

> Ninguém os olhava, nem queria saber deles, a não ser para recados e carretos. Só quem gostava deles eram suas mães, mesmo com as surras de muxinga, com que se batia nos burros. Suas mães os banhavam, lhes faziam roupas, os penteavam, choravam quando estavam doentes, deixavam de comer para não os ver com fome, vendiam seu corpo, como fazia Maria Preta, para que não vivessem muito miseravelmente (Bastos, 1937, p. 82).

Outro drama das mulheres em *Safra* é da personagem Aninha, que carrega um duplo drama. Ela é esposa de Valentim e mãe de Manduca. Aninha é descrita como dona de casa. Após a prisão do marido, passou a fazer doces para vender. Apesar de não ter sido abandonada por ele, vivia uma luta solitária pedindo ajuda ao guarda da prisão, Chico Polia, ao advogado Teotônio, ao promotor e também ao delegado para que Valentim passasse o Natal em casa, o que nunca era concedido, pois as autoridades não queriam se opor a Dalvino, já que Bento Tauá era um dos seus protegidos.

Aninha procura Teotônio e conta que Valentim está preso há quase um ano e que conseguiu falar com ele poucas vezes e faz mais de um mês que não o vê. Então pede ao advogado que ele interpele as autoridades para conseguir uma licença para Valentim ter as mesmas regalias dos outros presos. Teotônio, responde:

> – ... Sinto muito. Porque o caso de Valentim, é por assim dizer, um caso político. É, para ser franco, uma perseguição política. O Bento era pessoa do Dalvino, o Valentim era pessoa do Leocádio. Castigando o Valentim, Dalvino pensa que aborrece o Leocádio. E...eu... positivamente...eu não costumo fazer pedidos políticos ao Dalvino. Juiz, Promotor, Delegado, formam uma só figura: o Dalvino. Portanto, não adianta procurar esses homens. Só quem resolveria seu pedido era o Dalvino... (Bastos, 1937, p. 258).

Ademais, Aninha tem um filho chamado Manduca. Ele tem onze anos e é o chefe de um bando de meninos que saía pelas margens dos rios para pescar, comer barro, terra e lama. Na tocaia feita a Bento Tauá, foi ele quem atirou na amante de Bento e no cachorrinho que estava no barco. Aninha sabe a fama que o filho carrega, bem como sabe que ela é fundada em fatos, conforme demonstra o fragmento:

> Reparava nas outras coisas abomináveis que o filho fazia, desde criança, quando roía telha, nos matos, com o filho do Calixto. Uma pedrada na cabeça da beata Totonha. O gato que dormiu e acordou com a barriga rasgada a canivete. A dentada nos peitos de Maria Preta. E a queixa da China, da Chininha dos presos: 'Venho dar parte do seu filho que anda mexendo comigo, diz safadeza *pra* mim, ontem de noite quis me pegar, correu atrás de mim, danou-se, me jogou um pau nas costas, me chamou de... Acomode seu filho, senão me queixo ao Delegado' (Bastos, 1937, p. 231).

Aninha carregava em si uma profunda tristeza ao saber que o filho, Manduca, era doente, pois sofria de epilepsia e as pessoas o chamavam de louco. Uma vez ouvira esta frase: "Lá vai Manduca, o louco". Aninha aconselha o filho a não pensar em maldades, pois era véspera de Natal. Ao olhar para Manduca recorda da fisionomia dele quando tinha apenas um ano de idade.

> Então Aninha se aproximou e apertou-o nos braços.
> – Meu filho!...
> E ele apenas balbuciou:
> – Eu sei. Eu sei que só a senhora gosta de mim...
> Saberia, de repente, que só a mãe podia pedir amizade ou amor? Saberia que era um renegado, um monstro que nada esperava do mundo, a não ser atrozes e intraduzíveis tentações? Saberia que era, afinal, Manduca – o louco?
> Mas, sentia, sim, sentia profundamente, que alguém o amava assim mesmo.
> E, neste momento, a sua tristeza foi tão grande e tão fiel na sua máscara fria que que pela primeira vez, Aninha sentiu as lágrimas do filho encher-lhes as mãos crispadas e magras (Bastos, 1937, p. 234).

Manduca é o único personagem em que o desejo sexual é apresentado. Ele deseja Maria Preta e a Chiquinha do Igarapé, mas tem um desejo obsessivo por Maria Preta. Após a passagem da jovem pela ponte, ele estuprou China, motivado pelo desejo, e depois deu a ela dois mil réis. Em seguida, Manduca teve um ataque epilético e morreu, conforme demonstra o fragmento a seguir:

> – Venha cá, Chininha.
> – Que é minino?
> Ele se aproximou e arriou a mão num dos peitos da rapariga.
> Ela recuou vivamente.
> – Deixa disso. Já dei parte de ti pra tua mãe. Me larga... Me... larga...lar...

> Ela teve medo. Aquietou-se. Ele fez dela o que quis.
> – Chô, peste!
> China sacudiu as saias.
> – Toma, Chininha.
> Ela segurou os níqueis. Dois mil réis. Sorriu, agradecida.
> – Dinheiro! Upa! Dinheiro!
> De repente ela gritou:
> – Vige Maria! Que é? Que é?
> Estarrecida, olhava para Manduca.
> Ele sentia, como sempre o zumbido rouco. Depois ficou escabujando no meio do capim, com a boca cheia de espuma.
> Avisada pela China, Aninha foi buscar o filho.
> E ainda ajudou o anjo magro a carregar o filho meio morto para o quarto sem luz... (Bastos, 1937, p. 277-279).

Aninha, além do drama de ser mãe de um filho doente e estigmatizado pelos moradores da vila, ainda tem a saga de concorrer com a disputa política das autoridades para tentar que o marido tenha os mesmos direitos que os outros presos.

## 3. Miséria, patriarcalismo e casamento

Margarida tem 22 anos e é filha de Teotônio Póvoas Néri, o advogado da Vila e "amador de clínica", pois tinha uma farmácia em casa. As pessoas o tinham como médico da vila. Clara, a mulher de Teotônio, morreu doida e, as duas filhas Zefinha e Margarida, havia fugido com os namorados. Zefinha foi para Manacaparu e sumiu por lá e Margarida vivia na vila com o pescador, Raimundo Guimarães. Teotônio ainda tinha duas filhas, Julia e Maria que viviam sob sua proteção. No fragmento a seguir, é possível demonstrar o patriarcalismo de Teotônio:

> Acontece que Raimundo, irmão de Consuelo, roubou a filha do dr. Teotônio. Margarida sabia que Raimundo era pescador, vivia da venda de peixe [...]. Porém Margarida se aborrecia com o despotismo de Teotônio, que não consentia que suas filhas dançassem, passeassem a não ser com ele e elas não tinham folga nem para se debruçassem, de tarde nas janelas. Margarida fugiu com o primeiro namorado que lhe propôs aventura (Bastos, 1937, p. 116-117).

Santos (2011) afirma que o patriarcado é uma das formas de poder que circulam na sociedade capitalista. Para o sociólogo, o patriarcado é a forma de poder privilegiada no espaço doméstico. Isso quer dizer que, embora sejam sempre constelações de poderes, as relações sociais agregadas à volta do espaço doméstico (trabalho doméstico, reprodução, cuidados mútuos, entre outros), são geralmente organizados pelo patriarcado enquanto sistema de controle dos homens sobre a reprodução social das mulheres.

Margarida vive numa situação de miséria extrema com o marido Raimundo, os três filhos e as duas cunhadas, Consuelo e Dulcina. A casa era esburacada e vivia caindo aos pedaços. Depois dos filhos, a miséria do casal se transformou em angústia. Margarida emagreceu, não saia da tina de roupa, com os meninos agarrados às saias.

Após fugir com Raimundo, o pescador, Margarida não obteve o perdão do pai e Raimundo não tinha dinheiro para se casar com Margarida, conforme dialoga com a cunhada Dulcina:

> – Amo o teu irmão. Sei que ele não pode melhorar minha vida. Meu pai me amaldiçoou. Não me liga. Eu me agonio, não por mim, por meus filhos (Sempre os filhos!). E também com o desânimo de Raimundo. Casamento não impede a pobreza. Mas, no meu caso, meu pai não me abandonava. Esses velhos entendem que só o casamento é que traz felicidade, não enxergam que o amor é quem dá tudo a mulher. Ora, meu pai não me ajuda porque não sou casada. Pensa que me castiga. A mim não. Castiga os meus filhos. Porque se me agonio é por vê-los sem conforto e Raimundo sem alegria. Desejava que ele fosse forte, não se abatesse e pronto! Pouco me importa andar nua e trabalhar, desde que o amo e sou feliz com ele.
> Dulcina ouvia, calada (Bastos, 1937, p.118-119).

Margarida vivia doente e um dia vomitou sangue. Foram chamar Teotônio, única pessoa capaz de salvar a filha, em vista dos seus conhecimentos. Ao saber da notícia respondeu:

> – Que morra!
> Mandou os remédios, mas não foi vê-la (...).
> Margarida não morreu nessa ocasião, mas era um inferno a sua vida (...) Teotônio sabia que a boca de Margarida tinha gosto de sangue. Mas não ia buscá-la, nem lhe tratava a doença.
> – Que morra!
> Até que Margarida morreu (Bastos, 1937, p. 117-118).

No drama de Margarida, é possível notar que é uma mulher que, apesar de toda miséria que enfrenta, não se importa consiga mesma, pois o que a incomoda é ver os filhos sem conforto e o desânimo do marido por não ter condições de oferecer uma vida digna para ela, os filhos e as irmãs.

Em meio a outras dramas, temos Consuelo, irmã de Raimundo Guimarães. Seduzida pelo namorado Manuel, engravidou e foi abandonada. Com muita vergonha e muita dor, partiu para o Maranhão para que pudesse ser esquecida pelos moradores da vila, ela e sua dor. Consuelo retorna, anos depois, com a filha, Sarita, nos braços. Nunca teve ajuda do pai da criança. O qual reapareceu depois de sua volta. Para Consuelo, o retorno de Manuel era apenas uma forma de se certificar que a mulher não tinha se

envolvido com nenhum outro homem: "Enquanto Consuelo falava, Manuel sorria pelos olhos, vaidoso por ninguém lhe ter possuído a noiva, orgulhoso por ser, até aquele instante, o único homem na vida e no pensamento de Consuelo" (Bastos, 1937, p. 115).

Porém o relacionamento não teve qualquer tipo de salvação. Manuel queria Consuelo como amante, mas ela não aceitou.

> – Não te odeio. Mas não sinto mais por ti o que antes sentia. E muito menos agora, Manuel. Vieste aqui porque soubeste coisas de mim. E querias aproveitar a ocasião para fazeres de mim tua amante, mulher para abandonar quando entendesses. Só te lembraste de Consuelo para isto. Casada, eu seria grata ao teu arrependimento e separação. O amor voltaria, com certeza, porque foste o primeiro homem que amei, mas não é tal coisa que desejas, Manuel. Agora, te digo: qualquer um será meu amante, menos tu. Qualquer um nada me deve, nada tem a reparar. Mas tu, Manuel, me enganaste, prometeste casamento, eu era virgem e acreditei em tuas palavras. Talvez se me dissesses: 'Não caso contigo, serás minha amante', talvez, do mesmo jeito eu cedesse, porque te amava muito, e, quando a mulher confiadamente ama, sem necessidade de mentiras, enganos, perversidades ou hipocrisias. A impressão que me ficou de ti foi esta: és um cínico, Manuel! Ele quisera falar, justificar-se. Consuelo o interrompera. Estava exaltada:
> – Não, não! Podes ir embora! Não me apareças mais! Muito obrigada pela tua lembrança.
> Correra para o quarto, batera a porta e foi chorar (Bastos, 1937, p. 115-116).

Dulcina, irmã de Consuelo observava que os homens cercavam a irmã e dizia a ela que eles só queriam se aproveitar dela. Consuelo diz que propostas não faltaram, mas preferia sofrer, voltar à tina de roupa e ao ferro de engomar quando não tinha recursos para sustentar a filha. Porém, Dulcina ouvia coisa diferente. Encontrava a irmã muito pintada, com as unhas limpas, brilhantes. Parecia não desejar estragar sua jovialidade e dizia: "– Se amanhã fizer besteira não é por mim, é por Sarita. Pela menina ainda me sacrifico, me arrebento por aí" (Bastos, 1937, p. 110).

Tomando a irmã, Consuelo, e Margarida, a cunhada, e suas vidas de sofrimento como espelho, Dulcina, assume um posicionamento de resguardo do próprio corpo. Ela tem 17 anos e teme ter o mesmo destino de Consuelo e terminar seus dias, sozinha, cuidando de criança, abandonada e sem dinheiro vivendo ali naquela miséria toda. Pensava em resolver a situação da família, casando-se com um homem que tivesse meios para ela e para os parentes.

> Dulcina se lembrava do que acontecera com sua irmã Consuelo, do que fôra sua vida, sem pai nem mãe, com uma filhinha ma-

> gra e pálida para sustentar. Dulcina defendia seu corpo, um dos mais bonitos da Vila. Sua proteção era o exemplo da desgraça de Consuelo, que um dia, com a filha crescida, voltara da viagem, ainda pura do contato dos outros homens, depois do primeiro pecado (Bastos, 1937, p. 109).

No excerto a seguir, depreende-se sobre a importância do casamento. A mulher com filho sem pai é discriminada perante a sociedade, conforme demonstra a narrativa:

> Dulcina teria um noivo, mas se deixaria possuir depois de casada, se não podia acabar como Consuelo, sem noivo, sem amor, com uma criança no colo e sofrendo para não gastar suas unhas, sua pele, sua faceirice.
> Os rapazes farejavam Dulcina nas festas, na Igreja, nas pontes, nos leilões de Santo, na hora de tomar banho no golfo. Mas não falavam em casamento, queriam apalpá-la (....) doía ser olhada com indiferença e desdém pelas senhoras ufanamente casadas ou pelas moças de pulcritude exemplar ou duvidosa, mas socialmente pulcra. Dulcina bem que conhecia os pecadilhos de muitas donzelas da Vila, porém isso apenas tinha a sua importância quando havia filho sem casamento ou, não havendo filho, escândalo na Polícia. Dulcina evitava ambas as coisas (Bastos,1937, p. 110-111).

Dulcina casou-se. Ninguém sabe se é feliz, mas casou-se, conforme os conselhos do padre Manuel, que dizia que Deus só abençoava os pares que se casavam; as esperanças de Teotônio e as angústias de Consuelo e Margarida.

> Os filhos de Dulcina amarão tia Consuelo porque Sarita morreu de febre. Amarão Jaques, João e Maria, filhos de Raimundo, que já ficou viúvo e mora no meio das águas, sozinho e triste, entre os peixes, conseguiu com Major Leocádio ser nomeado Capitão de Praia (Bastos, 1937, p. 120).

De acordo com Gama (2016), apesar de Dulcina não ser mãe, seu comportamento protetivo revela uma comunidade que exclui, maltrata, ignora, segrega e isola mulheres, cuja sexualidade é expressa de forma mais aberta e o resultado de um deslize culmina em uma gravidez de um pai que se fez invisível por vontade própria.

## 4. Abuso, desespero e suicídio

Constança é lavadeira e mãe do guarda da cadeia, Chico Polia. Em um diálogo com Valentim, o guarda relata ao preso, na cadeia, a injustiça que sofrera desde o

tempo de escola. Chico, menino órfão de pai, é julgado inadequado no espaço escolar, no convívio com as demais crianças. O excerto a seguir promove uma reflexão da relação constituída de opressão econômica, social e política. Nesse processo de dominação, o pobre não tem vez:

> Uma vez quando eu estava na escola, a mestra me botou de castigo porque cheguei atrasado, outra vez porque me esqueci da tabuada e outra vez porque eu não soube a casa do 3, da multiplicação. Porém, o filho do Coletor, do Tabelião e do Promotor ela não botara de castigo. Minha mãe era muito pobre, batia roupa o dia inteiro e de noite caía no ferro de engomar. Eu quando ficava de castigo chegava muito tarde em casa, visto só sair uma hora depois dos outros. De modo que muitas vezes minha mãe é que tinha que levar as trouxas de roupa, nas casas dos fregueses, pra não se atrasar; ia nas vendas, ia buscar água no rio. Minha mãe me ralhava porque eu não cumpria com minhas obrigações. Uma noite lhe contei que a mestra só botava de castigo a mim, enquanto os outros nada sofriam. Minha mãe foi falar com a mestra. Eu fui falar com ela. Era um domingo e a mestra vinha chegando da Igreja. Mamãe disse: 'Dona Benta, me desculpe se passo de intrometida, mas eu vinha pedir à senhora que não soltasse o Chico muito tarde, porque ele é que me ajuda lá em casa'. A mestra me olhou muito superior, como se eu fosse uma lombriga. Respondeu: 'Ora, dona Constança, é melhor seu filho não vir mais. Ele não dá pra nada. É muito vadio, esquece tudo e gosta de se misturar com os meninos de família que frequentam a minha escola. (...) 'Meu filho não tem vícios, não anda sujo, nem rôto. É pobre, mas não é por isso que os outros se esquivam dele. E eu, D. Benta, vivo tão honradamente como qualquer uma dessas da sociedade. (...) Minha mãe estava exaltada e chorou muito. E nessa noite me disse: 'Meu filho, justiça não tem neste mundo. Mas se um dia fores alguma coisa, nunca faças pouco de ninguém, nem pratiques uma injustiça, porque é o que mais dói neste mundo'. Nunca me esqueci desta passagem (Bastos, 1937, p. 29-31).

De acordo com Oliveira (2016), a exclusão socioeducacional constitui-se em um problema ético e político. Isso implica não apenas reconhecer a existência de vítimas ou oprimidos ou de abstrair conceitos e valores que reforçam a solidariedade, a justiça social, os direitos humanos, mas também implica na necessidade de se problematizar as causas da exclusão a partir do reconhecimento do outro não só como excluído, mas também como sujeito, assumindo-se um compromisso ético com o outro, denunciando a exclusão e apontando-se perspectivas de mudança.

Em vista da assertiva acima, Arroyo (2014), parte das seguintes inquietações: "como ser educadores(as) de sujeitos que carregam esse peso desumanizante dessas

pedagogias que tentaram fazê-los e convencê-los de serem inferiores, subalternos?" (Arroyo, 2014, p. 13) "Quantos fracassos escolares têm como origem ignorar que os outros educandos são vítimas dessas pedagogias de subalternização/opressão?" (*idem)*.

Para Arroyo (2014), não é fácil a uma tradição pedagógica que ainda pensa os grupos populares e seus(suas) filhos(as) como inferiores, ignorantes, incultos, sem valores, com problemas morais e de aprendizagem. Jovens que precisam ser civilizados, moralizados. Quando essa visão ainda prevalece, a chegada das crianças e adolescentes, dos jovens e adultos nas escolas será vista com receio. O tratamento será pautado por preconceitos que inferiorizam.

Já no caso do drama de Constança, mãe de Chico Polia, de acordo com Farias (2010), ela não faz parte da trama. Pelo fato de ser "mãe solo", morrer tuberculosa e sem apoio, também é considerada como uma mulher abandonada que vivia em condições miseráveis para educar o filho. "Dona Constança, mãe de Chico, quando entisicou, ficava dias inteiros de cama. Chico ia de espinhel pescar os peixinhos e lá encontrava os outros companheiros de miséria, com frio, sob o sol ardente" (Bastos, 1937, p. 51).

Chico recorda que a mãe morrera tísica sobre uma tina de roupa, com a mão brilhante de potassa, as unhas roídas pelo sabugo e os dedos azulados de anil e nem na hora da morte disse quem era o pai dele, pois o nome *Constança* significa fidelidade. Em um diálogo na cadeia, Chico diz a Valentim:

> – Falar a verdade, Valentim, eu não conheci meu pai. Minha mãe me contava que era um sujeito graúdo. Enganou que ia casar, abusou e caiu fora. Há muito idiota que tem vergonha de contar essas coisas. Besteira. Pior é ser mulher-dama. Minha mãe preferiu entisicar no trabalho. No trabalho! Não foi na rapiocagem! Morreu disso e, já morrendo, falou, falou, até botar a alma pela boca. Ela nunca me disse quem era meu pai nem na hora da morte... (Bastos, 1937, p. 16).

Na fala de Chico, note-se o uso da expressão "mulher-dama", eufemismo para se referir às mulheres que se prostituem, e "rapiocagem", que significa farra, festança. Chico enfatiza que a mãe preferiu ficar doente, isto é, tuberculosa, no trabalho, lavando roupa em vez de se prostituir.

Enquanto Chico Polia falava sobre a mãe, dona Constança, "Valentim recordava os tempos de Maria Vitória, cortando seringa, pescando de espinhel, depois cozinhando, em seguida se desesperando e, numa noite, sumindo no rio cheio" (Bastos, 1937, p. 17). Chico perguntou a Valentim se ele tinha mãe e o prisioneiro responde:

> – Você tem mãe, Valentim?
> – Não, seu guarda. A minha também não aguentou com a vida. Meu pai morreu debaixo duma árvore, num dia de trovoada. Eu tinha seis anos. Minha mãe ficou meio maluca, mas ainda me sustentou durante três anos, a mim e mais dois irmãos que também morreram, um de febre, outro numa alagação. Um dia

> minha mãe se atirou no rio, *boiuna levou ela*. É fado ou não é, seu guarda?
> – Parece. Mas sua mãe se fosse viva havia de sofrer um bocado vendo você na cadeia. Mãe é mãe.
> – É, seu guarda. (Bastos, 1937, p. 17, grifos nossos).

A boiúna, de acordo com Paulo Maués Corrêa (2018), uma das figuras mais representativas do imaginário amazônico é uma cobra grande (boiúna ou, em alguns lugares da Amazônia, mãe d'água). Conforme o autor expôs na obra: *Cobra grande: terror e encantamento na Amazônia* (Corrêa, 2016a), ela pode se apresentar a partir de uma tripla possibilidade de exposição: 1) como uma cobra realmente de proporções enormes; 2) como um ser encantado, que, geralmente, aparece, em forma humana, a determinadas pessoas e pede que o desencante; e 3) como um navio encantado, ou outro tipo de embarcação, resguardando, portanto, o aspecto encantatório.

A imagem de Maria Vitória sumindo no rio e a forte sugestão de seu suicídio, conforme aponta Gama (2016), é lamentável. Na tentativa de responder aos questionamentos: "que desespero haveria de ter tomado Maria Vitória, quais, seus últimos pensamentos, qual a sensação de ser dragada pelo rio, a sensação de ser levada por ele?" (Gama, 2016, p. 48). A autora arrisca uma resposta: Não é fácil carregar no nome aquilo que simboliza a superação – Vitória –, pois como ser vitoriosa depois de ficado viúva e com três filhos para sustentar, ainda mais nas condições em que vivia? Havia a incerteza sobre se daria conta de criar os filhos.

## 5. Conclusões

Abguar Bastos, no romance *Safra*, ao descortinar o drama das personagens femininas demonstra o lugar e a condição social que ocupam dentro de um contexto social, econômico político e religioso na Amazônia, durante o século XX.

Destacamos oito mulheres do romance: China, Maria Preta, Aninha, Margarida, Consuelo, Dulcina, Maria Vitória e Constança. Algumas são descritas como "mães solo", outras como pretas, pobres, prostitutas, esposas e presas patriarcais. Todas carregam consigo dores, sofrimentos, preconceitos, injustiças e pobreza.

Vimos que a maioria das mulheres são "mães solo", que criam seus filhos sem um pai ou parceiro e vivem em uma situação de extrema pobreza, tendo até mesmo que se prostituir para garantir o sustento do filho, como é o caso de Maria Preta. No caso da China, podemos inferir que a prostituição é uma forma de ganhar dinheiro, mas isso é ausente no drama de China, pois os presos não têm recursos. Talvez ela utilize desse artifício para driblar a solidão.

Além disso, vimos o duplo drama de Aninha, uma mulher abandonada pelo poder público, que além de ter um filho que sofre de epilepsia, ainda tem que apelar aos poderes políticos dos grandes castanheiros da região para que o marido, Valentim, possa gozar da mesma liberdade que os outros presos.

Abguar também apresenta um grupo de mulheres presas pelo patriarcalismo, como é o caso de Margarida, Dulcina e Consuelo. No patriarcalismo, o casamento é

visto como o reflexo da moral, mas também é um meio de ascensão social. É o caso de Dulcina, que via no casamento uma forma de tirar a família da miséria.

Há também o drama das mães Constança e Maria Vitória que tiveram seu suporte emocional afetados. Constança procurou no trabalho uma forma de esquecer o abuso e o abandono que sofreu e Maria Vitória, que se ficou viúva e com três filhos para criar.

Enfim, *Safra* é uma obra de denúncia social, um retrato de desigualdade econômica, social e política de uma sociedade mergulhada em um sistema de exclusão, descaso e abandono.

## Referências

ARAÚJO, Vasti da Silva. Notação de um turista aprendiz. 2008. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Letras e Artes, Universidade Federal do Pará, Belém, 2008. Disponível em: http://www.repositorio.ufpa.br. Acesso em: 19 mar. 2025.

ARROYO, Miguel. Outros sujeitos, outras pedagogias. 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

BADINTER, Elisabeth. Um amor conquistado: o mito do amor materno. Tradução de Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985. Disponível em: http://rblh.fiocruz.br. Acesso em: 14 mar. 2025.

BASTOS, Abguar. Safra. Rio de Janeiro: José Olympio, 1937.

BASTOS, Abguar. Entrevista concedida a Ruy Barata e Vasti Araújo. Arquivo pessoal. São Paulo, 14 mar. 1990.

CORRÊA, Paulo Maués. Cobra grande: terror e encantamento na Amazônia. Avanço tecnológico e imaginário na Amazônia: exclusão e adaptação. Artefactum – Revista de Estudos em Linguagem e Tecnologia, ano 10, n. 1, 2018. Disponível em: http://artefactum.rafrom.com.br/index.php/artefactum/article/view/1607. Acesso em: 16 jan. 2020.

CORRÊA, Dinalva da Silva. Abguar Bastos e o "Reino da Castanha": reflexões sobre educação e política na Amazônia. 2021. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade do Estado do Pará, Belém, 2021. Disponível em: http://propesp.uepa.br. Acesso em: 13 mar. 2025.

FARIAS, Gilson da Conceição Vitor. Safra: retratos da vida e do homem amazônico na produção de castanha. 2010. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Letras e Comunicação, Universidade Federal do Pará, Belém, 2010. Disponível em: http://www.repositorio.ufpa.br. Acesso em: 19 mar. 2025.

FURTADO, Marli Tereza. Abguar Bastos e a série Os dramas da Amazônia, ou: um romancista em construção. In: NUNES, Paulo (org.). Diversidade cultural: diálogos literários. 2. ed. Belém: UNAMA, 2008.

GAMA, Amanda Murta. Mães da fortuna: uma análise em Abguar Bastos. 2016. Monografia (Graduação) – Centro de Ciências Sociais, Universidade do Estado do Pará, Belém, 2016.

OLIVEIRA, Ivanilde Apoluceno de. Racionalidade científica emergente. In: OLIVEIRA, Ivanilde Apoluceno de. Epistemologia e educação: bases conceituais e racionalidades científicas e históricas. Petrópolis, RJ: Vozes, 2016.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Para um novo senso comum: a ciência, o direito e a política na transição paradigmática. v. 1: A crítica da razão indolente: contra o desperdício da experiência. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

VELOSO, Ivone dos Santos. A tradição dos desvalidos: breve panorama da figuração da infância na Amazônia paraense. In: MIBIELLI, Roberto; FIOROTTI, Débora Alves; NASCIMENTO, Luciana Dantas (org.). Literatura, cultura e identidade na/da Amazônia. Rio de Janeiro: ABRALIC, 2018. Disponível em: http://livroaberto.ufpa.br. Acesso em: 13 mar. 2025.

# Entre Ressentimento e Radicalização: incels e a reorganização da misoginia em ambientes digitais

*Between Resentment and Radicalization: incels and the reorganization of misogyny in digital environments*

*Entre Resentimiento y Radicalización: incels y la reorganización de la misoginia en entornos digitales*

*Verônica Maria Biano Barbosa*[1]

**Resumo**

Barbosa, V. M. B. Entre Ressentimento e Radicalização: incels e a reorganização da misoginia em ambientes digitais. ***Rev. C&Trópico***, v. 50, n. 1, p. 187-204, 2026. Doi: 10.33148/ctrpico.v50i1.2780

Este artigo analisou o fenômeno dos *C*elibatários Involuntários (*incels*) como uma forma contemporânea de reorganização da misoginia em ambientes digitais. Partindo de contribuições dos estudos de gênero, das pesquisas sobre masculinidades e da literatura sobre radicalização online, o trabalho investigou como comunidades incel reinterpretam experiências individuais de frustração afetivo-sexual por meio de narrativas coletivas que atribuem tais dificuldades a uma suposta injustiça estrutural contra os homens. Inicialmente, discute-se a inserção desses grupos no ecossistema digital da chamada *manosphere*, destacando conceitos como *red pill* e *black pill* como dispositivos discursivos que estruturam a interpretação das relações de gênero nesses espaços. Em seguida, analisou-se a circulação dessas narrativas no contexto brasileiro, considerando particularidades sociais e históricas do país, como a desigualdade socioeconômica e a cultura de fóruns digitais que antecedeu a consolidação das redes sociais contemporâneas. Argumentou-se que, embora nem todos os participantes dessas comunidades estivessem envolvidos em práticas de violência ou radicalização política, esses ambientes podem funcionar como espaços de socialização ideológica nos quais ressentimentos individuais são convertidos em identidades coletivas marcadas por discursos antifeministas e misóginos. O artigo contribui para o campo dos estudos sobre misoginia digital ao examinar as formas pelas quais discursos de ódio e narrativas de vitimização masculina se reorganizam e circulam em plataformas digitais contemporâneas.

**Palavras-chave:** Incels; Misoginia On-line; Machosfera; Masculinidades Digitais; Radicalização Online.

1 Mestre em Literatura pelo Programa de Pós-Graduação em Literatura da Universidade de Brasília (PosLit/UnB). E-mail: veronica.biano@gmail.com Orcid: https://orcid.org/0009-0006-0637-9770

**Abstract**

Barbosa, V. M. B. Between Resentment and Radicalization: incels and the reorganization of misogyny in digital environments. ***Rev. C&Trópico***, v. 50, n. 1, p. 187-204, 2026. Doi: 10.33148/ctrpico.v50i1.2780

*This article analyzed the incel phenomenon (involuntary celibates) as a contemporary form of the reorganization of misogyny in digital environments. Drawing on contributions from gender studies, masculinity studies, and the literature on online radicalization, the study examines how incel communities reinterpret individual experiences of affective and sexual frustration through collective narratives that frame such difficulties as evidence of a supposed structural injustice against men. First, the article discusses the insertion of these groups within the digital ecosystem known as the manosphere, highlighting concepts such as red pill and black pill as discursive devices that structure interpretations of gender relations within these spaces. It then analyzes the circulation of these narratives in the Brazilian context, considering the country's social and historical specificities, including socioeconomic inequality and the culture of digital forums that preceded the consolidation of contemporary social media. The article argues that, although not all participants in these communities engage in practices of violence or political radicalization, these environments can function as spaces of ideological socialization in which individual resentments are transformed into collective identities marked by antifeminist and misogynistic discourses. The article contributes to the field of digital misogyny studies by examining the ways in which hate speech and narratives of male victimhood are reorganized and circulated on contemporary digital platforms.*

**Keywords:** Incels; Online Misogyny; Manosphere; Digital Masculinities; Online Radicalization.

**Resumen**

Barbosa, V. M. B. Entre Resentimiento y Radicalización: incels y la reorganización de la misoginia en entornos digitales. ***Rev. C&Trópico***, v. 50, n. 1, p. 187-204, 2026. Doi: 10.33148/ctrpico.v50i1.2780

Este artículo analiza el fenómeno de los *incels* (célibes involuntarios) como una forma contemporánea de reorganización de la misoginia en entornos digitales. A partir de aportes de los estudios de género, de las investigaciones sobre masculinidades y de la literatura sobre radicalización en línea, el trabajo examina cómo las comunidades incel reinterpretan experiencias individuales de frustración afectivo-sexual mediante narrativas colectivas que atribuyen dichas dificultades a una supuesta injusticia estructural contra los hombres. En primer lugar, se discute la inserción de estos grupos en el ecosistema digital conocido como *manosphere*, destacando conceptos como *red pill* y *black pill* como dispositivos discursivos que estructuran la interpretación de las relaciones de género en estos espacios. A continuación, se analiza la circulación de estas narrativas en el contexto brasileño,

considerando particularidades sociales e históricas del país, como la desigualdad socioeconómica y la cultura de foros digitales que precedió a la consolidación de las redes sociales contemporáneas. Se sostiene que, aunque no todos los participantes de estas comunidades estén involucrados en prácticas de violencia o radicalización política, estos entornos pueden funcionar como espacios de socialización ideológica en los que resentimientos individuales se convierten en identidades colectivas marcadas por discursos antifeministas y misóginos. El artículo contribuye al campo de los estudios sobre misoginia digital al examinar las formas en que los discursos de odio y las narrativas de victimización masculina se reorganizan y circulan en las plataformas digitales contemporáneas.

**Palabras clave:** Incels; Misoginia en Línea; Manosfera; Masculinidades Digitales; Radicalización en Línea.

*Data de submissão: 10/03/2026*
*Data de aceite: 08/06/2026*

## 1. Introdução

Nas últimas duas décadas, a internet consolidou-se como um espaço central de produção de identidades coletivas, circulação de discursos políticos e formação de comunidades transnacionais. Paralelamente às possibilidades de sociabilidade e mobilização oferecidas pelas plataformas digitais, pesquisadores têm observado o surgimento de subculturas online organizadas em torno de ressentimentos sociais, antagonismos identitários e discursos de exclusão. Entre esses fenômenos, destaca-se a emergência de comunidades digitais associadas ao antifeminismo e à reconfiguração contemporânea das masculinidades, frequentemente reunidas sob o termo *manosphere* (machosfera) (GING, 2017; NAGLE, 2017).

Nesse contexto, ganhou visibilidade o grupo conhecido como incels. O termo designa a abreviação de *involuntarily celibate* (celibatários involuntários) e a expressão utilizada para designar indivíduos que afirmam não conseguir estabelecer relações afetivo-sexuais apesar de desejá-las. Embora o termo tenha surgido inicialmente em um contexto de apoio mútuo entre pessoas que enfrentavam dificuldades de socialização, ele foi progressivamente apropriado por comunidades online predominantemente masculinas que reinterpretam tais experiências à luz de narrativas de ressentimento e antagonismo de gênero.

Segundo Zack Beauchamp (2019), a expressão foi utilizada pela primeira vez no início da década de 1990 por uma jovem canadense chamada Alana, que criou um site denominado *Alana's Involuntary Celibacy Project*. O objetivo inicial do projeto era oferecer um espaço de acolhimento e troca de experiências entre indivíduos que enfrentavam dificuldades em estabelecer relações amorosas. Com o tempo, contudo, o conceito foi ressignificado em fóruns online que passaram a associar a experiência de celibato involuntário a interpretações ideológicas das relações de gênero, frequentemente marcadas por ressentimento em relação às mulheres e por críticas ao feminismo.

A partir dos anos 2000, essas comunidades passaram a se consolidar em fóruns digitais e plataformas de mídia social, onde seus membros compartilham narrativas que atribuem suas dificuldades afetivo-sexuais a transformações sociais contemporâneas, particularmente à ampliação da autonomia feminina e às conquistas dos movimentos feministas. Nesses espaços, as relações entre homens e mulheres são frequentemente interpretadas por meio da metáfora de um "mercado sexual", no qual indivíduos seriam avaliados segundo critérios hierárquicos de atratividade física e status social.

Esse tipo de interpretação das relações de gênero tem sido analisado por pesquisadores como parte de um conjunto mais amplo de reações às transformações contemporâneas das masculinidades. O sociólogo Michael Kimmel (2017), por exemplo, argumenta que muitos movimentos antifeministas emergem de sentimentos de perda de status associados a mudanças nas hierarquias sociais e econômicas. Em contextos marcados por incerteza e precarização, determinados grupos de homens passam a interpretar as conquistas feministas como ameaças à sua posição social, produzindo discursos que articulam ressentimento, nostalgia e hostilidade.

No ambiente digital, essas dinâmicas assumem formas específicas. Como observa Debbie Ging (2017), a chamada *manosphere* (machosfera) reúne uma constelação heterogênea de comunidades online, incluindo ativistas pelos direitos dos homens, *pick-up artists* e incels, unidas por uma preocupação comum com a redefinição das relações de poder entre homens e mulheres em sociedades contemporâneas. Embora apresentem diferenças entre si, esses grupos compartilham narrativas que interpretam o feminismo como responsável por uma suposta crise da masculinidade e por uma inversão injusta das hierarquias de gênero.

A atenção dedicada ao fenômeno incel também está relacionada à sua associação com episódios de violência extrema. Um dos casos mais emblemáticos e fundadores ocorreu em 23 de maio de 2014, quando Elliot Rodger, então com 22 anos, realizou um ataque em Isla Vista, na Califórnia, resultando na morte de seis pessoas e deixando outras quatorze feridas. Antes do atentado, Rodger publicou uma série de vídeos em plataformas digitais e um manifesto autobiográfico de 141 páginas intitulado *My Twisted World*, no qual apresentava sua trajetória pessoal e expressava ressentimento profundo em relação às mulheres e à sociedade. O trecho a seguir é a introdução do documento:

> **Meu Mundo Distorcido**
> **A História de Elliot Rodger**
> *Por Elliot Rodger*
>
> Introdução
>
> Humanidade... Todo o meu sofrimento neste mundo foi causado pelas mãos da humanidade, especialmente das mulheres. Isso me fez perceber o quão brutal e distorcida a humanidade é como espécie. Tudo o que eu sempre quis foi me encaixar e viver uma vida feliz entre as pessoas, mas fui rejeitado e excluído,

> forçado a suportar uma existência de solidão e insignificância, tudo porque as mulheres da espécie humana foram incapazes de enxergar o meu valor.
> Esta é a história de como eu, Elliot Rodger, me tornei quem sou. Esta é a história da minha vida inteira. É uma história sombria de tristeza, raiva e ódio. É a história de uma guerra contra a cruel injustiça. Nesta magnífica história, revelarei cada detalhe da minha vida, cada experiência significativa que extraí da minha memória superior, bem como a forma como essas experiências moldaram minha visão de mundo. Esta tragédia não precisava ter acontecido. Eu não queria que as coisas tomassem esse rumo, mas a humanidade me forçou a agir, e esta história explicará por quê. Minha vida não começou sombria e distorcida. Eu comecei como uma criança feliz e cheia de alegria, vivendo minha vida ao máximo em um mundo que eu acreditava ser bom e puro… (Internet Archive, tradução nossa)[2]

Nos vídeos divulgados na véspera do ataque, Rodger anunciava o que chamou de *day of retribution* (dia da retaliação), afirmando que sua ação seria uma forma de vingança contra aqueles que, segundo ele, o teriam condenado a uma existência marcada pela solidão e pela rejeição. Em seu manifesto, o autor descreve sua vida como uma história de injustiça e sofrimento causada principalmente pelas mulheres, a quem responsabiliza por sua condição.

> Amanhã será o dia da vingança. O dia da minha vingança contra a humanidade, contra todos vocês. Durante os últimos oito anos da minha vida, desde a minha puberdade, tenho que suportar uma existência de solidão, rejeição e desejos não satisfeitos. E tudo porque nunca fui atrativo para as garotas e tive que apodrecer na solidão. Não entendo como é possível que não seja atrativo. Vou castigar todas por isso. (El País, 2014)

2 **My Twisted World**
**The Story of Elliot Rodger**
*By Elliot Rodger*

**Introduction**

Humanity... All of my suffering on this world has been at the hands of humanity, particularly women. It has made me realize just how brutal and twisted humanity is as a species. All I ever wanted was to fit in and live a happy life amongst humanity, but I was cast out and rejected, forced to endure an existence of loneliness and insignificance, all because the females of the human species were incapable of seeing the value in me. This is the story of how I, Elliot Rodger, came to be. This is the story of my entire life. It is a dark story of sadness, anger, and hatred. It is a story of a war against cruel injustice. In this magnificent story, I will disclose every single detail about my life, every single significant experience that I have pulled from my superior memory, as well as how those experiences have shaped my views of the world. This tragedy did not have to happen. I didn't want things to turn out this way, but humanity forced my hand, and this story will explain why. My life didn't start out dark and twisted. I started out as a happy and blissful child, living my life to the fullest in a world I thought was good and pure...

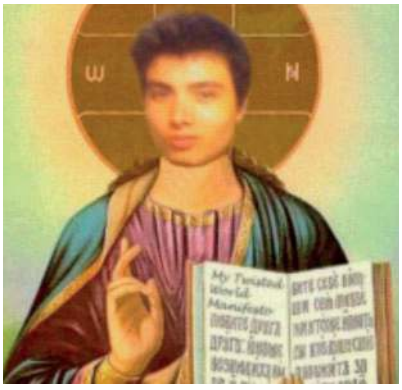
A análise desses materiais revela elementos discursivos recorrentes em comunidades incel. Em primeiro lugar, observa-se a construção de uma narrativa de vitimização masculina, na qual a frustração afetiva é reinterpretada como resultado de uma injustiça estrutural. Em segundo lugar, as mulheres aparecem representadas como um grupo homogêneo responsável coletivamente pelo sofrimento masculino, processo que contribui para sua desumanização. Por fim, o tom messiânico presente em diversos trechos do manifesto, nos quais o autor apresenta sua trajetória como uma revelação destinada à humanidade, aproxima esse discurso de padrões retóricos frequentemente observados em processos de radicalização ideológica.

Após o ataque, Rodger passou a ocupar uma posição simbólica em diversos fóruns associados à cultura incel. Em algumas dessas comunidades, ele passou a ser referido como *Saint Elliot* ou *The Supreme Gentleman*, e o aniversário do massacre de Isla Vista é lembrado como *Saint Elliot Day* (WITT, 2020). Seus textos e vídeos circularam amplamente nesses espaços, frequentemente transformados em memes ou em montagens visuais que evocam iconografias religiosas, evidenciando processos de mitificação e ritualização da violência.

Nesse contexto, consolidou-se também a expressão *going ER* (literalmente "tornar-se ER", em referência às iniciais de Elliot Rodger), utilizada nesses fóruns para designar a realização de ataques violentos em massa. A circulação desse vocabulário ilustra a maneira como episódios de violência podem ser incorporados às narrativas coletivas dessas comunidades, funcionando como referências simbólicas que reforçam identidades e valores compartilhados.

A filiação de Rodger a comunidades associadas à cultura incel e a discursos próximos da chamada *red pill*, uma metáfora derivada do filme *Matrix* (1999) e utilizada nesses espaços para indicar o suposto "despertar" para uma interpretação das relações de gênero como uma disputa de poder em que os homens seriam vítimas, contribuiu para que seu caso ganhasse ampla visibilidade. Como resultado, o ataque de Isla Vista desempenhou papel importante na difusão do termo incel na grande mídia e no debate público internacional.

**Figura 1:** Colagem do rosto de Elliot Rodger a uma figura religiosa



**Fonte:** Witt, 2020.

Nesse sentido, o fenômeno incel tem sido analisado não apenas como uma subcultura digital, mas também como um possível vetor de radicalização online. Angela Nagle (2017) argumenta que determinadas comunidades digitais desenvolveram formas específicas de sociabilidade baseadas na circulação de ironia, provocação e transgressão discursiva, frequentemente utilizadas para normalizar posições extremistas. Em ambientes relativamente fechados, tais práticas podem favorecer processos de escalada retórica, nos quais discursos inicialmente marginais tornam-se progressivamente legitimados dentro da comunidade.

Do ponto de vista teórico, essas dinâmicas também podem ser interpretadas à luz das discussões contemporâneas sobre misoginia. Para a filósofa Kate Manne (2018), a misoginia não deve ser compreendida apenas como uma atitude individual de ódio contra mulheres, mas como um sistema social destinado a policiar e punir aquelas que desafiam expectativas normativas de gênero. Sob essa perspectiva, discursos misóginos funcionam como mecanismos de manutenção de hierarquias sociais, reforçando a ideia de que mulheres devem ocupar posições específicas dentro da ordem social e sancionando aquelas que se desviam dessas expectativas.

Nos fóruns incel, essa lógica se manifesta na forma de narrativas que combinam vitimização masculina e desumanização feminina. A autonomia sexual das mulheres é frequentemente interpretada como evidência de um sistema social injusto, enquanto a recusa feminina em estabelecer relações com determinados homens é reinterpretada como expressão de uma suposta degeneração moral da sociedade contemporânea. Como observa Beauchamp (2019), tais discursos frequentemente articulam uma fantasia de vingança dirigida às mulheres, concebidas como responsáveis coletivas por uma ordem social percebida como injusta.

Embora apenas uma minoria dos indivíduos que participam dessas comunidades cometa atos de violência física, a circulação constante de discursos misóginos e de fantasias de retaliação contribui para normalizar formas de hostilidade que podem atravessar as interações sociais cotidianas. Nesse sentido, compreender o funcionamento dessas comunidades digitais torna-se fundamental para analisar as relações entre cultura online, construção de identidades masculinas e dinâmicas contemporâneas de radicalização. O discurso incel não apenas expressa misoginia, mas contribui para construir enquadramentos simbólicos nos quais a violência contra mulheres pode ser reinterpretada como resposta legítima a uma suposta exclusão masculina.

Partindo desse contexto, este artigo propõe analisar o fenômeno incel como uma forma contemporânea de reorganização da misoginia em ambientes digitais. Argumenta-se que, nesses espaços, experiências individuais de frustração afetivo-sexual são reinterpretadas coletivamente por meio de discursos que transformam dificuldades pessoais em evidências de uma suposta injustiça estrutural contra os homens. Ao articular narrativas de vitimização masculina, desumanização das mulheres e fantasias de retaliação, essas comunidades contribuem para a normalização de formas específicas de hostilidade de gênero. Ao mesmo tempo, funcionam como espaços de socialização ideológica nos quais ressentimentos individuais podem ser convertidos em identidades políticas e, em determinados casos, em processos de radicalização. Nessa perspectiva, o discurso incel não apenas expressa misoginia, mas também opera

como um dispositivo de justificação simbólica da violência, na medida em que a agressão contra mulheres é frequentemente apresentada como reação legítima a uma ordem social percebida como injusta.

## 2. Machosfera, pílula vermelha, pílula preta

O fenômeno incel não pode ser compreendido isoladamente. Ele se insere em um ecossistema mais amplo de comunidades digitais articuladas em torno de discursos antifeministas e da redefinição contemporânea das masculinidades, frequentemente denominado *manosphere* (machosfera). Esse conjunto heterogêneo de espaços online reúne grupos diversos, como ativistas pelos direitos dos homens (*men's rights activists*), sedutores profissionais (*pick-up artists*), comunidades *red pill* e incels, que compartilham, em maior ou menor grau, uma preocupação comum com aquilo que percebem como uma crise da masculinidade nas sociedades contemporâneas. Trata-se de uma rede de comunidades digitais voltadas para diferentes formas de mobilização das masculinidades, unidas por uma "preocupação comum com a hegemonia masculina, no que se refere às relações de gênero heterossexuais e não homossexuais, seja essa relação de identificação desejável ou de rejeição estratégica do ideal masculino alfa" (GING, 2017, p. 16).

Nesse sentido, a machosfera pode ser compreendida como um ecossistema discursivo no qual diferentes grupos, ainda que heterogêneos em suas práticas e agendas, convergem em torno de interpretações críticas das transformações recentes nas relações de gênero. Como aponta Ging (2017), muitos desses espaços compartilham a percepção de que as conquistas feministas e a ampliação da autonomia feminina teriam produzido uma inversão injusta das hierarquias sociais entre homens e mulheres. Assim, experiências individuais de frustração social, afetiva ou econômica tendem a ser reinterpretadas coletivamente como evidência de um processo mais amplo de marginalização masculina.

Dentro desse universo discursivo, as comunidades incel ocupam uma posição particular. Como destaca Ging (2017), elas operam uma espécie de inversão simbólica da masculinidade hegemônica. Em vez de reivindicar diretamente posições de poder associadas ao ideal masculino dominante, os incels constroem sua identidade a partir da experiência de exclusão desse mesmo modelo. A figura do chamado "homem alfa", frequentemente associada à atratividade física, ao sucesso sexual e ao domínio social, aparece nesses discursos como um ideal inacessível, cuja própria existência serviria para reforçar a marginalização daqueles identificados como "homens beta". Nessa perspectiva, a identidade incel não se organiza em torno de atributos positivos compartilhados, mas sobretudo a partir de uma posição de ressentimento diante de uma hierarquia sexual percebida como rígida e imutável.

Essa interpretação das relações de gênero se articula frequentemente com críticas mais amplas às transformações sociais ocorridas ao longo do século XX, especialmente à chamada revolução sexual. Como observa o jornalista Zack Beauchamp (2019), muitos participantes dessas comunidades interpretam a liberalização das normas sexuais e a ampliação dos direitos das mulheres como processos que teriam

produzido novos vencedores e perdedores no que denominam "mercado sexual". Segundo essa lógica, a autonomia feminina teria permitido que mulheres escolhessem parceiros com base em critérios de atratividade e status, excluindo sistematicamente determinados homens desse mercado.

A disseminação desses discursos foi amplamente facilitada por plataformas digitais de interação social. Durante os anos 2000 e 2010, fóruns online desempenharam papel central na formação e consolidação dessas comunidades. Entre eles, o site Reddit tornou-se um dos principais espaços de circulação de ideias associadas à machosfera. Organizado em comunidades temáticas chamadas *subreddits*, o site permitiu que grupos ideologicamente próximos se reunissem, compartilhassem experiências e produzissem coletivamente um vocabulário comum para interpretar suas frustrações pessoais.

Entre esses espaços, destacou-se o *subreddit* conhecido como *TheRedPill*, que se tornou um dos principais pontos de encontro para usuários interessados em discutir estratégias de sedução, hierarquias de gênero e críticas ao feminismo. Com o aumento da visibilidade e da radicalização de determinados discursos, algumas dessas comunidades passaram a ser alvo de medidas de moderação por parte da plataforma, sendo posteriormente banidas como parte de políticas destinadas a combater discurso de ódio e extremismo. Após esses banimentos, muitos usuários migraram para outros fóruns online, como *4chan* e *8chan*, além de plataformas menos moderadas, onde continuaram a desenvolver e disseminar suas ideologias.

No interior desse universo discursivo, duas metáforas tornaram-se particularmente centrais: as chamadas *red pill* e *black pill*. Ambas derivam da metáfora apresentada no filme *The Matrix*, no qual o personagem Neo deve escolher entre duas pílulas: a azul, que lhe permitiria continuar vivendo em uma realidade ilusória, e a vermelha, que revelaria a verdadeira natureza do mundo. Nas comunidades da machosfera, "tomar a *red pill*" passou a significar despertar para uma suposta verdade oculta sobre as relações entre homens e mulheres.

Segundo essa interpretação, o feminismo e as normas sociais contemporâneas esconderiam uma realidade na qual as mulheres escolheriam parceiros com base exclusivamente em critérios de atratividade física e status social. Nesse contexto, os participantes dessas comunidades compartilham interpretações das relações afetivas que enfatizam estratégias de dominação e manipulação como formas de recuperar poder nas interações heterossexuais.

A chamada *black pill* representa uma radicalização dessa perspectiva. Enquanto a *red pill* sugere que homens poderiam aprender a manipular ou contornar as regras do "mercado sexual", a *black pill* propõe uma visão profundamente fatalista das relações sociais. Nessa perspectiva, fatores biológicos e hierarquias de atratividade física determinariam rigidamente o sucesso sexual dos indivíduos, tornando impossível para determinados homens escapar de sua condição de exclusão. Como observa Beauchamp (2019), essa visão frequentemente se articula a uma rejeição fundamental da emancipação sexual feminina, acompanhada da representação das mulheres como sujeitos superficiais e moralmente corruptos.

Um exemplo da radicalidade desses discursos pode ser observado na investigação conduzida pela jornalista Amelia Tait (2017) sobre conteúdos publicados no

*subreddit TheRedPill*. Ao analisar diferentes discussões presentes na plataforma, Tait identifica um conjunto recorrente de proposições apresentadas pelos participantes como "verdades ocultas" sobre as relações de gênero: a ideia de que o feminismo seria intrinsecamente prejudicial aos homens, de que o sexismo seria uma ficção produzida pelo movimento feminista e de que as mulheres desejariam secretamente relações marcadas por dominação e controle masculino.

Entre os exemplos analisados pela jornalista estão discussões com títulos como *Women want to be raped by a high-value man* ("Mulheres querem ser estupradas por um homem de alto valor") e *How to get laid like a warlord* ("Como conseguir sexo como um senhor da guerra"). Nessas postagens, os participantes defendiam a ideia de que mulheres teriam fantasias de violência sexual quando exercida por homens considerados dominantes ou socialmente superiores, além de compartilhar listas de estratégias destinadas a manipular ou subjugar parceiras sexuais.

Atualmente, muitos desses fóruns foram removidos das plataformas que originalmente os hospedavam. Ainda assim, indicadores como o número de comentários acumulados nas discussões analisadas por Tait (268 e 771, respectivamente) sugerem o grau de engajamento que tais conteúdos eram capazes de gerar, naquela época. Além disso, a remoção dessas comunidades de plataformas mais moderadas não implicou necessariamente o desaparecimento desses discursos, que frequentemente reaparecem em espaços digitais menos regulados.

De modo geral, a análise desses materiais evidencia a recorrência de formas de linguagem sistematicamente objetificantes e, em muitos casos, desumanizantes em relação às mulheres. Mais do que simples expressões de frustração individual, tais discursos articulam narrativas que reinterpretam experiências pessoais de rejeição como evidência de uma suposta injustiça estrutural perpetrada pelas mulheres e pelo feminismo.

Como sintetiza Beauchamp (2019), o discurso incel frequentemente se organiza em torno da ideia de que os homens excluídos do chamado "mercado sexual" seriam vítimas de uma ordem social profundamente injusta. Nesse contexto, fantasias de retaliação contra mulheres aparecem como formas de compensação simbólica para uma experiência percebida como humilhante. Ainda que apenas uma minoria dos participantes dessas comunidades cometa atos de violência física, a circulação constante de discursos que normalizam a desumanização feminina contribui para produzir um ambiente discursivo no qual diferentes formas de hostilidade de gênero tornam-se progressivamente naturalizadas.

Nesse sentido, o funcionamento dessas comunidades pode ser compreendido também como um processo de construção coletiva de sentido para experiências individuais de frustração. Em fóruns e plataformas digitais, relatos pessoais de rejeição afetiva ou sexual são frequentemente reinterpretados à luz das categorias analíticas produzidas no interior da própria machosfera, como "alfa", "beta" ou "mercado sexual". Esse vocabulário compartilhado oferece aos participantes uma gramática comum por meio da qual experiências subjetivas são transformadas em evidências de uma suposta estrutura objetiva de desigualdade entre homens. A adesão a essas interpretações contribui, assim, para a consolidação de identidades coletivas baseadas na ideia de injustiça e exclusão.

Ao mesmo tempo, a repetição sistemática dessas narrativas tende a produzir um efeito de reforço ideológico característico de ambientes digitais fortemente homogêneos. Como argumenta Sunstein (2017), grupos compostos majoritariamente por indivíduos que compartilham posições semelhantes podem experimentar processos de *group polarization* (polarização de grupos), nos quais opiniões inicialmente moderadas tornam-se progressivamente mais extremas ao longo da interação coletiva. Em comunidades online relativamente fechadas, a circulação reiterada de interpretações semelhantes contribui para consolidar visões de mundo cada vez mais homogêneas e resistentes a questionamentos externos (NGUYEN, 2020).

Esse processo de radicalização discursiva não implica necessariamente a adesão direta à violência por parte da maioria dos participantes. No entanto, ele contribui para a construção de um ambiente simbólico no qual formas extremas de hostilidade de gênero podem ser reinterpretadas como respostas compreensíveis ou até justificáveis diante de uma realidade percebida como estruturalmente injusta. Nesse sentido, mais do que produzir diretamente comportamentos violentos, essas comunidades operam frequentemente como espaços de socialização ideológica nos quais ressentimentos individuais são reorganizados em narrativas coletivas que reforçam visões profundamente hierarquizadas das relações entre homens e mulheres.

Nos últimos anos, essas dinâmicas deixaram de se restringir aos fóruns anônimos em que originalmente se consolidaram e passaram a circular em um ecossistema digital mais amplo. Discursos associados à chamada *red pill* migraram progressivamente para plataformas de grande alcance cultural, como YouTube, TikTok e podcasts masculinistas, onde são frequentemente apresentados em formatos de aconselhamento amoroso, desenvolvimento pessoal ou crítica cultural ao feminismo, ampliando significativamente o alcance dessas narrativas no debate público digital.

## 3. Cenário Brasileiro

No Brasil, o debate público sobre os *incels* é relativamente recente e ainda há muito a ser sistematizado na literatura acadêmica. Embora o conceito tenha se difundido inicialmente em contextos anglófonos, especialmente nos Estados Unidos e no Canadá, sua circulação em ambientes digitais brasileiros vem adquirindo contornos específicos, influenciados por fatores sociais, econômicos e culturais próprios do país. Uma das primeiras reportagens jornalísticas a abordar o fenômeno no contexto nacional foi publicada por Marie Declercq no portal *Vice* em 2019, momento em que ainda havia escassez de estudos empíricos dedicados ao perfil dos brasileiros que se identificavam como incels. A autora observava que, no Brasil, a adesão a esse tipo de comunidade parecia estar frequentemente associada não apenas à frustração afetivo-sexual, mas também a fatores como precariedade econômica, dificuldades de inserção social e sofrimento psíquico (DECLERCQ, 2019).

No contexto brasileiro, a narrativa de injustiça frequentemente mobilizada por grupos incel tende a articular-se de maneira particular com a desigualdade social. A privação sexual é frequentemente interpretada em associação com a precariedade econômica, reforçando a percepção de que o sucesso nas relações afetivas

e sexuais estaria condicionado ao capital econômico, à aparência física e ao status social. Em um país marcado por profundas assimetrias socioeconômicas, essa interpretação encontra ressonância em imaginários sociais que associam atratividade masculina à capacidade de consumo e à mobilidade social. Assim, fóruns digitais, grupos em aplicativos de mensagens e comunidades em redes sociais funcionam como espaços de compartilhamento de experiências e narrativas que procuram explicar frustrações individuais por meio de enquadramentos coletivos baseados em ressentimento social e de gênero.

Apesar dessas especificidades, um elemento que permanece constante em relação aos contextos internacionais é o forte senso de identificação entre os membros dessas comunidades. Esse sentimento de pertencimento não se limita a uma dimensão afetiva de sociabilidade, mas desempenha também uma função de validação discursiva. Ao compartilhar relatos de rejeição, frustração ou isolamento social, os participantes reforçam mutuamente interpretações que transformam experiências individuais em evidência de um padrão estrutural de exclusão masculina. Desse modo, esses espaços funcionam simultaneamente como ambientes de socialização e como arenas de produção e circulação de discursos misóginos e antifeministas.

É importante destacar que o termo incel não designa um grupo homogêneo. Ao contrário, ele engloba comunidades heterogêneas formadas por indivíduos provenientes de diferentes contextos sociais e econômicos. Nos primeiros anos de circulação do conceito no Brasil, o acesso aos materiais produzidos por essas comunidades era relativamente restrito, sobretudo porque grande parte do conteúdo circulava em inglês, o que limitava sua difusão no espaço digital brasileiro. Nos últimos anos, entretanto, esse cenário passou por transformações significativas. A tradução e adaptação dessas narrativas para o português, bem como sua circulação em formatos mais acessíveis, como vídeos, podcasts e memes, contribuíram para ampliar o alcance dessas ideias no ecossistema digital nacional.

A emergência dessas comunidades deve ser compreendida também à luz de uma história mais ampla da cultura de fóruns na internet brasileira. Antes da consolidação das redes sociais contemporâneas, espaços como o portal Universo Online (UOL) reuniam comunidades digitais bastante ativas. Um exemplo frequentemente citado é o fórum conhecido como "Vale Tudo" (VT), criado em 2002 dentro da seção UOL Jogos. Caracterizado por um alto grau de anonimato e por uma moderação relativamente limitada, o VT tornou-se um espaço de circulação de discursos provocativos, humor agressivo e interações marcadas pela transgressão de normas sociais.

Segundo o jornalista Daniel Salgado, que frequentou o fórum durante a adolescência, a ausência de mediação institucional contribuiu para a formação de um ambiente no qual praticamente qualquer tema poderia ser objeto de ironia ou escárnio. Como observa o autor:

> Seus membros se definiam como excluídos na "vida real" por suposta feiura, declarada inaptidão social, gostos tidos como "exóticos" ou mesmo falta de vontade de fazer amizades. Por isso, acreditavam eles, o mundo virtual deveria se adequar às

> suas vontades e tolerar seus costumes – dentre eles, a homofobia e o machismo (Salgado, 2018).

Fóruns desse tipo podem ser compreendidos como precursores de formas de sociabilidade digital que posteriormente seriam amplificadas por plataformas contemporâneas. Em análises posteriores, Salgado (2018) argumenta que esses ambientes contribuíram para a formação de uma cultura masculina digital que, em determinados contextos, acabou sendo apropriada por discursos políticos associados à nova direita brasileira. Esse processo ocorreu em um período marcado por transformações significativas no cenário político internacional e nacional, incluindo a ascensão de movimentos populistas, a intensificação da polarização política e a crescente centralidade das redes digitais na disputa por narrativas públicas.

Nesse sentido, as interseções entre a cultura incel, a radicalização online e a circulação de ideologias de extrema direita não parecem extrapolações analíticas. Comunidades incel frequentemente compartilham elementos discursivos com outros espaços da *manosphere*, incluindo narrativas antifeministas, ressentimento contra minorias e visões conspiratórias sobre a suposta decadência das sociedades ocidentais. Ao mesmo tempo, esses ambientes parecem funcionar como espaços de socialização ideológica nos quais frustrações pessoais são reinterpretadas por meio de discursos que legitimam hostilidade e violência simbólica contra mulheres.

Na sociedade contemporânea, marcada pela centralidade das plataformas digitais, a internet desempenha um papel ambivalente. Por um lado, amplia possibilidades de comunicação, produção de conhecimento e inovação social. Por outro, facilita a rápida circulação de discursos polarizadores, teorias conspiratórias e ideologias extremistas. Nesse cenário, o fenômeno incel deve ser compreendido não apenas como uma subcultura digital marginal, mas como parte de um ecossistema mais amplo de discursos misóginos e de radicalização online. As interseções entre cultura digital, ressentimento social e mobilizações políticas contemporâneas revelam dinâmicas mais amplas de transformação nas formas de sociabilidade e produção de sentido no espaço público digital.

Nos últimos anos, observa-se também a crescente circulação, no ambiente digital brasileiro, de conteúdos associados à chamada *red pill*, frequentemente difundidos por influenciadores e produtores de conteúdo que se apresentam como especialistas em relacionamentos ou como "coaches de masculinidade". Inspirados em narrativas originadas na *manosphere* anglófona, esses discursos procuram oferecer interpretações supostamente realistas sobre as relações entre homens e mulheres, frequentemente baseadas na ideia de que o feminismo teria produzido uma inversão das hierarquias de gênero. Embora nem todos esses produtores de conteúdo se identifiquem explicitamente com comunidades incel, há uma convergência discursiva significativa em torno de temas como a crítica à autonomia feminina, a valorização de modelos tradicionais de masculinidade e a noção de que homens contemporâneos estariam sendo injustamente marginalizados nas dinâmicas afetivas e sociais. Nesse sentido, tais conteúdos funcionam como importantes vetores de popularização de elementos da cultura incel e da machosfera, traduzindo conceitos originalmente restritos a subculturas digitais

para formatos mais amplos e acessíveis, como vídeos curtos, podcasts, cursos online e conteúdos motivacionais voltados ao chamado desenvolvimento pessoal masculino.

A circulação dessas narrativas em plataformas digitais amplia significativamente seu alcance e contribui para sua difusão em públicos mais amplos no ecossistema digital brasileiro. Ao serem incorporadas a formatos de comunicação mais populares e menos explicitamente associados a subculturas extremas da internet, ideias originalmente produzidas em fóruns e comunidades relativamente marginais passam a integrar debates mais amplos sobre masculinidade, relacionamentos e papéis de gênero. Dessa forma, o fenômeno incel, longe de permanecer restrito a nichos específicos da cultura digital, insere-se em dinâmicas mais amplas de produção e circulação de discursos antifeministas e de contestação às transformações contemporâneas nas relações de gênero, evidenciando a complexidade das interações entre cultura digital, ressentimento social e disputas simbólicas no espaço público online.

## 4. Considerações finais

Este artigo teve como objetivo analisar o fenômeno incel como uma forma contemporânea de reorganização da misoginia em ambientes digitais, investigando seus discursos, suas formas de sociabilidade online e sua inserção em um ecossistema mais amplo de comunidades antifeministas. Ao longo da análise, procurou-se demonstrar que as comunidades incel não se limitam a espaços de compartilhamento de frustrações individuais relacionadas à vida afetiva e sexual. Mais do que isso, elas constituem arenas discursivas nas quais experiências pessoais de rejeição ou marginalização são reinterpretadas coletivamente por meio de narrativas que atribuem tais frustrações a uma suposta injustiça estrutural contra os homens.

Nesse sentido, o estudo evidenciou que o discurso incel opera por meio de um processo de ressignificação das transformações contemporâneas nas relações de gênero. A ampliação dos direitos das mulheres, as mudanças nas normas sociais relativas à sexualidade e as transformações nas expectativas sociais associadas à masculinidade são frequentemente interpretadas nesses espaços como sinais de uma crise da masculinidade e de uma perda de privilégios masculinos. Tal interpretação sustenta narrativas de vitimização masculina que, ao mesmo tempo em que negam ou minimizam desigualdades históricas de gênero, contribuem para legitimar formas específicas de hostilidade dirigidas às mulheres.

A análise da chamada *manosphere* permitiu situar as comunidades incel dentro de um ecossistema digital mais amplo, caracterizado pela circulação de discursos antifeministas, pela valorização de modelos hierárquicos de masculinidade e pela difusão de ideologias que reinterpretam as relações de gênero em termos de competição e dominação. Nesse contexto, conceitos como *red pill* e *black pill* funcionam como dispositivos narrativos que estruturam a interpretação da realidade social por parte desses grupos, oferecendo explicações simplificadas e frequentemente deterministas para fenômenos complexos como relações afetivas, sexualidade e mobilidade social.

No que se refere ao contexto brasileiro, buscamos apontar que a apropriação dessas narrativas ocorre em diálogo com características específicas da sociedade

nacional. Em particular, a forte desigualdade socioeconômica e as transformações recentes no cenário político e cultural parecem influenciar as formas pelas quais discursos incel são reinterpretados e disseminados no país. Além disso, a história da cultura de fóruns e comunidades digitais no Brasil contribuiu para a formação de espaços de sociabilidade online nos quais discursos misóginos, humor agressivo e ressentimento social puderam circular e se consolidar. Ao articular esses elementos, o estudo buscou evidenciar que o fenômeno incel, embora inspirado em matrizes discursivas globais, adquire no Brasil formas particulares de expressão e circulação.

Outro aspecto relevante diz respeito às interseções entre comunidades incel, processos de radicalização online e discursos associados à extrema direita digital. Embora nem todos os indivíduos que se identificam como incels estejam envolvidos em mobilizações políticas organizadas ou em manifestações explícitas de violência, esses ambientes podem funcionar como espaços de socialização ideológica nos quais ressentimentos individuais são progressivamente reinterpretados por meio de narrativas antifeministas, conspiratórias e, em alguns casos, antidemocráticas. Nesse sentido, a análise do fenômeno incel permite compreender dinâmicas mais amplas de circulação de discursos de ódio e de formação de identidades políticas em ambientes digitais contemporâneos.

Do ponto de vista teórico, este artigo contribui para o campo dos estudos de gênero e das mídias digitais ao propor uma leitura do fenômeno incel não apenas como expressão de frustrações individuais, mas como um dispositivo discursivo que reorganiza formas históricas de misoginia em novos ambientes de sociabilidade online. Ao enfatizar os processos de produção coletiva de sentido nesses espaços, a análise evidencia como experiências pessoais de exclusão podem ser transformadas em identidades políticas e em narrativas que legitimam hostilidade de gênero.

No contexto brasileiro, a investigação também busca contribuir para campo de estudos sobre misoginia digital e masculinidades online, oferecendo uma reflexão inicial sobre a circulação e a adaptação local de discursos originados na cultura digital anglófona. Ao situar o fenômeno incel na interseção entre desigualdade social, cultura digital e transformações políticas recentes, o artigo procura abrir caminhos para futuras pesquisas que aprofundem empiricamente essas dinâmicas no país.

Por fim, a expansão e a crescente visibilidade dessas comunidades colocam desafios relevantes para a compreensão das formas contemporâneas de sociabilidade mediadas por plataformas digitais. Se, em seus estágios iniciais, as interações incel se concentravam sobretudo em fóruns anônimos e relativamente circunscritos, atualmente essas narrativas circulam em um ecossistema digital mais amplo e diversificado, que inclui influenciadores, canais de vídeo, podcasts e comunidades online dedicadas à discussão de masculinidade, sexualidade e relações de gênero. Nesse ambiente comunicacional marcado pela lógica algorítmica das plataformas e pela intensificação da circulação de discursos polarizadores, ideias originalmente restritas a subculturas digitais podem adquirir maior visibilidade e alcançar públicos mais amplos.

Tal dinâmica contribui para a difusão de narrativas que reinterpretam frustrações individuais por meio de enquadramentos coletivos baseados em ressentimento de gênero, vitimização masculina e hostilidade antifeminista. Nesse contexto, investigar os processos de produção, circulação e legitimação da misoginia online

torna-se fundamental para compreender as transformações em curso no espaço público digital e suas implicações para as relações de gênero. Ao mesmo tempo, torna-se necessário aprofundar empiricamente o conhecimento sobre essas comunidades, mapeando com maior precisão seus perfis sociológicos, suas formas de organização discursiva e as redes de circulação que conectam tais narrativas a outros segmentos do ecossistema digital, incluindo movimentos antifeministas e correntes da direita radical. Pesquisas futuras poderão, assim, contribuir para uma compreensão mais abrangente dos modos pelos quais essas formas de sociabilidade digital participam da reconfiguração contemporânea dos conflitos políticos e culturais em torno de gênero, identidade e democracia.

## Referências

ALEXANDER, Jeffrey C. Vociferando contra o iluminismo: a ideologia de Steve Bannon. *Sociologia & Antropologia*, Rio de Janeiro, v. 8, n. 3, p. 1009-1023, set./dez. 2018.

BBC NEWS. *California killings: suspect Elliot Rodger left manifesto*. Londres, 2014. Disponível em: https://www.bbc.com/news/world-us-canada-27562917. Acesso em: 2 abr. 2025.

BEAUCHAMP, Zack. Our incel problem. *Vox*, Washington, DC, 16 abr. 2019. Disponível em: https://www.vox.com/the-highlight/2019/4/16/18287446/incel-definition-reddit. Acesso em: 16 out. 2025.

DECLERCQ, Marie. A tristeza dos incels: um retrato da juventude em crise no Brasil. *Vice Brasil*, 2018. Disponível em: https://www.vice.com/pt_br/article/j5y8q3/a-tristeza-infinita-dos-incels-um-retrato-da-juventude-em-crise-no-brasil. Acesso em: 16 out. 2025.

EL PAÍS. *O massacre de Isla Vista e o manifesto misógino do assassino*. Madri, 25 maio 2014. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2014/05/25/internacional/1401043694_312869.html. Acesso em: 2 abr. 2025.

GING, Debbie. Alphas, betas, and incels: theorizing the masculinities of the manosphere. *Men and Masculinities*, Thousand Oaks, v. 22, n. 4, p. 638-657, 2019. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/316845210_Alphas_Betas_and_Incels_Theorizing_the_Masculinities_of_the_Manosphere. Acesso em: 14 out. 2025.

INTERNET ARCHIVE. *My Twisted World*, de Elliot Rodger. Disponível em: https://archive.org/details/MyTwistedWorld/mode/2up. Acesso em: 2 abr. 2025.

KIMMEL, Michael. *Angry white men: American masculinity at the end of an era*. New York: Nation Books, 2017. Disponível em: https://www.hachettebookgroup.com/titles/michael-kimmel/angry-white-men/9781568589626/. Acesso em: 2 abr. 2025.

MANNE, Kate. *Down girl: the logic of misogyny*. New York: Oxford University Press, 2018.

MARWICK, Alice E.; CAPLAN, Robyn. Drinking male tears: language, the manosphere, and networked harassment. *Feminist Media Studies*, Abingdon, v. 18, n. 4, p. 543-559, 2018. DOI: https://doi.org/10.1080/14680777.2018.1450568.

NAGLE, Angela. *Kill all normies: online culture wars from 4chan and Tumblr to Trump and the alt-right*. Winchester: Zero Books, 2017.

NGUYEN, C. Thi. Echo chambers and epistemic bubbles. *Episteme*, Cambridge, v. 17, n. 2, p. 141-161, 2020. DOI: https://doi.org/10.1017/epi.2018.32.

SALGADO, Daniel. Transgressão à direita. *Revista Serrote*, São Paulo, n. 30, nov. 2018. Disponível em: https://www.revistaserrote.com.br/2018/11/transgressao-a-direita-por-daniel-salgado/. Acesso em: 20 out. 2025.

SUNSTEIN, Cass R. *Republic: divided democracy in the age of social media*. Princeton: Princeton University Press, 2017. Disponível em: https://press.princeton.edu/books/hardcover/9780691175515/republic. Acesso em: 2 abr. 2025.

TAIT, Amelia. Spitting out the red pill: former misogynists reveal how they were radicalised online. *New Statesman*, Londres, 9 fev. 2017. Disponível em: https://www.newstatesman.com/science-tech/internet/2017/02/reddit-the-red-pill-interview-how-misogyny-spreads-online. Acesso em: 16 out. 2025.

WITT, Taisto. "If I cannot have it, I will do everything I can to destroy it": the canonization of Elliot Rodger, incel masculinities, secular sainthood, and justifications of ideological violence. *Social Identities*, Abingdon, v. 26, n. 5, p. 675-689, 2020. DOI: https://doi.org/10.1080/13504630.2020.1787132.

# Efetividade da aplicação dos royalties do petróleo e da gestão pública no Litoral Norte Paulista: uma análise por indicadores de desenvolvimento sustentável

*Effectiveness of the application of oil royalties and public management on the North Coast of São Paulo: an analysis using sustainable development indicators*

*Efectividad de la aplicación de las regalías del petróleo y de la gestión pública en el Litoral Norte Paulista: un análisis a partir de indicadores de desarrollo sostenible*

*Carlos Roberto Nunes*[1]
*Leandro Luiz Giatti*[2]

**Resumo**

Nunes, C. R. Giatti, L. L. Efetividade da aplicação dos royalties do petróleo e da gestão pública no Litoral Norte Paulista: uma análise por indicadores de desenvolvimento sustentável. ***Rev. C&Trópico***, v. 50, n. 1, p. 205-234, 2026. Doi: 10.33148/ctrpico.v50i1.2733

Municípios que recebem royalties do petróleo enfrentam o desafio de converter esses recursos em melhorias sociais efetivas. Este estudo analisa a efetividade da aplicação dos royalties na gestão pública dos municípios do Litoral Norte Paulista, região que pertence à Região Metropolitana Vale do Paraíba e Litoral Norte (RMVale), avaliando seu impacto em indicadores de sustentabilidade (saúde, educação, saneamento, segurança e capacidade administrativa) e a eficiência dessa contribuição para o desenvolvimento sustentável local. A metodologia combinou análise estatística, o coeficiente de correlação de Pearson e a Análise Envoltória de Dados (DEA), utilizando uma série histórica de dados *per capita*. Adicionalmente, o estudo resultou na criação do Observatório do Desenvolvimento Sustentável, um portal de monitoramento de indicadores para promover a transparência e a participação cidadã. O principal achado revela que a mera disponibilidade de um grande volume de recursos financeiros não garante melhorias equivalentes nos indicadores sociais. A análise demonstrou disparidades na eficiência com que a gestão pública converte esses recursos em benefícios tangíveis. Conclui-se que a eficiência na gestão é crucial, e instrumentos de monitoramento, como o observatório, são essenciais para qualificar o debate sobre o uso de recursos públicos.

**Palavras-chave:** Indicadores de Desenvolvimento Sustentável; Indicadores de eficiência; Políticas públicas; Agenda 2030; Gestão; Governança; Royalties.

1 Mestre em Ambiente, Saúde e Sustentabilidade e doutorando pela Universidade de São Paulo (USP/FSP). E-mail: carlos_nunes@alumni.usp.br Orcid: https://orcid.org/0000-0002-1303-6120

2 Doutor em Saúde Pública pela Universidade de São Paulo (USP). Professor associado do Departamento de Saúde Ambiental, Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo. E-mail: lgiatti@usp.br Orcid: https://orcid.org/0000-0003-1154-6503

**Abstract**

Nunes, C. R. Giatti, L. L. Effectiveness of the application of oil royalties and public management on the North Coast of São Paulo: an analysis using sustainable development indicators. ***Rev. C&Trópico***, v. 50, n. 1, p. 205-234, 2026. Doi: 10.33148/ctrpico.v50i1.2733

*Municipalities that receive oil royalties face the challenge of converting these resources into effective social improvements. This study analyzes the effectiveness of royalty application in the public management of municipalities on the North Coast of São Paulo, a region belonging to the Metropolitan Region of Vale do Paraíba and North Coast (RMVale), evaluating its impact on sustainability indicators (health, education, sanitation, security, and administrative capacity) and the efficiency of this contribution to local sustainable development. The methodology combined statistical analysis, Pearson's correlation coefficient, and Data Envelopment Analysis (DEA), using a historical series of per capita data. Additionally, the study resulted in the creation of the Sustainable Development Observatory, a monitoring portal for indicators to promote transparency and citizen participation. The main finding reveals that the mere availability of a large volume of financial resources does not guarantee equivalent improvements in social indicators. The analysis demonstrated disparities in the efficiency with which public management converts these resources into tangible benefits. It is concluded that efficiency in management is crucial, and monitoring tools, such as the observatory, are essential to improve the quality of the debate on the use of public resources.*

**Keywords:** Sustainable Development Indicators; Efficiency indicators; Public policies; 2030 Agenda; Management; Governance; Royalties.

**Resumen**

Nunes, C. R. Giatti, L. L. Efectividad de la aplicación de las regalías del petróleo y de la gestión pública en el Litoral Norte Paulista: un análisis a partir de indicadores de desarrollo sostenible. ***Rev. C&Trópico***, v. 50, n. 1, p. 205-234, 2026. Doi: 10.33148/ctrpico.v50i1.2733

Los municipios que reciben regalías del petróleo enfrentan el desafío de convertir estos recursos en mejoras sociales efectivas. Este estudio analiza la efectividad de la aplicación de las regalías en la gestión pública de los municipios del Litoral Norte Paulista, región que pertenece a la Región Metropolitana del Valle do Paraíba y Litoral Norte (RMVale), evaluando su impacto en indicadores de sostenibilidad (salud, educación, saneamiento, seguridad y capacidad administrativa) y la eficiencia de esta contribución para el desarrollo sostenible local. La metodología combinó análisis estadístico, el coeficiente de correlación de Pearson y el Análisis Envolvente de Datos (DEA), utilizando una serie histórica de datos per cápita. Adicionalmente, el estudio dio como resultado la creación del Observatorio del Desarrollo Sostenible, un portal de monitoreo de indicadores para promover la transparencia y la participación ciudadana. El principal hallazgo revela que la mera

disponibilidad de un gran volumen de recursos financieros no garantiza mejoras equivalentes en los indicadores sociales. El análisis demostró disparidades en la eficiencia con que la gestión pública convierte estos recursos en beneficios tangibles. Se concluye que la eficiencia en la gestión es crucial y que instrumentos de monitoreo, como el observatorio, son esenciales para cualificar el debate sobre el uso de los recursos públicos.

**Palabras clave:** Indicadores de Desarrollo Sostenible; Indicadores de eficiencia; Políticas públicas; Agenda 2030; Gestión; Gobernanza; Regalías.

*Data de submissão: 04/01/2026*
*Data de aceite: 14/05/2026*

## 1. Introdução e justificativa do estudo

### *1.1. O desafio da renda petrolífera e a justificativa do estudo*

A distribuição de royalties do petróleo e gás natural confere a certos municípios brasileiros uma receita extraordinária e de grande volume que deveria, teoricamente, funcionar como um motor para o desenvolvimento sustentável e para a superação de disparidades sociais. No entanto, a literatura e a experiência prática no Brasil apontam para um fenômeno contraditório, frequentemente associado à "maldição dos recursos naturais".

**Justificativa teórica:** Estudos recentes demonstram que a alta disponibilidade de royalties não se traduz automaticamente em melhorias proporcionais nos indicadores sociais, como saúde, educação e saneamento (Agenda Pública, 2025). Pelo contrário: muitos municípios campeões em receitas petrolíferas *per capita* persistem com indicadores de qualidade de vida abaixo da média nacional ou estadual. A explicação reside na eficiência da gestão e no foco dos gastos, que tendem a priorizar o custeio em detrimento de investimentos estruturantes. Este estudo se justifica, portanto, pela necessidade de ir além da simples correlação e de mensurar a eficiência com que a gestão pública no Litoral Norte Paulista converte essa riqueza em resultados sociais tangíveis, utilizando o rigor metodológico da Análise Envoltória de Dados (Banker et al., 1989).

**Justificativa prática:** A gestão municipal brasileira enfrenta desafios complexos na implementação da Agenda 2030 e de seus Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)(Estratégia ODS, 2020). Para os municípios produtores, há a pressão adicional pela transparência sobre o uso dos recursos de royalties. A contribuição prática deste trabalho, ao propor e desenvolver o Observatório do Desenvolvimento Sustentável, reside em fornecer uma ferramenta inovadora de monitoramento. Essa plataforma, ao utilizar indicadores sintéticos de eficiência, preenche uma lacuna de transparência e governança, permitindo à sociedade civil e aos órgãos de controle uma fiscalização qualificada, superando a fragmentação de dados de fontes tradicionais, como o Índice de Efetividade da Gestão Municipal (IEG-M) do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (TCE-SP, 2023).

### *1.2. Discussão conceitual dos elementos-chave*

O objetivo do estudo envolve a articulação de quatro conceitos centrais:
**a) Royalties do petróleo:** São definidos como uma compensação financeira devida à União, estados e municípios pela exploração de petróleo e gás natural. No contexto brasileiro, representam uma renda extraordinária que, apesar de ter sua distribuição alvo de intensos debates judiciais e legislativos, possui um impacto fiscal imenso. Em 2024, a renda nacional do petróleo atingiu R$ 108,2 bilhões (ANP, 2024). A crítica central, contudo, é que uma parcela ínfima é destinada à agenda ambiental e climática, e o montante geralmente não se traduz em desenvolvimento social proporcional nas cidades beneficiadas.
**b) Desenvolvimento sustentável e Agenda 2030 (ODS):** O desenvolvimento sustentável é o paradigma que orienta esta pesquisa, definindo o progresso não apenas em termos econômicos, mas também sociais e ambientais. Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030 (ONU, 2015) fornecem os parâmetros e o direcionamento para o estudo, servindo como a principal métrica de *output*. O Brasil, como signatário, comprometeu-se com a "localização" desses objetivos (Grupo de Trabalho da Sociedade Civil para a Agenda 2030, 2021), o que significa que o sucesso da agenda depende crucialmente da capacidade de implementação da gestão municipal.
**c) Eficiência da gestão pública:** Em um cenário de recursos finitos (ainda que extraordinários), a eficiência é a capacidade de otimizar a relação *input-output*. Ou seja, é "fazer mais" (melhores indicadores sociais) com "menos" (menor custo ou desperdício). A ineficiência na gestão de royalties é um problema documentado, com estudos apontando um grau médio de ineficiência de 34%, chegando a 78% em municípios específicos (Ipea). Para mensurar essa eficiência, o estudo emprega a Análise Envoltória de Dados (DEA), uma metodologia robusta reconhecida por órgãos de controle (TCU, 2022) e pela academia para comparar Unidades Tomadoras de Decisão (DMUs) e identificar as melhores práticas (Nogueira et al., 2012)
**d) Contexto regional (Litoral Norte Paulista):** A região de estudo (São Sebastião, Caraguatatuba, Ilhabela e Ubatuba) é um território estratégico marcado por:

1. **Concentração de royalties:** São Sebastião e Ilhabela figuram entre os municípios que mais recebem esses recursos no país (Nunes, 2024)
2. **Vulnerabilidade ambiental:** região costeira inserida no bioma Mata Atlântica;
3. **Contradições sociais:** sazonalidade econômica e impactos de grandes empreendimentos de infraestrutura (Teixeira, 2013).

Analisar a eficiência nesses municípios permite um olhar localizado essencial, confrontando a abundância de recursos com as pressões do desenvolvimento turístico e petrolífero.

## 2. Objetivos e estrutura da pesquisa

### *2.1. Pergunta central de pesquisa*

Em que medida a eficiência da gestão pública municipal atua como variável mediadora na conversão de receitas extraordinárias (royalties do petróleo) em indicadores de desenvolvimento sustentável no Litoral Norte Paulista?

### *2.2. Objetivos*

**Objetivo geral:** Mensurar a eficiência relativa das prefeituras do Litoral Norte Paulista na conversão de insumos financeiros (*inputs*) em resultados socioambientais (*outputs*), utilizando a técnica de Análise Envoltória de Dados (DEA) e viabilizando o monitoramento desses resultados através da implementação do Observatório do Desenvolvimento Sustentável.

**Objetivos específicos:**

- Identificar os municípios que serão analisados como as Unidades Tomadoras de Decisão (DMUs) que compõem a fronteira de eficiência na região da RMVale;
- Avaliar o impacto da composição dos gastos (custeio *vs.* investimento) no desempenho dos indicadores vinculados aos ODS;
- Estruturar uma arquitetura de dados (Observatório) que traduza os índices sintéticos de eficiência em ferramentas de transparência ativa e governança.

### *2.3. Hipótese*

A disponibilidade de vultosos volumes de royalties, isoladamente, não assegura o avanço dos indicadores sociais. A eficiência da governança e a natureza alocativa do gasto constituem os fatores determinantes para o desenvolvimento local, cuja transparência e fiscalização social, catalisadas por ferramentas tecnológicas de monitoramento, são premissas para a otimização dos recursos públicos.

### *2.4. Contribuição metodológica e aplicada*

A pesquisa propõe uma integração simbiótica entre a análise acadêmica e a aplicação tecnológica. A contribuição estruturante reside em:

- **Dimensão analítica:** O emprego da DEA para o cálculo da eficiência relativa, permitindo a comparação rigorosa entre os municípios.
- **Dimensão instrumental:** O Observatório do Desenvolvimento Sustentável não é tratado como um produto acessório, mas como a infraestrutura de governança necessária para conferir funcionalidade à metodologia. Ele atuará como o dispositivo de tradução que transforma um grande conjunto de dados e informações em dados inteligíveis e painéis para a sociedade civil e gestores públicos.

### *2.5. Produto tecnológico: Observatório do Desenvolvimento Sustentável*

O Observatório do Desenvolvimento Sustentável é concebido como um portal de transparência qualificada e monitoramento de longo prazo. Sua função

é integrar e sintetizar indicadores de saúde, educação, saneamento e finanças em *dashboards* dinâmicos. Ao oferecer uma visão clara da eficiência municipal (relação custo-benefício social), a plataforma supera a fragmentação atual de dados e fortalece o controle social na região.

## 3. Estrutura do artigo

Para enfrentar o desafio da "maldição dos recursos naturais", este estudo analisa a efetividade da aplicação dos royalties no Litoral Norte Paulista, estabelecendo correlações rigorosas entre o capital investido (*inputs*) e os benefícios tangíveis (*outputs*) em pilares como saúde, educação, saneamento, segurança e capacidade administrativa.

O artigo está estruturado em quatro seções principais:

- **Metodologia:** Detalhamento técnico do modelo DEA e do emprego das correlações de Pearson;
- **Resultados:** Apresentação dos índices de eficiência apurados e demonstração da arquitetura do Observatório do Desenvolvimento Sustentável;
- **Discussão:** Confronto crítico entre o volume de recursos financeiros e a realidade dos indicadores socioambientais;
- **Conclusões:** Síntese das evidências, limitações do estudo e recomendações para a gestão pública.

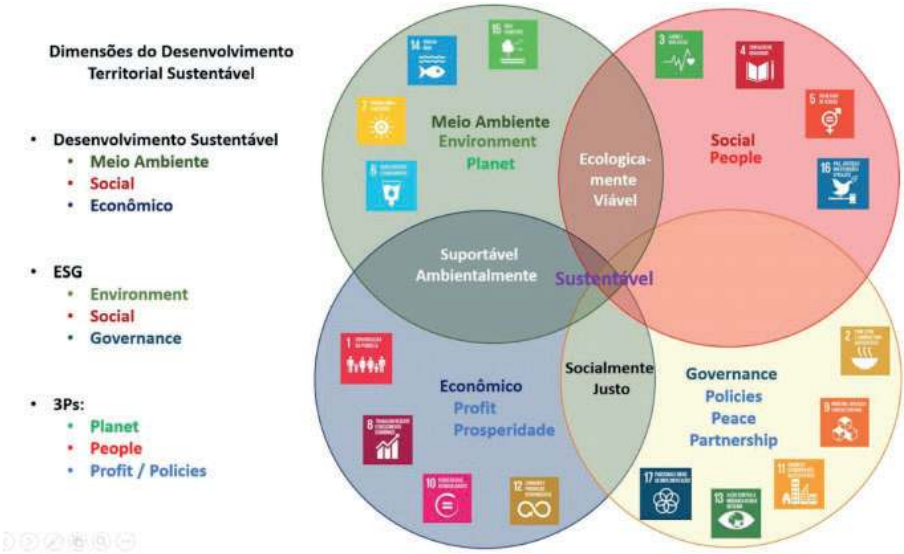
## 4. Metodologia

O presente estudo caracteriza-se como uma pesquisa quantitativa, empregando uma abordagem mista que combina a análise de indicadores secundários e a construção de indicadores sintéticos de eficiência. Este processo consiste na aglutinação de múltiplas variáveis primárias, que mensuram dimensões distintas de fenômenos complexos como qualidade de vida e desempenho governamental, em um índice agregado único.

A construção desses indicadores envolveu a seleção de dados de entrada (*inputs*) relevantes, a padronização de unidades para assegurar a comparabilidade, a ponderação de cada componente e, por fim, a agregação matemática. Essa técnica permite criar métricas abrangentes que facilitam o ranqueamento (*ranking*) e a comunicação de resultados complexos de forma clara e acessível.

A fundamentação teórica para o agrupamento dos indicadores reside na convergência entre o Tripé da Sustentabilidade (*Triple Bottom Line*) com a abordagem ESG (*Environmental, Social and Governance*). Tal integração reflete o compromisso com a Agenda 2030 e os ODS, sublinhando que o alcance de impactos territoriais favoráveis depende de arranjos colaborativos entre diversos atores (*stakeholders*) como governo, academia, empresas e sociedade civil, conforme preconizado por Santos *et al.* (2021). A convergência entre esses modelos resultou na definição das quatro dimensões de análise propostas para este estudo, conforme detalhado na Figura 01.

**Figura 1**: Dimensões do desenvolvimento territorial baseadas no tripé da sustentabilidade e práticas ESG




**Fonte:** Organização do próprio autor.

Alinhadas às diretrizes apresentadas na Figura 01, foram definidas quatro dimensões estruturantes que orientam tanto a seleção de indicadores simples quanto a construção dos indicadores sintéticos:

- **Vulnerabilidade social:** Foco em indicadores de bem-estar, equidade e serviços básicos;
- **Desenvolvimento econômico**: Análise da dinâmica produtiva e geração de riqueza local;
- **Dimenção ambiental e mudanças climáticas:** Monitoramento da resiliência ecológica e impactos ambientais;
- **Governança institucional municipal:** Avaliação da capacidade administrativa, transparência e eficiência fiscal.

Para a análise empírica, a metodologia utiliza uma série histórica de dados *per capita* dos municípios do Litoral Norte Paulista. A relação entre os recursos públicos (insumos) e os resultados alcançados foi avaliada por meio da integração de duas técnicas estatísticas complementares:

- **Coeficiente de Correlação de Pearson:** Utilizado para mensurar o nexo causal e o grau de associação entre as receitas municipais, com ênfase nos royalties do petróleo, e o desempenho nos indicadores de desenvolvimento sustentável. Essa análise identifica se o aumento da receita é acompanhado por uma evolução proporcional nos indicadores sociais.
- **Análise Envoltória de Dados (DEA):** Empregada para o desenvolvimento

dos indicadores sintéticos de eficiência. Esta técnica permite avaliar a performance relativa da gestão pública ao converter *inputs* (recursos financeiros investidos) em *outputs* (melhoria efetiva dos indicadores finalísticos).

Essa abordagem dual proporciona uma avaliação multidimensional e estratégica, permitindo distinguir entre a simples disponibilidade de recursos e a competência gerencial em aplicá-los para o desenvolvimento local (Nogueira *et al*., 2012).

### *4.1. Critérios de escolha dos municípios e indicadores*

A delimitação espacial no Litoral Norte justifica-se por ser esta a principal região beneficiária de royalties petrolíferos no estado de São Paulo. Contudo, para conferir rigor estatístico e viabilidade matemática ao modelo, a amostra foi expandida para os 39 municípios da Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte (RMVale).

Essa ampliação fundamenta-se em dois pilares:

1. **Critério administrativo:** O Litoral Norte integra oficialmente esta região metropolitana;
2. **Necessidade técnica:** A composição de um número adequado de Unidades Tomadoras de Decisão (DMUs) é essencial para assegurar a validade da fronteira de eficiência da DEA, permitindo um *benchmarking* regional comparativo e robusto.

## Definição e tratamento dos indicadores

Os indicadores foram selecionados com base na Agenda 2030 (ODS) e na disponibilidade em fontes oficiais (TCE-SP, Seade, IBGE), priorizando séries históricas de 10 anos para garantir a comparabilidade temporal.

Para eliminar distorções causadas pela inflação e pelo tamanho populacional, os dados financeiros foram deflacionados pelo IPCA para valores atuais e convertidos para métricas *per capita*. A estruturação da base de dados envolveu a criação de uma *Analytical Base Table* (ABT) em linguagem R, com etapas rigorosas de higienização de *outliers* para evitar vieses na fronteira de eficiência.

## Fundamentação do Modelo DEA

- **Justificativa VRS (*Variable Returns to Scale*):** Optou-se pelo modelo VRS devido à elevada heterogeneidade da RMVale. Diferente do modelo CCR, o VRS assume que variações nos insumos podem não gerar aumentos proporcionais nos produtos, adequando-se à realidade de municípios com escalas orçamentárias e populacionais vastamente distintas (exemplo: Ilhabela *vs.* cidades de pequeno porte).
- **Orientação ao *output*:** Na gestão pública, o orçamento (*input*) é frequentemente uma variável fixa ou exógena, especialmente no caso dos royalties.

Portanto, o objetivo da gestão é maximizar os resultados sociais (saúde, educação, segurança) a partir dos recursos disponíveis, e não necessariamente reduzir o orçamento.

- **Polaridade negativa:** Indicadores como taxas de homicídios e furtos possuem polaridade negativa (menor é melhor). Para que o modelo DEA consiga interpretar a redução desses índices como ganho de eficiência, os dados foram invertidos (1/x), alinhando-os ao objetivo de maximização de *outputs*.

## Limitações inferenciais

É imperativo pontuar que a DEA mensura eficiência relativa (comparação entre os municípios da amostra) e não eficiência absoluta. Ademais, a análise de correlação de Pearson identifica associações estatísticas, mas não estabelece causalidade direta isolada, visto que indicadores sociais são multifatoriais e influenciados por variáveis externas ao modelo.

### *4.2. Contribuição prática: O Observatório do Desenvolvimento Sustentável*

Como contribuição prática e tecnológica, propõe-se a criação do Observatório do Desenvolvimento Sustentável. Esta plataforma digital centraliza e integra indicadores municipais baseados nos ODS e nas dimensões da pesquisa.

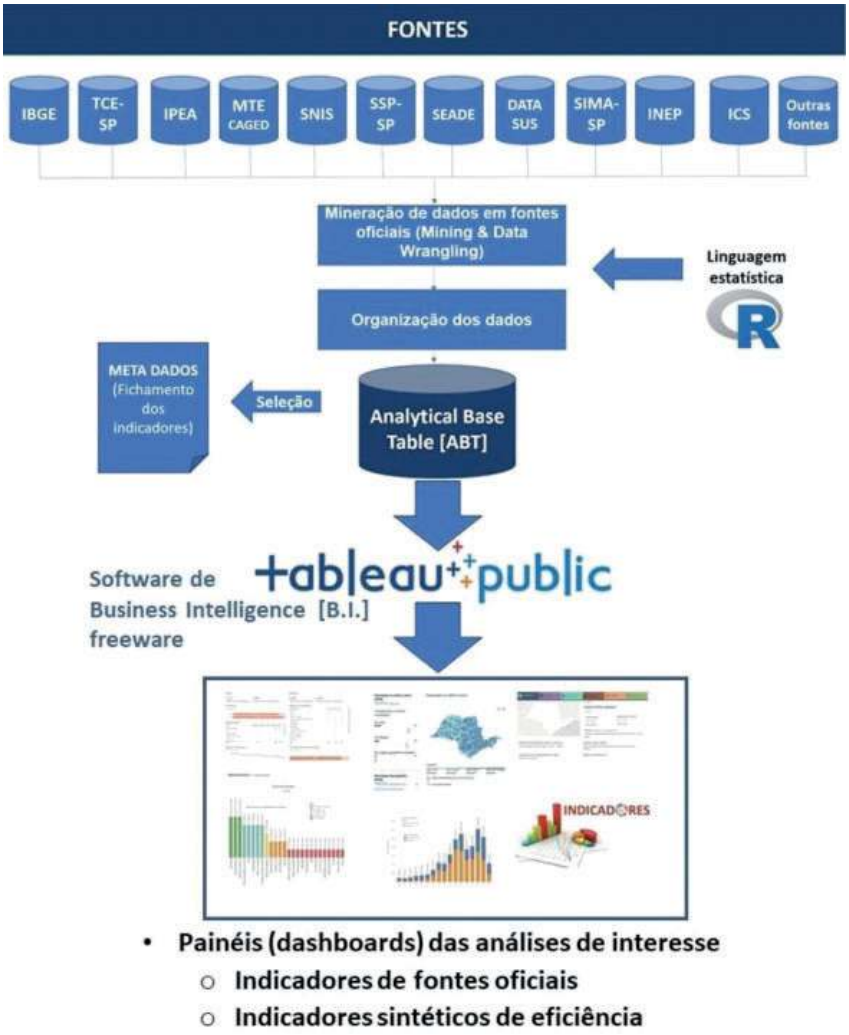
O diferencial da ferramenta é transcender a disponibilização de dados brutos, oferecendo indicadores sintéticos compostos que simplificam a complexidade das informações. O observatório visa oferecer um instrumento acessível para o monitoramento contínuo de políticas públicas, fomentando a participação cidadã e parcerias *multistakeholders* entre governo, academia e sociedade civil (Santos *et al*., 2021)

### *4.3. Mineração de dados e estruturação da ABT*

A consolidação das diversas fontes em uma única base de análise seguiu a metodologia de ABT (*Analytical Base Table*) (Fernandes, 2015). Esta matriz agrega dados de todos os municípios analisados, incluindo métricas simples e compostas.

Para a coleta, tratamento e higienização dos dados, foram desenvolvidos *scripts* na linguagem estatística R, utilizando o ambiente RStudio. A construção dos painéis interativos (*dashboards*) foi realizada com a ferramenta de *Business Intelligence* (B.I.) conhecida como Tableau Public, permitindo a visualização clara da eficiência das gestões municipais para o público final.

**Figura 2:** Fluxo Metodológico




**Fonte:** Organização do próprio autor.

### *4.4. Seleção dos indicadores*

Alinhado às dimensões estruturantes definidas anteriormente, este estudo propôs-se a analisar as principais áreas relacionadas à gestão municipal. Foram selecionadas quatro áreas de atividades-fim (finalísticas): Saúde, Educação, Saneamento Básico e Segurança Pública, além de uma atividade-meio: a Capacidade de Gestão. O Orçamento Municipal foi estabelecido como o elemento transversal a todas as dimensões, atuando como o principal insumo (*input*) financeiro.

Para cada área, foram selecionados de dois a três indicadores-chave, os quais foram analisados em correlação direta com as despesas ou investimentos realizados na respectiva pasta. Essa seleção criteriosa visa garantir a objetividade do modelo, evitando o sobreajuste dos dados e permitindo uma visão clara da eficiência alocativa em cada eixo temático.

**Tabela 1:** Seleção de indicadores por dimensão/área

| Dimensão | Áreas escolhidas | Indicadores selecionados para estudo |
|---|---|---|
| Vulnerabilidade Social | Saúde | Gasto em Saúde *per capita*. Leitos por habitante.<br>% internações pelo SUS. Cobertura ESF. |
| | Educação | Gastos em Educação *per capita*. Ideb - anos iniciais.<br>Ideb - anos finais. |
| | Segurança | Gastos em Segurança *per capita* Homicídios por 100 mil habitantes. Furto por 100 mil.<br>Roubo por 100 mil. |
| Meio Ambiente e Mudanças Climáticas | Saneamento Básico | Investimentos em Saneamento *per capita*.<br>Índice de coleta de esgoto.<br>Índice de disponibilidade de água tratada. |
| Desenvolvimento Econômico | Orçamento Municipal | Evolução das receitas municipaisEvolução dos royalties. |
| Governança Institucional Municipal | Capacidade de Gestão | Índice de Efetividade da Gestão Municipal (IEG-M).<br>Índice Paulista de Desenvolvimento Municipal (IPDM). |

Para essa seleção, considerou-se também a facilidade de obtenção dos dados em portais públicos oficiais, bem como a disponibilidade de séries históricas consistentes. A partir desses critérios, foram realizadas duas análises distintas e complementares:

- Análise de correlação;

- Análise de eficiência.

### *4.5. Análise de correlação*

Todos os valores de gastos e investimentos foram padronizados para permitir a comparação entre os municípios, convertendo-os para valores *per capita* e atualizando-os monetariamente pelo IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo) até o ano-base da série.

Para verificar a existência e a força da associação entre os indicadores de resultado e as receitas (bem como os valores efetivamente gastos ou investidos), utilizou-se uma série histórica de dez anos (2014 a 2023). Sobre esses dados, aplicou-se o método estatístico do Coeficiente de Correlação de Pearson (r).

O Coeficiente de Pearson é uma medida de associação linear que assume valores no intervalo entre -1 e +1 (Figueiredo Filho & Silva Júnior, 2009). Ele mensura a intensidade e a direção da relação entre duas variáveis:

- **r = 1:** Correlação positiva perfeita;
- **r = -1:** Correlação negativa perfeita;
- **r = 0:** Ausência de relação linear.

No contexto deste estudo, espera-se encontrar correlações negativas fortes (próximas a -0,7 ou inferiores) para indicadores de polaridade negativa, aqueles em que valores menores representam melhores desempenhos sociais. Um exemplo prático ocorre na área de segurança pública: espera-se que, com o aumento do investimento e da eficiência na gestão, os índices de criminalidade (como homicídios, furtos e roubos) apresentem redução, configurando uma correlação inversamente proporcional (Figueiredo Filho & Silva Júnior, 2009).

**Tabela 2:** Coeficiente de correlação entre os Gastos em Educação *per capita* e Indicadores de Educação

| Município | Coluna de relacionamento com os indicadores | Indicadores | |
|---|---|---|---|
| | | Ideb anos iniciais (Fundamental 1) | Ideb anos finais (Fundamental 2) |
| Caraguatatuba | Gastos em Educação *per capita* | 0,775 | 0,834 |
| Ilhabela | Gastos em Educação *per capita* | 0,539 | 0,837 |
| São Sebastião | Gastos em Educação *per capita* | 0,448 | 0,349 |
| Ubatuba | Gastos em Educação *per capita* | 0,490 | 0,244 |

**Tabela 3:** Coeficiente de correlação entre os Gastos em Saúde *per capita* e Indicadores de Saúde

| Município | Coluna de relacionamento com os indicadores | Indicadores | | |
|---|---|---|---|---|
| | | Leitos por habitante | % de internação da população | Cobertura ESF (Estratégia Saúde da Família) |
| Caraguatatuba | Gastos em Saúde per capita | 0,802 | 0,773 | 0,699 |
| Ilhabela | Gastos em Saúde per capita | 0,190 | 0,611 | 0,348 |
| São Sebastião | Gastos em Saúde per capita | 0,137 | 0,607 | 0,415 |
| Ubatuba | Gastos em Saúde per capita | 0,137 | 0,760 | 0,276 |

**Tabela 4:** Coeficiente de correlação entre os Gastos em Segurança *per capita* e Indicadoresde Segurança

| Município | Coluna de relacionamento com os indicadores | Indicadores | | |
|---|---|---|---|---|
| | | Homicídio doloso por 100 mil habitantes. | Furto por 100 mil hab. | Roubo por 100 mil hab. |
| Caraguatatuba | Gastos em Segurança *per capita* | -0,371 | -0,569 | -0,663 |
| Ilhabela | Gastos em Segurança *per capita* | -0,145 | -0,103 | -0,015 |
| São Sebastião | Gastos em Segurança *per capita* | -0,419 | -0,338 | -0,538 |
| Ubatuba | Gastos em Segurança *per capita* | -0,358 | -0,171 | -0,376 |

**Tabela 5:** Coeficiente de correlação entre os Investimentos em Saneamento *per capita* eIndicadores de Saneamento

| Município | Coluna de relacionamento com os indicadores | Indicadores | |
|---|---|---|---|
| | | % de Coleta de esgoto | % disponibilidade de água tratada |
| Caraguatatuba | Investimentos em Saneamento *per capita* | -0,799 | 0,488 |
| Ilhabela | Investimentos em Saneamento *per capita* | -0,204 | 0,149 |
| São Sebastião | Investimentos em Saneamento *per capita* | -0,454 | 0,420 |

| | | | |
|---|---|---|---|
| Ubatuba | Investimentos em Saneamento *per capita* | -0,002 | 0,231 |

**Tabela 6:** Coeficiente de correlação entre as receitas municipais e Indicadores de Capacidadede Gestão

| Município | Coluna de relacionamento com os indicadores | Indicadores | |
|---|---|---|---|
| | | IEGM (Índice de Eficiência da Gestão Municipal) | IPDM (Índice Paulista de Desenvolvimento Municipal) |
| Caraguatatuba | Receitas *per capita* | **-0,833** | -0,095 |
| Ilhabela | Receitas *per capita* | -0,538 | **0,816** |
| São Sebastião | Receitas *per capita* | -0,365 | 0,610 |
| Ubatuba | Receitas *per capita* | -0,389 | 0,383 |

Nas Tabelas 2, 3, 4, 5 e 6, os indicadores em destaque (negrito) referem-se àqueles que apresentam correlações relevantes, mensuradas pelo coeficiente de Pearson (r).

### *4.6. Indicadores sintéticos (índices de eficiência)*

O método de aglutinação utilizado para a criação dos Indicadores Sintéticos foi a Análise Envoltória de Dados (DEA) (Barbosa & Fuchigami, 2018). Esta técnica de programação linear permite determinar o nível de eficiência relativa de cada Unidade de Tomada de Decisão (DMU), no caso, as prefeituras, gerando índices que variam de 0 a 1. As unidades que atingem o índice 1 são consideradas referências (*benchmarks*), enquanto as demais apresentam índices proporcionais à sua distância em relação à fronteira de eficiência.

## Escolha do modelo VRS (*Variable Returns to Scale*)

Embora a literatura apresente também o modelo CCR (retornos constantes de escala), esta análise optou pelo modelo VRS (Banker, Charnes e Cooper). A justificativa reside na elevada heterogeneidade dos municípios da RMVale. Enquanto o CCR assume que um aumento nos insumos gera um aumento proporcional nos resultados, o modelo VRS admite que as prefeituras operam em escalas distintas e enfrentam realidades socioeconômicas diversas. Assim, o VRS isola a eficiência técnica da eficiência de escala, impedindo que municípios menores sejam penalizados injustamente por não possuírem o ganho de escala de grandes metrópoles.

## Orientação ao resultado (*Output-oriented*)

O modelo foi configurado com orientação ao resultado (*output*). A razão técnica para essa escolha fundamenta-se na premissa de que o gestor público, com frequência, lida com orçamentos rígidos ou recursos (insumos) já vinculados. Portanto, o objetivo da análise não é identificar como reduzir o gasto público para manter o serviço atual, mas sim como maximizar o retorno social (indicadores) a partir do montante de recursos já disponíveis.

## Tratamento de indicadores com polaridade negativa

Para a composição da tabela de produtos, aplicou-se um tratamento técnico aos indicadores de polaridade negativa (aqueles em que "menos é melhor", como taxas de mortalidade, criminalidade ou evasão escolar). Como o algoritmo da DEA pressupõe que o incremento no valor do *output* representa maior eficiência, esses dados foram invertidos (utilizando o cálculo de 1/x ou a subtração pelo valor máximo da série). Esse procedimento garante que a redução de índices indesejados seja corretamente interpretada pelo modelo como um ganho de eficiência.

## Limitações inferenciais da análise

É fundamental ressaltar as limitações intrínsecas a esta técnica:

- **Relatividade:** A eficiência é medida estritamente em comparação ao grupo analisado (os 39 municípios da RMVale). Um município com índice 1 é eficiente em relação aos seus pares, não representando, necessariamente, um padrão de excelência absoluta.
- **Sensibilidade a dados:** Por ser uma técnica não paramétrica, a DEA é sensível a valores extremos (*outliers*) e a inconsistências nas medições dos dados brutos.
- **Qualidade *vs.* eficiência:** O índice reflete a relação matemática entre os recursos (*inputs*) e resultados (*outputs*) selecionados. Variáveis exógenas não incluídas no modelo (fatores geográficos, históricos ou políticos) podem influenciar o resultado final sem serem capturadas pela fronteira de eficiência calculada.

Como o número de municípios foco deste estudo é reduzido (quatro prefeituras), apenas para fins comparativos (*benchmarking*) a análise foi ampliada para o conjunto dos 39 municípios da Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte (RMVale), garantindo a massa crítica necessária para a validade estatística e a robustez matemática da fronteira de eficiência.

**Tabela 7:** Tabela de Insumos e Produtos a serem utilizados no método DEA

| Área/Eixo | Insumos (recursos) | Produtos (resultados) |
|---|---|---|
| Educação | Gastos em Educação *per capita* | Ideb anos iniciais (F1) |
| | | Ideb anos finais (F2) |
| Saúde | Gastos em Saúde *per capita* | Leitos por 1000 habitantes |
| | | % de internação da população |
| | | Cobertura ESF |
| Segurança | Gastos em Segurança *per capita* | Homicídio doloso por 100 mil habitantes |
| | | Furto por 100 mil habitantes |
| | | Roubo por 100 mil habitantes |
| Saneamento Básico | Investimentos em Saneamento *per capita* | % de coleta de esgoto |
| | | % de disponibilidade de água tratada |
| Capacidade de Gestão | Receitas *per capita* | IEGM |
| | | IPDM |

A tabela 7 refere-se aos indicadores selecionados como *inputs* para cada um dos eixos, e que, portanto, serão utilizados na metodologia DEA.

## 5. Resultados e discussão

Os gráficos das figuras 3 a 7 apresentados ilustram os índices de eficiência dos 39 municípios da RMVale nos cinco eixos analisados (Educação, Saúde, Segurança, Saneamento Básico e Capacidade de Gestão), obtidos através da metodologia DEA. Os quatro municípios centrais deste estudo – Caraguatatuba (azul), Ilhabela (verde), São Sebastião (laranja) e Ubatuba (vermelho) –, são destacados individualmente nos

gráficos, possibilitando a visualização de seu posicionamento em relação aos demais municípios em cada eixo.

**Figura 3:** Gráfico do índice de eficiência na Educação municipal

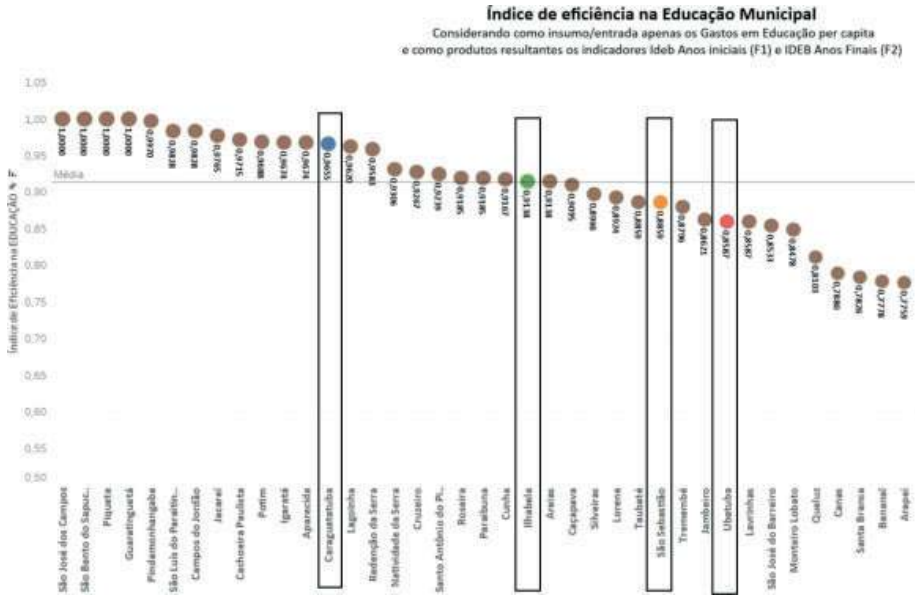



**Figura 4:** Gráfico do índice eficiência na Segurança

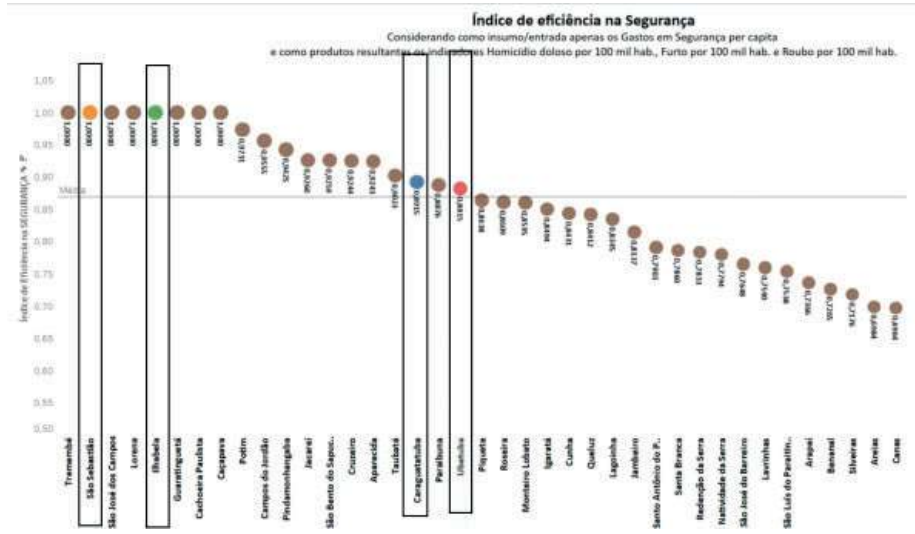


**Figura 5:** Gráfico do Índice de eficiência no Saneamento Básico

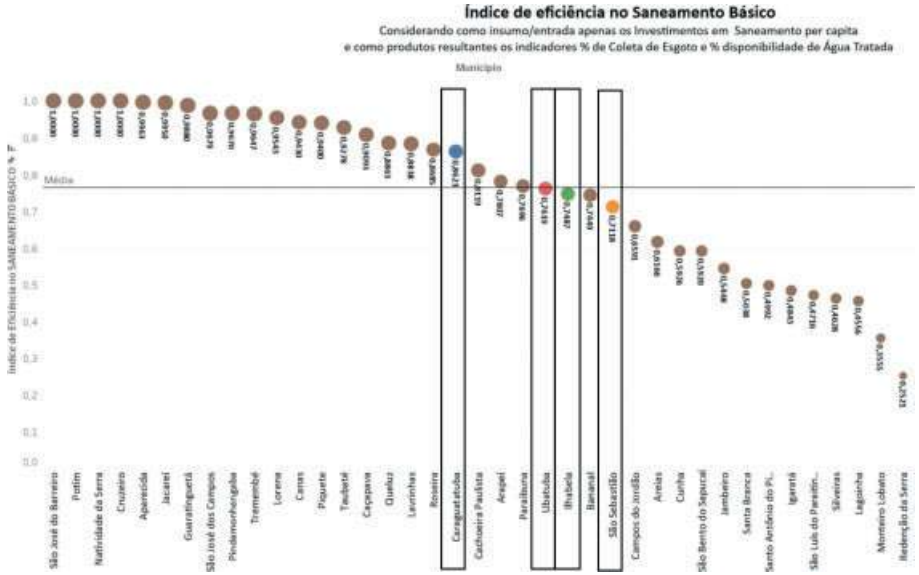



**Figura 6:** Gráfico do índice de eficiência na Saúde

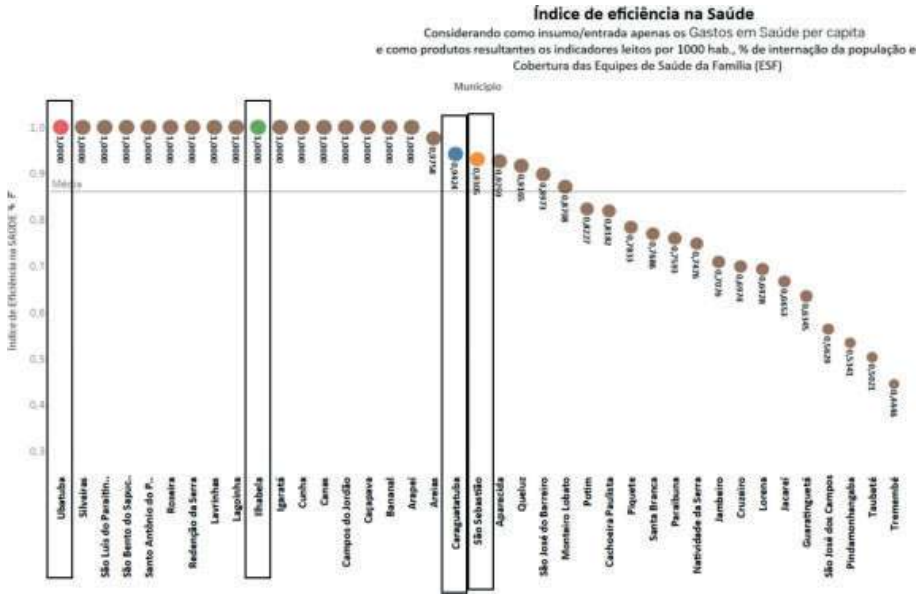
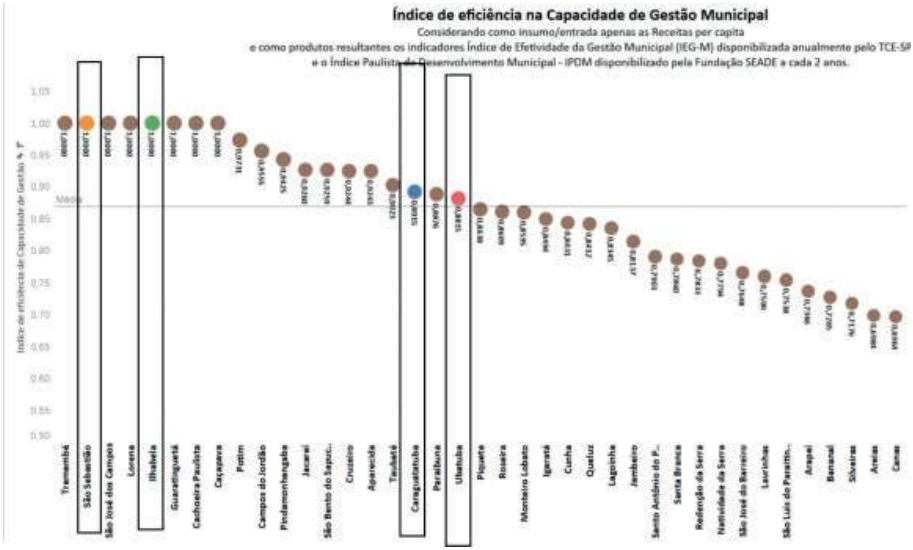


**Figura 7:** Gráfico do índice de eficiência na Capacidade de Gestão




**Fonte:** Elaboração dos gráficos feitas pelos próprios autores com base nos resultados da aplicação do método DEA.

### *5.1. Tabela de ranking entre os municípios da RMVale*

A Tabela 8 (abaixo) apresenta o *ranking* dos municípios ordenados da maior para a menor receita *per capita*, evidenciando as unidades com maior disponibilidade orçamentária. Conforme as normas legais, a maior parcela da distribuição dos royalties do petróleo é destinada aos municípios confrontantes com os campos de exploração, representados neste estudo por Caraguatatuba, Ilhabela e São Sebastião. No entanto, uma parcela residual é distribuída a todos os municípios da região metropolitana, justificando a análise do valor *per capita* recebido. Nota-se que municípios com populações menores se destacam nesse quesito pois, embora recebam um montante absoluto inferior, a baixa densidade demográfica resulta em um valor individual considerável. Finalmente, a tabela exibe o *ranking* de eficiência para cada um dos cinco eixos definidos.

A Tabela 08 sintetiza também o principal achado deste estudo: a clara desconexão entre a disponibilidade de recursos financeiros e a eficiência operacional da gestão pública municipal. O cruzamento dos dados demonstra que os municípios com maior receita orçamentária por habitante não são, necessariamente, aqueles que convertem essa riqueza de forma mais eficiente em resultados sociais (*outputs*), o que corrobora a tese central da pesquisa.

Os municípios do Litoral Norte que se beneficiam dos maiores volumes de royalties *per capita,* Ilhabela (1º lugar em receita e royalties) e São Sebastião (2º lugar em receita e royalties), ilustram essa contradição:

- **Ilhabela:** Apesar de ocupar o topo do *ranking* financeiro e ter alcançado a máxima eficiência (1º lugar) nos eixos de Saúde, Segurança Pública e Capacidade de Gestão, apresentou desempenhos insatisfatórios em áreas estruturais. O município figura em 21º lugar no *ranking* de eficiência em Saneamento Básico e em 19º em Educação. Essa disparidade sugere que a elevada dotação orçamentária não garantiu a priorização ou a gestão eficiente em todos os setores essenciais ao desenvolvimento sustentável.
- **São Sebastião:** Seguindo tendência semelhante, alcança o 1º lugar em Segurança Pública e Capacidade de Gestão, mas ocupa posições intermediárias a baixas em Saneamento Básico (23º lugar) e Educação (24º lugar). Os dados indicam que, apesar do elevado potencial financeiro, o impacto nos indicadores finalísticos ficou aquém do esperado.

Em contraste, municípios com receitas *per capita* significativamente menores demonstram alta eficiência, servindo como *benchmarks* para a região:

- **São José dos Campos:** Ocupando apenas a 22ª posição no *ranking* de receitas, alcança o 1º lugar em eficiência na Educação, Segurança Pública e Capacidade de Gestão, além da 5ª posição em Saneamento Básico. Este desempenho sugere que a escala e a qualidade técnica da gestão são fatores mais determinantes para o sucesso do que o volume bruto de recursos.
- **Ubatuba:** Situado na 18ª posição em receitas e com repasses irrisórios de royalties, obteve o 1º lugar no *ranking* de eficiência na Saúde. Embora apresente desempenho moderado em Saneamento Básico (12º lugar), o caso de Ubatuba sublinha que, mesmo com orçamentos modestos, é possível otimizar a relação *input-output* em áreas específicas.

Em suma, a análise cruzada dos *rankings* valida a hipótese de que a disponibilidade de recursos extraordinários não garante melhorias automáticas nos indicadores sociais. A gestão pública eficiente é aquela capaz de maximizar os resultados (*outputs*) e priorizar investimentos em áreas de baixa performance, como o Saneamento Básico, que ainda apresenta índices críticos na região analisada.

**Tabela 8:** *Ranking* entre os municípios da RMVale

| Município | Receitas *per capita* (2023) | Ranking Receitas *per capita* | Royalties *per capita* recebidos (2023) | Ranking Royalties *per capita* | Ranking Eficiência na Saúde | Ranking Eficiência na Segurança Pública | Ranking Eficiência no Saneamento Básico | Ranking Eficiência na Capacidade de Gestão | Ranking Eficiência na Educação |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Ilhabela | R$ 30.017,34 | 1 | R$ 14.445,77 | 1 | 1 | 1 | 21 | 1 | 19 |
| São Sebastião | R$ 20.420,00 | 2 | R$ 5.462,98 | 2 | 4 | 1 | 23 | 1 | 24 |
| Arapeí | R$ 15.880,99 | 3 | R$ 4.200,71 | 3 | 1 | 28 | 18 | 28 | 36 |
| Areias | R$ 13.607,18 | 4 | R$ 2.738,67 | 4 | 2 | 31 | 25 | 31 | 20 |
| São José do Barreiro | R$ 12.170,23 | 5 | R$ 2.544,83 | 5 | 7 | 25 | 1 | 25 | 30 |
| Monteiro Lobato | R$ 10.156,15 | 6 | R$ 374,59 | 14 | 8 | 15 | 35 | 15 | 31 |
| Jambeiro | R$ 9.823,57 | 7 | R$ 294,75 | 16 | 15 | 20 | 28 | 20 | 27 |
| Caraguatatuba | R$ 8.959,67 | 8 | R$ 856,41 | 8 | 3 | 10 | 16 | 10 | 10 |
| Lagoinha | R$ 8.198,73 | 9 | R$ 291,79 | 17 | 1 | 19 | 34 | 19 | 11 |
| Redenção da Serra | R$ 8.137,96 | 10 | R$ 388,19 | 13 | 1 | 23 | 36 | 23 | 12 |
| Igaratá | R$ 8.082,45 | 11 | R$ 924,07 | 7 | 1 | 16 | 31 | 16 | 9 |
| Queluz | R$ 8.055,89 | 12 | R$ 245,05 | 18 | 6 | 18 | 13 | 18 | 32 |
| Paraibuna | R$ 7.944,00 | 13 | R$ 619,94 | 10 | 13 | 11 | 19 | 11 | 16 |
| Silveiras | R$ 7.904,02 | 14 | R$ 1.337,02 | 6 | 1 | 30 | 33 | 30 | 22 |
| Campos do Jordão | R$ 7.800,67 | 15 | R$ 122,68 | 28 | 1 | 3 | 24 | 3 | 3 |
| Santo Antônio do Pinhal | R$ 7.718,32 | 16 | R$ 223,76 | 20 | 1 | 21 | 30 | 21 | 15 |
| Canas | R$ 7.557,28 | 17 | R$ 300,80 | 15 | 1 | 32 | 9 | 32 | 33 |
| Ubatuba | R$ 7.395,00 | 18 | R$ 136,44 | 27 | 1 | 12 | 20 | 12 | 28 |
| Natividade da Serra | R$ 6.924,03 | 19 | R$ 417,56 | 12 | 14 | 24 | 1 | 24 | 13 |
| Bananal | R$ 6.910,88 | 20 | R$ 164,59 | 21 | 1 | 29 | 22 | 29 | 35 |
| Roseira | R$ 6.562,33 | 21 | R$ 624,97 | 9 | 1 | 14 | 15 | 14 | 17 |
| São José dos Campos | R$ 6.517,52 | 22 | R$ 22,84 | 39 | 20 | 1 | 5 | 1 | 1 |
| Taubaté | R$ 6.450,12 | 23 | R$ 36,55 | 36 | 22 | 9 | 11 | 9 | 25 |
| Santa Branca | R$ 6.370,96 | 24 | R$ 612,16 | 11 | 12 | 22 | 29 | 22 | 34 |
| São Luís do Paraitinga | R$ 6.302,22 | 25 | R$ 161,46 | 22 | 1 | 27 | 32 | 27 | 4 |

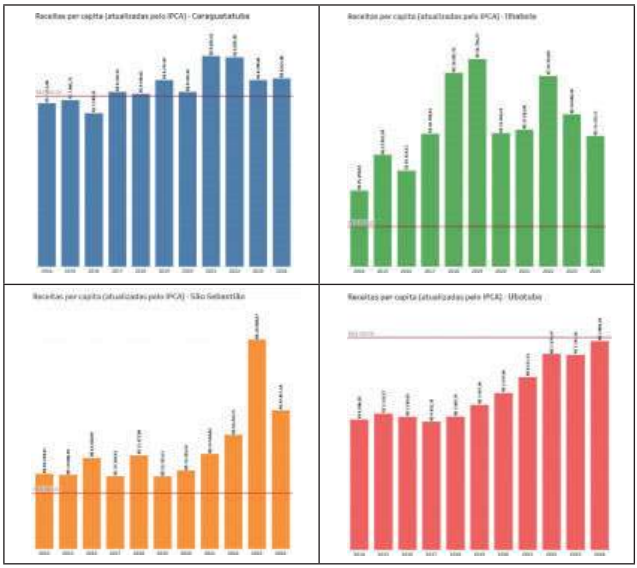
| Município | Receitas *percapita* (2023) | Ranking Receitas *per capita* | Royalties *per capita* recebidos (2023) | Ranking Royalties *per capita* | Ranking Eficiência na Saúde | Ranking Eficiên-cia na Segurança Púbica | Ranking Eficiência Saneamento Básico | Ranking Eficiência Capacida-de de Gestão | Ranking Eficiência na Educação |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Aparecida | R$ 6.275,72 | 26 | R$ 76,90 | 33 | 5 | 8 | 2 | 8 | 8 |
| Jacareí | R$ 6.241,32 | 27 | R$ 26,50 | 38 | 18 | 5 | 3 | 5 | 5 |
| Lavrinhas | R$ 6.133,74 | 28 | R$ 224,32 | 19 | 1 | 26 | 14 | 26 | 29 |
| Pindamonhangaba | R$ 5.920,29 | 29 | R$ 76,22 | 34 | 21 | 4 | 6 | 4 | 2 |
| São Bento do Sapucaí | R$ 5.687,11 | 30 | R$ 142,18 | 26 | 1 | 6 | 27 | 6 | 1 |
| Piquete | R$ 5.528,48 | 31 | R$ 150,01 | 25 | 11 | 13 | 10 | 13 | 1 |
| Cunha | R$ 5.193,83 | 32 | R$ 98,16 | 31 | 1 | 17 | 26 | 17 | 18 |
| Guaratinguetá | R$ 4.731,26 | 33 | R$ 34,96 | 37 | 19 | 1 | 4 | 1 | 1 |
| Cruzeiro | R$ 4.709,95 | 34 | R$ 158,69 | 23 | 16 | 7 | 1 | 7 | 14 |
| Caçapava | R$ 4.663,56 | 35 | R$ 100,84 | 30 | 1 | 1 | 12 | 1 | 21 |
| Potim | R$ 4.631,77 | 36 | R$ 106,49 | 29 | 9 | 2 | 1 | 2 | 7 |
| Lorena | R$ 4.521,21 | 37 | R$ 155,45 | 24 | 17 | 1 | 8 | 1 | 23 |
| Tremembé | R$ 4.459,80 | 38 | R$ 61,10 | 35 | 23 | 1 | 7 | 1 | 26 |
| Cachoeira Paulista | R$ 4.442,79 | 39 | R$ 77,46 | 32 | 10 | 1 | 17 | 1 | 6 |

**Fontes:** *Ranking* - Elaboração própria com base nos gráficos de cálculos de eficiência por área temática da gestão municipal, Receitas *per capita* e Royalties *per capita* - Tribunal de Contas do Estado de SP (valores brutos) + IBGE (População) (IBGE, 2022; TCE-SP, 2019).

### *5.2. Análise orçamentária*

Os gráficos da figura abaixo mostram o histórico das receitas dos municípios em estudo,entre os anos de 2014 e 2024.

**Figura 8:** Histórico das receitas municipais *per capita* entre os anos de 2014 e 2024



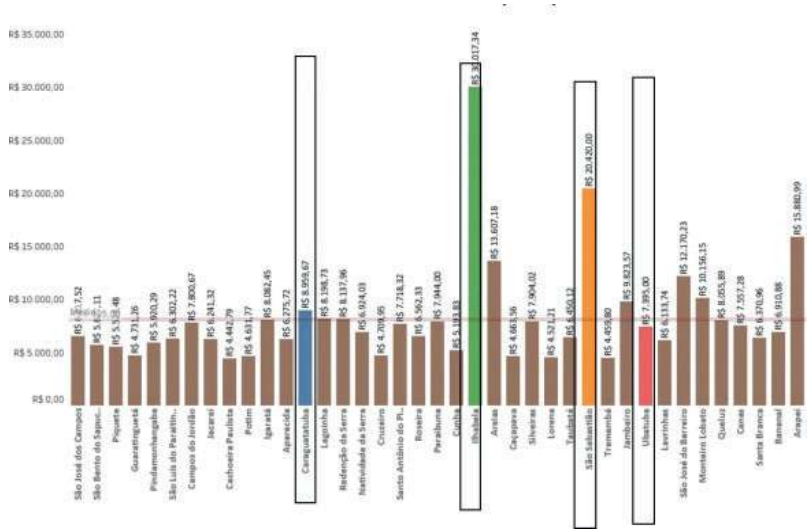
**Fonte:** Organização própria com base nos dados do TCE-SP.

Na Figura 08, observa-se a comparação das receitas *per capita* dos quatro municípios em análise. Ilhabela e São Sebastião apresentam receitas significativamente elevadas, superando em mais de 300% a média da região. Em Ilhabela, os royalties representam cerca de 49% da receita total, tendo atingido picos de até 69% em anos anteriores, o que corresponde a quase dois terços do orçamento. Já em São Sebastião, essa participação é de aproximadamente 27%, situando-se em cerca de um terço da receita municipal.

Nos gráficos apresentados, a linha vermelha representa a média das receitas *per capita* da Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte (RMVale), que está fixada em torno de R$ 8.005,00. Para efeito de comparação, a média das receitas municipais brasileiras em 2023 foi de R$ 5.380,00 (Multicidades Online, n.d.).

O município de Caraguatatuba, embora também beneficiado por uma expressiva arrecadação de royalties, não apresenta um percentual tão elevado em sua composição orçamentária proporcional. Em contrapartida, o município de Ubatuba recebe um valor irrisório de royalties. Conforme verificado no histórico das receitas, nota-se a presença de oscilações significativas causadas por fatores exógenos, como o preço do barril de petróleo no mercado internacional e a variação no volume explorado. Essa dependência acentuada torna as finanças municipais vulneráveis a instabilidades econômicas externas.

**Figura 09:** Receitas municipais *per capita* dos municípios da RMVale




**Fonte:** Elaboração própria com base nos dados do TCE-SP.

Uma análise detalhada dos orçamentos municipais da RMVale, considerando o exercício de 2023, revela uma distribuição severamente desigual. Conforme demonstrado na Figura 09, a média regional de receita *per capita* é de R$ 8.005,00 (representada pela linha vermelha). No entanto, observa-se uma profunda disparidade entre as unidades: enquanto Cachoeira Paulista apresenta um orçamento *per capita* em torno de R$ 4.400,00, Ilhabela e São Sebastião registram valores significativamente superiores, atingindo aproximadamente R$ 30.000,00 e R$ 20.000,00, respectivamente. Essa discrepância indica que, especialmente nesses dois municípios, seria esperada uma reciprocidade mais evidente nos indicadores sociais.

Diante do grande potencial de mudanças nas regras de distribuição dos royalties, cresce a pressão política para a revisão do pacto federativo. Como resultado de um esforço técnico e político liderado pela Confederação Nacional de Municípios (Confederação Nacional dos Municípios - CNM, 2010), já foi apresentada uma emenda à legislação vigente. O objetivo é estabelecer critérios mais justos para a distribuição das receitas do petróleo, assegurando segurança jurídica e reduzindo o risco de contestação no Supremo Tribunal Federal (STF).

**Correlações e eficiência alocativa**

Ao analisar a série histórica dos quatro municípios objeto deste estudo, percebe-se que, com raras exceções, não há uma correlação forte entre o aumento dos gastos ao longo dos anos e a melhoria dos indicadores sociais, sobretudo quando comparados a municípios que não recebem esse aporte extraordinário. Essa conclusão é sustentada

pelo Coeficiente de Correlação de Pearson, que demonstra baixa associação mesmo em cidades que tiveram incrementos orçamentários substanciais.

As exceções, onde se observa correlação forte (acima de 0,7), incluem:

- **Caraguatatuba:** Relação significativa entre os gastos em Educação e os indicadores do Ideb (anos iniciais e finais), além de correlação na Saúde entre gastos e leitos por habitante.
- **Ilhabela:** Correlação positiva no Ideb (anos finais) e na área de Capacidade de Gestão, entre a receita *per capita* e o Índice Paulista de Desenvolvimento Municipal (IPDM - Seade).

Um ponto crítico identificado é o setor de Saneamento Básico. Diferente das demais áreas, o aumento nas receitas municipais não se refletiu em crescimento proporcional de investimentos neste setor. Historicamente, os municípios tendem a terceirizar essa responsabilidade às concessionárias (como a Sabesp). Contudo, conforme o Estatuto da Cidade (2001), a titularidade e a responsabilidade final pelo serviço permanecem sendo do ente municipal.

**O paradoxo da abundância: Ilhabela e São Sebastião**

O município de Ilhabela, líder no ranking orçamentário, apresenta um desempenho paradoxal: embora exiba excelente performance em Saúde, Segurança e Capacidade de Gestão, seus índices em Saneamento e Educação são insatisfatórios. No Saneamento, Ilhabela figura entre os piores indicadores da RMVale, superando apenas cinco dos 39 municípios comparados. Na Educação, ocupa a 19ª posição, sendo superada por municípios com orçamentos significativamente menores, como São Bento do Sapucaí, Piquete e Guaratinguetá, o que reforça a ausência de correlação direta entre volume de recursos e desempenho educacional.

São Sebastião, segundo colocado no *ranking* orçamentário, também apresenta ótima performance em Segurança e Capacidade de Gestão, mas mantém posições medianas nas demais áreas. Considerando o volume de recursos recebidos desde o início da exploração do pré-sal, o impacto nos indicadores gerais permanece aquém do potencial financeiro do município.

**Considerações sobre royalties e Segurança**

É importante ressaltar que os royalties, conforme as Leis nº 9.478/1997 e nº 7.990/1989, constituem uma compensação financeira pela exploração de recursos não renováveis e não possuem natureza de compensação ambiental. Portanto, não impõem obrigatoriedade de investimentos específicos em recuperação ecológica.

Por fim, no eixo da Segurança Pública, embora a competência seja prioritariamente estadual, destaca-se o investimento municipal complementar através da criação da Guarda Civil Municipal (GCM), iniciativa presente apenas em São Sebastião e Caraguatatuba no Litoral Norte. Em relação aos indicadores de polaridade negativa (criminalidade), não foram identificadas correlações negativas fortes, sugerindo que o

aumento do gasto ainda não se traduziu em redução estatística robusta dos índices de criminalidade na série analisada.

## 6. Conclusões e considerações finais

O estudo conclui que, entre os municípios do Litoral Norte Paulista beneficiados por receitas extraordinárias de royalties, Ilhabela apresenta a maior dependência orçamentária, com aproximadamente 45% de suas receitas totais oriundas dessa fonte. São Sebastião registra uma participação de 28%, enquanto em Caraguatatuba, apesar do valor nominal expressivo (aproximadamente R$ 100 milhões anuais), os royalties representam apenas 8% da receita total. A exceção é Ubatuba, onde o recurso representa menos de 1,5%, configurando um impacto orçamentário irrelevante.

A análise revela um paradoxo: embora Ubatuba ocupe apenas a 18ª posição no *ranking* de receitas *per capita*, apresenta um desempenho satisfatório na área da Saúde. Por outro lado, Ilhabela, com receitas *per capita* 300% superiores, apresenta desempenho insatisfatório em Saneamento básico, assemelhando-se aos baixos índices de Ubatuba nessa área específica.

As análises de correlação e o *benchmarking* realizado na RMVale demonstram que orçamentos robustos não se traduzem, necessariamente, em melhorias proporcionais nos indicadores. A evidência sugere que municípios com menores gastos ou investimentos podem, por vezes, apresentar resultados superiores, indicando que a eficiência da gestão e a qualidade do gasto são variáveis mais determinantes que o volume financeiro bruto.

**Vulnerabilidades e recomendações estratégicas**

A pressão por mudanças nas regras de distribuição dos royalties (liderada pela CNM), somada à volatilidade do preço do barril de petróleo e das cotas de exploração, expõe a vulnerabilidade dos municípios dependentes. Para mitigar riscos e promover o desenvolvimento sustentável, o estudo aponta diretrizes fundamentais:

- **Priorização de áreas críticas:** É urgente focar investimentos em infraestrutura de Saneamento básico, onde a região ainda apresenta deficiências severas em coleta de esgoto e oferta de água tratada.
- **Qualificação de capital humano:** Investir na formação profissional de jovens para o mercado de trabalho, elevando os indicadores de Educação e preparando a economia local para o período pós-petróleo.
- **Fundos soberanos intergeracionais:** Instituir mecanismos de poupança de parte dos royalties para as gerações futuras. Dado que o recurso é finito e não renovável, a criação de fundos garante a perenidade do bem-estar social após o esgotamento das reservas.
- **Fortalecimento da governança:** Aprimorar a transparência e a eficiência administrativa, uma vez que o aumento isolado de recursos não tem gerado melhorias na qualidade de vida do cidadão na mesma intensidade.

**O papel do Observatório**

Quanto ao Observatório do Desenvolvimento Sustentável (observatorio.litoralnortesustentavel.org.br), conclui-se que a plataforma constitui uma ferramenta eficaz para a disseminação de conhecimento e democratização de dados. O portal permite que a sociedade civil, o Executivo e o Legislativo atuem de maneira mais qualificada no monitoramento das políticas públicas e na participação em fóruns de decisão, como os conselhos municipais, promovendo uma governança regional informada, transparente e eficiente.

## Referências

AGENDA PÚBLICA. Nas cidades campeãs em royalties de petróleo, gasta-se muito, mas pobreza persiste. *A Pública*, 2025. Disponível em: https://apublica.org/2025/08/nas-cidades-campeas-em-royalties-de-petroleo-gasta-se-muito-mas-pobreza-persiste/. Acesso em: dia mês ano.

AGÊNCIA NACIONAL DO PRETÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS (ANP). Royalties: valores referentes à produção de abril de 2024 para contratos de partilha de produção foram distribuídos hoje a estados e municípios. Gov.br, jul. 2024. Disponível em: https://www.gov.br/anp/pt-br/canais_atendimento/imprensa/noticias-comunicados/royalties-valores-referentes-a-producao-de-abril-de-2024-para-contratos-de-partilha-de-producao-foram-distribuidos-hoje-a-estados-e-municipios. Acesso em: dia mês ano.

BANKER, R. D.; CHARNES, A.; COOPER, W. W.; SWARTS, J.; THOMAS, D. A. An introduction to data envelopment analysis with some of its models and their uses. In: *Research in governmental and nonprofit accounting*. Greenwich: JAI Press, 1989. v. 5, p. 125-163.

BARBOSA, F. C.; FUCHIGAMI, H. Y. *Análise envoltória de dados: teoria e aplicações*. Itumbiara: Ulbra Itumbiara, 2018.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DE MUNICÍPIOS (CNM). *Entenda como as receitas do petróleo na federação brasileira são originadas e distribuídas*. Brasília, DF: CNM, 2010.

ESTRATÉGIA ODS. Governos municipais e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. 2020. Disponível em: https://www.estrategiaods.org.br/governos-municipais-e-os-objetivos-de-desenvolvimento-sustentavel/. Acesso em: dia mês ano.

FERNANDES, Marcelo. Série Analytics – Capítulo III: preparação dos dados. 2015. Disponível em: https://www.linkedin.com/

pulse/s%C3%A9rie-analytics-cap%C3%ADtulo-iii-prepara%C3%A7%C3%A3o-dos--dados-marcelo-fernandes/. Acesso em: dia mês ano.

FIGUEIREDO FILHO, D. B.; SILVA JÚNIOR, J. A. Desvendando os mistérios do coeficiente de correlação de Pearson (r). *Revista Política Hoje*, v. 18, n. 1, p. 115-146, 2009.

GRUPO DE TRABALHO DA SOCIEDADE CIVIL PARA A AGENDA 2030. *V Relatório Luz da Sociedade Civil: Agenda 2030 de Desenvolvimento Sustentável*. São Paulo, 2021.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Censo Demográfico 2022*. Rio de Janeiro: IBGE, 2022. Disponível em: https://censo2022.ibge.gov.br/. Acesso em: dia mês ano.

MULTICIDADES ONLINE. Panorama: receita corrente per capita online. [s. d.]. Disponível em: https://multicidadesonline.com.br/panorama/receita-per-capita/. Acesso em: dia mês ano.

NOGUEIRA, J.; OLIVEIRA, K.; VASCONCELOS, A.; OLIVEIRA, L. Estudo exploratório da eficiência dos tribunais de justiça estaduais brasileiros usando a Análise Envoltória de Dados (DEA). *Revista de Administração Pública*, Rio de Janeiro, 2012. Disponível em: https://doi.org/10.1590/S0034-76122012000500007.

NUNES, C. R. ITGP – Índice de Transparência e Governança Pública: maioria dos municípios do circuito turístico litoral norte de São Paulo e da rota turística rios do Vale do Paraíba ao litoral de São Paulo tem níveis regulares e ruins de transparência. 16 jul. 2024. Disponível em: https://iis.org.br/project/itgp-indice-de-transparencia-e--governanca-publica/. Acesso em: dia mês ano.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). *Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável*. 2015. Disponível em: https://brasil.un.org/pt-br/91863-agenda-2030-para--o-desenvolvimento-sustent%C3%A1vel. Acesso em: dia mês ano.

SANTOS, M. L.; BORGES, C. L. P. B.; SILVA, L. C. Gestão pública e Agenda 2030: uma revisão integrativa da literatura. *Research, Society and Development*, v. 10, 2021. Disponível em: https://doi.org/10.33448/rsd-v10i12.20306.

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO (TCE-SP). Painel de transparência dos municípios: painel do município – Ilhabela. 2019. Disponível em: https://transparencia.tce.sp.gov.br/municipio/ilhabela/2023. Acesso em: dia mês ano.

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO (TCE-SP). *Índice de Efetividade da Gestão Municipal (IEG-M)*. 2023. Conjunto de dados. Disponível em: https://iegm.tce.sp.gov.br. Acesso em: dia mês ano.

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO (TCU). *Análise envoltória de dados em auditoria*. Brasília, DF: Sesap/Segedam, 2022.

TEIXEIRA, L. R. *Megaprojetos no Litoral Norte Paulista: o papel dos grandes empreendimentos de infraestrutura na transformação regional*. 2013. Disponível em: https://www.ibama.gov.br/sophia/cnia/teses/leonardoteixeira.pdf.pdf. Acesso em: dia mês ano.

# Expropriação, Mineração e Resistência Quilombola: Contradições do processo de desenvolvimento em Poconé e Nossa Senhora do Livramento - Mato Grosso

*Expropriation, Mining, and Quilombola Resistance: Contradictions in the Development Process in Poconé and Nossa Senhora do Livramento - Mato Grosso*

*Expropiación, Minería y Resistencia Quilombola: Contradicciones del proceso de desarrollo en Poconé y Nossa Senhora do Livramento - Mato Grosso*

*Leana Oliveira Freitas*[1]
*Livia Daniela Brito Berlandi*[2]

**Resumo**

Freitas, L. O. Berlandi, L. D. B. Expropriação, Mineração e Resistência Quilombola: Contradições do processo de desenvolvimento em Poconé e Nossa Senhora do Livramento - Mato Grosso. ***Rev. C&Trópico***, v. 50, n. 1, p. 235-256, 2026. Doi: 10.33148/ctrpico.v50i1.2675

O artigo analisou as contradições entre a expansão da mineração e a persistência das desigualdades sociais em municípios da Baixada Cuiabana, território historicamente ocupado por comunidades quilombolas. A análise concentra-se em Poconé e Nossa Senhora do Livramento, onde dados da Agência Nacional de Mineração (ANM) indicam uma intensa exploração mineral entre 2020 e 2024. A partir do exame da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais (CFEM) – compreendida como um instrumento compensatório dissociado da dinâmica estrutural da atividade – e de indicadores socioeconômicos do IBGE e CadÚnico, buscou-se compreender o descompasso entre o crescimento econômico e a precariedade das condições de vida locais. O referencial teórico apoiou-se em Marx, Harvey e Fontes para discutir exploração, expropriação e espoliação como fundamentos da acumulação capitalista; em Martins e Moura para abordar a historicidade da questão agrária; e em Milton Santos para refletir sobre território e resistência. Metodologicamente, trata-se de uma pesquisa qualitativa de caráter documental, fundamentada em dados oficiais e análise comparativa. Os resultados evidenciaram que a mineração reproduz a lógica da expropriação e reafirma o papel contraditório do Estado na mediação entre capital e território, enquanto as práticas quilombolas configuram espaços de resistência e reexistência.

1 Professora Titular do Departamento de Serviço Social e do Programa de Pós-Graduação em Política Social da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT). Bolsista Produtividade em Pesquisa PQ-2 do CNPq. E-mail: leana.freitas@ufmt.br Orcid: https://orcid.org/0000-0001-9477-6560

2 Mestra e Doutoranda no Programa de Pós-graduação em Política Social (PPGPS/UFMT). Integra o quadro de servidores efetivos da Prefeitura Municipal de Cuiabá, sendo Assistente Social lotada no Hospital e Pronto Socorro Municipal de Cuiabá. E-mail: danielaberlandi@gmail.com Orcid: https://orcid.org/0009-0006-2131-5396

**Palavras-chave:** Expropriação; Atividade minerária; Resistência quilombola; CFEM; Baixada Cuiabana; Poconé; Nossa Senhora do Livramento (MT).

## Abstract

Freitas, L. O. Berlandi, L. D. B. Expropriation, Mining, and Quilombola Resistance: Contradictions in the Development Process in Poconé and Nossa Senhora do Livramento - Mato Grosso. ***Rev. C&Trópico***, v. 50, n. 1, p. 235-256, 2026. Doi: 10.33148/ctrpico.v50i1.2675

*This article analyzes the contradictions between the expansion of mining and the persistence of social inequalities in municipalities of the Baixada Cuiabana, a territory historically occupied by quilombola communities. The analysis focuses on Poconé and Nossa Senhora do Livramento, where data from the National Mining Agency (ANM) indicate intense mineral exploitation between 2020 and 2024. Based on the examination of the Financial Compensation for the Exploitation of Mineral Resources (CFEM), understood as a compensatory instrument distinct from the structural dynamics of mining activity, and on socioeconomic indicators from IBGE and CadÚnico, the study examines the mismatch between economic growth and local living conditions. The analysis is grounded in a critical theoretical framework that mobilizes the categories of exploitation, expropriation, and dispossession to interpret the dynamics of capitalist accumulation, alongside reflections on the agrarian question and the role of territory in shaping social resistance. Methodologically, the research adopts a qualitative documentary approach, based on official data and comparative analysis between the municipalities. The results indicate that mining reproduces expropriatory dynamics and reinforces the contradictory role of the State in mediating relations between capital and territory, while quilombola practices emerge as forms of resistance and re-existence.*

**Keywords:** Expropriation; Mining activity; Quilombola resistance; CFEM; Baixada Cuiabana; Poconé; Nossa Senhora do Livramento (MT).

## Resumen

Freitas, L. O. Berlandi, L. D. B. Expropiación, Minería y Resistencia Quilombola: Contradicciones del proceso de desarrollo en Poconé y Nossa Senhora do Livramento - Mato Grosso. ***Rev. C&Trópico***, v. 50, n. 1, p. 235-256, 2026. Doi: 10.33148/ctrpico.v50i1.2675

El artículo analiza las contradicciones entre la expansión de la minería y la persistencia de las desigualdades sociales en municipios de la Baixada Cuiabana, territorio históricamente ocupado por comunidades quilombolas. El análisis se centra en Poconé y Nossa Senhora do Livramento, donde datos de la Agencia Nacional de Minería (ANM) indican una intensa explotación mineral entre 2020 y 2024. A partir del examen de la Compensación Financiera por la Explotación de Recursos Minerales (CFEM) –entendida como un instrumento compensatorio disociado de la dinámica estructural de la actividad– y de indicadores socioeconómicos

del IBGE y del CadÚnico, se busca comprender el desfase entre el crecimiento económico y la precariedad de las condiciones de vida locales. El marco teórico se apoya en Marx, Harvey y Fontes para discutir la explotación, la expropiación y la desposesión como fundamentos de la acumulación capitalista; en Martins y Moura para abordar la historicidad de la cuestión agraria; y en Milton Santos para reflexionar sobre territorio y resistencia. Metodológicamente, se trata de una investigación cualitativa de carácter documental, basada en datos oficiales y análisis comparativo. Los resultados evidencian que la minería reproduce la lógica de la expropiación y reafirma el papel contradictorio del Estado en la mediación entre capital y territorio, mientras que las prácticas quilombolas configuran espacios de resistencia y reexistencia.

**Palabras clave:** Expropiación; Actividad minera; Resistencia quilombola; CFEM; Baixada Cuiabana; Poconé; Nossa Senhora do Livramento (MT).

*Data de submissão: 10/10/2025*
*Data de aceite: 24/04/2026*

## 1. Introdução

Este artigo analisa a escassez de políticas públicas nos municípios mato-grossenses da Baixada Cuiabana, território historicamente ocupado por comunidades quilombolas, bem como os impactos da atividade minerária sobre as condições de vida dessas populações. A escolha dessa temática decorre da constatação de que, apesar da relevância econômica da mineração na região, persistem desigualdades sociais expressivas e déficits estruturais que comprometem o acesso à terra, à água e à reprodução dos modos de vida tradicionais. Tal contradição insere-se, no plano da dinâmica de acumulação, em um contexto mais amplo de reatualização das formas de expropriação e espoliação no capitalismo contemporâneo, em que a expansão da fronteira mineral ocorre concomitantemente à retração do Estado na garantia de direitos sociais, aprofundando vulnerabilidades historicamente constituídas.

Foram selecionados os municípios de Poconé e Nossa Senhora do Livramento, cuja relevância decorre tanto de sua trajetória histórica, como territórios de formação de comunidades remanescentes de quilombos, quanto da intensidade recente da exploração mineral. Dados da Agência Nacional de Mineração (ANM) indicam expressiva atividade entre 2020 e 2024, ao passo que informações do IBGE e do CadÚnico evidenciam baixos indicadores socioeconômicos, especialmente nos campos da renda, da educação e do saneamento básico.

Esse quadro evidencia a persistência de um padrão de desenvolvimento que não se traduz, de forma automática, em melhoria das condições de vida, sendo possível observar que a apropriação privada dos recursos naturais se articula a contextos de restrição no acesso a direitos fundamentais.

A questão central que orienta o estudo consiste em compreender de que modo a expansão minerária, articulada à insuficiência de políticas públicas estruturantes,

impacta as comunidades quilombolas da região, bem como analisar em que medida os recursos provenientes da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais (CFEM), compreendida como instrumento jurídico-institucional de compensação, vêm sendo aplicados na promoção da sustentabilidade territorial e na melhoria das condições de vida locais. Considerando que, no plano das mediações institucionais, o volume arrecadado por meio da CFEM é proporcional à intensidade da exploração mineral, sua análise permite problematizar a relação entre crescimento econômico e vulnerabilidade social, apontando os limites de um modelo de desenvolvimento baseado na exploração intensiva do território e na reconfiguração do papel do Estado em suas funções sociais.

A discussão fundamenta-se em um referencial teórico crítico que articula as categorias de exploração, expropriação e espoliação como dimensões constitutivas da acumulação capitalista. A partir de Marx (2013) e Fontes (2018), compreende-se a expropriação como um processo histórico e permanente, por meio do qual os meios de vida são convertidos em capital e as populações são continuamente despossuídas de seus territórios e condições de reprodução social. Em Harvey (2004; 2013), a noção de acumulação por espoliação permite apreender a atualidade desses processos, evidenciando como, diante das crises de sobreacumulação, o capital mobiliza mecanismos de privatização, mercantilização e apropriação de bens comuns. Assim, a inserção desse debate no contexto da mineração na Baixada Cuiabana permite compreender a atividade mineral não apenas como prática produtiva, mas como parte de dinâmicas mais amplas de reorganização territorial e social.

As contribuições de Martins (1991) e Moura (2009) oferecem subsídios para a compreensão da historicidade dos conflitos fundiários e das formas de uso da terra no Brasil, enquanto Milton Santos (2012) possibilita refletir sobre o território como espaço de identidade, pertencimento e resistência, tensionado pelas dinâmicas do capital. Ao articular essas perspectivas, o artigo busca evidenciar que a mineração se insere em um projeto de desenvolvimento que privilegia a valorização econômica do solo e do subsolo, em detrimento das condições sociais e da reprodução da vida nos territórios.

Do ponto de vista metodológico, trata-se de uma pesquisa qualitativa de caráter documental e analítico, fundamentada em fontes secundárias. Foram utilizados dados da Agência Nacional de Mineração (ANM), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e do Cadastro Único para Programas Sociais (CadÚnico), além de legislações específicas, com destaque para a Lei nº 13.540/2017 e o art. 20, §1º da Constituição Federal de 1988. A análise comparativa entre os municípios foi complementada por indicadores socioeconômicos, permitindo a articulação entre dados empíricos e referencial teórico.

A relevância desta investigação reside na compreensão de que a exploração de recursos naturais finitos projeta cenários de incerteza para as comunidades locais, uma vez que a descontinuidade da atividade minerária tende a impactar diretamente as fontes de renda e os mecanismos de compensação existentes. Nessa direção, analisar a gestão e os efeitos da CFEM torna-se fundamental para problematizar o papel do Estado e as relações entre acumulação capitalista, expropriação e resistência quilombola. Propõe-se, assim, que a mineração na Baixada Cuiabana seja

interpretada não apenas como questão de gestão pública, mas como expressão de processos mais amplos de apropriação de riquezas e direitos, mediada por relações sociais estruturalmente desiguais.

Para fins analíticos, o presente estudo estrutura-se a partir da distinção entre três níveis inter-relacionados, porém não equivalentes: a mineração como dinâmica de acumulação capitalista, a Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais (CFEM) como mediação jurídico-institucional, e a gestão municipal desses recursos como um campo de disputa política e institucional. A atividade mineradora é compreendida como expressão da dinâmica de acumulação capitalista em sua dimensão territorial, marcada por processos de exploração, expropriação e espoliação, conforme debatido no referencial teórico. Nesse nível, a mineração não é analisada apenas como atividade econômica setorial, mas como parte de um movimento mais amplo de apropriação de recursos naturais e reconfiguração dos territórios, especialmente em formações sociais periféricas.

A CFEM, por sua vez, é tratada como um instrumento jurídico-fiscal de compensação, instituído pelo Estado como mecanismo de redistribuição parcial das rendas geradas pela exploração mineral. Trata-se, portanto, de uma mediação institucional que não se confunde com a lógica da acumulação, mas que opera como resposta normativa aos seus efeitos, estando condicionada tanto ao ordenamento jurídico quanto às capacidades estatais de regulação e fiscalização. Por fim, a gestão municipal dos recursos provenientes da CFEM é entendida como um campo de disputa, no qual se expressam diferentes projetos políticos, capacidades institucionais e formas de controle social. Nesse nível, a análise desloca-se para as formas concretas de aplicação dos recursos, permitindo examinar em que medida tais receitas contribuem – ou não – para a melhoria das condições de vida da população, especialmente das comunidades quilombolas.

A distinção entre esses três níveis permite evitar reducionismos analíticos e explicitar as mediações entre a dinâmica estrutural da mineração, os instrumentos institucionais de compensação e os resultados sociais observados nos territórios. Desse modo, torna-se possível compreender que a persistência de desigualdades não decorre de forma linear da atividade mineradora, mas resulta da articulação entre processos estruturais e institucionais, cuja análise exige a consideração de suas especificidades e interdependências.

## 2. Exploração, expropriação e espoliação: fundamentos e atualizações teóricas

A compreensão crítica do capitalismo exige distinguir, mas também articular, as múltiplas formas pelas quais o capital se apropria do trabalho e da natureza. Entre essas formas, a exploração, a expropriação e a espoliação constituem categorias fundamentais para compreender as dinâmicas históricas e contemporâneas da acumulação. No interior do pensamento marxista, a exploração aparece como núcleo estrutural da relação capital-trabalho; já a expropriação e a espoliação, embora enraizadas na gênese do capital, adquirem novas configurações nas fases recentes do capitalismo globalizado e financeirizado. Harvey (2004), ao revisitar Marx, propõe o conceito de "acumulação por espoliação" (accumulation by dispossession) como chave para apreender as

formas renovadas de saque, privatização e despossessão que marcam o neoliberalismo, ampliando a análise da acumulação primitiva e recolocando a centralidade do território, do Estado e das populações subalternizadas.

Em *O Capital*, Marx (2013) define exploração como o processo pelo qual o capitalista se apropria do trabalho excedente produzido pelo trabalhador. O valor de uso da força de trabalho corresponde ao trabalho em si, enquanto seu valor de troca é determinado pelo custo de sua reprodução, isto é, pelo salário. A diferença entre o trabalho pago e o não pago (a mais-valia) constitui a base da exploração e o motor da acumulação capitalista. Trata-se, portanto, de um fenômeno estrutural, inscrito na forma mercadoria e nas relações de produção. Como demonstra Marx (2013), sob o regime de produção capitalista, a igualdade jurídica e o livre contrato encobrem a coerção econômica que obriga o trabalhador a vender sua força de trabalho para sobreviver. Autores como Rosa Luxemburgo (1913) e Ernest Mandel (1972) destacaram que a expansão do capital exige a incorporação contínua de novos espaços de exploração, integrando territórios e formas de trabalho subordinado. A exploração, nesse sentido, assume tanto uma dimensão econômica quanto geográfica, articulando o espaço mundial da produção e da circulação do valor.

A expropriação, por sua vez, aparece em Marx (2013) como momento originário da constituição do modo de produção capitalista, referida à acumulação primitiva. O termo "primitiva", contudo, não designa uma fase superada, mas um processo violento e permanente, no qual camponeses foram destituídos de suas terras, comunidades foram desestruturadas e formas comunais de vida foram dissolvidas. Em termos conceituais, a expropriação refere-se ao processo de separação entre o produtor direto e os meios de produção, constituindo condição fundante da sociabilidade capitalista. Como assinala Marx (2013) no Livro I de *O Capital*, a expropriação do produtor direto constitui o ponto de partida da história do capital. Esse processo, que envolveu cercamentos, colonização, escravidão e pilhagem colonial, criou as condições para a formação do proletariado e a concentração dos meios de produção nas mãos de poucos.

Harvey (2004) retoma essa reflexão para demonstrar que a expropriação não é um resíduo arcaico, mas um elemento constitutivo e recorrente da dinâmica capitalista. No capitalismo neoliberal, tais processos assumem novas formas, como privatizações, mercantilização de bens comuns, financeirização da moradia e erosão de direitos trabalhistas. A expropriação, sob esse enfoque, não se limita a um momento inaugural ou a uma etapa pretérita da formação do capitalismo, mas se configura como um mecanismo estrutural e recorrente de reprodução do capital, especialmente em contextos de crise, nos quais se intensificam processos de despossessão, reconfiguração do acesso aos meios de vida e incorporação de novos territórios e populações às dinâmicas de acumulação.

Nesse quadro, Harvey (2004), em *O Novo Imperialismo*, introduz o conceito de acumulação por espoliação para designar estratégias contemporâneas de apropriação não produtiva de riqueza. Inspirado em Marx (2013), o autor argumenta que, diante de crises de superacumulação e da queda da taxa de lucro, o capital busca novas fronteiras de valorização por meio da transferência de ativos públicos e coletivos para a esfera privada. A espoliação engloba práticas como a privatização de empresas estatais

e serviços públicos, a financeirização da vida cotidiana, especialmente via endividamento das famílias, a apropriação de terras e recursos naturais e a mercantilização de bens comuns, como água, conhecimento, biodiversidade e cultura.

Essas formas de espoliação se apoiam em uma reconfiguração do papel do Estado, que passa a atuar como agente da acumulação, mobilizando instrumentos jurídicos, coercitivos e econômicos para garantir a expansão do capital financeiro e corporativo. A globalização neoliberal, sob essa perspectiva, não corresponde a um mercado livre, mas a um projeto político de redistribuição regressiva da riqueza. Ao recuperar a noção de espoliação, Harvey (2004) desloca a análise da exploração para além da esfera produtiva, incorporando as lutas em torno da terra, da moradia, dos serviços públicos e dos bens comuns, evidenciando que a luta de classes se estende aos espaços onde se reproduz a vida.

A centralidade do conceito de acumulação por espoliação permite, ainda, evidenciar a dimensão territorial e multiescalar do capitalismo contemporâneo. A análise dessas categorias possibilita compreender como os processos de espoliação se materializam no território e se expressam em formas concretas de resistência social. Em obras como Cidades Rebeldes (2013), Harvey demonstra que o espaço urbano ocupa posição central na reprodução do capital e, simultaneamente, no surgimento de novas formas de resistência.

A urbanização neoliberal, ao mesmo tempo em que gera valor por meio de obras, imóveis, crédito e consumo, produz expulsões, gentrificação e precarização das condições de vida. O território, assim, constitui-se como campo de disputa entre o capital e populações expropriadas (indígenas, quilombolas, camponesas e periféricas), cujas formas de vida são continuamente tensionadas. Essas lutas territoriais expressam o antagonismo entre a lógica da valorização e a lógica da reprodução social.

Nesse ponto, Harvey (2004) aproxima-se de leituras como as de Saskia Sassen (2016), que evidenciam novas formas de desapropriação global associadas a políticas de austeridade, tratados de livre comércio e ao controle corporativo de recursos naturais, configurando uma geografia da espoliação marcada pela intensificação da dependência e pela subordinação de Estados periféricos e populações racializadas.

Ao articular exploração, expropriação e espoliação, Harvey (2004) propõe uma leitura ampliada da acumulação capitalista, capaz de integrar dimensões econômicas, políticas e espaciais. A exploração permanece como núcleo produtivo do capital, responsável pela geração de mais-valia; a expropriação cria novas massas de trabalhadores e ativos disponíveis à valorização; e a espoliação opera como mecanismo de recomposição da acumulação em contextos de crise. Essas formas não se sucedem cronologicamente, mas coexistem e se reforçam mutuamente, configurando um regime de despossessão contínua.

Harvey (2004) e Fontes (2010) compartilham o reconhecimento de que o capital não se sustenta apenas pela exploração direta do trabalho, mas também por meio de mecanismos de expropriação e espoliação que ampliam e aprofundam desigualdades estruturais nas diferentes formações sociais. Ambos evidenciam que tais processos são constitutivos da dinâmica contemporânea da acumulação, especialmente em contextos de reestruturação do capitalismo. Contudo, divergem quanto à centralidade analítica

dessas categorias, ao nível de abstração mobilizado em suas interpretações e à escala privilegiada de análise, o que resulta em distintas ênfases teóricas sobre o papel do Estado, do território e das relações de dependência na reprodução das desigualdades.

Em Harvey (2004), a acumulação por espoliação aparece como atualização da acumulação primitiva, deslocando-a para o presente e enfatizando estratégias globais de despossessão. Sua abordagem privilegia a dimensão espacial da acumulação, destacando processos como urbanização, endividamento e reorganização territorial. Fontes (2010), por sua vez, insere essa discussão em uma perspectiva histórico-concreta, ancorada na tradição do marxismo latino-americano e na teoria da dependência. Para a autora, as formas de acumulação no capitalismo dependente resultam da articulação entre exploração intensificada do trabalho, expropriação permanente dos meios de vida e *subordinação ao imperialismo.*

*Em obras como* O Brasil e o capital-imperialismo (2010) e *Capitalismo em tempos de barbárie* (2022), Fontes argumenta que as formas de acumulação no capitalismo dependente não podem ser compreendidas apenas como desdobramentos espaciais do capital global. Elas resultam de uma combinação específica entre exploração intensificada do trabalho, expropriação permanente dos meios de vida e subordinação política e econômica ao imperialismo. A autora retoma o conceito de expropriação não apenas como um ato inicial de desapropriação dos produtores diretos, mas como um processo estrutural e contínuo, constitutivo do próprio movimento do capital, especialmente em sociedades periféricas, nas quais a expropriação e a superexploração da força de trabalho se entrelaçam.

A crítica de Fontes (2010) a Harvey incide sobre o risco de diluição da centralidade da exploração quando a espoliação é tratada como categoria autônoma. Para ela, as formas contemporâneas de espoliação constituem mediações da relação fundamental de exploração, e não uma lógica paralela ao capital. Ao enfatizar a centralidade do trabalho, Fontes (2010) recoloca a luta de classes, o papel do Estado e a dependência como dimensões estruturantes da análise. Assim, enquanto Harvey (2004) privilegia uma leitura macroteórica e espacial, Fontes (2010) propõe uma abordagem que articula teoria e historicidade, evidenciando as particularidades das formações sociais periféricas.

Outro ponto de distinção refere-se à concepção do Estado. Em Harvey (2004), o Estado aparece como agente de viabilização da acumulação por espoliação, atuando por meio de políticas neoliberais e instrumentos coercitivos. Em Fontes (2010), o Estado é compreendido como expressão da luta de classes, articulando interesses das burguesias locais e do capital imperialista e desempenhando papel ativo na reprodução da dependência e da expropriação social. Apesar dessas diferenças, Fontes e Harvey convergem ao reconhecer que o capitalismo contemporâneo se caracteriza por formas regressivas e violentas de acumulação, baseadas na ampliação das desigualdades e na mercantilização da vida. Ao mesmo tempo, apontam para a emergência de novas formas de resistência e reapropriação do comum. Enquanto Harvey (2004) evidencia o caráter global e contínuo da despossessão, Fontes (2010) enfatiza sua dimensão histórico-social e classista, reafirmando a centralidade do trabalho como fundamento da sociabilidade capitalista.

A articulação entre exploração, expropriação e espoliação permite apreender a dinâmica contemporânea da acumulação capitalista em sua complexidade, evidenciando que tais processos não operam de forma isolada, mas constituem dimensões articuladas de um mesmo movimento. Se a exploração permanece como fundamento da produção de valor, a expropriação e a espoliação evidenciam os mecanismos pelos quais o capital amplia suas bases de reprodução, apropriando-se de territórios, recursos e formas de vida. Nesse sentido, essas categorias permitem compreender que a acumulação capitalista, especialmente em sua fase neoliberal, se sustenta tanto pela intensificação do trabalho quanto pela incorporação contínua de novos espaços e populações às suas dinâmicas de valorização.

No contexto das formações sociais periféricas, marcadas por trajetórias históricas de expropriação e desigualdade, essa perspectiva analítica revela-se particularmente relevante. No caso brasileiro, tais processos incidem diretamente sobre populações cujas formas de existência estão profundamente vinculadas ao território, como as comunidades remanescentes quilombolas.

A compreensão das categorias discutidas nesta seção constitui, portanto, base fundamental para analisar, na seção seguinte, as relações entre expropriação, direito à terra e resistência, considerando as especificidades históricas e sociais que configuram a constituição desses territórios e suas disputas contemporâneas. A partir dessas categorias, observa-se que a dinâmica contemporânea do capitalismo se ancora em processos simultâneos de intensificação da exploração e ampliação de mecanismos de despossessão, particularmente em contextos marcados por desigualdades historicamente produzidas.

Nessas condições, a expansão do capital não ocorre apenas pela via produtiva, mas também por meio da apropriação de territórios, da redefinição do acesso a recursos naturais e da reconfiguração das formas de uso da terra, incidindo diretamente sobre populações, cuja reprodução social depende de vínculos territoriais específicos.

Desse modo, a análise articulada entre exploração, expropriação e espoliação permite apreender a complexidade dos processos que estruturam a acumulação, especialmente em formações sociais periféricas, nas quais tais dinâmicas assumem contornos mais intensos e desiguais. Ao mesmo tempo, esse enquadramento teórico evidencia que tais processos não se desenvolvem de forma passiva ou linear, sendo atravessados por conflitos, disputas e distintas formas de resistência social.

A presença de populações historicamente expropriadas, como comunidades tradicionais, camponesas e quilombolas, evidencia que o território se constitui não apenas como espaço de valorização do capital, mas também como espaço de reprodução da vida e de construção de alternativas. Compreender, pois, as múltiplas dimensões da expropriação e da espoliação implica reconhecer as tensões entre projetos de desenvolvimento e formas de existência social, aspecto fundamental para a análise das especificidades históricas e políticas que serão abordadas na seção seguinte.

## 3. Comunidades remanescentes quilombolas e o direito à terra

A análise das comunidades remanescentes quilombolas e do direito à terra no Brasil requer a retomada dos processos históricos de expropriação que estruturaram

o acesso à terra, tendo na Lei de Terras de 1850 um marco fundamental de institucionalização dessas desigualdades. Ao estabelecer a propriedade privada como forma legítima de acesso à terra, essa legislação consolidou juridicamente a exclusão de amplos segmentos da população, especialmente aqueles cujas formas de vida estavam baseadas no uso comum e na ocupação tradicional do território.

Nesse contexto, para fins analíticos, compreende-se comunidades remanescentes quilombolas como grupos étnico-raciais que se autoidentificam como descendentes de populações negras que resistiram ao regime escravocrata, possuindo relações específicas com o território e formas próprias de organização social, cultural e produtiva, conforme reconhecido pelo artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT), de 1988.

A Lei de Terras de 1850, que substituiu o regime sesmarial (1531) e vigorou até 1964, apresentava como propósito declarado a regularização fundiária, mas restringia o acesso à propriedade àqueles que dispunham de poder de compra. Desse modo, institucionalizou a mercantilização da terra e contribuiu decisivamente para a formação dos grandes latifúndios, bem como para a reprodução de desigualdades sociais no campo.

Como observam Amorim e Tárrega (2019), a Lei de Terras reforçava a marginalização de diversos grupos, entre eles os quilombolas, ao desconsiderar as condições materiais de acesso e posse da terra por parte da população negra recém-liberta. Cumpre lembrar que, em 1850, o regime escravocrata ainda vigorava (a abolição da escravidão ocorreria apenas em 1888). Assim, os negros, mesmo após a libertação formal, foram duplamente excluídos: não possuíam terras e tiveram sua força de trabalho substituída pela mão de obra de imigrantes europeus, o que os empurrou para formas precárias de subsistência. Segundo as autoras:

> O que lhes restava era procurar possibilidades que lhes dessem, ao menos, os meios de subsistência. Muitos migraram para os quilombos, onde fixaram sua moradia e começaram a produzir seus alimentos e reproduzir seu modo de vida, resgatando o que lhes fora tirado ao longo do drástico período escravocrata (Amorim; Tárrega, 2019, p. 18).

Os quilombos constituíram, desde o período colonial, espaços de resistência, sociabilidade e reconstrução da vida coletiva da população negra marginalizada. Mais do que memórias vivas de luta, são, ainda hoje, territórios de reprodução cultural, de diversificação econômica local e de preservação ambiental.

A Lei de Terras de 1850 integrou o conjunto de medidas que se assemelham à expansão do capital em sua fase de acumulação primitiva, processo que, conforme Marx (2013), caracteriza-se pelo despojamento violento dos produtores diretos de seus meios de subsistência, convertendo-os em força de trabalho livre, mas destituída de propriedade. Marx (2013, p. 963) afirma:

> Na história da acumulação primitiva, o que faz época são todos os revolucionamentos que servem de alavanca à classe capita-

> lista em formação, mas, acima de tudo, os momentos em que grandes massas humanas são despojadas súbita e violentamente de seus meios de subsistência e lançadas no mercado de trabalho como proletários absolutamente livres. (...) A expropriação da terra que antes pertencia ao produtor rural constitui a base de todo o processo.

Seguindo a trilha marxiana, a expropriação da terra é uma manifestação permanente do movimento de acumulação capitalista. Esse processo não se restringe ao momento fundante do capitalismo, mas se renova continuamente, articulando-se às formas contemporâneas de reprodução do capital. Seguindo essa lógica, Lencione (2012) sustenta que a acumulação primitiva é um processo histórico contínuo, inseparável da reprodução capitalista. Há, segundo a autora, uma dialética entre espoliação e exploração: enquanto a acumulação primitiva funda-se na expropriação (do território, dos recursos naturais, dos saberes), a reprodução do capital sustenta-se na exploração (do trabalho e das formas de vida).

Mesmo diante do avanço tecnológico e do aparato jurídico de proteção aos direitos humanos, Lencione enfatiza que os mecanismos da acumulação primitiva persistem sob novas roupagens, expressando-se na violência, na fraude e na pilhagem dos bens comuns. Essa lógica se manifesta na devastação ambiental e na biopirataria, que apropria indevidamente o patrimônio genético e os saberes tradicionais. Para se ter dimensão do potencial explorado, a autora lembra que somente a Amazônia abriga cerca de 30% das sequências de DNA do planeta, configurando-se como alvo de interesse de empresas transnacionais e de práticas de espoliação contemporânea. Desse modo, a captura de recursos naturais e saberes tradicionais revela a integração da natureza e da cultura ao circuito da acumulação capitalista global. Tal fenômeno, ao mercantilizar bens comuns, despoja dimensões fundamentais da vida social. No contexto das comunidades quilombolas, esses processos tornam-se ainda mais agudos, visto que o cerceamento não se restringe à perda material da terra, mas acarreta a desestruturação de modos de vida e de organizações sociais intrinsecamente ligados ao território.

O Censo Agropecuário de 2017 confirma a continuidade dessa desigualdade: 1% dos estabelecimentos rurais concentram 47,5% das terras agrícolas. Segundo o Imaflora (2020), os 10% maiores imóveis rurais ocupam 73% da área agrícola nacional, enquanto os 90% menores detêm apenas 27%. A concentração é ainda mais acentuada no Matopiba (Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia) e nos estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, epicentros de conflitos fundiários recorrentes.

Stédile (2011, p. 31) assinala que, desde a década de 1960, conformou-se um setor camponês subordinado ao capital industrial, o que acentuou o êxodo rural e a precarização das condições de vida no campo.

Somente com a Constituição Federal de 1988 se estabelece um marco jurídico de reconhecimento dos direitos territoriais quilombolas. O artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT), em conjunto com os artigos 215 e 216 (que tratam da cultura), reconhece o direito à propriedade definitiva das terras ocupadas por

remanescentes de quilombos, além de seu valor histórico e cultural. Moura (2009, p.77) destaca que tais dispositivos criaram "uma nova identidade social, com novos direitos", ao assegurar o reconhecimento jurídico e cultural dessas comunidades.

Todavia, o intervalo entre o reconhecimento legal e a efetivação prática é marcado por longos períodos de inércia institucional e resistência política. As comunidades quilombolas existem muito antes do advento do capital industrial, sustentando-se em laços de solidariedade e modos próprios de vida, apesar das ofensivas expropriadoras. A comunidade de Mata Cavalo, em Nossa Senhora do Livramento (MT), fundada em 1751, é exemplo emblemático de resistência ante as tentativas de expulsão e às carências históricas de infraestrutura. Moura (2009, p. 42) relata:

> A partir dos anos 1950, Mata Cavalo passou a ser submetida a um vigoroso processo de expropriação de suas terras, o qual redundou na desestruturação da comunidade e na saída da maioria das famílias para as cidades de Cuiabá, Livramento e Várzea Grande. No final da década de 1980, os grupos familiares iniciaram um processo de retorno, culminando, em 1996, com alianças com famílias sem-terra e a formação de novos acampamentos.

Próxima à região, a comunidade quilombola do Chumbo também enfrentou graves violações, especialmente entre as décadas de 1990 e 2000, quando a instalação de indústrias sucroalcooleiras produziu situações de trabalho análogo à escravidão, prostituição e degradação ambiental. Somente após intervenção do Ministério Público Federal, em 2012, houve cessação das práticas mais abusivas.

Atualmente, Mato Grosso abriga cerca de 78 comunidades quilombolas, das quais 71 já certificadas pela Fundação Cultural Palmares. A sobrevivência dessas comunidades revela a persistência da luta por reconhecimento e pelo direito à terra, ante as investidas do capital sobre seus territórios.

Assim como ocorre com as Terras Indígenas, os quilombos sofrem impactos diretos da mineração e do agronegócio, agravados pela influência de capitais transnacionais. A Proposta de Lei nº 191/2020, de autoria do Poder Executivo, exemplifica o avanço dessas ameaças ao propor a liberação da mineração em terras indígenas, em plena crise sanitária da Covid-19, momento de vulnerabilidade social e política. Embora direcionada aos territórios indígenas, tal proposta poderia facilmente ser expandida às comunidades remanescentes quilombolas, ampliando o risco de novas formas de expropriação.

O reconhecimento jurídico das comunidades quilombolas não elimina as contradições materiais que as atravessam. O direito à terra, mesmo assegurado constitucionalmente, permanece submetido às dinâmicas de valorização do capital e à lógica excludente da propriedade privada. As comunidades remanescentes continuam, assim, a representar trincheiras de resistência diante de um modelo de desenvolvimento que persiste em negar-lhes o direito à reprodução digna de seus modos de vida.

### *3.1. Poconé e Nossa Senhora do Livramento – contradições do capitalismo extrativista*

No escopo da dinâmica de acumulação, a inserção dos municípios de Poconé e Nossa Senhora do Livramento na atividade mineradora deve ser compreendida como parte de um movimento mais amplo de valorização do território, no qual a exploração mineral se articula à reprodução de desigualdades historicamente constituídas.

Para Fontes (2018, p. 17), a expropriação consiste no processo de transformação dos meios de vida em capital, fenômeno fundante da sociabilidade capitalista. Inspirando-se nas formulações de Marx (2013, p. 959–1014), a autora observa que o surgimento do capitalismo não decorre de um desenvolvimento racional e linear, mas de um processo histórico concreto marcado por violência e despossessão:

> A forma histórica do capitalismo – e do capital – não é algo predeterminado e muito menos fruto de alguma tenacidade de proto-capitalistas em direção a um mundo orientado por uma racionalidade absoluta que deveria guiar o crescimento da riqueza. [...] Ao contrário de qualquer racionalidade, o nascimento histórico e concreto do capitalismo resulta de enormes violências e poreja sangue. A forma social do capitalismo corresponde a uma verdadeira amputação das possibilidades da humanidade, com uma limitação estreita dos horizontes da inteligência humana (Fontes, 2018, p. 17-18).

Segundo a autora, no capitalismo contemporâneo, marcado pela hegemonia do capital fictício, persistem e se ampliam as formas de supressão das condições de existência dos seres sociais, convertendo-as em mercadoria e capital. Fontes denomina esses processos de "expropriações secundárias", definindo-as como práticas que "reconduzem seres sociais à condição de trabalhadores, enquanto convertem meios de existência e de vida em capital" (Fontes, 2018, p. 10).

A partir da década de 1980, com a crise estrutural do capitalismo e a tendência à queda da taxa de lucro, observa-se a intensificação dessas expropriações. O neoliberalismo, entendido como "nova razão do mundo", representa a expressão política e ideológica dessa etapa, promovendo a financeirização da economia e a supressão dos direitos sociais e trabalhistas, elementos essenciais para a manutenção da acumulação em meio à crise do capital.

Para Fontes (2018), a historicidade do capitalismo demonstra que qualquer atividade na qual exista conexão entre o ser social e seus meios de vida pode ser alvo de expropriação. Trata-se, portanto, de um processo duplo: por um lado, a transformação dos meios de vida em capital; por outro, a imposição da propriedade privada capitalista como forma dominante de apropriação.

Sob essa perspectiva, pensar a população expropriada de sua matriz territorial original a partir de uma leitura de classe exige compreender as condições sociais e políticas que produzem a expropriação, as manifestações concretas desse processo e as formas de resposta do Estado. A expropriação não é mero efeito colateral do

capitalismo, mas parte constitutiva de sua lógica de acumulação, pois implica a apropriação privada de bens coletivos (naturais, culturais e territoriais), convertendo-os em instrumentos de valorização do capital.

A atividade minerária, assim como outras expressões do capital industrial, manifesta de modo agudo essa lógica. Seu caráter predatório ameaça a continuidade da vida e das sociabilidades locais, especialmente em territórios marcados pela presença de comunidades quilombolas e tradicionais. Nos municípios de Poconé e Nossa Senhora do Livramento (MT) – berços da cultura quilombola mato-grossense –, observa-se a dependência econômica em relação a uma atividade finita e ambientalmente destrutiva, o que compromete a sustentabilidade e a permanência cultural dessas comunidades. O risco de apagamento cultural deixa de ser uma hipótese e se aproxima de uma realidade concreta.

Ainda que possuam terras quilombolas oficialmente reconhecidas, esses municípios enfrentam graves deficiências nas políticas públicas, sobretudo na oferta de serviços básicos que assegurem a reprodução social dessas populações. A garantia formal da posse da terra torna-se insuficiente diante da falta de infraestrutura, educação e saneamento. Um exemplo emblemático é o da Escola Municipal Nossa Senhora Aparecida, no distrito de Chumbo, que, mesmo após diversas denúncias da comunidade, segue oferecendo condições precárias e insalubres aos estudantes.

A mineração entre as atividades econômicas contemporâneas é uma das que geram maiores impactos ambientais, sociais e territoriais. Conforme Valle (2020), a exploração mineral provoca a abertura de extensas cavas, a devastação de ecossistemas e o uso intensivo de produtos tóxicos, contaminando solos e águas. Além dos danos ecológicos, essa atividade acarreta profundos efeitos sociais e econômicos sobre as populações locais: interrupção do acesso a áreas produtivas e recursos de subsistência; desemprego e reestruturação econômica após a abertura ou o fechamento das minas; elevação do custo de vida; e aumento da vulnerabilidade social, com expansão da prostituição, do tráfico e da violência.

Milton Santos (1985, p. 25) observa que a crescente integração das economias e o alargamento das escalas espaciais reduzem a autonomia das sociedades locais, subordinando-as a centros de decisão distantes:

> O mais pequeno lugar, na mais distante fração do território, tem, hoje, relações diretas ou indiretas com outros lugares de onde lhe vêm matéria-prima, capital, mão-de-obra, recursos diversos e ordens. [...] O papel regulador das funções locais tende a escapar, parcial ou totalmente, ao que ainda se poderia chamar de sociedade local, para cair nas mãos de centros de decisão longínquos e estranhos às finalidades próprias da sociedade local.

Em Mato Grosso, a expansão minerária ocorre tanto por garimpos artesanais quanto pela presença de grandes corporações transnacionais, como a Anglo American Níquel Brasil, filial da Anglo American, e a Nexa Recursos Minerais S.A., vinculada ao Grupo Votorantim. Nesse contexto, a Compensação Financeira pela

Exploração de Recursos Minerais (CFEM) passou a ser vista pelos municípios como fonte estratégica de arrecadação, muitas vezes sem relação direta com políticas de mitigação dos impactos socioambientais.

A escassez de estudos sobre os efeitos de longo prazo da mineração na Baixada Cuiabana impõe o diálogo com experiências análogas. Em pesquisa sobre a mineração em Catalão (GO), Saragossa e Gonçalves (2017, p. 52) identificam processos semelhantes de exploração e exaustão:

> O modelo de mineração dos grandes projetos extrativistas a céu aberto, subordinado aos interesses do capital internacional, revela processos de pilhagem e exaustão dos territórios e dos trabalhadores, expondo as estratégias contínuas de acumulação do capital. Exaustão das águas, paisagens e força física dos trabalhadores, expropriação violenta de comunidades tradicionais e apropriação dos territórios de existência coletiva ilustram as contradições do modelo mineral territorializado no Brasil e na América Latina.

O discurso neoliberal, que associa a mineração ao desenvolvimento e à geração de empregos, omite o caráter finito dos recursos naturais e ignora as consequências sociais após o esgotamento das jazidas. Como indaga Milton Santos (2012, p. 96), o território não se reduz a um suporte físico, mas constitui a base material e simbólica da vida: "O território é o chão e mais a população, isto é, uma identidade, o fato e o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence. [...] Quando se fala em território deve-se entender que se está falando em território usado, utilizado por uma dada população."

O território, para as comunidades tradicionais, é um espaço de vida e memória, expressão da relação orgânica entre natureza, cultura e trabalho. Ele sintetiza a história e a identidade coletiva, constituindo-se como patrimônio simbólico e material ameaçado pelas dinâmicas de acumulação capitalista.

O caso de Poconé e Nossa Senhora do Livramento evidencia as contradições do capitalismo extrativista: a geração de riqueza concentrada e temporária de um lado; e, de outro, a reprodução da pobreza e da vulnerabilidade social. Segundo dados da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico (SEDEC), Mato Grosso produziu R$ 6,8 bilhões em minérios em 2022, explorando apenas 0,5% do território estadual. Em 2024, o estado ocupava o 5º lugar nacional em atividade minerária, um crescimento que acentua as desigualdades socioambientais e a fragilidade das políticas de compensação.

A CFEM, embora concebida como instrumento de reparação e mitigação dos impactos da mineração, revela-se insuficiente e, muitas vezes, desvirtuada de sua finalidade original. Enquanto mediação institucional, ela não altera a lógica da acumulação capitalista, mas atua como um mecanismo compensatório limitado. Portanto, a CFEM não suprime as contradições inerentes à dinâmica de acumulação, operando apenas como um dispositivo parcial de redistribuição, cuja eficácia está condicionada às capacidades estatais e às disputas na gestão pública. Em municípios como Poconé

e Nossa Senhora do Livramento, a ausência de aplicação desses recursos em infraestrutura, saúde e educação rural explicita o caráter contraditório do modelo de desenvolvimento mineral: a riqueza extraída não se converte em melhoria de vida para as comunidades diretamente afetadas.

A partir de Fontes, a expropriação contemporânea, reatualizada como "expropriações secundárias" sob a hegemonia do capital fictício, converte meios de vida em capital e impõe a propriedade privada como forma única de apropriação. Em Mato Grosso, a mineração e seu aparato financeiro-estatal materializam essa lógica: territórios quilombolas reconhecidos formalmente continuam cercados por frentes extrativas que capturam bens comuns, precarizam a reprodução social e deslocam o sentido do desenvolvimento para fora das necessidades locais. Na chave de Milton Santos, trata-se da submissão do "território usado" a centros de decisão distantes, que redefinem preços, fluxos e prioridades, enquanto a CFEM, concebida para reduzir danos, frequentemente se dissocia da reparação efetiva no chão onde os impactos se produzem. O resultado é uma economia de enclave: riqueza contabilizada "de cima", vulnerabilidade reproduzida "embaixo".

A noção de território em Milton Santos (chão + população, prática + pertencimento) revela, por sua vez, o contramovimento. A territorialidade quilombola em Poconé e Nossa Senhora do Livramento não é resíduo do passado, mas forma presente de produção de vida que reordena o espaço por relações de reciprocidade, manejo ambiental e memória coletiva; ao fazê-lo, desestabiliza a pretensão universal da racionalidade extrativa descrita por Fontes. A dialética entre expropriação e resistência se decide, então, na capacidade de converter reconhecimento jurídico e recursos (inclusive a CFEM) em infraestrutura social, serviços públicos e proteção dos modos de vida, isto é, em políticas que fortaleçam o território como valor de uso e não apenas como valor de troca. Onde a política pública robustece essa base, a sociabilidade quilombola transforma o território em barreira ativa à pilhagem: não só enfrenta a espoliação, como institui outra racionalidade de desenvolvimento, ancorada em direitos comuns e futuro compartilhado.

## 4. Compensação financeira pela exploração de recursos minerais (cfem) nos municípios de Poconé e Nossa Senhora do Livramento

A Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais (CFEM) é um instrumento de natureza compensatória, instituído pela Lei nº 13.540/2017, em conformidade com o artigo 20, §1º, da Constituição Federal de 1988, que determina o repasse mensal de valores aos entes federativos (União, estados, Distrito Federal e municípios) afetados pela atividade minerária. Essa compensação corresponde a uma contrapartida pela exploração de recursos minerais pertencentes à União. Nesse sentido, a CFEM deve ser compreendida como um instrumento jurídico-institucional de compensação, cuja análise exige distinção em relação à atividade mineradora como expressão das dinâmicas estruturais de acumulação.

A lei define as alíquotas e percentuais de distribuição entre os entes federados, destinando: 7% à Agência Nacional de Mineração (ANM); 1% ao Fundo Nacional de

Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT); 1,8% ao Centro de Tecnologia Mineral (CETEM); 0,2% ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA); 15% aos estados produtores; 60% aos municípios produtores; e 15% aos municípios afetados pela atividade minerária, ainda que a produção não ocorra em seu território.

O §6º do artigo 2º da mesma lei estabelece que, no mínimo, 20% dos recursos recebidos devem ser aplicados em atividades de mineração sustentável, diversificação econômica e desenvolvimento científico e tecnológico. No entanto, a aplicação efetiva desses recursos em consonância com sua finalidade legal permanece uma das principais fragilidades na gestão municipal dos royalties da mineração.

Em Poconé e Nossa Senhora do Livramento, a CFEM se converte em um espelho das contradições entre riqueza produzida e pobreza persistente. As duas localidades, marcadas pela presença de grandes mineradoras e cooperativas garimpeiras, enfrentam sérios déficits de infraestrutura básica, como o abastecimento de água nas comunidades quilombolas de Chumbo, Imbé e Campina de Pedra, onde poços artesianos são insuficientes e inexistem diagnósticos públicos sobre a situação hídrica. Apesar de não haver estudos conclusivos que correlacionem diretamente a atividade minerária e a escassez de água, é igualmente insustentável negar a influência cumulativa da mineração sobre os ecossistemas locais e a capacidade de recarga dos aquíferos.

Além disso, foi observada falta de transparência e de controle social sobre o uso da CFEM. Grande parte da população desconhece a existência desse repasse, o que inviabiliza a cobrança pública sobre sua aplicação. Em Poconé, por exemplo, não há informações acessíveis nos portais de transparência acerca da destinação dos recursos. Em Nossa Senhora do Livramento, embora o município tenha publicado dados referentes ao período de 2020 a 2022, verificou-se que a maior parte dos gastos não atende às finalidades legais da CFEM, concentrando-se em despesas administrativas e sem relação com a diversificação econômica, a inovação tecnológica ou a sustentabilidade da atividade mineral.

No plano da gestão municipal, os dados referentes aos municípios de Poconé e Nossa Senhora do Livramento permitem observar como os recursos oriundos da atividade mineradora são apropriados e distribuídos, revelando limites importantes na sua capacidade de induzir melhorias nas condições de vida da população.

A análise dos indicadores sociais disponibilizados pelo IBGE reforça o abismo entre o volume de recursos arrecadados e as condições de vida da população. Em 2024, Poconé recebeu R$ 3,66 milhões em CFEM, e Nossa Senhora do Livramento, R$ 3,14 milhões, valores expressivos diante de seus orçamentos municipais. Contudo, os indicadores do IDHM (0,652 e 0,638, respectivamente) e os baixos índices de IDEB (4,3/3,7 em Poconé e 5,7/4,4 em Livramento) demonstram que a renda gerada pela mineração não se converte em melhoria das condições sociais. A elevada proporção de pessoas inscritas no CadÚnico e o precário acesso a saneamento básico (apenas 3,7% das residências de Poconé e 29% em Livramento), reforçam a contradição entre crescimento econômico e desigualdade social.

A análise dos dados do Cadastro Único (CadÚnico, 2023) permite evidenciar que esses dois municípios apresentam um quadro de acentuada precariedade social,

expresso no elevado contingente de pessoas em situação de pobreza em relação ao total da população. Em Poconé, esse contingente alcança 13.202 indivíduos em um universo de 33.386 habitantes, o que revela uma proporção expressiva de famílias dependentes de políticas sociais e indica fragilidades nas condições de reprodução da vida. Em Nossa Senhora do Livramento, o cenário é igualmente crítico. São 3.948 pessoas em condição de pobreza num universo de 13.093 habitantes. Esses dados, quando considerados em conjunto com os níveis de desenvolvimento humano, evidenciam a persistência de desigualdades estruturais que incidem de forma mais intensa sobre municípios com menor dinamismo econômico.

Essa condição se torna ainda mais evidente quando articulada a indicadores educacionais e de renda. Em Poconé, os resultados do IDEB situam-se entre os mais baixos, especialmente nos anos finais do ensino fundamental, sinalizando limites importantes no acesso e na qualidade da educação básica, com implicações diretas para as possibilidades de mobilidade social. Em Nossa Senhora do Livramento, embora haja leve variação entre as etapas de ensino, os indicadores também revelam desafios relevantes. No que se refere à renda, os dois municípios apresentam níveis de PIB per capita inferiores aos observados em localidades com maior dinamismo econômico, o que reforça a baixa capacidade de geração e distribuição de riqueza. Em Nossa Senhora do Livramento, o PIB *per capita* foi de aproximadamente R$ 33,5 mil em 2023, valor significativamente inferior à média estadual, que supera R$ 70 mil. Em Poconé, o indicador é ainda mais baixo, situando-se em torno de R$ 27,6 mil.

Paradoxalmente, esses territórios recebem volumes expressivos de recursos oriundos da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais (CFEM), o que evidencia que a presença da atividade mineradora e a circulação de receitas não têm sido suficientes para alterar de forma substantiva as condições de vida da população. O crescimento econômico associado à mineração não se traduz em melhoria efetiva dos indicadores sociais, reafirmando a permanência de desigualdades e a centralidade de processos de expropriação na configuração desses territórios. Por outro lado**,** no plano da gestão municipal**,** a persistência de indicadores sociais precários não pode ser atribuída de forma imediata à atividade mineradora, mas deve ser compreendida a partir das formas concretas de gestão dos recursos disponíveis, das capacidades institucionais locais e das prioridades definidas pelos entes governamentais.

A situação desses munícipios expressam, na prática, o que Fontes (2018) denomina de expropriações secundárias, em que o capital apropria-se das condições de existência coletiva sem promover redistribuição social, convertendo bens comuns e recursos públicos em novas formas de acumulação. Em agosto de 2024, o governo de Mato Grosso decretou calamidade pública em Poconé devido à falta de água, justamente um dos problemas que a aplicação responsável da CFEM deveria mitigar. Enquanto isso, o Pantanal apresentava déficit hídrico de 61% nas superfícies úmidas, em 2023, evidenciando o agravamento da crise ambiental associada à exploração de minérios e ao avanço do agronegócio.

A situação é agravada pelo crescimento da mineração ilegal que, segundo o MapBiomas (2023), aumentou em cerca de 35 mil hectares entre 2021 e 2022, o que amplia os danos ambientais e sociais sem qualquer tipo de compensação financeira.

A precariedade na fiscalização do uso da CFEM reflete a conivência entre Estado e capital na perpetuação de um modelo de desenvolvimento espoliador e concentrador. A Agência Nacional de Mineração (ANM), órgão responsável pela regulação do setor, tem demonstrado fragilidade institucional e omissão fiscalizatória, o que permite o desvio da finalidade pública da compensação. A ausência de controle social e a limitação da transparência convertem um mecanismo compensatório em instrumento de reprodução das desigualdades, beneficiando as empresas exploradoras e as elites locais.

Como destaca Boschetti (2017), o Estado cumpre um papel central nos processos de expropriação contemporânea, ao converter bens públicos e direitos sociais em mercadorias, assegurando novas vias de acumulação de capital. Nessa chave interpretativa, a CFEM, em vez de reparar danos socioambientais, passa a integrar o circuito da valorização capitalista, deslocando seu sentido de compensação social para fonte de rentismo estatal.

De forma convergente, Freitas (2023) demonstra que o modelo econômico mato-grossense combina acumulação primitiva e reprodução capitalista em uma mesma dinâmica contraditória, em que o Estado atua simultaneamente como agente político e promotor da expropriação. Sua ação (ou inação) na regulação do uso da terra e na gestão dos recursos minerais expõe as populações tradicionais, especialmente quilombolas, ribeirinhas e indígenas, a múltiplas formas de violação e despossessão.

A análise da CFEM em Poconé e Nossa Senhora do Livramento evidencia a persistência da dialética entre expropriação e resistência. O capital se expande sobre os territórios tradicionais, transformando riquezas naturais em mercadoria, enquanto o Estado, por meio da fragilidade institucional, legitima tal processo. No entanto, a resistência das comunidades quilombolas, articulada em torno da defesa do território e da soberania sobre seus recursos, reafirma a possibilidade de outro projeto de desenvolvimento, socialmente justo, ambientalmente sustentável e politicamente emancipador.

Apesar das múltiplas formas de expropriação observadas, as comunidades quilombolas da Baixada Cuiabana têm reafirmado estratégias de resistência territorial que confrontam o avanço do capital minerário e a negligência estatal. Essas estratégias se expressam na retomada e na permanência em áreas historicamente usurpadas, na autogestão comunitária dos recursos naturais, na transmissão intergeracional de saberes tradicionais e nas articulações políticas com movimentos sociais, universidades e órgãos de defesa de direitos. Em diálogo com Milton Santos (2012), tais práticas revelam que o território é também um campo de disputa simbólica e material, onde o valor de uso resiste à transformação em valor de troca. Assim, a resistência quilombola não se limita à sobrevivência: ela constitui um projeto ativo de reexistência, que afirma outros modos de produzir, viver e pensar o desenvolvimento, baseados na solidariedade, na coletividade e na defesa da vida.

## 5. Considerações finais

A análise empreendida demonstrou que os municípios de Poconé e Nossa Senhora do Livramento, embora inseridos em uma região de forte potencial econômico e relevância histórica para as comunidades quilombolas, permanecem reféns

de um modelo de desenvolvimento fundado na expropriação e na concentração de riqueza. A leitura marxiana da acumulação primitiva, atualizada por Fontes (2018) quanto à noção de expropriações secundárias, revela que a expansão do capital sobre os territórios tradicionais constitui um processo contínuo de conversão de meios de vida em capital, que persiste mesmo sob o manto da legalidade e do discurso modernizador. A mineração, como forma contemporânea de espoliação, reforça as contradições estruturais do capitalismo dependente brasileiro: gera crescimento econômico mensurável, mas aprofunda desigualdades e fragiliza as bases sociais e ambientais da reprodução da vida.

Na perspectiva de Milton Santos (2012), o território é mais do que o espaço físico explorado pelo capital: é identidade, pertencimento e história. A perda de controle sobre o território representa, portanto, a perda de uma dimensão essencial da vida coletiva. As comunidades quilombolas da Baixada Cuiabana reafirmam, sob essa ótica, a centralidade da resistência territorial como forma de enfrentar a lógica desterritorializadora do capital industrial e financeiro. Sua permanência, mesmo diante da pressão minerária e da omissão estatal, expressa uma contrarracionalidade: aquela que valoriza o uso social da terra, o saber tradicional e a sustentabilidade das relações comunitárias como princípios de existência.

Por fim, a análise da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais (CFEM) evidenciou que, apesar de seu caráter compensatório, o recurso tem sido incorporado à lógica rentista e fiscal do Estado, distanciando-se de sua função reparadora e reprodutora de direitos. A ausência de transparência, de fiscalização e de políticas públicas que articulem a CFEM a estratégias de desenvolvimento local revela o papel do Estado como mediador e garantidor das condições de acumulação, e não como promotor da justiça socioambiental. Assim, os casos analisados reafirmam a atualidade da crítica marxista e a necessidade de repensar as formas de apropriação e gestão do território, sob uma perspectiva que una redistribuição, reconhecimento e sustentabilidade. Nas resistências quilombolas, encontra-se não apenas a denúncia da expropriação, mas a afirmação concreta de outras possibilidades de existência, nas quais o território é vida, e não recurso.

## Referências

AMORIM, S.; TÁRREGA, M. Comunidades quilombolas e território: uma abordagem crítica sobre o direito à terra. 2019.

BOSCHETTI, I. A questão social e o Estado contemporâneo: contradições da política social sob o capitalismo. São Paulo: Cortez, 2017.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal, 2016. 496 p. Disponível em: https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88_Livro_EC91_2016.pdf. Acesso em: 4 set. 2023.

BRASIL. Lei nº 13.540, de 18 de dezembro de 2017. Altera as Leis nº 7.990, de 28 de dezembro de 1989, e nº 8.001, de 13 de março de 1990, para dispor sobre a Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais (CFEM). Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/l13540.htm. Acesso em: 3 nov. 2024.

BRASIL. Ministério de Minas e Energia. Plano Nacional de Mineração 2030. Brasília, DF: MME, 2011. Disponível em: https://www.gov.br/mme/pt-br/assuntos/secretarias/geologia-mineracao-e-transformacao-mineral/plano-nacional-de-mineracao-2030-1. Acesso em: 18 set. 2025.

FONTES, V. O Brasil e o capital-imperialismo: teoria e história. Rio de Janeiro: EPSJV; UFRJ, 2010.

FONTES, V. Capitalismo em tempos de barbárie: revolta, subordinação e dependência no Brasil contemporâneo. Rio de Janeiro: EPSJV; UFRJ, 2022.

FONTES, V. O Brasil e o capital-imperialismo: teoria e história. Rio de Janeiro: EPSJV; UFRJ, 2018.

FREITAS, L. O. Acumulação primitiva ininterrupta e formas contemporâneas de expropriação. In: JORNADA INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS (JOINPP), 11., 2023, São Luís. Anais [...]. São Luís: EdUFMA, 2023. p. 1-15.

HARVEY, D. O novo imperialismo. São Paulo: Loyola, 2004.

HARVEY, D. Cidades rebeldes: do direito à cidade à revolução urbana. São Paulo: Martins Fontes, 2013.

HARVEY, D. Os limites do capital. São Paulo: Boitempo, 2014.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Cidades e Estados do Brasil: Mato Grosso. Disponível em: https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mt/panorama. Acesso em: 6 jun. 2024.

LENCIONE, S. Acumulação primitiva e reprodução do capital. São Paulo: Annablume, 2012.

MARTINS, J. de S. O poder do atraso: ensaios de sociologia da história lenta. São Paulo: Hucitec, 1991.

MARX, K. O capital: crítica da economia política. Livro I. São Paulo: Boitempo, 2013.

MOURA, M. M. Quilombo Mata Cavalo: história, território e resistência em Mato Grosso. Cuiabá: EdUFMT, 2009.

SARAGOSSA, A.; GONÇALVES, R. Mineração e desenvolvimento: contradições e resistências em Catalão-GO. Goiânia: UFG, 2017.

SANTOS, M. O território e o saber local. São Paulo: Edusp, 2012.

SANTOS, M. Espaço e método. São Paulo: Edusp, 1985.

STÉDILE, J. P. Introdução. In: STÉDILE, J. P. (org.). A questão agrária no Brasil: o debate tradicional – 1500-1960. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011. p. 15-31.

VALLE, F. Impactos socioambientais da mineração no Brasil. Brasília, DF: Ipea, 2020.

# O dia em que a terra parou e o Centro Cultural Donana tentou resistir: o impacto da pandemia nas políticas de cultura de Belford Roxo - Rio de Janeiro

*The day the earth stood still and Centro Cultural Donana tried to resist: the impact of the pandemic on cultural policies in Belford Roxo - Rio de Janeiro*

*El día en que el mundo se detuvo y el Centro Cultural Donana intentó resistir: el impacto de la pandemia en las políticas culturales de Belford Roxo - Río de Janeiro*

*Thiago da Rocha Dionizio Rodrigues*[1]

**Resumo**

Rodrigues, T. R. D. O dia em que a terra parou e o Centro Cultural Donana tentou resistir: o impacto da pandemia nas políticas de cultura de Belford Roxo - Rio de Janeiro. ***Rev. C&Trópico***, v. 50, n. 1, p. 257-280, 2026. Doi: 10.33148/ctrpico.v50i1.2531

Este trabalho mostra como os trabalhadores do setor cultural da cidade de Belford Roxo, no Rio de Janeiro, que é um celeiro cultural, foram afetados pela pandemia do Coronavírus. O enfoque da pesquisa é no Centro Cultural Donana, uma importante instituição do município. O objetivo da pesquisa é analisar como as políticas públicas de cultura operavam em Belford Roxo antes da pandemia e como a gestão pública e os atores culturais precisaram se adaptar aos efeitos dela. Assim, esta pesquisa visa evidenciar não só a importância das políticas públicas como fomentadoras de cultura em um município, como também demonstrar o quanto a cultura é essencial nas vivências humanas e sociais. .

**Palavras-chave:** Políticas públicas; Cultura; Belford Roxo; Pandemia.

**Abstract**

Rodrigues, T. R. D. The day the earth stood still and Centro Cultural Donana tried to resist: the impact of the pandemic on cultural policies in Belford Roxo - Rio de Janeiro. ***Rev. C&Trópico***, v. 50, n. 1, p. 257-280, 2026. Doi: 10.33148/ctrpico.v50i1.2531

*This work presents how the workers of the culture sector of Belford Roxo, in Rio de Janeiro, a cultural hub, were affected by the Coronavirus pandemic. The focus is on the Donana Cultural Center, an important institution in the municipality. The objective of the research is to analyze how public cultural policies operated in Belford Roxo before the pandemic and how public management and cultural actors had to*

1 Mestre em Desenvolvimento Territorial e Políticas Públicas pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). Atualmente é professor auxiliar da Universidade Unigranrio/Afya (Rio de Janeiro). E-mail: thiago.rdrodrigues@gmail.com Orcid: https://orcid.org/0009-0007-4959-8268

*adapt to its effects. Thus, this research aims to highlight not only the importance of public policies as promoters of culture in a municipality but also to demonstrate how essential culture is to human and social experiences.*

**Keywords:** Public policies; Culture; Belford Roxo; Pandemic.

**Resumen**

Rodrigues, T. R. D. El día en que el mundo se detuvo y el Centro Cultural Donana intentó resistir: el impacto de la pandemia en las políticas culturales de Belford Roxo - Río de Janeiro. ***Rev. C&Trópico***, v. 50, n. 1, p. 257-280, 2026. Doi: 10.33148/ctrpico.v50i1.2531

Este trabajo presenta cómo los trabajadores de cultura de la ciudad de Belford Roxo, en Río de Janeiro –ciudad que es un semillero cultural–, se vieron afectados por la pandemia del coronavirus. El enfoque de la investigación se centra en el Centro Cultural Donana, una importante institución del municipio. El objetivo de la investigación es analizar cómo funcionaban las políticas públicas de cultura en Belford Roxo antes de la pandemia y cómo la gestión pública y los actores culturales tuvieron que adaptarse a sus efectos. Así, esta investigación pretende poner de manifiesto no solo la importancia de las políticas públicas como impulsoras de la cultura en un municipio, sino también demostrar hasta qué punto la cultura es esencial en las experiencias humanas y sociales.

**Palabras clave:** Políticas públicas; Cultura; Belford Roxo; Pandemia.

*Data de submissão: 10/05/2025*
*Data de aceite: 07/05/2026*

## 1. Introdução

O presente trabalho objetiva apresentar um panorama histórico sobre as políticas públicas de cultura de Belford Roxo, no estado do Rio de Janeiro, e analisar sua efetivação e como os atores culturais, em especial o Centro Cultural Donana, foram impactados pela pandemia do Coronavírus. Mesmo incluída na Lei Orgânica do Município como um direito da população e dos atores culturais, a legislação cultural demorou décadas para ser posta em prática e quando parecia que finalmente estaria a ponto de uma efetivação, através do Plano Municipal de Cultura de Belford Roxo 2019 – 2029 (PMCBR), foi atrapalhada pela pandemia do Coronavírus, que exigiu distanciamento e isolamento social. Isso fez com que os atores culturais precisassem se adaptar à nova realidade: reuniões com mais de oito pessoas foram proibidas, as máscaras não eram mais uma fantasia, e sim, uma necessidade sanitária, e os palcos se tornaram visíveis apenas pelas telas de aparelhos eletrônicos.

A segunda seção apresenta um panorama histórico acerca das políticas públicas de cultura de Belford Roxo e a criação do Plano Municipal de Cultura 2019 – 2029.

Na terceira seção, foi analisada a forma como a pandemia impactou o cenário cultural. Também se tenta investigar se a gestão da Lei Aldir Blanc foi positiva para os atores culturais no município. Por fim, na quarta seção é descrito como a Centro Cultural Donana se adaptou para lidar com o momento de crise sanitária e, ao mesmo tempo, ser contemplado pelos incentivos públicos. Vale destacar que essa pesquisa é parte das discussões da dissertação de mestrado, defendida em 2021, ainda em plena pandemia. Desta forma, parte das discussões não contemplarão as mudanças ocorridas no cenário cultural no pós-pandemia.

## 2. Plano Municipal de Cultura 2019 – 2029

Ao se emancipar de Nova Iguaçu e se constituir como município independente, Belford Roxo criou sua própria Lei Orgânica, que determinava suas diretrizes de funcionamento. Ao introduzir no documento os elementos que comporiam o quadro social e econômico da cidade, os vereadores incluíram a cultura como segundo fator, atrás apenas da educação. Isso de modo algum deve ser entendido como uma hierarquização dos elementos, mas nos mostra o quanto a cultura pode ser importante para a ordem econômica e social do município.

O Artigo nº 171 da Lei Orgânica do Município de Belford Roxo (1993, p. 41) determina que a cidade "[...] garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e o acesso às fontes de cultura nacional, estadual e municipal, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais [...]". Todavia, embora a lei seja de 1993, o primeiro Plano Municipal de Cultura só foi criado quase trinta anos depois, em 2019, como compromisso para adesão do município ao Sistema Nacional de Cultura.

Essa demora na criação do Plano Municipal de Cultura ilustra aquilo que Rubin (2017) vai chamar de tradição da ausência, pois, segundo o autor, de maneira histórica e sistemática, o Estado (mesmo o estado democrático), nesse caso representado pela Prefeitura de Belford Roxo, se ausenta de sua função de criar e implementar políticas públicas de cultura. Essa ausência fragiliza as instituições culturais e a construção de leis que garantam a continuidade das atividades para além de cada gestão, fazendo com que a cultura não seja uma política de estado e sim de governo.

Desde a fundação do município, os recursos destinados à cultura eram oriundos da chamada "Fonte 00 – Recursos Ordinários", ou seja, "recursos que não estão vinculados a nenhum órgão ou programação e que estão disponíveis para livre aplicação" (TCE-MG, 2014, p. 03). .Em outras palavras, desde a criação do município, os projetos e ações da Secretaria Municipal de Cultura (SMC) eram financiados não por recursos próprios, mas pelos que "sobravam" no orçamento público, e, por isso, estavam disponíveis para livre aplicação, como pode ser observado no Decreto n° 4.427, de 31/ 01/ 2018, que abre crédito suplementar no valor de R$ 5.963.000,00 (cinco milhões novecentos e sessenta e três mil reais) para diversos órgãos municipais, dentre eles a SMC, que recebeu da "Fonte 00" a quantia de R$ 90.000,00 (noventa mil reais), o menor valor recebido por uma secretaria (Belford Roxo, 2018). Essa ausência de uma legislação que fundamente a fonte dos recursos financeiros destinados à cultura gera uma incerteza de recursos, o que demonstra como ela está frágil dentro do município de Belford Roxo.

Sem um plano de atuação ou políticas públicas que a fortalecesse, em diversos momentos a cultura chegou a perder seu status de secretaria e foi rebaixada a subsecretaria, anexada às secretarias de Turismo, Esporte ou Educação, passando a ter suas ações mediadas pelo financiamento dessas pastas, pela "Fonte 00" ou ainda através de parcerias com outras instituições. A SMC foi ocupada por nomes conhecidos do cenário cultural local, como cantor de funk Rômulo Costa, que, após 35 anos atuando como produtor musical, .foi convidado para ser secretário de Cultura e Turismo de Belford Roxo. Nas palavras do ex-prefeito de Nova Iguaçu, Lindbergh Farias (PT), a presença de Rômulo Costa:

> [...] fortalece muito a Baixada, dá prestígio para a Baixada, é um grande orgulho para Belford Roxo. Acho que o prefeito Alcides Rolin acertou muito em trazer o Rômulo Costa pra cá. Vai ser motivo de mídia positiva, ele é um empresário bem-sucedido. Ele com certeza vai "levantar muito a bola" de Belford Roxo e da Baixada Fluminense (Lindbergh Farias, 13/03/2010, 2:35min)

Entretanto, frustrando as expectativas de Lindbergh Farias, nos parece que a maior realização da gestão de Rômulo Costa foi a pactuação de um acordo com o governo do estado do Rio de Janeiro que, através do programa estadual "Somando Forças", repassou ao município R$ 827.000,00 (oitocentos e vinte e sete mil reais) que foram destinados à construção do Cineteatro Geraldo Casé, uma instalação cultural com capacidade para 300 pessoas e que, após sua inauguração passou a ser palco de diversos eventos (CMC-BR, 2010).

Outro importante ator que atuou na gestão da cultura foi Dida Nascimento, presidente do Centro Cultural Donana (CCD), nomeado subsecretário de Cultura e Turismo em 2013 através da portaria nº 696/GP/2013[2] (Belford Roxo, 2013), permanecendo no cargo até o ano de 2015, quando o prefeito Dennis Dauttman decidiu trocar todos os gestores da cultura municipal, deixando a administração da pasta com Adriano Oliveira (candidato à vereador pelo PP). Foi ainda durante a gestão em que Dida participou, tendo Emerson Pires como secretário, que Belford Roxo e o Centro Cultural Donana tiveram alguns avanços mais relevantes como a inclusão do município no Sistema Nacional de Cultura (SNC), em 2013, e do CCD como Ponto de Cultura, em 2014. Vale destacar que, mesmo com esses avanços, a troca constante de secretários reforça a tradição de instabilidade na cultura, o que impede o fortalecimento de projetos a longo prazo (Rubin, 2017).

O Sistema Nacional de Cultura foi o resultado de um longo processo que se iniciou em 2002, ainda como proposta do então candidato do Partido dos Trabalhadores, tendo o Sistema Único de Saúde como modelo. A proposta visava "formular e implantar políticas públicas de cultura, democráticas e permanentes, pactuadas entre os entes da federação e a sociedade civil promovendo desenvolvimento – humano, social e econômico [...]" (Minc, 2011, p. 40), através de políticas públicas de acesso universal,

2 Na publicação não aparece o nome artístico de Dida Nascimento e sim seu nome de batismo: Severino Rosa Nascimento.

de gestão descentralizada, com informações transparentes, transversais e integradas (Minc, 2011).

O SNC estimularia e integraria as políticas culturais produzidas em todas as regiões do país a partir de diretrizes pactuadas pelos governos federal, estadual e municipal. Nas palavras de Rubin (2012), o SNC "é vital para a consolidação de políticas e de estruturas, pactuadas e complementares, que viabilizem a existência de programas culturais de prazos médios ou longos, portanto não submetidas às intempéries das conjunturas políticas" (Rubin, 2012, p. 71).

A adesão de Belford Roxo ao SNC se deu através do Acordo de Cooperação Federativa nº 01400.041803/2011-35, de 12 de novembro de 2013, objetivando estabelecer as condições necessárias e orientar o uso do sistema para a implementação coordenada e/ou conjunta de programas, projetos e ações (Minc, 2013). A partir daí, o município comprometeu-se a organizar sua estrutura de gestão cultural, criando uma secretaria e um conselho municipais de cultura, além de um plano e de um fundo municipal de cultura. Entretanto, em 2016, mesmo tendo assinado o acordo de cooperação, o prefeito de Belford Roxo, Dennis Dauttman (PCdoB), seguindo o exemplo do presidente Michel Temer (PMDB), decidiu extinguir a Secretaria de Cultura, incorporando-a à Secretaria de Educação, que passou a se designar Secretaria Municipal de Educação, Esporte, Cultura e Turismo, o que foi visto como grande retrocesso pelos atores culturais da cidade (*Extra*, 2016, online). Segundo Dida Nascimento:

> Se a educação é tão falha, como vai apoiar a cultura? Qual autonomia uma secretaria teria para fazer políticas públicas? Isso é retroagir por muitos anos, é um erro muito grande. É dizer: "não quero que o município cresça (*Extra*, 2016, online).

E, de fato, o município não cresceu. Sua vida cultural estagnou e só voltou ao ritmo de mudança na gestão seguinte. Tem sido durante a administração do prefeito Wagner Carneiro dos Santos, o Waguinho (PMDB), que algumas das mudanças mais significativas nas políticas culturais do município têm acontecido com a justificativa de "dar uma cara nova" à cidade (*Hoje*, 2017, p. 5). O prefeito que ficou conhecido como o "exterminador do passado", após destruir diversos símbolos culturais do município como o Pórtico da Cidade, a Praça Getúlio Vargas e os monumentos que lá existiam, além de mudar o brasão, o hino e as cores da cidade (*Hoje,* 2017) foi também o que adequou o Sistema Municipal de Cultura ao SNC.

A Secretaria Municipal de Cultura foi reorganizada em janeiro de 2017, novamente instituída pela Lei n° 1.539, tendo como sede a Casa de Cultura, mantendo-se com a mesma gestão do professor e vereador Bruno Nunes (PRTB). Em 2018, o decreto n° 4.540 regulamentou o Fundo Municipal de Cultura de Belford Roxo, tendo por objetivo captar, repassar e aplicar recursos e meios para financiar as políticas públicas de cultura.

O financiamento do FMCBR se dará por recursos do município – de origem própria da cultura ou de "Fonte 00" –, de transferência federal ou estadual específica para a cultura, de parcerias ou doações de outros entes públicos ou privados nacionais

ou internacionais, recursos e créditos adicionais que possam ser transferidos à cultura e rendimentos obtidos através da aplicação financeira de seu patrimônio. Com o financiamento recebido através do FMCBR e da Secretaria Municipal de Cultura, deverá desenvolver políticas públicas que

> [...] referem-se, prioritariamente aos programas de desenvolvimento, manutenção, conservação, ampliação e recuperação do patrimônio cultural material e imaterial do município, visando promover o livre acesso da população aos bens, espaços, atividades e serviços culturais, com base no pluralismo, na diversidade, nas vocações e no potencial de cada comunidade, preferencialmente, áreas e segmentos menos estruturadas e organizadas.
> Os recursos do FMCBR poderão destinar-se à pesquisa, estudo e capacitação de recursos humanos, buscando mapear, estimular e aperfeiçoar os saberes e fazeres das comunidades tradicionais de artistas, assim como valorizar os modos de fazer, criar e viver dos diferentes grupos formadores da cultura local (Belford Roxo, Dec. n°4.540, 27/08/2018).

Assim, a criação do FMCBR foi um passo importante para o recebimento de verbas federais e estaduais – incluindo as oriundas da Lei de Emergência Cultural Aldir Blanc (Lei nº 14.017/2020), que depois viria a ser conhecida como Aldir Blanc – que beneficiariam a população e os atores culturais da cidade, além de ser mais um passo para o retorno de Belford Roxo ao Sistema Nacional de Cultura.

Em 2019, foi enviado à Procuradoria Geral do Município, o Plano Municipal de Cultura de Belford Roxo 2019 – 2029 (PMCBR), a fim de que o órgão desse um parecer sobre ele para que fosse publicado em *Diário Oficial*. O PMCBR foi elaborado em um processo que demorou vários anos e envolveu a administração pública, através da Secretaria de Cultura, o Conselho Municipal de Políticas Culturais e a sociedade civil como um todo, nos fóruns de discussão municipal e nas conferências municipais de cultura e teve como objetivo criar metas e etapas para a construção da cultura nos últimos dez anos. O plano define ainda

> O conceito de política cultural e aponta os desafios a serem enfrentados em cada área cultural, formula as ações gerais e estruturais para o planejamento da cultura no planejamento atual e nos próximos governos, através de ações de curto, médio e longo prazos, em sete eixos temáticos que agrupam todas as artes culturais, suas ações, metas, programas e projetos a serem implementados (SMC, of. n° 050/GS/SMC/2019, 2019, p. 03).

Segundo o secretário de Cultura, Bruno Nunes (SMC, of. n° 050/GS/SMC/2019, 25/06/2019, p. 05), o PMCBR é

> [...] mais que um conjunto de propostas, é o principal pilar para que tenhamos continuidade nas ações de cultura [...] é um instrumento de gestão de médio e longo prazo, a partir do qual o Poder Público assume a responsabilidade de implantar políticas culturais que ultrapassem limites de uma única gestão de governo (SMC, of. n° 050/GS/SMC/2019, 25/06/2019, p. 05).

O documento surge como uma possibilidade de consolidação das políticas culturais no município, democratização do acesso e estabilidade financeira dos artistas que poderão ter seu trabalho visibilizado e transformado em sua principal fonte de renda, movimentando também a economia do município, visto que o setor cultural é o que mais cresce no mundo registrando 6,3% de crescimento anual, contra 5,5%, dos outros setores. O PMCBR (2019) traz ainda uma comparação entre o setor automobilístico, que recebe grande apoio e investimento por parte do Estado, e o setor cultural. O primeiro gerou 332.300 empregos que movimentaram um montante de R$ 1,80 bilhão, enquanto o segundo criou 509.507 empregos que movimentaram R$ 1,85 bilhão. Para alcançar essa solidificação das políticas culturais, as ações do plano municipal de cultura foram divididas em oito eixos temáticos que tentariam englobar todas as manifestações culturais do território e estabeleceu diferentes metas para cada uma delas. Consolidar o PMCBR garantiria a estabilidade de recursos financeiros necessária à criação e manutenção de instituições e programas de cultura no município, pondo fim a histórica ausência do Estado que fragilizou as instituições culturais e o desempenho de diversos atores culturais por décadas.

A instabilidade na cultura está presente em todos os entes federativos, como defende Rubim (2017). No governo federal, isso pode ser ilustrado com o fim do Ministério da Cultura, em 2019, através da portaria 876/19, que o colocou sob tutela do Ministério da Cidadania (pasta que ficou responsável pela cultura). O governo também decidiu transformar os Centros de Artes e Esportes Unificados (CEUs), instituições criadas para serem "equipamento público estruturado para integrar atividades, serviços e qualificação para o mercado de trabalho, serviços socioassistenciais, políticas de prevenção à violência e inclusão digital" (Brasil, 2011, p. 4) em Estações da Cidadania – Cultura, o que por si só não causaria grande impacto nas atividades da instituição. A prefeitura de Belford Roxo, no entanto, aproveitou a nova nomenclatura e deu ao prédio uma função diferente da programada.

## 3. Aldir Blanc pode salvar a cultura?

O ano de 2020 poderia ser facilmente resumido ou ilustrado pela música "O dia em que a Terra parou", do cantor baiano Raul Seixas, pois, assim como na canção, as pessoas não saíram de casa. Diferentemente da letra da música, a permanência em casa que se deu na vida real e foi provocada por questões sanitárias. Já em 2019, as pessoas começaram a acompanhar o que acontecia na cidade de Wuhan, na China, que, no ano seguinte, viria a se tornar o epicentro da pandemia do Coronavírus, uma doença respiratória causada pelo vírus Covid-19.

Em 30 de janeiro de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) emitiu uma Declaração de Saúde Pública de Importância Internacional, em decorrência do alto risco de infecção da doença. Em seguida, no dia 4 de fevereiro de 2020, o Ministério da Saúde emitiu a Portaria n° 188 GM/MS apontando uma Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (Espin) também por conta do poder de transmissão da doença. No dia 11 de março emitiu a Portaria n° 356 que regulamentou e operacionalizou as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública causada pela doença. No mesmo dia, o governador do Estado do Rio de Janeiro assinou o Decreto 46.966, que estabeleceu medidas para enfrentamento da pandemia (Belford Roxo, 2020).

A resposta do município de Belford Roxo veio dois dias depois, através do Decreto 4.856, de 13 de março de 2020, pelo qual a prefeitura estabeleceu a criação de um comitê de prevenção e enfrentamento do vírus e medidas coletivas de mitigação da pandemia. Dentre elas, podemos destacar o parágrafo 6° do artigo 3° do referido decreto que impõe a "suspensão dos eventos culturais da Secretaria Municipal de Cultura" (Belford Roxo, 2020).

Em 18 de março de 2020, a Prefeitura de Belford Roxo emitiu um novo decreto, o Decreto n° 4.860, estabelecendo uma situação de emergência sanitária no município e determinando novas medidas preventivas à propagação da doença. Esse novo decreto criava uma série de restrições ao comércio, à educação, à administração pública e também suspendia a atividade de diversos setores, dentre eles os culturais. Segundo o decreto:

> Art. 4° - De forma excepcional, com o único objetivo de resguardar o interesse da coletividade na prevenção do contágio e no combate da propagação do coronavírus, (Covid-19), determino a suspensão, pelo prazo de 15 (quinze) dias, das seguintes atividades: I - realização de eventos e atividades com a presença de público, ainda que previamente autorizadas, que envolvem aglomeração de pessoas, tais como: evento desportivo, show, salão de festa, casa de festa, feira, evento científico, comício, passeata e afins; II - atividades coletivas de cinema, teatro e afins; [...] (Belford Roxo, 2020).

Esse foi o primeiro de outros 13 decretos[3] que, mesmo que tivessem um texto diferente na apresentação da lei, decretavam a suspensão das atividades culturais. As atividades culturais só puderam retornar a partir de 7 de outubro de 2020, aproximadamente sete meses depois da primeira suspensão, com a assinatura do Decreto nº 4.962. O novo decreto não representava uma mudança de perspectiva das autoridades de saúde pública que decretavam a retomada das atividades culturais e sim uma não proibição, isso porque a referida legislação deixou de citar os eventos culturais em seus

3 Foram, respectivamente, os decretos: n° 4.863 de 22/03/2020; n° 4.870 de 30/03/2020; n° 4.880 de 14/04/2020; n° 4.888 de 30/04/2020; n° 4.892 de 11/05/2020; n° 4.899 de 29/05/2020; n° 4.906 de 15/06/2020; n° 4.908 de 20/06/2020; n°4.914 de 30/06/2020; n° 4.922 de 15/07/2020; n° 4.935 de 31/07/2020; n° 4.948 de 31/08/2020; n° 4.952 de 15/09/2020.

artigos. Entretanto, no dia 11 de dezembro de 2020, por meio do artigo 5° do Decreto n° 4.995, a prefeitura voltou a suspender todos os eventos culturais do município, que deveriam se manter assim até o dia 31 de dezembro de 2020.

Os decretos emitidos em 2020 sobre o enfrentamento da pandemia criaram um paradigma a respeito da necessidade de alguns bens e serviços, principalmente após o governo federal estabelecer, através do Decreto n° 10.282, de 20 de março de 2020, que instituiu que atividades seriam essenciais à sociedade, ou seja, atividades "indispensáveis ao atendimento das necessidades inadiáveis da comunidade, assim considerados aqueles que, se não atendidos, colocam em perigo a sobrevivência, a saúde ou a segurança da população" (Brasil, 2020, art. 3°). Os setores culturais não foram considerados essenciais.

Com a normativa que tornou a cultura "dessencial" à comunidade, muitos artistas e produtores de cultura acabaram perdendo suas fontes de renda. A carta manifesto dos trabalhadores da cultura na Baixada Fluminense, publicada no jornal *O Dia* (2020, online) aponta que no Brasil, em 2018, havia 5,2 milhões pessoas produtoras de cultura. Considerando o número, podemos imaginar que, aproximadamente, 5,2 milhões de pessoas perderam suas fontes de renda em todo o país, durante a pandemia. Com isso, diversos atores culturais da Baixada Fluminense, dentre eles artistas, produtores, técnicos, trabalhadores, instituições, grupos e coletivos assinaram um documento com propostas aos gestores públicos, visando prevenir um possível colapso no setor cultural local (*Baixada Fluminense*, 2020, online).

A carta, assinada em março de 2020, baseou-se em outros documentos escritos por setores da cultura no mesmo período, para trazer recomendações no nível não só local, mas também estadual e federal. Dentre as propostas podemos destacar: a suspensão temporária de taxas e impostos sobre a produção e difusão cultural; regulamentação em caráter .de emergência .dos fundos municipais de cultura; criação de editais de emergência que permitam eventos digitais; liberação dos valores presentes no Fundo Nacional de Cultura e do Fundo Setorial de Audiovisual, que juntos injetariam R$ 1,5 bilhão de reais na economia, sem nenhum prejuízo ao Estado; e auxílio financeiro aos atores culturais informais e aos que são considerados Micro Empreendedores Individuais (MEI) (*Baixada Fluminense*, 2020, online).

Segundo um relatório do Observatório Baixada Cultural (OBaC), de 2021, sobre o impacto da pandemia na economia criativa da Baixada Fluminense, dos 125 entrevistados pela pesquisa (sendo 96 artistas e 29 membros de instituições), a maioria afirmou que teve entre 76% e 100% das atividades suspensas durante a pandemia. A pesquisa aponta ainda que 46,9% dos profissionais e 34,5% das instituições não possuíam reservas financeiras para se manter por menos de um mês sem realizar suas atividades. Apenas 4,2% dos trabalhadores e 10,3% das instituições conseguiriam se manter por mais de 12 meses sem trabalhar.

Esses dados, quando associados ao levantamento feito pelo Centro de Direitos Humanos de Nova Iguaçu (CDH-NI) sobre o impacto da Covid-19 no núcleo familiar, podem ilustrar o que esses artistas e trabalhadores têm vivido. A instituição ouviu 11 famílias da cidade do Rio de Janeiro e 2.326 de toda a Baixada. Destas, 71 foram de Belford Roxo (cerca de 90% dos outros entrevistados eram de Nova Iguaçu). Dentre

os entrevistados, cerca de 81% consideraram o desemprego como sendo a principal consequência da pandemia, seguido pela fome (cerca de 48%). Quando a questão é o mercado de trabalho, apenas 19,2% dos entrevistados possuem uma renda fixa, seja de um emprego de carteira assinada ou aposentadoria. A grande maioria, quase 81%, é composta por autônomos, desempregados, empreendedores e desempregados que vivem com uma renda familiar mensal inferior a um salário mínimo (84%) e sem nenhum tipo de auxílio governamental (59%) (CDH-NI, 2020).

Os dados apresentados pelo CDH-NI vêm ilustrar a difícil realidade apresentada pelo OBaC e pelo "Manifesto dos Trabalhadores e Trabalhadoras da Cultura na Baixada Fluminense". Um repasse veio através da Lei n° 14.017, de 29 de junho de 2020, conhecida popularmente como Lei Aldir Blanc (LAB), em homenagem ao escritor e compositor brasileiro que faleceu em maio de 2020, vítima de Covid-19 (*El País*, 2020, online).

A Lei (Brasil, 2020) foi recebida pelos trabalhadores culturais de Belford Roxo como a esperança que os afastariam, ao menos, dos dois maiores medos trazidos pela pandemia, o desemprego e a fome, uma vez que a legislação estabelecia um auxílio emergencial no valor R$ 600,00 a serem pagos em três parcelas, podendo ser pago a até duas pessoas de uma mesma família que trabalhavam com cultura. No caso de famílias lideradas por mães solteiras trabalhadoras da cultura, estas receberiam duas cotas do auxílio mensalmente, ou seja, as famílias vulneráveis receberiam entre R$ 1.800,00 e R$ 3.600,00 em três meses para suprir suas necessidades mais emergenciais. Para selecionar esses trabalhadores e trabalhadores da cultura vulneráveis, a LAB utilizou como critério o fato de terem realizado alguma atividade laboral nos últimos dois anos; não terem emprego formal (carteira assinada), aposentadoria, pensão, auxílio emergencial ou outro benefício pago pelo Estado, com exceção do Bolsa Família; ter renda familiar de até três salários-mínimos. A partir disso, tendo por base o levantamento do CDH-NI (2020), podemos considerar que a maior parte dos trabalhadores da cidade estariam aptos a receber esse auxílio. Vale destacar que a lei entende como trabalhadores e trabalhadoras da cultura todas as pessoas que "participam de cadeia produtiva dos segmentos artísticos e culturais descritos no art. 8º desta Lei, incluídos artistas, contadores de histórias, produtores, técnicos, curadores, oficineiros e professores de escolas de arte e capoeira" (Brasil, 2020, art. 4°).

Já as instituições receberiam um auxílio entre R$ 3 mil e R$ 10 mil, de acordo com o que se estabelecesse nos editais locais. Todavia, para ser considerada uma instituição cultural, ela deve se dedicar a realizar atividades artísticas e culturais.

A qualificação para participar independe da natureza da instituição, seja ela privada, mantida por uma pessoa ou organização, organizações comunitárias, cooperativas e outras instituições culturais com ou sem fim lucrativo (com exceção de instituições públicas ou mantidas por grupos de empresas). O requisito básico é que tenham tido suas atividades culturais interrompidas durante a pandemia e estejam com a inscrição homologada em cadastros referentes a atividades culturais, tais como os cadastros de cultura, os cadastros de pontos ou pontões de cultura, o Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais ou outros cadastros referentes à cultura, seja em nível municipal, estadual ou federal. As instituições, entretanto, diferente das trabalhadoras e dos trabalhadores, ao receber o auxílio, ficaram obrigadas a dar

uma contrapartida à sociedade quando retomarem suas atividades, através da realização de eventos voltados a alunos de escolas públicas ou voltadas à comunidade, de forma gratuita (Brasil, 2020). .

A organização e distribuição desses repasses financeiros seriam feitas pelos estados e municípios .através de renda emergencial mensal aos trabalhadores, subsídio mensal para a manutenção dos espaços artísticos e culturais e através de editais, prêmios, chamadas públicas etc, visando a manutenção dos atores e instituições culturais, o desenvolvimento da economia criativa e da economia solidária e a promoção de atividades artísticas e culturais que podiam ser realizadas à distância por transmissão e disponibilização nas redes sociais ou outras plataformas online (Brasil, 2020). .

A partir da LAB, Belford Roxo recebeu uma verba de R$ 3.105.581,00 para repassar aos trabalhadores e instituições ligadas à cultura. A gestão local decidiu fazer essa transferência a partir de um edital que tinha por objetivo

> Contratar artistas individuais, grupos de artistas locais, formais ou informais, empresas privadas com ou sem fins lucrativos, tendo o seu objeto voltado especificamente para a área cultural, para realizar as diversas iniciativas culturais de diversos segmentos artísticos através da contratação de projetos de fomento para promover e contratar projetos culturais de excelência dos diversos segmentos culturais da cidade (Belford Roxo, 2020, p. 2).

Assim, o edital se propunha a fomentar projetos culturais de artistas e instituições do município que iriam trabalhar as expressões culturais da cidade, contribuindo assim, para .fortalecimento da cultura local, desde que eles se fixassem em ao menos uma das dez linhas de concentração, que englobam diversas áreas, desde as culturas tradicionais (cigana, indígena etc.) à arte digital .(jogos, animações, ilustrações digitais e etc.), com valores de auxílio que variavam de R$ 5 mil a R$ 100 mil, uma vez que o inciso III, do artigo 2° da Lei Aldir Blanc não fixava um mínimo ou máximo de valores a serem distribuídos nos editais, o que beneficiaria 69 projetos.

Para garantir o pagamento do auxílio mensal aos trabalhadores da cultura e subsídio mensal para a manutenção de instituições culturais que tiveram suas atividades interrompidas durante a pandemia, a Secretaria de Cultura realizou, em sua sede na Avenida Bob Kenedy, s/n - Nova Piam, o cadastro presencial de artistas repasses estipulados pela LAB, coletivos e instituições culturais afetados pela pandemia (Belford Roxo, 2020).

Essa ação não agradou aos profissionais da cultura que criticaram a ideia de fazer um cadastro presencial, pois isso expunha aqueles que são do grupo de risco ao contágio por aglomeração, como o artista Jorge Krus, de 61 anos, que declarou:

> No meu caso, eu terei que ir, mas é um absurdo. Eu tenho problemas de saúde e não tenho saído de casa, mas para ter direito a esse benefício terei que ir lá. Assim como eu, tem muitos outros

> na mesma situação, pessoas com deficiência que terão ainda mais problemas para se deslocar (*O Dia*, 2020, online).

O Fórum Permanente de Cultura de Belford Roxo chegou a escrever uma carta aberta à prefeitura que o cadastro fosse feito de forma virtual para evitar o risco de contaminação, acessível e desburocratizado para facilitar acesso ao benefício, mas a prefeitura respondeu que o cadastro só poderia ser feito presencialmente e que respeitava todos os protocolos sanitários necessários para a sua realização (*O Dia*, 2020, online).

Tempos depois, a prefeitura chegou a criar uma aba em seu *site* oficial com um *link* para um formulário eletrônico objetivando criar um mapa cultural de Belford Roxo, para que os artistas pudessem se cadastrar junto à prefeitura, mas nenhuma ação foi tomada após isso. Vale destacar ainda que, segundo o *site Notícias de Belford Roxo* (2015, online), no ano de 2015 a gestão municipal realizou um mesmo tipo de cadastro no mesmo endereço na Nova Piam, visando mapear os artistas de Belford Roxo para estruturar futuras ações de democratização do acesso à cultura e incentivar a produção cultural local.

Como foi dito, a cidade de Belford Roxo recebeu um pouco mais de R$ 3,1 milhões. Apenas R$ 1,46 milhão foi destinado ao edital, ou seja, somente cerca de 47% do valor destinado ao município foi destinado ao edital. Os outros 53% da verba recebida ainda não tiveram o destino definido pela gestão municipal. Na realidade, de acordo com o Relatório de Execução Financeira da Lei Aldir Blanc, emitido em março de 2021, existiam R$ 3.107.082,00, cerca de R$ 1.501.000,001 a mais do que foi enviado pelo governo federal, isso porque, segundo o mesmo relatório, a prefeitura não executou nada do valor que recebeu e esse dinheiro, não movimentado, acabou rendendo juros no banco. .

A falta de execução da verba e de transparência nos processos de mapeamento dos artistas e divulgação dos vencedores do edital levou esses trabalhadores da cultura a protestarem contra a prefeitura. No dia 14 de janeiro de 2021, vários artistas e produtores culturais se reuniram na praça Expedicionário Eliaquim Batista, no centro da cidade, para protestar contra a demora na distribuição dos recursos da lei. Para Lilah Branco, coordenadora do Núcleo de Danças Urbanas do Centro Cultural Donana

> Sempre existiu cultura em Belford Roxo, mas nunca por incentivo do governo. Quando temos uma lei nacional para dar um suporte na pandemia, ficamos abandonados. A gente não está cobrando nada além do que se deve. É direito nosso (*Extra*, 2021, online).

Para o ator Wildson França (conhecido artisticamente como Palhaço Will Will) e conselheiro estadual de política cultural, há dezenas de irregularidades nos documentos publicados pela gestão municipal, como o fato de instituições fundadas m 2020 serem contempladas quando o edital exige, no mínimo, dois anos de existência para que uma instituição seja atendida (jornal *Extra*, 2021, online). Segundo o *site*

*ANF* (2021) esse critério de dois anos de existência para ser contemplado foi o que impediu a empresa de Wildson França de também ser premiada pelo edital.

A movimentação dos artistas e produtores culturais da cidade surtiu efeitos importantes: Wildson França fundou o Fórum Permanente de Cultura de Belford Roxo, um grupo de interação nas redes sociais que conta com mais de 85 membros, todos produtores culturais da cidade, e essa articulação garantiu que ele fosse eleito como conselheiro estadual de política cultural, em janeiro de 2021, o que lhe garante assessorar o poder público estadual, participar de consultas e planejamentos setoriais da área da cultura (*ANF*, 2021, online).

Além disso, a prefeitura lançou em 30 de junho de 2021, o Decreto Municipal número 5.167, instituindo os parâmetros necessários para a aplicação dos recursos recebidos pela LAB em repasses a artistas e organizações que residem no município, desde que estes respeitassem os critérios estabelecidos na Lei n°14.017/2020, principalmente o referente ao artigo 7° que versa sobre a inclusão em algum cadastro ou sistema cultural seja na esfera federal, estadual ou municipal. No que se refere ao município, o cadastro ficaria por conta do Mapa Cultural da Cidade de Belford Roxo, realizado anteriormente de forma presencial e online, como foi dito há pouco, e que seria avaliado por uma comissão especial, homologado pela Secretaria Municipal de Cultura e posteriormente publicado no *Diário Oficial* do município. Para tanto, elenca 25 práticas artísticas e culturais que caracterizariam as organizações elegíveis a receber o benefício.

Em seu terceiro capítulo, a lei traz no artigo 9° o valor destinado a subsidiar a manutenção de espaços artísticos e culturais, independentemente de sua natureza, que tiveram suas atividades interrompidas pela pandemia. Segundo o decreto, serão destinados R$ 305 mil, que seriam repassados em cinco parcelas – que irão de R$ 3 mil a R$ 10 mil – aos espaços que tiveram suas atividades suspensas por conta da pandemia.

O valor repassado deveria ser usado apenas para gastos relativos à manutenção da instituição como, por exemplo, despesas com aluguel, água, luz, transporte, internet e outros, não podendo ser utilizado para o pagamento de dívidas bancárias, mesmo que essas tenham sido contraídas para a manutenção da instituição em tempos de pandemia, e só seriam aceitos comprovantes de pagamentos de contas no nome da instituição ou de seu representante legal (Belford Roxo, 2021).

O decreto municipal prevê ainda a destinação de R$ 2.811.076,79 para aplicação em editais e premiações culturais que serão criados pela Secretaria Municipal de Cultura junto ao Fundo Municipal de Cultura. Assim serão distribuídos R$ 700 mil em projetos referentes a conteúdos artísticos e culturais diversos que possam ser disponibilizados online, seja pelas redes sociais, plataformas digitais ou outra forma de distribuição pela internet. E serão distribuídos R$ 2.111.076,79 em premiações em "propostas de notoriedade e reconhecimento artístico-cultural, para recebimento de prêmios no valor de R$ 8.400,00" (Belford Roxo, 2021) a serem selecionados pela Secretaria Municipal de Cultura. E, por fim, em seu artigo 26° o decreto revoga um o Decreto Municipal n° 4.967, de 15 de outubro de 2020, que havia instituído outras regras para a distribuição do subsídio, mas que nunca foram postas em prática.

Se o direito dos fazedores de cultura fosse respeitado e eles recebessem o que é o seu direito, como destacou a coordenadora do Centro Cultural Donana e os recursos

repassados pela Lei Aldir Blanc fossem postos em prática ainda no ano de 2020, muitas famílias de artistas e outros trabalhadores da cultura não temeriam o desemprego ou a fome, pois se pegássemos o montante de R$ 3,1 milhão recebido pela prefeitura de Belford Roxo e dividíssemos, por exemplo, entre os .85 membros do Fórum Permanente de Cultura de Belford Roxo, criado pelo Palhaço Will Will, visto que a prefeitura não apresentou o mapeamento de artistas e instituições culturais da cidade, cada um dos 85 membros receberia mais de R$ 36,2 mil, o referente a 60 parcelas de auxílio emergencial da cultura, ou seja, estariam resguardados por cerca de dois anos e meio. E se dividíssemos esse mesmo valor entre as instituições com o maior gasto mensal (acima de sete salários-mínimos) e que estariam na faixa V do Decreto número 5167, 62 instituições seriam contempladas com o auxílio de R$ 10 mil pelo período de cinco meses.

Pensando na falta de aplicação da verba federal de mais de R$ 3,1 milhões, parece fazer todo o sentido a pergunta "a cultura vai morrer no Velho Brejo?" (Jornal *Extra*, 2021, online) feita pelo ator e produtor Leo Massukato, no protesto realizado em 14 de janeiro de 2021. Não que a cultura poderia morrer de fato, mas as pessoas que trabalham com cultura poderiam, visto que a segunda maior preocupação das famílias durante a pandemia é a de passar fome, resultado do desemprego (principal medo) o que poderia fazer com que muitas pessoas abandonassem seu fazer artístico cultural e migrassem para outras atividades laborais. .

Não há ainda, em 2021, um panorama sobre efeitos da pandemia na cultura belforroxense, visto que ainda estamos num momento pós-pandêmico e uma análise ampla só poderá ser feita quando esse cenário terminar. Todavia, podemos afirmar, respondendo à pergunta de Leo Massukato, que cultura não morre, ela se reorganiza e toma novas formas. Mas à primeira vista, aqueles que trabalham com ela não podem depender da gestão pública local para se manter enquanto tentam acompanhar essa modificação. Isso porque, mesmo que a Lei Aldir Blanc tenha sido criada para sanar a ausência do Estado e garantir a proteção dos produtores de cultura do país, no caso da gestão municipal de Belford Roxo os fazedores de cultura foram considerados "dessenciais" e, os recursos financeiros, instituídos pela Lei que deveria protegê-los do temor do desemprego e da fome, permanecem no banco rendendo juros.

## 4. A arte supera o distanciamento: Donana na sua casa

O Centro Cultural Donana, foi criado pela família Nascimento em homenagem a matriarca da família, Dona Ana Nascimento, tornando-se mais tarde um dos centros culturais mais importantes da cidade e da Baixada. Um celeiro de artistas que vão não só se profissionalizar, mas também se tornar artistas importantes no cenário nacional, o que ajudou a projetar uma outra imagem da cidade, para além daquela já conhecida nas páginas policiais dos jornais.

Chamada de Escola Donana, a instituição foi criada no início da década de 1980 através de uma parceria com o Movimento Brasileiro de Alfabetização (Mobral). Em maio de 1990, a Escola Donana deixou de atender apenas aos projetos públicos e abriu uma turma particular para estudantes da pré-escola (Nascimento, 2016). Em

agosto do mesmo ano passou a funcionar no mesmo local o Centro Cultural Donana (CCD) (*O Globo*, 30/09/1990, p. 84). Depois de sua fundação, o CCD foi mantido bastante ativo, promovendo eventos temáticos mensais, rodas de capoeira, oficinas de arte, desfiles de moda afro (roupa e penteado), dança, exposições de fotografia e artes plásticas e shows de artistas locais (Nascimento, 2016).

Mesmo com toda a efervescência cultural, o Centro Cultural Donana encerrou suas atividades em 1996 e manteve esse hiato por 14 anos, mas um novo movimento liderado pelos netos de Dona Ana voltou a agitar a casa e o centro cultural retornou às atividades. A partir disso, o CCD não apenas reiniciou suas atividades como também iniciou uma nova fase, que Nascimento (2016, p. 72) chamou de uma "pegada jovem e institucionalizada".

Como técnicos, os promotores do CCD sabiam que não poderia ser possível manter o centro cultural na informalidade, e, em julho de 2011, a instituição passou a ter um Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ), que descreve o estabelecimento com atividades e organização associativa ligada à cultura e à arte. Ter um CNPJ permitiu que o CCD tivesse acesso aos editais públicos ligados à cultura, como a chamada pública Nº 04/2014, para a Seleção Pública de Projetos de Cultura Digital da Secretaria de cultura do Estado do Rio de Janeiro, entre outras (Nascimento, 2016).

Mesmo tendo formalizado juridicamente suas atividades, o Centro Cultural Donana também sentiu os impactos da pandemia que atingiu o país no ano de 2020 e precisou se reorganizar para continuar a realizar suas atividades que não poderiam ser presenciais. Assim, graças à nova geração dos "Nascimento", foi estabelecida uma instituição com capacidade técnica para lidar com o "novo normal"[4].

Com o distanciamento e o isolamento social impostos pelas normas sanitárias, a internet se transformou no novo palco para os artistas, o que fez com que começassem a surgir ainda em 2020 uma infinidade de *lives*, vídeo aulas, shows, filmes, passeios e outras atividades online. Hernandez (2020) aponta que essas atividades online não são uma exclusividade do novo normal. Elas já existiam antes da pandemia, mas durante o momento pandêmico seus espectadores (novos e já tradicionais) passaram a experimentar uma overdose de produções artísticas seja de *youtubers*, *digital influencers*[5] ou através de plataformas conhecidas como a Netflix, o que provavelmente ajudará a formar o espectador do futuro, um sujeito de hábitos e parâmetros diferentes dos de antes da pandemia.

O CCD não se manteve de fora desse novo formato e, com o suporte dos membros mais jovens da família, começou a produzir também conteúdos digitais após terem sido contemplados pelo edital do programa Cultura Presente nas Redes, do governo do estado do Rio de Janeiro, que tinha como objetivo premiar produções culturais que se apresentassem em plataformas digitais. Como o edital foi voltado a pessoas físicas, o CCD conseguiu que três de seus projetos fossem aprovados para

4 Termo usualmente utilizado pela mídia e autoridades médicas para se referir à realização de atividades cotidianas durante a pandemia, respeitando as normas sanitárias. Ex: Higienizar as mãos com álcool é o novo normal.

5 *Youtuber* refere-se àqueles que produzem conteúdos (artísticos ou não) exclusivamente para o *Youtube*; enquanto *digital .influencer* refere-se àquele que produz para a internet de forma geral. Todavia, ambos os termos caracterizam sujeitos que produzem conteúdo para a internet, almejando se tornarem famosos.

receber o incentivo que seria dado a 320 projetos da Baixada Fluminense (indicada no edital como Região Metropolitana II). Vale destacar que outros projetos culturais de Belford Roxo também foram contemplados. É o caso de *Diário de um jovem surdo em quarentena* (2020), dirigido por Joana Nantes e que conta (em Libras e legendado) "a rotina de um jovem surdo de Belford Roxo no período de isolamento social [...] Assim, apresentando os desafios de um surdo no contexto atual" (*Secec,* 2020, online).

Os projetos do CCD aceitos foram os enviados por Severino Nascimento (o Dida), Erika Nascimento e Azis Gabriel Nascimento, .sendo estes dois últimos, respectivamente, sobrinha e filho de Dida. O projeto de Érika Nascimento, que também é gestora de projetos e coordenadora do Cineclube Donana, se chama "Histórias de Don'Ana" e, segundo a autora, .tem o objetivo

> de difundir a história do Centro Cultural Donana, importante espaço na Baixada, e de seus artistas. Ao longo de 4 semanas apresentarei uma sequência de 6 vídeos, entre 5min e 10 min, no perfil do Instagram do Donana. Utilizando a minha pesquisa e vivência contarei a história de Dona Ana (rezadeira e minha avó), seu quintal e seus filhos; os artistas que fizeram parte do Donana (anos 80, 90 e atual) (*Secec*, 2020, online).

Os vídeos citados por ela não foram encontrados no perfil do centro cultural no Instagram. Todavia, podem ser encontrados na página da instituição no YouTube. Em um pouco mais de 40 minutos Érika Nascimento conta a história da Dona Ana e consequentemente, da sua família e a da criação e recriação de Centro Cultural Donana. O vídeo, postado em setembro de 2020, alcançou 245 visualizações em dez meses, menos de 30% dos inscritos no canal da instituição.

Da produção da neta de Donana consideramos destacar suas pontuações no final do vídeo, para pontuar as dificuldades vividas pelos moradores de Belford quando o assunto é territorialidade e consumo de arte e cultura. Segundo ela, a criação do CCD vem resolver uma demanda pessoal que precisava ser suprida ao menos para os membros da família Nascimento e daqueles que lhes eram próximos, para além da necessidade regional. Assim, o CCD pode ser visto como um espaço que

> ao longo desse período, ao longo dessa trajetória de quase 30 anos, mais um pouquinho de 30 anos, é um espaço de memória, é um espaço de grandes atividades culturais e é um espaço de afeto. [...] Afeto no sentido de afetar o outro, de buscar um desejo por mudanças. Então esse lugar, essa construção, essa casa, esse quintal é um lugar que possibilita que as pessoas se modifiquem. [...] Tem uma fala [...] que é um ditado popular que diz o seguinte, "quando uma rezadeira morre é preciso colocar outra em seu lugar" e seria Dona Ana, minha avó, esse lugar da rezadeira, esse lugar de continuidade da sua presença que já não é mais uma presença física, mas uma presença nessa casa, nesse quintal que é

> tão importante para aquela região, [...] pra família Donana, pra família Nascimento? A gente entende esse lugar de família como uma família expandida. Uma família que perpassa os laços sanguíneos, uma família de encontros, uma família de possibilidades de criação conjunta. (Nascimento, 2020a, 33min15seg)

A produção de Érika Nascimento não pode ser vista apenas como uma contação de história, pois sua narrativa não se trata da leitura de uma fábula, não há moral, nem final feliz, até porque a história não tem um final. "Histórias de Don'Ana", não tem um final, porque fala das origens de uma família, de uma instituição e, indiretamente, de toda uma comunidade (artística ou não) que foi afetada pela rezadeira que ainda hoje se faz presente até mesmo para aqueles que nunca a conheceram.

Enquanto Érika Nascimento conta a história de Dona Ana, seu primo Azis Gabriel Nascimento dirigiu um projeto chamado *Um violão que reza*, uma parceria entre o CCD e o Instituto Federal do Rio de Janeiro (IFRJ) de Belford Roxo, que contou o processo vivido por Dida Nascimento na reconstrução de seu violão que havia sido destruído por cupins. O curta de Azis Gabriel tem pouco mais de treze minutos de duração (caracterizando-se como produção de audiovisual de formato livre, de 10 a 30 minutos) e já foi visto por 235 pessoas desde que estreou no Youtube em setembro de 2020, um público parecido com o "Histórias de Don'Ana" (2020a).

*Um violão que reza* (2020b) não é apenas um manual de marcenaria, nem uma aula dos conhecimentos que Dida aprendeu para talhar a madeira com o seu pai, como ele cita no documentário. A produção pode ser vista como um resgate de uma memória: o violão de Dida é uma metáfora para a cultura popular, para o conhecimento que somente um artesão tem para diferenciar os diferentes tipos e partes da madeira e como cada uma delas pode ser usada para criar um instrumento

> Eu comecei a encarar mais a minha habilidade, que aprendi com meu pai. Ele era marceneiro, entendia de madeira, de cortes. E eu desde criança ficava ali do lado dele e ele me ensinou, por conta não é nem pela música, por conta de eu saber montar, esquadrinhar, fazer minhas molduras, fazer meus chassis para as minhas telas, para eu pintar, para diminuir o custo de compra de tela. Sem equipamento nenhum, muito mal uma serra, um alicate, um martelinho, muita lixa. [...] Aí eu aprendi a matemática disso aqui né: afinar, oitavar [...]. Para fazer outros instrumentos eu escolho, hoje, a madeira, então eu divido ela e começo a bater nela para ver que timbre ela dá, eu começo ver isso e também depois descobri vendo na internet que os luthiers[6], eles fazem isso (Nascimento, 2020b, 03min 37seg). .

6 Palavra de origem francesa que designa o profissional especializado em construir e reformar instrumentos de corda.

Além de um resgate do conhecimento dos antigos artesãos que trabalhavam a madeira, o filme de Azis Gabriel traz uma homenagem à Dona Ana em forma de canção, criada por Dida e Ivone Landim, e tocada como uma oração pelo "violão que reza" de Dida.

Já o terceiro projeto premiado pela Secec foi escrito pelo próprio Dida Nascimento, filho de Dona Ana e presidente do Centro Cultural Donana, mas diferente das produções dos membros da segunda geração dos Nascimento, o trabalho de Dida, denominado "Donana na sua casa: música e arte através da capoeira" (2020c), faz uma apresentação da Associação Cultural Capoeira Palmares (ACCP) e seu presidente o mestre Diorne. Segundo Dida Nascimento (2020c) o projeto teria como objetivo

> [...] difundir a técnica e conhecimentos da prática da capoeira e dialogar com a música e artes, ao longo de 5 semanas apresentarei uma sequência de 5 vídeos, entre 6min e 15min, por semana no perfil do Instagram e Youtube do Centro Cultural Donana, com aulas de capoeira, música utilizando a percussão e o berimbau e oficina de construção de berimbau utilizando materiais recicláveis (*Secec*, 2020, online).

A produção de Dida Nascimento parece ser bem-sucedida no que se propõe, em relação ao respeito ao tempo de produção, com exceção do último vídeo que possui pouco mais de 22 minutos de duração, excedendo os 15 minutos propostos na apresentação do projeto.

A série de vídeos de Dida Nascimento inaugura o que podemos considerar como a terceira fase do Centro Cultural Donana, pois diferente dos projetos de Érika e Azis Nascimento que traziam uma narrativa que colocava o espectador como ouvinte passivo, às vezes emocionado, mas ainda assim passivo diante das informações que recebia, os vídeos de Dida fizeram das pessoas que o assistiam sujeitos ativos, permitindo que o CCD entrasse na casa das pessoas. Modelo que foi seguido pelas demais produções da instituição que se seguiram.

A produção de Dida foi uma das novidades da internet, dentre uma infinidade de *lives,* programas ao vivo e exercícios que ajudou a resgatar a sociabilidade que a pandemia retirou das pessoas que, trancadas em suas casas, tinham a possibilidade de interagir apenas com seus familiares, também confinados. Fortuna (2020) afirma que, sem o fluxo de pessoas que vem e vão nas ruas das cidades todos os dias, ela fica parada, em suspenso e sem essa vivacidade, a alma da cidade é retirada.

> Uma cidade parada é algo desalmado. Estranham-se nela as ruas sem gente e sem a dançante vivacidade de todos os dias. As escolas e as universidades vazias são paisagens anacrónicas. Como é também desconcertante a paisagem do silêncio urbano que se instala onde antes dominava o ruído. São tristes os cafés, as lojas, os museus, os cinemas e os jardins que anunciam estar

> "encerrados ao público". Sem o "público" e sem a rua, a cidade desalmada repele (Fortuna, 2020, p. 1).

Sem as pessoas que constituem seu público, as instituições se tornam parte dessa cidade desalmada. Por sua vez, as pessoas em casa precisaram aprender a viver com o isolamento, as restrições, o medo da morte, a insegurança e as dúvidas que fizeram desse momento uma grande incerteza (Corá, 2021). Essa realidade de reclusão já era conhecida por Francisco de Assis Marinho desde antes da pandemia, o morador da avenida Portugal, em Belford Roxo, que vivia um isolamento causado por um luto após a morte de seu filho. Foi através da música que cantava conectado à internet que ele conseguiu voltar a interagir com a comunidade onde vive, através de sua varanda. Segundo o aposentado "todo mundo para e acena. Homem, mulher, crianças... Tem gente que dança e canta. Algumas mulheres mandam beijos, aí a minha mulher morre de ciúmes. Procuro fazer sempre o meu melhor" (jornal *Extra,* 2020, online).

Para Fortuna (2020) o isolamento não é uma opção à falta de urbanidade e sim o seu oposto e, por isso os isolados buscam uma forma de se entreter e se distrair dentro de casa, na impossibilidade de sair dela, e fica a cargo das tecnologias, rádio, televisão, mas principalmente as ligadas à internet (redes sociais, jogos online, plataformas de filmes e séries) a função de distrair e conduzir o mundo externo para dentro das residências:

> Tudo isso faz com que os sujeitos, dentro de casa, procurem revertê-la e deixar entrar o mundo exterior e fazer do lar um lugar onde se ensaia um novo ethos, possivelmente progressista e cosmopolita, de diálogo e aprendizagem com outros e os "grandes números" dos movimentos sociais e das multidões.
> O enclausuramento tem de ser criativo, também ele. Precisa refrear a crise e a depressão (Fortuna, 2020, p. 01-02).

E a participação do Centro Cultural Donana nessa urbanização dos lares seguiu com o vídeo *Danças urbanas*, primeiro da série Conecta Donana (2021), que trouxe uma aula onde a dançarina Lalih Branco ensinava os espectadores passos de dança urbana, também conhecida como dança de rua. A rua e o urbano invadem a casa dos espectadores isolados. Com um vídeo de aproximadamente 30 minutos, Lalih projeta toda a energia do hip hhop (estilo musical que abriga a dança) para as residências do público que passa a ser também parte da rua, da periferia, que são os territórios desse movimento, e talvez se tornem espaços de atuação e reivindicação política.

Segundo Ribeiro (2006), ao ocupar novos espaços públicos de convivência informal – e aqui considera-se que as residências se tornaram esses espaços através das produções do CCD – os sujeitos constroem novos territórios de poder e assim

> [...] exercem a demarcação física espaço/urbano da existência de outras vontades, de outras formas de sociabilidades existentes

> nas cidades, outras formas e práticas de poder que vão além dos processos formais e institucionais ou moralmente aceitos pelas parcelas dirigentes de nossa sociedade (Ribeiro, 2006, p. 125).

Ainda segundo o autor, esses novos territórios representam para os indivíduos que os vivem, mesmo que simbolicamente, a ênfase de seu valor para o dia a dia da sociedade/cidade que não os reconhecem como sujeitos políticos. Talvez por permitir que os espectadores isolados em casa de uma forma simbólica se tornassem visíveis para a cidade é que a vídeo aula de Lalih teve mais de 3,5 mil visualizações no Youtube, um número muitas vezes superior aos vídeos vencedores do programa Cultura Presente nas Redes.

O Conecta Donana teve ainda mais três episódios com elementos tão urbanos e sociais quanto o *Danças urbanas* e que alcançaram um público tão expressivo quanto o primeiro episódio. São eles: *Capoeira* (segundo episódio); *Moda*, (terceiro episódio). E *Sarau Donana,* quarto e último episódio da série Conecta Donana.

A partir do sucesso do sarau apresentado no Conecta Donana, com cerca de 3.677 visualizações, o centro cultural decidiu fazer com que as exibições mensais passassem a ser pelo YouTube e não mais no Instagram e assim tem sido desde abril de 2021. Vale destacar que não só o sarau, mas todos os vídeos da série Conecta Donana foram um sucesso de público, com mais de 3 mil visualizações para cada um deles que juntas somam 15.223 visualizações no Youtube. Somente o público do *Sarau Donana* (quarto episódio da série Conecta Donana) foi cerca de 20 vezes maior do que o público habitual dos eventos presenciais que, segundo Ivone Landim (27/03/21 *Sarau Donana*, online), é de aproximadamente 150 pessoas.

Os saraus que se deram a seguir tinham a particularidade do Momento Poeira que, segundo Ivone Landim, fundadora do *Sarau Donana*,

> [..] é justamente para a gente [integrantes do sarau] trazer, estimular aquelas pessoas que estão na plateia a mostrar os seus poemas e minha intenção realmente é de mostrar que as pessoas podem e tem capacidade de escrita onde elas estiverem porque a própria pessoa já é um campo, um território de muitas subjetividades e a literatura e o local geográfico da alma muito interessante que nos propicia isso (Sarau Donana, 5min e 54seg, online).

O Momento Poeira permite que o público compartilhe seus textos, muitas vezes amadores e engavetados ou abandonados, não apenas com os poetas residentes do grupo, mas também com os outros espectadores dentro da apresentação do sarau através de vídeos enviados à produção do sarau. Essa participação possibilitou um fluxo maior de troca, pois agora, além de permitir que o CCD entrasse em suas casas, os espectadores voltaram a entrar também no centro cultural, não em sua estrutura física, mas em seu simbolismo, trazendo-lhe assim, a alma que, segundo Fortuna (2020), era um elo que ele havia perdido.

## 5. Conclusão

As políticas de cultura de Belford Roxo são marcadas por um histórico de ausência do Estado, o que gera grande instabilidade. Isso provoca uma transformação dos espaços que deveriam ser culturais em repartições públicas, meramente administrativas, e prejudica .as relações entre o público e os produtores de cultura, o que faz com que as políticas públicas se mantenham sempre frágeis. A efetivação do Plano Municipal de Cultura de Belford Roxo se apresenta como um caminho para a construção de políticas estáveis.

Essa fragilidade foi completamente exposta na pandemia. O isolamento social fez com que os fazedores de cultura e suas produções artísticas fossem vistos como "dessenciais". A Lei Aldir Blanc foi criada com o intuito de garantir formas de subsistência para as famílias e manutenção para as instituições afetadas pela pandemia. Entretanto, sua implementação em Belford Roxo não garantiu que o fantasma do desemprego e da fome deixassem de atormentar os produtores de cultura, pois os administradores públicos não viam pressa em tomar providências.

Mesmo tendo uma história de mais de 30 anos e tendo se institucionalizando juridicamente recentemente, o CCD foi impactado pela pandemia juntamente com seu público. O projeto intitulado "Donana na sua casa: música e arte através da capoeira" (2020c), realizado com o apoio das políticas de cultura da Secec, pode ter inaugurado uma nova fase do CCD, um "Donana Online" ou virtual, onde os membros da primeira e da segunda geração da família Nascimento, herdeiros de Dona Ana, não apenas resgatam sua memória e a apresentam àqueles que vão visitar sua antiga casa, mas também usam a cultura para curar a angústia e medo daqueles que foram obrigados a se distanciar e se isolar daqueles de quem eram próximos, ao adotarem o chamado "novo normal" da sociedade. O público, por sua vez, ao permitir que o CCD entrasse em suas casas, decidiu também participar do sarau, garantindo que uma alma também fosse devolvida ao centro cultural e que a presença de Dona Ana continue a viver através da cultura. Isso prova que, ao contrário do que se pensou (e talvez ainda se pense) durante a gestão da pandemia, a cultura é essencial.

## Referências

BELFORD ROXO (RJ). *Lei Orgânica do Município de Belford Roxo*. Belford Roxo, RJ, 1993. Disponível em: https://prefeituradebelfordroxo.rj.gov.br/wp-content/uploads/2020/01/LEI-ORGÂNICA-DA-PMBR.pdf. Acesso em: 1 maio 2021.

BELFORD ROXO (RJ). Decreto n. 4.427, de 31 de janeiro de 2018. Abre em favor de diversos órgãos crédito suplementar de R$ 5.963.000,00 para reforço das dotações consignadas no orçamento vigente. Belford Roxo, 2018. Disponível em: https://drive.google.com/file/d/1XqxjHS9G_USgvbRPEoz_yy1nOZIIm-AY/view. Acesso em: 1 maio 2021.

BELFORD ROXO (RJ). Portaria n. 696/GP/2013. Nomeação. Belford Roxo, 24 jan. 2013. Disponível em: https://docs.google.com/file/d/0B6jcN0epIMGwMXN2VGZ0d-ThjcXM/edit. Acesso em: 1 maio 2021.

BELFORD ROXO (RJ). Decreto n. 4.540, de 27 de agosto de 2018. Dispõe sobre a regulamentação do Fundo Municipal de Cultura de Belford Roxo (FMCBR) e dá outras providências. Belford Roxo, 2018. Disponível em: https://drive.google.com/file/d/11N4vUHMeOANLCf5NaE8TIv8jJe8uupHC/view. Acesso em: 1 maio 2021.

BELFORD ROXO (RJ). Lei n. 1.539, de 3 de janeiro de 2017. Estima a receita e fixa a despesa do Município de Belford Roxo para o exercício financeiro de 2017. Belford Roxo, 2017. Disponível em: https://drive.google.com/file/d/1XqxjHS9G_USgvbRPEoz_yy-1nOZIIm-AY/view. Acesso em: 1 maio 2021.

BRASIL. Ministério da Cultura. *Manual de instruções para contratação e execução*. Brasília, DF, 2011. Disponível em: http://estacao.cultura.gov.br/wp-content/uploads/sites/28/2017/12/manual-contratacao.pdf. Acesso em: 1 maio 2021.

CASA DOS DADOS. *Fundo Municipal de Cultura de Belford Roxo (FMCBR)*. CNPJ 36.141.762/0001-55. Disponível em: https://casadosdados.com.br/solucao/cnpj/fundo-municipal-de-cultura-de-belford-roxo-fmcbr-36141762000155. Acesso em: 1 maio 2021.

CONSELHO MUNICIPAL DE CULTURA DE BELFORD ROXO. Prefeito Alcides Rolim assina convênio para investir em cultura. *Blog do Conselho Municipal de Cultura de Belford Roxo*, 23 set. 2010. Disponível em: https://conselhocultura-br.blogspot.com/2010/09/noticias-assinatura-de-convenios_23.html. Acesso em: 1 maio 2021.

EU SOU BELFORROXENSE. Hoje será inaugurada a Estação Cidadania [...]. *Facebook*, Belford Roxo, 31 jul. 2020. Disponível em: https://www.facebook.com/euSouBelforroxense/posts/162426372050755/. Acesso em: 1 maio 2021.

EXTRA. Belford Roxo extingue quatro secretarias, incluindo a de Cultura. *Extra*, Rio de Janeiro, 19 maio 2016. Disponível em: https://extra.globo.com/noticias/rio/belford-roxo-extingue-quatro-secretarias-incluindo-de-cultura-19333709.html. Acesso em: 1 maio 2021.

GUERREIRO, J.; BORJA, B. *Pesquisa impactos da Covid-19 na economia criativa da Baixada*. Rio de Janeiro: Observatório Baixada Cultural, 2021.

MINISTÉRIO DA CIDADANIA. *Andamento – Centros de Artes e Esportes Unificados (CEUs): acompanhamento de obras*. Brasília, DF, 2019. Disponível em: https://docs.google.com/spreadsheets/d/1s6Caqh9DR4DuzjGazfJo9Z8plnJrcSTvOj-vafIaXgo/edit#gid=1. Acesso em: 1 maio 2021.

BRASIL. Ministério da Cidadania. Portaria n. 876, de 15 de maio de 2019. Dispõe sobre a alteração do nome do Centro de Artes e Esportes Unificados (CEU) para Estação Cidadania – Cultura e do nome do Centro de Iniciação ao Esporte (CIE) para Estação Cidadania – Esporte. *Diário Oficial da União: seção 1*, Brasília, DF, 17 maio 2019. Disponível em: http://estacao.cultura.gov.br/wp-content/uploads/sites/28/2019/06/Portaria-n%C2%BA-876-de-15-de-maio-de-2019-Publica%C3%A7%C3%A3o-DOU.pdf. Acesso em: 1 maio 2021.

MINISTÉRIO DA CULTURA. *Estruturação, institucionalização e implementação do Sistema Nacional de Cultura*. São Paulo: Sesc-SP, 2009.

BRASIL. Ministério da Cultura. Portaria n. 49, de 18 de maio de 2011. Aprova o Manual de instruções para contratação e execução. *Diário Oficial da União: seção 1*, Brasília, DF, n. 95, 19 maio 2011. Disponível em: http://antigo.cultura.gov.br/documents/10937/1516157/Portaria+n%C2%BA+49%2C+de+18+de+maio+-de+2011++Manual+de+Instru%C3%A7%C3%B5es+MICE+Pra%C3%A7as+dos+Esportes+e+da+Cultura.pdf. Acesso em: 1 maio 2021.

BRASIL. Ministério da Cultura. Portaria n. 18, de 21 de fevereiro de 2013. Altera a nomenclatura das Praças dos Esportes e da Cultura (PECs) para Centros de Artes e Esportes Unificados (CEUs). *Diário Oficial da União: seção 1*, Brasília, DF, n. 36, 22 fev. 2013. Disponível em: https://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/30302376/do1-2013-02-22-portaria-n-18-de-21-de-fevereiro-de-2013-30302370. Acesso em: 1 maio 2021.

BRASIL. Ministério do Turismo. *Lei Aldir Blanc: relatório parcial e de execução*. Brasília, DF, 26 abr. 2021. Disponível em: https://www.gov.br/turismo/pt-br/secretaria-especial-da-cultura/assuntos/noticias/lei-aldir-blanc-relatorio-parcial-e-de-execucao. Acesso em: 5 maio 2026.

NASCIMENTO, E. *Um lugar chamado centro cultural: a Casa de Don'Ana e as práticas de re-existências na Baixada Fluminense*. 2016. Dissertação (Mestrado em Cultura e Territorialidades) – Instituto de Arte e Comunicação Social, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2016.

NOGUEIRA, I. Dono da Furacão 2000 vira secretário de cultura no RJ. *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 20 jan. 2009. Disponível em: https://m.folha.uol.com.br/ilustrada/2009/01/492069-dono-da-furacao-2000-vira-secretario-de-cultura-no-rj.shtml. Acesso em: 1 maio 2021.

BRASIL. Secretaria de Articulação Institucional. Extratos de instrumentos contratuais. Espécie: Acordo de Cooperação Federativa. Processo n. 01400.041803/2011-35. *Diário Oficial da União: seção 3*, Brasília, DF, n. 242, 13 dez. 2013. Disponível em: https://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?jornal=3&pagina=25&data=13/12/2013. Acesso em: 1 maio 2021.

TRABALHADORES da cultura criam manifesto para cobrar políticas públicas para o setor durante a quarentena. *O Dia*, Rio de Janeiro, 31 mar. 2020. Disponível em: https://odia.ig.com.br/diversao/2020/03/5892419-trabalhadores-da-cultura-criam--manifesto-para-cobrar-politicas-publicas-para-o-setor-durante-a-quarentena.html. Acesso em: 5 mar. 2026.

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS. *Classificação por fonte e destinação de recursos*. Anexo III. Belo Horizonte: TCEMG, 2014.

RUBIM, Antonio Albino Canelas. Desafios e dilemas da institucionalidade cultural no Brasil. *Matrizes*, São Paulo, v. 11, n. 1, p. 57-77, 2017.

# Identidades silenciadas: a Amazônia nos livros didáticos de Geografia

*Silenced identities: the Amazon in Geography textbooks*

*Identidades silenciadas: la Amazonía en los libros didácticos de Geografía*

*Identités réduites au silence: L'Amazonie dans les manuels de Géographie*

"Quando a escola não nos vê, ela nos ensina
a não ver a nós mesmos."
*Daniel Munduruku*

*Henry Gondim de Souza*[1]
*Edilza Laray de Jesus*[2]

**Resumo**

Souza, H. G. Jesus, E. L. Identidades silenciadas: a Amazônia nos livros didáticos de Geografia. ***Rev. C&Trópico***, v. 50, n. 1, p. 281-296, 2026. Doi: 10.33148/ctrpico.v50i1.2700

A Amazônia ocupa lugar central na formação territorial, cultural e ecológica do Brasil. Entretanto, sua presença nos livros didáticos ainda revela silenciamentos, fragmentações e representações que não dialogam com a complexidade do território e dos povos que o habitam. Este artigo analisa como a Amazônia é retratada em obras de Geografia do Ensino Médio distribuídas pelo PNLD. A partir de análise documental, identificamos forte ênfase em conteúdos sociais e culturais, enquanto a dimensão econômica e, sobretudo, a dimensão ambiental são menos exploradas, o que reforça estereótipos e invisibiliza sujeitos amazônicos. Argumenta-se que tais lacunas não são casuais, mas reflexo de perspectivas construídas historicamente fora da região. Conclui-se que o livro didático precisa considerar a Amazônia como território vivo, espaço de direitos e lugar de produção de conhecimento, fortalecendo práticas pedagógicas que aproximem escola e realidade.

**Palavras-chave:** Amazônia; Livro didático; Representações; Silenciamentos; Educação intercultural.

1 Mestre em Ciências Humanas pelo Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas da Universidade do Estado do Amazonas (PPGICH/UEA) e professor da Secretaria de Estado de Educação e Desporto Escolar (Seduc-AM). E-mail: geografiahenry@gmail.com Orcid: https://orcid.org/0009-0002-8330-4984

2 Doutora em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e professora da Universidade do Estado do Amazonas (UEA), onde atua no Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas (PPGICH). Também integra o corpo docente do Mestrado Profissional em Rede Nacional em Gestão e Regulação de Recursos Hídricos (Profciamb/Ufam) e do Parfor/Cape. E-mail: ejesus@uea.edu.br Orcid: https://orcid.org/0000-0002-7340-2196

**Abstract**

Souza, H. G. Jesus, E. L. Silenced identities: the Amazon in Geography textbooks. ***Rev. C&Trópico***, v. 50, n. 1, p. 281-296, 2026. Doi: 10.33148/ctrpico.v50i1.2700

*The Amazon region occupies a central position in the construction of Brazilian identity and imagination, yet it remains surrounded by discourses that often overlook the diversity of its peoples. In school contexts, geography textbooks play a decisive role in shaping representations about the Amazon and, consequently, the self-perception of Amazonian students as subjects of rights. This article analyzes how the region is portrayed in geography textbooks approved by the National Textbook Program (PNLD 2022) and adopted by public high schools in the state of Amazonas. Supported by Content Analysis (Bardin, 2016) and operationalized using Atlas.ti software, the study examines three volumes of the Identidade em ação collection. The results reveal that although the Amazon appears frequently, its representation remains fragmented, emphasizing descriptive and naturalized visions that disconnect territory, culture and socio-environmental conflicts. Silences persist regarding political agency, inequalities, and the lived experiences of Amazonian populations. Additionally, we discuss paradidactic materials as possible curricular strategies of re-existence capable of strengthening belonging and valuing local knowledge. We conclude that a more critical and contextualized approach to the Amazon is essential to ensure epistemic justice and the right of students to recognize themselves as protagonists of their own territory.*

**Keywords:** Amazon; Geography education; School textbooks; Curriculum; Epistemic justice.

**Resumen**

Souza, H. G. Jesus, E. L. Identidades silenciadas: la Amazonía en los libros didácticos de Geografía. ***Rev. C&Trópico***, v. 50, n. 1, p. 281-296, 2026. Doi: 10.33148/ctrpico.v50i1.2700

La Amazonía ocupa un lugar central en la formación territorial, cultural y ecológica de Brasil. Sin embargo, su presencia en los libros didácticos aún revela silenciamientos, fragmentaciones y representaciones que no dialogan con la complejidad del territorio ni con los pueblos que lo habitan. Este artículo analiza cómo la Amazonía es retratada en obras de Geografía de la Educación Secundaria distribuidas por el PNLD. A partir de un análisis documental, identificamos un fuerte énfasis en contenidos sociales y culturales, mientras que la dimensión económica y, sobre todo, la dimensión ambiental, son menos exploradas, lo que refuerza estereotipos e invisibiliza a los sujetos amazónicos. Se argumenta que tales vacíos no son casuales, sino reflejo de perspectivas históricamente construidas fuera de la región. Se concluye que el libro didáctico debe considerar la Amazonía como un territorio vivo, espacio de derechos y lugar de producción de conocimiento, fortaleciendo prácticas pedagógicas que acerquen la escuela a la realidad.

**Palabras clave:** Amazonía; Libro didáctico; Representaciones; Silenciamientos; Educación intercultural.

**Résumé**

Souza, H. G. Jesus, E. L. Identités réduites au silence: L'Amazonie dans les manuels de Géographie. ***Rev. C&Trópico***, v. 50, n. 1, p. 281-296, 2026. Doi: 10.33148/ctrpico.v50i1.2700

*L'Amazonie occupe une place centrale dans la formation territoriale, culturelle et écologique du Brésil. Pourtant, sa présence dans les manuels scolaires continue de révéler des silences, des fragmentations et des représentations qui ne reflètent pas la complexité du territoire ni celle des populations qui y habitent. Cet article examine comment l'Amazonie est représentée dans des manuels de Géographie destinés au secondaire et distribués par le PNLD. À partir d'une analyse documentaire, nous observons une forte emphase sur les contenus sociaux et culturels, tandis que la dimension économique et surtout la dimensión environnementale sont moins développées, ce qui renforce des stéréotypes et invisibilise les sujets amazoniens. Nous soutenons que ces lacunes ne sont pas fortuites, mais découlent de perspectives historiquement construites hors de la région. Nous concluons que le manuel scolaire doit reconnaître l'Amazonie comme un territoire vivant, un espace de droits et un lieu de production de savoirs, afin de soutenir des pratiques pédagogiques qui rapprochent l'école de la réalité vécue.*

**Mots-clés:** Amazonie; Manuel scolaire; Représentations; Silences; Éducation interculturelle.

*Data de submissão: 06/11/2025*
*Data de aceite: 24/04/2026*

## 1. Introdução

A Amazônia ocupa um lugar central na história e na imaginação sobre o Brasil. Ela é vista como o coração ecológico do planeta e também como espaço de povos diversos, que constroem modos de vida em diálogo constante com a floresta e os rios. Ainda assim, permanece cercada por discursos que nem sempre reconhecem essa pluralidade. Desde os registros dos naturalistas europeus no período colonial, a região foi apresentada como um território distante, cheio de mistério, riqueza e risco. Essa dualidade – paraíso por suas possibilidades ou "inferno verde" pela hostilidade – moldou representações que ainda hoje aparecem na mídia, na política e, especialmente, na escola.

No ambiente escolar, o livro didático tem papel decisivo na construção de sentidos sobre a Amazônia. Ele guia o trabalho docente, orienta a aprendizagem e, muitas vezes, se torna a principal (ou única) fonte de conhecimento para os estudantes. Por

isso, a forma como a região é ali retratada influencia a maneira como os jovens se percebem como sujeitos amazônicos e brasileiros. Quando essas representações são limitadas ou fragmentadas, parte da identidade coletiva também se perde. Como afirma Freire (1996), conhecer o mundo implica reconhecer-se nele; quando esse espelho não reflete os sujeitos amazônidas, ocorre o que Witkoski (2018) denomina silenciamento das vozes do território.

Os livros didáticos atuais refletem avanços das políticas curriculares e das lutas por uma educação mais crítica. No entanto, ainda carregam marcas de concepções produzidas fora da Amazônia, com um olhar que nem sempre considera a realidade das escolas e dos povos que lá vivem. Em muitos materiais, a região aparece como floresta exuberante, local de biodiversidade e recursos naturais. Outros destacam conflitos fundiários, desigualdades e problemas urbanos. Há ainda aqueles que valorizam expressões culturais e modos de vida tradicionais. Separadamente, essas abordagens contribuem para a compreensão da região. Mas, quando não se conectam, acabam produzindo uma Amazônia fragmentada – o que Moraes (2020) caracteriza como uma geografia descolada da vida social.

Na prática, a análise de livros utilizados no Ensino Médio público amazonense mostra esse quadro com clareza: as dimensões social e cultural foram as mais enfatizadas, enquanto aspectos econômicos e, sobretudo, ambientais, receberam menos atenção ao longo das obras analisadas. Esse desequilíbrio aponta para uma representação que não dá conta da complexidade regional e gera silenciamentos importantes. Ainda mais preocupante é perceber que os povos que vivem e constroem esse território aparecem muitas vezes de maneira genérica, como se suas histórias e conhecimentos fossem acessórios à floresta. Trata-se, portanto, de um problema de justiça curricular: Quem tem legitimidade para falar da Amazônia? E quem segue sendo falado sem ser ouvido?

A Amazônia, entendida como território vivido, é parte essencial da formação dos estudantes do Norte do país. Reconhecer isso implica superar olhares reducionistas que isolam fenômenos sociais, econômicos e ambientais, em vez de compreendê-los em relação. Também significa valorizar as vozes e os saberes que nascem aqui, vozes que, muitas vezes, não encontram espaço nos livros produzidos em outras regiões do Brasil. Assim, surge a pergunta que orienta este estudo: que Amazônia os livros didáticos mostram e que Amazônia silenciam?

Diante desse cenário, este artigo discute como as representações da Amazônia nos livros didáticos de Geografia podem reforçar invisibilidades ou propor sentidos de reconhecimento. O objetivo é compreender de que maneira esses materiais constroem identidades amazônicas e quais lacunas persistem nessa construção. Ao evidenciar discursos e silenciamentos que se distribuem entre temas e capítulos, buscamos fortalecer uma perspectiva crítica e intercultural que reconheça a região como lugar de vida, de direitos e de produção de conhecimento (Walsh, 2019). Em última análise, trata-se de contribuir para um ensino de Geografia que ajude o estudante a enxergar a Amazônia com novos olhos: não como cenário distante, mas como o espaço que habita, transforma e faz parte de quem ele é.

## 2. Metodologia

A pesquisa desenvolvida neste artigo adota uma abordagem qualitativa e documental, fundamentada na análise crítica de livros didáticos de Geografia utilizados em escolas públicas do Amazonas. A escolha por essa abordagem decorre da intenção de compreender os sentidos atribuídos à Amazônia no cotidiano escolar e de identificar os silenciamentos produzidos por materiais que, embora amplamente distribuídos, nem sempre dialogam com a realidade dos estudantes amazônidas.

O corpus documental analisado nesta pesquisa é composto pela coleção didática *Identidade em Ação – Ciências Humanas e Sociais Aplicadas*, publicada pela Editora Moderna e aprovada no âmbito do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD 2022). Foram analisados os volumes 2 (trabalho e tecnologia), 3 (política e território) e 4 (indivíduo, sociedade e cultura), utilizados na rede estadual de ensino do Amazonas durante o triênio 2022–2024, incluindo escolas vinculadas às Coordenações Distritais de Educação (CDE) 2, 3 e 4, que foram o lócus da pesquisa. A coleção possui autoria coletiva, reunindo Leandro Karnal, Luiz Estevam de Oliveira Fernandes, Isabela Backx, Felipe de Paula Góis Vieira, Marcelo Abreu, Alice de Martini, Eliano Freitas, Rogata Soares Del Gaudio e Cristina Costa. A seleção do corpus considerou a ampla circulação da coleção nas escolas públicas estaduais e sua relevância pedagógica no contexto do Novo Ensino Médio.

A análise de conteúdo, seguindo Bardin (2016), guiou todo o percurso metodológico. Inicialmente, realizou-se uma leitura exploratória dos capítulos e das seções voltadas à Amazônia, permitindo a definição das unidades de registro e a identificação preliminar de eixos temáticos recorrentes. Em seguida, essas unidades foram organizadas e codificadas com o apoio do software Atlas.ti, ferramenta que possibilitou sistematizar as informações e visualizar, com maior precisão, a frequência e a distribuição das representações ao longo das obras. As categorias de análise consideradas – dimensões ambiental, social, cultural e econômica – foram construídas à luz de referenciais da Geografia crítica e da educação na Amazônia, permitindo uma leitura ampliada sobre o território como espaço de vida, disputa e saberes.

Concluída essa etapa, empreendeu-se uma interpretação crítica que articulou os dados aos debates contemporâneos sobre currículo, representações sociais e justiça epistemológica. Autores como Hall (2016), Moraes (2017) e Walsh (2019) contribuíram para compreender como certas narrativas se consolidam como verdades e como outras são silenciadas, enquanto documentos oficiais, como a LDB, a BNCC e os guias do PNLD, permitiram situar o livro didático dentro das políticas de formação escolar vigentes.

Por tratar-se de pesquisa exclusivamente documental, sem envolvimento direto de estudantes ou professores, não houve necessidade de submissão a comitê de ética. Ainda assim, buscou-se o cuidado metodológico de garantir que cada interpretação se mantivesse ancorada no material analisado e no compromisso com a educação amazônica.

Ao assumir a análise do livro didático não apenas como objeto pedagógico, mas como artefato cultural e político, esta metodologia possibilitou revelar tanto o que é

dito sobre a Amazônia quanto o que permanece oculto. Assim, mais do que identificar o número de vezes em que o termo "Amazônia" aparece, buscou-se compreender "o lugar discursivo que a região ocupa na formação dos sujeitos amazônidas".

Além disso, optou-se pela utilização de elementos gráficos (tabelas e gráficos de frequência) como recurso de visualização dos resultados. Essa decisão metodológica visa tornar mais clara a distribuição das representações identificadas, permitindo ao leitor observar padrões e assimetrias na abordagem da Amazônia ao longo dos volumes analisados. A apresentação gráfica contribui, assim, para fortalecer a confiabilidade da análise, ao favorecer uma leitura comparativa das categorias temáticas e evidenciar silenciamentos que poderiam permanecer menos perceptíveis em uma descrição exclusivamente textual.

## 3. Referencial teórico

### *3.1. A Geografia escolar no Brasil e o ensino regional: entre controvérsias e apagamentos*

A Geografia escolar no Brasil sempre esteve marcada por disputas acerca de seu papel formativo: formar cidadãos críticos ou apenas transmitir informações sobre o território? Essa tensão histórica ajuda a compreender por que certas regiões receberam maior visibilidade nos materiais escolares, enquanto outras foram sendo sistematicamente secundarizadas.

Desde o início do século XX, quando a disciplina se consolidou como parte do currículo nacional, a organização do ensino de Geografia privilegiou um *modelo descritivo e enciclopédico*, centrado nas paisagens e nos dados físicos. Moreira (1987) destaca que esse modelo reforçava um olhar "de cima", em que o território era visto como coleção de elementos naturais, e não como construção social. Nesse cenário, a Amazônia surgia frequentemente como *imenso vazio*, pouco habitado e pouco compreendido.

Com o avanço das propostas técnicas de regionalização, sobretudo na metade do século XX, o ensino regional ganhou força como forma de representar e organizar o país. Porém, como observa Vesentini (2008), as regiões eram construídas a partir de critérios definidos longe dos territórios representados, o que produziu *regiões hierarquizadas*: o Centro-Sul como referência de modernidade; o Norte e o Nordeste como espaço de atraso. A escola incorporou essa narrativa, naturalizando desigualdades territoriais.

A ditadura civil-militar reforçou essa perspectiva funcionalista da Geografia. A disciplina serviu ao objetivo de integrar a Amazônia ao mercado nacional e "ocupar espaços vazios" — ideologia sintetizada na máxima "integrar para não entregar". Lacoste (1985) já denunciava como esse tipo de ensino é útil para o Estado porque ensina apenas "a geografia dos vencedores", ocultando conflitos e resistências locais.

Com a redemocratização, emergiram perspectivas críticas que buscavam superar esse modelo. A Geografia escolar passou a ser entendida como prática política, e não apenas técnica (Castellar, 2005). Contudo, mesmo com esse avanço conceitual, a centralidade de uma visão sudestina do Brasil permaneceu, agora amparada pela expansão de um mercado editorial concentrado e hegemônico.

A criação do PNLD representou importante marco de democratização do acesso ao livro didático. Entretanto, como alerta Kaercher (2014), democratizar o acesso ao livro não é o mesmo que democratizar o acesso à voz. Se os conteúdos continuam sendo produzidos majoritariamente "a partir do centro", mantém-se a lógica que define o Norte como periferia discursiva.

Nesse percurso histórico, a Amazônia foi frequentemente retratada como paisagem exuberante ou fronteira econômica estratégica, mas raramente como território de povos e de produção de conhecimento. Moraes (2017) lembra que "a Amazônia não é apenas floresta, é obra humana". Porém, na prática escolar, esse entendimento ainda não se consolidou.

Assim, o ensino regional – que poderia potencializar identidades e pertencimentos locais – tornou-se, em muitos momentos, um dispositivo de silenciamento. Um conhecimento regional sem sujeitos, sem conflitos e sem política. Essa história explica por que o desafio atual não é apenas "incluir" a Amazônia no livro didático, mas "reconhecer" que ela deve ser autora de sua própria narrativa.

### *3.2. Representações da Amazônia: entre mitos, imaginários e realidades*

Pensar a Amazônia é lidar com uma história marcada por disputas de narrativas. Desde o período colonial, quando cronistas europeus buscavam traduzir o "novo mundo" aos olhos do Velho Continente, o discurso sobre a região foi elaborado majoritariamente por quem não a habitava. Nas palavras de Hall (2016), representar é sempre um exercício de poder: quem fala sobre o outro também define como este deve ser percebido. Assim, a Amazônia foi sendo enquadrada em um repertório simbólico que oscilava entre o paraíso da natureza inalcançável e o "inferno verde" indomável – construções que ainda hoje ecoam nas formas como o território é ensinado e compreendido.

Esses imaginários coloniais atravessaram séculos e se naturalizaram em políticas, mapas, livros e discursos de Estado. A Amazônia foi tratada ora como fronteira vazia a ser ocupada, ora como reserva de recursos a ser explorada, ora como patrimônio do mundo que precisa ser protegido de si mesma. Em todas essas versões, os povos amazônidas raramente aparecem como protagonistas. São convocados a existir apenas como guardiões da floresta ou como entraves ao "progresso". Essa visão reducionista produz o efeito criticado por Bhabha (2013): a fixação de identidades, que simplifica a diversidade e apaga conflitos e contradições.

Quando o currículo escolar incorpora essas imagens sem questioná-las, reforça a distância entre o que se ensina e o que se vive na Amazônia. O estudante amazônida reconhece a floresta nas páginas do livro, mas não se vê como sujeito pertencente e atuante nesse mesmo espaço. Surge, então, uma espécie de "desenraizamento pedagógico": o território está presente, mas sua gente está ausente ou representada de modo genérico, como se fosse um detalhe da paisagem.

Essa ausência não é acidental. Como aponta Quijano (2005), a colonialidade do poder opera justamente pela hierarquização de saberes e culturas. No caso amazônico, saberes ribeirinhos, indígenas e urbanos da periferia são frequentemente considerados

informais ou tradicionais – categorias que os colocam à margem dos conhecimentos legitimados pela escola. Desse modo, a região pode até ser ensinada, mas raramente é reconhecida como produtora de ciência, pensamento e história.

Reconhecer esse processo é fundamental para compreendermos que as representações não são neutras. Elas legitimam escolhas curriculares, definem o que deve ser lembrado e o que pode ser esquecido. Quando a Amazônia é retratada como um grande cenário natural, sem suas tensões políticas e sociais, reforça-se aquilo que Almeida (2020) problematiza como ideologia da decadência: a ideia de que a região está sempre atrasada, sempre faltante, sempre dependente de intervenções externas para existir plenamente.

Por isso, discutir a maneira como a Amazônia aparece nos livros didáticos é uma questão de justiça cognitiva e cultural. É permitir que os estudantes se reconheçam como parte de um território vivo, que pulsa, resiste e produz conhecimento. Em última instância, é defender o direito à voz: o direito de dizer e de ser dito a partir de dentro, e não apenas pelas lentes de quem mira o território desde longe.

### *3.3. Livro didático e currículo: disputas de sentidos sobre a Amazônia*

No Brasil, o livro didático ocupa um lugar estratégico na organização do trabalho pedagógico. Muitas vezes, sua autoridade se sobrepõe até mesmo às orientações do Projeto Político-Pedagógico da escola. Nas redes públicas do Norte, essa centralidade é ainda maior: o livro, para muitos professores, "não é apenas um recurso, mas o próprio currículo em ação", como aponta Apple (2006). Isso significa que aquilo que está (ou não está) nas páginas do material repercute diretamente no que é ensinado – e no que é esquecido.

O Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) representou um grande avanço ao estabelecer critérios de avaliação e distribuição ampla dos materiais. Contudo, mesmo com esse rigor, permanece o desafio de garantir que a Amazônia seja representada a partir de sua complexidade territorial. A Base Nacional Comum Curricular reforça o direito de aprendizagem comum, mas sua implantação pode resultar em apagamentos quando não há abertura real para a inclusão das especificidades locais – como defendem as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio e a própria LDB, que preveem o respeito à diversidade regional (Brasil, 1996).

Quando a produção editorial se concentra em grandes centros urbanos do Sudeste, prevalece uma perspectiva que narra o país a partir de um eixo hegemônico. A Amazônia aparece, então, como um grande "outro" do Brasil: território distante, abundante em natureza, mas carente de humanidade. Fraxe (2019) observa que, nesses discursos, "os povos amazônidas são frequentemente colocados na condição de tutela, como se não fossem capazes de gerir suas próprias realidades". Trata-se de uma desautorização simbólica de saberes e modos de vida.

Os dados analisados neste estudo mostram que a presença da Amazônia nos livros é marcada por desequilíbrios significativos. Conteúdos sociais e culturais aparecem com maior recorrência (439 e 363 registros, respectivamente), enquanto dimensões econômicas (264) e, sobretudo, ambientais (73) são marginalizadas. Essa

diferença não apenas evidencia escolhas editoriais, mas também define o que merece ser visto e o que pode permanecer invisível.

Além da desigualdade quantitativa, há uma fragmentação conceitual. As problemáticas ambientais são apresentadas sem revelar suas raízes políticas; os grandes projetos econômicos surgem como progresso inevitável, sem mostrar quem arca com os custos; as manifestações culturais são expostas como curiosidades folclóricas, desconectadas do território que lhes dá sentido. As cidades amazônicas e seus conflitos urbanos – como habitação, mobilidade e desigualdades – quase não entram na cena. Como sintetiza Almeida (2020), "há um Brasil que escolhe não enxergar a Amazônia, para manter o domínio sobre o que julga seu atraso".

Segundo Moraes (2017), a Geografia ensinada deve revelar a "produção social do espaço", mas os livros ainda insistem em separar natureza e sociedade, como se a floresta existisse independente dos povos que nela habitam e a constroem todos os dias. Essa separação reforça o que Walsh (2019) denomina "colonialidade curricular", que hierarquiza conhecimentos e impede que saberes ribeirinhos, indígenas e periféricos sejam reconhecidos como legítimos.

Ao não relacionar o conteúdo à realidade regional, o ensino produz um aluno que conhece a Amazônia, mas não se reconhece nela. Ele lê sobre o território, mas encontra poucos espelhos para sua vivência: o rio que corta sua cidade, a comunidade em que mora, os desafios ambientais e sociais que presencia. Como alerta Witkoski (2018), o resultado é "o enfraquecimento do pertencimento e da autoestima cultural de estudantes que vivem em territórios historicamente silenciados".

Portanto, o livro didático não é apenas portador de conteúdo: é produtor de sentidos. Disputá-lo significa reivindicar o direito de narrar a Amazônia por inteiro – com seus povos, suas cidades, suas lutas e saberes – para que ela deixe de ser fragmento e se torne território pleno dentro da escola.

## 4. Quando a Amazônia não se vê no livro: implicações pedagógicas e identitárias

A escola é um dos principais espaços de construção de pertencimento. É nela que os estudantes compreendem seu lugar no mundo, nomeiam o território que habitam e organizam seus horizontes de futuro. Quando o livro didático – referência central no cotidiano das aulas – representa a Amazônia como cenário distante ou fragmentado, o estudante amazônida encontra um paradoxo: aprende sobre um lugar que é o seu, mas não se encontra nele.

Esse estranhamento não é apenas cognitivo; é também afetivo e político. Como afirma Freire (1996), ninguém aprende verdadeiramente aquilo que nega sua própria existência. Quando a experiência amazônica não é legitimada como conhecimento escolar, o aluno pode internalizar a sensação de que sua vida cotidiana é menos importante do que aquilo que vem "de fora". Essa percepção afeta autoestima, engajamento e, principalmente, o reconhecimento de que ele é sujeito produtor de história e de saberes.

Os impactos aparecem de diferentes maneiras. No campo da aprendizagem, há dificuldade em estabelecer relações entre o conteúdo e o território vivido, o que limita

o desenvolvimento do pensamento espacial crítico. No campo cultural, a desconexão enfraquece a valorização de identidades locais e das línguas, expressões e memórias que constituem a Amazônia. No campo político, a ausência de debates sobre conflitos socioambientais impede que o estudante compreenda direitos, injustiças e possibilidades de ação coletiva.

Como observa Witkoski (2018), um ensino que não reconhece os sujeitos amazônicos "desloca-os de sua própria história", colocando-os em posição de espectadores do que deveria ser sua narrativa de vida. Isso cria o que alguns autores amazônidas têm chamado de "silenciamento pedagógico", um mecanismo que não apenas omite conteúdos, mas restringe a capacidade de imaginação e atuação social dos jovens que vivem na região.

No entanto, há caminhos potentes para romper esse ciclo. A interculturalidade crítica (Walsh, 2019) aponta para a necessidade de incluir saberes e vozes que emergem dos próprios territórios. Já o pensamento decolonial nos convida a questionar quais epistemologias dominam os livros e porque elas se mantêm como únicas referências legítimas. No ensino de Geografia, isso se traduz na articulação entre o conhecimento escolar e as experiências locais – aquelas que nascem nas margens dos rios, nas feiras, nas comunidades e nos bairros periféricos de Manaus e de tantos outros municípios amazônicos.

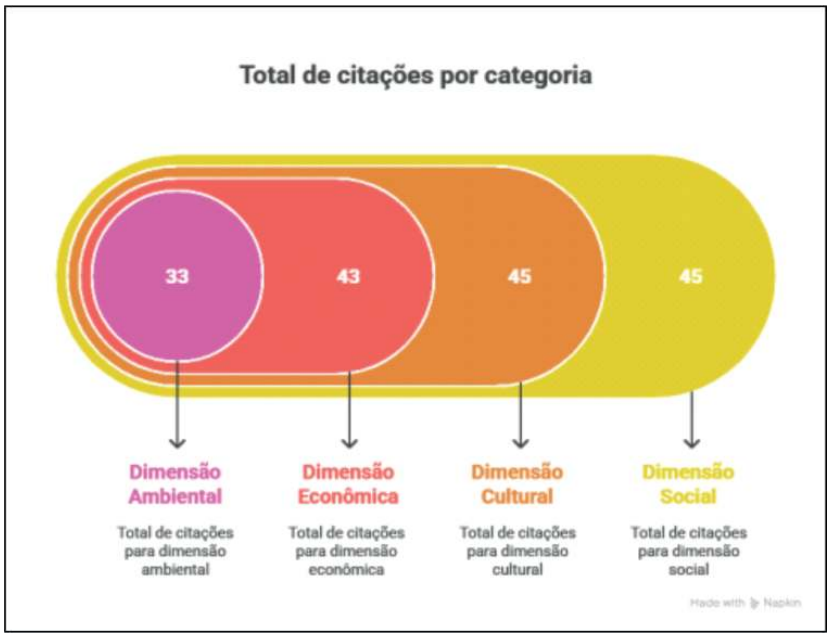
Nesse sentido, práticas contextualizadas, projetos de campo, inclusão de narrativas comunitárias e a valorização do Plano Político-Pedagógico (PPP) das escolas podem reverter parcialmente a lógica de fragmentação presente nos materiais didáticos. A ideia é que o estudante seja reconhecido como quem é: amazônida antes de ser apenas brasileiro na generalidade dos livros.

Garantir essa presença da Amazônia por inteira — com seus povos, territórios, conflitos e esperanças — não se trata apenas de melhorar materiais didáticos. Trata-se de democratizar o direito à voz, permitindo que os jovens da região se vejam não como nota de rodapé do mapa nacional, mas como protagonistas de um Brasil que também é amazônico.

## 5. Resultados e discussão

A análise concentrou-se em três volumes da coleção *Identidade em Ação: Ciências Humanas e Sociais Aplicadas*, aprovada pelo PNLD 2022 e distribuída às escolas públicas do Amazonas. Os volumes 2, 3 e 4 foram selecionados por abordarem conteúdos diretamente relacionados às temáticas da Amazônia no Ensino Médio, permitindo identificar como a região é representada na formação escolar e quais silenciamentos persistem. A escolha por uma única coleção deve-se à sua ampla utilização na rede estadual e à relevância pedagógica atribuída pela política pública de distribuição de livros didáticos.

**Gráfico 1:** Frequência das representações da Amazônia por categorias temáticas




**Fonte:** Elaboração própria (2024), com base em Identidade em Ação (PNLD 2022).

Em todas as coleções, a Amazônia aparece como componente essencial da paisagem brasileira, mas raramente é tratada como território de produção política e histórica. O tempo e o espaço narrados – como orienta a BNCC – são abordados, porém de forma que reforça a ideia de uma região que "é mostrada, sem que lhe seja permitido falar". A presença da Amazônia é constante, mas sua voz é rara.

A dimensão social é a mais visível, com 439 ocorrências. No entanto, as discussões sobre desigualdade, violência, pobreza urbana e ausência de políticas públicas aparecem de modo descritivo, sem conexão com os processos que produzem tais realidades. Há números, mas faltam sujeitos: quem vive a cidade, quem luta pelo direito ao território, quem resiste às violações de direitos socioambientais? Essa distância entre os dados e as vidas que eles representam reforça o que Moraes (2017) denuncia como "didatização despolitizada do espaço".

O aspecto cultural também é recorrente (363 registros), frequentemente associado à noção de "diversidade", termo que aparece valorizado, mas esvaziado de sua força política. As práticas culturais são ilustradas em boxes ou curiosidades, desconectadas das condições sociais que as sustentam. Como observa Witkoski (2018), "a cultura ribeirinha é tratada como folclore, e não como modo de existência".

Já a dimensão econômica (264 registros) tende a reforçar a perspectiva desenvolvimentista, destacando a exploração de recursos naturais, grandes projetos e a Zona Franca de Manaus, porém sem problematizar quem se beneficia ou quem suporta os

impactos. Como analisa Almeida (2020), "não há neutralidade na economia amazônica: há interesses e há conflitos".

O silenciamento mais evidente está na dimensão ambiental, com apenas 73 ocorrências – justamente a dimensão que, na percepção global, define a região. Além de quantitativamente inferior, ela raramente conecta questões ambientais aos processos históricos de ocupação, demanda internacional por commodities ou mudanças climáticas. Há um discurso de preservação, mas sem justiça ambiental ou participação dos povos tradicionais, como destaca Fraxe (2019).

A fragmentação entre natureza, economia, cultura e sociedade impede o estudante de compreender que essas dimensões são faces de uma mesma Amazônia. Floresta e cidade não são elementos opostos: se entrelaçam nos rios, nas periferias e nas memórias de quem vive entre dois mundos que, no material didático, não dialogam.

Em suma, os livros analisados "falam da Amazônia", mas não "a partir" da Amazônia. Eles apresentam um território próspero ou problemático, porém raramente politizado. Essa ausência de articulação crítica reafirma o que Walsh (2019) denomina "colonialidade curricular": a manutenção de narrativas que mantêm povos e saberes amazônicos na posição de objeto, não de sujeitos.

O estudante reconhece seu lugar no mapa, mas não o reconhece como lugar de poder. A Amazônia lhe é familiar, mas não lhe pertence – ao menos não no livro.

### *5.1. Caminhos de reexistência: o paradidático como afirmação identitária amazônica*

O reconhecimento da Amazônia como território vivido pode ganhar materialidade em práticas e materiais que valorizem as experiências dos estudantes. Nesse sentido, o desenvolvimento de paradidáticos regionais surge como alternativa concreta para romper com o olhar de fora que historicamente molda o currículo escolar. O livro *Segredos da Amazônia: aventuras e descobertas*, de autoria de um dos autores deste artigo, é exemplo dessa proposta, ao articular narrativas amazônicas, conhecimentos geográficos e elementos culturais que fazem parte do cotidiano escolar no Norte do Brasil. Sua capa pode ser vista na Figura 1, que apresenta a identidade visual do material e seu compromisso com a valorização da cultura ribeirinha.

**Figura 1:** Capa do paradidático *Segredos da Amazônia: aventuras e descobertas*




**Fonte:** Acervo do autor, 2025.

Mais do que complementar o livro didático, o paradidático se constitui como instrumento de reexistência (Walsh, 2019), permitindo que estudantes se reconheçam como sujeitos do território que estudam. Trata-se de uma pedagogia do pertencimento que restitui voz, rosto e memória aos povos amazônicos, construindo leituras críticas sobre o espaço vivido (Moraes, 2020).

Além disso, materiais produzidos no próprio território contribuem para uma reforma curricular que não trata a Amazônia como "tema transversal", mas como locus de produção de conhecimento. Eles fortalecem identidades, ampliam horizontes e tornam a escola mais próxima da vida, favorecendo novos vínculos afetivos, epistemológicos e comunitários com o lugar onde se vive.

Assim, iniciativas como essa podem contribuir para que o ensino de Geografia supere a lógica da invisibilidade estrutural e caminhe para o que Freire (1996) defende como educação que parte do mundo dos estudantes para transformá-lo. Produzir e utilizar materiais didáticos amazônicos é, portanto, um gesto político e epistemológico: afirmar que a Amazônia não é margem do Brasil, mas centro de produção de cultura, ciência e futuros.

## 6. Considerações finais

A forma como a Amazônia aparece nos livros didáticos não é mero detalhe gráfico ou editorial. Trata-se de uma expressão das disputas simbólicas que atravessam o currículo escolar brasileiro e que moldam as identidades e possibilidades de futuro dos estudantes. Ao longo deste estudo, evidenciamos que, embora a região esteja presente nos materiais, sua representação permanece incompleta e fragmentada, ora exaltada

pela natureza, ora reduzida a indicadores socioeconômicos ou a manifestações culturais descontextualizadas.

Essa ausência de articulação entre território, sociedade, cultura, cidade e poder produz uma Amazônia que existe no livro, mas não no corpo e na vida de quem lê. Tal desconexão não apenas limita aprendizagens significativas, como também restringe o direito ao reconhecimento e ao pertencimento. Conforme Freire (1996), a educação deve partir das vozes e experiências dos sujeitos. Se essas vozes são silenciadas no currículo, perde-se a potência de uma escola que transforma.

A superação desses silenciamentos exige coragem política e pedagógica. A Amazônia precisa deixar de ser paisagem ou recurso e ser reconhecida como território que pensa e produz conhecimento. Valorizar os saberes amazônicos – indígenas, ribeirinhos, urbanos, periféricos – significa reconhecer ciência em outros modos de viver. Significa afirmar que a floresta fala, mas também falam as ruas de Manaus, os becos do Educandos, as comunidades do Purus, os barcos que navegam pelas noites do Solimões.

Nesse sentido, o livro didático pode – e deve – ser revisitado. Ele pode abrir espaço para que o estudante se veja como autor de sua história, compreenda os conflitos que estruturam seu espaço e se reconheça como parte ativa da construção do território. Isso implica incluir mais que conteúdos: implica incluir vozes.

Defendemos, assim, uma justiça curricular que assegure que a Amazônia não apareça apenas como tema, mas como "lugar de enunciação". Para isso, é necessário aproximar escola e comunidade, promover o diálogo com saberes locais, fortalecer os projetos político-pedagógicos e incentivar professores a usarem o livro como ponto de partida, e não como limite do conhecimento.

Se o ensino de Geografia tem como missão ampliar o mundo que cada estudante carrega, na Amazônia essa ampliação começa pelo reconhecimento do que já se é. Que o livro didático possa abrir janelas, mas também devolver o espelho. Que ajude a ver o mundo, sem impedir que os amazônidas se vejam nele.

## Referências

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. Ideologia da decadência: leitura antropológica a partir da Amazônia. 3. ed. Manaus: Valer, 2020.

APPLE, Michael. Política cultural e educação. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

BARDIN, Laurence. Análise de conteúdo. São Paulo: Edições 70, 2016.

BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Brasília, DF: MEC, 2017.

BRASIL. Ministério da Educação. Guia do PNLD 2021: Geografia. Brasília, DF: FNDE/MEC, 2020.

CASTELLAR, Sonia. Ensino de Geografia e aprendizagem significativa. São Paulo: Contexto, 2005.

FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FRAXE, Therezinha de Jesus Pinto. Geografia e povos da Amazônia: culturas, territórios e saberes. Manaus: Edua, 2019.

HALL, Stuart. A identidade cultural na pós-modernidade. 12. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2016.

KAERCHER, Nestor André. Geografia escolar: entre o discurso e a prática. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2014.

KARNAL, Leandro et al. Identidade em ação: ciências humanas e sociais aplicadas: trabalho e tecnologia. v. 2. São Paulo: Moderna, 2020.

KARNAL, Leandro et al. Identidade em ação: ciências humanas e sociais aplicadas: política e território. v. 3. São Paulo: Moderna, 2020.

KARNAL, Leandro et al. Identidade em ação: ciências humanas e sociais aplicadas: indivíduo, sociedade e cultura. v. 4. São Paulo: Moderna, 2020.

LACOSTE, Yves. A geografia: isso serve, antes de mais nada, para fazer a guerra. Campinas: Papirus, 1985.

MORAES, Antonio Carlos Robert. Meio ambiente e ciências humanas. 4. ed. São Paulo: Contexto, 2017.

MOREIRA, Ruy. O que é Geografia. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1987.

SOUZA, Henry Gondim de. Segredos da Amazônia: aventuras e descobertas. Manuscrito não publicado. Manaus, 2025.

VESENTINI, José William. Geografia crítica e ensino. 4. ed. São Paulo: Ática, 2008.

WALSH, Catherine. Interculturalidad crítica y pedagogía decolonial. Quito: Ediciones Abya-Yala, 2019.

WITKOSKI, Antônio Carlos. Povos da floresta: cultura e territorialidade amazônica. Manaus: Edua, 2018.

# A disciplina escolar *Ciências* na Educação Básica de Pernambuco (1855 - 2019)

*The school subject Science in Basic Education in Pernambuco (1855 - 2019)*

*La asignatura escolar Ciencias en la Educación Secundaria de Pernambuco (1855 -2019)*

*Gilmar Beserra de Farias*[1]

**Resumo**

Farias, G. B. A disciplina escolar Ciências na Educação Básica de Pernambuco (1855-2019). ***Rev. C&Trópico***, v. 50, n. 1, p. 297-324, 2026. Doi: 10.33148/ctrpico.v50i1.2730

A disciplina escolar *Ciências* é formada por conteúdos de várias áreas de referência, como Física, Química, Biologia, Geologia e Astronomia, entre outras, e apresenta uma perspectiva pedagógica de conhecimentos integrados. O objetivo deste estudo foi apresentar a trajetória da disciplina escolar *Ciências* na Educação Básica do estado de Pernambuco entre 1855 e 2019. Foi realizada uma pesquisa documental e historiográfica a partir de relatórios, regimentos, programas, currículos e leis sobre a organização do ensino no estado. De forma geral, a trajetória da disciplina *Ciências* indicou que esse componente curricular fez parte do Ensino Primário e Secundário em diferentes configurações e em suas sucessivas reformas. Ao longo do tempo, tem sido uma disciplina que busca integrar conteúdos de várias áreas do conhecimento, assumindo diversas denominações e finalidades, com propostas utilitárias que visavam, sucessivamente, à formação para o trabalho, e à formação científica, cidadã e integral.

**Palavras-chave:** Disciplina escolar; Ciências Naturais; Currículo.

**Abstract**

Farias, G. B. The school subject Science in Basic Education in Pernambuco (1855-2019). ***Rev. C&Trópico***, v. 50, n. 1, p. 297-324, 2026. Doi: 10.33148/ctrpico.v50i1.2730

*The school subject Science encompasses content from several reference areas, including Physics, Chemistry, Biology, Geology, and Astronomy, among others, and adopts a pedagogical perspective grounded in the integration of knowledge. The aim of this study was to present the trajectory of the school subject Science in Basic Education in the state of Pernambuco from 1855 to 2019. A documentary and historiographical study was conducted based on reports, regulations,*

1 Doutor em Educação pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) e docente na Universidade Federal de Pernambuco/Centro Acadêmico da Vitória (UFPE-CAV). E-mail: gilmar.farias@ufpe.br Orcid: https://orcid.org/0000-0001-9620-9586

*programs, curricula, and legislation concerning the organization of education in Pernambuco. Overall, the development of the Science curriculum showed that this subject was included in both primary and secondary education in different configurations and through successive reforms. Over time, it has been a subject that seeks to integrate content from various areas of knowledge, adopting different names and purposes, with utilitarian proposals aimed, in turn, at vocational, scientific, civic, and holistic education.*

**Keywords:** School subject; Natural Sciences; Curriculum.

**Resumen**

Farias, G. B. La asignatura escolar Ciencias en la Educación Secundaria de Pernambuco (1855-2019). ***Rev. C&Trópico***, v. 50, n. 1, p. 297-324, 2026. Doi: 10.33148/ctrpico.v50i1.2730

La asignatura escolar *Ciencias* es estructurada a partir de contenidos pertenecientes a distintas áreas de referencia, como la Física, la Química, la Biología, la Geología, además de la Astronomía, entre otras; y presenta una perspectiva pedagógica de conocimientos integrados. El objetivo de este estudio fue presentar la trayectoria relativa a la asignatura escolar de *Ciencias* en la educación secundaria de Pernambuco entre 1855 y 2019. Se realizó una investigación documental e historiográfica, por medio de informes, reglamentos, programas, currículos y leyes sobre la organización de la enseñanza en Pernambuco. De modo general, la elaboración relativa a la trayectoria de la asignatura de *Ciencias* señaló que ese componente curricular hizo parte de la educación primaria y de la enseñanza secundaria bajo distintas configuraciones y en sus sucesivas reformas. A lo largo de los años, ha sido una materia que intentó integrar los contenidos de diversas áreas del conocimiento, haciéndose cargo de diferentes denominaciones y finalidades, con propuestas utilitarias que objetivaron, sucesivamente, a la formación laboral, científica, cívica e integral.

**Palabras clave:** Asignatura escolar; Ciencias Naturales; Currículo.

*Data de submissão: 25/12/2025*
*Data de aceite: 30/03/2026*

## 1. Introdução

A disciplina escolar denominada *Ciências* é formada por conteúdos de várias áreas de referência, como Física, Química, Biologia, Geologia e Astronomia, entre outras, e apresenta uma perspectiva pedagógica de conhecimentos integrados. Na Educação Básica, deve ser vivenciada ao longo do Ensino Fundamental e permitir que os alunos estabeleçam relações entre ciências, natureza, tecnologia e sociedade (MEC, 2017).

No Brasil, no final do século XIX, as disciplinas científicas ganharam mais importância quando as faculdades de Medicina passaram a exigir dos candidatos conhecimentos de Ciências Físicas e Naturais (Haidar, 2008). Além disso, também havia o interesse por um currículo com mais disciplinas científicas para ajudar a promover a modernização do país (Souza, 2000). Nessa época, no Ensino Secundário, esse conhecimento científico deveria ser vivenciado a partir de cadeiras específicas, como: Física, Química e História Natural. No Ensino Primário, em 1879, a disciplina escolar intitulada *Noções de Física, Química e História Natural*, com explicação de suas principais aplicações na indústria e nos usos da vida (Zotti, 2006) já demonstrava, a partir da sua denominação, a perspectiva de reunir várias áreas do conhecimento em uma matéria.

Em 1931, *Ciências Físicas e Naturais* foi consolidada no currículo brasileiro como uma disciplina de caráter integrado durante a Reforma Francisco Campos (Macedo; Lopes, 2002). Foi estabelecida nas duas primeiras séries do Curso Secundário - Decreto n.º 19.890, de 18 de abril de 1931 (Brasil, 1931) - e com seus conteúdos definidos por meio de portaria. Esse modelo de ensino integrado estaria fundamentado na ideia positivista de que as ciências possuíam um único método (Ferreira, 2005). Na época, apesar da disciplina agregar conhecimentos e estar orientada aos interesses dos alunos, o predomínio de metodologias passivas e conteudistas foram consideradas inadequadas para o seu ensino (Ayres; Selles, 2012).

Para o formato de *Ciências* como disciplina integrada, Macedo e Lopes (2002) analisaram a trajetória sócio-histórica dessa matéria e argumentaram que ela assumiu a função de introdução geral ao estudo das ciências e apresentou uma constituição relacionada ao discurso sobre sua utilidade. Ayres e Selles (2012) destacaram o caráter introdutório da disciplina *Ciências* e a sua organização não especializada.

Uma pesquisa realizada no Colégio Pedro II (RJ) verificou que, entre os anos de 1960 e 1970, essa disciplina não tinha *status* e era preterida pelos professores catedráticos por conta do seu caráter generalista (Ferreira, 2007). Nesse período, os avanços tecnológicos ampliaram a discussão sobre a tentativa de melhorar as disciplinas científicas na Educação Básica brasileira (Queiroz; Hosoume, 2018). Um exemplo dessa valorização pode ser verificado a partir de uma das finalidades da Educação Nacional estabelecidas pela LDB de 1961 (Lei nº 4.024/1961) em seu Artigo 1ºque estabelecia um "preparo do indivíduo e da sociedade para o domínio dos recursos científicos e tecnológicos que lhes permitam utilizar as possibilidades e vencer as dificuldades do meio" (Brasil, 1961).

Na década de 1970, houve mudanças curriculares provocadas pelas políticas nacionais, como a obrigatoriedade do ensino de *Ciências* em todas as séries do 1º grau (Brasil, 1971), ou quando novos conteúdos foram agregados à disciplina, como a Ecologia (Valla *et al.*, 2014), por exemplo. Na década seguinte, o ensino científico passou a visar à formação do cidadão e foi influenciado pelo movimento Ciência, Tecnologia e Sociedade (CTS), possibilitando discutir temas relevantes e justificando a integração de diferentes conteúdos (MEC, 1998). Durante os anos de 1990, o formato de disciplina integrada foi fortalecido por meio dos Parâmetros Curriculares Nacionais, principalmente por adotar uma perspectiva interdisciplinar que articulava conteúdos de diferentes eixos com temas transversais, possibilitando trabalhar conhecimentos de várias naturezas (MEC, 1998).

Atualmente, a presença de *Ciências* no Ensino Fundamental deve reunir o conhecimento científico e os processos de investigação e compreensão de questões socioambientais e tecnológicas visando ao letramento científico. A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) organizou os conhecimentos em unidades temáticas com o objetivo de promover uma visão integrada e contextualizada dos fenômenos naturais (MEC, 2017). Entretanto, compreender como essa disciplina integrada se estabeleceu no currículo não pode ser realizada de forma isolada. Segundo Krasilchik (1987), só a partir de uma perspectiva mais ampla será possível assimilar todos os elementos que estabeleceram as mudanças no ensino de *Ciências*. Assim, o objetivo deste estudo foi apresentar a trajetória da disciplina escolar *Ciências* na Educação Básica de Pernambuco entre 1855 e 2019.

## 2. Percurso teórico metodológico

Este estudo encontra-se situado no campo da "História das Disciplinas Escolares" e está apoiado principalmente nas discussões estabelecidas por Goodson (1997; 2001; 2013a; 2013b) e Chervel (1990). As disciplinas escolares estão constituídas por conhecimentos organizados e transformados para fins de ensino (Ferreira; Selles, 2008), mas não podem ser entendidas como simplificações das ciências de referência (Chervel, 1990). Segundo Goodson (1997), as disciplinas escolares são construções sócio-históricas resultantes de embates e disputas entre grupos sociais na seleção de conteúdos, métodos e objetivos de ensino, o que permite compreender seus processos de estabilidade e mudança. As disciplinas escolares têm origem nas suas finalidades pedagógicas e utilitárias, mas se aproximam das tradições acadêmicas ao longo do tempo, aspecto que influencia na seleção e organização de seus conteúdos (Goodson, 2013b).

A constituição de uma matéria também está atravessada por momentos de mudança, seja pela reorganização escolar ou dos métodos de ensino (Chervel, 1990). Essas mudanças podem ser definidas conforme compromissos temporários implementados em um contexto educacional específico e do qual participaram diversos setores sociais (Bittencourt, 1993). Para compreender o contexto da mudança no qual o currículo foi produzido, negociado e reproduzido, os conflitos do passado devem ser recuperados (Goodson, 2001), permitindo verificar e conectar à realidade sociopolítica da sua organização (Goodson, 2013a).

Assim, fundamentada na concepção sócio-histórica apresentada por Goodson (1997), foi realizada uma pesquisa documental e historiográfica para apresentar a trajetória da disciplina escolar *Ciências* na Educação Básica de Pernambuco. A pesquisa documental se caracteriza por recorrer a materiais que ainda não receberam tratamento analítico (Gil, 2018). Nesse tipo de pesquisa, é necessário que os fatos sejam mencionados a partir dos documentos, permitindo que o investigador interprete as informações, determine as tendências e faça inferências (Sá-Silva; Almeida; Guindani, 2009). Dessa forma, para identificar e descrever os fatos, foi realizada uma pesquisa em materiais organizacionais, tais como: relatórios e correspondências do Ginásio Pernambucano, relatórios da Instrução Pública de Pernambuco, leis, regulamento, portarias, programas

de ensino e currículos depositados nas seguintes instituições: Arquivo do Ginásio Pernambucano, Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano (Apeje), Biblioteca Pública do Estado de Pernambuco, Fundação Joaquim Nabuco (Fundaj), Arquivo Histórico do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep), Secretaria de Educação de Pernambuco, Biblioteca do Centro de Educação da Universidade Federal de Pernambuco e Coordenadoria de Ensino de Ciências do Nordeste (Cecine).

Em relação às fontes de pesquisa, foi considerada a noção ampliada de documento (Le Goff, 2013), possibilitando que qualquer indício de uma época fosse empregado para além daqueles ditos oficiais (Luchese, 2014), nos remetendo ao contexto de sua elaboração como um produto da sociedade (Le Goff, 2013). Cada documento selecionado foi analisado a partir da questão da pesquisa verificando as dimensões do contexto, dos autores, da confiabilidade, da natureza do texto e dos conceitos-chave, conforme sugestão de Cellard (2012).

A fase historiográfica seguiu as etapas sugeridas por Ricoeur (2007): a) documentação (sem documentos não há história); b) explicação-compreensão (encadeamento e explicação dos fatos); c) representação (processo de escrita e narração do acontecimento passado). Segundo Reis (2010), essas etapas são operatórias e não cronológicas em relação à constituição do *corpus* empírico da pesquisa. A estratégia historiográfica permitiu identificar as alterações das prescrições curriculares e elaborar uma narrativa sobre a trajetória da disciplina escolar *Ciências* a partir dos documentos encontrados. Por conta da dificuldade em encontrar fontes adequadas para compreender as finalidades reais dessa disciplina (universo da sala de aula e da escola), este estudo considerou apenas identificar as "finalidades ideais (objetivos fixados)" (Gatti Jr., 2017, p. 70), a partir dos tipos de documentos citados acima. Na narrativa historiográfica (produto), os nomes das disciplinas escolares analisadas foram grafados em itálico para se distinguirem do nome da ciência ou da área de referência.

## 3. Resultados e discussão

### *3.1.* Ciências *como uma disciplina utilitária: de* Lições de coisas *à pré-orientação profissional*

Em Pernambuco, a Lei Provincial n.º 369, de 14 de maio de 1855, organizou a instrução pública da província (Pernambuco, 1855). O Ensino Secundário foi instalado no Ginásio Pernambucano[2] e na matriz do curso havia duas cadeiras de *Ciências Naturais*[3]: a primeira cadeira reunia conhecimentos de Física e Química; a segunda, circunscrita à História Natural, estava composta por Zoologia, Botânica, Mineralogia e Geologia. Embora com a denominação de *Ciências Naturais*, não seria correto compreender essa cadeira como um componente curricular que integrava conhecimentos

2 O Ginásio Pernambucano (GP) é uma escola de Ensino Secundário instalada no Recife e criada por meio da Lei Provincial n.º 369, de 14 de maio de 1855. Na década de 1940, passou a ser chamado de Colégio Estadual de Pernambuco (CEP). Em 1974, por meio de decreto estadual, voltou a ser denominado de Ginásio Pernambucano.

3 Arquivo do Ginásio Pernambucano - Atas da Congregação (1855-1876): Ata de Instalação do Ginásio Provincial de Pernambuco, em 7 de setembro de 1855.

de diversas áreas científicas. Os seus conteúdos eram ensinados a partir das áreas específicas dessa cadeira[4].

A Lei n.º 369 também organizou o Ensino Primário e estabeleceu duas classes: Instrução Elementar (escola de primeiro grau) e Instrução Primária Superior (escola de segundo grau). Para essa etapa, havia a prescrição de se estudar os *Princípios das ciências físicas aplicáveis aos usos da vida*. Segundo o regimento para as escolas públicas, as disciplinas do Ensino Primário deveriam ser vivenciadas por meio do ensino mútuo: "Ao professor compete exclusivamente a direção da 8ª classe, ficando a das outras encarregada ao adjunto e decuriões, os quais deverão ir revezando de uma para outras classes" (Instrução Pública, 1859, p. 11). Nesse método de ensino, o professor ensinava as lições a um grupo de alunos considerados mais amadurecidos (monitores), que depois se dividiam e formavam novos grupos com outros alunos para ensinar o que haviam aprendido com o mestre (Nazaré; Costa; Lima, 2023).

A reorganização do ensino de 1874 determinava que se estudassem as *Noções de ciências físicas aplicáveis aos usos da vida* para as escolas primárias de segundo grau, além de *Preceitos de higiene e Noções de agricultura* (Pernambuco, 1874). Segundo Bezerra (2010), naquela época, a preocupação do inspetor geral da Instrução Pública, João Barbalho Uchoa Cavalcanti[5], com as condições insalubres das escolas públicas culminou com a introdução de *Preceitos de Higiene* no Ensino Primário de Pernambuco. Possivelmente, também foi influenciado pelo pensamento médico higienista da época que defendia a concepção de escola como um espaço de prescrição de modos de conduta para professores e alunos (Rocha, 2005). Já a inclusão de *Noções de Agricultura* estaria relacionada com as mudanças econômicas e políticas da província no fim do século XIX (Lima, 2025).

O regimento da Instrução Primária de 1876 estabeleceu o método simultâneo como forma de ensino, com o professor transmitindo os conteúdos para vários alunos ao mesmo tempo, mas ancorado no ensino intuitivo ou de lição de coisas, com o mestre explicando "para que a prática domine sempre a teoria, falando cousas aos olhos ao passo que as lições se dirijam ao espírito" (Instrução Pública, 1876, p. 5). Lição de coisas era uma forma de se ensinar por meio da observação direta dos objetos utilizando os sentidos, por meio da intuição (Munakata, 2017). O aluno deveria ver, observar, tocar e reconhecer as qualidades de certos objetos para a obtenção do conhecimento (Valdemarin, 2006).

4 Os termos "cadeira", "matéria" e "disciplina" eram expressões que faziam referência a elementos curriculares no final do século XIX. A palavra "cadeira" poderia ser utilizada como o regime de contrato docente ou o conjunto de temas que o professor tinha a responsabilidade de ensinar (Werle, 2008). O professor poderia ser contratado para uma cadeira que incluía um conjunto disciplinas escolares.

5 João Barbalho Uchôa Cavalcanti (1846-1909) estudou na Faculdade de Direito do Recife e se formou como Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais em 1867. Foi eleito deputado à Assembleia de Pernambuco na legislatura de 1874-1875, onde propôs e obteve a reforma da Instrução Pública da Província. Sua carreira como inspetor geral da Instrução Pública foi iniciada em 1873, cargo exercido durante 16 anos (Lago, 2001). João Barbalho U. Cavalcanti defendia a importância de se ter mais conhecimentos sobre os animais, as plantas e os minerais da província visando à utilização econômica, valorizando o ensino científico e sugerindo a criação de um curso especial e gratuito de História Natural (Instrução Pública, 1877).

Na reorganização da Instrução Pública de 1879, o ensino da disciplina *Noções elementares de Ciências Físicas e Naturais* deveria ser oral e prático, com a adoção dos processos intuitivos (Instrução Pública, 1879a). Naquela época, João Barbalho U. Cavalcanti sugeriu a utilização de "pequenas coleções" com objetos para se ensinar Ciências Físicas e Naturais, também chamadas de "caixas de lições de cousas" (Instrução Pública, 1879b, p. 58). Quando se falava de um ensino na presença dos objetos, o currículo já definia o método intuitivo ou de lição de coisas como a estratégia didática recomendada. A educação científica deveria ser trabalhada com a aquisição de conhecimentos por meio dos sentidos e pela observação (Nazaré; Costa; Lima, 2023). Segundo João Barbalho U. Cavalcanti, esse tipo de ensino consistiria na elucidação da natureza, com o professor explicando pelo aspecto, necessitando apenas "uma flor, uma moeda, um livro ou algum de tantos objetos que se tem sempre à mão" (Instrução Pública, 1879b, p. 155). Em 1885, João Barbalho U. Cavalcanti fez uma justificativa defendendo o ensino científico para esse nível de instrução:

> Fiel ao pensamento do regulamento orgânico do ensino público, que no plano de estudos primários considerou o ensino científico elementar, – quer constituindo com as noções de cousas um ramo especial de instrução, quer mandando lecionar as noções mais gerais e de uso prático das ciências físicas e naturais, – o regimento de que trato liga toda a importância a este objeto, e nisto procurou imprimir à instrução escolar o espírito moderno, não suprimindo de todo (nem fora curial fazê-lo) o que na escola se professa de ensino clássico, mas dando o compatível desenvolvimento às noções científicas mais elementares e de imediata utilidade na vida prática (Instrução Pública, 1885, p. 5).

Conforme o regimento das escolas de Instrução Primária de 1885, os conteúdos científicos estavam inseridos em *Noções de coisas* e, especificamente, em *Rudimentos de Ciências Físicas e Naturais* (Quadro 1).

**Quadro 1:** Conteúdos de *Noções de coisas* e de *Rudimentos de Ciências Físicas e Naturais* no regimento das escolas de Instrução Primária da província de Pernambuco em 1885

| Matérias de ensino | Primeiro Grau | Segundo Grau | Terceiro Grau |
|---|---|---|---|
| *Noções de coisas* | Ensino pelo aspecto, explicação da natureza e fim dos diferentes objetos; coisas usuais da localidade onde moram os alunos, no meio das quais vivem, de que eles se servem, etc. Ensino intuitivo das formas geométricas elementares. | Coisas usuais; noções sobre as principais indústrias, ofícios e profissões; plantas úteis; animais domésticos; corpo humano, cuidados higiênicos; tempo, calendário; formas geométricas; distância, viação, correio. | Coisas usuais; animais úteis e daninhos; alimentos, bebidas; as grandes invenções; as festas nacionais; edifícios e repartições públicas; o indivíduo, a família, o cidadão, o governo; belas-artes, museus, bibliotecas. |
| *Rudimentos de Ciências Físicas e Naturais* | Ensino oral e prático, por meio de lições de coisas, servindo de introdução ao estudo elementar das ciências físico-naturais. Nas escolas de campo, princípios de agricultura. | Desenvolvimento gradual das noções de ciências físico-naturais, mediante explicações orais, observação imediata dos objetos e por experiências rudimentares. | Continuação e revisão do ensino dado no grau anterior. |

**Fonte:** Adaptado de Instrução Pública (1885).

Os "rudimentos" estariam relacionados ao direcionamento daquilo que seria o básico a ser ensinado, e do qual nada poderia ser retirado durante o processo de instrução (Lima, 2025). Essa compreensão também se aplica a expressão "elementos", sinalizando a ideia de conteúdos introdutórios de uma disciplina.

Em 1896, a instrução primária da província de Pernambuco foi dividida em Curso Preliminar e Curso Complementar. Para o Preliminar, entre outras matérias, haveria: *Noções de coisas e elementos usuais de história natural* [...], *elementos de agricultura*, com um "ensino oral e concreto em presença dos objetos ou, na falta destes, mediante sua representação gráfica, e com instrumentos e aparelhos necessários à explicação" (Instrução Pública, 1896, p. 13). Para o Curso Complementar: *Noções*

*de Física e Química. Noções de Botânica e Zoologia. Noções de higiene pública e privada*, devendo a escola possuir: "gabinete com os principais aparelhos para o ensino de Física. Laboratório para trabalhos de Química. Estampas e coleções para a História Natural" (Instrução Pública, 1896, p. 16). Segundo Souza (2009), tanto as Ciências Naturais como as lições de coisas estavam vinculadas aos objetos e à constituição de coleções por meio dos museus e gabinetes de curiosidade (coleções científicas).

No final do século XIX, a Inspetoria Geral da Instrução Pública de Pernambuco apresentou os programas de ensino para as Escolas Preliminares e definiu duas cadeiras na área de Ciências Naturais:

Para o Primeiro Grau - *Lições de coisas e rudimentos de Ciências Físicas*, abordando conteúdos sobre as propriedades da água, ar, luz, calor, som, fenômenos atmosféricos, minerais e a Terra. Para o Segundo Grau - *Lições de coisas e noções de Ciências Naturais*, composta por lições sobre plantas, mamíferos, aves, répteis, batráquios, peixes, invertebrados, corpo humano, digestão, circulação e respiração. No Terceiro Grau, havia conhecimentos sobre agricultura, mas associados à disciplina de Educação Cívica (Instrução Pública, 1900).

Nas duas primeiras décadas do século XX, não houve mudanças significativas nas propostas para o ensino de Ciências Naturais para as Escolas Primárias. O programa de 1903 manteve os mesmos conteúdos da reforma anterior, mas distribuiu alguns tópicos de *Lições de coisas e elementos de história natural* do Segundo Grau para o Terceiro Grau, e incluiu *Elementos de agricultura* apenas para as Escolas Rurais. Nessa época, o ensino tinha como objetivo dar aos alunos a cultura moral, desenvolver suas faculdades intelectuais, ministrar conhecimentos e aptidões para o progresso na vida prática e prepará-los para ser homens de bem, úteis à pátria e à sociedade (Instrução Pública, 1903).

O programa para o Ensino Primário de 1922 encerrava todos os conhecimentos relacionados às Ciências Naturais em uma disciplina denominada *Lições de coisas*, incluindo os conteúdos específicos de Zoologia, Botânica, Higiene, Mineralogia, Anatomia e Fisiologia Humana, entre outras áreas do conhecimento (Secretaria Geral do Estado, 1922), conforme observado no Quadro 2. Dessa forma, é possível afirmar que *Lições de coisas* funcionava como uma disciplina escolar que assumiu o papel introdutório dos conhecimentos científicos na Instrução Primária de Pernambuco entre o final do século XIX e o início do século XX.

**Quadro 2:** Conteúdos da disciplina *Lições de coisas* para o Ensino Primário do Estado de Pernambuco de 1922

| Classe | Conteúdos |
|---|---|
| 1ª | Exercícios para cultivar os sentidos sobre a luz, a sombra e as cores primárias; Reconhecimento dos sons, dos ruídos, das superfícies lisas e ásperas, dos objetos quentes e frios, pesados e leves, das substâncias doces, amargas, azedas, salgadas e perfumosas; Observar, denominar, distinguir as partes dos objetos escolares e usuais; O pão, o chá, o café, o vinho, o chocolate, etc. |
| 2ª | Animais domésticos e úteis ao homem; Os estábulos e as pastagens; O leite, o queijo, a manteiga, o álcool, o tabaco, o açúcar, o sal, a carne, os ossos, as penas, a pele e o pelo dos animais; Higiene geral; os alimentos; Flores, frutos, árvores frutíferas e madeiras de lei. Espécies vegetais úteis à lavoura, à indústria fabril e à medicina; As matas e sua conservação; Partes do corpo e sua denominação anatômica; Minerais, vegetais e animais, estrumeiras; Os diferentes estados dos corpos; O vidro, a louça, as pedras preciosas, etc. |
| 3ª | Animais conhecidos e sua classificação em vertebrados e invertebrados; Animais nocivos à indústria pastoril e agrícola; Micróbios e parasitas animais; Órgãos dos sentidos e sua denominação; Corpos lisos, porosos, granulosos, fibrosos, lenhosos, opacos, transparentes, luminosos, translúcidos, elásticos, flexíveis, combustíveis, comburentes, inflamáveis, incandescentes, emolientes, amargos, doces, salgados, etc. Ossos, nervos, músculos, cartilagens, órgãos e funções orgânicas. |
| 4ª | O ar, a água, o gelo, a chuva, a neve, a geada, as geleiras, as avalanches, a luz, o arco-íris, os halos, a combustão, o calor, as correntes marítimas, os maremotos, as trombas, o vapor, o som, o vento, a eletricidade, o raio, o trovão, a gravidade, o magnetismo, a bússola, as marés, o movimento dos astros, as fases da lua, os bólidos, os aerólitos, os asteroides, os cometas, as rochas, os terrenos de cultura, a irrigação, as drenagens, as barragens, os açudes, os poços, as principais máquinas agrícolas, as sementeiras e as colheitas. |

**Fonte:** Adaptado de Secretaria Geral do Estado (1922).

Em 1923, uma grande reforma da Escola Normal influenciou diretamente o Ensino Primário. Nessa época, Ulysses Pernambucano de Melo[6], diretor da Escola Normal, implementou mudanças inspiradas na Escola Nova (Araújo, 2002). Novas

6 Ulysses Pernambucano de Melo (1888-1937) foi um médico que trabalhou como professor na Faculdade de Medicina do Recife, no Ginásio Pernambucano e na Escola Normal Oficial. Ainda foi diretor de assistência aos psicopatas da Tamarineira, do Ginásio Pernambucano e da Escola Normal Oficial de Pernambuco.

teorias pedagógicas passaram a circular nos espaços educacionais a partir de jornais, revistas, cinemas, rádios e nos livros didáticos, propagando novas diretrizes e competências que os professores deveriam desenvolver (Sellaro, 2009).

Nesse contexto de mudança, de acordo com o regulamento do ensino público de 1924, as Escolas Primárias deveriam seguir os programas definidos pelo Conselho de Educação de acordo com os métodos mais adiantados da pedagogia. Entre as disciplinas indicadas, constava *Ciências Físicas e Naturais*, *Higiene* e, para as escolas rurais, *Elementos de Agricultura* (Secretaria de Justiça e Instrução Pública, 1924). Segundo o regulamento, deveriam existir nas Escolas Primárias e Normais museus com pequenas coleções com amostras da fauna, da flora e dos minerais para o ensino de lições de coisas, com o fim de despertar o espírito de observação do aluno (Secretaria de Justiça e Instrução Pública, 1926). Em 1928, foi realizada outra reforma da Educação em Pernambuco inspirada nos ideais da Escola Nova e elaborada por Antônio Carneiro Leão[7] - Ato n.º 1239, de 27 de dezembro de 1928 (Pernambuco, 1928).

Para essa reforma, o Ensino Primário deveria ser cursado em sete anos: cinco anos fundamentais e obrigatórios e dois anos complementares apenas para os candidatos à matricula nas Escolas Normais. A proposta para *Ciências Naturais* tinha um extenso programa, com os conteúdos específicos de Botânica (incluindo Agricultura), Zoologia e Mineralogia, do 1º ao 7º ano, além de uma disciplina denominada *Higiene* que apresentava uma quantidade exagerada de tópicos de ensino (Diretoria Técnica de Educação, 1929). Os conteúdos de Botânica e Zoologia foram apresentados sempre a partir de um roteiro: análise, trabalhos práticos, observações e investigações locais, e ação social. Havia a indicação de *Lições de coisas* apenas para o 2º ano. Do ponto de vista metodológico, indicava o desenvolvimento de "Coletividades biológicas" para o 5º, 6º e 7º ano. Tratava-se de atividades de campo para estudar os seres vivos e compreender suas relações com o meio ambiente. A partir do 2º ano, o professor deveria adotar critérios biológicos e físico-químicos para explicar a constituição dos animais, plantas e minerais. O programa orientava o desenvolvimento de exercícios de observação, utilização de questionários, atividades de auto-observação do corpo e a realização de experiências. A partir do 5º ano, os alunos deveriam produzir monografias sobre um animal, uma planta e um mineral orientados por um detalhado roteiro. Para as classes adiantadas, questionários mais complexos, elaboração de um herbário e a utilização de um calendário meteorológico, zoológico e botânico.

Embora essa proposta estivesse ajustada aos ideais da Escola Nova, houve muita resistência por parte da sociedade pernambucana e essa reforma não foi completamente implementada. No contexto da reforma, houve a sugestão de incluir a disciplina *Anatomia e Fisiologia Humanas* para a Escola Normal. Como supostamente abordava elementos de educação sexual, provocou um verdadeiro escândalo na conservadora sociedade pernambucana, principalmente em setores expressivos da Igreja Católica e da imprensa (Cavalcanti, 1986; Sellaro, 2009).

7 Antônio Carneiro Leão (1887-1960) se dedicou à Educação e ao movimento da Escola Nova. Exerceu o cargo de diretor geral da Instrução no Rio de Janeiro. Em Pernambuco, foi Secretário de Justiça, Educação e Interior, sugerindo e iniciando, em 1928, uma grande reforma do ensino pautada nos ideais da Escola Nova.

No início da década de 1930, Aníbal Bruno[8], que havia assumido a Direção Técnica da Educação de Pernambuco, foi o responsável por implementar a Reforma Carneiro Leão (Secretaria de Justiça, Educação e Interior, 1931). Nos programas da Educação Primária, Aníbal Bruno defendeu que o ensino de Ciências não poderia ser tratado com a distribuição de conhecimentos por matéria, mas ordenados em grupos de acordo com a correlação que existia entre eles (Diretoria Técnica de Educação, 1934). Havia no texto da reforma uma intenção explícita de se ensinar Ciências Naturais a partir de assuntos correlatos, apresentando uma perspectiva integradora dessa disciplina na Educação Primária (Diretoria Técnica de Educação, 1934). Nesse documento, havia orientações para se trabalhar no Ensino Primário a *Iniciação ao Estudo da Natureza e Educação Higiênica*, disciplina composta por conteúdos da Física, Química, História Natural, Higiene e Geografia. A Física e a Química deveriam ser estudadas "sempre diante do corpo do fenômeno" (p. 16) e apoiadas na observação e na experimentação. Para a História Natural, a classe deveria estar sempre diante do animal ou da planta estudando a sua relação com o ambiente e a adaptação dos órgãos e funções. A Higiene deveria ser praticada a partir do exemplo dado pelo professor e de visitas a instituições como o Departamento de Saúde. A Geografia deveria ser ensinada com uso de imagens, construção de instrumentos, modelagem, questionários e excursões. Exclusivamente para as meninas, no 5º ano, lições de Puericultura pós-natal. Esse foi o período em que essa disciplina escolar integrou a maior quantidade de diferentes disciplinas acadêmicas no Ensino Primário.

Essa compreensão de uma disciplina científica integrada poderia estar relacionada à criação da disciplina *Ciências Físicas e Naturais* para a 1ª e 2ª série do Ensino Secundário, a partir da Reforma Francisco Campos - Decreto n.º 19.890, de 18 de abril de 1931 (Brasil, 1931). De acordo com o seu programa, a matéria abordava os seguintes conteúdos: 1ª Série – a atmosfera, a água, calor e luz, oxidação e redução, a vida; 2ª Série – a Terra, magnetismo e eletricidade, ss seres vivos, som, as sociedades. Segundo Lopes e Macedo (2002), essa disciplina iria preparar os alunos para cursar as matérias *Física, Química* e *História Natural (Biologia*) localizadas nas 3ª, 4ª e 5ª séries e que deveriam ser vivenciadas separadas.

*Ciências Físicas e Naturais* no Ensino Secundário foi implementada no Ginásio Pernambucano em 1931 juntamente com a instalação de uma sala equipada para auxiliar no processo de ensino (Ginásio Pernambucano, 1934). Essa disciplina deveria ser orientada pelos métodos rigorosamente científicos da Física, da Química e da História Natural, sem abordar especificidades, desenvolvendo o conteúdo a partir "das suas correlações íntimas e pelas associações lógicas que despertam" (Ginásio Pernambucano, 1938, p. 17).

No Ensino Primário, em 1939, foi mantido o nome *Iniciação do Estudo da Natureza e Educação Higiênica*, mas com o foco estabelecido na orientação profissional do aluno: "A fim de que seja possível um dia escolher um ofício com conhecimento de causa, é mister que se tenha adquirido uma noção geral da profissão, vendo-a em ação, entrando em contato direto com a matéria que deverá elaborar no futuro" (Secretaria do Interior, 1939, p. 4). Nas orientações gerais para a realização

8 Aníbal Bruno de Oliveira Firmo (1890-1976) se formou em Medicina e Direito, mas se dedicou à carreira docente ensinando nas principais instituições do Recife. Foi professor na Faculdade de Direito do Recife, Faculdade de Medicina do Recife, Ginásio Pernambucano e Escola Normal Oficial de Pernambuco.

"pré-orientação profissional" (p. 5), foi sugerido introduzir atividades para despertar o amor pelas profissões estimulando os alunos para que se sentissem desenhistas, oleiros, pedreiros e pintores, propondo à classe, por exemplo, a construção de uma pequena casa no pátio da escola.

A finalidade de pré-orientação profissional funcionava como um eixo curricular associado diretamente aos conteúdos de Ciências da Natureza (Secretaria do Interior, 1940). Por exemplo, para o 3º ano, havia a prescrição dos seguintes tópicos (grifo nosso):

> Localização da cidade em relação ao Estado de Pernambuco. Círculo da esfera terrestre. Noção de temperatura. Termômetro. Atmosfera – Barômetro. Ventos. Habitações higiênicas. Saneamento. *Profissionais que trabalham em obras de saneamento*. Vasos comunicantes. Poços artesianos, pontes, repuxos, bombas e sifões. Princípio de Arquimedes. Composição da água. Moléstias transmissíveis pela água. A vacina. Composição do ar. Estudo elementar do aparelho circulatório do homem. Fontes de calor. Propagação do calor. Fontes de luz. Propagação natural e artificial. *Profissionais empregados na iluminação artificial*. Noção de eletricidade. Relâmpagos. Meteoros (Secretaria do Interior, 1940, p. 13).

Essas prescrições curriculares refletiam exatamente as ações do governo de Agamenon Magalhães[9], interventor federal de Pernambuco, que estabeleceu uma política educacional voltada à formação do trabalhador (Ramos, 2019). Nesse caso, o currículo primário de Pernambuco no final da década de 1940 não poderia ser entendido como algo neutro, mas como uma criação de agentes externos à escola. Em 1945, o Departamento de Educação de Pernambuco determinou que a disciplina *Estudo da Natureza, da Educação Alimentar e Educação Higiênica* deveria ter como finalidade principal educar o aluno treinando as suas capacidades de observação, raciocínio, memória e imaginação (Secretaria do Interior, 1945). As aulas deveriam provocar o interesse do estudante pelo ambiente e articular com Estudos Sociais, questões alimentares e educação higiênica, adicionando conteúdos práticos para as escolas rurais. O programa das disciplinas sugeria um processo de globalização do ensino com a "utilização de materiais concretos e experiências ativas" (Britto, 2005, p. 118), ou seja, de acordo com os princípios da Escola Nova.

Adiante, o governo federal publicou uma regulamentação para o Ensino Primário. De maneira geral, esse nível de ensino deveria proporcionar para as crianças de 7 a 12 anos uma iniciação cultural, desenvolver a personalidade e "elevar o nível dos conhecimentos úteis à vida na família, à defesa da saúde e à iniciação no trabalho" (Brasil, 1946), reforçando a concepção de pré-orientação profissional já existente no

9 Agamenon Sérgio de Godoi Magalhães (1893-1952) se formou na Faculdade de Direito do Recife. Foi promotor público em São Lourenço da Mata (PE), deputado estadual (1918) e deputado federal (1922). Durante o Estado Novo, foi considerado um dos homens de confiança de Getúlio Vargas, tornando-se o interventor federal de Pernambuco entre 1937 e 1945. Segundo Ramos (2019), Agamenon Magalhães montou uma refinada rede política para cooptar os diversos setores da sociedade para o seu projeto estadonovista. Ainda foi governador eleito entre 1951 e 1952, mas faleceu no exercício do cargo.

currículo estadual. Entretanto, na década seguinte, o currículo do Ensino Primário se distanciaria dessa perspectiva de orientação profissional.

### *3.2. Dos conhecimentos gerais à valorização da metodologia científica*

Em 1953, de forma experimental, os conteúdos relacionados às Ciências Sociais e Estudo da Natureza do Ensino Primário passaram a compor uma nova disciplina denominada *Conhecimentos Gerais*, agrupando noções de Geografia, História, Higiene, Física, Química e História Natural, e deveria servir de motivação para a aprendizagem (Instituto de Pesquisas Pedagógicas, 1957). Aplicando os princípios da pedagogia moderna, os assuntos deveriam emergir de oportunidades reais da vida escolar na forma de aulas oportunas para satisfazer a curiosidade da turma (Secretaria de Educação e Cultura, 1955).

No Curso Ginasial, que havia sido reformado em 1942[10], a disciplina *Ciências Naturais* seguia as orientações apresentadas na Portaria n.º 966, de 2 de outubro de 1951 (Brasil, 1951). Para a 3ª série: o homem; o ambiente; higiene. Para a 4ª série: noções de Física e Química; seres vivos. No Colégio Estadual de Pernambuco (antes Ginásio Pernambucano), que servia de modelo para as demais instituições do estado, havia três aulas semanais de *Ciências Naturais* no 3º e o 4º ano Ginasial[11]. Para o Curso Ginasial, ainda havia a centralização do governo federal determinando os conteúdos de ensino, o que era diferente no Ensino Primário.

Em 1961, a Secretaria de Educação e Cultura de Pernambuco publicou o programa de ensino para o Curso Primário e definiu os conteúdos de maneira variada e regional para atender às necessidades de cultura e integração social da escola ao meio. Para a disciplina *Estudo da Natureza*, o documento indicava os temas que deveriam ser trabalhados (Brasil; a terra; o céu e os astros; meteoros; corpo humano; educação higiênica), sugestões práticas para alcançar os objetivos da disciplina (excursões, pesquisas, atividades agrícolas e criação de pequenos animais), a formação de atitudes e hábitos (asseio, alimentação e proteção de plantas e animais), associação com outras disciplinas e recursos (Secretaria de Educação e Cultura, 1961).

Logo em seguida, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei n.º 4.024, de 20 dezembro 1961) organizou os níveis educacionais em Ensino Primário, com cinco anos, e Ensino Médio, com Ciclo Ginasial (4 anos) e Ciclo Colegial (3 anos). Essa lei estabeleceu a flexibilização e descentralização na organização dos currículos escolares (Brasil, 1961) e ampliou a participação das Ciências no Ciclo Ginasial (Krasilchik, 2000).

Em 1962, o Conselho Federal de Educação indicou as matérias obrigatórias para o Ensino Médio (Ginasial e Científico), com Ciências sob a forma de *Iniciação à Ciência* (duas séries) e *Ciências Físicas e Biológicas* (quatro séries) (Brasil,

10 Em 1942, a Reforma Gustavo Capanema estabeleceu uma nova organização do Ensino Secundário: Curso Ginasial, com quatro anos, e Curso Colegial (Clássico ou Científico), com três anos - Decreto-Lei n.º 4.244, de 9 de abril de 1942 (Brasil, 1942a). A disciplina de *Ciências Naturais* deveria ser cursada na 3ª e 4ª Séries do Curso Ginasial e constituída pelos seguintes conteúdos: O homem, o ambiente, a vida higiênica (3ª Série); Matéria e energia, os seres vivos (4ª Série), de acordo com a Portaria Ministerial n.º 170, de 11 de julho de 1942 (Brasil, 1942b).

11 Arquivo do Ginásio Pernambucano - Correspondências de 1951.

1962). Nesse mesmo ano, no Colégio Estadual de Pernambuco, foram ensinadas no Ciclo Ginasial as disciplinas *Iniciação às Ciências* (1ª e 2ª série) e *Ciências Físicas e Biológicas* (3ª e 4ª série)[12].

As orientações curriculares dessa época conceberam um ensino entendendo a vivência do método científico como necessária para a formação do cidadão (Krasilchik, 1987), estabelecendo expressivas mudanças nas disciplinas da área de Ciências Naturais. Em 1964, o professor Carlos Frederico do Rêgo Maciel[13], membro do Conselho Estadual de Educação, apresentou sugestões para tornar mais prático e eficiente o ensino das Ciências Naturais nas escolas. Além da realização de cursos de verão e a produção de livros didáticos, Maciel sugeriu a criação de um museu ou laboratório central de ciências para atender estudantes e professores, enfatizando a importância de vivenciar o método experimental (Maciel, 1964).

Em 1965, foi criado no Recife (PE) o Centro de Ensino de Ciências do Nordeste (Cecine, 1968)[14] com o objetivo de atualizar e formar professores de Ciências Naturais orientados pelas propostas curriculares provenientes dos Estados Unidos da América e adotadas pelo Brasil na época (Lima; Teixeira, 2015). Esse modelo de ensino valorizava o trabalho do cientista, a observação dos fenômenos e a pesquisa de laboratório, estabelecendo uma necessidade de melhorar a estrutura física da escola e a capacidade de ensino por parte dos professores (Queiroz; Hosoume, 2018).

A introdução dos currículos estadunidenses por meio do Cecine encontrou um importante espaço para implementar uma proposta de educação científica arraigada na experimentação (Lima, 2015; Farias, 2021), ou seja, houve a atribuição de uma finalidade de formação científica para a disciplina *Ciências* no Ciclo Ginasial.

Nesse período, também houve mudanças significativas na organização da Escola Primária de Pernambuco. Em 1968, o currículo apresentava um perfil tecnicista (Britto, 2005), introduzindo objetivos de aprendizagem e novos conteúdos de ensino relacionados ao desenvolvimento tecnológico, como voos espaciais, por exemplo. O ensino estava organizado em níveis ao invés de séries. A ideia era dar ao aluno a mobilidade por meio dos níveis, permitindo que ele avançasse de patamar em qualquer época do ano, atendendo as suas diferenças individuais (Secretaria de Educação e Cultura, 1968). O Curso Primário apresentava seis níveis de ensino e os alunos deveriam alcançar no mínimo os quatro primeiros. Para a disciplina de *Ciências Físicas e Naturais*, os alunos deveriam estudar os seguintes tópicos: seres vivos, Terra e universo, matéria e energia e controle do ambiente pelo homem, além de temas sobre recursos naturais, saúde e voos espaciais (Secretaria de Educação e Cultura, 1968). Esses tópicos se repetiam em todos os níveis de ensino e aumentavam sua complexidade à medida que avançavam.

12 Arquivo do Ginásio Pernambucano - Correspondências de 1962.

13 Carlos Frederico Maciel (1926-1979) se formou em Direito (Faculdade de Direito do Recife) e Filosofia (Faculdade de Filosofia de Pernambuco). Foi professor da Faculdade de Filosofia de Pernambuco e diretor da Divisão de Estudos e Pesquisas Educacionais do Centro de Pesquisa do Inep em Pernambuco. Foi membro do Conselho Estadual de Educação e representante do Ministério da Educação no Conselho deliberativo da Sudene.

14 Em 1965, em convênio com o então Ministério da Educação e Cultura, a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste, a Fundação Ford e a própria Universidade Federal de Pernambuco, foi criado em Recife (PE) o Centro de Ensino de Ciências do Nordeste (Cecine, 1968).

Pouco tempo depois, a Lei n.º 5.692, de 11 de agosto de 1971, organizou a Educação Básica em Ensino de 1º e 2º grau (Brasil, 1971). O Curso Primário e o Ciclo Ginasial foram fundidos para compor o Ensino de 1º grau. O Ciclo Colegial passou a ser chamado de Ensino de 2º grau. Essa lei estabeleceu uma formação profissionalizante obrigatória para o Ensino de 2º grau e uma iniciação para o trabalho nas séries finais do Ensino de 1º grau. Com as mudanças, a disciplina *Ciências* passou a ser vivenciada em todas as séries do 1º grau, ampliando sua carga-horária, fortalecendo a sua permanência no currículo e incluindo novos conteúdos em torno de domínios mais amplos, como a obrigatoriedade da inclusão de programas de saúde nos currículos nos estabelecimentos de 1º e 2º graus.

Em Pernambuco, a proposta curricular de ensino para o 1º grau defendia que as noções básicas da aprendizagem em Ciências deveriam emergir do meio mais próximo do estudante e permitir que os conhecimentos fossem interrelacionados para que houvesse a formação dos conceitos (Secretaria de Educação e Cultura, 1974). O ensino científico no 1º grau deveria trabalhar uma aquisição progressiva de conhecimentos como área de estudo, fortalecendo a ideia de uma disciplina integrativa. Nesse período, essa disciplina escolar assumiu diferentes nomenclaturas e propósitos. A disciplina *Iniciação às Ciências e Programas de Saúde* (1ª a 4ª Série) deveria ser tratada predominantemente como atividade, ou seja, "como vivência de situações e exercícios de manipulação" (Secretaria de Educação e Cultura, 1974, p. 7). Os conteúdos da 1ª a 4ª série estavam ancorados principalmente em estudos elementares sobre o ar, a água e o solo, e incluía alguns tópicos sobre seres vivos, corpo humano, Astronomia, Química, Física e Higiene. Seriam as noções elementares de Ciências Naturais.

*Ciências Físicas e Biológicas e Programas de Saúde* (5ª a 8ª Série) seria vivenciada por meio de experiências que deveriam se equilibrar com os conhecimentos sistemáticos. A distribuição dos conteúdos seguia uma lógica mais específica por série e, de maneira geral, estava organizada da seguinte forma: na 5ª série, Geociências, seres vivos, Química e Física, Na 6ª série, corpo umano. Na 7ª série, seres vivos. E na 8ª série, Química e Física (Secretaria de Educação e Cultura, 1974). Essa distribuição dos conteúdos que definiu áreas do conhecimento para cada série ajudou a consolidar um formato não integrado da disciplina. A parte de *Programas de Saúde* também estava presente em todas as séries e deveria formar os hábitos higiênicos necessários à preservação da saúde individual e coletiva, consolidando historicamente a associação da disciplina *Ciências* com os conteúdos de Higiene.

Em 1977, a Secretaria de Educação e Cultura de Pernambuco lançou o *Caderno de Orientação Metodológica – Ciências Físicas e Biológicas – Ensino de 1.º Grau* como um material de apoio à proposta curricular de 1974. Esse documento reforçou enfaticamente o discurso da utilização do método científico como uma forma centralizadora no processo de ensino: [...] "o professor pode e deve se esforçar no sentido de encaminhar cada aluno a atuar como um bom pensador, um pequeno cientista. Para que isso aconteça ele precisa, dentre outros aspectos, estar bem informado sobre o método científico e seu uso" (Secretaria de Educação e Cultura, 1977, p. 14). Nesse documento, havia a sugestão de um exercício sobre a "atuação de um investigador e as etapas do método científico" (p. 20-26), além da indicação de

outras atividades que poderiam contribuir com a aprendizagem, como: observação, experimentação e excursão.

### *3.3. Do movimento Ciência, Tecnologia e Sociedade à formação integral*

No início da década de 1980, a educação passou a ser compreendida como uma prática social conectada com os sistemas político-econômicos em que o ensino de Ciências Naturais poderia contribuir para transformar a sociedade brasileira, possibilitando aos estudantes uma interpretação crítica do mundo a partir da discussão de conteúdos socialmente relevantes (Nascimento; Fernandes; Mendonça, 2010). Essa abordagem ficou conhecida pela expressão Ciência, Tecnologia e Sociedade – CTS (Magalhães-Junior; Pietrocola; Ortêncio-Filho, 2011) e influenciou fortemente as propostas curriculares desse período.

Em 1984, o governo estadual elaborou o documento *Perfis de saída dos alunos de 1ª a 4ª série*, apresentando uma proposta de conteúdos mínimos para a disciplina *Iniciação às Ciências*. A partir do estudo sobre os seres vivos e o meio ambiente, essa disciplina deveria desenvolver no aluno a capacidade de observar, interrogar e discutir, fazer experimentações, concluir e generalizar, permitindo que ele vivenciasse todas as fases do método científico (Secretaria de Educação e Cultura, 1984). A inovação para a época estava na inclusão de unidades didáticas específicas sobre meio ambiente em todas as séries, incluindo conteúdos sobre água, higiene, solo, destino do lixo e conservação do ambiente, por exemplo, atribuindo ao ensino uma finalidade cidadã. O documento curricular *Perfis de saída dos alunos de 5ª a 8ª série* também apresentava unidades didáticas de *Ciências* com esse tema e estabelecia entre os seus objetivos de aprendizagem, entre outros, contribuir "para a defesa da Ecologia da sua cidade, do seu estado e do país" (Secretaria de Educação, 1986, p. 62) e compreender a importância das "relações do homem com o meio ambiente e com os outros seres vivos" (p. 64).

Essa tendência de relacionar o currículo com temas ambientais seguiu na década de 1990 com a proposta apresentada nos *Subsídios para a organização da prática pedagógica nas escolas* (Coleção Carlos Maciel), definindo conteúdos e sugerindo estratégias de ensino (Secretaria de Educação e Esportes, 1993). Segundo o documento, a estrutura curricular para o ensino de *Ciências* (1ª a 8ª série) deveria partir de um tema gerador relacionado ao "ambiente e suas inter-relações" e articular com temas integradores para definir o objeto de estudo. Por exemplo, na 5ª série o tema gerador seria "Compreendendo as relações das formas vivas e não vivas" e deveria articular com temas integradores como "Água no ambiente, Solo no Ambiente e Ar no ambiente" (Secretaria de Educação e Esportes, 1993, p. 22). Essa orientação de utilizar o tema gerador "Ambiente e suas inter-relações" poderia estar associada às ações que fortaleceram a ideia da educação ambiental vinculada aos espaços escolares em Recife na década de 1980 (Farias, 2024).

Em 1996, entrou em vigor a nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei n.º 9.394/96) que reestruturou a organização da Educação Básica, renomeando o Ensino de 1º e 2º grau em Ensino Fundamental e Ensino Médio, respectivamente. A Lei n.º 9.394/96 estabeleceu a necessidade de elaborar diretrizes comuns

para o processo educativo (Brasil, 1996). Dessa forma, em 1997, o governo federal lançou os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) para o Ensino Fundamental, um documento que deveria "servir de referência à montagem dos currículos de todas as escolas do país" (Saviani, 2013, p. 433).

Nos PCNs de Ciências Naturais, não existia uma prescrição evidente dos objetos de ensino, mas uma orientação para organizar os conteúdos em blocos temáticos como: Terra e universo, vida e ambiente, ser humano e saúde, tecnologia e sociedade. Os conteúdos também deveriam ser vivenciados e integrados a partir de temas transversais, como meio ambiente, saúde e orientação sexual, por exemplo, e deveriam dar sentido prático aos conhecimentos científicos (MEC, 1998). A compreensão dos fenômenos naturais articulados entre si e com a tecnologia confere à área de Ciências Naturais uma perspectiva interdisciplinar, pois abrange conhecimentos biológicos, físicos, químicos, sociais, culturais e tecnológicos (MEC, 1998, p. 36).

Entretanto, esse formato inovador estabeleceu dúvidas sobre o que deveria ser ensinado. Assim, de forma complementar aos PCNs e com relativo atraso, os conteúdos de ensino para a disciplina *Ciências Naturais* em Pernambuco foram reorganizados pela Secretaria de Educação e apresentados em um documento intitulado *Orientações teórico-metodológicas*, indicando especificamente o que deveria ser abordado para cada série do Ensino Fundamental (Secretaria de Educação, 2008). Posteriormente, a Secretaria de Educação publicou os *Parâmetros para a Educação Básica do Estado de Pernambuco*, enfatizando que o ensino deveria "possibilitar a reorganização do conjunto de saberes, articulando reflexões e ações interdisciplinares que permitam uma visão integradora para a tomada de decisões", sugerindo eliminar conteúdos desnecessários e incluir temas de relevância social (Secretaria de Educação, 2013, p. 16). Para o componente curricular *Ciências*, foram apresentadas as expectativas de aprendizagem para cada eixo temático: Terra e universo; vida e ambiente; ser humano e saúde; tecnologia e sociedade.

Em 2017, o Ministério da Educação lançou a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e definiu competências e habilidades a serem desenvolvidas por áreas do conhecimento. Com a presença da área de Ciências da Natureza, o documento propôs superar a fragmentação disciplinar estabelecendo um "compromisso com a formação integral dos alunos" (MEC, 2017, p. 317). No Ensino Fundamental, do 1º ao 9º ano, a área do conhecimento Ciências da Natureza estabeleceu um compromisso para o desenvolvimento do letramento científico, envolvendo a "capacidade de compreender e interpretar o mundo (natural, social e tecnológico), mas também de transformá-lo com base nos aportes teóricos e processuais das ciências" (MEC, 2017, p. 321). Por meio de uma perspectiva que articulasse os diversos campos do saber, a disciplina *Ciências* deveria garantir o acesso à diversidade de conhecimentos científicos produzidos historicamente, aproximando o estudante do processo de investigação científica que está posto como elemento central da disciplina (MEC, 2017).

O atual Currículo de Pernambuco para o Ensino Fundamental (Secretaria de Educação e Esportes, 2019) foi ancorado na finalidade da formação integral, promovendo a preparação dos estudantes para "a vida, para o trabalho e para a cidadania, a fim de que se tornem, progressivamente, sujeitos sociais e protagonistas aptos a

contribuírem para a construção de uma sociedade mais justa, igualitária, ética, democrática, responsável, inclusiva, sustentável e solidária" (Secretaria de Educação e Esportes, 2019, p. 20). Para que o professor da disciplina *Ciências* destaque os conteúdos específicos e os temas de relevância social, garantindo "a formação integral do indivíduo e o desenvolvimento do seu pensamento crítico" (p. 433), foi colocado como indispensável o desenvolvimento de "habilidades referentes à análise de fatos, ordenação de informações, realização de inferências, dentre outros procedimentos que contribuam para apropriação da linguagem e dos processos científicos e tecnológicos" (Secretaria de Educação e Esportes, 2019, p. 69). Esse componente curricular está organizado em três unidades temáticas: Terra e universo, vida e evolução, matéria e energia, com os objetos de ensino definidos para todas as etapas do Ensino Fundamental para, idealmente, desenvolver habilidades que superem a disciplinarização como forma de organização do currículo.

Embora a integração dos conhecimentos na disciplina *Ciências* seja um cenário adequado para superar esse formato fragmentado do currículo, a ideia parece encontrar um limite na proposta de formação docente. Historicamente, a disciplina *Ciências*, mesmo integrando conhecimentos de diferentes áreas, principalmente da Biologia, Química, Física e Geologia, não parece estabelecer condições para superar o formato fragmentado de organização curricular. Segundo Macedo e Lopes (2002), ainda que constituindo uma única disciplina escolar, não se pode considerar que exista uma abordagem integrada do ensino científico. Segundo as autoras, existe a ilusão de que o professor habilitado em uma das ciências de referência e com um ensino baseado nas matrizes científicas acadêmicas poderia promover a desejada integração dos conhecimentos.

## 4. Considerações finais

Entre 1855 e 2019, as sucessivas reformas na organização da Educação Básica de Pernambuco atribuíram diferentes denominações e finalidades para a disciplina escolar *Ciências*.

A trajetória da disciplina *Ciências* indicou um percurso marcado por constantes mudanças curriculares, transitando de uma visão estritamente utilitária para uma perspectiva de formação integral e letramento científico.

Sob a égide das "Lições de Coisas", os conhecimentos de agricultura e higiene estiveram entre as primeiras propostas curriculares, caracterizando o perfil utilitário do ensino científico das escolas primárias no final do século XIX. Adiante, na década de 1930, o ensino de Ciências Naturais estava composto por conteúdos integrados das áreas de Física, Química, História Natural, Higiene e Geografia, assumindo um perfil de orientação pré-profissional e dando suporte para a construção nacional almejada pelo Estado Novo.

Em 1965, a partir das atividades do Centro de Ensino de Ciências do Nordeste "treinando" professores e divulgando material didático vinculado às propostas curriculares estadunidenses, houve mudanças no interior das disciplinas da área de Ciências Naturais. Na época, a atividade experimental foi consolidada como método de ensino,

valorizando o trabalho do cientista, a observação dos fenômenos e a pesquisa de laboratório, atribuindo uma finalidade de formação científica à disciplina escolar *Ciências*.

Nas décadas de 1980 e 1990, o currículo de 1ª a 4ª série inovou e inseriu unidades didáticas específicas sobre meio ambiente a partir do enfoque Ciência, Tecnologia e Sociedade (CTS). Essa influência também alcançou o currículo da 5ª a 8ª série, partindo de um tema gerador relacionado ao ambiente e articulando com temas integradores para definir o objeto de estudo.

Em 2013, a disciplina *Ciências* foi organizada a partir de eixos temáticos e expectativas de aprendizagens apresentados nos PCNs de Pernambuco, incluindo temas de relevância social. Já o atual currículo de Pernambuco propõe que a disciplina *Ciências* auxilie na formação integral do indivíduo.

De forma geral, a trajetória historiográfica da disciplina escolar *Ciências* em Pernambuco revelou que este componente curricular teve a intenção de integrar conteúdos de diversas áreas do conhecimento, apresentando, sucessivamente, finalidades utilitárias de formação para o trabalho, além da finalidade científica, cidadã e integral.

## Referências

ARAÚJO, C. *A Escola Nova em Pernambuco*: educação e modernidade. Recife: Fundação de Cultura Cidade do Recife, 2002.

AYRES, A. C. M.; SELLES, S. E. "História da formação de professores: diálogos com a disciplina escolar ciências no ensino fundamental". *Revista Ensaio*, v. 14, n. 2, p. 95-107, 2012. https://doi.org/10.1590/1983-21172012140206

BEZERRA, R. *A Higiene escolar em Pernambuco*: espaços de construção e os discursos elaborados. 2010. Tese (Doutorado em Educação). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

BITTENCOURT, C. M. F. "Os confrontos de uma disciplina escolar: da história sagrada à história profana". *Rev. Bras. De Hist.*, v. 13, n.º 25/26, p. 193-221, 1993.

BRASIL. "Decreto n.º 19.890, de 18 de abril de 1931. Dispõe sobre a organização do Ensino Secundário". *Diário Oficial da União*, Rio de Janeiro, 1931.

BRASIL. "Decreto-Lei n.º 4.244, de 9 de abril de 1942. Lei orgânica do Ensino Secundário". *Diário Oficial da União*, Rio de Janeiro, 1942a.

BRASIL. "Portaria Ministerial n.º 170, de 11 de julho de 1942. Determina a execução dos programas das disciplinas de Línguas e de Ciências do Curso Ginasial do Ensino Secundário". *Diário Oficial da União*, Rio de Janeiro, 1942b.

BRASIL. "Decreto-lei n.º 8.529, de 02 de janeiro de 1946. Lei Orgânica do Ensino Primário". *Diário Oficial da União*, Rio de Janeiro, 1946.

BRASIL. "Portaria n.º 966, de 2 de outubro de 1951. Aprova programas para o curso secundário". *Diário Oficial da União*, Rio de Janeiro, RJ, 1951.

BRASIL. "Lei n.º 4.024, de 20 dezembro 1961. Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional". *Diário Oficial*, Brasília, 1961.

BRASIL. "Normas para o Ensino Médio". *Documenta*, n. 1, p. 15-20, 1962.

BRASIL. "Lei n.º 5.692, de 11 de agosto de 1971. Fixa as Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus e dá outras providências". *Diário Oficial da União*, Brasília, 1971.

BRASIL. "Lei n.º 9394/96, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional". *Diário Oficial da União*, Brasília, 1996.

BRITTO, M. L. *A trajetória do Currículo de Ensino Fundamental na Rede estadual de Pernambuco nos séculos XIX-XX – Aproximações do texto e do contexto*. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2005.

CAVALCANTI, Z. M. *DEC*: a biografia de uma instituição cinquentenária. Recife: Secretaria de Educação e Cultura/Departamento de Cultura, 1986.

CECINE. *Relatório das atividades de 1967*. Recife: Cecine, 1968.

CELLARD, A. "A análise documental". *In*: POUPART, J. *et al.* (Org.). *A pesquisa qualitativa:* enfoques epistemológicos e metodológicos. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012, p. 295-316.

CHERVEL, A. "História das disciplinas escolares: reflexões sobre um campo de pesquisa". *Teoria e Educação*, n. 2, p. 177-229, 1990.

DIRETORIA TÉCNICA DE EDUCAÇÃO. *Programas de Ensino para o Curso Primário*. Recife: Imp. Official, 1929.

DIRETORIA TÉCNICA DE EDUCAÇÃO. *Programas de Educação Primária*. Recife: Imprensa Oficial, 1934.

FARIAS, G. B. "A trajetória do curso de formação de professores de Biologia na Universidade Federal de Pernambuco". *Estudos Universitários: revista de cultura*, v. 38, n. 2, p. 163-198, 2021. https://doi.org/10.51359/2675-7354.2021.251380

FARIAS, G. B. "A ecologia na disciplina escolar Biologia no Ensino Secundário em Pernambuco: do currículo mínimo ao novo Ensino Médio". *Revista Brasileira*

*de Pesquisa em Educação em Ciências*, e46456, p. 1-23, 2024. https://doi.org/10.28976/19842686rbpec2024u7193

FERREIRA, M. S. *A história da disciplina escolar ciências no Colégio Pedro II (1960-1980).* 2005. Tese (Doutorado em Educação). Faculdade de Educação, UFRJ, RJ, 2005.

FERREIRA, M. S. "Investigando os rumos da disciplina escolar Ciências no Colégio Pedro II (1960-1970)". *Educação em Revista*, v. 45, p. 127-144, 2007.

FERREIRA, M. S.; SELLES, S. "Entrelaçamentos históricos das Ciências Biológicas com a disciplina escolar Biologia: investigando a versão azul do 'BSCS'". *In*: PEREIRA, M. G.; AMORIM, A. C. R. (Org.). *Ensino de Biologia*: fios e desafios na construção de saberes. João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2008, p. 37-61.

GATTI Jr., D. "O ensino de História da Educação no Brasil: fontes e métodos de pesquisa". *Cadernos de História da Educação*, v.16, n.1, p. 64-88, 2017. https://seer.ufu.br/index.php/che/article/view/38239

GIL, A. C. *Métodos e técnicas de pesquisa social.* 6. ed. São Paulo: Atlas, 2018.

GINÁSIO PERNAMBUCANO. *Relatório do Ginásio Pernambucano (1931-1934)*. Recife, 1934.

GINÁSIO PERNAMBUCANO. *Programas de Ensino do Curso Ginasial*. Recife: Imprensa Oficial, 1938.

GINÁSIO PERNAMBUCANO. *Programas das disciplinas de Línguas e de Ciências do Curso Ginasial do Ensino Secundário*. Recife: Imprensa Oficial, 1942.

GOODSON, I. F. *A construção social do currículo*. Lisboa: Educa, 1997.

GOODSON, I. F. *O currículo em mudança*: estudos na construção social do currículo. Porto: Porto Ed., 2001.

GOODSON, I. F. *Currículo: teoria e história*. 14. ed. Petrópolis: Vozes, 2013a.

GOODSON, I. F. *As políticas de currículo e de escolarização*. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2013b.

HAIDAR, M. L. M. *O Ensino Secundário no Brasil Império*. São Paulo: Edusp, 2008.

INSTITUTO DE PESQUISAS PEDAGÓGICAS. *Programas experimentais para as Escolas Primárias de Pernambuco*. Recife: Instituto de Pesquisas Pedagógicas/ Secretaria de Educação e Cultura, 1957.

INSTRUÇÃO PÚBLICA. *Regimento interno para as escolas públicas de instrução primária desta província*. Recife: Typographia de M. F. de Faria, 1859.

INSTRUÇÃO PÚBLICA. *Regimento interno – Aulas públicas de instrução primária da província*. Recife: Typ. de M. Figueirôa de Faria & Filhos, 1876.

INSTRUÇÃO PÚBLICA. *Relatório apresentado ao Exm. Sr. Presidente da Província pelo inspetor geral João Barbalho Uchoa Cavalcanti*. Recife: Typ. de Manoel Figueirôa de Faria & Filhos, 1877.

INSTRUÇÃO PÚBLICA. *Reorganização do Instrução Pública Provincial*. Recife: Typ. de M. Figueirôa de Faria & Filhos, 1879a.

INSTRUÇÃO PÚBLICA. *Estudo sobre o sistema de ensino primário e organização pedagógica das escolas da Corte, Rio de Janeiro, S. Paulo e Pernambuco. Relatório apresentado ao Presidente de Pernambuco por João Barbalho Uchoa Cavalcanti inspetor geral da instrução pública na mesma província*. Recife: Typ. de Manoel Figueiroa de Faria & Filhos, 1879b.

INSTRUÇÃO PÚBLICA. *Regimento das Escolas de Instrução Primária*. Recife, 1885.

INSTRUÇÃO PÚBLICA. *Regulamento da Instrução Pública de Pernambuco*. Recife: Typ. de Manoel Figueiroa de Faria & Filhos, 1896.

INSTRUÇÃO PÚBLICA. *Programa de Ensino da Instrução Pública do Estado de Pernambuco*. Recife, 1900.

INSTRUÇÃO PÚBLICA. *Regimento das Escolas Públicas do Estado de Pernambuco*. Recife, 1903.

KRASILCHIK, M. *O professor e o currículo das ciências*. São Paulo: EPU, 1987.

KRASILCHIK, M. "Reformas e realidade: o caso do ensino de Ciências". *São Paulo em Perspectiva*, v. 14, n. 1. São Paulo, p. 85-93, 2000. https://doi.org/10.1590/S0102-88392000000100010

LAGO, L. *Supremo Tribunal de Justiça e Supremo Tribunal Federal: dados biográficos 1828-2001*. 3. ed. Brasília: Supremo Tribunal Federal, 2001.

Le GOFF, J. *História e memória*. 7. ed. Campinas (SP): Unicamp, 2013.

LIMA, D. R. P. "Estratégias de organização das escolas primárias em Pernambuco: análises comparativas dos regimentos de 1859 e 1876". *Rev. Bras. Hist. Educ.*, v. 25, e378, p. 1-25, 2025.

LIMA, K. E. C. *Discurso de professores e documentos sobre o experimento do Cecine (Centro de Ensino de Ciências do Nordeste) nas décadas de 1960 e 1970*. 2015. Tese (Doutorado em Educação). Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2015.

LIMA, K. E. C.; TEIXEIRA, F. M. "A atuação regional do Centro de Ensino de Ciências do Nordeste (Cecine): sua origem e seus propósitos através da fala de seus precursores". *In*: X Encontro Nacional de Pesquisa em Educação em Ciências – X Enpec, 2015.

LUCHESE, T. A. "Modos de fazer história da educação: pensando a operação historiográfica em temas regionais". *Revista História da Educação [online]*, v.18, n. 43, p.145-161, 2014.

MACEDO, E.; LOPES, A. C. "A estabilidade do currículo disciplinar: o caso de ciências". *In*: LOPES, A. C; MACEDO, E. (Org.). *Disciplinas e integração curricular*. Rio de Janeiro: DPA, 2002, p. 73-94.

MACIEL, C. F. R. "Sugestões sobre o ensino de ciências". *Conselho Estadual de Educação – Arquivos*, n. 2, p. 11-19, 1964.

MAGALHÃES-JUNIOR, C. A. O.; PIETROCOLA, M.; ORTÊNCIO-FILHO, H. "História e características da disciplina de ciências no currículo das escolas brasileiras". *Educere - Revista da Educação*, v. 11, n. 2, p. 197-224, 2011.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO - MEC. *Parâmetros Curriculares Nacionais: Terceiro e Quarto Ciclos do Ensino Fundamental - Ciências Naturais*. Brasília: MEC/ Secretaria de Educação Fundamental, 1998.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO - MEC. *Base Nacional Comum Curricular*. Brasília: MEC, 2017.

MUNAKATA, K. "Os padrões dos livros de lições de coisas". *Educação e Fronteiras On-Line*, v. 7, n. 20, p. 91-103, 2017. https://doi.org/10.30612/eduf.v7i20.7429

NASCIMENTO, F.; FERNANDES, H. L.; MENDONÇA, V. M. "O ensino de Ciências no Brasil: história, formação de professores e desafios atuais". *HISTEDBR On-line*, v. 10, n.39, p. 225-249, 2010. https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8639728

NAZARÉ, E. S. A.; COSTA, D. A.; LIMA, M. C. A. "A instrução pública brasileira e o ensino de ciências no período final do Império". *Revista Eletrônica História em Reflexão*, v. 17, n. 34, p. 95-112, 2023. https://doi.org/10.30612/rehr.v17i34.16930

PERNAMBUCO. Lei Provincial n.º 369, de 14 de maio de 1855. *Da nova organização à Instrução Pública da Província*. Recife: Typographia de M. F. de Faria, 1855.

PERNAMBUCO. Lei Provincial n.º 1.143, de 8 de julho de 1874. *Reorganização do Ensino Público em Pernambuco*. Recife: Typ. de M. Figueirôa de F. & Filhos, 1874.

PERNAMBUCO. Ato n.º 1239, de 27 dezembro de 1928. *Organização da Educação no Estado de Pernambuco.* Recife: Imp. Official, 1928.

QUEIROZ, M. N. A.; HOSOUME, Y. "As disciplinas científicas do Ensino Básico na legislação educacional brasileira nos anos de 1960 e 1970". *Revista Ensaio - Pesquisa em Educação em Ciências*, v. 20, e9723, 2018. https://doi.org/10.1590/1983-211720182001025

RAMOS, A. C. P. A. *Educação e Trabalho: a educação profissional na Interventoria de Agamenon Magalhães em Pernambuco (1937-1945). In*: 30º Simpósio Nacional de História - ANPHU-Brasil, 2019.

REIS, J. C. *O desafio historiográfico*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.

RICOEUR, P. *A memória, a história, o esquecimento*. Trad.: Alain François [*et al.*]. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.

ROCHA, H. H. P. "Inspecionando a escola e velando pela saúde das crianças". *Educar*, n. 25, p. 91-109, 2005.

SÁ-SILVA, J. R.; ALMEIDA, C. D.; GUINDANI, J. F. "Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas". *Revista Brasileira de História & Ciências Sociais*, v. 1, n. 1, p. 1-15, 2009.

SAVIANI, D. *Histórias das ideias pedagógicas no Brasil*. 4. ed. Campinas: Autores Associados, 2013.

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA. *Programa Mínimo:* Desenvolvido nas diversas unidades escolares do estado nos diferentes períodos no ano letivo 1954 e 1955. Recife: SEC, 1955.

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA. *Programas de Ensino para o Curso Primário Infantil. 5ª Série*. 1958 – 1960. Recife: Instituto de Pesquisas Pedagógicas, 1961.

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA. *Currículo da Escola Primária de Pernambuco*. Recife: SEC, 1968.

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA. *Proposta Curricular Ensino – 1º grau. Volume III – Ciências*. Recife: SEC, 1974.

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA. *Caderno de Orientação Metodológica – Ensino de 1º grau. Ciências Físicas e Biológicas*. Recife: SEC, 1977.

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA. *Perfis de Saída dos Alunos de 1ª a 4ª série do Ensino de 1º Grau – Viabilização de uma Proposta de Conteúdos Mínimos*. Recife: SEC, 1984.

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E ESPORTES. *Subsídios para organização da prática pedagógica nas escolas: Ciências Físicas e Biológicas*. Coleção Professor Carlos Maciel. Recife: SEE, 1993.

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO. *Perfis de Saída dos Alunos de 5ª a 8ª série do Ensino de 1º Grau – Conteúdos Mínimos*. Recife: SE, 1986.

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO. *Orientações Teórico-Metodológicas – Ensino Fundamental – Ciências Naturais*. Recife: SE, 2008.

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO. *Parâmetros Curriculares de Ciências Naturais – Ensino Fundamental.* Recife: Undime/ SE, 2013.

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO. *Currículo de Pernambuco: Ensino Fundamental*. Recife: SE, 2019.

SECRETARIA DE JUSTIÇA E INSTRUÇÃO PÚBLICA. *Regulamento do Ensino Público do Estado de Pernambuco*. Recife: Secção Téchnica da Repartição de Publicações Officiaes, 1924.

SECRETARIA DE JUSTIÇA E INSTRUÇÃO PÚBLICA. *Reforma da Instrução - Acto n. 1017, 30 de julho de 1926*. Recife: Rep. de Pub. Oficiais, 1926.

SECRETARIA DE JUSTIÇA, EDUCAÇÃO E INTERIOR. *A Educação Nova. Conferência pronunciada em 20 de junho de 1931, no Teatro Santa Izabel, pelo Dr. Aníbal Bruno, diretor técnico da educação, em reunião presidida pelo Dr. Arthur Marinho, secretário de estado da Justiça, Educação e Interior*. Recife: Imprensa Official, 1931.

SECRETARIA DO INTERIOR. *Programas de Educação Primária*. Recife: Imprensa Oficial, 1939.

SECRETARIA DO INTERIOR. *Programas de Educação Primária*. Recife: Imprensa Oficial, 1940.

SECRETARIA DO INTERIOR. *Programas de Educação Primária*. Recife: Imprensa Oficial, 1945.

SECRETARIA GERAL DO ESTADO. *Programas de Ensino das Escolas Primárias do Estado de Pernambuco*. Recife: Officinas Graphicas do Jornal do Commercio, 1922.

SELLARO, L. R. A. *Educação e Modernidade em Pernambuco*: inovações no ensino público (1929/1937). Recife: Editora Universitária da UFPE, 2009.

SOUZA, R. F. *Alicerces da pátria*: História da escola primária no Estado de São Paulo (1890-1976). Campinas: Mercado das Letras, 2009.

SOUZA, R. F. "Inovação educacional no século XIX: a construção do currículo da escola primária no Brasil". *Cadernos Cedes*, ano XX, n. 52, p. 9-28, 2000.

VALDEMARIN, V. T. "O método intuitivo: os sentidos como janelas e portas que se abrem para o mundo interpretado". *In*: SAVIANI, D; ALMEIDA, J. S.; SOUZA, R. F.; VALDEMARIN, V. T. *O legado educacional do Século XIX no Brasil*. Campinas: Autores Associados, 2006, p. 85-132.

VALLA, D. F.; ROQUETTE, D. A. G.; GOMES, M. M.; FERREIRA, M. F. "Disciplina escolar Ciências: inovações curriculares nos anos de 1950-1970". *Ciênc. Educ.*, v. 20, n. 2, p. 377-391, 2014. https://doi.org/10.1590/1516-73132014000200008

WERLE, F. O. C. "Formação de professores para o ensino de primeiras letras na zona rural. Brasil, final do século XIX". *História da Educação*, v. 12, n. 24, p. 121-153, 2008.

ZOTTI, S. A. "Organização do ensino primário no Brasil: uma leitura da história do currículo oficial". *In*: LOMBARDI, J. C.; SAVIANI, D.; NASCIMENTO, M. I. M. (Org.). *Navegando pela história da educação brasileira*. Campinas, SP: Gráfica FE; HISTEDBR, 2006, p. 1-27.

# Repensando a antropologia brasileira pelas margens: antropólogos e antropologia pernambucana

*Rethinking Brazilian anthropology from the margins: anthropologists and Pernambucan anthropology*

*Repensando la antropología brasileña desde los márgenes: antropólogos y antropología pernambucana*

*Pedro Germano*[1]
*Roberta Bivar Carneiro Campos*[2]

**Resumo**

Germano, P. Repensando a antropologia brasileira pelas margens: antropólogos e antropologia pernambucana. ***Rev. C&Trópico***, v. 50, n. 1, p. 325-348, 2026. Doi: 10.33148/ctrpico.v50i1.2544

Pensar a constituição de um campo disciplinar é tarefa patente quando estamos falando de uma ciência madura, porém jovem, igual à antropologia. As formas de (re)pensar as linhas constituintes de cada disciplina ocorrem de diversas formas, mas quase sempre são feitas a partir de narrativas que situam o presente disciplinar como uma superação do que já foi dito/feito. Esse modo de lembrar e contar a história da disciplina quase sempre produz esquecimentos e (in)visibilidades. Nossa proposta estabelece uma outra relação com nosso passado disciplinar na qual ele passa a ser visto sem os limites do jogo da geopolítica acadêmica que divide as regiões em centros e periferias/margens. Com esse pano de fundo, repensamos a antropologia brasileira pelas "margens" trazendo ao epicentro de nossa análise uma antropologia nacional – à sua maneira – feita em Pernambuco. Essa antropologia, emerge de debates transdisciplinares promovidos a partir da influência de Gilberto Freyre e de médicos (que mais tarde tornaram-se antropólogos) aglutinados no que Roquete Pinto chama de "Nova Escola do Recife", ganhando corpo e se expandindo a partir da institucionalização de um programa universitário de pós-graduação na década de 1970. Assim, nossa proposta mostra um modo peculiar de se fazer antropologia que se desdobrou a partir de um diálogo entre médicos, psiquiatras e antropólogos em torno de um objeto comum: as religiões indo-afro-pernambucanas. Nossa análise resgata de modo parcial a trajetória de instituições, autores e agendas de pesquisas institucionalmente localizados em Pernambuco.

**Palavras-chave:** Antropologia; Historiografia; Pernambuco.

1 Doutor em Antropologia. Formado pelo Programa de Pós-graduação em Antropologia (PPGA) da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), é professor das disciplinas de Sociologia e Filosofia no Colégio Piedade. E-mail: sfqrick@gmail.com Orcid: https://orcid.org/0000-0002-9577-8741

2 Doutora em Antropologia Social pela University of St. Andrews, Escócia e Professora Titular do Departamento de Antropologia e Museologia da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) e do Programa de Pós-graduação em Antropologia (PPGA/UFPE). E-mail: robertabivar@gmail.com Orcid: https://orcid.org/0000-0002-2472-6821

**Abstract**

Germano, P. Rethinking Brazilian anthropology from the margins: anthropologists and Pernambucan anthropology. ***Rev. C&Trópico***, v. 50, n. 1, p. 325-348, 2026. Doi: 10.33148/ctrpico.v50i1.2544

*Thinking about the constitution of a disciplinary field is a fundamental task when discussing a mature yet young science such as anthropology. The ways of (re)thinking the foundational lines of each discipline occur in various manners, but they are almost always constructed through narratives that frame the present discipline as a surpassing of what has already been said or done. This way of remembering and recounting the history of the discipline often produces omissions and (in)visibilities. Our proposal establishes a different relationship with our disciplinary past, viewing it beyond the constraints of academic geopolitics, which categorizes regions into centers and peripheries/margins. With this backdrop, we rethink Brazilian anthropology from the "margins," bringing to the epicenter of our analysis a national anthropology – developed in its own way – in Pernambuco. This anthropology emerged from transdisciplinary debates influenced by Gilberto Freyre and by physicians who later became anthropologists, assembled under what Roquette Pinto termed the "New School of Recife," solidifying and expanding with the institutionalization of a graduate program in an university in the 1970s. Thus, our proposal unveils a peculiar way of doing anthropology, shaped by a dialogue among physicians, psychiatrists, and anthropologists around a common subject: Indo-African-Pernambucan religions. Our analysis partially reconstructs the trajectory of institutions, authors, and research agendas that were institutionally located in Pernambuco.*

**Keywords:** Anthropology; Historiography; Pernambuco.

**Resumen**

Germano, P. Repensando la antropología brasileña desde los márgenes: antropólogos y antropología pernambucana. ***Rev. C&Trópico***, v. 50, n. 1, p. 325-348, 2026. Doi: 10.33148/ctrpico.v50i1.2544

Pensar en la constitución de un campo disciplinario es una tarea fundamental cuando se trata de una ciencia madura pero aún joven, como la antropología. Las formas de (re)pensar las líneas constituyentes de cada disciplina ocurren de diversas maneras, pero casi siempre se construyen a partir de narrativas que sitúan el presente disciplinario como una superación de lo que ya se ha dicho o hecho. Esta manera de recordar y contar la historia de la disciplina suele generar olvidos e (in)visibilidades. Nuestra propuesta establece una relación diferente con nuestro pasado disciplinario, viendo más allá de los límites del juego de la geopolítica académica, que clasifica las regiones en centros y periferias/márgenes. Con este trasfondo, repensamos la antropología brasileña desde las "márgenes", llevando al epicentro de nuestro análisis una antropología nacional –construida a su manera– en Pernambuco. Esta antropología surgió a partir de debates transdisciplinarios

promovidos por la influencia de Gilberto Freyre y de médicos que posteriormente se convirtieron en antropólogos, aglutinados en lo que Roquette Pinto llamó la "Nueva Escuela de Recife", consolidándose y expandiéndose con la institucionalización de un programa de posgrado en la universidad, en la década de 1970. De este modo, nuestra propuesta revela una forma peculiar de hacer antropología, que se desarrolló a través de un diálogo entre médicos, psiquiatras y antropólogos en torno a un objeto común: las religiones indo-afro-pernambucanas. Nuestro análisis recupera parcialmente la trayectoria de instituciones, autores y agendas de investigación que han estado institucionalmente localizadas en Pernambuco.

**Palabras clave:** Antropología; Historiografía; Pernambuco.

*Data de submissão: 10/06/2025*
*Data de aceite: 20/05/2026*

## 1. Introdução

As análises históricas e epistêmicas sobre a formação de campos disciplinares constituem tarefa essencial em qualquer ciência e a antropologia brasileira não escapa a esse exercício. Embora madura e ainda jovem, a disciplina tem sido descrita por duas vias complementares: uma histórica[3], que destaca eventos, personagens e instituições; e outra epistêmica[4], que problematiza os fluxos teóricos que a constituem.

O debate que promovemos ao longo do texto desloca-se nesse terreno temático, abrindo margens para novas leituras da disciplina. Pretendemos estabelecer uma nova, ou uma outra, relação com o passado disciplinar "que preserva sua originalidade e lhe confere uma importância, pelo menos igual àquela que atribuímos ao presente" (Châtelet, 1976, p.40 *apud* Goldman, 2016, p. 9).

Enunciamos que essa nova/outra relação permitirá analisar o passado de outra maneira, liberando-o de visões parciais/reduzidas e abrindo espaço para novas interpretações da história[5] da disciplina, feitas pelas margens[6] que pressionam o centro.

3 Como presente no livro *As ilusões da liberdade* (2013), de Mariza Corrêa.

4 É válido destacar a contribuição do artigo "Onde está a antropologia" (1997), de Mariza Peirano.

5 Como advertiu Pierre Nora (1984) não é possível reconstruir o passado em sua integralidade, uma vez que ele chega até nosso presente como discurso, até mesmo quando o discurso é proveniente de testemunhas, personagens que fazem surgir o passado no presente por meio de um discurso baseado em sua memória.

6 Tomamos de empréstimo a noção de "margem" do filósofo Jacques Derrida como recurso heurístico abalizador de parte de nossas digressões. Para Derrida (1991), a margem é um espaço de fronteira que é tanto parte integrante como também excluída de um sistema de significados. Derrida argumentou que todo sistema de significado pressupõe a existência de fronteiras claras e definidas, que separam o que está dentro do sistema do que está fora. No entanto, ele também afirmou que essas fronteiras são sempre construídas em termos de exclusão, ou seja, aquilo que está fora do sistema é considerado como não pertencente a ele e, portanto, sem valor ou significado. Derrida argumentou que a margem é um espaço produtivo, pois é a partir dela que o sistema de significados pode ser questionado e desconstruído. Como o compreendemos, a margem é, para Derrida, um conceito crucial para a desconstrução, pois é a partir dela que é possível questionar as fronteiras e limites do sistema de significados, bem como seus pressupostos e fundamentos. Assim, tomamos a margem como um espaço de abertura para novas formas de pensar e significar o mundo, além de ser um espaço para a crítica e desconstrução das estruturas dominantes de poder.

Nesse movimento, sugerimos que o debate abra caminhos para revisitar a disciplina e promover uma visão histórica mais inclusiva e plural, distinta, mas sem romper com as abordagens convencionais.

Identificamos, em cuidadosa leitura bibliográfica, que a história da antropologia brasileira é narrada a partir de ambivalências estruturantes[7]. Dentre tantas, destacamos aquela que, por hora, mais ou menos e de maneira seletiva, incorpora em suas narrativas, autores, temas, instituições e agendas de pesquisas antes pensadas como ultrapassadas/superadas, trazendo para o presente disciplinar outros olhares e dizeres sobre o que não era olhado nem dito por ser pensado como superado.

Ao desconstruir os textos do chamado "complexo mitológico[8]", revelam-se contradições e oposições não resolvidas as quais, resgatadas e analisadas em nosso presente, oferecem um meio privilegiado de compreender a história da disciplina sob outra interpretação. Esse gesto abre espaço para novas relações e para o reconhecimento de tradições e autores marginalizados na construção da antropologia brasileira.

Em termos analíticos mais evidentes, as ambivalências mencionadas manifestam-se nos regimes de lembrança e esquecimento que moldam a visibilidade de autores, instituições e agendas de pesquisa. Esses regimes, intencionais ou não, operam pela exclusão e pela reprodução de estereótipos, reiterando narrativas históricas análogas às do "complexo mitológico".

7 Presente (em umas mais que outras e de modo distinto) nas obras *Sobre o pensamento antropológico* (Roberto Cardoso de Oliveira, 1988[1985]); *História das Ciências Sociais no Brasi*l (Sergio Miceli [org], 1989); *As assim chamadas Ciências Sociais* (P. Birman e H. Bomeny[orgs], 1991), *Uma antropologia no plural* (Peirano, 1991); *O campo da antropologia no Brasil* (Trajano Filho e Lins Ribeiro, 2004). Essas obras compartilham um interesse comum na reconstrução crítica da historiografia da antropologia no Brasil, destacando os processos de institucionalização e as dinâmicas de legitimação e exclusão dentro do campo disciplinar. Embora apresentem enfoques distintos, elas convergem em alguns pontos centrais: I. A construção do campo antropológico brasileiro: Todas essas obras analisam como a antropologia se consolidou no país, abordando suas relações com as ciências sociais e as influências das tradições anglo-saxônicas e francesas, muitas vezes reproduzidas sem uma historicização crítica; II. Os desafios da institucionalização: Muitas dessas discussões enfatizam que a antropologia brasileira, até meados do século XX, era fortemente dependente de modelos estrangeiros, e que sua autonomização como campo acadêmico se deu de forma gradual, nem sempre acompanhada por uma valorização de produções locais; III. A centralidade das escolas e tradições: Algumas dessas obras analisam as diferentes escolas e linhagens antropológicas, como a vertente culturalista de Gilberto Freyre, o estruturalismo, a antropologia marxista, e os diálogos entre antropologia e história. No entanto, também problematizam como certas abordagens ganharam hegemonia enquanto outras permaneceram à margem; IV. A historiografia seletiva: Um ponto comum identificado e feito a estas produções é a crítica à forma como a história da antropologia brasileira tem sido narrada, frequentemente enfatizando alguns autores e ignorando outros, o que resulta em lacunas historiográficas. Esse fenômeno reflete os regimes de memória e invisibilidade operados dentro da disciplina; V. A pluralidade teórica e metodológica: Há uma preocupação em destacar que a antropologia brasileira não é homogênea, mas sim um campo plural, com abordagens que variam entre antropologia urbana, etnologia indígena, estudos sobre religiões afro-brasileiras e outros temas, refletindo a diversidade sociocultural do país.

8 Como desenhado por Reesink e Campos, 2014, as autoras formulam a noção de "complexo mitológico" à luz das elucubrações de Edmund Leach sobre o mito. Como ponderam as autoras, a constituição do real é precedida pela consolidação do mito que possui por estrutura a redundância de uma mensagem a qual "faz parte de um complexo e que qualquer padrão que apareça em um deles irá reaparecer, na mesma ou em outras variações, em outras partes do complexo" (Leach, 1983:58). Afirmam as autoras: "para nós, um dos pontos mais pertinentes na reflexão de Leach é quando ele avança, no contexto do complexo mitológico, como a 'multiplicidade de repetições, inversões e variações pode vir a formar uma mensagem consistente'" (Leach, 1983, p. 69 *apud* Reesink e Campos, 2014, p.58).

Inspirados em Derrida, assumimos uma leitura desconstrutiva que ressignifica o passado como campo disputado de memória e poder, em que margens pressionam o centro e revelam outras possibilidades de significação. Nesse horizonte, autores e instituições antes silenciados emergem, permitindo uma reflexão plural e crítica sobre os contornos da disciplina.

## 2. Memória e invisibilização na historiografia da antropologia brasileira: Repensando a Nova Escola de Antropologia do Recife

A historiografia da antropologia brasileira, ao organizar suas narrativas, opera tanto pela consagração de certos autores e instituições quanto pelo esquecimento seletivo daqueles relegados à margem do discurso disciplinar. Nesse movimento, instaura-se um binômio de continuidade e descontinuidade, em que o passado é revisitado sem ser efetivamente redefinido. O que se anuncia como inovação, muitas vezes, não rompe com as estruturas herdadas, apenas reinscreve elementos sob novas justificações discursivas.

Assim, a identidade da disciplina se constitui na tensão entre os que são lembrados como centrais e os que são tratados como periféricos ou superados, produzindo uma historiografia que, em vez de se transformar substancialmente, perpetua um tempo fraturado, no qual as referências do passado pressionam o presente sem alterar suas bases epistemológicas.

As ambivalências que atravessam a historiografia da antropologia brasileira manifestam-se como um jogo de lembranças/visibilidade e esquecimentos/invisibilidade, onde o tecido da memória se costura com fios desiguais. É nesse vaivém que se instauram regimes de visibilidade e invisibilidade[9], revelando não apenas o que se mostra, mas sobretudo o que se oculta em margens. Esses regimes de visibilidade e invisibilidade revelam que a disciplina se organiza em torno de hierarquias persistentes, nas quais o passado pressiona o presente sem dissolver suas fraturas[10].

À luz de Marilyn Strathern (2014), tais acionadores (visibilidade/invisibilidade) configuram "ficções persuasivas" que produzem legibilidade desigual entre autores. Essa perspectiva permite problematizar os mecanismos de seleção da historiografia antropológica, na qual a narrativa disciplinar projeta alguns intelectuais ao centro enquanto outros permanecem à margem.

9 Roberta Campos e Mísia Ressink (2011) argumentam que o aludido processo de invisibilidade presente na historiografia da antropologia brasileira opera nos seguintes termos "Parece, portanto, que esse processo de invisibilidade acadêmica da produção norte-nordestina é feito em três direções: 1º) das regiões que deixam de fazer parte do Brasil; 2º) das suas instituições e dos pesquisadores que estão a elas vinculados; e 3º) do campo etnográfico" (Campos e Reesink, 2011: 212).

10 Compreendemos que historicizar corresponde ao ato de pôr um fato, um evento ou um sujeito em perspectiva histórica, conferindo-lhe um sentido. Nesse sentido, como argumentou François Dosse (2001), "a história é recriação e o historiador é o mediador, o conduto dessa criação" (Dosse, 2001: 51). Historiador-criador e historiografia-criação permitem "simbolicamente, que uma sociedade se situe dotando-se de uma linguagem sobre o passado" (Dosse, 2001: 48). Portanto, podem existir muitas formas de revisitar o passado da disciplina, e destas formas possibilidades de praticar a escrita da história (Dosse, 2001).

Outro ponto, não menos importante que o primeiro já destacado, seriam as reproduções de regularidades discursivas[11] sobre a formação de nosso campo disciplinar. Estas regularidades discursivas constituem a base sob a qual são narradas as continuidades sendo pensadas a partir da "tradição", "influência", desenvolvimento e "evolução", por fim, e não menos importante, a mentalidade e o "espírito"[12] (Foucault, 2008).

Assim como na teoria musical, em que a tônica representa a estabilidade e a sensível sugere uma tensão que anseia por resolução, a historiografia da antropologia não se constrói necessariamente na ruptura abrupta, mas sim na perpetuação de um estado sensível, isto é, uma zona de transição entre o que é consolidado e o que precisa ser questionado. A narrativa da disciplina não se dá apenas pela superação de paradigmas anteriores, mas pela maneira como os debates se organizam em torno de uma continuidade pouco inclusiva. Esse processo assemelha-se à relação entre graus musicais, em que o conhecimento oscila entre um polo centralizador, que reafirma tradições consolidadas, e um ponto sensível, que tensiona os limites do dominante.

Assim, o que se apresenta como inovação revela-se como reorganização interna dos mesmos dispositivos epistemológicos, tensionando-se entre a tônica da tradição e o ponto sensível da mudança sem gerar deslocamentos genuínos de paradigma. Esta (des) continuidade se expressa no estabelecimento de "escolas[13]", "projetos[14]" e "linhagens[15]".

Assim, a consciência coletiva de nossa antropologia (e a formação de novos antropólogos) constitui-se por uma tensão – ou como colocamos: (mais) uma ambivalência – o ato de situar-se no presente orientado pelo passado da disciplina (constituído de linhagens e escolas). E é exatamente nessa tensão "entre o presente teórico e a história da disciplina" (Peirano, 1990, p.5) que acostamos o empreendimento analítico desse artigo, colaborando com uma revalidação funcional e epistemológica da história da disciplina e tomando por base a Nova Escola de Antropologia do Recife.

11 As regularidades discursivas (Foucault, 2008) determinam modos/estilos discursivos que promovem o aparecimento, mas também o desaparecimento de ideias, conceitos, noções, instituições e personagens detentores e promotores de discursos que promovem a verdade supostamente singular.

12 Para Foucault (2008: 23-24), noções como tradição, influência, evolução e espírito funcionam como operadores que conferem unidade artificial à história. Elas reduzem diferenças entre começos, atribuem origens indefinidas, conectam indivíduos e obras em um mesmo princípio organizador e instauram uma consciência coletiva como fundamento explicativo. Nesse movimento, acontecimentos dispersos são reagruparados e projetados como continuidade, enquanto novidades são isoladas sobre um fundo de permanência e atribuídas ao gênio ou à inovação individual. Assim, tais categorias naturalizam a transmissão e a coerência histórica, ocultando rupturas e sustentando narrativas que reforçam hierarquias disciplinares.

13 Pensada de acordo com a seguinte definição: "Desenvolvimento definido de uma especialidade no interior de uma disciplina acadêmica, com especificação de um conhecimento e uma formação específica, a identificação de textos chave, a formulação de histórias oficiais e a identificação de um corpo de especialistas, o que implica em uma manutenção de fronteiras" (Yelvington, 2007, p.156)

14 A noção de projeto, "muito mais do que instituição, corrente – 'escola' – ou corte cronológico, parece particularmente apropriada, por incluir essas outras e ir um pouco além, para marcar certas continuidades e rupturas na trajetória da antropologia que se faz no país. [...] nesse sentido, a noção de projeto, tal como utilizada, era quase sinônimo de grupo de referência, já que cada um deles remetia a um conjunto específico de pessoas, às influências de determinados autores e/ou pesquisadores, à instituição que o abrigava ou à região onde fora realizado" (Corrêa, 2013. p. 26-27).

15 Segundo Mariza Peirano "na antropologia, as linhagens disciplinares são tão importantes que se pode imaginar que, sem elas, o antropólogo não tem lugar na comunidade de especialistas" (Peirano, 1995, p.19).

Interessante pontuar que a mesma linha de força que fomenta continuidades na forma de "escolas", "projetos" e "linhagens" é a mesma que estrutura a superação (no sentido de uma evolução), isto é, a descontinuidade, expressas nos seguintes termos propostos por Mariza Peirano:

> [A] transmissão de conhecimento e a formação de novos especialistas – através de processos pelos quais se deu o refinamento de conceitos, mas mantiveram-se os problemas – favorece uma prática na qual os autores nunca são propriamente ultrapassados: nomes conhecidos que um dia foram criticados e combatidos, frequentemente são incorporados nas gerações seguintes porque, relidos, revelam riquezas antes desconhecidas (Peirano, 1990, p. 5-6).

O problema dessas releituras é que sempre são feitas pelos termos ditados pelos "projetos" e "escolas", sendo estabelecidas a partir de linhagens disciplinares. É por esse ponto sensível que algumas ideias, personagens, instituições, autores, projetos de pesquisa nunca são propriamente "superados". Alguns, entretanto, são esquecidos pelo mesmo processo que outros são lembrados.

A não superação de certos autores e tradições deriva menos de seu valor histórico e mais dos problemas nunca plenamente resolvidos pelas novas gerações de antropólogos, configurando os "clássicos". A dinâmica entre memória e esquecimento evidencia, assim, um paradoxo: a disciplina seleciona e preserva alguns referenciais enquanto silencia outros, sem efetiva superação de suas contribuições.

Apostamos na ideia de que agentes invisibilizados quando revisitados e reincorporados, revelam um potencial desestabilizador que, emergindo das margens, pressiona os centros e abala a estrutura por dentro. É nesse contexto que é possível inserir o debate sobre a Nova Escola de Antropologia do Recife (Near), cujos integrantes, pioneiros nos estudos afro-brasileiros (ao lado de outros), foram por muito tempo relegados à margem da história disciplinar.

## 3. Nova Escola de Antropologia do Recife

Nos dois últimos decênios, constatamos que uma das principais tendências na historiografia da antropologia – mundial[16], nacional[17] e de fluxos transnacionais[18] - tem sido lançar olhares para biografias e obras esquecidas, marginalizadas e silenciadas. Estas pesquisas demonstram um esforço por recuperar trajetórias intelectuais que foram invisibilizadas nas narrativas *mainstream* sobre a disciplina dentro de "uma

16 MIGNOLO, W. *Histórias locais-projetos globais: colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar*. Ed. UFMG, 2003.

17 SCOTT, Russel Parry. "Poder, pluralidade estratégica e hierarquização interna em antropologias nacionais" IN: SCOTT, Parry, CAMPOS, Roberta e PEREIRA, Fabiana [orgs]. *Rumos da antropologia no Brasil e no Mundo: Geopolíticas disciplinares*. Recife. Ed. UFPE. 2014.

18 PETSCHELIES, Erik. *As redes da etnografia alemã no Brasil (1884-1929)*. (Tese de Doutorado). Programa de Pós-graduação em Antropologia Social (PPgas), Universidade Estadual de Campinas, 2019.

perspectiva que descentraliza, re-historiciza e pluraliza o que tem sido considerado antropologia até então". (Ribeiro, 2006, p.148).

Nesse movimento de revisão historiográfica e ressignificação das narrativas sobre a antropologia, torna-se fundamental compreender como determinados contextos locais também foram impactados por processos de marginalização intelectual. A antropologia pernambucana, por exemplo, emergiu dentro desse panorama e constitui um caso emblemático de como trajetórias e produções científicas podem ter sido historicamente invisibilizadas.

O estudo das obras, ideias e abordagens antropológicas dos intelectuais que viveram e trabalharam no Recife entre 1930 e 1950 é fundamental para compreender os primórdios da antropologia brasileira (ao lado de outras tradições locais e da tradição canônica, narrada pelo complexo mitológico). Esses pesquisadores, posteriormente identificados como membros da Escola Nova de Antropologia do Recife[19] (Near), concentraram seus estudos nos cultos afro-brasileiros, denominados xangôs na época e, mais recentemente, reconhecidos como candomblés do Recife.

Os pesquisadores da Near desempenharam um papel pioneiro na construção dos estudos socioantropológicos no Brasil, mesmo sem uma formação acadêmica específica na área, já que muitos eram médicos psiquiatras. É importante notar que a equipe, composta por mais de vinte médicos, cada um se aproximando da antropologia de maneiras diferentes, exibe uma heterogeneidade marcada por divergências, tensões e confrontos, incluindo diferenças políticas e sobretudo intelectuais (o desenvolvimento interno de suas ideias ao longo do tempo). Apesar disso, suas contribuições foram essenciais para a diversificação e expansão da antropologia no país.

Dentro do Serviço de Higiene Mental[20] (SHM), esses pesquisadores conduziram investigações empíricas nos terreiros de xangô da cidade do Recife, sendo possível destacar alguns nomes desse grupo: Ulysses Pernambucano (1892-1943), Pedro Cavalcanti (1874–1944), Albino Gonçalves Fernandes (1909-1986), Waldemar Valente (1908-1992) e René Ribeiro (1914-1990). Apesar dessa diversidade, a historiografia das ciências sociais tendeu a enfatizar as perspectivas clínicas e médicas das pesquisas do grupo do SHM.

A associação institucional entre o SHM e esses pesquisadores gerou distorções na historiografia das ciências sociais, levando à negligência de algumas influências teóricas, como as teorias culturalistas e o próprio Movimento Regionalista. Além disso, frequentemente há uma falta de distinção entre as orientações do SHM e as da Liga

19 Sobre a Nova Escola de Antropologia do Recife consultar SILVA, Raoni Neri da. (2018). "A Nova Escola do Recife: o Serviço de Higiene Mental e sua relação com o campo indo-afro-pernambucano". (Dissertação). Universidade Federal de Pernambuco, Programa de Pós-graduação em Antropologia.

20 O SHM surge como proposta de Ulysses Pernambucano quando fora convidado pelo interventor Carlos de Lima para reassumir o Hospital de Doenças Nervosas e Mentais na capital de Pernambuco. Além do Hospital, coube a Pernambucano o gerenciamento do Serviço de Assistência a Psicopatas criando, no ano de 1931, a divisão de Assistência a Psicopatas, abrigando o então SHM. "Além dos serviços de rotina - estatística, divulgação, serviço social, entre outros - levou a cabo vários inquéritos sociais, dentre eles estudos pioneiros sobre os cultos afro-brasileiros. Instalou uma biblioteca especializada, abriu um museu, publicou boletim informativo próprio, organizou curso de psicologia, neuropsiquiatria infantil e higiene mental. Utilizou os métodos então disponíveis de comunicação de massa (imprensa e rádio) para levar suas mensagens às comunidades" (Hutzler, 1987, p. 32).

Brasileira de Higiene Mental (LBHM), sendo que esta última adotava uma abordagem mais eugênica, centrada na correção de desvios e na compreensão da loucura a partir de fatores somáticos.

A equipe do SHM realizava exames clínicos e questionários para investigar as práticas religiosas nos xangôs do Recife, acompanhando de perto o funcionamento dos cultos afro-brasileiros. Em contrapartida, os pais de santo permitiam que pesquisas fossem realizadas dentro de seus espaços religiosos, estabelecendo uma aliança produtiva entre pesquisadores e líderes religiosos. Essa colaboração resultou em uma importante produção de conhecimento socioantropológico[21], que exploraremos ao longo do texto, analisando as trajetórias intelectuais dos membros da Near, suas contribuições teóricas e os desafios que enfrentaram na institucionalização da antropologia brasileira.

## 4. Personagens, ideias e instituições da Nova Escola de Antropologia do Recife

### *4.1. Ulysses Pernambucano de Mello*

Ulysses Pernambucano de Mello era formado em medicina e atuava no campo da psiquiatria durante a primeira década do século XX, quando trabalhou no Hospital Nacional de Alienados (Sá, 1975-1976), antigo Hospício Pedro II, dirigido então pelo renomado psiquiatra Juliano Moreira. Anos mais tarde, Pernambucano retorna ao Recife e atua no Hospital da Tamarineira como médico e psiquiatra. Durante sua atuação no Hospital da Tamarineira, promove uma miríade de reformas no tratamento aos pacientes e incorporar práticas profiláticas mais humanizadas no cuidado com os doentes mentais.

Pernambucano criou, em 1931. e dirigiu (de 1931 a 1935) o primeiro SHM da América Latina. Através do SHM, reuniu uma equipe de pesquisadores e assistentes para trabalhar dentro dos terreiros, observando as manifestações e, sobretudo, os fenômenos de transe e possessão[22]. Nesse contexto, esses pesquisadores começam a se interessar pelo que se passou a chamar de "loucura espírita", buscando compreender a dimensão social e cultural desses fenômenos, e não somente o seu fator biológico.

Ao longo dos anos, impulsionado por sua proximidade com Gilberto Freyre – de quem era primo (e pelo impacto da publicação e recepção de *Casa-grande &*

21 Em 1933, Ulysses Pernambucano, também ligado a LBHM, fundou a Liga de Higiene Mental de Pernambuco (LHMPe), tendo autonomia em relação a LBHM. A proposta de Ulysses associava às práticas médicas saberes da antropologia de sua época, fomentando o que viria mais tarde ser chamado de "psiquiatria transcultural". Campos e Reesink desenham o esquema interpretativo desta psicologia transcultural com base no trabalho de René Ribeiro. Conferir a apresentação de Mísia Reesink na 29º Reunião da RBA, na qual participaram da mesa Roberto Motta e Peter Fry. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=6XRwe2NGLp8.

22 O material empírico e parcerias de amizade e confiança com os religiosos possibilitou, em 1934, a realização do I Congresso Afro-brasileiro (I CAB), realizado no Recife. Como aponta Skoulaude (2014) o I CAB, foi um espaço de debates importantes sobre a valorização do negro na formação da sociedade brasileira, indo na contramão das discussões daquela época, quando o discurso que predominava era o da inferioridade racial e depreciação da miscigenação como fator constituinte de um povo, de uma nação.

*senzala* (1934)*)*, Ulysses Pernambucano expandiu seu interesse pelas humanidades e aprofundou seu diálogo com a produção antropológica de orientação culturalista. Esse contato permitiu que ele incorporasse novas perspectivas à sua pesquisa, reforçando sua preocupação com as dinâmicas culturais, especialmente aquelas ligadas à presença negra na sociedade brasileira[23].

Foi nesse cenário que Pernambucano passou a investigar mais diretamente o complexo cultural afro-brasileiro, concentrando-se nos xangôs do Recife, que à época estavam majoritariamente localizados nas proximidades do Hospital da Tamarineira, nos bairros de Água Fria e Beberibe. Seu envolvimento com essas manifestações religiosas foi fundamental para a catalogação de um extenso material etnográfico, ampliando as possibilidades interpretativas dos intelectuais que, como ele, estudavam o fenômeno.

Essa abordagem contribuiu significativamente para reformular a compreensão sobre o transe nos rituais afro-brasileiros, deslocando a explicação de uma perspectiva exclusivamente psiquiátrica, frequentemente associada à noção de "loucura espírita" presente no chamado "baixo espiritismo[24]", para uma interpretação que o reconhecia como um fenômeno cultural complexo, vinculado às dinâmicas sociais e religiosas das comunidades afrodescendentes.

A interação de Pernambucano com os líderes religiosos afro-brasileiros possibilitou a catalogação de um vasto material etnográfico, permitindo que os pesquisadores da Near compreendessem melhor as dinâmicas dos cultos e suas relações com a sociedade. Essa colaboração entre médicos e religiosos gerou um conhecimento interdisciplinar que influenciou tanto a antropologia quanto a psiquiatria social.

Ao longo do seu percurso, embora breve, Ulysses Pernambucano pôde quebrar dogmas rígidos a respeito do entendimento da loucura e da possessão (vista até o momento como loucura espírita), passando a considera-la como fenômeno cultural. Assim como Gilberto Freyre, priorizou perspectivas locais e regionais em vez de modelos importados. Desse modo, influenciou psiquiatras e psicólogos, mas também educadores e antropólogos (Pereira, Campos, Emídio, 2017).

Ulysses Pernambucano foi uma figura fundamental na articulação entre psiquiatria e antropologia no Brasil, promovendo um deslocamento epistemológico crucial ao reconhecer a dimensão cultural dos fenômenos de transe e possessão nos cultos afro-brasileiros. Sua atuação no Serviço de Higiene Mental (SHM) permitiu a construção de um espaço de pesquisa interdisciplinar, onde médicos e antropólogos puderam colaborar na análise das manifestações religiosas sem reduzi-las a uma patologia psiquiátrica. Esse esforço pioneiro não apenas ampliou os horizontes dos estudos sobre religiosidade afro-brasileira, mas também questionou os limites

23 Estamos falando das décadas de 1920 e 1930, quando a antropologia passava por uma transição paradigmática, promovendo paulatinamente um questionamento dos pressupostos da antropologia biológica e inserindo ideias que explicavam o homem e a sociedade pela chave da cultura. Certamente, isso possibilitou uma compreensão da doença mental por um viés menos biologizante e mais sensível ao binômio cultura/sociedade

24 O "baixo espiritismo" era prática proibida pelo Estado Varguista, sendo reprimidas pela força policial nos estados. Para que os cultos tivessem funcionamento legal era necessário que pais e mães de santo obtivessem autorização formal da Secretaria de Segurança Pública de cada estado ou município. Isso permitiria aos cultos e aos pais de santo ligados ao SHM diferenciar os "verdadeiros religiosos" daqueles considerados "charlatões", praticantes de bruxaria, de malefícios e enganadores da fé.

entre medicina e cultura, promovendo uma abordagem mais humanizada e crítica no campo da saúde mental.

Sua perspectiva, alinhada à valorização das particularidades culturais locais, permitiu um olhar diferenciado sobre a antropologia, afastando-se de modelos teóricos importados e reafirmando a importância de uma produção intelectual situada. Revisitar sua trajetória não é apenas um exercício historiográfico, mas um convite à reavaliação dos processos que moldam a memória disciplinar, evidenciando a necessidade de ampliar as narrativas sobre a formação da antropologia brasileira e seus protagonistas esquecidos.

### *4.2. Pedro Cavalcanti*

Pedro Raimundo de Oliveira Cavalcanti é filho de Sergio de Oliveira Cavalcanti e Silvina Pessoa Cavalcanti. Formou-se em medicina, em 1933, pela Faculdade de Medicina do Recife e ainda estudante, em 1932, passou em concurso para interno do SHM. Em 1934 atuou como psiquiatra e assistente da Colônia de Alienados em Barreiros (Pernambuco). Também trabalhou como mediador entre os terreiros e a Comissão de Censura das Casas de Diversões Públicas, ligada à Secretaria de Segurança Pública do Estado de Pernambuco (Matos, 2017).

No início de 1932, Pernambucano conseguiu, junto à Secretaria de Segurança Pública do Estado de Pernambuco, uma licença para que os xangôs do Recife pudessem funcionar sem sofrer as perseguições e fechamentos de suas casas, como era comum nesta época. Coube a Cavalcanti a tarefa de iniciar os contatos mais íntimos com os povos de terreiro do Recife, propiciando as primeiras pesquisas sobre os xangôs em Pernambuco.

Sua atuação foi essencial para a consolidação dos estudos sobre religiões afro-brasileiras no estado. Sua contribuição foi não apenas pioneira, mas também estruturante, ao estabelecer os primeiros contatos diretos entre pesquisadores e comunidades religiosas, criando um estilo[25] de aproximação que possibilitou investigações posteriores sobre os xangôs do Recife.

Além de seu papel como pesquisador, Cavalcanti atuou como mediador intelectual, introduzindo ao universo dos terreiros nomes fundamentais como Vicente Lima, Gilberto Freyre e Waldemar Valente (Matos, 2017). Em seus relatórios, Cavalcanti descreve fatos importantes sobre a Baiana do Pina (mãe de santo muito famosa, respeitada e a mais velha da cidade do Recife na década 1930) e sobre uma festa no terreiro do "Senhor do Bonfim" da ialorixá Maria das Dores Silva, filha de santo de Artur Rosendo. Nesse relatório, Cavalcanti traz ainda a primeira descrição sobre um terreiro de Xambá no Recife, bem como a primeira descrição do ritual de iniciação nos terreiros de xangô em Pernambuco.

25 Denominada posteriormente por Roberto Motta de "Santa aliança". Trata-se de um processo simbiótico entre pais ou mães-de-santo e pesquisadores (que) parece ser extremamente comum na etnografia do Candomblé e do Xangô. Estabelece-se um acordo tácito pelo qual a informação é trocada pelos certificados de ortodoxia implícitos nas obras de numerosos pesquisadores (Motta, 1976, p.62).

No ano seguinte, Cavalcanti publica novo artigo intitulado "Investigações sobre as religiões do Recife – Uma seita panteísta" (1933)[26] no qual traz uma análise, esboçada através de observação *in loco*, da seita panteísta denominada "Círculo de Deus e Verdade", fundada no Recife por José Amaro Feliciano em julho de 1929. Nesse estudo, destaca que o bairro do Fundão, onde estava situado o "Círculo de Deus e Verdade", era famoso por suas tendências místicas e religiosas. Relata haver presenciado, nesse ambiente, pregações de pastores protestantes, novenas católicas, além de grande número de centros espíritas e seitas africanas. Cavalcanti (1933) relatou também ter visitado, identificado as nações e assistido aos toques, destacando um intrincado complexo sincrético que escapa a classificação canônica "afro-católico"

Em 1934, Cavalcanti publicou um artigo para o I Congresso Afro-brasileiro denominado "As seitas africanas do Recife" (1988 [1935]). Este artigo é um marco nos estudos sobre as religiões afro-pernambucanas por trazer informações inéditas sobre a localização dos terreiros no Recife, o que são e quem são os pais, mães e sacerdotes dos cultos afro, como e quando acontecem os toques, os transes ou "quedas de santo". Traz ainda novas informações de como se dá a iniciação nos xangôs, o que é um pegi, como são representados Exu, Ogum, Xangô, as cores dos orixás, a correspondência entre santos católicos e os orixás e os nomes fortes ou orações laudatórias de agrado dos deuses.

Descreve ainda a Festa de Ibeji (Cosme e Damião) e publica o primeiro dicionário feito em Pernambuco da língua iorubá, traduzindo 150 palavras. O artigo ainda detalha os regulamentos e estatutos das seitas, diversas toadas e lista 18 terreiros registrados no SHM, com os correspondentes endereços de pais e mães de santo responsáveis por estes. Cavalcanti faz ainda a primeira descrição mais pormenorizada do transe nos xangôs do Recife nos idos de 1934 (Matos, 2017).

Este artigo de Cavalcanti (1988 [1935]) é fonte inesgotável e de primeira mão de inúmeras informações que nos mostram, como em um fotograma, os rituais das religiões afro-pernambucanas na década de 1930. O estudo viria a ser fonte de autores posteriores, como Gonçalves Fernandes (1937), Waldemar Valente (1976), René Ribeiro (1978 [1952]), Maria do Carmo Brandão (1988), Brandão e Motta (2002), e Reginaldo Prandi (2007), que, em seu artigo "O que você precisa ler para saber quase tudo sobre as religiões afro-brasileiras", cita a produção de Cavalcanti na década de 1930.

Embora a produção bibliográfica de Cavalcanti sobre religião seja pequena e circunscrita à década de 1930, sua obra tem grande valor para os estudos sobre as

26 O artigo de Marion Aubrée intitulado "O 'Círculo Deus e Verdade': um movimento panteísta entre populações de origem africana no Recife (1929/1968)", apresenta dados etnográficos que dialogam diretamente com as investigações conduzidas por Pedro Cavalcanti em seu estudo *Investigações sobre as religiões do Recife – Uma seita panteísta* (1933). Embora não haja uma citação explícita que estabeleça essa relação, é possível identificar convergências metodológicas e referenciais entre os trabalhos, especialmente na descrição das práticas religiosas afro-brasileiras e na análise das dinâmicas socioculturais dos terreiros do Recife. Dessa forma, pode-se considerar que as pesquisas de Cavalcanti forneceram subsídios históricos e etnográficos que contribuíram para a construção do artigo de Aubrée, servindo como um referencial empírico para a compreensão das manifestações religiosas afro-brasileiras no período analisado. Para maiores detalhes, consultar Aubrée, M. (2011). "O 'Círculo Deus e Verdade': um movimento panteísta entre populações de origem africana no Recife (1929/1968)". *Ciência & Trópico*, *32*(2). Recuperado de https://periodicos.fundaj.gov.br/CIC/article/view/814

religiões afro-brasileiras na atualidade. O resultado desse intento foi o início das pesquisas em religião afro-brasileira em Pernambuco, o que culminou numa escola de estudos com ressonâncias até os dias atuais.

Se hoje as teorias utilizadas por Pedro Cavalcanti não oferecem mais chaves explicativas sobre a realidade dos xangôs de Pernambuco, o mesmo não podemos dizer de suas pesquisas de campo. Os dados obtidos por Cavalcanti, alguns deles inéditos à época, são ainda hoje fonte para inúmeros pesquisadores. Ao relegarmos ao esquecimento a produção desse autor, esquecemos também um conjunto de dados de primeira mão que retratam os indivíduos, rituais, toadas, continuidades e transformações nas religiões afro em Pernambuco e no Brasil (Matos, 2017).

### *4.3. Albino Gonçalves Fernandes*

Albino Gonçalves Fernandes, nascido no Recife, em 1909, formou-se em medicina pela Universidade de Pernambuco em 1937. Foi professor titular de Psicologia Médica na Faculdade de Ciências Médicas de Pernambuco e anos mais tarde colaborou com o Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais (IJNPS).

Durante seus estudos de medicina, ingressou no SHM, em 1934 e, em 1935, publicou "Investigações sobre os cultos negro-fetichistas do Recife". Em 1937, lançou *Xangôs do Nordeste*, pioneiro no estudo dos xangôs pernambucanos. Mudou-se para o Rio de Janeiro em 1938, publicando *Sincretismo religioso no Brasil* em 1941, analisando macumbas cariocas e religiosidade japonesa no Brasil. Seus estudos abrangeram diversas regiões e religiões, incluindo catolicismo, budismo e protestantismo.

É importante destacar que, além da ligação direta desse livro com Ulysses Pernambucano e os estudos iniciados no SHM, *Xangôs do Nordeste* é o primeiro estudo em formato de livro das pesquisas sobre os xangôs de Pernambuco, advindas do acordo entre Pernambucano e a polícia para o fim das perseguições aos terreiros.

No capítulo "A obra do sincretismo", publicado no livro *Xangôs do Nordeste* (1937), embora de forma embrionária ele verse sobre o conceito de "sincretismo", é importante salientar que Fernandes já partia da mistura e do sincretismo como consequência da situação social em que estavam inseridos os cultos. Esse deslocamento teórico e empírico dado por Fernandes, quando afirma a mistura como ponto de partida, teve um efeito de extrema importância, demonstrando a sua acuidade teórico-antropológica de observar o outro a partir dos seus próprios termos.

A partir dessas premissas, Fernandes abriu seu olhar para novos campos e começou a pesquisar terreiros, ainda mais invisibilizados que outros, por conterem sincretismos menos ortodoxos nos quais a mistura se entrecruzava com manifestações ameríndias, como aquelas presentes no Centro Caboclo de Batuque de Caetana, denominando o Catimbó de Caboclo e constatando neste a influência predominantemente católica-espírita-caboclo onde os fins mágicos curativos e de "resolução de situações sentimentais e de negócios" são a tônica ritualística (Fernandes, 1937, p. 144).

O livro também apresenta uma detalhada descrição ritualística, abordando toques, iniciação dos afilhados, regulamentos, estatutos, endereços e nomes dos pais de santo. Além disso, destaca cânticos, toadas e orações, observando a produção de arte

nos cultos afro-pernambucanos, incluindo pinturas e esculturas. O autor também destaca as influências do idioma iorubá, listando palavras e expressões com a ajuda de Pai Adão (importante sacerdote da época). Esses temas são aprofundados em seu segundo livro, *O folclore mágico do Nordeste* (1938), que explora o catimbó, ritos fúnebres, crendices, feitiçaria, homem-medicina e práticas mágico-curativas na Paraíba.

Ainda em 1938, a convite de Arthur Ramos, Fernandes mudou-se para o Rio de Janeiro (Leal, 1965). Na cidade, e com o material pesquisado em viagens diversas para um terceiro livro encomendado por Arthur Ramos, mas nunca publicado, Fernandes revisou estes dados e publicou, em 1941, o livro *Sincretismo religioso no Brasil: seitas, cultos, cerimônias e práticas religiosas e mágico-curativas entre as populações brasileiras*. O livro traz análises sobre macumbas do Rio de Janeiro, xangô rezado-baixo em Alagoas e beatos e profetas do Nordeste[27].

Vale ressaltar que o esquecimento atual de Fernandes não era partilhado por seus contemporâneos, uma vez que eles o consideravam parte de uma socioantropologia nascente. Como exemplo, podemos citar Melville e Frances Herskovits. Junto aos Herskovits, Fernandes desenvolveu, em 1942, pesquisas sobre religiões afro-brasileiras e recebeu no mesmo ano convite de Melville Herskovits para fazer o mestrado em antropologia na Northwestern University (Leal, 1965). Roger Bastide, por sua vez, levou a teoria individual-analítica sobre o fenômeno do sincretismo religioso afro-brasileiro de Fernandes para um curso que realizou na Sorbonne (Leal, 1965).

Ramos, por sua vez, publicou na seleta coleção da Bibliotheca de Divulgação Scientifica (espaço de notoriedade na época), sob sua direção, dois livros de Fernandes. Essa coleção, publicou diversas obras de etnografia e antropologias brasileiras, figurando entre os seus autores, além de Ramos, Nina Rodrigues, Manoel Querino, Alfredo Brandão, Edison Carneiro, Josué de Castro e Gilberto Freyre. Mesmo diante de uma presença marcante em espaços de conhecimento, Gonçalves Fernandes segue constantemente esquecido na atual historiografia das ciências sociais brasileiras sendo pensado mais como médico e menos como antropólogo.

27 Além dessas análises, Fernandes ainda estuda no livro uma comunidade japonesa em Minas Gerais, tornando-se pioneiro nas ciências sociais sobre a religiosidade japonesa no Brasil (Fernandes,1939; 1941, Pereira, 2002). Sua rica produção etnográfica, além de analisar, rituais, toadas, rivalidades, transformações e dinâmicas sócio-religiosas que operavam nas religiões afropernambucanas, foi também direcionada a estudos sobre catolicismo, budismo e protestantismo em contextos diversos, como Pernambuco, Alagoas, Paraíba, Ceará, Minas Gerais, Rio de Janeiro e Portugal. É importante também o registro de seus estudos pioneiros sobre os xangôs de Alagoas e como estes se auto-organizaram em função das perseguições policiais (Fernandes, 1941). Destacam-se também: suas análises, ainda na década de 1930, sobre as macumbas cariocas (Fernandes, 1940; 1941); seus estudos sobre milagres, glossolalia, cura e possessão no catolicismo (1941); sua análise multissituada sobre o catolicismo no Brasil e Portugal (Fernandes, 1979); sobre o conceito de sincretismo e suas interações com processos psicossociais (1953); seus estudos comparativos sobre protestantismo e catolicismo entre os agricultores de Pernambuco (Fernandes, 1963; 1964).

### *4.4. René Ribeiro*

René Ribeiro nasceu no Recife em 3 de janeiro de 1914. Formou-se em medicina na Faculdade de Medicina do Recife e em 1936 passou a atuar como médico[28]. O gosto pela pesquisa social em René despontou ainda quando caminhava no campo da medicina e da psiquiatria, quando atuava como assistente de pesquisa do SHM, coordenado por Pernambucano. Lá no SHM, René conheceu a assistente social Beatriz Cavalcanti, com a qual se casou no ano de 1939. Beatriz teve papel importante na produção de René, catalogando e transcrevendo suas notas feitas a mão, organizando seus arquivos e, mais importante ainda, debatendo seus textos propondo alterações e/ou ampliando seus quadros interpretativos[29].

O jovem médico vai se convertendo paulatinamente para o campo da ciência social, devido à atmosfera intelectual ao seu redor (as pesquisas efetuadas pelo SHM e o Congresso de 1934). Foi aí que teve contato mais estreito com uma antropologia de orientação culturalista por intermédio dos diálogos que estabeleceu com Gilberto Freyre e depois com o antropólogo Melville Herskovits. Ao tomar contato com a obra de Herskovits, René Ribeiro deixa gradativamente o viés patológico e passa a adotar a perspectiva culturalista em suas análises sobre o transe no universo religioso afro-brasileiro, tornando-se, assim, "muito mais antropólogo do que psicólogo", conforme observou Peter Fry (2015, p. 139), "declarando a possessão como 'normal' e apropriada ao ambiente cultural".

Tamanho foi a influência de Herskovits na trajetória de René, que ele migrou para os Estados Unidos com a finalidade de concluir o mestrado sob a orientação de Herskovits, defendendo sua tese em 1947 (Master of Arts) intitulada "The Afrobrasillian cult-groups of Recife – a study in social adjustment", sendo traduzida para a língua portuguesa, em 1952, e publicada pelo Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais.

Após seu retorno dos Estados Unidos com título de mestre, tornou-se diretor do Departamento de Antropologia (fundado em 1950) do IJNPS. Com sua formação especializada, experiência em técnicas de pesquisa social e recomendação de Gilberto Freyre, ele integrou o Projeto Unesco sobre as Relações Raciais no Brasil[30].

28 Um ano mais tarde, René torna à mesma faculdade na condição de livre docente da Clínica Psiquiátrica da Faculdade de Medicina após defender a tese "As esquizofrenias: estudo estatístico e sua aplicação a higiene mental" (1937).

29 Tamanha foi a influência dos diálogos com a esposa que, durante os primeiros anos da década de 1940 até 1943, René publicou uma série de artigos ligados à área do Serviço e Assistência Social (Hutzler, 2014).

30 Ainda na década de 1940, René Ribeiro estabelece contato com Donald Pierson através do qual se iniciou na literatura antropológica norte-americana, passando por autores e temas diversos que iam desde os *community studies* até as relações raciais e religiões de matriz africana. Na época, Pierson encontrava-se no Brasil realizando pesquisa de campo. Algum tempo depois, retornou para lecionar na Escola de Sociologia e Política de São Paulo, intensificando ainda mais o diálogo entre ambos.

A participação de René Ribeiro no Projeto Unesco – na área do Recife – resultou no livro *Religião e relações raciais* (1952), obra na qual René analisou o papel e contribuição da religião na reprodução das relações raciais na sociedade[31]. Nesse trabalho emerge o conceito de "etiqueta racial". Eivado de conotação empírica e indutiva, o conceito chama atenção para uma forma de regulação do comportamento dos indivíduos que inibe manifestações abertas de preconceito racial.

A participação de René Ribeiro no projeto confere-lhe não apenas projeção nacional e internacional, como também lhe permitiu incorporar outros temas correlatos à sua reflexão, a exemplo do tema das relações raciais, sem perder de vista, contudo, o seu principal foco de interesse: o campo ritual afro-brasileiro e a possessão. Encerrada a pesquisa da Unesco, Ribeiro atuou como membro ativo na formação de novos cientistas sociais na região, na qualidade de professor de Métodos de Pesquisa em Antropologia Cultural, componente curricular ofertado no I Curso de Preparação em Pesquisa Social, em 1956.

Em 1957, René Ribeiro assumiu o posto de professor titular de Etnografia do Brasil no Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Pernambuco e, em 1977, tornou-se figura seminal na criação do Mestrado em Antropologia na Universidade Federal de Pernambuco, onde se tornou professor emérito até a sua morte, em 1990. Como outros de sua geração, desempenhou um papel importante na institucionalização da antropologia no Brasil, notadamente quando ocupou a presidência da Associação Brasileira de Antropologia (ABA), durante o período de 1976 a 1978.

Na longa trajetória de vida acadêmica, René pode publicar uma centena de itens em uma miríade de periódicos nacionais e internacionais, anais de congressos, bem como em livros de sua autoria. Uma terça parte dessas publicações foi dedicada aos estudos afro-brasileiros, já que essa era a seara que o autor possuía maior notoriedade devido aos dados etnográficos de suas pesquisas que persistem em nosso presente, bem como a originalidade analítica que sua obra confere aos estudos dos xangôs.

### *4.5. Waldemar Valente*

Waldemar Valente foi um pesquisador pernambucano que atuou em parceria com a equipe do antigo SHM, durante as décadas de 1930 e 1940. Graduou-se pela Universidade Federal de Pernambuco em Farmácia com apenas 18 anos e em Medicina com 23, áreas que atuou durante longos anos de sua vida, concomitante

31 René Ribeiro trouxe importantes contribuições à obra *Religião e relações raciais* (1952) com base em sua colaboração com Gilberto Freyre e a influência do culturalismo herskovitiano. A obra destaca a relação entre o catolicismo português e as religiões afro-brasileiras, abordando como esses elementos contribuíram para a formação das relações raciais no Nordeste brasileiro. Ribeiro explorou como a miscigenação cultural, impulsionada pelo catolicismo luso-brasileiro, influenciou as dinâmicas raciais e promoveu uma maior aceitação dos contatos raciais na região. Além disso, Ribeiro buscou compreender o papel da religião nas sociedades híbridas nordestinas, dialogando diretamente com as ideias de Freyre sobre a tolerância e a convivência racial no Brasil. Essa abordagem, alinhada com o culturalismo de Herskovits, introduziu uma nova perspectiva nas discussões sobre as influências religiosas e raciais no Nordeste.

o exercício de outras atividades, tais como a docência na Universidade Federal de Pernambuco e na Universidade Católica de Pernambuco, pesquisa social (na qualidade de assistente e pesquisador principal) e na direção do Museu de Antropologia do Instituto Joaquim Nabuco. Foi Membro da Academia Pernambucana de Letras, eleito para ocupar a cadeira 24 em 1957.

O interesse acadêmico de Valente abrangia áreas como as ciências sociais, história social, ecologia, educação e psicologia social. Ao contrário de René Ribeiro, Valente não teve formação especializada em antropologia no nível de mestrado ou correlato. No entanto, segundo Antonio Motta (Motta, 2009, p.31), Waldemar Valente "teria feito uma rápida especialização em antropologia, matriculando-se em um curso ministrado por Roquete Pinto" no Museu Nacional, em 1934.

Como antropólogo, na década de 1960, atuou como diretor do Departamento de Antropologia (sucedendo a Estevão Pinto, de quem foi assistente de pesquisa) do então Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais. Sob seu comando foram desenvolvidas inúmeras pesquisas sobre as culturas negras presentes no Brasil. Dentro deste repertório temático mais amplo, Valente (que liderou e caminhou ao lado de uma vasta equipe) se debruçou sobre o tema do sincretismo presente nas religiões afro-brasileiras e da presença de traços culturais do islamismo nos xangôs.

Apesar de enorme versatilidade e originalidade, Valente segue, na literatura que narra e historiciza a disciplina, como um autor invisível. A referida invisibilidade consiste numa operação que torna o autor menor em relação aos seus pares. Comumente, Valente é lembrado pela sua maior contribuição, a sua obra sobre o sincretismo religioso (Ferretti, 2013). No entanto, o modo como é lembrado pelas lentes de Sérgio Ferretti torna-o menor, no sentido da redução que a ele se atribui pela forma como tratou o fenômeno empírico do sincretismo[32].

Ademais, Valente pretendia compreender o sincretismo como "um processo que se propõe a resolver uma situação de conflito" (Valente, 1976, p. 10), proposta solidária da compreensão de que a sociedade brasileira se constitui por um "equilíbrio de antagonismo[33]". Um conflito que se dava pelas sucessivas tentativas de ajustes sociais – materiais e simbólicos – que os grupos em contato estabeleciam, no Brasil e antes mesmo na África.

Dessa maneira, o sincretismo entendido por Valente, deveria ser compreendido como um processo de combinação no qual categorias, formas de vida e encontros de pessoas e culturas contribuíram para uma possível síntese (compreendida como

32 Ferretti, em sua análise, sustenta que a obra de Valente "adota, porém, a mesma visão de Arthur Ramos que nos parece automática, mecânica e pouco esclarecedora [...] embora incorrendo em preconceitos, procura ampliar a noção de sincretismo, distinguindo-a do conceito de aculturação" (Ferretti, 2013, p. 50). Interessante pontuar que Ferreti não menciona os preconceitos encontrados na obra citada, contribuindo desse modo para que o autor fique conhecido como um pensador "preconceituoso". Essa "culpa transferida" (Augé, 1997, p.71) que pesa sobre Valente nos parece "a tradução rápida de um protesto moral e político em linguagem científica" (Augé, 1997, p.71). Para Valente o fenômeno do sincretismo passa a ser compreendido como "uma íntima interfusão, uma verdadeira simbiose" (Valente, 1976: 11), no qual "se podem comparar aos processos de acomodação e assimilação" (Valente, 1976: 12) presentes em vários campos da vida social.

33 Este argumento é utilizado por Freyre em *Casa-grande & senzala* e em outras obras suas para explicar a formação *sui generis* do povo brasileiro a partir da interpenetração de valores, costumes e práticas.

síntese no momento da pesquisa) mais equilibrada. Essa possível síntese só se expressaria em termos analíticos, porque o autor compreendia que o sincretismo religioso não é fenômeno desligado de outros aspectos da vida social.

Além dos pontos expostos, não menos importante é a contribuição do antropólogo pernambucano para a pluralização de objetos no campo das religiões afrobrasileiras. Indo além dos estudos feitos exclusivamente nos cultos mais ortodoxos de rito nagô, Valente busca marcas das influências islâmicas[34] nos xangôs pernambucanos e as encontra no terreiro do babalorixá Apolinário da Mota.

Nos usos rituais, cuidadosamente coletados durante vários anos no terreiro do babalorixá Apolinário, Valente pode identificar a presença maometana nas roupas (uso de longas túnicas brancas e do gorro branco, até hoje facilmente encontrado nos xangôs do Recife) e na abstinência de bebidas alcóolicas, costume de tirar os calçados nos templos, bem como o modo de sentarem-se de pernas cruzadas, "muçulmanamente cruzadas". Ainda no terreiro do babalorixá Apolinário Gomes, de nação Congo, pode observar o uso do "alá", tecido branco com o qual se cobre a cabeça ou se forra no chão e os fiéis deitam e louvam os orixás. O costume que faz lembrar "perfeitamente o tapete que os árabes [usam] sobre o chão das mesquitas e sobre o mesmo fazem a prosternação" (Valente, 1955, p. 24), marca ainda hoje presente nos xangôs do Recife carente de estudos.

## 5. Conclusões

Os elementos discutidos ao longo deste texto evidenciam que a Nova Escola de Antropologia do Recife (Near), abrigava uma diversidade de ideias, influências e projetos intelectuais, sem que essa heterogeneidade comprometesse sua identidade como um grupo de pesquisa. A Near não possuía uma linha homogênea de pensamento nem uma liderança autoritária, o que permitiu um diálogo interdisciplinar e a circulação de perspectivas teóricas distintas dentro do campo antropológico brasileiro.

Essa pluralidade pode ser observada na relação dos integrantes da Near com Gilberto Freyre - alguns dialogavam profundamente com suas ideias, enquanto outros se mantinham distantes ou até mesmo em oposição teórica. Esse ecossistema intelectual diverso demonstra que a Near não era um bloco monolítico, mas sim um espaço de trocas e disputas, permitindo o avanço dos estudos socioantropológicos sobre os cultos afro-brasileiros.

Apesar de suas contribuições pioneiras, os pesquisadores da Near permanecem silenciados na historiografia convencional das ciências sociais brasileiras. A

34 Diga-se de passagem, tal pesquisa nunca foi aprofundada no referido estado pela antropologia. As marcas islâmicas, segundo Valente, eram quase apagadas em Pernambuco pelo fato de ausência de proselitismo do islamismo bem como da falta de plasticidade para adaptação da religião em outro lugar, tal como acontecia com o catolicismo e demais religiões de origem africana (Valente, 1955). Mesmo diante da inexistência de um culto articulado, era possível encontrar marcas salpicadas do maometismo presentes nos xangôs, isso devido às afinidades eletivas entre estas religiões, tais como a persistência de sobrevivências mágicas, como o uso patuás (colares com proteção mágica, que tinham trechos com versículos do Corão), e caracterizando os negros islamizados na mesma categoria dos negros candomblecistas de "mandingueiros".

ausência deles nas narrativas dominantes faz com que não existam plenamente no presente teórico da disciplina, ficando restritos a menções esparsas e representações fragmentadas – frequentemente reduzidos a um grupo homogêneo de médicos com inclinações biologizantes. Essa invisibilização revela um padrão historiográfico seletivo, em que certos intelectuais e tradições são esquecidos, enquanto outros são reafirmados, reforçando estruturas de poder que legitimam determinados referenciais teóricos e marginalizam outros.

Mesmo diante desse apagamento, duas ressonâncias importantes podem ser observadas nas pesquisas antropológicas contemporâneas realizadas em Pernambuco. A primeira é a persistência da pesquisa empírica nos terreiros, um traço característico dos estudos desenvolvidos pelos integrantes da Near, que continuam a influenciar investigações atuais sobre religiões afro-brasileiras. A segunda, mais sugestiva e propositiva, diz respeito a um movimento crítico de revisão historiográfica, promovido a partir do resgate de vidas e obras daqueles intelectuais, que busca ressignificar a história da disciplina e evidenciar as camadas de exclusão que moldaram sua trajetória.

A invisibilização da Nova Escola de Antropologia do Recife (Near) não é um mero lapso historiográfico, mas sim um sintoma de um modelo disciplinar que opera pela exclusão seletiva de certas trajetórias intelectuais, reduzindo a pluralidade de narrativas possíveis a um recorte limitado e hierarquizado. A ausência de reconhecimento desses pesquisadores não apenas distorce a compreensão sobre a formação da antropologia brasileira, como também empobrece o debate contemporâneo, pois nega a influência de perspectivas que poderiam contribuir para um olhar mais abrangente e crítico sobre o desenvolvimento do campo.

Ao revisitar a Near, não estamos apenas resgatando o passado, mas questionando os próprios critérios que definem o que é considerado central e relevante dentro da disciplina. Esse processo revela não apenas lacunas historiográficas, mas a necessidade de um reposicionamento epistemológico, onde tradições negligenciadas possam ser incorporadas de forma legítima e produtiva, em vez de serem recuperadas apenas de modo periférico e episódico.

Mais do que uma revisão historiográfica, este debate instaura uma revisão crítica da própria estrutura disciplinar. A antropologia, como ciência, sempre se propôs a examinar o outro, o invisível, o que está à margem – no entanto, ironicamente, ao longo de sua construção, operou sistemas internos de apagamento e marginalização, deixando de fora intelectuais que poderiam ter ampliado significativamente o alcance das interpretações sobre cultura, sociedade e religião no Brasil.

Por isso, esta reflexão deve ser ampliada e aprofundada não como um mero esforço de recuperação histórica, mas como um compromisso teórico-político com a construção de uma antropologia mais plural, crítica e conectada com os múltiplos agentes que a constituíram. A Near não é apenas um grupo esquecido: é um caso paradigmático sobre como o conhecimento é produzido, legitimado e silenciado, e sua reavaliação abre novos caminhos para que possamos reescrever a história da disciplina de modo mais honesto e inclusivo.

Dessa maneira, ao revisitar a Near, não estamos apenas resgatando um grupo de pesquisadores esquecidos, mas questionando os regimes de memória e

invisibilidade que estruturam a antropologia brasileira. Esse debate não se encerra aqui; ao contrário, ele aponta para novas possibilidades de investigação, estimulando futuras pesquisas a explorarem como narrativas disciplinares são construídas, negociadas e transformadas ao longo do tempo. Mais do que recuperar trajetórias intelectuais marginalizadas, propomos que a história da antropologia seja continuamente reconstruída e reimaginada, permitindo que o campo se desenvolva de forma mais aberta, reflexiva e plural.

## Referências

AUGÉ, Marc. *Por uma antropologia dos mundos contemporâneos*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. 1997 [1977].

BRANDÃO, Maria do Carmo Tinoco Brandão. "Organização econômica dos xangôs tradicionais e umbandizados do Recife-PE". *Tese* (Doutorado em Antropologia Social), Universidade de São Paulo (USP), 1986.

BRANDÃO, Maria do Carmo. "A localização dos xangôs na cidade do Recife". *Revista Clio*, n. 11, p.117-135, (Série História do Nordeste-UFPE), 1988.

BRANDÃO, Maria do Carmo; MOTTA, Roberto. "Adão e Badia: carisma e tradição no xangô de Pernambuco." *In*: SILVA, Vagner Gonçalves da (Org.). *Caminhos da alma*: memória afro-brasileira. São Paulo: Summus, p. 48-87, 2002.

CAMPOS, Roberta; REESINK, Mísia. "Mudando de eixo e invertendo o mapa". *Religião e Sociedade*, Rio de Janeiro, 31(1): 209-227, 2011.

CAVALCANTI, Pedro. "Investigações sobre as religiões do Recife – Uma seita panteísta". *Arquivo da assistência a psicopatas*. Ano III, n.01, abril, p.58-63, 1933.

CAVALCANTI, Pedro. "As seitas africanas do Recife". *In*: FREYRE, Gilberto (Coord.). *Estudos Afro-Brasileiros*. Recife: Fundaj, Editora Massangana, p. 243-258, 1988 [1935].

CAVALCANTI, Pedro. "Ulysses Pernambucano e as Seitas Africanas". *In*: VÁRIOS AUTORES. *Estudos Pernambucanos dedicados a Ulysses Pernambucano*. Recife: Gráfica Jornal do Commercio, p. 51-52, 1937.

DERRIDA, Jacques. *Margens da filosofia / Jacques Derrida*; tradução Joaquim Torres Costa, António M. Magalhães; revisão técnica Constança Marcondes Cesar. Campinas, SP: Papirus, 1991.

FERNANDES, Albino Gonçalves. "Investigação sobre os cultos negro- fetichistas do Recife". *Arquivo da Assistência a Psicopatas*, v.5, n.1 e 2, 1º e 2º semestre, p.87-135, 1935.

FERNANDES, Albino Gonçalves. *Xangôs do Nordeste*: Investigações sobre os cultos negro-fetichistas do Recife. Rio de Janeiro: Bibliotheca de Divulgação Scientifica. Civilização Brasileira S. A, Vol. XIII, 1937.

FERNANDES, Albino Gonçalves. *O folclore mágico do Nordeste*: Usos, costumes, crenças & oficios magicos das populações nordestinas. Rio de Janeiro: Biblioteca de Divulgação Científica. Civilização Brasileira S. A – Editora, 1938.

FERNANDES, Albino Gonçalves. "As religiões do Brasil – "Uma seita nipo-brasileira: A 'Associação Universal Humanitária'". *Neurobiologia,* Tomo II, n. 3, Setembro, p.247-256, 1939.

FERNANDES, Albino Gonçalves. "Novas investigações sobre as seitas afro-brasileiras". *Neurobiologia*, Tomo III, nº 2, junho, p.182-194,1940.

FERNANDES, Albino Gonçalves. *Sincretismo religioso no Brasil*: seitas, cultos, cerimônias e práticas religiosas e mágico-curativas entre as populações brasileiras. Curitiba: Editora Guaíra Limitada, 1941.

FERNANDES, Albino Gonçalves. "O sincretismo gêge-nagô-católico como expressão dinâmica dum sentimento-de-inferioridade". *Les afro-americains, memories de l'Institut Français D'Afrique Noire*, n. 27, p.125-126, 1953.

FERNANDES, Albino Gonçalves. *Região crença e atitude*: Uma visão da religiosidade reativa de pequenos e médios agricultores de sub-áreas de Pernambuco. Recife: Ministério da Educação e Cultura. Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais, 1963.

FERNANDES, Albino Gonçalves. "Crença, crendice e sortilégio." Lisboa: Universidade Técnica de Lisboa. Instituto Superior de Ciências Sociais e Política Ultramarina. *Separata de Estudos Políticos e Sociais*, v. II, n. 4, p.5-42, 1964.

FERNANDES, Albino Gonçalves. "S. Gonçalo de Amarante, seu culto entre portugueses e luso-descendentes do Nordeste brasileiro". *Ciência & Trópico*, Recife, 7(2), p.201-236, jul./dez, 1979.

FERRETTI, Sérgio. *Repensando o sincretismo*. 2ª ed. Editora Arché, 2013.

FRY, Peter. "Bacamarte em Pernambuco? René Ribeiro entre 60 xangozeiros de Recife." *In*: *Bagoas*, n. 12 | 2015 | p. 137-150, 2015.

GOLDMAN, Marcio. *Mais alguma antropologia*: Ensaios de geografia do pensamento antropológico. 1ª Ed. Rio de Janeiro. Ponteio, 2016.

HUTZLER, Celina Ribeiro. (1987). "Ulysses Pernambucano: Psiquiatra Social". *Ciência & Trópico*, 15(1), p.23-40, 1987.

LEAL, Cesar. "Escritores do Nordeste: Gonçalves Fernandes". *Diario de Pernambuco*, 4 de março de 1965.

NORA, Pierre. *Entre memória e história*: a problemática dos lugares. Tradução: Yara Khoury, 1993 [1984].

MATOS, Silvana Sobreira de. "Pedro Cavalcanti e os estudos em religião afro-brasileira em Pernambuco: notas para se pensar a Antropologia da religião no Brasil." *In:* CAMPOS, Roberta Bivar C.; PEREIRA, Fabiana.; MATOS, Silvana Sobreira de (Orgs.). *A nova escola de antropologia do Recife*: ideias, personagens e instituições. Recife: Editora UFPE, p. 213 – 235, 2017.

MOTTA, Antonio. "A Fundação Joaquim Nabuco e o legado do departamento de antropologia" *Ciência & Trópico*, Recife, v.33, n.1, p.1-180, 2009.

MOTTA, Roberto. "Carneiro, Ruth Landes e os candomblés bantus". *Revista do Arquivo Público*, Recife, v. 30, 32, p 58-68, 1976.

PEREIRA, Fabiana; CAMPOS, Roberta Bivar Carneiro; EMÍDIO, Janayna. "Da prática médica à interdisciplinaridade: A contribuição de Ulysses Pernambucano de Mello Sobrinho à antropologia dos estudos afro em Pernambuco." *In:* CAMPOS, Roberta Bivar C.; PEREIRA, Fabiana.; MATOS, Silvana Sobreira de (Orgs.). *A nova escola de antropologia do Recife*: ideias, personagens e instituições. Recife: Editora UFPE, p.181-210, 2017.

PRANDI, Reginaldo. "As religiões afro-brasileiras nas ciências sociais: uma conferência, uma bibliografia". *Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais* (BIB, Anpocs), São Paulo, n. 63, p.7-30, 1º semestre de 2007.

REESINK, Mísia Lins e CAMPOS, Roberta Bivar C. Campos. "A geopolítica da antropologia no Brasil. Ou como a província vem se submetendo ao leito de Procusto". In: *Rumos da antropologia no Brasil e no mundo*: geopolíticas disciplinares. Org: Parry Scott, Roberta Bivar C. Campos, Fabiana Pereira. Recife: Ed. UFPE, 2014.

RIBEIRO, René. "Problemática pessoal e interpretação divinatória nos cultos afro-brasileiros de Recife". *Revista do Museu Paulista*, (Nova Série), vol. X, p. 225-242, 1956.

RIBEIRO, René. "Significado sócio-cultural das cerimônias de Ibegi". *Revista de Antropologia,* vol. 5, n. 2, dez., p 129-144, 1957.

RIBEIRO, René. "Gilberto Freyre, cientista social: seu estudo das relações étnicas no Brasil". *Gilberto Freyre, sua ciência, sua filosofia, sua arte*. Rio de Janeiro: José Olímpio, p. 418-423, 1962a.

RIBEIRO, René. "Pesquisa Social na América Latina". *Boletim do Inst. Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais*, Recife, n. 11, p. 157-165, 1962b.

RIBEIRO, René. "Melville J. Herskovits: o estudo da cultura e o fator humano". *Revista do Museu Paulista*, (Nova Série), vol. XIV. p. 377-422, 1963.

RIBEIRO, René. "Cultos afro-brasileiros do Recife: Um estudo de ajustamento social. MEC – Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais, *Série Estudos e Pesquisas* 7, 2ª edição. 1978 [1952].

SÁ Jr., Luiz Salvador de Miranda. "Apresentação". In: BASTOS, Othon. *A história da Psiquiatria em Pernambuco e outras histórias*. Vol. I. 2ª ed. (1ª ed. de 1936). Pernambuco: Edupe, p.17-35, 2010.

SKOLAUDE, Mateus Silva. "Identidade Nacional e historicidade: o 1º Congresso Afro-Brasileiro de 1934". In: *XII Encontro estadual de história, verdade e ética*. Rio Grande do Sul. (Anais do congresso), 2014. Disponível em http://www.eeh2014.anpuh-rs.org.br/resources/anais/30/1404752235_ARQUIVO_Texto-MateusSilvaSkolaude. Consultado em 25/06/22.

VALENTE, Waldemar. *Influências islâmicas nos grupos de culto afro-brasileiros de Pernambuco*. Recife: Boletim do Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais, 1955.

VALENTE, Waldemar. *Sincretismo religioso afro-brasileiro*. Prefácio do professor Amaro Quintas. 2ª Ed. São Paulo: Ed. Nacional; Brasília: INL, 1976.

VALENTE, Waldemar. *O japonês no nordeste agrário (aspectos sócio-culturais e antropológicos)*. Editora MEC e Instituto Joaquim Nabuco. 1987 [1978].

YELVINGTON, Kevin. "Melville J. Herskovits e a institucionalização dos estudos afro-americanos". *In*: PEREIRA, Claúdio L.; SANSONE, Lívio (Orgs.). *Projeto Unesco no Brasi*l: textos críticos. Salvador: Edufba, 2007, p. 149-171, 2007.

# A poeta Deborah Brennand: uma breve apresentação

*The poet Deborah Brennand: a brief presentation*

*La poeta Deborah Brennand: una breve presentación*

*Para Platão, não só era necessário*
*que o poeta estivesse possuído por*
*um deus para estar em disposição de*
*criar, como precisava perder a razão.*
Antonio Brasileiro

*Ricardo Japiassu*[1]

**Resumo**

Japiassu, R. A Poeta Deborah Brennand: uma breve apresentação. ***Rev. C&Trópico***, v. 50, n. 1, p. 349-364, 2026. Doi: 10.33148/ctrpico.v50i1.2813

Neste artigo, apresento a poesia de Deborah Brennand, pernambucana que, em sua obra, discorre sobretudo sobre questões que envolvem a perda do homem amado, das paixões irreparáveis e infindas. Para tal, ela recorre às figuras de linguagem e a metáforas em que se serve dos elementos da natureza, tais como plantas, animais, pedras e a claridade, tanto assim que um de seus livros tem como título *Claridade*. Vale salientar que a produção da autora começou a ser publicada na segunda metade do século passado e perdurou até a primeira década do nosso século. Assim, percorro toda a literatura produzida por ela, oito livros de poesia ao todo, excetuando o seu livro em prosa poética intitulado *Tantas e tantas cartas*. Obedecendo ao estilo da poesia moderna, ela compôs versos livres, sem rimas, por exemplo. O presente texto é fruto de muitos anos de leitura e análise de sua produção, com entrevistas, conversas e algumas visitas à escritora. Contribuo, assim, com a fortuna crítica de Deborah Brennand, mulher de alta distinção. Todos os livros apresentados na bibliografia foram consultados e utilizados para embasar o presente texto.

**Palavras-chave:** Poesia pernambucana; Mulheres escritoras; Literatura brasileira; Geração de 65; Panteísmo.

**Abstract**

Japiassu, R. The poet Deborah Brennand: a brief presentation. ***Rev. C&Trópico***, v. 50, n. 1, p. 349-364, 2026. Doi: 10.33148/ctrpico.v50i1.2813

1 Doutor em Estudos Comparados de Literaturas de Língua Portuguesa pelo Programa de Pós-graduação do Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas da Universidade de São Paulo (USP). E-mail: japiassuricardo@gmail.com Orcid: https://orcid.org/0000-0002-4553-3228

*In this article, I present the poetry of Deborah Brennand, natural of the state of Pernambuco, whom, in her work, mainly talks about questions involving the lost of a beloved man, the non-repaired and endless passions. This happens when she resorts to figures of speech and metaphors in which she mentions elements of nature, such as plants, animals, stones and clarity - one of her books is, indeed, called Clarity. It is important to highlight that the author begins to publish her work in the second half of last century and continued till the first decade of our century. Thus, I visit the work produced by her, that is to say, eight books of poetry in all, except for her book in written in poetic prose entitled So many letters. Obeying the style of modern poetry, she makes free verses, without markings such as rhymes, for example. This text is the result of many years of reading and analysis of her production, with interviews, conversations and some visits to the writer. Thus, I contribute to Deborah's critical fortune, a woman of high distinction. All books presented in the bibliography were consulted as the basis of this text.*

**Keywords:** Pernambuco poetry; Woman writers; Brazilian literature; 1965 generation; Pantheism.

**Resumen**

Japiassu, R. La poeta Deborah Brennand: una breve presentación. ***Rev. C&Trópico***, v. 50, n. 1, p. 349-364, 2026. Doi: 10.33148/ctrpico.v50i1.2813

En este artículo, presento la poesía de Deborah Brennand, de Pernambuco, quien, en su trabajo, sobre todo, discute temas relacionados con la pérdida del hombre amado, las pasiones irreparables e interminables. Esto sucede recurriendo a figuras retóricas y metáforas en las que utiliza los elementos de la naturaleza, tales como plantas, animales, piedras y claridad, tanto es así que uno de sus libros lleva ese mismo título, *Claridad*. Vale la pena señalar que su producción comienza a ser publicada en la segunda mitad del siglo pasado y dura hasta la primera década del nuestro siglo. Por lo tanto, repaso toda la literatura producida por ella, es decir, ocho libros de poesía en general, excepto por su libro en prosa poética, *Tantas y tantas cartas*. Obedeciendo al estilo de la poesía moderna, hace versos libres, sin marcas como rimas, por ejemplo. Este texto es el resultado de muchos años de lectura y análisis de su producción, con entrevistas, conversaciones y algunas visitas al poeta. Por lo tanto, contribuyo a la fortuna crítica de Deborah Brennand, una mujer de alta distinción. Todos los libros presentados en la bibliografía fueron consultados como base del presente texto.

**Palabras clave:** Poesía de Pernambuco; Mujeres escritoras; Literatura brasileña; Generación del 65; Panteísmo.

*Data de submissão: 26/03/2026*
*Data de aceite: 16/04/2026*

## 1. Introdução

Percorrer as veredas iluminadas pela poesia profunda, marcadamente passional e cheia de luz de Deborah Brennand é o mesmo que trilhar um caminho de claridade por entre as matas, com seus javalis, leões barrocos dos jardins, a conversa com os vultos do passado e, principalmente, dialogar com a perda do homem amado, num mundo marcado pela exaltação de sentidos que somente as paixões promovem. Até mesmo o mestre Ariano Suassuna, no prefácio ao segundo livro da poetisa, *Noites de sol ou As viagens do sonho* (1966), prefácio intitulado "Deborah Brennand ou O jardim e a serpente", datado de 1964, portanto dois anos antes de sua publicação, curva-se ao estado selvagem em que se encontrava a poetisa. Inicio a apresentação da literata por esse livro, que considero o mais intenso de toda a sua produção. O primeiro livro de Deborah, *O punhal tingido ou O livro das horas de Dona Rosa de Aragão* (1965), foi prefaciado pelo crítico literário Roberto Alvim Corrêa e também foi publicado pela Editora Jornal do Comércio, do Recife.

Em minhas buscas para escrever este artigo, encontrei o documentário *A poesia de Deborah Brennand*, realizado pela sua neta, a cineasta Deby Brennand. No filme, a poetisa explica que o poeta possui um olhar dilatado, observando o que os cidadãos comuns não conseguem enxergar e, sobretudo, percebendo a intensidade de cada coisa. Ela argumenta que, em tenra idade, já observava a claridade da natureza, vista a partir de um alpendre. Nascida no Engenho Lagoa do Ramo, município de Nazaré da Mata, ainda na infância estava imersa na vida do campo. Depois, já casada com o artista plástico Francisco Brennand, passou a viver às margens do rio Capibaribe, no Engenho São Francisco, convivendo com pessoas simples. Nesse momento, ela se dedicou também à produção de poemas.

Ariano Suassuna conceitua:

> A poesia de Deborah Brennand é profundamente feminina, o que significa que é, ao mesmo tempo, suave e selvagem, possuindo uma estranha e íntima ligação com a corrente subterrânea da vida". (1964, p. 7)
> [...]
> Aliás, já em seu primeiro livro, *O punhal tingido*, víamos passar diante de nossos olhos esse mundo povoado, como nos contos populares, de guerreiros, de caçadas, de santos crivados de flechas e feridas resplandecentes, de guerreiros malditos, de frutos, pássaros, pastagens, princesas e reis que penteiam longas cabeleiras, de metais e de pedras preciosas" (1964, p. 9).

Vejamos como isso acontece na poesia. Já na dedicatória do segundo livro, *Noites de sol ou As viagens do sonho*, por exemplo, ela escreve: "Para Francisco – sangue mestiço de verde irlandês, ramos de sol e papoulas selvagens". Na juventude, quando o conheceu, o esposo, Francisco Brennand, tinha cabelos louros, pele clara, era descendente de escoceses. No poema "O segredo", mais precisamente, ela canta:

*Ó gentis e cruéis senhoras!*
*Quantas cabeças rolam entre as folhas?*
*Quantos cavalos renegam os seus príncipes,*
*Feridos neste verde bosque de exílio?*

*Desfazendo o ouro de longos cabelos,*
*Esvoaçam negros pássaros, loucos crimes.*
*E, das cobertas veludosas de um leito,*
*Ó gentis e cruéis rainhas! Segredo.*

*Uma descendente espúria foi jogada às ervas.*
(1966, p. 48)

A mesma temática é retomada – ou nunca esquecida – no livro *Maçãs negras*, lançado em 2001, quase trinta anos após a publicação do poema "O segredo". Portanto, mediante leitura acurada, presumo que os segredos de um longo enlace perduraram por anos a fio, até a morte. Há de se ressaltar, antes da leitura do poema "Quem é ele", a evolução do fazer poético da autora. Agora, há menos recorrência às figuras de linguagem, às metáforas, embora se perceba a incursão ao colorido da natureza, marca constante em tudo o que fez, observando todo o esplendor da criação. Nessa obra, prepondera a feitura de uma poesia bem mais madura e refinada do ponto de vista estético. Ela narra:

*Caminhando a esmo*
*num sítio de mortos verdes*
*sem ver o húmus servil*
*cobrir de leve a terra*
*Com flores secas.*
*Não, ele não bebeu*
*aquele vinho negro*
*nem foi ontem à festa*
*com uma certa moça*
*de tão louros cabelos!*
*Mas vacilando passos*
*adiante ou atrás,*
*esmagando bredos,*
*indo além da cerca*
*onde nada se vê,*
*quem foi ele?*
(2001, p. 39)

Em uma das visitas ao apartamento de Deborah Brennand, no ano de 2006, fui acompanhado pela poetisa e contista Paula Berinson. Na ocasião, Deborah afirmou que havia escolhido o título do livro *Maçãs negras* baseada numa sugestão minha e

da fotógrafa Renata Vaz. Após o encontro de 2006, Paula Berinson redigiu o poema "Gênese no novo paraíso", publicada no seu livro *Para sempre azuis são os olhos de meu avô* (2010). Revela o poema, num congraçamento de artistas:

> Minha alma madura
> Maçã negra
> Que pende do galho
> *Que se eleva*
> *E não apodrece*
>
> *Minha alma doce*
> *Pomo de ouro*
> *Para quem saboreia*
> *Sementes azuladas*
> *Riscando a terra*
> (2010, p. 95)

Recorro à teoria crítica e analítica apresentada por Leyla Perrone-Moisés, no seu *Texto, crítica, escritura* (2005, p.30) quando pontua: "O estilo é uma herança do passado individual do escritor, uma linguagem autárquica, um conjunto de automatismos artísticos que nascem da mitologia pessoal e secreta do autor". E ela continua opinando que a escritura é a relação que o escritor mantém com a sociedade, de onde sua obra sai e para a qual se destina, a reflexão do escritor sobre o uso social de sua forma e a escolha que ele assim assume. Para finalizar a contribuição que a autora concede à crítica literária temos:

> A escritura é uma realidade ambígua: por um lado, ela nasce incontestavelmente de uma confrontação do escritor com a sociedade; por outro, ela remete o escritor, por uma espécie de transferência trágica, às fontes instrumentais de sua criação. Não podendo fornecer-lhe uma linguagem livremente consumida, a história lhe propõe exigência de uma linguagem livremente produzida". (2005, p. 31)
> [...]
> A escritura é precisamente esse compromisso entre uma liberdade e uma lembrança, ela é essa liberdade rememorante que só é liberdade no gesto da escolha. (2005, p. 31)
> [...]
> A escritura está igualmente amarrada a dois objetivos aparentemente contraditórios: dizer a história (voltar-se para o mundo) e dizer a literatura (voltar-se para ela mesma) (2005, p. 31).

## 2. Alumbramento

Entramos em um dos aspectos - de observação da natureza – mais recorrentes em toda a obra da poetisa. Em entrevista, no ano de 2001, contou-me uma de suas lembranças da primeira infância, ao vislumbrar o campo iluminado pela claridade do sol ou as sombras impostas por nuvens e árvores. Em *Noites de sol ou As viagens do sonho*, há o prenúncio de muito do que viria em termos de publicação de Deborah, tal como os livros *Pomar de sombras* (1995), *Claridade* (1996) e *Claro escuro* (2008). Em *Noites de sol ou As viagens do sonho* (1966), essa característica peculiar acontece por duas vezes. No primeiro momento, no poema "Ele".

> *Primeiro estendeu os seus tentáculos de ouro*
> *Como um polvo luminoso sobre as águas.*
> *Depois, cresceu as pétalas de sua luz ardente:*
> *Era, no azul, uma rosa de fogo.*
> *Enfim, cruzou de nuvens um caminho encantado,*
> *Deixando em minha vida a claridade assassinada.*
> (1966, p. 76)

No mesmo livro, ela publica o poema "Meu veleiro":

> *Este navio que espero, olhando os outros.*
> *As velas escuras não consigo divisar.*
> *Desliza nas águas, um cisne de ouro,*
> *Suas penas ardentes de luz. Ó claridade!*
>
> *Onde está o verde profundo, encandeado?*
> *E as pedras criminosas de um antigo encanto?*
> *Meu veleiro, meu veleiro negro!*
> *Por que tardam, no horizonte, a tua quilha,*
> *A tua bandeira de sombra a esvoaçar?*
> (1966, p. 115)

De tão forte, esta figura de linguagem tornou-se o título de uma de suas obras, em que se denota a presença da dualidade claro-escuro na obra de Deborah. No ano anterior, 1995, ela havia lançado *O pomar de sombras*; no ano seguinte, *Claridade*. Em *Claridade*, ela personifica esta figura retórica, como a dar-lhe vida humana. A luz como que campeia sobre a grama, a exuberância das matas da várzea do Capibaribe, sendo esta uma tônica por mim apresentada no artigo que redigi sobre a autora, intitulado "Deborah Brennand – O princípio", publicado no *Suplemento Cultural* do *Diário Oficial do Estado de Pernambuco* no ano de 2005. O poema que intitula o livro, *Claridade*, diz:

> *Afortunados são os bosques*
> *onde sem bridas*

*a luz campeia*
*entre as folhagens*
*suas crinas douradas.*
*Tão leve se lustra a água*
*na medida exata*
*que os rebanhos bebem*
*junto às raposas*
*sem temor selvagem.*
*Por que só a mim discrimina a claridade?*
(1996, p. 5)

O mesmo esplendor é vivido pelo poeta recifense Manuel Bandeira, um fenômeno caracterizado como "alumbramento". Nada mais nada menos que um momento de epifania, ou seja, súbito e intenso despertar dos sentidos, exaltação da alma mediante a visão – uma imagem ou apenas lembranças –, reveladora de sentidos profundos, na maior parte das vezes transcendental. Conecta, portanto, o ordinário e o sublime, a tenra infância e o presente real; o visível e a imaginação, qual um "porto de luz", preenchendo o mundo e a existência de significados. Ou seja, o alumbramento, em Manuel Bandeira e Deborah Brennand, é a experiência poética da luz repentina iluminando a Terra, reveladora de beleza e mistério, povoando os sentidos humanos, a memória transformando, portanto, o instante em algo eterno e, mais que isso, profundo.

## 3. Abril

Outro tema recorrente em Deborah é o mês de abril. Leitora da literatura inglesa e da norte-americana, sobretudo T. S. Eliot, este poeta circulando entre as duas literaturas – principalmente nos anos em que maturou o próprio fazer poético –, a escritora dialoga com a cultura mundial. Fica clara a influência que a literatura moderna, estrangeira, sobretudo a praticada nos anos 1960/1970, exerceu sobre ela, refletindo claramente a escolha dos seus temas. É o caso do poema "Abril", que se encontra no livro *Claridade* (1996), em que ela diz:

*Quem me dera voltar*
*Ao primeiro jardim!*
*Conduzida por leões*
*mansos leões em volta*
*indo e vindo sem as patas*
*esmagarem as madressilvas.*

*Depois,*

*da árvore que não existe,*
*ficar alheia. Esquecida,*
*até as estrelas surgirem*
*tal um enxame de abelhas*

*douradas, picando a sombra.*
(1996, p. 26)

Mediante a leitura do crítico de arte norte-americano Clement Greenberg e o aporte teórico que consultamos em seu *Estética doméstica* (2013), encontramos um diálogo com a cultura mundial. A mesma coisa fez Deborah Brennand, como se estivesse atrelada, sintonizada ao que se passava no mundo dos literatos. Por exemplo, um fragmento de um poema elaborado pelo poeta inglês William Watson (2013), publicado no livro *Home book of questions*, organizado pelo literato Stevenson, encontra-se em *Estética doméstica*:

*Abril, abril,*
*Ri teu riso juvenil,*
*Agora, e, no momento seguinte,*
*Verte teu pranto juvenil!*
(2013, p. 71)

Outros versos que Clement Greenberg apresenta são do poeta norte-americano T.S. Eliot, colhidos no livro *A terra devastada*, também contido na obra *Estética doméstica*. Eis os versos de uma estrofe:

*Abril é o mês mais cruel, gerando*
*Lilases na terra morta, misturando*
*Lembrança e desejo, instando*
*Raízes inertes com chuva primaveril.*
(2013, p. 72)

Vale ressaltar que ambas as estrofes foram traduzidas por Alípio Corrêa, e publicadas no livro *Estética doméstica*. Antes de retomar o pensamento de Clement Greenberg, visito as ideias do teórico e professor da Universidade de São Paulo, Carlos Felipe Moisés, contidas no livro *Poesia & utopia – Sobre a função social da poesia e do poeta* (2007, p. 93). Carlos Felipe Moisés opina, partindo, por sua vez, da leitura embebida em Jean-Paul Sartre no seu *Que é a literatura* (2019, p. 90): "A leitura é um pacto de generosidade entre o autor e o leitor; cada um confia no outro, conta com o outro, exige do outro tanto quanto exige de si mesmo". Deborah me confirmou que havia lido muito a literatura norte-americana, a que mais gostava, assim como apreciava os críticos literários dessa nacionalidade. Assim sendo, reconhecemos influências no processo criativo da pernambucana, como dissemos anteriormente.

Retomamos Clement Greenberg quando afirma:

> O juízo estético – a intuição estética – nos põe em contato íntimo com [o autor] e nós mesmos. Sob esse aspecto, pouco importa que ele se faça presente em um teatro, uma sala de concerto ou uma galeria de arte lotada [...]. É ainda a você que cabe exprimir o juízo – ter a intuição – por sua conta. (2023, p. 80)

Ele acrescenta:

> Um juízo estético pode ser alterado ou confirmado, apenas por meio do contato renovado com a obra de arte em questão, e não através da reflexão nem sob a pressão do argumento. (2023, p. 81)

Vejamos o que mais ele diz:

> Em resumo: a experiência estética requer, por sua amplitude e intensidade, que você se torne um receptor distanciado e, portanto, objetivo, cada vez mais objetivo. [...] O transmissor – o artista, o escritor, o compositor, o ator, ou cantor – deve também objetivar a si próprio, ainda que por via indireta (2023, p. 84).

E com o poema *Fina e branca*, contido no último livro de Deborah Brennand, *Claro escuro* (2008), concluo este bloco. Nele se lê:

> *sobre a porcelana*
> *ainda se via*
> *a mancha escura*
> *de uvas esquecidas.*
> *ENTÃO*
> *lembrei-me*
> *do que nunca foi dito*
> *sobre aquele Sol*
> *desdourado*
> *taciturno e infeliz*
> *que só uma vez surgiu*
> *quando*
> *Abril comovido*
> *Anunciou sua partida.*
> (2008, p. 80)

## 4. Vultos do passado

Numa conversa com o artista plástico Francisco Brennand, em seu ateliê na Várzea, antigo Engenho São João, em janeiro de 1995, ele revelou que Deborah, de tão sensível, costumava ver vultos do passado, como o de Dona Catarina de Vasconcelos – isso longe de seguir a doutrina espírita. Filha do restaurador Fernandes Vieira, a personagem veio da Paraíba radicar-se no Engenho São Francisco para estar mais próxima do pai, quando da guerra contra os holandeses. A mesma informação foi confirmada pela neta de Deborah, Deby Brennand. Já no seu primeiro livro, *O punhal tingido ou o livro das horas de Dona Rosa de Aragão* (1965), encontramos a primeira manifestação dessa sensibilidade quando lemos o poema *Engenho São*

*Francisco*. Arredia, após a conversa com o seu esposo, ela mesma me confirmou a informação. Deborah canta:

*Tu, que desces na escada, impressentida,*
*Senhora nas sombras a vigiar,*
*Com frios dedos de séculos passados...*
*Dona Catarina, onde esqueceste os sonhos?*
*Entre árvores? Na varanda? Em que lugar?*

*Mudei paredes, nasceu um jardim.*
*A relva cobiça as pedras esquecidas.*
*Mas, o tesouro? Fugiu no ar a história;*
*Dona Catarina, não me persigas!*

*Leões de barro, enfurecidos,*
*Misteriosos, deitam-se nos muros,*
*Escondendo em patas, no lodo antigo,*
*O tempo verde, testemunha inconfessado.*

*Onde está o sangue? A flor do rubi?*
*O punhal tingido, nos verões dormindo?*
*Dona Catarina, sejamos amigas!*
*Fiel camareira, saberei calar,*
*Sonhar o teu sonho,*
*E as dívidas cruéis da vida apagar.*
(1965, p. 70)

E, no seu segundo livro, *Noites de sol ou as viagens do sonho*, encontramos o poema "Novamente", em que Deborah narra o encontro com um guerreiro holandês que, ferido no campo de batalha, busca socorro no Engenho São Francisco. Desta feita, indaguei à poetisa: "Não seria um caso de paixão entre o guerreiro e Dona Catarina de Vasconcelos?", pois buscar abrigo em território inimigo é muita ousadia, ou mesmo muita certeza do socorro. No poema seguinte, Deborah confirma a minha indagação. Esta mesma indagação eu fiz quando escrevi o artigo "Deborah Brennand – O princípio", publicado pelo *Suplemento Cultural, do Diário Oficial do Estado de Pernambuco*. Eis o poema:

*Ele chegou, e, em plena luz do sol,*
*Na varanda de sonhos, retirou*
*A camisa sangrenta de antigas conquistas.*
*Um gemido, então, se desmanchou na brisa.*

*Os pássaros, assombrados na ramagem,*
*Bateram em fuga as asas do tempo,*

*E, de um rubro peito, o temor, aninhado,*
*Esvoaçou, liberto em doido verão.*

*Mas, de repente, onde estava?*
*Em velhos caules, enrodilhadas folhas*
*De ouro, ferrugem e mofo renasciam,*
*Escondendo em susto um coração ferido.*

*E, volvendo a face pálida do antigo,*
*Desculpou-se a sombra do guerreiro.*
*– Perdão, senhora, se mancho de sangue*
*O chão frio e lustroso de vossa casa.*

*Mas bem me lembro que ela, flor, sombria,*
*Triste, como vós agora, não fugiu de mim,*
*Aliviando a chaga deste vencido*
*Com a claridade de seus dedos anelados.*
(1966, p. 28)

## 5. Imagens pastoris

Dentro da produção de Deborah, há o livro que considero o mais pastoril: *Letras verdes* (2002). Vale salientar que essa era a cor preferida dela. No Engenho São Francisco, costumava dizer, convivia com gente simples, do traquejo com o gado ou os jumentos, animais que ela criou. Costumava levar os animais às exposições, ganhando prêmios e convivendo com pecuaristas de todo o Brasil. Ao retirar-se do Engenho São Francisco, passou a cuidar de uma fazenda de café, bem como a criar gado leiteiro, no município de Camocim de São Félix, nas serras do Agreste pernambucano. Ela narrou – na orelha do livro e no corpo da publicação –, em "O javali".

*O sol caiu no açude*
*igual a um javali*
*eriça pelos de luz*
*vai às águas fundas*
*depois flutua em juncos*

*O seu dourado focinho.*
*As nuvens não ligam,*
*ficam longe, arredias,*
*as folhas se amoitam*
*em sombras infiéis.*

*Alguém diz:*
*– Está ali a presa, atira,*

*suja o juncal de sangue,*
*no amanhã escuro*
*dos beirais do charco*

*Surgirá a caça morta.*
*– Nunca, é só o engano*
*o sol não dorme*
*cai outra vez no açude*
*vai em águas fundas*

*e novamente flutua eriçado de luz.*
(2002, p. 23)

Conforme a acadêmica e professora do curso de Letras da Universidade Federal de Pernambuco, Luzilá Gonçalves Ferreira – que liderou o grupo de trabalho "A mulher na literatura" (do qual participei como aluno bolsista do CNPq e no qual Deborah integrou a rede de sororidade) – a percepção da natureza é uma das características da escrita feminina. Conforme a acadêmica, esse olhar diferenciado faz com que as escritoras marquem o tempo e o seu avançar, por exemplo. Numa entrevista realizada por este grupo de trabalho com Deborah Brennand, ainda no Engenho São Francisco, a poetisa falou de sua imersão naquele mundo pastoril, vislumbrando o "milagre da vida, que acontecia a cada dia", como ressaltou. Uma das características femininas também apresentada por Luzilá Gonçalves Ferreira é o retirar-se ao campo, ao mar, como a sarar as feridas e cicatrizes impostas pelo cotidiano, numa busca do selvagem, da origem da vida, em meio ao desamor. Nessa imersão no bucólico, saram as feridas do amor incompreendido e das paixões incontidas, entre outros.

## 6. Canto de amor

Caminhando para a conclusão deste artigo, ressalto que, entre os seus livros de poesia, o mais maduro esteticamente é o último de seus títulos, *Claro escuro* (2008). Na publicação, todos os poemas abordam a questão do amor não correspondido e também um estado de paixão perene, malgrado todo o tempo transcorrido da juventude à idade madura. Tudo marcado pelo erotismo e a exaltação de sentidos provocada pela paixão incontida e revelada ao longo de toda a obra poética, fenômeno que, por sua vez, tampouco dominamos, pois somos meramente passivos. No livro *Tantas e tantas cartas* (2003), Deborah enunciou: "Se for, a culpa é do destino". No poema "Na distância", em *Claro escuro*, lê-se:

*logo se viu*
*entre mil ovelhas*
*a sombra agourenta*
*da que era negra...*
*Amor,*

*qual é a tua cor?*
*Azul como este céu*
*ou escura*
*como a noite*
*em que a Vida*
*os sonhos mortos*
*enterra?*
*Por que não me respondes, Eros?*
(2008, p. 38)

Retomo o pensamento do poeta norte-americano T.S. Eliot, utilizado pelo também teórico da literatura Massaud Moisés, no seu *A criação literária – poesia* (2003), onde pontua:

> "O poeta tem alguma coisa germinando dentro de si, para o que deve encontrar palavras; mas desconhece quais vocábulos deseja até que os encontra; não consegue identificar este embrião até que o tenha transformado num arranjo de palavras certas numa ordem correta". (2003, p. 90)

Octavio Paz, por sua vez, pondera, no seu *O arco e a lira* (2012):

> Não há cores nem sons em si, desprovidos de significação: tocados pela mão do homem, eles mudam de natureza e adentram o mundo das obras. E todas as obras desembocam no significado; o que o homem toca se tinge de intencionalidade: é um ir para. O mundo do homem é o mundo do sentido. Ele tolera a ambiguidade, a condição, a loucura ou o embuste, não a carência de sentido. O próprio silêncio é povoado de signos. Assim, a disposição das edificações, bem como suas proporções, obedecem a determinada intenção (2012, p. 27).

Antes de recorrer ao pensamento de Horácio, após esta apresentação, no poema "Noites e dias", do livro *Claro escuro* (2008), vê-se a plena realização desta perda do ente amado, seguida por uma confissão ante a presença do amor por entre os versos, de tal momento de epifania, revelação. Deborah escreve:

*uma renda frágil*
*de fio em fio d'água*
*o vento desfaz*
*e eu te vejo*
*sob nuvens invernais*
*que escurecem o céu*
*com uma desdourada luz*

*vacilando*
*onde tu passas*
*sem junto a mim chegar.*

*Vejo-te em toda parte*

*ora sorrindo*
*ou com lágrimas*
*ou voltando para responder*
*os chamados das saudades*

*Vejo-te*

*onde as árvores*
*sombreiam o infinito*
*sem no sétimo dia*
*jamais pousar.*
*Conheço quem te chama DEUS*
*Outros gritam – AMOR.*

*Para mim és um só em dois.*
(2008, p. 54).

Recorro à obra *Arte poética* (2021, p. 65), de Horácio, crítico e teórico literário da Antiguidade: "Não é bastante que os poemas tenham beleza: se se destinam a arrebatar a audiência, devem também ter o que se pode chamar de simpatia. Do mesmo modo que a alegria se reflete em um rosto sorridente, a compaixão se reflete no que chora".

Considero que a arte vista sobre o prisma de um passado distante ainda perdura, pois a história dos sentimentos humanos é perene, é uma só: a saudade, a paixão, o amor e o ódio nos acompanham por toda a existência, são todos inerentes à condição humana. E Horácio conclui (2021, p. 66): "Se queres me fazer chorar, chora tu mesmo primeiro; então Telefo e Peleu, os vossos infortúnios me comoverão também, ao passo que, se as vossas palavras não estiverem de acordo com os vossos sentimentos, eu dormirei ou darei gargalhadas".

## 7. Conclusão

Obra imorredoura e sempre atual, a poética de Deborah Brennand nos remete à temática principal da vida humana: as questões que envolvem o amor e as paixões. Ressalte-se que, desde o pecado de Adão e Eva, decantados no livro bíblico do *Gênesis*, o erotismo está sempre envolvendo os seres humanos, até o final da existência terrena. Como os católicos prenunciam: a concupiscência acompanha os seres ao túmulo. Por isso, pode-se dizer que a obra da autora em apresentação dialoga com o universo, com a contemporaneidade. O conjunto publicado da poetisa também não é fechado em si

mesmo, como foi anunciado na comunhão com o poeta norte-americano T. S. Eliot, mais precisamente quando retoma o tema do mês de abril.

Além disso, há uma exaltação das características femininas, seja na percepção dos elementos da natureza, seja na marcação do tempo – primeiro com o próprio corpo -, seja no avançar das estações. Delicada, sensível, nos apresenta os frutos, sabores e perfumes dos pomares, por exemplo, que decanta em seus poemas. Há, ainda, os poemas históricos: "Novamente" e "Engenho São Francisco", quando aborda aspectos da história pernambucana, num registro íntimo e particular da vida privada, ambos os poemas ligados à Restauração Pernambucana. Telúrica, a obra de Deborah Brennand não pode ser esquecida. Sua atualidade nos impele à leitura, inspiração e exemplo de quem, de fato, amou, contrapondo-se à fluidez e à fugacidade do tempo atual.

## Referências

ARISTÓTELES. Poética. São Paulo: Nova Cultural, 2000.

BERINSON, Paula. Para sempre azuis são os olhos de meu avô. Rio de Janeiro: Calibán, 2010.

BRASILEIRO, Antonio. Da inutilidade da poesia. Feira de Santana: Universidade Estadual de Feira de Santana, 2012.

BRENNAND, Deborah. Claridade. Recife: Bagaço, 1996.

_____. Claro escuro. Recife: Bagaço, 2008.

_____. Letras verdes. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2002.

_____. Maçãs negras. Recife: Bagaço, 2001.

_____. Noites de sol ou As viagens do sonho. Recife: [s. n.], [s. d.].

_____. O cadeado negro. Recife: Editora Universitária da UFPE, 1971.

_____. O punhal tingido ou O livro das horas de Dona Rosa de Aragão. Recife: [s. n.], 1965.

_____. Pomar de sombras. Recife: Editora Universitária da UFPE, 1995.

_____. Tantas e tantas cartas. Recife: Bagaço, 2003.

CANDIDO, Antonio. O estudo analítico do poema. São Paulo: Humanitas, 2004.

CARA, Salete de Almeida. A poesia lírica. São Paulo: Ática, 1985.

CULLER, Jonathan. Teoria literária: uma introdução. São Paulo: Beca Produções Culturais, 1999.

ENCICLOPÉDIA MIRADOR INTERNACIONAL. São Paulo: Encyclopaedia Britannica do Brasil, 1987. v. 16.

FERREIRA, Luzilá Gonçalves. Deborah Brennand: confissão e deslumbramento. Revista da Academia Pernambucana de Letras, Recife, n. 45, 2016.

GOLDSTEIN, Norma. Versos, sons, ritmos. São Paulo: Ática, 2006.

GREENBERG, Clement. Estética doméstica. São Paulo: Cosac Naify, 2013.

HORÁCIO. Arte poética. Porto Alegre: Autêntica; Concreta, 2021.

JAPIASSU, Ricardo. Deborah Brennand – O princípio. In: Suplemento Cultural / Diário Oficial do Estado de Pernambuco. Recife, 2005.

MOISÉS, Carlos Felipe. Poesia e utopia: sobre a função social da poesia e do poeta. São Paulo: Escrituras, 2007.

MOISÉS, Leyla Perrone. Flores da escrivaninha: ensaios. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

_____. Texto, crítica, escritura. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

MOISÉS, Massaud. A criação literária: poesia. São Paulo: Cultrix, 2003.

PAZ, Octavio. O arco e a lira. São Paulo: Cosac Naify, 2012.

PERROT, Michelle. Os excluídos da história. São Paulo: Paz e Terra, 2010.

SARMENTO, Lourdes (org.). Poésie du Brésil. Paris: Vericuetos, 1997.



**Manoel Bandeira (1900-1964)**
Título: "Cais do Apolo", 1962
Técnica: Óleo sobre eucatex.
Capa: trabalho gráfico sobre composição do artista.
Acervo Fundação Joaquim Nabuco – MEC.

Fundação Joaquim Nabuco

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO